

Diálogos com a História 2

Trabalhos apresentados na 3ª Semana de História da UFF
(março de 2015)

Márcia Maria Menendes Motta | Alan Dutra Cardoso
Sarah Vanessa Santos Correia | Vanessa Costa Ferreira

Organizadores

FORUM

Capistrano DE ABREU

 PPGH

ISBN: 978-85-63735-20-1

Diálogos com a História 2

Trabalhos apresentados na 3ª Semana de História da UFF

(março de 2015)

Diálogos com a História 2

Trabalhos apresentados na 3ª Semana de História da UFF
(março de 2015)

Organizadores:

Márcia Maria Menendes Motta

Alan Dutra Cardoso

Sarah Vanessa Santos Correia

Vanessa Costa Ferreira



Niterói,
PPGHistória-UFF
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

Vice-Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História:

Ana Maria Mauad de Souza Andrade Essus e Samantha Viz Quadrat

Copyright © dos autores, 2016.

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do *copyright*.

Diagramação: Alan Dutra Cardoso

Revisão: Alan Dutra Cardoso e Vanessa Costa Ferreira

Apoios:



Ficha catalográfica

M319 Diálogos com a História 2: trabalhos apresentados na 3ª Semana de História da UFF (março de 2015) / Márcia Maria Menendes Motta, Alan Dutra Cardoso, Sarah Vanessa Santos Correia, Vanessa Costa Ferreira (orgs.).

Niterói-RJ: PPGHistória-UFF, 2016.

540 páginas

ISBN: 978-85-63735-20-1

1. História. 2. Teoria, Metodologia e Ensino da História. 3. Antiguidade 4. Idade Média. 5. Época Moderna. 6. Contemporaneidade.

CDD: 902

Comissão Científica

Prof. Dr. Alexandre Carneiro Cerqueira Lima

Prof. Dr. Alexandre Santos de Moraes

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães

Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho

Profa. Dra. Denise Rollemberg Cruz

Profa. Dra. Giselle Martins Venâncio

Prof. Dr. Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves

Profa. Dra. Janaina Martins Cordeiro

Prof. Dr. Jorge Victor de Araújo Souza

Profa. Dra. Juniele Rabelo De Almeida

Profa. Dra. Karla Guilherme Carloni

Profa. Dra. Larissa Moreira Viana

Prof. Dr. Marcelo Bittencourt Ivair Pinto

Profa. Dra. Márcia Maria Menendes Motta

Profa. Dra. Marina Monteiro Machado

Prof. Dr. Mário Grynszpan

Prof. Dr. Mário Jorge da Motta Bastos

Profa. Dra. Nívia Pombo Cirne dos Santos

Profa. Dra. Renata Rodrigues Vereza

Profa. Dra. Renata Torres Schittino

Profa. Dra. Tatiana Silva Poggi de Figueiredo

"Sei que meu trabalho não resolve os problemas dos pesquisadores que lidam com fenômenos ideológicos. Minha ambição é apenas ajudá-los a não se confundir, diante de um quadro tão impregnado de relativismo e tão pressionado por fetiches conservadores, como o que temos agora".

Leandro Konder, filósofo e historiador.

SUMÁRIO

Sobre a Semana de História e este livro 11

Apresentação: CONHECIMENTO, AVALIAÇÃO E LIBERDADE!

Márcia Maria Menendes Motta 13

Parte 1 – Teoria, Metodologia e Ensino da História

Capítulo 1: E.P. THOMPSON E ARISTÓTELES: A UTILIZAÇÃO DA LITERATURA ENQUANTO FONTE HISTÓRICA

Antonio Lessa Kerstenetzky 18

Capítulo 2: A CRÍTICA ESTÉTICO-POLÍTICA DO SURREALISMO: UM DEBATE EM TORNO DE WALTER BENJAMIN, MICHAEL LÖWY E GEÖRGY LUKÁCS

Cairo de Souza Barbosa 26

Capítulo 3: OSCILAÇÕES NO TEXTO FICCIONAL: À CIÊNCIA OS LOUROS, À FICÇÃO O ERRO

Edson Silva de Lima 35

Capítulo 4: AS HISTÓRIAS DE LÉVI-STRAUSS: A NOÇÃO DE HISTÓRIA A PARTIR DO PENSAMENTO LEVISTRAUSSIANO

João Gabriel Ramos Mendes da Cunha 47

Capítulo 5: DIÁLOGOS ENTRE CINEMA E HISTÓRIA: O FILME COMO FONTE E EM SALA DE AULA

João Gomes Junior 57

Capítulo 6: A HISTÓRIA SOCIAL E A BEGRIFFSGESCHICHTE. A COMPLEXA RELAÇÃO NO DIÁLOGO “INTER-HISTORIOGRÁFICO”

João Victor da Mota Uzer Lima 69

Capítulo 7: A HISTORIOGRAFIA BANDEIRANTE E O PENSAMENTO EVOLUCIONISTA

Luiz Pedro Dario Filho 84

Capítulo 8: OS USOS DAS MÚLTIPLAS LINGUAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA: REFLEXÕES SOBRE O CURRÍCULO DE HISTÓRIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

Maria Aparecida da Silva Cabral, Emanuel Azevedo e Erika Maria Araujo 96

Capítulo 9: ESCRITORES E/COMO INTELLECTUAIS: O CASO DE HARUKI MURAKAMI EM NORWEGIAN WOOD.

Mateus Martins do Nascimento 105

Parte 2 – História Antiga

Capítulo 10: SEXUALIDADE FEMININA E REPRESENTAÇÃO DO EROS NO ÓIKOS ATENIENSE (SÉCULO V A.C)

Juliana Magalhães dos Santos 115

Capítulo 11: OFERENDAS VOTIVAS E AGÓN NO SANTUÁRIO A DEMÉTER E KORÉ EM ACROCORINTO

Mariana Figueiredo Virgolino 121

Capítulo 12: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA: O SAMBAQUI DA BEIRADA EM SAQUAREMA

Marlon Barcelos Ferreira 129

Capítulo 13: SER GREGO EM HERÓDOTO

Mateus Mello Araujo da Silva 140

Parte 3 – História Medieval

Capítulo 14: IDENTIDADE E ALTERIDADE NO MUNDO ÁRABE-ISLÂMICO ATRAVÉS DA VIAGEM DE IBN BATTUTA (1304-1368)

Afonso Celso Malecha Teixeira 147

Capítulo 15: PROBLEMÁTICAS DA HISTORIOGRAFIA DA ALQUIMIA

Bruno Sousa Silva Godinho 159

Capítulo 16: A JUSTIÇA COMO PILAR DA REALEZA MEDIEVAL INGLESA – INÍCIO DO SÉCULO XV

Caio de Barros Martins Costa 167

Capítulo 17: A PAZ DE DEUS E SEU PAPEL NA CONSOLIDAÇÃO DA ORDEM SENHORIAL FRANCESA

Lucas Moreira Calvo 178

Capítulo 18: UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO. O FORAL DE GUIMARÃES (SÉCULOS XI-XII)

Matheus Godioli Pires Camacho 190

Capítulo 19: RENASCIMENTO CULTURAL DO SÉCULO XII-XIII NA TÓPICA SATÍRICA DOS CARMINA BURANA

Maycon da Silva Tannis 200

Capítulo 20: PATER PAUPERUM: A MANIFESTAÇÃO POLÍTICA DO AFFECTUS PIETATIS NA CONDUÇÃO DOS POBRES NA REALEZA CAPETÍNGIA (SÉC. XIII)

Wanderson Henrique Pereira 211

Parte 4 – História Moderna

Capítulo 21: VELHOS SELVAGENS, NOVAS TAPUIAS: JURISDIÇÕES IMPERIAIS IBÉRICAS E AS NOVAS HIERARQUIAS AMERÍNDIAS NA AMÉRICA PORTUGUESA (1545-1592)

Bento Machado Mota 222

Capítulo 22: “CONHECER PARA DOMINAR”: OS SIGNIFICADOS DE EVANGELIZAÇÃO AMERÍNDIA PARA O FRANCISCANO BERNARDINO DE SAHAGÚN

Daniella Fraga 231

Capítulo 23: LUÍS DOS SANTOS VILHENA: PENSAMENTO ILUSTRADO NA COLÔNIA

Gabriel de Abreu M. Gaspar 239

Capítulo 24: CRISTÃOS-NOVOS NA ÉPOCA MODERNA: A EMIGRAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE MANUTENÇÃO DA FÉ MOSAICA

Gislaine Gonçalves Dias Pinto 246

Capítulo 25: O VILANCICO NA CAPELA REAL. O NATAL DE 1640

Laís Morgado Marcoje 259

Capítulo 26: MOURISCAS JUDAIZANTES NO PORTUGAL DO SÉCULO XVI

Rachel Romano dos Santos 267

Capítulo 27: A INSERÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS EM ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS

Suelen Siqueira Julio 280

Capítulo 28: REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO TEATRO DE ANTONIO RIBEIRO CHIADO

Vanessa Gonçalves Bittencourt de Souza 288

Capítulo 29: NA MIRA DA INQUISIÇÃO: AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS DE PADRES SODOMITAS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Veronica de Jesus Gomes 296

Parte 5 – História Contemporânea

Capítulo 30: “DA UNIVERSIDADE ‘MODERNIZADA’ À UNIVERSIDADE DISCIPLINADA”: NOTAS DE UM TRABALHO SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.

Alan Dutra Cardoso 309

Capítulo 31: LUGARES DE MEMÓRIA: CENÁRIOS DE DISPUTAS DE HISTÓRIA E IDENTIDADE: O MUSEU AFRO BRASIL E O SEU PAPEL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Ana Carla Hansen da Fonseca 318

Capítulo 32: HISTÓRIA, GÊNERO E LITERATURA NA SÉRIE PARADIDÁTICA ELES FIZERAM A HISTÓRIA DO BRASIL

André Barbosa Fraga 328

Capítulo 33: ÓRGÃOS DE VIGILÂNCIA E CONTROLE NA DITADURA MILITAR NA COMUNIDADE ACADÊMICA: ANÁLISE DOCUMENTAL A PARTIR DE OFÍCIOS CONFIDENCIAIS DA ESCOLA POLITÉCNICA DA UFBA ENTRE 1971 A 1974

Anne Alves da Silveira, Ceci Bastos de Souza Pardo Casas e Louise Anunciação Fonseca de Oliveira 341

Capítulo 34: POLICIAMENTO EM SÃO PAULO: ADMINISTRAÇÃO DOS POSTOS DE COMANDO DAS GUARDAS POLICIAIS (1834-1850)

Bruna Prudêncio Teixeira 352

Capítulo 35: A SOCIEDADE CEARENSE LIBERTADORA E UM PROJETO DE ABOLIÇÃO NO CEARÁ (1881-1884)

Camila de Sousa Freire 364

Capítulo 36: O PROTAGONISTA DE CINEMA: OS HERÓIS MASCULINOS DA NOVA HOLLYWOOD

Carlos Vinícius Silva dos Santos 372

Capítulo 37: HISTÓRIAS CONECTADAS E SANTOS NEGROS

Caroline dos Santos Guedes 384

Capítulo 38: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LITERATURA DE VIAGEM EM DOMINGO F. SARMIENTO E PAUL GROUSSAC

Daiana Pereira Neto 392

Capítulo 39: MERCADÃO DE MADUREIRA: COMÉRCIO DE ANIMAIS E TRADIÇÃO

Danilo Monteiro Firmino 401

Capítulo 40: BOTICAS, FUNCIONÁRIOS DO ULTRAMAR E INTERMEDIÁRIOS DO TRÁFICO A SERVIÇO DA CURA: FINAL DO SÉCULO XVIII E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX BRASIL/ANGOLA. O FORTALECIMENTO DA REDE DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS

Fernanda Ribeiro Rocha Fagundes 411

Capítulo 41: DE COMO FOI INVENTADO O FEUILLETON-ROMAN, E DO SUCESSO DE ALEXANDRE DUMAS (1836-1850)

José Roberto Silvestre Saiol 422

Capítulo 42: RETRATOS DO BRASIL: A FOTOGRAFIA PÚBLICA NOS ARQUIVOS DO IBGE

Marcus Vinícius de Oliveira 430

Capítulo 43: ENTRE CARTAS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA REVOLUÇÃO DE 1924 EM SÃO PAULO E DE SUAS LIGAÇÕES COM A COLUNA MIGUEL COSTA PRESTES

Maria Clara Spada de Castro 441

Capítulo 44: A OBRA “MÁXIMA” DO BRASILEIRO – PEQUENA ANÁLISE SOBRE O PROJETO DA ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO ENTRE O MODERNISMO E O NACIONALISMO (1937-1973)

Mariana Rodrigues Tavares 452

Capítulo 45: A CAIXA ESTADUAL DE CASAS PARA O POVO – CECAP – E O INTERIOR PAULISTA: A ATUAÇÃO DE UMA AUTARQUIA GOVERNAMENTAL NA CONSTRUÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS

Michele A. Siqueira Dias 464

Capítulo 46: CONFLITO POLÍTICO EM QUADRINHOS: O EMBATE ENTRE CATOLICISMO E COMUNISMO NA OBRA *TINTIM NO PAÍS DOS SOVIETES*

Morgana Oliveira Rocha da Silva 473

Capítulo 47: EXTENSÃO RURAL E O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (II PND) – 1974-1979

Pedro Cassiano Farias de Oliveira 482

Capítulo 48: A PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL NOS TEMPOS DE DODSWORTH: ADMINISTRAÇÃO E INTERVENÇÃO URBANA (1937-1945). NOTAS DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO

Pedro Sousa da Silva 498

Capítulo 49: A IDADE DA TERRA: A REVOLUÇÃO DO TERCEIRO MUNDO NA AMÉRICA LATINA DE GLAUBER ROCHA

Quezia da Silva Brandão 509

Capítulo 50: VOZES DO ATLÂNTICO NEGRO: AUTOBIOGRAFIAS E MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO NOS ESTADOS UNIDOS (1772-1897)

Rafael Domingos Oliveira 518

Capítulo 51: O *JORNAL DO COMMERCIO*, O ABOLICIONISMO E O JOGO POLÍTICO IMPERIAL: NOTAS DE PESQUISA

Roger Anibal Lambert da Silva 531

SOBRE A 3ª SEMANA DE HISTÓRIA DA UFF E ESTE LIVRO

A 3ª Semana de História da UFF ocorreu em maio de 2015, após outros dois encontros que consolidaram esse projeto coletivo na Universidade Federal Fluminense. Se a preocupação pretérita da organização era o vácuo deixado pela inexistência de um evento acadêmico que congregasse a Área de História da UFF como um todo, podemos afirmar que em 2016 essa inquietação está sanada, fruto do empenho e dedicação de toda a Área.

Assim como nas edições anteriores, a 3ª Semana de História da UFF ocorreu após uma série de reuniões e debates, e contou com o apoio de vários alunos, professores, laboratórios e grupos de pesquisa. Cabe salientar que a Semana de História não teria ocorrido sem o apoio de todos esses setores da Universidade, que muito alegres nos receberam.

Em primeiro lugar, destacamos a atuação do *Programa de Pós-Graduação em História*, sob a coordenação das Professoras Ana Maria Mauad e Samantha Quadrat, que muito felizes nos receberam e auxiliaram com apoio financeiro e demonstraram entusiasmo para com o evento e a publicação deste livro. Ao Departamento e a Coordenação de curso, com atenção especial para a atuação de Juceli Silva.

Grandes apoios vieram de outros setores, como o INCT/*Rede Proprietas*, através de sua coordenadora geral, a Profª. Drª. Márcia Maria Menendes Motta; do *Núcleo de Estudos Contemporâneos*, por meio da Profª. Drª. Janaina Cordeiro. Agradecemos também à *Associação Nacional de História (ANPUH-RJ)*, até então presidida pela Profª. Drª. Mônica Martins, e a *Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES)*; A *Revista de História da Biblioteca Nacional*, pela cessão de exemplares a serem distribuídos. Ademais, registramos nosso reconhecimento pelo auxílio prestado pelos demais laboratórios e pelos alunos envolvidos na organização deste grande evento. A Stefania Sasone Bosco Giglio pela revisão geral da obra.

Este livro é resultado de um processo longo, é verdade. A 3ª Semana de História da UFF registrou mais de uma centena de apresentações de comunicações, reunindo pesquisadores de vários estados do país. Aqui estão elencados os trabalhos daqueles

que se propuseram a enviá-los e submetê-los ao parecer de um professor doutor. Agradecemos a todos que aqui publicaram e participaram do evento, para além dos professores que se dispuseram a trabalhar como pareceristas. Almejamos que os artigos aqui publicados sejam bem recebidos pelo público e que sejam importantes para a reflexão e pesquisas futuras dos mais variados campos da História.

Boa leitura!

APRESENTAÇÃO: *Conhecimento, avaliação e liberdade!*

Vivemos afogados pelos sistemas de avaliação. Alguns são parceiros desta empreitada e acreditam que ajuizar as obras seja uma ação próxima à da matemática mais básica: a adição. Por este viés, os critérios são determinados pela “soma de todos os medos”. Os programas aparecem como um conjunto de fatores quantitativos, sublimando, muitas vezes, a riqueza qualitativa de uma, apenas uma produção. Pelas regras que hoje nos norteiam, muitos de nossos grandes historiadores estariam fadados ao esquecimento. Bom, é fato que alguns desses insubstituíveis pensadores têm sido desprezados, mas isso já não tem a ver com os preceitos de análise. De todo modo, eles talvez não pudessem compartilhar o Olimpo de um Programa de Pós-Graduação em História. É possível crer que viéssemos a pedir desculpas pela pouca produção de outrem.

Mais orgulhoso com nosso sete (nota máxima emitida pela CAPES), o PPGH está sempre se recriando, com um “olho no peixe e outro na frigideira”. Enquanto os órgãos de fomento não reveem sua posição, cumprimos as regras, mas abrimos brechas para fazer o que mais gostamos: divulgar as pesquisas das novas gerações, incentivar as angústias dos investigadores *juniors*, pois, em algum momento, há de aparecer um outro Nunes Leal, uma outra versão de Ciro Cardoso. Ao fazer isso, o PPGH recupera a acepção original e correta da palavra fomentar: impulsionar, alimentar, potencializar, sem nos preocuparmos em saber se o discente é daqui ou de acolá. Estejamos libertos da prisão dos órgãos e deixemos que os alunos façam as suas escolhas.

Os textos que compõem este livro, *Diálogos com a História*, vão nesta direção. Como não se fascinar pela ousadia de Antônio Lessa Kerstenetzky, ao aproximar as ilações de Aristóteles com a de E. P Thompson? O que dizer então da Alquimia como objeto de pesquisa, pelo olhar de Bruno Godinho? Caio Barbosa deve ter surtado, ao assumir o desafio de discutir Walter Benjamin, Michael Lowy e G. Lukacs. Também é instigante perceber as possibilidades abertas pela interface entre ciência e ficção, pelas lentes precisas de Edson de Lima.

Três jovens investigadores introduziram-se na areia movediça do ensino da história e nos ofereceram uma lição. Contamos também com um antropólogo para

nos fazer lembrar das abordagens de Lévi-Strauss sobre a História. João Gomes Junior enfatiza o cinema como recurso didático nas salas e nos dá uma aula!

Não menos impactante é o texto de João Vitor Lima sobre história conceitual relacionada com o que chamamos de história social. Luís Dario Filho revisita um tema clássico: os bandeirantes; mas abre uma nova janela de discussão. O que devo mencionar do atrevido Mateus do Nascimento, ao desvelar a literatura de Haruki Murakami e Norwegian Wood?

Na área de História Antiga, um conjunto de trabalhos também afirmam o campo. Juliana do Santos analisa a sexualidade feminina em Atenas do século V A.C e Mariana Virgolino discute as “Oferendas Votivas e Agón”, o que me obrigou a abrir o *Google* para entender... Senti saudades de meus professores de Antiga. Fiquei menos desconfortável, mas também curiosa, ao ler a composição de Marlon Ferreira sobre os Sambaquis em Saquarema. Mas o aconchego durou pouco, ao ler as observações sobre Heródoto, de Mateus da Silva. Por que a memória me trai?

Sigo lendo História Medieval, embalada pelas lembranças das aulas de Vânia Fróes. Contudo, de imediato, vejo-me novamente na zona do desconforto. O ensaio de Afonso Teixeira sobre o árabe islâmico fez-me lembrar de minha ignorância. Aprendi um pouco mais. Nem acreditei que li uma pesquisa de um mestrando sobre a realeza inglesa do século XV. Vejo a minha vaidade ir para o ralo: adorei, aprendi ainda mais. Ei que me chega a “Paz de Deus” de Lucas Calvo e me delicio com a discussão deste jovem autor.

A investigação de Matheus Camacho recolou-me inteira e adorei acompanhar sua abordagem acerca do Foral de Guimarães. Porém, de imediato, vi-me inquieta com o ensaio de Maycon Tamis sobre o renascimento cultural. É fato também que o debate sobre a pobreza na realeza capetíngia fez-me lembrar meus cursos na Aliança Francesa: amei rememorar.

Minha disciplina de História Moderna há de se nutrir dos textos destes jovens. O belo trabalho de Bento Motta sobre as jurisdições imperiais ibéricas já me colocou novas questões. Daniella Fraga, por sua vez, ilumina as reflexões sobre a evangelização no México. É impressionante o texto de Gabriel Gaspar sobre Luís dos Santos Vilhena. Fui perseguida também pela análise conduzida por Gislaine Pinto sobre os Cristãos Novos e emigração. Fato: nada sabia sobre o gênero poético musical

intitulado Vilancico e explorado por Lais Marcoje. Dois processos inquisitoriais portugueses são exemplarmente discutidos no estudo de Rachel dos Santos. Suelen Júlio revisita duas linhas de pesquisas para elucidar o papel das mulheres em área de fronteira, o que me fez lembrar das discussões sobre o conceito de fronteiras internas. As mulheres - sempre nós - somos objetos também de Vanessa de Souza, em sua análise sobre o Teatro de Antônio Ribeiro Chiado. Mas aí vem os padres sodomitas de Veronica Gomes, ao indagar sobre sexualidade e hierarquia social no antigo regime.

Em História Contemporânea, deparo-me com um orientando meu, Alan Dutra, que anda por aí a escrever sobre universidade e educação sem o meu conhecimento. Sinto-me orgulhosa dos meus, que são de todos. Nada mais atual do que a discussão de Ana Fonseca sobre o museu Afro-brasileiro.

Aprendi também sobre os livros paradigmáticos, a partir das interpelações sobre gênero e literatura de André Fraga. O que dizer do texto de Bruna Teixeira sobre as Guardas Policiais paulistas da primeira metade do século XIX? Exemplar. O mesmo se pode dizer da Camila Freire, em seus primeiros trabalhos sobre a Abolição no Ceará.

O gênero masculino tem o seu lugar no belíssimo estudo de Carlos dos Santos sobre os heróis de *Hollywood*. Entretanto, os *Santos Negros* também se apresentaram na instigante discussão de Caroline Guedes. Daiana Neto abraça os viajantes, a literatura de viagem e nos convida para um belo percurso.

Mas interessante ainda é encontrar o Mercado de Madureira pelas lentes de Danilo Firmino e as redes de sociabilidade de um local emblemático do Rio de Janeiro. Não menos impactante é ler a rede de conhecimento científico no Brasil e em Angola pelas considerações de Fernanda Fagundes. É emocionante refletir sobre Alexandre Dumas, pela ótica de José Saio: imperdível.

A vida não é feita somente de romances, é, portanto, preciso desnudar os porões da ditadura produzido para e na academia, como se lê no ensaio produzido por Anne Silveira, Ceci Casas e Louise de Oliveira. Também é possível visitar a fotografia e apostar numa história pública, como faz Marcus de Oliveira num estudo sobre as fotos produzidas pelo IBGE.

Maria Clara Castro revisita a Revolução de 1924 em São Paulo, trazendo uma nova oportunidade de análise sobre um tema aparentemente esgotado. A mesma

coragem revela-se no estudo de Mariana Tavares sobre a Enciclopédia Brasileira, da Era Vargas à 1973. Há algo tão atual como a Casa Estadual do Povo, órgão criado pela ditadura e analisado por Michele Dias?

Morgana da Silva desconstrói o *Tintin* de Hergé para esquadrihar o conflito ideológico que perpassava o anticomunismo. Muito bom! Pedro Oliveira, por sua vez, persegue o II Plano Nacional de Desenvolvimento produzido na ditadura - raro objeto de pesquisa dos historiadores. Para a primeira de nossas lamentáveis ditaduras, recomendo a leitura sobre o interventor do Distrito Federal, entre 1937 e 1945, de autoria de Pedro da Silva.

No universo dos desejos, vale a pena ler o ideal revolucionário, a partir da ótica de Glauber Rocha, escrito por Quezia Brandão. E, se a liberdade é a maior de todas as quimeras, como não ler o estudo de Rafael Oliveira sobre as autobiografia e memórias da escravidão nos Estados Unidos? Neste desejo por mudanças radicais, ainda temos o seu avesso: a leitura conservadora sobre a liberdade pelo *Jornal do Comércio*, o mais importante jornal do Brasil Império e analisado por Roger da Silva.

Tudo isso representa o conjunto desta obra que agora o PPGH e os professores do Departamento oferecem ao leitor. Pouco nos importa a avaliação que nos será dada pelos órgãos de fomento. Não viemos ao mundo para nos conformar. A produção destes textos nos faz crer que existe uma vida acadêmica muito mais rica do que imaginamos. Fiquemos livres das avaliações e das gradações acadêmicas que nos aprisionam. É possível ter talento ainda na graduação. Boas ideias às vezes não precisam de títulos, mas é preciso ter coragem para reconhecer que há muita gente boa por aí. É necessário, ainda, acreditar que o conhecimento, este sim, é libertador. Divirtam-se!

Márcia Maria Menendes Motta

(Docente do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da
UFF- Coordenadora do INCT/REDE PROPRIETAS)

PARTE 1: Teoria, Metodologia e Ensino da História

Capítulo 1: E.P. THOMPSON E ARISTÓTELES: A UTILIZAÇÃO DA LITERATURA ENQUANTO FONTE HISTÓRICA¹

Antonio Lessa Kerstenetzky²

Antes de mais nada, uma breve consideração. Este texto se trata de uma conversa entre pessoas que viveram em milênios diferentes, uma prática que não goza do maior dos prestígios entre os historiadores. O uso que farei de Aristóteles aqui, no entanto, não é o de homem de seu tempo. Várias de suas ideias, contidas na *Poética*, servem-nos ainda hoje para pensar nossa relação com obras literárias, e é nesta capacidade que mobilizá-lo-ei.

É um pressuposto da história cultural que objetos artísticos – a literatura entre eles – possam servir como fontes documentais. Ou seja, que possam ser usados como algo que não é fim em si mesmo, mas como pista para a investigação de modos de vida, sistemas econômicos, mentalidades, modos de produção e outras preocupações mais centrais do trabalho do historiador, dependendo da escola da qual participa.

Muitas vezes ao caracterizar assim seu objeto o historiador passa por cima de um debate secular na estética: aquele entre filósofos “conteudistas” e filósofos “formalistas”, para usar a tipologia do italiano Luigi Pareyson. Os formalistas, como Kant, concebem a beleza de uma obra de arte “como uma finalidade sem fim, somente formal, independente de qualquer referência a outros valores, perturbada pela intervenção do conhecimento ou da existência, da moralidade ou da utilidade”³.

Já os chamados “conteudistas”, como Marx, Hegel e Proudhon, veem nas obras de arte representações de ideias retiradas da realidade. No caso de Marx, a arte pode ser considerada parte de uma missão social deliberada, ou no mínimo a expressão de uma visão de mundo calcada na inserção de seu autor na realidade.

Este debate está de certa forma superado na filosofia da estética, tendo os filósofos que com ela trabalham hoje chegado a um certo consenso de que há uma

¹ Agradeço aos comentários e sugestões de um parecerista anônimo.

² Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense

³ PAREYSON, 2005. p. 59.

indissociabilidade entre conteúdo e forma – para Pareyson, conteúdo poderia ser dito como “modo de formar”⁴.

De qualquer forma, a postura da história cultural parece colocá-la como tributária da tradição conteudista. Em seu ensaio de 1978 *Commitment in Poetry*, E. P. Thompson expõe o que crê ser a fonte do poder da poesia: seu “compromisso” com a realidade. Para ele, os compromissos são “como chapéus”, que o “poeta é livre para escolher (...), tanto do sótão da história quanto das boutiques radicais de hoje”⁵. Elegi Thompson, aqui, para representar o todo da História Cultural porque muitas de suas premissas parecem ser gerais ao campo⁶. Peço que esta comunicação não seja entendida, portanto, apenas como o exercício fútil que seria um debate entre Thompson e Aristóteles. Se tiver sucesso, gostaria que sirva para pôr em questão práticas que muitos historiadores adotam como se fossem óbvias e não carecessem de uma justificativa filosófica.

Volto, portanto, a Thompson. O papel do poeta na sociedade, para o historiador inglês, é fazer compreensíveis, através de seus versos, os discursos políticos que existem. Apesar disso, Thompson diz que os poetas são muitas vezes péssimos como juízes do que é bom, do ponto de vista político. Isto de certa forma recupera (implicitamente) o argumento de Platão na *República* de que a técnica do poeta é o saber contar convincentemente, não o conhecer a verdade – o que faz com que os poetas tenham o deletério poder de convencer as pessoas de coisas que eles não sabem se são ou não a verdade⁷. Mas, ao contrário do Sócrates da *República*, Thompson crê que podemos escapar de ser enganados por poetas que fazem más escolhas políticas se prestarmos atenção à mão que segura a caneta – de qual classe vem o poeta, quais são suas formas de sociabilidade, etc.

⁴ PAREYSSON, op. Cit. , p.60.

⁵ THOMPSON, E. 1994, p. 330.

⁶ A maior justificativa para o uso de Thompson como representante da História Cultural está em minha própria experiência na graduação em História na UFF, durante a qual tive a oportunidade de estudar com vários expoentes da História Cultural no Brasil. Esta experiência me fez perceber o grande fator unificador da História Cultural como o conteudismo – seria premissa da História Cultural que é possível ver na obra de arte um conteúdo que lhe ultrapassa, sem o qual seria impossível tratá-la como fonte, material de trabalho do historiador. Do ponto de vista lógico este raciocínio também parece fazer sentido: dado que o material de trabalho do historiador é a fonte; dado que a fonte, por definição, é um objeto que faz ver algo que está além de sua própria forma; o olhar do historiador portanto está voltado ao conteúdo da relação da obra com o mundo, o que o torna um conteudista. O ensaio de Thompson apresenta uma justificativa razoavelmente coerente para o conteudismo, e por isso o inglês foi escolhido aqui como representante de seu campo.

⁷ Ver, por exemplo, o *Íon* e os livros 2, 3 e 10 da *República*.

Parte da confusão que se vive hoje em dia seria resultado tanto da incapacidade da poesia de cumprir esta sua função histórica quanto da pouca atenção que o público em geral lhe tem dispensado. Volto a Thompson: “Se tivéssemos uma poesia melhor talvez tivéssemos uma sociologia menos ruim e uma política menos vazia e mentirosa”⁸.

Em suma, para Thompson a poesia serviria para nos ajudar a organizar os valores que estão em jogo na sociedade atual, que são difíceis de ser observados e teria, portanto, influência direta sobre o processo da dialética: ao vermos que os valores em jogo são incompatíveis entre si no âmbito da política, batalharíamos para mudá-los. Este poder da poesia não pode ser facilmente explicado: “se alguém soubesse [explicá-lo] em prosa, não haveria necessidade dos poetas”⁹.

O próprio Thompson abre um flanco em sua exposição quando adota apenas metade do argumento socrático sobre o poder de explicação dos poetas. Ele propõe que o aspecto no qual os poetas levam grande vantagem enquanto comentadores é seu domínio da forma: sabem explicar melhor que os demais as coisas do mundo. Se tivesse seguido o curso lógico desta argumentação, talvez tivesse chegado na expulsão dos poetas que Platão fez de sua República.

Afinal, presumindo que o poeta é melhor que todos os outros para explicar o mundo, se um poeta usar seu domínio da forma para espalhar uma mentira, ninguém teria capacidade de expor a falsidade e o resultado seria que os não-poetas seriam convencidos por algo que não é verdade. Pior – mesmo que o poeta não seja mal-intencionado, o que o distingue como poeta é seu contar, como disse antes, e não seu conhecer, o que faz com que seja muito bom de contar coisas que não são necessariamente verdade.

Não é possível dizer que o pensamento estético de Thompson é tributário de Platão por que o inglês não chega às últimas consequências do curso de argumentação em que entra – com as quais possivelmente não concordaria, por fazerem com que elogie pessoas que não falam sobre a realidade, que afinal é o que deseja. De qualquer forma, creio que há na discussão estética grega um conceito capaz de iluminar o conteudismo dos historiadores: o de *mimesis*.

⁸ THOMPSON, 1994, p. 333

⁹ THOMPSON, 1994, p. 337

Usarei daqui para frente o termo grego porque em português há múltiplas traduções, entre as quais “imitação”, “representação”, “reprodução”. A *mimesis* é, na feliz construção de Stephen Halliwell, “a chave para a questão primária da relação entre obras de arte e o mundo”¹⁰. Um dos motivos pelos quais a estética de Thompson não é a de Platão é que o ateniense tinha uma visão das obras de arte muito mais como “imitações” da realidade do que como “representações”, interpretação introduzida por Aristóteles e que marca ainda hoje nossa forma de ver a arte (“o quadro x representa y”).

Por isso, parece-me frutífero voltar os olhos ao estagirita, primeiro a propor uma filosofia estética que não terminasse com a condenação dos poetas – e com características conteudistas que poderiam, a princípio, justificar as ideias de Thompson e servir de cama para as pesquisas em história cultural.

Antes de mais nada, escoro-me em Halliwell para dizer por que é possível, apesar de a *Poética* ser, a um olhar desatento, um manual de como se deve fazer uma boa peça de teatro, usá-la para falar de poesia ou de outras formas artísticas em geral. Este é o caso porque Aristóteles parece ter escolhido as tragédias como seu foco porque estas eram, em sua época, a forma artística mais bem desenvolvida em termos de sofisticação segundo os critérios que estabelece (alguns dos quais teremos tempo de ver). Como forma mais sofisticada de arte, a tragédia é central na *Poética*, que, portanto, pode ser vista como tratado sobre estética e não só sobre teatro.

Um dos pontos centrais da *Poética* é que nela está contida parte da definição de natureza humana de Aristóteles. No capítulo 4, ele escreve que o homem é um animal mimético, por natureza, não só porque representa em forma de arte a natureza, como tem prazer em assistir representações. *Poiesis* quer dizer, em grego, *fazer*. O que o homem, animal mimético, faz quando cria uma tragédia é imitar a natureza em dois níveis: sob a forma dos enredos das peças, cujas estruturas, veremos, são como as da natureza, e através do próprio processo de criar uma trama, que é objeto criado rumo a uma finalidade, aspecto presente nas “obras” da natureza do ponto de vista metafísico, na concepção aristotélica.

¹⁰ HALLIWELL, 1998, p. 109.

Os enredos das peças são também como a natureza por causa do que Cynthia Freedland¹¹ chama de “concepção idealizada de realidade” que Aristóteles tem. Para o estagirita, todos os fenômenos são causas ou efeitos de outros fenômenos. O conhecimento das essências, que é o objetivo último da metafísica, é o conhecimento dos primeiros fatores causais, elos iniciais de sequências de eventos que explicam tudo o que há no mundo.

Um enredo bem feito é uma trama de relações causais que se encerram nos limites escritos pelo autor. Uma tragédia aristotélica é a narrativa de *uma* ação, descrita por inteiro. Isto quer dizer que todos os elementos da peça são necessariamente causas ou efeitos – nada do que é observado acontece por acaso, e nenhum dos elementos pode ser retirado sem que isso signifique que a ação não foi mais retratada por inteiro.

O prazer de uma peça de teatro está ligado a esta estrutura. Em nossa vida cotidiana, apesar de buscarmos isso, não somos capazes de observar as relações causais que buscamos como explicação para os eventos que nos circundam. É difícil encontrar uma explicação para uma morte estúpida, por exemplo, como um atropelamento. Numa tragédia, no entanto, todas as causalidades são observáveis – se alguém morre numa peça de teatro aristotélica, na própria peça há o *motivo* para a morte – mesmo se este motivo seja exatamente chamar a atenção para a gratuidade com que uma vida pode ser tirada.

Por isso, uma tragédia bem-feita causa prazer por satisfazer nossa necessidade de conhecimento – entendido aristotelicamente como apreensão de relações de causa e efeito. Como diz Halliwell¹², o prazer da tragédia vem do preenchimento de um potencial natural de uma outra característica da natureza humana para Aristóteles – a conhecida afirmação da Metafísica: a de que todo homem busca o conhecimento. No caso da tragédia, este prazer é de uma variável do conhecimento que Dupont-Roc e Lallot¹³ chamam de “reconhecimento” – de ver um objeto que já se conhecia, mas desta vez ver sua forma, concebida em termos de relações de causa e efeito observáveis e dizer “Ah!, então é isso”.

¹¹ FREEDLAND, 1992.

¹² Op. cit.

¹³ DUPONT-ROC, R. e LALLOT, J., 2011.

Uma boa tragédia, no entanto, não fala de qualquer coisa. Como reparou Freedland¹⁴, a ação em questão é sempre a manifestação de uma escolha moral. As consequências desta escolha são capazes de causar pena ou medo na plateia (pensar por exemplo no que causa a cena em que Édipo arranca seus olhos, ou a em que plateia é confrontada com possibilidade de matar seu próprio pai por engano, no *Édipo Rei*). E o resultado destas emoções é o *telos* da tragédia: a *khatarsis*, traduzida geralmente como “purgação”.

Há hoje duas linhas de interpretação do que é a catarse. Para Martha Nussbaum¹⁵, ela representa uma oportunidade de esclarecimento intelectual sobre como estes sentimentos operam em nós. Esta posição “cognitivista”, como a chamou Freedland, parte do pressuposto que a plateia sairá do espetáculo conhecendo melhor os desafios morais do mundo e suas saídas verdadeiras. Já para autores como Jonathan Lear¹⁶, a catarse é uma espécie de cristalização do que já sabia racionalmente em termos emocionais.

De qualquer forma, o *telos* de uma tragédia é a produção de conhecimento sobre situações do mundo moral. Neste sentido, podemos encontrar entre Thompson e Aristóteles uma ponte – Thompson viu nos poetas pessoas capazes de explicar, através da linguagem que lhes é peculiar, fenômenos do mundo real que seriam de difícil compreensão de outra forma.

Um dos limites deste paralelo está no prazer que uma tragédia é capaz de proporcionar, no caso de Aristóteles, mas que talvez não se aplique ao “poeta comprometido” de Thompson. O poder de explicação destinado ao poeta por Aristóteles está fundamentalmente ligado à sua capacidade de provocar emoções ligadas a situações morais nos espectadores.

Como Thompson não toca no assunto do prazer ligado à leitura de poesia ou às emoções que possivelmente causa, nos resta especular de que formas a poesia politizada poderia causar estes efeitos. No caso aristotélico, as emoções só são possíveis porque a plateia pode observar o desenrolar-se por inteiro de *uma* ação, geralmente centrada em torno de um personagem que deve lidar com dilemas morais.

¹⁴ Op. cit.

¹⁵ Apud Freedland, op. cit.

¹⁶ Idem.

Por mais que neste caso esteja falando sobre algo de que não domino, acho que não seria difícil justificar que uma obra que fosse dar conta de um assunto político nunca poderia ser só sobre uma ação – a política sendo palco de inúmeras ações de vários atores, para usar uma metáfora que a aproxima da estética. Sendo assim, seria impossível fazer uma trama aristotélica que desse conta da política.

Isto me leva a um pequeno desvio – seria possível argumentar que a série *House of Cards* (ou as peças “políticas” de Shakespeare) tenta exatamente algo deste tipo. Como muitas produções cinematográficas americanas, *House of Cards* segue muitos dos preceitos aristotélicos da *Poética*, e a totalidade finita da tragédia é certamente o mais importante. Mas por mais que seja sobre um aspecto da política, seria ingênuo dizer que ela é *conhecimento* sobre política – um espectador da série não sai sabendo a verdade sobre o sistema político americano ou quais são as dificuldades em se passar legislação, mas sim algo sobre os dilemas morais que os personagens enfrentam e a qual código de ética subscrevem.

Sem este aspecto crucial – o transformar em trama – o poeta hipotético de Thompson que fala sobre política perde Aristóteles como um filósofo com um sistema de filosofia da estética capaz de dar a ele uma sustentação (ou seja, capaz de garantir que este hipotético poeta, que fala de política, é artista, e não simplesmente um comentarista político).

Uma outra possível justificativa aristotélica para o poeta thompsoniano seria sua qualidade de animal mimético – o poeta teria, por sua própria natureza, a tendência de representar o mundo no qual vive, aí incluídas suas ideias políticas. O problema está na ideia aristotélica de *mimesis*. O que o poeta imita, ou representa, não são os atributos da realidade – partes não essenciais como o que é dito, quem está governando, etc. O mimetismo é do mecanismo de funcionamento da natureza na reprodução das relações causais que esta tem numa espécie de “ambiente controlado”, como aquele de uma peça de teatro. Falar aristotelicamente da realidade diz respeito mais a descrever o *como* do que o *quê* ou *quem* do poeta thompsoniano.

Talvez caiba aqui, no final, uma justificativa. Se a estética de Aristóteles não serve de justificativa ao trabalho de Thompson, para quê trazê-la para esta comparação? Posso responder isto da seguinte forma. A estética aristotélica é a mãe

de todas as estéticas conteudistas, como aponta Halliwell¹⁷ (e de algumas formalistas também, mas por motivos menos óbvios). Todas estas se escoram em uma concepção de natureza humana que condiciona o modo como o homem representa a realidade.

Sendo assim, a ideia de *mimesis* (de novo, para Halliwell – o eixo entre a obra de arte e a realidade) está naturalmente presente em qualquer autor que ache que há em obras de arte elementos de realidade. O estudo da *Poética* de Aristóteles é capaz de revelar, a partir de um pressuposto conteudista de que a arte é imitação ou representação da realidade, quais critérios se pode estabelecer para a definição do que é arte a partir de um conceito de realidade. No caso de Aristóteles, a realidade é uma enorme trama de causas e efeitos, muitos dos quais não podem ser vistos – também isso deve ser a arte, portanto, com a diferença de que, sendo de feitura humana, terá limitações e será, ao mesmo tempo, compreensível para outros homens.

Seguindo estes critérios, a definição de arte de Thompson pareceu frágil. Talvez seja o caso de buscar uma justificativa em outro sistema de pensamento estético conteudista; mas a comparação com o sistema aristotélico dá bons indícios de que a forma como o inglês lê poesia tira dela a alcunha de arte.

¹⁷ Op. cit.

Capítulo 2: A CRÍTICA ESTÉTICO-POLÍTICA DO SURREALISMO: UM DEBATE EM TORNO DE WALTER BENJAMIN, MICHAEL LÖWY E GEÖRGY LUKÁCS

Cairo de Souza Barbosa¹

“Só o que me exalta ainda é a única palavra, liberdade. Eu a considero apropriada para manter, indefinidamente, o velho fanatismo humano. Atende, sem dúvida, à minha única aspiração legítima”².

INTRODUÇÃO

Com essas palavras, o escritor e poeta André Breton, um dos líderes do Surrealismo francês, definiu claramente o objetivo maior do movimento: a busca pela liberdade. Os surrealistas, comumente tratados como pertencentes a uma corrente literária ou artística fruto do caldo das vanguardas modernistas européias, teciam suas críticas ao modelo de arte burguesa, mas também voltavam suas penas para o realismo soviético stalinista e a possibilidade de uma “arte dirigida” e comprometida com a emancipação do proletariado. Nesse movimento, o Surrealismo é percebido como algo além de uma mera acepção estética: ao afastar-se das formas operacionais de arte até então existentes situava-se, assim, no campo simbólico, como uma espécie de “rebeldia” do espírito frente à modernidade capitalista no bojo de sua aproximação com a leitura marxista (antistalinista) do mundo.

A tese acima, do sociólogo franco-brasileiro Michel Löwy, em linhas gerais, ancora sua discussão na idéia de que o Surrealismo não era um mero fenômeno literário, mas sim uma espécie de inconformidade frente os limites do mundo à época. No livro *A estrela da manhã: marxismo e surrealismo* há dois movimentos analíticos: no primeiro, busca caracterizá-lo como um “machado forte” cujo objetivo é quebrar as correntes racionalizantes da modernidade capitalista; depois, procura mostrar os diversos cruzamentos entre marxismo, anarquismo e a crítica surrealista. É seu

¹ Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de Iniciação Científica FAPERJ. Email: kairu172@hotmail.com

² BRETON, André. *Manifestos do Surrealismo*. Tradução de Eliana Aguiar Nau, Rio de Janeiro, 2001, 1 pp.

objetivo maior a busca do reencantamento do mundo, ou seja, a tentativa de restabelecimento do “brilho” da vida humana apagado pela civilização burguesa³.

Esse argumento, porém, encontra sua raiz na genialidade de Walter Benjamin. Se o Surrealismo era “o último instantâneo de inteligência europeia”, como aponta o título de seu ensaio, significava, portanto, que sua forma, ao levar ao limite a possibilidade de representação do mundo, transfigurava-o, pautando a transparência ou um afastamento da tendência pequeno-burguesa e arrivista da descrição. Se a hostilidade burguesa contra toda a liberdade espiritual gerava um ostracismo crítico, o Surrealismo, por outro lado, procurou trilhar um caminho “revolucionário”, emancipador e crítico da modernidade capitalista europeia. Sendo uma espécie de iluminação profana, inspirada nas condições materiais da vida, não se furtou às galerias da grande arte: buscou a liberdade maior do mundo, a humana.

Contudo, há certa vertente da crítica, especialmente as conhecidas como “textualistas”, que consideram a arte como algo relativamente autônomo, ou seja, um *corpus* onde os choques sociais se fazem pouco presentes, sendo ela em geral tida como alheia aos grandes problemas do mundo. Nada prende o artista: nem formalidade, nem regras, nem leis relacionadas ao conteúdo. Ele é independente de qualquer moral. O principal motor da arte seria, portanto, seu estado de espírito particular no momento da criação. Essa discussão, travestida do tópico “autonomia da arte”, diz respeito, no fundo, ao fundamental debate da Ideologia, onde cabe uma pergunta clássica: até que ponto há mesmo essa independência com relação às idéias e, sobretudo, às concepções dominantes que circulam na sociedade? Ou melhor: partindo da perspectiva lukacsiana acerca do binômio arte dirigida x arte livre, o objetivo é discutir como o mundo moderno pensa a liberdade artística como sinônimo de soberania da expressão individual imediata de experiências particulares.

SURREALISMO: “A ESTRELA DA MANHÃ”

Em linhas gerais, o Surrealismo ficou conhecido como um “movimento artístico e literário” nascido em Paris na década de 1920, inserido no contexto das vanguardas que comporiam o modernismo no período entre as duas

³ LOWY, Michael. *A estrela da manhã: surrealismo e marxismo*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 9 pp.

Grandes Guerras Mundiais. Fortemente influenciado pelas teorias psicanalíticas de Sigmund Freud (1856-1939), enfatizou o papel do inconsciente na atividade criativa, pautando uma arte emancipadora com relação à mecanização da vida moderna. Em linhas gerais, o Surrealismo tratava-se de “um protesto contra a racionalidade limitada, o espírito mercantilista, a lógica mesquinha, o realismo rasteiro de nossa sociedade capitalista-industrial, e a aspiração utópica e revolucionária de ‘mudar a vida’”⁴.

Contudo, a modernidade capitalista à qual se referiam os surrealistas, de modo geral, não surgiu assim unificada. Modernidade e capitalismo não são necessariamente a mesma coisa. O paradigma que chamamos de modernidade surgiu entre os séculos XVI e XVIII, antes mesmo de o capitalismo industrial dominar a cena europeia ocidental. Ao longo dos séculos, cruzaram-se até se tornarem uma espécie de cronótopo “tempo histórico”⁵, se tornando também um modo de produção da vida. Em linhas gerais, Karl Marx (1818-1883) pensa a modernidade como fruto de um longo e radical processo de construção material a partir do choque de opostos, a saber, a luta das classes. Para ele, trata-se de um conjunto de transformações revolucionárias nas relações econômicas e políticas da sociedade, que permitiu, com isso, a afirmação do modo de produção capitalista. Alavancada por um processo material e cristalizado em dimensões superestruturais, a modernidade, calcada na necessidade de produzir e reproduzir, objetifica a classe explorada em um padrão normativo, moral e político no qual ela se vê obrigada a vender, como forma de sobrevivência, sua força de trabalho como mercadoria, consumando-se assim uma expropriação do trabalhador dos meios de produção⁶.

Já na leitura de Georg Simmel (1858-1918), muitas vezes complementar à de Marx, a modernidade germina a partir da cisão entre sujeito e objeto, em um processo de autonomização recíproca, mas inegavelmente condicionado pelo desenvolvimento dos conteúdos objetificados da cultura. Este processo, fruto da moderna divisão do

⁴ Idem.

⁵ Essa definição se ancora na análise daquilo que Hans Gumbrecht chama de “terceiro momento da modernidade”, a intitulada alta-modernidade, baseada, a partir das vanguardas de início do século XX, na compreensão geral do moderno como constante autossuperação. Ver ARAUJO, Valdeí Lopes. Para além da auto-consciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. *Varia História*, v. 22, p. 314-328, 2006.

⁶ CARVALHO, R. C. M. R.; MUDESTO, R. P. Crítica e sentido na modernidade: Marx e Simmel. *CSONline (UFJF)*, v. 1, 2008, p. 215.

trabalho e da monetarização das relações sociais, consolida a modernidade sob o triunfo da tragédia da cultura. Em suma, ambos procuram denotar o caráter alienante (no sentido marxista) da modernidade capitalista, que racionaliza a vida cotidiana em prol de uma ordem econômica e social estabelecida. É preciso, por isso mesmo, uma espécie de ação efetiva contra o engessamento do mundo moderno e capitalista. E a arte, nesse amalgama, é indispensável, ainda que haja uma discussão fundamental sobre seu potencial pretensamente “libertário” e seu caráter “dirigido”⁷.

Por isso, a revolta do espírito enquanto demonstração da crise da modernidade capitalista pode, à escolha do artista, servir como um caminho profícuo para a liberdade humana. É nessa leitura que se âncora a idéia de ruptura da “gaiola de aço” que compatibiliza a produção de uma arte crítica dirigida à modernidade capitalista. Esta leitura Löwy retira de Weber, para quem o mundo se fechou numa estrutura reificada e alienada, pretensamente racional, que encerra os indivíduos nas “leis do sistema” em situação análoga à prisão. Por isso, o Surrealismo tinha como objetivo maior ser um “martelo encantado” que permitisse romper as grades para se ter acesso à liberdade. Era isso que o tornava mais do que uma corrente artística no sentido convencional.

A chamada utopia revolucionária surrealista pretendia “interromper a rotação monótona da civilização ocidental em torno de si mesma”⁸, visando criar um novo movimento, absolutamente livre e harmônico. Essa leitura de mundo é fruto da adesão dos surrealistas ao materialismo histórico no 2º Manifesto. O percurso começa com a entrada de alguns membros no Partido Comunista Francês em 1927; a ruptura com o comunismo stalinista por ocasião do Congresso em Defesa da Cultura, em 1935; a visita de Breton a Trotski no México, em 1938; a fundação da FIARI (Federação Internacional da Arte Revolucionária Independente), entre outras.

O Surrealismo representava a mais alta expressão do romantismo revolucionário no século XX, que por Löwy é entendido como “a vasta corrente de protesto cultural contra a civilização capitalista moderna, que se inspirava no passado pré-capitalista, mas que aspira antes de tudo uma utopia revolucionária nova”⁹. O elo entre romantismo e surrealismo manifesta-se não apenas em temas

⁷ Ibidem, p. 225.

⁸ LOWY, Michael, op. cit, p. 13.

⁹ Ibidem, p 15.

como o mito novo, mas também no conjunto dos sonhos, das revoltas e utopias do movimento, ou seja, partilha-se a tentativa de reencantar o mundo, não através da religião, mas pela poesia. Seguindo Benjamin, Löwy explica que a convergência mais profunda entre surrealismo e o comunismo estava na idéia do pessimismo revolucionário.

Não é a crença teleológica em um triunfo rápido e certo que motiva o revolucionário, mas a convicção profundamente enraizada de que não se pode viver como um ser humano digno desse nome sem combater com vontade inabalável a ordem estabelecida¹⁰.

Löwy destaca Benjamin Péret, que aparenta ser o surrealista mais engajado na ação política no seio do movimento operário e revolucionário marxista, primeiramente como comunista, em seguida, durante os anos 30, como trotskista e, finalmente, no pós-guerra, como um marxista revolucionário independente. Péret escreveu, entre 1955-56, um ensaio sobre Palmares, comunidade de negros quilombolas fugitivos do Nordeste brasileiro que resistiu, ao longo do século XVII, às expedições holandesas e portuguesas que tentavam dar um fim àquele reduto de insubmissos. Péret procurou reinterpretar a tese marxista clássica, segundo a qual a história é o eterno movimento da luta de classes, isto é, a luta dos explorados contra seus exploradores, dando-lhe uma roupagem libertária, ressaltando os aspectos “anárquicos e antiautoritários”. Por isso sua admiração pelo quilombo de Palmares, que para ele se caracterizou pela “ausência de coação” e pela “liberdade total”. O Surrealismo, portanto, foi atravessado pelo “fio vermelho e negro”, comunismo e anarquismo, concentrando suas forças na tentativa de uma revolução.

Assim, o Surrealismo é entendido como um movimento capaz de fundir as idéias de revolta e revolução, comunismo e liberdade, utopia e dialética, ação e sonho. Por isso, ressalta Löwy, o surrealismo é um astrolábio, pelo qual os viajantes, no mundo da modernidade capitalista, podem guiar seus caminhos olhando as estrelas. Em uma clara crítica à ideia de contemplação, sua lógica interna apontava para a dupla tarefa da inteligência revolucionária: a derrubada da hegemonia intelectual da burguesia e o estabelecimento de um contato com as massas proletárias. A partir dessa visão, havia uma percepção clara por parte dos surrealistas acerca da miséria,

¹⁰ LOWY, Michael, op. cit, p. 16.

não somente a material e social, mas a interior, da escravização, que prendia o homem moderno nas jaulas racionalizantes.

OS LIMITES DA LIBERDADE ARTÍSTICA: A CRÍTICA LUKACSIANA

Para Terry Eagleton, a literatura faz parte da superestrutura social, porém

não é apenas um reflexo passivo da base econômica, podendo influenciá-la, também, em uma relação dialética: [...] os elementos da superestrutura reagem constantemente à base econômica e a influenciam. A teoria materialista da História nega que a arte possa, por si só, mudar o curso da História; mas ela insiste que a arte pode ser um elemento ativo em tal mudança¹¹.

Posto que haja claramente uma relação fundamental entre arte, no sentido *lato*, e estruturas econômicas é necessário, antes de tudo, pautar os limites da liberdade artística moderna. György Lukács pensa que a noção de liberdade da arte não pode ser aplicada de maneira mecânica, sendo apenas continuação das idéias deste tema no campo da teoria pura ou da filosofia. Isso não significa aderir ao preconceito moderno que diz que as experiências sociais gerais não teriam ligação com os problemas da arte. Ao falar da relação entre a explosão de instintos humanos e o alcance da liberdade da arte, ressalta que até Nietzsche foi cauteloso: para ele a vida instintiva do artista produz, em sua consciência, o bom e o ruim, o essencial e o inútil; por isso, o que caracteriza o artista de fato é sua capacidade de escolha nesse domínio¹².

Ao falar da Antiguidade e da Idade Média, e até no Renascimento, ele ressalta que não havia liberdade artística tal como se observa em sua época. Nesses períodos, a arte fazia parte da vida pública e os artistas eram guiados, em seus temas e formas, por sua ideologia. De forma mais objetiva, ele explica que tais artistas estavam orientados ideologicamente pela classe social à qual pertenciam por nascimento ou por convicções adquiridas ao longo da vida. Mas não se tratava de uma completa

¹¹ EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. Tradução de Matheus Corrêa. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 24-25.

¹² LUKÁCS, György. *Arte Livre ou Arte Dirigida?* In: _____. *Marxismo e Teoria da Literatura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968, p. 257.

submissão; a chamada vida pública, portadora de um momento ideológico e político, ou seja, um campo de ação, não é uma unidade rígida e imóvel à qual o artista apenas se incorpora mecanicamente, mas sim uma unidade resultante de contradições, de forças antagônicas complexas e que mudam constantemente. Assim,

nestas condições se nasce uma obra de arte, uma representação do conjunto ou de uma parte significativa do conjunto, seja qual for a coerção relativa à forma e ao conteúdo, por mais forte que seja a ‘direção’ ideológica e política, é impossível, por princípio, que no próprio interior desta sujeição, a lógica necessária das coisas, a realidade dialética e sua reflexão não criem um certo ‘campo de ação’ para a liberdade ideológica¹³.

Nesse sentido, um ponto fundamental da concepção surrealista de mundo era a ideia de deriva, que representava, em linhas gerais, um “alegre passeio” fora do mundo da razão instrumental, utilizada cotidianamente para guiar os passos no mundo, cujo objetivo maior era atingir o reino da Liberdade. Como lembra Löwy, citando Benjamin, a noção de deriva pode se aproximar da idéia, muito forte no XIX, do perambulante, que, ocioso, “protestava” contra a divisão do trabalho. A diferença, ponto fundamental, é que, diferente do perambulante, o “derivante” não é prisioneiro do fetichismo da mercadoria, pois sua cabeça está voltada à noção maior de Liberdade, e é com ela que se reencontra. O significado profundo da deriva, portanto, se liga à tentativa de “desracionalizar” e “desinstrumentalizar” a vida, o que leva diretamente a um estágio de embriaguez, de “graça”.

Ao pautar abertamente a noção de liberdade artística como forma de enfrentamento à reificação do mundo, o Surrealismo, contudo, era limitado pelas condições materiais de existência. Como diz Lukács, o objetivo da arte é “imagnetizar” a realidade, refletindo o movimento, a direção e suas orientações essenciais no que tange à sua existência, permanência e transformação. Essa realidade social, por sua vez, cria uma coerção. Com o modo de produção capitalista se desenvolvendo no caminho de sua “perfeição”, a idéia de liberdade passa a pairar absoluta, fazendo cessar qualquer coerção temática; por isso, a liberdade total de invenção torna-se

¹³ Ibidem, p. 258.

liberdade de servidão. O que se sucede, portanto, é que este novo artista se encontra na situação de mero produtor de mercadorias em relação ao mercado abstrato. Ocorre que sua liberdade é tão grande quanto a do produtor de mercadorias em geral, mas há a clara sobreposição das leis do mercado. A evolução capitalista, com isso, transformou em mercado as relações entre o público e todas as produções artísticas. A arte de modo geral - tanto a boa como a ruim, tanto a obra-prima como a mais convencional vulgaridade, tanto a arte mais clássica como a mais moderna, foi subordinada ao capitalismo.

Até mesmo a originalidade e a invenção artísticas, que podem ser entendidas na chave da autonomia do produtor, são concessões do capital, como fala Lukács:

a liberdade assim produzida, a 'individualidade' assim tornada valor, estão longe de garantir que o que foi criado desta maneira seja realmente arte. Muito pelo contrário. O que caracteriza, na literatura capitalista, o abacaxi 'qualificado' e superior é, precisamente, o exagero da originalidade, da invenção artística livre¹⁴.

A noção de liberdade é, para o artista moderno, uma noção abstrata, formal e negativa: ela só contém a reivindicação de proibir quem quer que seja de intervir nesta suprema autoridade pessoal. Por isso, a liberdade moderna da arte pode ser definida, então, como a "liberdade subjetivamente soberana da expressão individual imediata de experiências artísticas individuais"¹⁵. Aqui se encontra o ponto de convergência com a noção de deriva: como um ato individual de revolta frente às condições "naturalizantes" do mundo moderno, os artistas surrealistas, imersos nessa forma de produção artística e voltando-se inteiramente para dentro de si, reproduzem a lógica da arte moderna de renunciar à conquista da realidade objetiva em troca da exacerbação da liberdade subjetiva interna. Em outras palavras, o protesto, como expressão artística, é respeitável, mas a experiência subjetiva do simples protesto não garante a elevação à superioridade positiva, nem do ponto de vista ideológico, nem do ponto de vista artístico.

¹⁴ Ibidem, p. 264.

¹⁵ Ibidem, p. 265.

Ou seja, ao afastar-se das formas operacionais de arte, tentando levar ao limite, através da transfiguração, a representação do mundo, em um combate claro à tendência moderna e burguesa da pura descrição, o Surrealismo também se distanciou da objetividade do mundo exterior buscando salvar a soberania subjetiva. Assim, “de uma maneira paradoxal, o mais violento dos protestos contra os efeitos desumanizadores da sociedade capitalista produziu, em suas consequências, a desumanização do artista”¹⁶. Citando Ortega y Gasset (1883-1955), Lukács afirma que não é necessário mudar a essência das coisas, mas sim mudar seus valores, isto é, criar uma arte onde os traços secundários da vida estejam no primeiro plano. E citando Liev Tolstói (1828-1910), reafirma a necessidade de retomada das formas de vida popular com a finalidade de retirar a arte autêntica do labirinto da vida moderna.

A crítica lukacsiana, portanto, se dirige à ilusão da arte livre. O desenvolvimento do seu argumento, por outro lado, também constituiu uma forte crítica à “direção” dada à arte, sobretudo no contexto do realismo soviético. Ao voltar suas atenções para o utopismo, isto é, uma tentativa de antecipação do futuro, aponta os perigos inerentes ao fechamento de possibilidades dentro do campo flexível da realidade. Por isso, ressalta que as questões de estilo não são apenas imposições exteriores, mas sim questões relacionadas à dialética mental interna do artista. Esse artista, por sua vez, vive em sociedade, e há claramente uma influência recíproca. Seu ponto, portanto, está diretamente ligado à questão da ligação da criação artística com a Ideologia.

Por fim, sentencia:

O artista antigo sabia exatamente a quem se dirigia com suas obras; o artista novo encontra-se – objetivamente considerada a função social da arte – na situação do produtor de mercadorias em relação ao mercado abstrato. Sua liberdade é – na aparência – tão grande quanto a do produtor de mercadorias em geral (sem liberdade não há mercado). Na realidade, objetivamente, as leis do mercado dominam o artista pela mesma razão por que, dominam, em geral, o produtor de mercadorias¹⁷.

¹⁶ Ibidem, p. 269.

¹⁷ Ibidem, p. 262

Capítulo 3: OSCILAÇÕES NO TEXTO FICCIONAL: À CIÊNCIA OS LOUROS, À FICÇÃO O ERRO

Edson Silva de Lima¹

A ficção não é um reflexo do mundo, nem a representação de um outro bem diverso. Ao contrário, ela descreve, numa configuração sempre nova, a tensa mediação entre os dois ambos, à medida que os reúne em uma figura de relevância.

Karlheinz Stielner

A história é o relato dos fatos dados como verdadeiros, ao contrário da fábula, que é o relato dos fatos dados como falsos.

Voltaire

Se perguntarmos o quanto de referências do *real* pode haver em um texto ficcional, poderemos nos surpreender. Muito embora, essa não seja sua principal preocupação; a composição da ficção dispõe de uma estrutura narrativa que dá forma e sentido a esse exercício. Esse artigo, portanto, não pretende dar soluções ou encerrar esse intento reflexivo. Mas levantar alguns pontos de discussão referente ao que chamamos aqui de “oscilação”, tendo como figura-chave e imagética um pêndulo que ora se aproxima da superfície em que está fincado, ora se distancia. De modo que os autores elencados apresentam argumentos que cooperam para que percebamos a maneira que a experiência estética definida por Hans Robert Jauss (2002) como “compreensão fruidora e fruição compreensiva” nos permite recuperar a história como base do conhecimento do texto ficcional.

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em História Social. Linha de pesquisa Ensino, Patrimônio e Historiografia. Bolsista CAPES. edson_hist@yahoo.com.br

Assim sendo, segundo Karlheinz Stierle, todo texto oscila entre ficcionalidade e não ficcionalidade². Dessa forma, o autor coloca em cheque a própria categorização do texto, segundo o qual ficaria complicado classificar, e mesmo, empregar uma categoria de gênero. Por outro lado, Stierle, afirma que há esquemas da própria ficcionalidade que predis põe dessa necessária determinação categórica.

Ele mostra que a marca básica do texto ficcional está em suas referências à realidade. Reafirma, assim, o caráter oscilante do texto ficcional, que ora se aproxima da experiência do vivido, com mais clareza, ora se distancia, tendo aquele como horizonte. Stierle advoga por uma poética da ficção. Nesse sentido, o texto não estaria subordinado ao fato a que se refere, pelo contrário dá vãos altos e longínquos o que permite, em certa medida, com que se faça o julgamento de sua “validade” ou legitimidade como experiência coletiva de acesso à realidade. Vinculada à imaginação, à fábula ou, na hipótese mais negativa, à mentira e ao engano, a ficção seria uma narrativa descolada de realidade, em outras palavras, sem compromisso com a verdade dos fatos. Tal visão tornou-se um lugar-comum no discurso de proteção e em certa medida de prevenção contra o ficcional e em defesa da cientificidade do conhecimento histórico.

Stierle é bastante claro quando diz que “(...) os textos ficcionais são, no sentido próprio, texto de ficção apenas quando se possa contar com a possibilidade de um desvio do dado, desvio na verdade não sujeito à correção, mas apenas interpretável ou criticável”³. Dessa forma, compreenderíamos o texto ficcional como aquele que perpassa e atravessa os dados cognoscíveis da experiência humana, configurando um lugar de encontro e desencontro com o real.

Segundo Stierle, esse desvio se apresenta como parte equacional do caráter construtivo e motivacional do texto ficcional. De modo que a relação entre o estado de coisas e materialidade dos fatos não é determinante para eliminação do *fictio*, mas este se mostra como uma porta aberta para poética ficcional. Fica, pois, claro que na

² STIERLE, Karlheinz. *Que significa a recepção dos textos ficcionais*. In: *A Literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Hans Robert Jauss et al.; coord. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro, 1979, p.146. Tradução de Luiz Costa Lima.

³ *Ibidem*, p.147.

conformação da dimensão histórica, a ficção não se caracteriza como uma escultura pronta e estática, mas se desvia para *perspectivização*. Para Stierle, o texto ficcional é, portanto, um espaço de comunicação implícita, parte da própria ficção. Há, por conseguinte, um jogo próprio interno e externo que mira o leitor convidando-o ao mergulho em suas tramas. O teórico alemão afirma: “Só uma ilusão fundada na ficção é capaz de se transformar em experiência estética, que não se esgota na ilusão propriamente dita”⁴.

Segundo Hans Robert Jauss, “a experiência estética não se distingue apenas do lado de sua produtividade [mas] como *criação através da liberdade*”⁵. Nesse tocante podemos afirmar que se trata de um mergulho em duas dimensões, por um lado, a experiência histórica que se apresenta como um espaço privilegiado de observação do mundo, e, por outro lado, como autonomia, ou seja, um ato de olhar o mundo sem se preocupar com as referências imediatas. Em certa medida, um julgamento estético desinteressado que abre possibilidades para uma práxis da ação, na sua contingência e na concepção de prazer estético⁶.

É, portanto, nessa condição de ser o texto ficcional um *lugar* onde se estabelece uma relação da ilusão, do prazer e da imaginação que se mostra, ou nos afirma a sua potencialidade crítica; oferecendo nesse sentido, “respostas que são metáforas de perguntas”⁷. Em outras palavras: “A representação da ficção não é uma representação do mundo, mas sim uma representação da possibilidade de organização dos complexos da experiência”⁸.

Portanto, esta afirmação de Stierle consolida uma condição do texto ficcional que, embora não esteja interessado [não diretamente] em representar o mundo, evidencia em sua forma uma compreensão de como o mundo se apresenta, quais suas condições de verdade, para que não se prenda a um modelo de uma situação. Ao lidar com o texto ficcional, temos que levar em consideração os elementos internos e

⁴ *ibidem*, p.149.

⁵ JAUSS, Hans Robert. *O prazer estético e as experiências fundamentais da Poiesis, Aisthesis e Karthasis*. In: A Literatura e o leitor: textos de estética da recepção. Hans Rorbert Jauss et al.; coord. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro, 1979, p.60. Tradução de Luiz Costa Lima.

⁶ *ibidem*, p.64.

⁷ JAUSS, Hans Robert. *O texto poético na mudança de horizonte de leitura*. In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da Literatura em suas fontes. v.2. Rio de Janeiro, 2002, p. 158. Tradução de Luiz Costa Lima.

⁸ STIERLE, Karlheinz. *Op.cit.*, p.168.

externos; compreender como se relacionam e como projetam uma situação no mundo. Não estamos, contudo, afirmando uma condição de espelhamento de autonomia complexa, no caráter formal da ficção. Ou seja, por se tratar de um texto ficcional, não implicaria um afastamento do plano material, pelo contrário, em um movimento pendular, ora se aproxima do real com mais intensidade, ora se encontra com não-real, tendo como elemento, mediador a imaginação⁹ que articula e produz nexos e alianças. Não se trata de dizer o indizível ou de falar de uma história desreferencializada, mas de considerar as condições a serem satisfeitas para que um conjunto de símbolos tenha sentido [nas suas significações polissêmicas] em uma trama, em um enredo. De certa maneira, estamos dizendo que para que um texto ficcional esteja na esteira de uma abertura para as referencialidades seria preciso saber como o mundo se comportaria caso, determinadas características, personagens ou lugares fossem presentes no mundo sensível¹⁰.

Chamou-nos atenção a trajetória proposta pela professora Catherine Gallagher (2009) em seu texto *Ficção* publicado na coletânea *A cultura do romance*, volume um organizado pelo professor italiano Franco Moretti. No ensaio, a autora ressalta que a ficção não mente porque nada afirma. Essa afirmação corrobora o argumento apresentado pelo teórico Luiz Costa Lima (2006) quando este mostra que falando de ‘ficção’, derivando o sentido do termo latino *fictio*, geralmente nos referiríamos à mentira, à invenção e à fraude. Costa Lima recupera historicamente a noção de ficção, mostrando que nem sempre o ficcional foi apreendido com esses significados. Escreve: “(...) a ficção tem a vocação crítica de mostrar aquilo que estava nos seduzindo. Isso, porém, não a torna verdade; mas nos diz que ela é o meio humano para que, através de um discurso que se auto-apresenta como não-verdade, apreenda-se a verdade”¹¹. Costa Lima, amplia a noção de ficção, na lógica da auto-apresentação, ou seja, do que ela diz sobre si mesma e na seqüência sobre o exterior.

O autor critica a suposta objetividade que os historiadores tanto procuram. Afirma ele: “A exatidão é muitas vezes sinônimo de superficialidade”¹². Nesse sentido

⁹ ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*. In: ROCHA, Cezar de Castro (org.). *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*. Rio de Janeiro, 1999, p. 65- 77. Tradução de Cezar de Castro Rocha.

¹⁰ WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo, 2010. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos.

¹¹ LIMA, Luiz Costa. *História, ficção, literatura*. São Paulo, 2006, p.176.

¹² *ibidem*, p.95.

não haveria garantias de verdade no enquadramento do tempo. A imaginação se apresentaria, portanto, como elemento fulcral de acesso ao passado.

Gallagher caminha em direção semelhante: “[A ficção] nada afirma e, ainda assim, nunca mente”¹³. Dessa forma podemos compreender que a ficção deve ser vista como um fenômeno literário que comporta tanto uma dimensão interna quanto externa, ambas entregues ao jogo autorreferencial do texto ficcional. Tomando como fio condutor o desenvolvimento e fixação do gênero literário romance, no século XVIII, a autora aponta que a passagem da “*fantasy*” para “*fiction*” já se inicia na Europa no princípio da Era moderna. Seria preciso, entretanto, que o leitor aprendesse a distinguir o engano e a mentira do imaginado e do verossimilhante. O romance, a novidade literária setecentista, determina uma mudança decisiva na suspeita de “dissimulação e fingimento” que recaía sobre a ficção¹⁴. A ficção, aos poucos, se emanciparia, portanto, na medida em que os leitores “desenvolveram a capacidade de distingui-la tanto da realidade como – sobretudo – da mentira”¹⁵.

O leitor aparece aqui como um agente histórico central, através de sua capacidade de compreender a ficção como aquela que não afirma, portanto, não mente, como já foi ressaltado. Pode-se enfim, deslocar o leitor do lugar de ingenuidade, este não poderia mais dizer que foi enganado. As cartas foram lançadas à mesa. A ficção “suspende, desvia ou mesmo segrega qualquer exigência de veracidade em relação ao mundo da experiência ordinária”, embora seu pacto seja, a partir de então, o de respeitar os limites da verossimilhança afirma Catherine Gallagher¹⁶. O século XVIII, nesse sentido, foi um século *desconfiado* quanto aos textos ficcionais. A epígrafe citada no início desse capítulo afirma esse postulado a partir do pensamento de Voltaire, para quem a fábula (e a ficção) são “fatos falsos”.

Por outro lado, habilitava-se uma dimensão dupla ao texto ficcional, como pura imaginação e como reflexão filosófica. Gallagher afirma que “nenhuma das duas formas, porém, renunciava à exigência de veracidade e a referência a indivíduos

¹³ GALLAGHER, Catherine. *Ficção*. In: Franco Moretti (org.). *A Cultura do Romance*. São Paulo, 2009. p.631. Tradução de Denise Bottman.

¹⁴ Para aprofundar a discussão ver. LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flandres, Tristram Shandy*. São Paulo, 2009.

¹⁵ GALLAGHER, Catherine, *op.cit.*, p.631.

¹⁶ GALLAGHER, *op.cit.*, p.632.

concretos”¹⁷. Ambas ainda advogavam a necessidade de um encontro com o mundo das coisas, da experiência, do homem.

A possível solução para essa equação complicada seria encontrada no gênero do *novel*, que deixaria a diferenciação entre ficção e mentira menos clara, permitindo que se consolidasse outra forma de apropriação (conceituação) e, por conseguinte de leitura (credibilidade). Nessa lógica, a ficção se autorregula, se desembaraça da obrigação da “verdade”. O caminho percorrido pela ficção seria atravessado, agora, pela verossimilhança, pelas formas de verdade, pousando por fim, na plausibilidade.

Na sequência de sua argumentação, a professora de literatura de Berkeley explica: “Não [são portanto os] indivíduos, mas as espécies”¹⁸ que entram no portfólio do texto ficcional. São os tipos existentes que configuram e dão vida a espécies identificáveis. Evidentemente, a intencionalidade que compõe essa fórmula teria a necessidade de configurar a realidade e não de representá-la em um estado de coisas dadas à compreensão imediata.

Em outras palavras o sentido de um texto ficcional independe de seu valor de verdade ou a verdade atribuída a ele. Se possuir sentido, o texto terá sua legitimidade e esse sentido é determinado na relação autor-obra-leitor, conforme procuramos apontar no início. Dentro dessa ótica, o fator a ser assinalado como central no texto ficcional é sua contribuição para ampliar nosso conhecimento do mundo das coisas existentes.

À medida que compreendemos em termos gerais o estatuto do texto ficcional, como aquele que não diz mentiras e também não mais ancorado na obrigação de dizer alguma verdade, voltamos ao problema caro aos historiadores [da cultura], a questão da escrita.

Escrever é o ato de registrar memórias, histórias, mitos e *contações* da tradição oral. É, portanto, uma forma de preservar e salvaguardar narrativas que ganharam forma pela declamação, pela encenação e pela *performance*¹⁹. Por outro lado, escrever é criar narrativas, inventar mundos, dar voz à imaginação, narrar experiências, exprimir sentimentos, registrar um pouco de si. Tal reflexão nos remete a uma

¹⁷ *idem*.

¹⁸ *ibidem*, p.635.

¹⁹ ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo, 2000. Tradução de Jerusa Pires.

questão levantada pelo historiador norte-americano Robert Darnton (1990) e que se apresenta no cerne dessas proposições. Afirma ele: “A escrita (...) pode dar acesso à verdade, mas não consegue ascender a ela”²⁰. Assim sendo Darnton, deixa claro que a escrita seria um elemento de mediação que pode chegar a essa “verdade absoluta” (essencializada). Mas que, também, pode nos deixar no limite entre compreensão e a observação.

Nesse sentido, o elemento comum às duas descrições do ato de escrever enumeradas acima é a necessidade de compartilhar histórias. Para Sandra Jatahy Pensavento, a cultura, no sentido mais amplo, tem por definição ser “uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentem de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa”²¹. Este é o caso da escrita. Queremos assinalar que o ato de escrever é uma das formas de manter ou preservar histórias, evidentemente não a única, no entanto, via de regra, é o recurso substancial do trabalho do historiador.

“A escrita em espelho é séria por causa do que faz – dizer outra coisa pela reversão do código das práticas –; ela é ilusória apenas na medida em que, por não se saber o que faz, tender-se-ia a identificar o seu segredo ao que põe na linguagem e não ao que dela subtrai”²².

Aqui, recorreremos novamente a Michel de Certeau, em seu livro *História e Psicanálise: entre ciência e ficção* (2011). O historiador faz uma análise bastante interessante para que se retome o debate das relações história-ficção iniciado brevemente. O autor oferece uma chave ainda mais precisa para se compreender as possíveis tensões entre os termos. De Certeau afirma que “ciência” e “ficção” são palavras perigosas, que provocam certo desconforto e insegurança ao historiador. Segundo De Certeau é possível identificar no discurso do historiador, quatro funcionamentos da ficção:²³

²⁰ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. São Paulo, 1990. p. 279. Tradução de Denise Bottman.

²¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte, 2003. p.8.

²² CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, 2010. p.95. Tradução de Maria de Lourdes Menezes.

²³ DE CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: Entre ciência e ficção*. Belo Horizonte, 2011. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira.

- 1) a ficção (mitos, lendas, fábulas) é entendida como uma falha, elemento de falsificação; classificado pela historiografia como errôneo.
- 2) a realidade surge como parâmetro de verdade; “fazer crer no real pela denuncia do falso”.
- 3) paradoxalmente, a ficção excluída retorna ao campo científico na linguagem formal explicativa e organizadora;
- 4) o discurso fictício é, portanto, considerado impuro, carente de cientificidade.

Apesar desses desencontros entre o ficcional e o científico, de Certeau ressalta que é a ficção, em suas diferentes modalidades, que dá forma ao real, não pretendendo representá-lo simplesmente. Já para Darnton “os homens vivenciam a verdade como uma presença sem mediações dentro de si mesmos”, tendo a linguagem como lugar de mediação, como “escrita e civilização”.²⁴ Destas duas abordagens aqui mencionadas podemos inferir que ambos advogam por uma relação com a linguagem que tem o papel de mediadora (negociação) e não de arguição (inquirição) para verdade.

No campo historiográfico existiria uma “ambição de dizer o real”²⁵. Essa atitude resulta numa limitação dos possíveis sentidos da experiência, algo que a amplitude ensejada pela ficção na compreensão da experiência histórica permitiria. Não são, portanto, os atos de separação que vão dar fim a esse debate, mas a compreensão de que ambos estão imersos no “quadro histórico”, ou seja, no contexto cultural, na hierarquia dos saberes, na gestão social dos lugares e dos encargos²⁶. A ficção seria, para De Certeau um artefato científico, não pelo que representa, mas pelo que organiza e dispõe. Pois, afirma ele, toda hipótese é uma ficção, uma projeção, logo, um devir²⁷. Diferentemente do que parece desejar o historiador mais *ortodoxo*,

²⁴ DARNTON, Robert. *História e Literatura*. In: O beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução. São Paulo, 1990. passim.

²⁵ Uma ambição oitocentista, que de modo geral, afirmava o lugar da história no *hall* das ciências naturais que poderia dizer do mundo o que ele é, ou ainda, conhecê-lo e alterá-lo porque adquiriu ferramentas necessárias ao seu controle. cf. SILVA, Leonardo de Jesus. Um problema historiográfico: a representação historiadora entre o historicismo e o narrativismo. *Revista Eletrônica-Expedições/Expeditions: Teoria da História e Historiografia* (ISSN 2179-6386), v. 3, n. 1, p. 101-114, 2011.

²⁶ DE CERTEAU, Michel, op.cit., p.9.

²⁷ DE CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: Entre ciência e ficção*. Belo Horizonte, 2011. p.47.

como já discutido anteriormente, a ficção não advoga por uma relação direta entre as palavras e as coisas, mas se debruça sobre a necessidade de atribuição de sentidos.

Queremos aqui compreender de que maneira a experiência estética definida por Jauss como “compreensão fruidora e fruição compreensiva” – no interior do processo hermenêutico da recepção ou das “leituras” do texto ficcional – nos permite, na dinâmica da pergunta e da resposta, “recuperar a história como base do conhecimento do texto [ficcional]”²⁸

Que expectativas dos seus leitores contemporâneos pode ter satisfeito ou negado, qual era a tradição literária, qual era a situação histórica e social à qual o texto pode ter-se referido? Como o próprio autor pode ter entendido seu texto, que sentido lhe atribuiu a primeira recepção, que significados só foram vistos no decorrer das recepções posteriores?”²⁹.

Jauss afirma que essas perguntas não visam apenas uma reconstrução da trama histórica (passado), mas desejam “tornar consciente a distância no tempo” e confrontar o horizonte de compreensão do passado com os horizontes de expectativas, evidenciando os desdobramentos de sentidos que o texto agregou historicamente pela interação de efeito e recepção. Seu método se confirma no ato interpretativo, portanto, como pressuposição de uma operação de relação entre *pergunta* e *resposta* que comporta um dado horizonte de experiência. Jauss desloca o leitor de seu lugar de passividade. Ele configura a relação entre leitor e literatura com base na dimensão estética e histórica. A dimensão estética para Jauss pode ser compreendida da dupla comprovação: o valor estético e o valor histórico.

Imbuído pela “história dos efeitos” e pela “dialética socrática” de Gadamer³⁰ Jauss sustenta que essa prática metodológica de reconstituir os horizontes de expectativas em que as obras foram criadas e recebidas possibilita ao analista da literatura recuperar as perguntas latentes a que essas obras responderam provisoriamente. Podendo deixar visíveis marcações de sua historicidade em suas camadas mais externas.

²⁸ ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo, 2009. p.12.

²⁹ JAUSS, Hans Robert. *O texto poético na mudança de horizonte de leitura*. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da Literatura em suas fontes*. v.2. Rio de Janeiro, 2002. p.903.

³⁰ LAWN, Chris Lawn. *Compreender Gadamer*. Tradução de Hélio Magri Filho. Rio de Janeiro, 2011.

No que se refere à interação texto e leitor na Estética de Recepção fica claro que a noção do leitor implícito, fundada por Roman Ingarden, e que será potencializada por Wolfgang Iser, foi englobada também pelo projeto de Jauss. No entanto, ele criou outra categoria de leitor, “o leitor explícito”, para dar conta de seu empreendimento teórico.

Retomemos, por conseguinte, duas categorias fundamentais: *horizonte de expectativa e emancipação*. Segundo Jauss, o horizonte de expectativa seria um “misto de códigos vigentes e da soma de experiências sociais acumuladas”, ou seja, a bagagem cultural que cada indivíduo carrega e que se faz presente na leitura. O leitor (ouvinte ou espectador), impactado pela obra/cena/discurso, move-se de seu estado de passividade. Esse leitor, portanto, ganha atestado de ativo na relação estabelecida entre aquele que apresenta e aquele que recebe a performance, evidenciando, portanto, uma relação no âmbito da experiência estética que estabiliza as dimensões estética e histórica. Jauss assevera que a experiência estética se afirma pela sua mudança conceitual. Se antes estava ligada ao prazer de “ter o uso ou o proveito de uma coisa”³¹, agora o que importa é a significação de “participação e apropriação” e o sentido intrínseco de “alegrar-se com algo”, interagindo com ele³².

Há, portanto, uma preocupação de articular as experiências da comunicação com o prazer estético que se pode extrair do produto ficcional. Nesse sentido fica evidente que a arte desempenha um papel ativo, “ela faz história, porque participa do processo de ‘pré-formação’ e motivação do comportamento social”³³. Nesse tocante, a categoria de emancipação se mostra bastante fortuita, pois o “expectador pode ser afetado pelo que se representa, identificar-se com as pessoas e ação, dar assim livre curso às próprias paixões despertadas e sentir-se aliviado por sua descarga prazerosa, como se participasse de uma cura (*katharsis*)”³⁴. Ou seja, “a finalidade e

³¹ JAUSS, Hans Robert. *O prazer estético e as experiências fundamentais da Poiesis, Aisthesis e Katharsis*. In: *A Literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Hans Robert Jauss et al.; coord. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro, 1979.p.63.

³² *ibidem*, p.64.

³³ ZILBERMAN, Regina. *op.cit.*, p. 50.

³⁴ JAUSS, Hans Robert. *O prazer estético e as experiências fundamentais da Poiesis, Aisthesis e Katharsis*. In: *A Literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Hans Robert Jauss et al.; coord. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro, 1979. p.65.

efeito alcançado pela arte, libera seu destinatário das percepções usuais e confere-lhe nova visão de realidade”³⁵.

De modo que “Face a isso, a atitude estética exige que o objeto distanciados não seja contemplado desinteressadamente, mas que seja coproduzido pelo fruidor à semelhança do que se passa no mundo imaginário”³⁶. Fica, pois, claro que os indivíduos, sejam eles leitores internos ou externos, são atravessados por essa experiência que em síntese, é fundamentalmente, “um modo de experiência de si mesmo na capacidade de ser outro”³⁷ para compreensão do mundo, de seu tempo e de sua história. Sendo esta um importante “artefato” de aproximação histórica. Permitindo com que olhemos para os questionamentos feitos a obra e nos deparemos com respostas “consignadas” na experiência estética e, por conseguinte histórica.

Em um estudo sobre a poesia *Spleen* de Baudelaire,³⁸ Jauss abre caminhos metodológicos interessantes para “reconstituição” desse fantasma que chamamos “passado”. Propõe o ultrapasse dos limites temporais, considerando não somente o distanciamento no tempo, mas também os desdobramentos históricos pela interação de efeito e recepção, atendendo às questões que foram feitas ao texto em sua época, e ainda, à sua historicidade; questões que irão, por sua vez, ensejar ainda outras perguntas e respostas, ocasionadas pelo alcance literário, estético e social. Jauss assinala nesse ponto, também, sua preocupação com a dimensão coletiva da leitura; O horizonte de expectativa se mostra como um elemento importante a ser retomado, pois diz respeito a “um conjunto de convenções que constituem a competência de um leitor (ou de uma classe de leitores) num dado momento”³⁹.

Jauss (2002), verifica em Baudelaire um novo cânone literário que elabora a partir das *Flores do Mal* uma *preceptiva* própria de acesso ao real/verdadeiro. A necessidade de captar esses horizontes de leitura pelo processo hermenêutico (compreensão, interpretação e aplicação), nos ajuda na captura da atmosfera cultural,

³⁵ ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo, 2009. p.49.

³⁶ JAUSS, Hans Robert. op.cit, p.75.

³⁷ JAUSS, Hans Robert. op.cit, loc. cit.

³⁸ JAUSS, Hans Robert. *O texto poético na mudança de horizonte da leitura*, In: COSTA LIMA, Luiz (org.) *Teoria da literatura em suas fontes*, v. 2, Rio de Janeiro, 2002, p. 873-925. Tradução de Luiz Costa Lima.

³⁹ COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria. Literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte, 2010. p.154.

política e social de determinada época, em outras palavras colabora para que possamos organizar os fenômenos próprios ao discurso literário e ao discurso histórico.

Essas ferramentas metodológicas permitem uma expedição nos horizontes de leitura e de experiência estética, em certa medida, permitindo que experimentemos esse efeito provocador, que a obra de Baudelaire causou em sua época. E, por conseguinte, como propunha Jauss, uma experiência, do ponto de vista de um “leitor-historiador” que fazemos a opção pela reorientação do protagonista da história literária e da história da literatura⁴⁰, não mais centrada na obra (perspectiva formalista), nem no seu papel comunicador (viés sociológico), mas em uma relação entre elas com um salto qualitativo para eleição do leitor e da leitura como *heróis* desse processo.

A esse respeito Jauss, afirmou que: “A relação entre pergunta e resposta numa história da interpretação de um texto é determinada primariamente por categorias de enriquecimento da compreensão e apenas em segunda linha pela lógica da possibilidade de falsificação”⁴¹. Sendo assim o caminho histórico não seria em si uma possibilidade equivocada, mas as perguntas erradas poderiam gerar respostas falseadas ou insatisfatórias.

⁴⁰ COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria. Literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte, 2010. p.207.

⁴¹ JAUSS, Hans Robert. *O texto poético na mudança de horizonte da leitura*. In: COSTA LIMA, Luiz (org.) *Teoria da literatura em suas fontes*, v. 2, Rio de Janeiro, 2002, p.918.

Capítulo 4: AS HISTÓRIAS DE LÉVI-STRAUSS: A NOÇÃO DE HISTÓRIA A PARTIR DO PENSAMENTO LEVISTRAUSSIANO

João Gabriel Ramos Mendes da Cunha¹

Assumo que o pensamento elaborado por Lévi-Strauss possui tensões internas onde, no decorrer dos seus escritos, o autor vai dialogando com sua própria teoria e desta forma possibilitando algumas mudanças em suas abordagens. Por conta disso, penso que devemos olhar para obra desenvolvida por ele como um grande processo, porém, não sou conhecedor de toda a sua extensa obra. Por consequência disso realizei um pequeno recorte com o intuito de pensar a partir de alguns textos presentes nos livros: “Antropologia Estrutural”, O “Pensamento Selvagem” e “Antropologia Estrutural II”. Isso porque, até onde conheço é nesses textos que se torna mais evidente a questão da história no pensamento de Lévi-Strauss. Além disso, irei utilizar como apoio para a escrita deste artigo, alguns comentadores da obra do antropólogo francês.

Antes de tudo, é preciso dizer que tentar expor a noção de história presente no pensamento de Lévi-Strauss não é uma tarefa digamos, simples de se fazer. Isso porque, não é muito raro ouvir comentários sobre um suposto caráter atemporal no pensamento desenvolvido pelo pensador francês. Ou seja, alguns estudiosos apontam que o pensamento desenvolvido pelo autor não leva em consideração os processos de mudança, que ocorrem, naturalmente, com o passar do tempo. Em outras palavras, o acusam de não levar em consideração o processo histórico.

Isso porque, a teoria estruturalista de Lévi-Strauss possui a intenção “(...) de construir modelos cujas propriedades formais sejam, do ponto de vista da comparação e da explicação, redutíveis às propriedades de outros modelos (...)”. Nessa perspectiva, a proposta da antropologia levistraussiana tem a ver com a busca pelas estruturas invariáveis que compõem a substância do homem presentes em seu inconsciente. Essas estruturas são, segundo o autor, imutáveis se fazendo presente em todos os indivíduos independente da sua cultura ou conjuntura temporal. Nesse sentido, é possível entender o motivo pelo qual o acusam de atemporalidade, pois não

¹ Graduando em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense.

importa o quanto a sociedade mude com o tempo as suas estruturas inconscientes serão sempre as mesmas.

Dessa maneira, podemos dizer que o objetivo da antropologia de Lévi-Strauss era estabelecer quais são as estruturas universais do Homem. Com isso, pensa o autor, a antropologia deve ter como finalidade a busca pelo conhecimento de quais elementos compõe uma espécie de Arco Virtual, ou nas palavras de Viveiros de Castro, uma “estrutura do possível” (2002). Essa noção diz respeito as formas de como cada sociedade atualiza e combina seus elementos estruturais, sendo que é a partir dessas combinações de elementos que surge a diversidade cultural. Segundo o pensador francês seria possível estabelecer os componentes primários do Arco Virtual pelo fato do pensamento humano funcionar da mesma maneira para todos. Ou seja, a forma de pensar é a mesma, e o que diferencia uma sociedade da outra é o sistema classificatório. Sendo reducionista esse seria o objetivo da antropologia proposta por Lévi-Strauss.

Desta forma que Lévi-Strauss é descrito por Roberto Cardoso de Oliveira, na primeira orelha da edição de 1975, do livro “Antropologia Estrutural”: “poucos são os autores que se tornam clássicos ainda em vida. Lévi-Strauss é um deles.” Isso quer dizer que, Lévi-Strauss tornou-se um autor bastante lido e comentado por acadêmicos de diversas áreas do conhecimento. Ocorre, então, que esse fato pode ter tido um papel importante para crítica de atemporalidade que é direcionada ao pensamento desenvolvido pelo autor. Esse é um argumento interessante pensado pelo antropólogo Marcio Goldman em que ele vai argumentar que, Lévi-Strauss por ser um personagem com um papel fundamental na história da antropologia não está a salvo de leituras apressadas ou de interpretações de segunda mão. Em certo sentido, isso pode se tornar um problema, pois se essas interpretações conseguirem atingir uma autoridade, as críticas que provêm dessas leituras tendem a não serem mais contestadas, “o que provocaria uma paralisia do pensamento”.

É como se o objetivo de classificar e comparar as estruturas invariantes do Homem tivessem se tornado um modelo, e as críticas direcionadas a esse modelo. Mas não é a proposta de antropologia no pensamento do autor que mais me chama atenção, o que chama a atenção no pensamento de Lévi-Strauss é o seu meio, pois “o interessante nunca é a maneira pela qual alguém começa ou termina. O interessante

é o meio, o que se passa no meio²". Ou seja, interessante para se pensar e explorar é o caminho que Lévi-Strauss percorre para tentar classificar essas estruturas universais e inconscientes.

Muitas das vezes esse "meio" do pensamento de Lévi-Strauss é ofuscado pelas críticas que ele recebe que são, na maioria das vezes, direcionadas a sua proposta de antropologia. Possivelmente a proposta de compreender o Homem de forma universal, a partir de estruturas inconscientes que se repetem, tenha se tornado um modelo, ou melhor, um pensamento "maior" dentro de toda extensa obra do autor. E conseqüentemente o meio do seu pensamento é tido como "menor". Sendo que é nessa dimensão "menor" que podemos perceber o conceito de história do autor.

Nesse sentido, podemos argumentar que a ideia de história no pensamento levistraussiano possui um caráter "menor" em relação ao seu pensamento sobre as estruturas invariantes que compõem o Homem. Importante percebermos que a ideia de "menor" não deve ser pensada como algo de pouca importância, ou em termos quantitativos. Tal noção de menor que quero trazer para discussão diz respeito, mais uma vez, a um argumento pensado por Marcio Goldman. De acordo com essa ideia Goldman vai dizer que a noção de menor que ele evoca para compreender o sentido da história no pensamento de Lévi-Strauss, diz respeito ao conceito de "menor" desenvolvido por Gilles Deleuze.

Recorrendo ao livro "O Vocabulário de Deleuze" escrito por Zourabichvili (2004), é possível perceber que o conceito de "menor" possui uma relação intrínseca com o conceito de linha de fuga. Nesse sentido, então, ao dizermos que a história dentro do pensamento de Lévi-Strauss, possui uma dimensão menor dizemos, ao mesmo tempo, que ela se configura como uma espécie de linha de fuga. Isso porque, a linha de fuga nos termos de Deleuze e Guattari, é uma linha de ruptura. Com isso, ao buscar olhar para o conceito de história presente no pensamento levistraussiano, é dizer que é possível criar uma ruptura com seu próprio pensamento.

Melhor dizendo: "(...) linhas de fuga [...] não consistem nunca em fugir do mundo, mas antes em fazer fugir³". Ou seja, a história como linha de fuga, torna possível que todo o pensamento de Lévi-Strauss fuja de seu próprio modelo. Desta

² DELEUZE, Gilles. *Sobre o Teatro*. Rio de Janeiro, 2010, p. 34.

³ DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix, *Mil Platôs Vol. 3*. São Paulo, 2012, p. 85.

forma, a noção de história que existe em seu pensamento não é apenas uma pequena fuga isolada, ela mesma faz todo ele fugir. Assim, possibilitando uma transformação, ou melhor, uma ruptura com o modelo de apresentação do pensamento de Lévi-Strauss. Modelo esse em que o apresentam como sendo um pensador que não leva em consideração a história.

A partir da linha de fuga traçada pela noção de história em Lévi-Strauss, é possível que o seu pensamento ganhe uma nova potência, criando assim:

(...) [a] [capacidade] de rasgar ou fissurar aquilo que se mostra como dado, fixo, regular, para então, produzir variações, desmoronamentos, que não deseja mais o centro, [...]. Não mais um pensamento esgotado, sem vida, sem força, [...], mas um pensamento que ouse se transformar⁴.

Após esta pequena introdução, direcionada ao lugar da história presente no pensamento de Lévi-Strauss, iremos agora entrar no conceito que ele propõe para história. Na verdade, nos conceitos de história. São três noções de história que o autor apresenta no decorrer do seu pensamento. A primeira perspectiva diz respeito a história como metodologia, a segunda é sobre a noção de historicidade e a terceira é uma reflexão direcionada à Filosofia da História.

Anteriormente, de forma muito reducionista, expus a proposta de antropologia de Lévi-Strauss, que consiste na classificação dos elementos que compõem o Arco Virtual. Assim sendo, para atingir esse objetivo, Lévi-Strauss elabora uma metodologia de pesquisa dividida em três etapas: Etnografia, Etnologia e Antropologia. A primeira fase consiste na observação empírica dos fenômenos sociais. Esse Trabalho realizado pelo etnógrafo, não deixa as estruturas sociais expostas, uma vez que ele observou os aspectos conscientes. Na fase da Etnologia, ocorre o momento em que se faz uma análise comparativa entre as etnografias com o intuito de identificar os elementos que se repetem, assim encontrando as invariantes. Por fim,

⁴ BRITO, Maria dos Remédios de. *Notas Sobre a Ideia de Intercessores como um Conceito na Filosofia de Gilles Deleuze: por um teatro filosófico*. 2013, p. 4.

a Antropologia seria momento em que se classificariam todos os elementos invariantes que compõem o inconsciente estrutural.

É nas etapas de Etnografia e Etnologia que podemos perceber uma aproximação de Lévi-Strauss com um dos sentidos que ele dá para história, história como disciplina. Nesse aspecto ele propõe que essa definição de história seria a realizada pelos historiadores. Com essa argumentação pode-se dizer que, etnografia e história seriam o meio pelo qual se tornaria possível observar os fenômenos conscientes de uma determinada sociedade. Além disso, “ambos estudam sociedades que são outras que não aquela onde vivemos⁵”, porém há diferenças entre uma e outra. Respectivamente, a dessemelhança estaria estruturada no instrumento de pesquisa além da diferença de ângulo. Isto é, enquanto a etnografia busca compreender o outro em um contexto espacial, a história busca compreender o outro em um contexto temporal.

A relação que há entre história e etnologia é a mesma que etnografia e etnologia, no sentido de que o material recolhido pelo historiador se faz útil para essa etapa metodológica da antropologia. Ou seja, ambas as disciplinas servem de uma fonte de estudo para a análise do etnólogo. Nesse sentido, é correto dizer que existe uma relação de complementaridade entre história e etnologia. Dentro dessa lógica de relação a história auxilia a etnologia, pois ela busca compreender os fenômenos que ocorrem no plano das demonstrações conscientes. Sendo que é através desse material consciente, estudado também pelo historiador, que é possível realizar o processo comparativo da etnologia, com o intuito de identificar os elementos estruturais do inconsciente humano, pois “(...) a história [...] serve como ponto de partida para toda busca da inteligibilidade⁶”. Nessas condições, a história não seria o ponto de chegada, e sim, o início de uma pesquisa sobre o que o Homem é.

No primeiro capítulo do livro “O Pensamento Selvagem” o autor apresenta dois tipos de pensamento: o pensamento selvagem e pensamento domesticado. Mais uma vez sendo reducionista, a diferença entre essas duas lógicas de pensamento encontram-se estruturadas na dimensão da diferença existente entre seus respectivos sistemas. Sendo (...) “um muito próximo da intuição sensível e outro mais

⁵ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, 1975, p. 32.

⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas, 2013, p. 306.

distanciado⁷". Nesse sentido, pode-se dizer que pensamento domesticado, valoriza conceitos abstratos e o pensamento selvagem, se constituiu a partir de categorias sensíveis.

No decorrer desse capítulo, ele demonstra que não há diferença lógica entre os pensamentos. Ou seja, o autor busca ir contra a ideia de hierarquia entre essas duas formas de pensamento, onde o pensamento domesticado era visto sempre como superior ao selvagem. Dito isso, pode-se dizer que Lévi-Strauss fez um importante movimento político ao valorizar o pensamento do outro. Talvez seja viável dizer, que as ciências humanas antes do pensamento lévi-straussiano, compreendia o outro a partir de uma diferença sem perceber uma igualdade entre as formas de pensar o mundo. Então, o que esse pensador vai trazer de novidade é a forma de analisar o outro. Ele tinha o interesse em entender e afirmar a diferença pensando em uma igualdade, pois "(...) a verdade do homem reside no sistema de suas diferenças e suas propriedades comuns⁸".

Em nossa sociedade, é possível perceber o fato das duas lógicas de pensamento coexistindo, mas ocorre que, em um determinado momento passamos a valorizar o pensamento domesticado, ou racional, em relação ao pensamento selvagem. O momento exato em que a nossa sociedade passou a valorizar o pensamento domesticado em relação ao selvagem não é o meu interesse, isso é outra discussão. Para o desenvolvimento desse artigo, basta que tenhamos em mente que esse fenômeno foi fruto de um processo histórico complexo. Desta forma, o que nos interessa é saber que o pensamento domesticado contribui para a nossa própria percepção de história.

Nesse ponto chegamos a outro conceito que Lévi-Strauss dá para história, o conceito de historicidade. Esse conceito diz respeito a outras formas de lidar com o tempo. Lévi-Strauss afirma que todas as sociedades precisam lidar com o tempo, porém existem formas distintas de lidar com a noção de tempo. A novidade que ele apresenta com esse conceito de historicidade é o "(...) fato de que a história começa a

⁷ Ibidem, p. 31

⁸ *Ibid.*, p, 291

ser pensada do ponto de vista da antropologia, ou seja, da diversidade⁹". O autor, então, apresenta duas definições de historicidade: história quente e história fria.

Lévi-Strauss argumenta que a sociedade de história quente é justamente a em qual vivemos. Nessas condições a sociedade Ocidental pensa a sua história em forma de "flecha do tempo", essa ideia "(...) sugere linearidade, irreversibilidade e um sentido definido¹⁰". Ou seja, sociedades de história quente fazem do processo de mudança o impulso de seu desenvolvimento. Nesse tipo de percepção de tempo há sempre uma ruptura entre o passado e o presente, ou seja, existe na história quente uma valorização das mudanças através dos acontecimentos que são dados de forma coletiva. Nesse sentido, pode-se dizer que a nossa sociedade tem investimento de desejo pela mudança gostamos de pensar que algo novo está prestes a se iniciar.

Indo nessa direção, há como compreender história quente pelo sentido e importância que os indivíduos da sociedade atribuem aos acontecimentos. Sendo assim, o sentido do passado é demonstrado pelo presente assim como o futuro também é. Desta forma, o passado e futuro possuem a importância que têm pelo que é pensado no presente. Ou seja, "(...) a antiguidade e a continuidade são os fundamentos da legitimidade¹¹".

Assim como a nossa sociedade tem um investimento de desejo pela mudança e pelo novo, existem sociedades que possuem um desejo de evitar que esse tipo de fenômeno ocorra. Esse é o caso das sociedades de história fria. As sociedades de história fria possuem uma forma de evitar que os acontecimentos sejam capazes de provocar uma grande ruptura na sociedade. Neste caso, esses tipos de sociedade vivem uma recusa de mudança, conseguem perceber um padrão sempre se repetindo, em sentido de história circular.

Nas sociedades de história fria os indivíduos conseguem perceber um evento novo como uma situação que já aconteceu. Isso que dizer que, a novidade para essas sociedades é recebida como algo já conhecido por aqueles indivíduos que compartilham determinado sistema classificatório. Desta maneira, os eventos novos, que em nossa sociedade criamos categorias para compreendê-las, nas sociedades de

⁹ GOLDMAN, Marcio. *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro, 1999, p. 59.

¹⁰ SÁEZ, Oscar Calavia. *Lévi-Strauss leituras brasileiras*. Belo Horizonte, 2008, p. 132.

¹¹ LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas, 2013, p. 275.

história fria os eventos são alocados em categorias pré-existentes daquele contexto cultural e social. Assim, pode-se dizer que o evento novo não é uma novidade para esse tipo de sociedade que tem como característica a história fria. Para essas sociedades alguns eventos já estavam previstos em seu sistema mítico.

Porém, o fato de recusarem a história e buscarem perceber o tempo de forma circular não quer dizer que essas sociedades não passam por transformações, uma vez que “(...) toda sociedade está na história e que muda¹²”. Mas ocorre que as sociedades de história fria procuram agir de uma maneira tal, que os efeitos dos acontecimentos influenciem tão pouco quanto for possível sobre seu equilíbrio. Esse comportamento não consiste em negar o devir histórico, mas sim de percebê-lo de outra maneira como sendo, talvez, uma forma sem conteúdo.

Lévi-Strauss ao pensar em historicidades opera um movimento profundo de crítica as categorias de pensamento do Ocidente. Sendo que é justamente o movimento de querer buscar a historicidade Ocidental, em sociedades que possuem outra forma de se relacionar com o tempo, que o autor está criticando. Com isso podemos dizer que com o pensamento lévi-stroussiano “a história foi devolvida aos povos sem história¹³”.

Ao valorizar o pensamento selvagem, o autor demonstra que existem outras maneiras de se relacionar com o tempo. Ao trazer essa novidade para a antropologia, Lévi-Strauss propõe uma crítica ao Imperialismo da História. Essa concepção de Imperialismo da História está vinculado ao seu terceiro conceito de história. Seguindo então, esse último conceito diz respeito a Filosofia da História.

A Filosofia da História para o autor, seria a maneira pela qual nós refletimos sobre nossa historicidade. O erro, segundo Lévi-Strauss consiste em tentar observar no outro a mesma forma de historicidade, pois segundo ele há várias filosofias da história. Além disso, o autor não vai pensar na história como a ciência dotada da possibilidade de explicação total para os fenômenos que acontecem. Pois indo de acordo com a nossa Filosofia da História voltar ao passado é uma forma pela qual “(...)

¹² Ibidem, p. 273

¹³ SÁEZ, Oscar Calavia. *Lévi-Strauss leituras brasileiras*, A História Pictográfica. Belo Horizonte, 2008, p. 125.

podemos encontrar as conexões causais capazes de explicar os fenômenos presentes¹⁴”.

Para desenvolver o seu argumento a respeito do Imperialismo da História Lévi-Strauss apresenta as noções de história cumulativa e história estacionária:

Consideraríamos como cumulativa toda cultura que se desenvolvesse em sentido análogo ao da nossa, ou seja, cujo desenvolvimento fosse dotado de significado para nós. Ao passo que outras culturas nos pareceriam estacionárias, não porque sejam necessariamente, mas porque sua linha de desenvolvimento não significa nada para nós, não é mensurável nos termos do sistema de referência que utilizamos¹⁵.

História cumulativa e história estacionária, não possuem o mesmo sentido que história fria e história quente. Enquanto a noção de história quente e fria diz respeito a forma como a sociedade se relaciona com o tempo, a ideia de história cumulativa e estacionária tem a ver a perspectiva de uma sociedade sobre a outra. Ou seja, ao olharmos para uma sociedade a partir do nosso próprio ponto de vista de história e se, nesse movimento, rotulamos essa sociedade como sendo estacionária é porque utilizamos a nossa noção Ocidental de história como um meta conceito (Viveiros de Castro, 2002).

Meta conceito são os conceitos da nossa própria sociedade que, de alguma maneira, tentamos observar no outro. Melhor dizendo, a noção de meta conceito supõe a ideia de que alguns conceitos são de ordem universal. Ao buscar apreender o outro através desse meta conceito de história, procura-se encontrar no outro a mesma forma que a nossa de lidar com a passagem do tempo. Nesse sentido, falar do outro a partir do pressuposto de que algumas categorias Ocidentais são universais, como a ideia de história, é uma forma de reduzir o pensamento do outro. De certa forma, ao criticar a nossa Filosofia da História, Lévi-Strauss esta alertando para o fato de que o pesquisador, seja ele antropólogo ou historiador, não pode ser aquele que

¹⁴ SZTUTMAN, Renato. *O Profeta e o Principal*, Os Tupi Reencontrados. São Paulo, 2012, p. 112.

¹⁵ LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas, 2013, p. 374.

possui a razão sobre a razão do outro que o próprio outro desconhece. Ou seja, não é porque temos uma forma de perceber o tempo, que outras sociedades devem partilhar essa mesma percepção.

Falar em povos sem história ou estacionária, é o mesmo que dizer que essa história não é conhecida a maneira do Imperialismo da História. Só porque uma história é desconhecida, não quer dizer que ela não exista. Ao julgarmos uma sociedade como estacionária ou inerte, devemos antes de tudo nos por a seguinte questão: será que o aparente imobilismo não resulta da nossa própria incapacidade de apreender os verdadeiros interesses do outro, uma vez que possuímos sistemas de referencia bem distintos? Pois, para finalizar, nas palavras de Lévi-Strauss: “é preciso muito egocêntricos e ingenuidade para crer que o homem está todo inteiro refugiado em um só modo histórico¹⁶”.

¹⁶ Ibidem, p. 291.

Capítulo 5: DIÁLOGOS ENTRE CINEMA E HISTÓRIA: O FILME COMO FONTE E EM SALA DE AULA

João Gomes Junior¹

I – INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

O presente trabalho busca apreender de forma sintética aspectos da relação entre o cinema e a sociedade a partir da noção de “discurso” (segundo a Nova História Cultural, como visto em BARROS²), em um diálogo com a Sociologia do Cinema, de modo a esclarecer como os filmes podem ser utilizados como documentos em História. Igualmente, faremos uma breve explanação sobre os usos do cinema em aulas de História e sobre os resultados nesta área obtidos na experiência do subprojeto Pibid “*Diversas linguagens no ensino de História: cinema, jornal e história oral*”, aplicado no Colégio Estadual Dom Adriano Hipólito, em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, e mantido com auxílio de verbas da Capes.

A metodologia usada foi a consulta a textos teóricos sobre os assuntos, dos quais destacamos os autores José D’Assunção Barros, Marc Ferro, Mônica Kornis, Gilmar Santana e Ana Lucia Lucas Martins. Sobre o relato da experiência do subprojeto Pibid, recorreremos aos planejamentos usados na elaboração das aulas, atividades e encontros, às anotações feitas em caderno de campo referentes à execução dessas atividades e à reação dos alunos aos filmes durante esses encontros.

II – A NOVA HISTÓRIA CULTURAL, A SOCIOLOGIA DO CINEMA E O USO DO FILME COMO DOCUMENTO

Antes de tudo, é preciso dizer que entendemos o filme tanto como documentário quanto ficcional. Encaramos a distinção dessas duas formas de produção da mesma maneira que BRUNO e MARTINS³, ou seja, ambas seriam uma

¹ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), campus de Nova Iguaçu – Instituto Multidisciplinar. Bolsista PIBID no subprojeto “*Diversas linguagens no ensino de História: cinema, jornal e história oral*”. jaummeireles@hotmail.com

² BARROS, José D’Assunção. “A Nova História Cultural: considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos”. In: *Cadernos de História*. Belo Horizonte: vol. 12, n. 16, 2011. p. 38-63.

³ BRUNO, Luiz Alberto; MARTINS, Ana Lucia Lucas. “Imagem e prática pedagógica: usos de filmes em aulas de História”. In: *Revista Educação Profissional: Ciência e Tecnologia*. Brasília: vol. 2, n. 1, 2007. p. 37-43.

construção, uma interpretação da realidade, que podem ser definidas como: o filme de ficção é aquele que foi pensado e criado e é representado espacialmente para uma determinada filmagem, enquanto o documentário registra em filmagens algo “que aconteceria independente da realização” das mesmas. Isto posto, esclarecemos que a relação entre o cinema e a história está cada vez mais evidente, e atualmente pode-se dizer que o filme desfruta de boa cidadania nos arquivos e nas pesquisas.

O primeiro trabalho sobre o valor histórico do filme foi escrito em 1898, pelo polonês Boleslas Matuszewski, que defendia o cinema (principalmente o documentário) como um testemunho irrefutavelmente verídico sobre os fatos. Posteriormente, os cineastas russos Serguei Eisenstein e Dziga Vertov, embora partissem de interpretações diferentes, concluíram que o filme é uma construção e que a montagem é o seu princípio vital. Todavia, a visão de Matuszewski sobre o filme enquanto retrato oficial da realidade durou por quase todo o século XX⁴. Logo, entendemos que o cinema só passou a ser reconhecido como arte por volta dos anos 1960, e a ser levado a sério pelos historiadores de uma forma ampla após a década de 1970. Na época, embora ainda se privilegiasse fortemente a história quantitativa e serial, começou-se a cogitar o seu uso como documento para uma contra-análise da sociedade, como proposto por FERRO⁵.

Como afirma FARIAS⁶, a criação dos irmãos Lumière trouxe inovação e tecnologia, e seu impacto é impossível de ser ignorado. Contudo, para o cinema ser pensado como fonte pelos historiadores foi necessário que velhos paradigmas fossem quebrados, o que tomou forma com a *Escola dos Annales*. Com o desenvolvimento da Nova História, começou-se a questionar o antigo regime historiográfico e apresentou-se a necessidade da colaboração interdisciplinar, de articulação de novos métodos e ampliação das pesquisas historiográficas⁷. Uma das características mais importantes desse movimento foi a identificação de novos objetos e métodos, o que aumentou os domínios tradicionais da história. O ofício do historiador foi repensado, bem como

⁴ KORNIS, Mônica Almeida. “História e Cinema: um debate metodológico”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, 1992. p. 237-250.

⁵ FERRO, Marc. *Cinema e História*. 2ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

⁶ FARIAS, Luana Chaves de. *Cinema-História: uma relação que acontece na sala de aula*. TCC de pós-graduação em *Ensino de História e Ciências Sociais e fontes documentais*. Rio de Janeiro: UFF, outubro de 2011.

⁷ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): revolução francesa da historiografia*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

quais fontes são consideradas falsas ou fictícias, e concluiu-se que nem só de documentos considerados oficiais (como diria a “velha história”) é feita a pesquisa historiográfica. Nesse momento de efervescentes debates, o domínio das fontes escritas sobre as demais foi relativizado, e destacou-se a importância da diversificação das fontes a serem usadas nas pesquisas. Foi igualmente neste cenário que qualquer vestígio deixado pelo homem passou a ser considerado documento de uma determinada época e sociedade, graças ao impulso dado à associação da História com outras ciências, como a Antropologia e a Sociologia. Isso colaborou com um novo tratamento das fontes, que passaram a ser problematizadas, e as manifestações artísticas, não escritas e literárias foram trazidas para dentro da pesquisa histórica. E nesse mesmo contexto afloraram, com maior força, as discussões acerca da história cultural.

Mas foi apenas após a década de 1970, com tamanhas mudanças na forma de se encarar os documentos e com posturas muito mais abertas, que Marc Ferro, um dos primeiros a pensar a relação entre o cinema e a história, introduziu no campo historiográfico a perspectiva de cinema-história, segundo a qual seria possível compreender a história pelo cinema e o cinema pela história. Para FERRO, que fez parte da terceira geração dos *Annales*, o filme não deve ser analisado por meio de sua estética ou da semiologia. Antes disso, segundo o historiador a fonte fílmica precisa ser pensada como uma “imagem-objeto”, analisada, assim, a partir da sociedade que o produziu⁸.

Nas últimas décadas do século XX, percebeu-se que o documento não é neutro, que ele traz marcas ideológicas, e o que nos chega não é um simples documento, mas um “documento-monumento”, pois como monumento é formado por intencionalidades. E esta noção inspirou Le Goff, que afirma:

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo [...]. É preciso começar por demonstrar, demolir esta montagem (a

⁸ FERRO, Marc. *Cinema e História*. 2ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

do monumento), desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.⁹

Foi, portanto, a partir da história das mentalidades e da história do imaginário que a iconografia se tornou fonte privilegiada. Contudo, como a imagem, e o filme em si, não eram “companhia” para os historiadores, esses devem passar por um processo de aprendizagem, de “educação do olhar”, para aprender a ler os signos e sinais por trás das imagens. Para tanto, é importante que sejam feitas algumas perguntas específicas aos documentos, como: o que é refletido pela imagem? O cinema é, de fato, a imagem ou retrato de alguma realidade? O cinema é uma representação?

Deve-se pensar, sempre, os dois enfoques principais que são dados aos filmes quando se trata de analisar a relação entre o cinema e a história: o filme como documento-monumento de cunho histórico, associado ao contexto que o produziu (ideológico e imaginário), ou o filme como discurso sobre a história. Isto é, o filme teria valor documental por conta do contexto histórico que o produziu (daí a necessidade e a importância de uma contra-análise), ou o seu valor histórico seria atribuído pelo discurso que transmite – logo, é a percepção e a prática do historiador em relação ao filme que determinará seu uso. Ou se faz uma análise histórica do contexto que o produziu, ou analisa-se o discurso que representa. O que não se pode esquecer, independentemente do caminho que se siga, é que as imagens devem ser consideradas construções históricas e sociais, e precisam ser situadas na sua dimensão política, ideológica, social e cultural.

Para FERRO, numa tentativa de lidar com as perguntas feitas acima e respondê-las, o filme permitiria uma contra-análise da sociedade, o que nada mais seria que uma “contra-história”, uma abordagem que existe para além do testemunho apresentado, ou seja, a busca do não-visível através do que é visível – o tipo de análise que todo historiador busca fazer com qualquer fonte. Para isso, há um campo histórico que tem muito a contribuir: a Nova História Cultural. Se entre 1950 e 1970 a história serial e a história econômica estiveram em alta, esta situação mudou nos últimos tempos.

⁹ KORNIS, *Ibidem*, p. 238.

Inicialmente chamada “História da Cultura”, a história cultural já existe há muitos anos e, antes, era identificada a uma concepção muito mais “elitista”, ligada a manifestações sociais e culturais vistas como nobres. Mas logo teve seus campos de interesse e atuação alterados, agora com suas preferências voltadas para as atitudes, sentimentos, gestos, representações e manifestações das “massas anônimas: as festas, os motins, as crenças heterodoxas. Em uma palavra, a nova história cultural revela uma especial afeição pelo informal e, sobretudo, pelo popular”¹⁰. Atualmente, a Nova História Cultural busca analisar as condições de produção, circulação e recepção dos produtos culturais, vistos como documentos, e demais fontes. Se ocupa principalmente das histórias das práticas sociais e culturais, que seriam historicamente determinadas, e devem ser analisadas “de baixo” para uma leitura mais completa das sociedades, como propõe o marxismo inglês.

Segundo uma importante corrente da nova história cultural, influenciada por Michel de Certeau, Pierre Bourdieu, Roger Chartier e Michel Foucault, deve-se atentar para os “aspectos discursivos e simbólicos da vida sociocultural”¹¹, ou seja, a linguagem e as práticas discursivas devem ser entendidas como substâncias constituintes da base da vida social e cultural e reflexos de práticas e representações sociais. Tais discursos podem ser extraídos de documentos oficiais, mas também, e principalmente em nosso caso, de produtos culturais como os filmes. Segundo BARROS,

Recolocar a noção de discurso no centro da História Cultural é considerar que a própria linguagem e as práticas discursivas que constituem a substância da vida social embasam uma noção mais ampla de Cultura. “Comunicar” é produzir Cultura [...] – sem falar que o ser humano também se comunica através dos gestos, do corpo, e da sua maneira de estar no mundo social, isto é, do seu “modo de vida”.¹²

¹⁰ VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; _____. (orgs.) *Domínios da história*, Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 149.

¹¹ BARROS, *ibidem*, p. 41.

¹² BARROS, *ibidem*, p. 41.

Roger Chartier, por sua vez, dentro deste paradigma de análise do discurso, nos apresenta o conceito de *apropriação*, segundo o qual deve-se dar maior importância, no contexto da análise historiográfica, às diferentes práticas a partir das quais as pessoas se apropriam dos materiais que circulam nas variadas sociedades e épocas,

“dando lugar a usos diferenciados e opostos dos mesmos bens, dos mesmos textos, das mesmas ideias. Tais práticas de *apropriação cultural* podem ser reconhecidas como formas diferenciadas de interpretação”.¹³

Dessa forma, entendemos que o ato de ler (e assim também podemos problematizar o de *ver*) “é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, e a aceitação da mensagem está mediada por ajuste, combinações e resistências”¹⁴. Ou seja, diferentes historiadores terão leituras diferentes dos discursos empregados num mesmo filme.

Mas, como nosso interesse aqui é, dentro da nova história cultural, propor uma análise histórica do que os filmes retratam a partir do discurso que eles contêm, e tendo em mente a possibilidade de leituras múltiplas, questionamos: como fazemos para obter uma análise mais global deste documento-monumento, pesquisando não só o discurso que ele traz, mas também o contexto que o produziu (pois ambos podem ser divergentes)? De que modo podemos aplicar a contra-análise de FERRO nesta pesquisa, sem perder o nosso foco principal, que é a análise discursiva?

E neste ponto pode nos auxiliar a Sociologia do Cinema, que é uma ferramenta analítica bastante similar à metodologia de FERRO, e que segundo SANTANA contribui para o aumento da percepção e da reflexão sócio-cultural a partir do filme, bem como uma “chave de esclarecimento” que sistematiza a dinâmica cinematográfica e ajuda na compreensão da lógica da indústria do cinema e dos elementos tecnológicos e sociais envolvidos em sua produção¹⁵.

13 SOIHET, 2003, p. 12.

14 BRUNO, MARTINS, *Ibidem*, p. 40.

15 SANTANA, Gilmar. “O filme contextualizado – diálogos entre sociologia e cinema”. In: *Revista Universitária do Audiovisual*, São Paulo, 2008.

Grosso modo, podemos apresentar a sociologia do cinema como uma corrente da sociologia que busca usar o filme como um meio de reflexão crítica sobre os problemas da sociedade burguesa, e que é capaz de apreender, com suas múltiplas determinações e metodologias, a verdade de nosso tempo. Esta prática de pesquisa e análise estuda o filme como uma totalidade social completa, antes de ser uma totalidade histórica, psicológica e cultural. Da mesma forma como foi proposto por FERRO para o campo histórico, a sociologia do cinema trabalha o filme como uma contra-análise, mas por um viés mais social e menos histórico/cultural, que é o nosso interesse. Essa “contra-análise sociológica” pode ser entendida, agora segundo SANTANA, a partir do conjunto de informações que a imagem nos dá sobre as circunstâncias de sua produção, exibição, recepção etc. Um filme sempre fala mais sobre a sua realidade do que aquela que ele retrata, e “para cada plateia, sempre uma nova alternativa de leitura”¹⁶.

O cinema, assim, além de nos apresentar um discurso que reflete práticas e representações sócio-histórico-culturais através de sua linguagem única, constitui-se ele mesmo como o reflexo de uma determinada realidade, o que permite uma abordagem muito mais ampla. Para isso é necessário que se realize antes, segundo a sociologia do cinema e a metodologia de SANTANA, um mapeamento crítico e sistemático da produção cinematográfica, que detecte todos os envolvidos no filme e em sua recepção, como roteiristas, artistas, empresários, técnicos, distribuidores etc., e que compreenda o aparato tecnológico utilizado pelo cinema, como luz e fotografia, movimentos de câmera e enquadramento, cenários, disposição dos objetos cenográficos, figurinos etc. Observar a temporalidade e a espacialidade do momento da produção do filme, em comparação com a temporalidade e a espacialidade representadas, é fundamental.

Portanto, a partir do conceito de discurso como visto na nova história cultural, nossa proposta é um diálogo com a sociologia do cinema e os seus métodos de análise, segundo os quais podemos desvendar relações e práticas sociais e culturais múltiplas, para além dos próprios aspectos discursivos empregados nos filmes. Sabemos que todo filme é um agente da história, contribui para certa conscientização, e não é só um produto da indústria cultural; mas visto como documento-monumento, para que

16 SANTANA, *Ibidem*, p. 2.

se possa dele extrair o máximo de informações úteis para a pesquisa histórica, como é o nosso objetivo aqui, é preciso que se analise o não-visível, como feito com outras fontes – afinal a imagem não é um mero reflexo imediato da realidade, ela não trata apenas do que representa. Assim, pode nos ajudar a sociologia do cinema, cujos métodos são bastante similares aos da contra-análise de FERRO para o contexto histórico e cultural, visando desse modo a pesquisa de cunho historiográfico. A partir do uso dessa proposta metodológica e interdisciplinar que fazemos, torna-se possível, igualmente e de forma satisfatória, uma análise global de caráter cultural e social do que o filme revela em seu discurso e, ao mesmo tempo, do contexto que o moldou e de que forma ele foi recebido pela sociedade.

A proposta de FERRO já excede as metodologias tradicionais de abordagem das ciências humanas. Quando se trava uma relação entre a sociologia do cinema e a nova história cultural para uma análise cinematográfica, esta barreira se quebra ainda mais.

III – O USO DE FILMES EM AULAS DE HISTÓRIA: UM RELATO DA EXPERIÊNCIA NO PIBID

A relação da imagem com a educação é bem anterior à relação estabelecida com o campo historiográfico. Desde o início do século passado e dos primórdios do cinema, o filme é levado à sala de aula – todavia, com um caráter de ferramenta instrucional, para ensinar aos estudantes os modos de agir de acordo com a sociedade. No contexto brasileiro, foi entre as décadas de 1920 e 1930 que surgiu o movimento da Escola Nova, cujos intelectuais ajudaram a pensar um projeto de “cinema educativo”. Esse projeto orientava o uso do cinema como forma de ilustrar a história que era contada em sala e exemplificar questões éticas e morais que deviam ser passadas, como patriotismo e valorização do trabalho.

Contudo, como o filme era tratado em sala quase como as fontes do século XIX, consideradas portadoras oficiais da verdade histórica, a eficácia desse projeto foi criticada, e ele ficou restrito às elites urbanas. Com o filme sendo usado em sala de aula dessa forma, ele era pouco ou muito mal problematizado. Devemos salientar que quando um documento é levado para uma aula de história (ainda mais o cinema, por ser um documento-monumento), ele não deve ser tratado a partir das mesmas teorias e metodologias dos historiadores, pois a escola é um espaço sócio-cultural distinto da academia. Por isso, o documento acaba por se transformar em material didático – e

quando se tem a consciência dessa distinção, não há problema em seu uso¹⁷. Assim, os alunos não são tratados como “mini-historiadores”, e não se perde os benefícios do cinema, porque dessa forma ele é problematizado com as perguntas adequadas.

O uso de filmes em sala de aula é condicionado pela trajetória cultural e social dos professores, está associado a um “gosto” pelo cinema. Invariavelmente, os professores ainda dão preferência aos filmes documentários, ao passo que os alunos preferem os filmes ficcionais. Porém, mesmo que o documento-monumento seja usado em sala como material didático, ele não deve ser uma mera ilustração para o que está sendo discutido, e precisa ser trabalhado de acordo com uma metodologia bem elaborada. O filme, quando usado, cria tensões e conflitos, graças à sua linguagem, entre a representação fílmica do fato histórico e o trabalho do professor. Uma imagem nem sempre vale mais que mil palavras, e como recurso pedagógico ele elucida elementos, reforça e complementa o ensinado, e até ilustra o fato – mas não é o fato, não deve ser visto como verdade histórica. Como recurso, ele é a representação cinematográfica do tempo e do espaço, o que torna as coisas mais claras para os alunos; só que é mais que isso. Como visto em KORNIS, o filme possui um texto visual, e precisa ser analisado de maneira tanto externa quanto interna, pois foi produzido por um contexto social específico – e isso mesmo em sala de aula.¹⁸

Como nosso interesse é, nesta segunda parte do trabalho, fazer um relato da experiência dos usos de filmes em sala de aula durante a execução do projeto Pibid, cabe elucidar que este é um programa subsidiado pela Capes cuja finalidade é fomentar e promover a iniciação à docência. Dentro deste programa atuamos, durante o ano de 2014, no subprojeto de História do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, intitulado “*Diversas linguagens no ensino de história: cinema, jornal e história oral*”. O projeto é composto por uma equipe de 22 alunos divididos em duas escolas (uma municipal e outra estadual) do município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense¹⁹. Aqui, visamos apresentar como se deu o uso dos filmes como documento em sala, nos encontros e aulas realizados pelos bolsistas no Colégio Estadual Dom Adriano Hipólito, onde objetivamos o ensino de História através de linguagens variadas, visando, dessa forma, novas metodologias e práticas de ensino, mais ricas e menos

¹⁷ FARIAS, Ibidem, 2011.

¹⁸ KORNIS, Ibidem, 1992.

¹⁹ Região da Área metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

monótonas para os estudantes, bem como a valorização dos mesmos como sujeitos históricos e atuantes do processo, assumindo a opção de ensinar a história dos “de baixo”, privilegiando os populares e a história da Baixada Fluminense e do município de Nova Iguaçu.

Trabalhamos no Pibid com alunos de séries variadas, tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio, e foi uma surpresa quando descobrimos um grupo de alunos do terceiro ano do Ensino Médio já bastante familiarizado com o trabalho com imagens e a linguagem cinematográfica, a ponto de ter um canal de vídeos no site YouTube²⁰. Contudo, eles foram uma exceção, e um dos primeiros problemas que enfrentamos foi perceber que os filmes que geralmente eram exibidos em sala de aula contrastavam com aqueles aos quais os alunos estavam acostumados a assistir. Como visto em BRUNO e MARTINS, constatamos a disparidade entre o gosto dos alunos para os “filmes de ação” (onde aquele filme que não se enquadrasse neste lugar era definido como “chato”), e o gosto dos professores (no caso, os bolsistas) por filmes, em sua maioria, documentários.

Ao longo de cerca de sete meses, para trabalhar com temas como violência, ditadura militar, migração, conceitos históricos etc., apresentamos filmes em diversos formatos e com linguagens variadas, como curtas (“*Barbosa*”), animações (“*Morte e vida Severina*” e “*História de amor e fúria*”) e documentários (“*Notícias de uma guerra particular*”). Conscientes da dificuldade que é quebrar a barreira dos alunos construída por gostos e hábitos formados pela indústria cultural, demos preferência aos filmes ficcionais. Tivemos igualmente o cuidado de fazer uma censura prévia, evitando filmes que apresentassem cenas muito violentas ou com conteúdo sexual/erótico.

Como escolhemos os filmes de acordo com o tema a ser trabalhado, tivemos resultados positivos ao conseguir fazer com que os alunos percebessem na tela a representação do tempo-espço que levávamos para discussão, e nos preocupamos sempre em propor uma análise sistemática da imagem, mostrando que ela pode sugerir significados inúmeros. Todavia, muitas vezes a mensagem não era entendida claramente, e cabia a nós a contextualização desse conteúdo ao tema da discussão; ou, então, era feita pelos alunos uma leitura completamente diferente daquela que

²⁰ www.youtube.com.br/comrazaao

havíamos imaginado. Igualmente, nos empenhamos em construir com os alunos uma leitura sobre o contexto que produziu cada obra, e discutir a relevância e o significado de cada um.

Pudemos observar que os curta-metragens alcançaram melhores resultados que os longas com os alunos, que se cansavam após quinze minutos, em média, se o tema tratado não os interessasse. Igualmente, o uso de animações foi positivo, mas quando o filme trazia assuntos como a pobreza, a violência ou a ação policial (portanto, mais próximos da realidade daqueles jovens), a discussão era mais rica, e rendia bem mais. Entendemos, dessa forma, que é fundamental sempre tentar relacionar o conteúdo do filme e do debate à vida dos estudantes.

Aprendemos que o filme, ao ser usado em sala de aula, não deve vir com uma interpretação pronta, imposta pelo professor, e que é preciso sempre relativizar e favorecer o diálogo, afinal a imagem pode ser universal, mas ela é sempre particularizada por um conjunto de configurações sociais, históricas e culturais (muitas vezes externas ao ambiente escolar) que direcionam o olhar do espectador. Em nossos encontros semanais com os estudantes do colégio Dom Adriano Hipólito, portanto, além de usar o filme como uma linguagem, um recurso pedagógico para ilustrar um assunto, fizemos sempre a contextualização e a problematização do que esse documento trazia como conteúdo para relacionar com a vida e as experiências dos alunos, aproximando-os da história, do pensamento crítico e do uso dessa ferramenta como modo de ler e interpretar o mundo ao seu redor, fazendo perguntas sobre o que ele de fato fala para além do que retrata. Não à toa, como produto final do projeto naquele ano, foi produzido em conjunto pelos alunos do colégio e pelos bolsistas da universidade um curta-documentário, de cerca de 40 minutos de duração, sobre como o processo de migração, entre 1950 e 2014, colaborou para a formação da identidade e da história daquela cidade

IV - CONCLUSÃO

Vivemos um período de falência dos paradigmas positivistas, que se iniciou com o advento da Nova História, e cresce a cada dia mais o interesse pela linguagem visual. Podemos afirmar, por fim, que todo filme, ficcional ou documentário, tem função e utilidade como fonte para debates e pesquisas em história, assim como nas

ciências sociais e em sala de aula. Ele sempre diz muito mais do que aparenta, e é preciso que se perceba e que se leve em consideração a sua contra-história.

Assim, deixamos aqui, de acordo com as conclusões alcançadas, a indicação da continuidade de estudos nesta linha de pesquisa, em documentos-monumentos como o cinema, assinalada ao longo do trabalho pela análise do discurso empregada nos filmes a partir da relação entre história e sociologia, com reflexões que podem girar em torno de temas diversos como a relação entre classes, as relações culturais, sociais e de poder, a religiosidade do povo, as relações familiares, o amor, gênero e sexualidade, e até mesmo a construção de nossa identidade nacional e social, sempre a partir de perspectivas variadas.

A proposta que trazemos de análise do cinema como documento a partir de um diálogo entre áreas aparentemente discrepantes não busca a construção de um modelo específico, mas a identificação de novos temas e problemas de cunho cultural e social, bem como novas leituras e perguntas sobre problemas antigos. Temos, assim, a possibilidade de dar nova ênfase a valores, representações e rituais que já aparentavam esgotamento. Igualmente, vimos que o uso do filme em sala de aula deve seguir um roteiro de ação específico, e que esse uso é uma escolha do professor, que ele cria os seus métodos para usar o filme, e que a sua prática pedagógica tem muito a ver com a cultura audiovisual acumulada por ele, bem como com o contexto escolar e o saber dos alunos. A utilização de filmes em sala, portanto, não deve ser pautada na possibilidade de representação imagética de um fato histórico, mas a partir da noção de que esses filmes são documentos através dos quais pessoas manifestam suas opiniões e ideias, e de que maneira essas opiniões e ideias podem ser aproveitadas na construção de um debate histórico rico. O filme não deve ser o ponto de chegada da aula, mas sim de partida; o ponto de chegada é a vida e o contexto sócio-cultural dos alunos.

Capítulo 6: A HISTÓRIA SOCIAL E A BEGRIFFSGESCHICHTE. A COMPLEXA RELAÇÃO NO DIÁLOGO “INTER-HISTORIOGRÁFICO”

João Victor da Mota Uzer Lima

1. O SOCIAL

Em Futuro Passado, Reinhart Koselleck apresenta as diferenças entre as disciplinas de História dos Conceitos e a História Social, sendo a primeira uma abordagem com método proveniente da história das terminologias, gramática e filologia; e a segunda, uma vertente que procura abordar as formações das sociedades, grupos sociais, teoremas econômicos, entre diversos outros fatores. No entanto, o historiador alemão apresenta uma interação complexa entre as disciplinas.

A análise de um conceito exige a contextualização linguística assim como a não linguística, ou seja, social; por outro lado, o discurso faz uso, inescapavelmente, de conceitos; e, como o discurso é formado pela linguagem, sendo esta – como compreende a vertente britânica da “Análise de Discurso Crítica” – parte indissociável da sociedade, uma vez que se constrói por consequência de efeitos sociais, demonstra como: o social influencia o discurso, que por sua vez faz uso de conceitos que só podem ser compreendidos por inteiros através do estudo da sociedade que os criou e o ressignificou. A história dos conceitos, a história dos discursos e a história social estão sempre em paralelo, complementando e evidenciando uma relação complexa e frutífera se bem aplicada e compreendida.

Quando se pensa em “história social” é comum remeter-se a nomes como Eric Hobsbawm ou Edward Thompson, membros de uma “escola” reconhecida por ser a “história social do trabalho”, no entanto, a relação entre “história” e “social” é bem mais antiga. “Na história, o avanço para o social foi estimulado pela influência de dois paradigmas de explicação dominantes: o marxismo, por um lado e a escola dos ‘Annales’ por outro.”¹

É comum adotar a ideia de que os historiadores reconstrucionistas, do século XIX, fundavam suas pesquisas no positivismo, na crença da história absoluta e da imparcialidade da fonte histórica, para estes, o papel da história seria reconstruir o

¹ HUNT, Lynn. Introdução: História, Cultura e Texto. In: _____. *A Nova História Cultural*; tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Pag. 2

passado tal como aconteceu. Teriam eles como foco de estudo os grandes impérios, campanhas militares ou políticas, o que ficou conhecido como “a história dos grandes homens” ou “História política”. A escola dos Annales – sobretudo a primeira geração – acabou por condenar a história política a um status de ultrapassada, sendo tomada como sinônimo de “história tradicional”. A influência da sociologia Durkheimiana, Weberiana e Marxista levou a história a compreender as relações sociais – e a formação das identidades e identidades coletivas – como objetos históricos. Passou-se a observar a ação do indivíduo no processo histórico fazendo da história o estudo do homem, e da ação humana, em um determinado recorte temporal, “Tem-se aqui o estudo de certos processos que se referem à vida humana numa diacronia”².

Jacques Revel chama atenção para o fato de que a historiografia acerca da escola dos Annales pouco problematize a “sociologia do movimento”, embora concorde que os Annales tenha marcado profundamente a forma como o historiador vê tanto o seu campo de estudo como seu próprio trabalho, Revel afirma que a maioria das produções acerca dos Annales partem dos discursos dos próprios annalistas acerca de seu movimento, tanto que “postulam a existência de uma ‘escola’ quando se trata, sobre tudo, de um movimento, de uma sensibilidade, de um conjunto de estratégias”³

O caráter inovador da revista dos Annales, defendida por seus fundadores, é desconstruída por Revel quando este chama atenção para a publicação do ensaio “*Méthode historique et science sociales*”, pelo sociólogo François Simiand, em 1903, mais de 20 anos antes da primeira publicação da revista de Marc Bloch e Lucien Febvre. No dito ensaio Simiand fazia fortes críticas a história “historicizante” em defesa de uma história mais próxima das ciências sociais. Para o sociólogo, era preciso efetuar um diferente enfoque, abandonando a “busca pela verdade” e construindo “hipóteses” a serem confirmadas ou não, desta forma, o fato isolado – ou a fonte – não apresentava nenhum dado histórico por si só⁴.

² BARROS, José D'assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional* 10(1): 95-129, Verão, 2005. Pag. 96.

³ REVEL, Jaques. História e Ciências Sociais: o paradigma dos annales. In: ____: *A invenção da Sociedade*. Lisboa; Difel, 2008. Pag. 16 - 17

⁴ *Ibidem*. Pag. 20

Como afirmou Bloch “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça”⁵. O “Social” ganha conotação de “ação humana” e é aí que está o principal distanciamento entre Bloch e Durkheim. A tendência de alguns analistas de Bloch é colocá-lo como discípulo direto de Durkheim em um “promotor da história científica”, embora não seja uma análise completamente incorreta, Bloch não aderiu totalmente ao positivismo durkheimiano.⁶

Portanto, na primeira geração dos Annales, tornou-se característico da análise historiográfica a ausência de uma instituição central, mesmo nos estudos econômicos ou políticos, tomando como foco as relações sociais. Sendo assim, o paradigma dos Annales se constitui por ser uma problematização acerca da funcionalidade de um coletivo, em suas múltiplas dimensões temporais, econômicas, espaciais ou culturais.⁷

Com a morte de Febvre, em 1956, Braudel, assume e mantém a revista dos Annales sobe sua influência até mesmo após a sua aposentadoria em 1972. Fernand Braudel apresentou um novo modelo de interpretação do tempo histórico, compreendendo-o em três níveis: a “*longue durée*”, “*conjecture*” e o “evento”, sendo o primeiro dominado pelo meio geográfico, o segundo – uma média duração – voltado para a vida social; e o terceiro, um acontecimento efêmero, o que incluía o indivíduo, política ou cotidiano⁸. Braudel também pode ser responsável pela introdução do estruturalismo de Levi-Strauss na história do Annale, que por sua vez culminou na noção de Estruturalismo Histórico. Em “Raça e História”, de 1952, Levi-Strauss declara que “a História ‘o horripila porque dá o primado ao acontecimento e porque afirma o progresso’ inelutável do pensamento”⁹, o Antropólogo Frances desconstrói a noção evolucionista da cultura e destaca-se dos antropólogos “funcionalistas” ao propor que o etnógrafo faça um estudo acerca da história da sociedade analisada, pois “considera indispensável conhecer o desenvolvimento histórico que culminou nas

⁵ BLOCH, Marc. *Apologia a história* ou O Ofício do historiador. Tradução André Telles. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed. 2001. Pag. 54.

⁶ REIS, José Carlos. *Nouvelle Historie e o Tempo Histórico* a Comparação de Febvre, Bloch e Braudel. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2008, Pag. 51.

⁷ HUNT, Lynn. *Op. Cit.* Pag. 3

⁸ HUNT, Lynn. *Op. Cit.* Pag. 4

⁹ BOURDÉ; MARTIN. *As Escolas Históricas*. Tradução Ana Rabaça, Editions Du Sueil, 1983. Pag. 177

formas presentes da vida social”¹⁰ caso contrária, estaria apenas estudando as relações sociais do presente e não as estruturas que levaram a construção destas.

O Esquema Marxista de organização das sociedades – explanada aqui de forma simplista – pode conceber-se de duas maneiras: A primeira compreende uma bipolarização entre “infraestrutura econômica” e “superestrutura ideológica”, e a as ligações entre esses polos que produzem as dinâmicas sociais – a luta de classes; a segunda observa a existência de um “escalonamento”, onde nas bases estão as “forças produtivas” que “suportam as relações sociais”, que “subentendem as instituições políticas, que dão forma aos discursos ideológicos”¹¹ o que sugere a existência de instâncias intermediárias. O Materialismo Histórico marxista compreende uma “superestrutura” onde a sociedade é definida pelo “modo de produção”, onde a “revolução” atuaria como agente modificador desta¹², fazendo com que Marx compreendesse na história “uma sucessão de modos de produção”. A recepção do estudo da cultura pelos marxistas têm como referência a obra de E. P. Thompson, que “rejeitou explicitamente a metáfora de base/superestrutura e dedicou-se ao estudo daquilo que chamava ‘mediações culturais e morais’¹³, tais quais os costumes, mitos e comportamentos sociais de uma determinada classe que se dá através de uma tradição.

No final dos anos 60 e início dos 70, em crítica aos modelos “macroexplicativos”, a historiografia francesa voltava seus estudos para o que compreendia ser “as *mentalités*”. A palavra “mentalidades” ganhou espaço na historiografia no início do século XX para denominar uma série de comportamentos e atitudes coletivas. A influência de Braudel, na forma de pensar o tempo histórico, proporcionou aos historiadores das mentalidades os mecanismos para observar padrões de comportamento, de um determinado grupo, em uma longa duração, denominando “história das mentalidades”, são objetos desta: o medo, a morte, o beijo, religiosidade, entre outros.

Embora esta concepção seja relativamente antiga aos historiadores – vide Marc Bloch e o “Reis Taumaturgos” ou o estudo do Febvre acerca do Baudelaire, foi

¹⁰ Ibidem. Pag. 179

¹¹ BOURDÉ; MARTIN. *Op. Cit.* Pag. 155 - 156

¹² BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. Pag. 267.

¹³ HUNT. Lynn. *Op. cit.* Pag. 6

Febvre quem cunhou a expressão “*aparelhagem mental*”, a fim de denominar um conjunto de elementos usados por um indivíduo em uma comunidade para se comunicar, englobando então, “formas de percepção, expressão, ação, as técnicas e a língua de uma sociedade”, o que Marc Bloch, sob influência Durkheimiana, denominava “representações coletivas”¹⁴ –, a “história das mentalidades” sofreu muitas críticas com os anos.

“Conforme diz Roger Chartier em seu A história cultural, o próprio termo *mentalité*, usado para exprimir algo próximo a uma psicologia histórica coletiva, sempre foi de difícil tradução em outras línguas que não o francês, prestando-se a confusões e indicando, por isso, ser uma fórmula tipicamente francesa de pensar as questões.”¹⁵

Com a crise dos paradigmas macroexplicativos, a história se abriu ainda mais para as demais ciências sociais, lançando mão de conceitos da antropologia, sociologia, etnografia, demografia, entre outras, os historiadores aproximavam seus estudos em outros territórios. O estudo das relações entre o “social” e o “cultural”, e as dinâmicas dos mesmos, ganharam mais estudiosos, a guerra do Vietnã e a marcha pelos direitos civis nos Estados Unidos, entre outros eventos, botaram o social “em voga” de uma forma diferente da efetuada pelos Annalistas da primeira geração.

Neste contexto, há uma “renovação” no quadro editorial da revista dos Annales, ainda sob comando de Braudel. Tem-se a entrada de Le Goff, Le Roy, Marc Ferro e, mais tarde, Jacques Revel, o que configurou a mudança na proposta da revista. “Os historiadores da quarta geração dos Annales, como Roger Chartier e Jacques Revel, rejeitam a caracterização de *mentalités* como parte do chamado terceiro nível de experiência histórica”¹⁶. Em 1997 Revel afirmou:

“No fundo, o que criticamos desde os anos 70, foi essa organização vertical pela qual o econômico informava o social, e o social informava o cultural. Éramos historiadores

¹⁴ VANDERLEI. Silvia Kalina; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo. Ed. Contexto, 2009. Pag. 279

¹⁵ VAINFAS. Ronaldo. *História das Mentalidades e Micro História*. In: CARDOSO, C.F.S. e VAINFAS, R. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

¹⁶ HUNT. Lynn. *Op. cit.* Pag. 9

sociais, mas pensávamos, por exemplo, que as características sociais também se constroem por meio das práticas sociais”¹⁷

É neste mesmo contexto que a obra de Michael Foucault ganha notoriedade. Durante os anos 70, quando a história social ainda atraía estudiosos, importantes estudos de Roland Barthes, Pierre Bourdieu e especialmente Michael Foucault mudaram a paisagem intelectual.¹⁸ O pós-modernismo, (ou pós-estruturalismo) afirma que os discursos permeiam completamente as percepções de realidade dos indivíduos, de forma que, fazer qualquer afirmação científica acerca da vida social é, na verdade, um exercício de elaboração de um discurso, um mito que só pode ser elaborado em nossas pressuposições¹⁹. Mesmo compreendendo a noção de que “a história é fruto de discurso”, os pós-modernos afirmam que os objetos analisados – dados como certo pela história – se caracterizariam como discursos socialmente construídos, fazendo do exercício pela busca da verdade um exercício impossível. Abrindo caminho para a introdução do fenômeno que ficaria conhecido como “virada linguística” na história.

A História Conceitual estuda a mudança, as apropriações, feitas de um conceito no decorrer de sua história, tendo na sua metodologia uma influência da História da Terminologia, da gramática, da filologia, da onomasiologia e da semasiologia. A trajetória da História Social é longa e seus objetos são muitos, a história Conceitual, quanto corrente historiográfica, volta-se para o social, não para tomá-lo como objeto histórico, independentemente do foco interpretativo, mas o faz porque “Uma ‘sociedade’ e seus ‘conceitos’ encontram-se em uma relação de polarização que caracteriza também as disciplinas históricas a eles associados”²⁰.

2. OS CONCEITOS

Um conceito é definido por ser uma palavra passível de múltiplas interpretações. Uma palavra, por definição, é um vocábulo usado para denominar um

¹⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. Entrevista com Jacques Revel. Tradução Monique Augus. *Estudos Históricos*, entrevista. N° 19. 1997. Pag. 128.

¹⁸ BONNELL, Victoria; HUNT, Lynn (org) *Beyond the cultural turn*. University of California Press, California. 1999. Pag. 3

¹⁹ Ibidem. Pag. 4

²⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Shurkamp Verlag Frankfurt am Main, 1979. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro. Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. Pag. 98

objeto, ação ou ideia, um conceito seria um conjunto de ideias que só poderiam ser expressas a partir de um mesmo vocábulo, logo “Todo Conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político”²¹, de forma que os conceitos sejam vocábulos com uma multiplicidade de significados.

Podem-se destacar os conceitos sociais e políticos em três grandes grupos: 1) Conceitos tradicionais cujo significado persiste em partes; como “Democracia” 2) conceitos cujo significado tenha mudado de tão forma drástica que, mesmo com a permanência da mesma palavra, uma comparação se torna difícil; como “Revolução” e 3) Os neologismos, palavras criadas para causar impacto e novidades, como “fascismo”, “comunismo”²².

Uma vez que os conceitos não variam, unicamente, de acordo com seu campo semântico, mas também de acordo com as conjunturas temporais embutidos em si, os conceitos evidenciam uma possível continuidade ou descontinuidade histórica social, refletidas na linguagem, fazendo com que o conceito carregue em si “uma referência ao intervalo de tempo que ele projeta”²³ destacando, no estudo dos conceitos e da história conceitual, a noção de “faixas temporais”. Ou seja, independente de sua origem, um conceito acumula vários significados conforme é apropriado por diferentes comunidades, evidenciado não somente a mudança espacial linguística – como traduções e afins – mas mudanças históricas temporais, e, uma vez que esta segunda se dá devido a mudanças sociais, pode-se compreender um conceito a partir da época em que foi cunhado ou ressignificado, assim como o caminho oposto é viável, sendo então possível compreender um período histórico a partir da forma como este se apropria de um determinado conceito.

Popularizado no século XIX, o termo “Imperialismo” era usado para descrever a política externa expansionista europeia, tem a sua origem no termo “Império”, que por sua vez, deriva do latim “*imperium*” traduzido como “dominação”, por esta razão, a sua apropriação recorrente remonta a esse significado, mantendo uma estrutura e uma coerência. Eric Hobsbawm, em *A Era dos Impérios*, marca a popularização do

²¹ *Ibidem*, pag. 108

²² JASMIN, Marcelo Gantus e FERES JUNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro in: JASMIN. Marcelo Gantus; FERES JUNIOR. João. (org) *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: editora PUC-Rio, Edições Loyola. 2006. Pag. 28

²³ MOTZKIN, Gabriel. A instuição de Koselleck acerca do tempo na história. in: JASMIN. Marcelo Gantus; FERES JUNIOR. João. (org) *Op. Cit.* Pag 77.

termo no século XIX devido ao seu uso por intelectuais para denominar os fenômenos expansionistas europeus, no entanto, o historiador inglês não marca a criação do termo para tal fim. Sendo introduzido na Inglaterra por volta de 1870 o “imperialismo” foi popularizado como vocábulo para denominar a expansão territorial e econômica somente por volta de 1900 com a apropriação do termo por parte dos intelectuais, antes disso, era usado na Inglaterra para denominar a política da França de Napoleão Bonaparte, o termo pouco a pouco foi substituído e a política imperial Francesa começou a ser denominada como “Bonapartista” (Bonapartiste) – ou “Bonapartismo” – e os “imperialistas” – e conseqüentemente o “Imperialismo” – ganharam uma nova conotação²⁴

A herança deste pensamento “anti-imperialista” que daria lugar ao termo “bonapartismo” na língua inglesa remete a Inglaterra renascentista. Patricia Springborg, analisando como o conceito de império foi disseminado na Inglaterra afirma que os renascentistas ingleses reconheciam-se como “Imperialistas Cosmopolitas” – ou seja, possuíam uma política imperial, mas não se compreendiam como súditos ou submissos, gozavam de direitos e eram cidadãos, em contrapartida, em um regime imperial “a civilização é o *ethos* do império”, de forma que a comunidade não funcionaria por si, não teria estruturas ou instituições próprias²⁵. Daí a negação inglesa ao uso dos termos “Império”, “Imperialista” e “imperialismo” em primeiro lugar.

A ressignificação do termo, na Inglaterra, para a ideia de dominação econômica só ocorreu na virada do século XVIII para o XIX devido a necessidades econômicas. Com a revolução industrial e a necessidade da exploração do mercado externo o termo Imperialismo foi lentamente transformado, de um termo pejorativo, em um adjetivo elogioso e apreciado, de tal forma que em certo ponto “promoveu um chauvinismo nacional de auto-justiça e presunção” alegando “que o Império Britânico foi o benfeitor de toda a humanidade”²⁶ e posteriormente levaria a compreensão de que o Imperialismo seria necessário e benéfico ao mundo, fazendo

²⁴ HODGE. Carl Cavanagh. *Encyclopedia of the Age of Imperialism, 1800-1914*. Vol. 1. Londres. Greenwood Press. 2008. Pag. 11

²⁵ SPRINGBORG, Patricia. Modelo clássico e circulação de conceitos na Inglaterra do início da Idade Moderna. in: FERES JUNIOR. João; JASMIN. Marcelo. (org) *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro. PUC-Rio. Ed. Loyola. 2007. Pag. 214.

²⁶ HODGE. Carl Cavanagh. *Op. Cit*, Pag 11.

com que as nações se autodenominassem como imperialistas. Desta forma, pode-se compreender como uma mudança social influenciou o vocabulário sendo este próprio de seu período, ou seja, é possível observar dois momentos distintos de uma sociedade através da apropriação que a mesma fez de um conceito.

Mesmo os conceitos “novos” criados propositalmente para causar algum tipo de impacto, necessitam de uma mínima coerência para obter alguma aprovação, logo, o autor precisa voltar-se para o vocabulário já estabelecido da linguagem buscando “um mínimo de consenso” na utilização de um termo, de forma que, mesmo “novo”, um conceito só possa ser compreendido por algum traço já recorrente na linguagem da sociedade²⁷. Embora um conceito seja definido como um “significante” com múltiplos “significados”, ou seja, uma palavra munida de várias interpretações fazendo com que esta única palavra expresse diversas ideias distintas, todas essas ideias partilham uma estrutura em comum.

O “imperialismo” sempre transpassa a ideia de dominação, e isso demonstra como os conceitos manterem uma coerência estrutural que permanece mesmo em aplicações distintas, e justamente por estas estruturas que os conceitos básicos podem ser tomados e estudados observando as apropriações que nem sempre são ressignificadas, vide que, entre 1900 e 1917 diversas obras foram publicadas acerca do imperialismo como: “*Imperialismo. Um Estudo*” de John Hobson em 1902, “*A Acumulação do Capital*” de Rosa Luxemburgo em 1913, “*Imperialismo e a Economia Mundial*” de Nikolai Bukharin em 1915, e “*Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*” de Vladimir Lenin em 1917, todos debatem o mesmo tema, mas de forma diferente e sem alterar o significado de termo, apenas as suas características são debatidas. Por outro lado, termo “revolução”, por exemplo, sofreu mudanças drásticas em seu significado chegando a uma interpretação completamente distinta de sua origem etnografia: “Revolução” do Latim “*Revolutio*” de “*Revolver*”, particípio passado de “*Revolvo*”, traduzido como: 1) Rolar para trás, desenrolar; 2) Rolar de novo; 3) Revolver no espírito, recordar; 4) Desenrolar um manuscrito; e 5) Percorrer ou refazer²⁸. Ou seja, de sua origem, o termo tem o significado de retorno. A utilização deste termo – da

²⁷ KOSELLECK, Reinhart. Uma resposta aos comentários sobre o Geschichtliche Grundbegriffe. in: JASMIN. Marcelo Gantus; FERES JUNIOR. João. (org) *Op. Cit.* Pag. 102

²⁸ FARIA. Ernesto. (Org). *Dicionário Escolar Latim - Português*. Ministério da Educação e Cultura – Departamento Nacional de Educação. 1962. Pag. 871

área das ciências da natureza, uma vez que era utilizado para exemplificar o ciclo das estrelas – na esfera política e histórica, se dava pela noção de que o tempo era fechado e se comportava de forma cíclica. Somente no século XVIII, com os iluministas, que o termo “Revolução” como metáfora para acontecimentos políticos, ganha notoriedade. Em contra partida ao termo “Guerra Civil”, que passa a ser interpretado como um ciclo-vicioso e fechado, recheado de violência, o termo “Revolução” adquire o significado de mudança pacífica e ordeira,²⁹ em uma ideia de “renovação”, de novo começo. Ou seja, somente a partir do século XVIII que o termo passa a ser compreendido como sinônimo de mudança.

Os conceitos básicos, que – embora sua análise seja mais complexa – são sempre os pivôs em que os argumentos giram e são caracterizados por serem, quase sempre, controversos – uma vez que combinam experiências e expectativas multiformes, sendo essenciais para a formulação de qualquer tema de um determinado tempo³⁰, sendo o centro em que os argumentos se apoiam – tornam-se disputados, sendo apropriados de formas distintas, por pensadores, políticos e afins, para justificar seus argumentos. E sendo o conceito básico essencial para a construção de um discurso, estudo dos conceitos apropriados por pensadores distintos em momentos específicos, evidenciando a forma de apropriação que a sociedade onde este pensador se insere fez do termo – ressignificando ou não o termo – tornando possível o estudo do termo diacronicamente através das apropriações feitas pelas sociedades e intelectuais, no entanto, deve-se atentar para o fato de que os conceitos não correspondem necessariamente às mudanças políticas imediatas, a apropriação do termo no léxico da sociedade é mais lento que o fato que gera tal mudança. A apropriação da palavra “imperialismo”, por exemplo, para definir uma política econômica ficou popular no início dos anos 1900 para denominar um fenômeno que já havia começado – segundo Hobsbawm – desde 1875.

No entanto, como os conceitos básicos são essenciais para a construção de qualquer discurso, a história conceitual (*Begriffsgeschichte*) e a história do discurso são paralelas, portanto, traçar a história dos discursos acerca do imperialismo também

²⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado ... Op Cit.* Pag. 67 - 68

³⁰ *Ibidem.* Pag. 103

seria necessário observar a história do conceito de imperialismo, de forma que a noção de “Faixas temporais” ainda é presente.

Esse fenômeno possibilita o estudo da história do conceito ao mesmo tempo em que possibilita o estudo da história através do conceito. Ou seja, os conceitos têm história própria e esta história é paralela à história social, o que evidencia a relação delicada entre as duas disciplinas. Uma vez que uma sociedade só pode existir, plenamente, a partir da aceitação geral de conceitos comuns, uma sociedade e seus conceitos encontram-se nas mesmas bases que as disciplinas que as estudam. Fazendo com que uma acabe por fornecer subsídios para a existência da outra³¹. Sendo assim, uma análise teórica por sobre os conceitos possibilita um maior entendimento da sociedade estudada.

3. A RELAÇÃO

Existem, basicamente, duas formas de trabalhar os conceitos em uma pesquisa histórica: 1) traçado a história de um conceito, usando-o como fonte. Como dito anteriormente, um conceito é criado com um significado e é ressignificado com o passar dos anos, e estas mudanças de significado se dão por fatores políticos, sociais, econômicos e/ou culturais, de forma que estudando como o conceito é apropriado no decorrer dos anos – e a razão para tais apropriações – estuda-se também estes elementos, sendo assim, o estudo do conceito implica necessariamente no estudo do social, aqui, a história social auxilia a história conceitual (*Begriffsgeschichte*); 2) Analisando o conceito na história, ou seja, contextualizando e problematizando o uso do conceito em um determinado recorte, discurso ou pensador.

Tomemos o termo revolução para exemplo mais uma vez: na primeira abordagem – traçar a história do conceito – pode-se observar que o conceito de revolução foi alterado de “voltar ao início” para “mudança” pelos iluministas – como apresentado anteriormente – e sua filosofia política que buscava uma alternativa para poder monárquico, mas de forma racional. No século XIX, com a apropriação marxista tem-se a criação do verbo “revolucionar”, em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels afirmam que uma revolução seria caracterizada pela mudança de um modo de produção para outro. Uma vez que o modo de produção seria o fundamento da

³¹ *Ibidem*. Pag. 98

sociedade, o fato que define a época histórica³², ao mudar a lógica de produção, mudaria a lógica da sociedade, fazendo da revolução um agente histórico. Logo, Marx, no século XIX, compactua com a interpretação legada pelos iluministas de “revolução” como ruptura ou mudança, no entanto, difere no momento em que agrega ao termo um cunho ativista, Marx e Engels dão ao termo um caráter de agente histórico que até então não tinha, e isso acontece devido à sua contextualização, logo, pode-se observar três sociedades distintas a partir das formas como estas utilizam do termo.

Quanto à segunda abordagem – Analisar o conceito na história – tomemos a “Revolução Industrial” para exemplo: compreendendo o conceito de “revolução” como uma ruptura, podemos considerar a revolução industrial como uma “mudança drástica na industrialização” ou mudança no “modo de produção³³”, possibilitada pela industrialização, com a invenção e modernização de maquinários, um avanço tecnológico. Logo, podemos compreender uma segunda revolução industrial no momento em que o antigo “meio de produção” sofreu uma mudança com uma nova modernização, com a informatização das fabricas e etc. Sendo assim, essa interpretação de “Revolução” aplicada na Revolução Industrial possibilita a compreensão de diversas “revoluções industriais” distintas, na medida em que ocorriam novos avanços tecnológicos que caracterizariam uma ruptura com os antigos. No entanto, Eric Hobsbawm, em “Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo” apresenta a ideia de uma única revolução industrial, uma vez que essa modificou não somente o “meio de produção”, mas também modificou a sociedade inglesa³⁴. Hobsbawm ainda utiliza o conceito de revolução como ruptura e mudança, mas não considera “revolução industrial” como “avanço tecnológico”. Nesta interpretação, Hobsbawm dá ao fenômeno da industrialização o conceito de revolução, não por sua inovação tecnológica, mas pela forte mudança que ela proporcionou à comunidade inglesa, embora compreenda diversas fases dentro de uma só revolução.

³² BOTTOMORE. Tom; et al. *Dicionário do pensamento marxista*. Basil Blackwell Publisher Limited 1983. Trad. Waltensir Dutra: Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2001. Pag. 267

³³ “Modo de produção” como meio ou comportamento, da forma que a etimologia sugere, e não “modo de produção” como estágio de desenvolvimento, como sugere a interpretação marxista.

³⁴ HOBBSAWM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Trad. Donaldson Magalhães Garschgen. Rio de Janeiro. Editora Forense Universitária. 1978. Pag. 75

Em parte, a razão de Hobsbawm observar a Revolução Industrial inglesa como apenas uma grande revolução com diversas fases, se dá pelo seu referencial teórico. O autor dedica dois capítulos da obra apresentando as mudanças sociais proporcionados pela industrialização. Quando Hobsbawm afirma que a revolução industrial originou uma vasta mudança, sendo caracterizada como “uma mudança social fundamental”³⁵, não somente para o proletariado, mas para a sociedade como um todo, ele acaba por atribuir ao conceito de revolução o entendimento marxista, descrito anteriormente, onde a revolução é caracterizada como um agente histórico, responsável por promover mudanças sociais, ou seja, mesmo que as “fases da revolução industrial” tenham proporcionado mudanças sociais não afetaram o modo de produção na concepção marxista, logo não se caracterizaria como uma revolução aos moldes traçados no “a Ideologia Alemã”.

A primeira abordagem é o exercício da própria História Conceitual enquanto a segunda é uma ferramenta da mesma que pode – e deve – ser apropriada por outras correntes históricas.

Otto Brunner, um dos fundadores da história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) juntamente com Koselleck, compreendia que o estudo dos conceitos era fundamental e indispensável ao historiador no estudo de qualquer momento histórico. Brunner considerava que a história dos conceitos deveria ser feita para evitar o anacronismo no estudo histórico³⁶. Segundo Brunner, traçando e definindo como o conceito era usado pela sociedade estudada evita que o pesquisador use o termo de forma errada. Por exemplo: A concepção moderna de “burguês”, como “classe social não proletária” remete ao século XIX, ou seja, o uso do termo para fazer referência a qualquer momento anterior a este requer uma contextualização mais específica, uma vez que a palavra sofreu alterações: de “cidadão”, “habitante de cidades”, “cidadão do estado”, entre outros significados³⁷, ou seja, embora o estudo dos conceitos – básicos ou gerais – seja essencial para contextualizar uma sociedade, a implementação destes no discurso histórico requer cuidados, por isso, o estudo da história conceitual minimiza a possibilidade de anacronismo no discurso.

³⁵ *Ibidem*. Pag. 75

³⁶ MELTON, James von Horn. Otto Brunner e as origens ideológicas da *Begriffsgeschichte*. in: JASMIN. Marcelo Gantus; FERES JUNIOR. João. (org) *Op. Cit.* Pag. 61

³⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado ... Op Cit.* Pag. 105.

Brunner não condena o uso de conceitos modernos para “explicar” o passado, já que a única forma de tornar o texto inteligível aos leitores presentes seria utilizando destes, no entanto, deve-se atentar para o fato de que estes conceitos modernos são igualmente datados³⁸, portanto, deve-se ter cuidado ao aplicar alguns conceitos na fala histórica.

É aceitável a afirmação de que a pólvora e a arma de fogo proporcionaram uma revolução³⁹ na guerra, nos conflitos e até mesmo nas sociedades, ou seja, estes artefatos exerceram um papel importante, influenciando o modo de guerrear, causando uma ruptura com o ideal cavaleiresco promovendo uma mudança drástica nos rituais de guerra, no entanto, esta concepção de revolução como ruptura só foi cunhada aproximadamente no século XVIII enquanto o uso da arma de fogo – pelos europeus – aproxima-se do século XIV. Desta forma, o uso de uma concepção moderna de um conceito para explicar um fenômeno passado não caracteriza necessariamente um anacronismo, ele pode ser usado, mas de ser contextualizado para evitar o anacronismo histórico.

Uma vez que uma sociedade só pode existir, plenamente, a partir da aceitação geral de conceitos comuns, uma sociedade e seus conceitos encontram-se nas mesmas bases que as disciplinas que as estudam. Fazendo com que uma acabe por fornecer subsídios para a existência da outra⁴⁰. Sendo assim, uma análise teórica por sobre os conceitos possibilita um maior entendimento da sociedade estudada, assim como o estudo da sociedade possibilita a compreensão do conceito estudado, “Todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível”⁴¹.

³⁸ MELTON, James von Horn. *Op. Cit.* Pag. 61

³⁹ “Revolução” aqui na concepção derivada do pensamento iluminista – como mudança ou ruptura – e não como agente histórico como sugerido pela filosofia marxista. O que está sendo discutido aqui é o caráter revolucionário da introdução da arma de fogo na cultura de guerra europeia, e não o uso de armas de fogo em revoluções políticas. Mesmo que as armas de fogo tenham efetuado uma mudança social drástica em diversas civilizações não proporcionaram mudanças no meio de produção, a “revolução” da arma de fogo proporcionou alternâncias no *ethos* militar, na filosofia e nos jogos de guerra, mas não no modo de produção, seja ele feudal ou capitalista, logo, a “revolução” proporcionada pela introdução da arma de fogo na cultura militar europeia não se caracterizaria como “revolução” na concepção marxista.

⁴⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado ... Op Cit.* Pag. 98

⁴¹ KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos... Op. Cit.* Pag. 136

A história dos Conceitos e a história Social são paralelas e tal relação não deve ser ignorada e sim explorada, enriquecendo o discurso histórico e proporcionando subsídios para a construção de uma narrativa histórica.

Capítulo 7: A HISTORIOGRAFIA BANDEIRANTE E O PENSAMENTO EVOLUCIONISTA

Luiz Pedro Dario Filho¹

Nossa sociedade colonial possuiu, em toda a sua multiplicidade, diversos grupos e sujeitos históricos. Foram três séculos onde inúmeros núcleos coloniais foram iniciados e, quando prosperaram, formaram arraiais, vilas e cidades que foram dando os contornos para o que se tornou a América portuguesa. O núcleo inicial formado ao redor da aldeia de João Ramalho nos campos de Piratininga², entre as décadas de 1530 e 1540, foi um dos primeiros que prosperou dentro da empresa colonial portuguesa no Novo Mundo. Muitos desses colonos, deslocados devido ao conflito com ameríndios em finais da década de 1550, se juntaram aos jesuítas para fundar a vila de São Paulo de Piratininga em 1560³. Seria esta vila, seus habitantes e suas ações ao longo do período colonial que, alguns séculos depois, receberia intensa atenção por parte da historiografia brasileira. Atenção essa que variou ao longo do tempo, sendo muito profícua entre finais do século XIX e a primeira metade do século XX, perdendo força na metade do novecentos para recuperar o fôlego a partir da década de 1990⁴.

Foi na primeira metade do século XX⁵, através de uma produção historiográfica especialmente fecunda, que os colonos da vila de São Paulo começaram a ganhar formas e contornos mais nítidos, passando a ser então conhecidos como os *Bandeirantes Paulistas*. Profundamente influenciada pelas realidades e demandas políticas da sua época, esta historiografia foi se consolidando dentro de período em que São Paulo teve participação decisiva dentro do cenário político republicano. Com isso, muitas das imagens construídas por esses autores refletem em parte este processo ao associarem, direta ou indiretamente, o papel e a

¹ Mestrando em História PPGH-UFF / Bolsita CAPES

² Para uma melhor descrição do relacionamento estabelecido por João Ramalho e os primeiros colonos a chegar na região com os ameríndios tupiniquins, ver: MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp. 21-31.

³ Idem. p. 34.

⁴ Excelentes debates historiográficos já foram realizados por Ilana Blaj e Márcio Santos. Ver: BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas; FFLCH, USP; FAPESP, 2002. pp. 40-65 e SANTOS, Márcio. *Bandeirantes Paulistas no Sertão do São Francisco: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734*. São Paulo: Edusp, 2009. pp. 29-50.

⁵ SANTOS, Marcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*. p. 29.

atitude dos seus contemporâneos paulistas com as características e as ações históricas dos bandeirantes do tempo colonial.

Durante o período da República Velha, quando as elites paulistas se viam em um lugar de destaque dentro do plano político nacional, os aspectos da riqueza, coragem, apego à liberdade e autossuficiência eram enfatizados nos paulistas de outrora. Dotados também de notáveis nobreza e bravura, os colonos teriam conseguido, apesar das dificuldades que o meio lhe impunha, vencer o isolacionismo e integrar o país⁶. No período posterior aos insucessos de 1932, quando os estados aliados a Vargas passaram a ser beneficiados em detrimento dos paulistas, novas imagens se fizeram sentir dentro desta historiografia. Reforçaram-se alguns traços já presentes de antemão, mas, sobretudo, adicionaram-se alguns novos que modificaram a perspectiva em relação àqueles sujeitos históricos. O isolacionismo que já estava presente na abordagem anterior ganhou maior ênfase, enquanto que a prosperidade vai dando lugar à pobreza, cada vez mais acentuada. Se antes eram descritos como ricos e independentes, a partir de então a ênfase se desloca para a sua conduta de nunca se curvarem frente às dificuldades. Isso possibilitou-lhes triunfar ao transformar a economia do planalto em uma economia autossuficiente⁷. E, dentro deste contexto, a independência e o apreço à liberdade já exaltados nas obras anteriores ganham contornos de rebeldia e de tendência ao autogoverno. Aqueles paulistas, mesmo vivendo sob múltiplas adversidades, conseguiram triunfar sobre o meio e expandir territorialmente a colônia portuguesa, provando a sua singularidade e superioridade.

Mas seria um erro acreditar que esta historiografia era formada apenas por intelectuais apaixonados, interessados somente na exaltação épica e glorificação do passado paulista. Ou que o seu comprometimento residisse exclusivamente em interesses políticos de consolidação da elite paulista dentro daquela conjuntura histórica específica. A realidade da produção intelectual do Brasil entre finais do século XIX e início do século XX era muito mais complexa do que isso. E é necessário compreender essa produção para desvendar certas nuances dos caminhos percorridos por essa historiografia.

⁶ BLAJ, Ilana. *Trama das tensões*. pp. 42-53.

⁷ Id. *Ibid.* pp. 54-65.

Nos principais centros intelectuais europeus, ao longo do século XIX, o conceito de evolução foi constantemente utilizado como forma de trazer inteligibilidade e compreensão para as diversas configurações socioculturais que eram estudadas. Dentro desta perspectiva evolucionista as hipóteses monogenistas, que afirmavam que toda a humanidade teria uma só origem, e as poligenistas, que defendiam a existência de diversos centros de "criação", dominaram o debate. Ambas encaravam o processo evolutivo através de teorias que explicassem a degeneração, maior ou menor, dos grupos humanos analisados; contudo, a hipótese poligenista abria espaço para a separação desses diversos grupos em raças distintas, com origens diferentes⁸. Com isso, a dimensão biológica de cada grupo – como o tamanho do crânio, cor dos olhos, tamanho do nariz, etc – passaram a ganhar destaque, pois passavam a determinar, direta ou indiretamente, o comportamento individual e coletivo dos grupos examinados. Seriam as suas raças de origem e os processos degenerativos pelos quais elas teriam passado, ou não, que explicariam os costumes, a conduta, as tradições de uma determinada sociedade, tribo ou país. E isso fez com que cada vez mais livros de ciências humanas passassem a conter profundas descrições e análises biológicas dos grupos estudados. Estas seriam partes decisivas da compreensão do processo de formação dos grupos analisados.

Entre as décadas de 1870 e 1930, período em que procurava-se delimitar as fronteiras entre o que seriam os homens de “letras” e os homens de “ciência”⁹, o Brasil viu surgir em alguns dos seus estados instituições como o Museu Nacional¹⁰ e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹¹. Em trabalhos que envolviam a

⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. p. 48-49.

⁹ VENANCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2003, p. 28.

¹⁰ Os Museus Nacionais, que ganharam força ao redor do mundo ocidental ao longo do século XIX devido ao movimento científico de recuperação e preservação das memórias nacionais, desempenhavam importante papel na questão da pesquisa etnográfica e no desenvolvimento das ciências naturais. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. pp. 67-68.

¹¹ O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro era um espaço da academia de escolhidos e eleitos a partir de relações sociais, nos moldes das academias ilustradas que existiram na Europa no século XVIII. Possuía como principal objetivo reconstruir a história da nação, recriar o passado, solidificar mitos de fundação. Residia nele a responsabilidade de ordenar acontecimentos e buscar homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos dentro da percepção histórica da população brasileira. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. p. 99 e GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p. 5.

reelaboração das teorias europeias, em função do contexto específico brasileiro, intelectuais pensavam em sua aplicação local¹². O período também foi marcado pelo processo de elaboração de representações historiográficas do passado, onde o discurso histórico acabou por se articular a um quadro mais amplo, envolvendo a discussão sobre a questão nacional¹³, que ocupava posição privilegiada¹⁴. A conjuntura política brasileira, com a Semana de Arte Moderna de 1922, a crise das oligarquias cafeeiras e a “Revolução de 1930” auxiliaram nesse processo, produzindo um contexto de efervescência social e intelectual¹⁵. Acadêmicos brasileiros, das mais diversas partes, produziram estudos cuja função era unificar o país através da busca de um passado singular. Procuravam pelos “embriões” da nação dentro da história colonial, disputando, entre si, quais regiões possuíam as melhores atribuições e legitimidade para administrarem o Brasil¹⁶.

O Museu Paulista – ou Museu do Ypiranga – ficou pronto em 1890 e, em 1893, recebeu as suas primeiras coleções, pertencentes a Joaquim Sertório. Essas coleções eram formadas por espécies da história natural, jornais e objetos indígenas. Em 26 de julho de 1894 o Museu foi inaugurado e o seu principal objetivo era “o estudo da história natural da América do Sul e em particular do Brasil, por meios científicos”¹⁷. Já o *Instituto Historico e Geographico* de São Paulo foi fundado em 1894. Formou-se, em seu interior, a pretensão de propagar a história de São Paulo como sendo, na realidade, a própria história do Brasil. Era consciente e deliberada a intenção de enfatizar a suposta especificidade paulista e o fator decisivo que ela teria exercido na

¹² ABREU, Regina. “Um homem de letras” in: *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996, p. 163.

¹³ Se procurava, dentro dos círculos intelectuais do IHGB, construir uma história que pudesse definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo. Tratava-se de precisar com clareza uma identidade nacional capaz de atuar tanto externa quanto internamente. Ver: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos”, pp. 6-7.

¹⁴ Laura de Mello e Souza credita ao ressentimento pós-colonial a ausência de estudos mais detalhados sobre administração colonial portuguesa dentro da historiografia nacional. A historiografia posterior ao nascimento da república brasileira, que foi o período em que se rompeu de vez as ligações com a dinastia lusitana, procurava se afirmar ante a metrópole de ontem, opressora e responsável pelos seus vícios e equívocos. Era período de emancipação política que se refletia em produções que procuravam “explicar” o Brasil através de enquadramentos mais gerais. Ver: SOUZA, Laura de Mello e. “Política e administração colonial: problemas e perspectivas”. In: *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp. 27-77.

¹⁵ MARANHO, Milena Fernandes. *O moinho e o engenho: São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no império colonial português - 1580-1720*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006, p. 21.

¹⁶ Milena Maranhão chama a atenção para a disputa entre o IHGB de Pernambuco e o de São Paulo. Ver: MARANHO, Milena Fernandes. *O moinho e o engenho*. pp. 18-40.

¹⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. p. 79.

conformação do que era, na época, a nação brasileira. "Tratava-se, portanto, de buscar no passado fatos e vultos da história do estado que fossem representativos para constituir uma historiografia marcadamente paulista, mas que desse conta do país como um todo"¹⁸. Procurou-se, dessa forma, exaltar o "modelo bandeirante" e todas as suas particularidades.

Oliveira Vianna foi um dos principais intelectuais brasileiros que, em inícios do século XX, abraçou e deu formas concretas para o conceito de evolução social¹⁹. Na obra *Evolução do povo brasileiro*²⁰, publicada em 1917, o autor contesta as "leis gerais" evolutivas para as sociedades humanas que vinham sendo apresentadas por autores como Ernst Haeckel e Herbert Spencer²¹. A questão em torno da concepção de que todas as sociedades eram, em seu estado inicial, um agrupamento familiar que iria progressivamente se integrando e gerando tribos e núcleos mais complexos, foi contestada por Vianna. Essa marcha evolutiva não era obrigatoriamente cumprida por todos os agrupamentos sociais existentes no mundo, defendendo o autor, ao contrário, uma riqueza de modalidades evolutivas. Ele critica de forma contundente o "fatalismo" que essas "leis gerais" da evolução social trazem consigo, evidenciando a importância do acaso e das particularidades de cada conjuntura histórica.

Dentro do que teria sido o ciclo dos descobrimentos, ele exalta o papel exercido por um dos grupos participantes. Este era formado por homens de ascendência goda, sueva, flamenga, normanda e borguinhões. O homem dessa ascendência racial era caracterizado por ser *louro, alto, dolicoide, de hábitos nômades e conquistadores*²². Vianna afirma, inclusive, que esses elementos dolicoide e louro eram predominantes dentro da nobreza feudal da península ibérica. E que esses elementos também teriam predominado dentro das correntes emigratórias para a região do planalto paulista²³. Dessa forma teria se formado a:

¹⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. p. 127.

¹⁹ Giselle Venancio afirma que Francisco José de Oliveira Vianna foi um desses pensadores sensibilizados pelas produções etnográficas dos museus. Influenciado pelos estudos biológicos, Oliveira Vianna se viu desafiado a pensar quem era esse "homem brasileiro". Ver: VENANCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo*. p. 84.

²⁰ VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*: 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

²¹ Id. *Ibid.* pp. 21-28.

²² VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. p. 125.

²³ Id. *Ibid.* pp. 125-126.

aristocracia territorial nos primeiros séculos, na força de caráter dos seus representantes, na sua índole, no seu espírito, no seu prodigioso amor de aventuras, nos seus instintos belicosos. Os nossos sertanistas e bandeirantes antigos, para quem os estuda no seu viver fragueiro e nas suas proezas assombrosas, oferecem numerosos pontos de contacto e analogia com os homens de raça germânica, não só os que formavam a feudalidade militar europeia, como os seus mais puros representantes atuais, que são os anglo-saxões. Como estes e os seus antepassados medievais, ele têm o mesmo espírito imperialistas e conquistador, o mesmo gosto das empresas penosas e arrojadas, a mesma tenacidade indomável de caráter, o mesmo temperamento nômade, inquieto e belicoso, a mesma amplitude desmedida na sua ambição de fortuna e grandeza²⁴

Logo, ao descrever o processo de evolução social do povo brasileiro, o autor coloca os colonos da vila de São Paulo, os tão renomados bandeirantes paulistas, como grupo que teria sido formado sobretudo por portugueses de ascendência germânica – o que os qualificaria e tornaria mais aptos para as suas realizações dentro do território americano. Dessa forma, o protagonismo bandeirante, grande responsável pela expansão para o oeste e pela formação do território brasileiro, teria antes a sua razão na ascendência racial dos seus membros, que determinou o seu comportamento social, do que em fatores socioculturais específicos.

Discordando da riqueza e da opulência apresentadas por Oliveira Vianna, Alcântara Machado, em sua famosa obra *A vida e a morte do bandeirante*, de 1929, apresenta um paulista pobre, analfabeto, rústico e grosseiro em seus modos, destituído de qualquer heroísmo e glória²⁵. Ao analisar a cultura material de São Paulo através dos seus testamentos e inventários, o historiador apresenta um outro lado daqueles homens marcados por seus feitos ilustres, produzindo obra voltada para a história do cotidiano da vila de Piratininga. Não seria, então, a riqueza que credenciaria os bandeirantes a guiarem a nação brasileira, mas, antes, suas características psicológicas. As dificuldades vividas e ultrapassadas por aqueles bravos homens teriam forjado o seu caráter e sido benéficas para a sua formação.

²⁴ Id. Ibid. p. 131.

²⁵ MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

Contudo, no que diz respeito à descrição e análise das características socioculturais da vila paulista e dos seus colonos, a obra mais influente dessa primeira metade do novecentos foi *Os primeiros troncos paulistas*²⁶, de Alfredo Ellis Júnior²⁷. Escrito em 1936, e resultado de uma reedição de outra obra do historiador datada de 1926 e nomeada *Raça de gigantes*, este trabalho tem como principal objetivo analisar a origem, evolução e sociogênese da civilização no planalto paulista durante os primeiros séculos de colonização. Isso se justificava pois, não apenas a colonização, mas a própria natureza de formação do núcleo colonial paulista era completamente distinta das demais regiões colonizadas dentro da América portuguesa. Sobretudo se comparada à região Nordeste²⁸. Assim, seria legítimo e necessário o estudo da sociogenia paulista, para a melhor compreensão daquilo que demarcava essa tão gritante diferença.

Ao contrário de Oliveira Vianna, Ellis Júnior não enfatiza somente a ascendência racial germânica dos colonizadores portugueses da região planaltina para explicar o seu comportamento e, conseqüentemente, os seus feitos. O autor enfatiza o alto grau de miscigenação dentro da vila de São Paulo, colocando o elemento indígena como igualmente decisivo na formação daquela sociedade. No que dizia respeito à questão da pureza racial, ele defende que a pureza completa nunca seria possível, pois sempre haveria um grau, mesmo que mínimo, de mestiçagem. O que definiria um grupo, suas ações, costumes e conquistas seria o percentual de pureza dos grupos do qual provém. Com isso, não apenas a ascendência racial portuguesa era exaltada, como também a indígena, dos guaianás, que teriam sido o grupo indígena que teriam fornecido significativo contingente de mulheres que cruzaram com os portugueses e seus bastardos, produzindo uma nova raça, a dos mamelucos. Esse cruzamento, segundo Ellis Júnior:

conseguiu perpetuar-se com uma vitalidade assombrosa e uma fecundidade fora de comum, não só nos primeiros cruzamentos entre o índios e o ibérico, como nos recruzamentos de quaisquer dos tipos

26 ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas*. 2. ed. São Paulo, Ed. Nacional: Brasília, INL, 1976.

27 Para John M. Monteiro, Alfredo Ellis Júnior desenvolveu elaborada teoria a respeito do cruzamento étnico na formação social, intelectual e psicológica dos paulistas. Se sustentando em correntes do evolucionismo e da eugenia, estabelecendo bases "científicas" que enlaçavam a mestiçagem e a identidade regional de São Paulo. Dessa forma, procurava fornecer raízes históricas que fundamentavam o papel de liderança paulista no período republicano. Ver: MONTEIRO, John M. "Caçando Com Gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr." In: *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo: SEBRAP, v. 38, 1994, pp. 79-88.

28 ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas*. pp. 7-9.

*ancestrais com o mameluco, de primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto sangue, ou nas conjugações entre si, desses mestiços, quer entre indivíduos de primeiro sangue como nos de segundo, terceiro, quarto, quinto, etc., entre si, de tal maneira a apresentar sempre um manifesto desmentindo às palavras de Lapouge a propósito de infecundidade das raças mestiças, enquadrando-se na classificação de Broca, chamada engenésica*²⁹

Essa alta taxa de natalidade analisada permitiu ao autor, segundo as teorias formuladas na época, relativizar a ligação das raças mestiças com a questão da impureza. Dessa forma, como vimos, a nova raça formada dentro do planalto paulista, a dos mamelucos, teria sido produto do cruzamento entre duas raças com alto grau de pureza e teria, ela mesma, baixo grau de impureza – apesar da sua condição mestiça. Isso teria possibilitado aos bandeirantes paulistas, em sua quase totalidade homens mamelucos, serem responsáveis não apenas por grandes feitos e realizações dentro da América portuguesa, mas também pela construção de um núcleo colonial completamente distinto, dotado de características singulares. Uma vila que não possuía monocultura, latifúndios ou escravidão africana. O “*regime sociológico era o comunitarismo das bandeiras e os núcleos patriarcais (...) se aglomeravam na pequena propriedade*”³⁰. Os indígenas aprisionados no sertão eram, em sua maioria, revendidos para os núcleos coloniais do litoral, preservando os laços democráticos entre paulistas, indígenas e seus descendentes em São Paulo. O autor desnudava, dessa forma, as bases do que teria sido uma sociedade completamente singular dentro do mundo colonial português. E as bases dessa nova sociedade, mais democrática e comunitária, menos desigual e sedentária, se fundava em uma raça completamente nova, a dos mamelucos, produzida exclusivamente dentro do núcleo de Piratininga.

O fato de estar aqui trabalhando com somente dois autores, e suas respectivas contribuições, não anula o fato de que foram inúmeros os intelectuais que pensaram a vila de São Paulo dentro dos quadros teóricos evolutivos e raciais. Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Júnior, apesar da sua influência e relevância dentro desta historiografia, estavam longe de serem casos isolados. E o que vai se percebendo, a partir disso, é que progressivamente esses bandeirantes paulistas, e a sociedade aonde eles estavam

²⁹ ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas*, p. 49.

³⁰ Id. *Ibid.* p. 6-7.

inseridos, vão ganhando, com a contribuição desta historiografia, delimitações cada vez mais claras e nítidas e que vão adquirindo força o suficiente para ecoar com relativa consistência para além desta primeira metade do século XX, como veremos a seguir.

OS ECOS DA HISTORIOGRAFIA E A CRISTALIZAÇÃO DA IMAGEM

Com uma quantidade considerável de obras publicadas a respeito do bandeirismo ao longo das primeiras décadas do Novecentos e um crescente predomínio de certos traços e características daqueles homens e daquela sociedade nos discursos que foram se construindo ao longo do período, constituía-se, aos poucos, a cristalização de uma imagem. E esta seria uma imagem que não abarcaria apenas alguns homens específicos que se destacaram dentro da conjuntura histórica analisada, mas todos os habitantes da vila de São Paulo de Piratininga e a dinâmica social que demarcava a sociedade por eles instituída.

Mas, no meio de tantos trabalhos e publicações sobre o tema, qual imagem a respeito dos colonos paulistas teria predominado e persistido para a segunda metade do século XX? Uma pista a respeito da resposta desta pergunta pode ser encontrada no artigo escrito em 1960 pela historiadora Myriam Ellis, filha de Alfredo Ellis Júnior, “As bandeiras na expansão geográfica do Brasil”, que foi publicado no primeiro volume do livro *História Geral da Civilização Brasileira*, obra organizada por Sérgio Buarque de Holanda que era dedicada à história da civilização brasileira. Este é um trabalho que apresenta aquela sociedade possuindo como base da sua economia o apresamento indígena no sertão³¹, para que esses nativos, ao se tornarem propriedade dos senhores paulistas, fossem comercializados como mão-de-obra escrava destinada os núcleos colonizadores do litoral da América Portuguesa. Porém, a autora chama a atenção para o fato de que, apesar da maioria dos ameríndios aprisionados deixassem a região, havia um número significativo de índios que permaneciam na vila como cativos e tornavam-se signo de abundância e poder para os seus proprietários³², visto que quanto maior o contingente de braços escravizados, mais distinto socialmente o senhor se apresentava. Outra questão que é sublinhada pelo artigo é apresentação do

³¹ Miriam Ellis. “As bandeiras na expansão geográfica do Brasil”. In: *História geral da civilização brasileira*. p. 320.

³² Idem. p. 310.

cenário político que precedeu a descoberta dos minerais preciosos, ao evidenciar a mudança de postura em relação à América Portuguesa por parte da Coroa na segunda metade do século XVII, que com a queda do rendimento lucro advindo da produção do açúcar no Nordeste, procurou incentivar a busca de ouro e minerais preciosos com a promessa de prêmios e honrarias³³. Contudo, percebe-se também a historiadora isolando aqueles homens, colocando-os como autossuficientes, em um mundo marcado pelas limitações impostas pelo meio, onde a sobrevivência se devia à policultura e ao modesto pastoreio. Era uma sociedade “de moldes democráticos nos dois primeiros séculos, não somente pela sua formação com elementos da burguesia e da plebe portuguesa, na maioria, como pelos aspectos da democratização social da miscigenação euro-ameríndia, pelo regime da pequena propriedade, pela administração exercida por elementos do próprio povo e pelo espírito de cooperação dos membros da comunidade em assuntos de interesse público”³⁴.

O que podemos ver, dessa forma, é que a autora, mesmo escrevendo já na década de 60, ainda possuía profundas influências das análises históricas produzidas na primeira metade do século XX. E que, por mais que ela não adotasse teorias evolutivas ou raciais em sua abordagem, estava reproduzindo uma visão que teria sido construída através dessas teorias, algumas delas formuladas décadas antes como foi o caso das obras escritas pelo seu pai, um dos mais influentes historiadores da sociedade paulista colonial. Mesmo apresentando uma sociedade totalmente voltada para o apresamento indígena e demarcada por distinções de poder entre os seus membros, chamando também a atenção para a questão da remuneração régia que movimentou aqueles paulistas para a descoberta das minas de ouro e metais preciosos, a autora cai em certos “lugares comuns” do discurso a respeito destes bandeirantes que tão fortemente se instituiu nas décadas anteriores. Reforça o completo isolacionismo que aqueles seres humanos viveram naquela região, a ênfase em uma democracia que teria nascido pela miscigenação, a presença predominante da pequena propriedade como forma de produção agrícola e um espírito de cooperação e comunidade entre aqueles sujeitos históricos.

³³ Ibidem. p. 320.

³⁴ Ibidem. p. 308.

CONCLUSÃO

Mesmo havendo obras como *A vida e a morte do bandeirante*³⁵, de 1929 e *Caminhos e Fronteiras*³⁶, de 1957 - obras que não trabalham com a perspectiva eugênica - não se evitou o recrudescimento de uma imagem bandeirante ligada às análises produzidas dentro de teorias raciais e evolutivas, mesmo que fosse apenas indiretamente, dialogando-se com as conclusões de autores de inícios do século XX sem fazer a analogia ao pensamento racista por ele reproduzido.

As consequências, diretas e indiretas, deste movimento foi a ênfase que certos traços e certas características a respeito daqueles homens e daquela sociedade foram ganhando. Cristalizou-se a imagem de um paulista que, por ser fruto do cruzamento de portugueses e indígenas, era dotado de uma personalidade única e singular que lhe conferia coragem e destemor para enfrentar os perigos e desbravar novas terras, além de serem, pela herança sanguínea indígena, melhor adaptados às limitações que o meio lhe impunha. Havia ele construído uma sociedade de natureza democrática que era marcada por um espírito de cooperação entre os seus membros e, devido ao seu inerente isolamento em relação às demais regiões da América Portuguesa, era também dotada de um autogoverno e de uma autossuficiência. Seu regime de produção era organizado em pequenas propriedades e os habitantes da vila praticavam pequeno pastoreio. As expedições para o apresamento de índios no sertão eram uma constante e geravam lucros extras, com a revenda da maior parte desta mão-de-obra para os engenhos do litoral e a manutenção de algumas peças no planalto.

Com isso, percebe-se que a historiografia tradicional, que tanto produziu a respeito destes *bandeirantes* ao longo da primeira metade do Novecentos, foi a responsável pela exaltação destes homens e da sociedade aonde eles estavam inseridos, produzindo verdadeira solidificação da sua figura histórica. Construíram-

³⁵ Alcântara Machado analisa a cultura material dos colonos da vila de São Paulo através dos seus testamentos, apresenta um paulista pobre, analfabeto, rústico e grosseiro de modos, destituído de qualquer heroísmo e glória. Ver: MACHADO, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*.

³⁶ Sergio Buarque enfoca, nesse livro, na apropriação dos costumes e práticas indígenas por parte dos colonos recém-chegados ao planalto paulista, mas enxerga o processo através da luz de um hibridismo cultural, e não de teorias racialistas. E o autor também apresenta as expedições paulistas para os sertões mais como produto da carência de mão-de-obra do que do espírito aventureiro dos mesmos. Ver: HOLANDA, Sergio Buarque de. "Índios e mamelucos". In: *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

se e cristalizaram-se traços e características que foram dando vazão a percepções que apenas começaram a ser verdadeiramente confrontadas e superadas em finais do Novecentos.

Foi mais precisamente entre finais da década 1980 e início dos anos 1990 que esta historiografia começaria a passar, de forma concreta, por uma “virada historiográfica”. O principal responsável seria o livro de John Manuel Monteiro, *Negros da terra*³⁷, publicado no Brasil em 1994, mas que nasceu na tese de doutorado defendida pelo autor em 1985³⁸. Com este trabalho percebe-se que a grande maioria das expedições realizadas por aqueles paulistas tinha como principal objetivo o abastecimento do planalto paulista com mão de obra indígena para trabalhar em suas lavouras. Era apenas um número minoritário desse contingente que era revendido para outros núcleos coloniais. Evidenciava-se ainda a concentração de terras e de escravos – e conseqüentemente de poder – nas mãos de algumas famílias em detrimento de outras. A questão da democracia e do espírito cooperativo entre aqueles homens, do regime de pequena propriedade, do tráfico de escravos para outras regiões da América portuguesa, tudo isso foi relativizado de forma contundente e coerente, colocando em xeque muitas das imagens tão fortemente valorizadas e construídas pela historiografia tradicional.

Concluindo, acredito ter podido demonstrar como os ecos de uma historiografia, como é o caso da bandeirante, podem representar um verdadeiro desafio para os historiadores. Toda a especificidade dos colonos da vila paulista, sobretudo no que diz respeito às apropriações culturais junto às tradições indígenas, produziu imensa ambiguidade nos estudos a respeito da identidade daqueles vassallos. Esses contratemplos, que começaram a ser superados de forma mais concreta com o avanço das pesquisas ao longo das últimas décadas, dominaram todo o século XX e ainda apresentam, até os dias atuais, dificuldades concretas para os pesquisadores do tema.

³⁷ MONTEIRO, John M. *Negros da Terra*.

³⁸ Id. *Ibid.* p. 9.

Capítulo 8: OS USOS DAS MÚLTIPLAS LINGUAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA: REFLEXÕES SOBRE O CURRÍCULO DE HISTÓRIA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

Maria Aparecida da Silva Cabral¹

Emanoel Azevedo²

Erika Maria Araujo³

INTRODUÇÃO

O professor de História torna-se uma figura estratégica e essencial na condução do processo de ensino e aprendizagem na sala de aula; primeiro, porque faz a mediação das representações sociais compartilhadas pelos alunos, conduzindo-os ao questionamento dos fatos/acontecimentos e posicionamentos diante do que lhes foi ensinado; segundo, cria processos de didatização do conhecimento e avaliação dos percursos de aprendizagem dos seus alunos.

Nesse sentido, concordamos com as preocupações explicitadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História (PCNs) de que esse contexto necessita de professores que saibam “criar situações instigantes para que os alunos comparem informações contidas em diferentes fontes bibliográficas e fundamentais, expressem as suas próprias compreensões e opiniões sobre os assuntos (...)”⁴.

Muito se tem discutido sobre o uso das diversas linguagens durante as aulas de História para as crianças e adolescentes em processos de escolarização na contemporaneidade. Esse tema que, certamente, não é recente no cenário educacional, tem ganhado desde os anos de 1990 destaque nas diversas publicações destinadas à formação de professores, nos projetos de capacitação de tais profissionais, nas produções dos cursos de pós-graduação, nos múltiplos simpósios, encontros e seminários promovidos pelos professores e pesquisadores do ensino de História, no âmbito da ANPUH, ANPED, ABEH, etc.

¹ Professora da Faculdade de Formação de Professores da UERJ e Coordenadora de Área do Pibid História.

² Bolsista de Iniciação à Docência do Pibid/CAPES e aluno da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, Curso História.

³ Bolsista de Iniciação à Docência do Pibid/CAPES e aluno da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, Curso História.

⁴ Pcn. Brasil 1997

Nos finais dos anos de 1990, o livro *O saber histórico na sala de aula*, organizado por Circe Bittencourt, trazia a baila essa temática pela abordagem dos livros didáticos, dos museus, dos usos de imagens, televisão e filmes em sala de aula, do patrimônio cultural, enfim, na utilização didática dos documentos durante as aulas de História. Para essa autora, tal discussão visava contribuir “para uma necessária reflexão dos professores neste momento de reformulações da disciplina [de História] que envolvem a redefinição de conteúdos e dos métodos de ensino”⁵.

No caso específico do ensino História podemos afirmar que, os últimos anos do século passado, foram marcados por inúmeras discussões entre os professores da escola básica, a Universidade e os movimentos sociais, acerca da seleção de conteúdos históricos, que passavam pela reformação dos currículos de ensino e dos seus processos de transmissão, avaliação e escolha de materiais didáticos. Na percepção de Bittencourt (2006, 2008), Cabrini et al (2004), Fonseca (2008) e Silva (1984) o processo de redemocratização iniciando nos anos de 1980 foi visto como uma possibilidade de “repensar o ensino de História”.

Tratava-se de refletir sobre as finalidades da história escolar, seus métodos, materiais de ensino e a formação do professor que atuaria com esse componente curricular articulados à uma proposta de escola pública democrática e de qualidade para todos os cidadãos. Nessa concepção, a instituição escolar não era vista apenas como instituição de reprodução do conhecimento legítimo, mas compreendida como lugar de embates e ressignificações sociais, promotora por excelência de aprendizagens múltiplas, troca de experiências entre os seus sujeitos, enfim, espaço de criação e (re)criação do instituído, com têm mostrado inúmeras pesquisas educacionais, que focalizaram nos últimos anos as práticas docentes e discentes, os projetos realizados pelas equipes escolares, dentre outras experiências que visavam à superação de dificuldades encontradas no cenário educacional.

Os questionamentos sobre Para que? E Por que ensinar História? Na escola pública se associavam diretamente a ideia do como ensinar e a partir de quais caminhos. Nesse sentido, diversos autores têm compartilhado a visão de que nos últimos anos há uma tendência crescente entre os professores em diversificar a

⁵ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (org). *O saber histórico na sala de aula*. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

utilização de fontes e seus suportes que auxiliem a mediação do ato de ensinar o conhecimento histórico aos alunos do ensino fundamental e médio.

AS LINGUAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Fonseca (2011), ao tecer uma reflexão acerca da incorporação de diferentes fontes e linguagens no ensino de História, chama a atenção para a recorrência desses materiais na educação escolar, no ensino e nas pesquisas desenvolvidas nas universidades. Segundo essa autora, “trata-se de uma opção metodológica que amplia o olhar do historiador, o campo de estudo, tornando o processo de transmissão e produção do conhecimento interdisciplinar, dinâmico e flexível”.⁶ Para Bittencourt (2008), em um trabalho em que discute os fundamentos e os métodos do ensino de História se dedica a explicitar de quais maneiras os professores dessa área podem utilizar as fontes históricas e sua importância na proposição de uma situação de aprendizagem na sala de aula. A autora argumenta que, “o uso de documentos nas salas de aulas de História justifica-se pelas contribuições que pode oferecer para o desenvolvimento do pensamento histórico”.⁷

Recentemente Abud, Silva e Alves (2010), preocupados com a instituição de uma Didática da História, a partir dos referenciais teóricos de J. Rüsen (1987), organizaram um livro com preocupações em torno das possibilidades de fontes, espaços e temáticas diversas como: jornais impressos, textos de literatura, letras de música, estudo do meio, mapas, produções da cultura material, fotografias, museus e cinema.

Fica evidente para esse grupo de pesquisadores do ensino de História, mesmo os que dialogam com diferentes matrizes epistemológicas do campo historiográfico, que a proposta de renovação curricular passa necessariamente pelo viés da incorporação de novos temas, fontes e abordagens. Observa-se, contudo, que há uma tendência predominante de compreender e apresentar *fontes históricas* como *linguagens* focalizando-as como objetos culturais e suas potencialidades no ato de ensinar História. Em nenhum dos trabalhos citados há a preocupação de discorrer

⁶ FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*, 2011.

⁷ BITTENCOURT. *Ensino de História: fundamentos e métodos*, p. 333, 2008

sobre o que se conceitua por linguagem e a partir de quais referenciais teórico-metodológicos, apesar de elegerem essa problemática na análise de seus trabalhos.

A POTENCIALIDADE DO USO DAS IMAGENS NAS AULAS DE HISTÓRIA

A partir da análise da autora Ana Maria Mauad podemos notar a necessidade de problematizar a utilização das imagens visuais na sala de aula, na qual é necessário desnaturalizá-las, ou seja, não apresentando-as como representações verdadeiras do passado, pois tratam-se de produções em tempos e lugares distintos que expressam a subjetividades dos sujeitos que as produzem. “É interessante considerar em sua perspectiva os aspectos de sua produção, circulação e consumo. Assim, vale indicar quando e por que foi tirada, bem como as formas de recepção e seu agenciamento.”⁸

A utilização da imagem como recurso pelo professor da educação básica, que tem tarefa de tornar o passado compreensível aos seus alunos, tem sido uma das fontes privilegiadas na transmissão do conhecimento histórico escolar, uma vez que possibilita o processo de pluralização de sentidos e diferentes olhares acerca do que se observa.

Na turma de 8º ano, trabalhamos recentemente com o período do início do século XIX, quando a família Real transfere-se para sua colônia, Brasil, e convida o artista plástico Debret, para retratar esta família em seu convívio no Rio de Janeiro. O pintor não só retrata a família Real, mas também o cotidiano da cidade ao apresenta as diversas categorias profissionais, crianças, adultos, mulheres e os escravos com os seus afazeres, os seus problemas e etc... tornando o passado mais próximo aos alunos.

Nesse contexto, a professora supervisora elaborou um exercício com o foco na leitura e produção de sentidos pelos alunos a partir das imagens de Debret. Ela propôs aos mesmos que escolhessem as imagens do artista na internet e as relacionassem às cenas visuais do cotidiano deles. Esta comparação gerou casos inusitados em que alguns alunos criaram textos curtos com suas observações, alguns conseguiram extrapolar a ideia principal de apenas “comparar”, ao passo que outros conseguiram ir além das diferenças, viram conceitos como escravismo, exploração do homem pelo homem, ou seja, foram além das imagens. A experiência foi proveitosa se utilizando

⁸ MAUAD, Ana Maria. Ver e conhecer: o uso de imagens na produção do saber histórico escolar. In: A escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

de imagens tentando provocar a criatividade dos alunos, além e claro da percepção da historicidade das imagens e suas implicações sociais.

Nas turmas de nono ano trabalhamos com imagens do livro didático, escolhido pelos professores da escola, a respeito do período da segunda grande guerra. A professora apresentou o tema da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, após o tema ter sido exaurido por ela, foi proposta uma atividade avaliativa sobre o



tema. Cada aluno deveria escolher uma imagem que expressasse ou representasse o momento a qual a professora estava se referindo durante as aulas. Utilizamos essas imagens num exercício dirigido, havia textos curtos, e no livro um resumo dos acontecimentos.

Os alunos escolheram algumas imagens e a partir destas com base no texto criaram um texto curto crítico das imagens. Havia variadas imagens, campos de concentração, abrigos antibombas, de personalidades como, Hitler, Mussolini, Churchill, Rossevelt entre outras variadas imagens, muitas charges, satirizando personagens e a própria guerra. Os alunos escolheram e o que mais nos chamou a atenção foi a análise de um aluno que analisou a imagem de Hitler em Paris em junho de 1940.

Um dos alunos fez a observação de que a foto produzida “parecia uma viagem turística de Hitler, nem parecia que existia uma guerra destruindo a Europa”. Já um outro aluno observou que “se tratava de uma imagem jornalística e que Hitler se deixou fotografar em frente à Torre Eiffel para comprovar seu domínio sobre a França”. A nossa impressão foi que alguns alunos assim como na turma do nono ano, conseguiram ir além das imagens e observar conceitos como antissemitismo, preconceitos raciais e a exploração da publicidade em prol da guerra.

Outra atividade proposta foi sobre a temática da Guerra Fria, em que os alunos tiveram aulas introdutórias pela professora. Após esse momento tinham de analisar uma imagem escolhida tinham mobilizando os conhecimentos agregados nas aulas com o observado na imagem. Para tal precisavam evocar os conceitos de bipolaridade,

socialismo, capitalismo, corrida espacial e armamentista para explicar a imagem analisada. Os alunos que de modo geral apresentam dificuldades em desenvolver textos argumentativos foram desafiados a explicar e mostrar suas próprias percepções sobre as imagens por meio de suas produções escritas.

Posteriormente, devolvemos os textos aos alunos e pedimos que eles lessem o que escreveram e se achassem necessário reescrevessem seus textos ou acrescentassem informações que julgassem necessário. Como abaixo, nos exemplos, de dois textos do mesmo aluno no decorrer da atividade.

Imagem 4.

A Guerra Fria foi ocorrida na Alemanha, no ano de 1940, entre os Soviéticos, russos (alemães). Muitos países se envolveram tentando ajudar uma das partes, mas que se não sucedem foram os alemães. No contexto da primeira imagem fala sobre os países que simbolizavam os navios que moveriam a Europa. Já na segunda imagem, o contexto fala sobre o dinheiro que os Estados Unidos emprestavam a juros baixíssimos, e também forneciam os equipamentos.

Reescrita do texto

A Guerra Fria foi uma guerra ideológica, entre os Estados Unidos e a União Soviética, foi uma guerra de ameaças, sem conflitos diretos entre eles.

O Plano Marshall foi um plano que ajudou os países do leste-europeu a se recuperar da Segunda Guerra Mundial. Na primeira imagem do folho 4, mostra o plano de recuperação dos países, as bandeiras simbolizavam os países que moveriam o navio Europa. A segunda imagem, mostra um agricultor ensinando mecânica a os trabalhadores da Alemanha.

O Plano Marshall, os governadores dos Estados Unidos emprestavam dinheiro para os países do leste europeu, e o Comecio, os governadores soviéticos emprestavam dinheiro para os países do Europa oriental.

Acreditamos que as aulas elaboradas com o foco no uso das fontes visuais podem instigar aos alunos à imaginação e à criatividade nas aulas de História. “A intenção maior é identificar como o aluno apreende as imagens e suas representações”.⁹

Mas como alerta a autora Ana Maria Mauad, é importante cuidado especial para evitar uma exagerada autonomia dos documentos visuais, “o que acabaria por desvalorizar os problemas históricos que eles permitiram identificar, montar e encaminhar (...) transformando-a em detentora de suas próprias significações.”¹⁰

Dramatizações

Um das atividades propostas para a turma de oitavo ano foi à dramatização dos eventos que levaram a independência do Brasil. Divididos em equipes, os alunos deveriam “movimentar” imagens representando os integrantes da família, e sua mobilidade da Metrópole para a Colônia e o Retorno da Família Real e a



Proclamação da Independência. A turma se envolveu da realização da atividade por perceber com maior facilidade a importância do retorno da Família Real para Portugal e resistência da elite Brasileira a retornar a posição de colônia.

Geralmente, as atividades que envolveram a representação de cenários e seus personagens (dramatização) têm sido as preferidas dos alunos durante as aulas de História, nos últimos anos de escolaridade do ensino fundamental. Tais trabalhos envolvem desde a produção de cenários até a elaboração de roteiros, em que alguns conteúdos devem ser tematizados. As atividades coletivas realizadas em subgrupos

⁹ BITTENCOURT, 2011

¹⁰ Idem item 4

surtem um bom resultado na apreensão dos conteúdos que deixam de ser memorizados para serem compreendidos, e, portanto, apreendidos.

Filmes

Os filmes dão aos alunos uma pequena ideia do fato histórico. Tal linguagem possibilita que os mesmos se identifiquem com alguns detalhes ou mesmo com personagens. O educador Jonathas Serrano, professor do Colégio Pedro II, acreditava que os professores teriam condições pelos filmes, de abandonar o tradicional método de memorização, mediante o qual os alunos se limitavam a decorar páginas de insuportável sequência de eventos, “Graças ao cinematógrafo, as ressurreições históricas não são mais uma utopia”.¹¹

Um exemplo foi o filme “O Grande Ditador” com Charles Chaplin divulgado nos EUA durante a segunda guerra mundial. O filme era uma sátira, mas com um fundo crítico bem profundo ao ditador alemão Adolf Hitler, que levou o mundo a segunda guerra mundial, e o deixou a beira de um holocausto total. Os filmes dão aos alunos uma pequena ideia do fato histórico. Tal linguagem possibilita que os mesmos se identifiquem com alguns detalhes ou mesmo com personagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, contudo, que há uma tendência predominante de compreender e apresentar *fontes históricas* como *linguagens* focalizando-as como objetos culturais e suas potencialidades no ato de ensinar História. Em nenhum dos trabalhos citados há a preocupação de discorrer sobre o que se conceitua por linguagem e a partir de quais referenciais teórico-metodológicos, apesar de elegerem essa problemática na análise de seus trabalhos.

Para finalizar, cabe mencionar que este trabalho se constituiu da análise das diferentes experiências com o uso de imagens, filmes, representação “teatral”, atos de falas (tanto dos alunos como da professora), registradas em diários de campos e relatórios dos bolsistas de iniciação à docência do Curso de História da UERJ, na qual se investigou como se deram os processos de interação e mediação no espaço da sala

¹¹ BITTENCOURT, Circe. Ensino de História: Fundamentos e Métodos.

de aula, em turmas dois oitavos e nonos anos do ensino fundamental; utilizando-se das contribuições de autores do campo do currículo¹², que apontam para o caráter seletivo dos conteúdos escolares e suas interfaces com as demandas sociais e do ensino de História, que têm se debruçado acerca da relação entre ensino de História e Linguagens e dos atos constitutivos do saber docente.

¹² GIMENO SACRISTÁN, 2000; GOODSON, 1997

Capítulo 9: ESCRITORES E/COMO INTELLECTUAIS: O CASO DE HARUKI MURAKAMI EM NORWEGIAN WOOD.

Mateus Martins do Nascimento¹

Escritores como intelectuais: a literatura contemporânea e a história.

A história e a narrativa na essência estão conectadas. Historiadores e críticos literários apontam inclusive diversos problemas na relação desses dois conceitos. Alguns dentre estes propõe que os processos históricos, em parte, são as narrativas que os compõem – tirando o foco do fato e pondo-o na narrativa. Ou seja o fazer historiográfico sustenta-se através de interpretações da realidade e ao mesmo tempo das narrativas resultantes dessas leituras.

Nesse sentido, a narrativa se apresenta como uma ação do sujeito autor e sua visão de mundo específica, logo, produto sociocultural específico. Mas, antes de nos preocuparmos com o sentido do texto e seu amplo processo de se fazer *representação* de algo, alguém ou alguma ideologia, precisamos ainda nos ater a uma pergunta fundamental: o que seriam o texto e a literatura? Como se constituem como *objetos/métodos* da história?

Dentre as diversas perspectivas teóricas possíveis para se encarar essas questões, destacamos as posições de Terry Eagleton e Jonathan Culler. Eles abraçam visões consideravelmente distanciadas quanto ao termo literatura e seu objeto base, o texto. Todavia, nos colocam propostas bastante relevantes se estamos pensando o texto como um espelho de seu local de produção: este seria uma *instituição estrutural*² com a qual sociedades se identificam, classificam e permeiam formas de pensar e agir bem como códigos sociais diversos (como o da moral, da estética e da ética).

Pela literatura surgem formas de pensar e agir; procede de tal maneira que podemos ver esses códigos serem consolidados e perpetuados – como um manual – por ela. Exemplifico esta questão com um texto bastante conhecido e ao nosso

¹ Graduando em História pela UFF e Membro do Grupo de Estudos de História do Japão – GEHJA-CEIA/UFF.

² CULLER, J. “O que é literatura e tem ela importância? ”. IN: “Teoria literária uma introdução”. TRAD. Sandra Vasconcelos. SP: Beca Produções Culturais LTDA. 1999. p.43 Também ver: EAGLETON, T. “Introdução: o que é literatura. ” IN: “Teoria da literatura: uma introdução”. 5ed. TRAD. Waltencir Dutra. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

alcance: A Bíblia e os relatos que a compõe, na maioria fechados por volta do primeiro século. O texto bíblico foi a principal arma do cristianismo para gerar uma legislação do modo de vida nas diversas comunidades onde foi reproduzido. Essa legislação consistiu, sinteticamente, numa interpretação eclesiástica da “vontade de Deus para o homem” e também numa pregação da “Lei”. No contexto da reforma dos séc. XV e XVI, essa interpretação externa ao indivíduo foi revogada e o homem agora teria livre acesso aos códigos de moral e ética para ser o “bom cristão. A bíblia entraria para a história constando no cânone da tradição literária e filosófica ocidental.

Observando-se o texto podemos ver como se constrói a autoridade da literatura sobre o imaginário e a cosmovisão dos homens. Se acredita, na cosmovisão cristã, que: os homens andavam nus e não se envergonhavam num local onde o próprio Deus passeava; esse local após o pecado é guardado por uma espada de fogo, a qual gira incessantemente; um homem, ouvindo Deus, abriu o Mar Vermelho e o fechou assassinando uma dinastia faraônica; uma virgem deu à luz a um bebê gerado pelo Espírito de Deus; esse morreu, ressuscitou e vai voltar pelos ares como Salvador de toda a humanidade. Assim vemos que: a. como dizem alguns mitólogos comparatistas³, podemos encontrar uma “idade de ouro” estabelecida no espaço/tempo do Éden, esse é o sinalizador da primeira condição humana: a pureza, a eternidade e a unidade entre todas coisas; b. a queda desse local, portanto, desse estado sublime de completude quando Adão e Eva se relacionam com a serpente e atendem sua retórica; c. a busca pela redenção do homem através das narrativas do povo judeu, oriundo dessa falha adâmica, com a figura dos sacerdotes até a vinda do Jesus da fé; d. a *salvação* que se inicia na pregação das boas novas, ou evangelho, e conseqüentemente se cumpre com o ouvir, o propagar e o aceitar dos povos; e. e por último, tudo isso rumo para o apocalipse – momento da vitória de Deus sobre as forças do mal que dele passaram a existir e ter direito a ações e o exercício da influência no mundo. E essa crença é presente até os dias atuais nos mais diversos grupos cristãos e com isso podemos inferir a importância estratégica da literatura quando falamos dela como um *referencial social* tal qual na leitura de Culler e Eagleton.

Designar uma obra como referencial se faz pela análise quantitativa da leitura e da história editorial. A partir disso estabelecemos uma “literatura básica” que seja

³ Ver para uma discussão mais aprofundada: DETIENNE, Marcel. “Comparar o Incomparável”. SP: Ed. Ideias e Letras; 2010. 152p.

referencial – como exemplo podemos citar as diversas listas de jornais e internet que dizem os livros que devem ser sempre lidos⁴. Quais seriam as formas de classifica-la? Uma resposta, muito longe de ser conclusiva, está no conceito de gênero textual. As obras são tipologizadas através de seu conteúdo e integram um conjunto com outros textos parecidos no tocante a forma.

Os gêneros, do ponto de vista da literatura, baseiam-se em dois seguimentos de análise distintos. Por um lado, os formalistas russos nos abrem um olhar técnico na classificação de obras. Como coloca Tomachevski, retomado por T. Todorov:

“(...) as obras se distribuem em amplas classes que por sua vez, se diferenciam em tipos e espécies. Nesse sentido, descendo a escala dos gêneros, chegaremos das classes abstratas as distinções históricas concretas (o poema de Byron, a novela de Tchecov, o romance de Balzac, a ode espiritual) e mesmo às obras particulares.”⁵

Essa forma objetiva de classificação do texto ainda permeia os estudos literários atuais. Logo, do ponto de vista formalista classificar é uma operação que exige contato com seu contexto de produção, mas ela deve ser secundária em função da análise de forma. Os formalistas pensavam a forma em si mesma; os estruturalistas pensam a forma e seu contexto – e essa parece ser a fórmula mais interessante para nós.

Por outro lado, a forma é resultante de um processo de escrita imbuído de sentido. Assim, passamos ao método fornecido pela semiótica do texto: analisar a obra é uma operação interpretativa do significado: *“a semiótica preocupa-se, sobretudo, com a produção de significado, como o autor do texto – e por texto ou discurso pode-se compreender um texto escrito, mas também gravuras, pinturas, filmes – quis estruturar o significado.”⁶*

Assim, quando nos referimos ao local de produção, tomamos o autor, inserido nesse contexto de emissão como sujeito autoral de um discurso. Seu discurso não pode mais ser encarado dessa forma tão plural e pouco descritiva, ele assume a

⁴ Essas listas comumente chamadas de “100 obras que devem ser lidas” ou “Obras imprescindíveis da literatura” remetem em sua maioria a obras clássicas como as de James Joyce, F. Dostoiévski, Homero, F. Kafka e outros são muito comuns e norteiam o funcionamento de diversos encontros literários (espaços de discussão de uma obra escolhida nestas listas pelo grupo), chamados de, curiosamente, clube do livro.

⁵ Citação em: **TODOROV**, T. *“Introdução a literatura fantástica”*. SP: Perspectiva, 2012. p. 9

⁶ Citação em: **REBEL**, Sônia R. e **CARNEIRO**, Alexandre (orgs.). *“Um combatente pela História – Professor Ciro Flamarion Cardoso”*. RJ: Vício de Leitura, 2012. p. 151

postura *política* de uma **mensagem** e ela assume o papel de propagar uma posição que, para nossos fins, é o cerne da literatura. Deste modo o texto torna-se canal da mensagem (esse ponto pode ser bastante problemático pois uns qualificam que o texto físico é a mensagem e não seu canal) e temos alguém que lê, o público.

Como isso nos ajuda a entender os gêneros? Por exemplo, se estamos analisando o gênero “epopeia”, o seu contexto de elaboração original é logicamente a antiguidade – especificamente o mundo grego de Heródoto do séc. VII⁷ –, servindo-se como uma coletânea de exemplos e mitos didáticos. A consciência da própria fragilidade diante do tempo levou os gregos antigos a ambicionar subverter a ordem natural e obter sua própria preservação, se não em corpo, ao menos em espírito. É em função dessa relação entre finitude e eternidade que surgem as narrativas heroicas, contando os feitos dos antepassados míticos para os viventes.

Com esses elementos introdutórios ao conceito de literatura, podemos analisar mais especificamente a proposta desse trabalho: a literatura e a postura intelectual de autores. Ou, numa pergunta, por que quem escreve pode ser um intelectual? O intelectual pode ser conceituado de diferentes formas e nem sempre essas se encontram dado o conjunto de propostos para conceitua-lo no mundo contemporâneo. Dessa forma, faremos uma conceituação a partir da figura contemporânea desse intelectual. O intelectual contemporâneo *age* de diversas formas.

O que torna sua fala sensível é a noção de engajamento, conceito embasado na figura de Sartre. Para ele, os intelectuais são engajados pois eles assumem um papel de *representação*⁸ e *ação do seu próprio discurso*. De nenhuma outra forma podemos pensar a figura do intelectual: ele para ser chamado assim, na visão de Sartre em diálogo com Said, assume para si o objetivo de representar. Podemos até pensar que sua fala só tem legitimidade quando assume essa ação do ponto de vista humanístico, contudo voltemo-nos para o verbo *agir*.

A forma de ação do intelectual é o engajamento e, como podemos ver, esse o leva ao *discurso*, objeto fundamental da ação do intelectual bem como seus objetivos.

⁷ Não adentramos aqui na questão da autoria dessa obra e de qualquer outra.

⁸ DARNTON, Robert. “História da Leitura” in: Burke, Peter. “A escrita da História – novas perspectivas”. SP: Unesp, 2009.

O discurso nesse sentido pode ser igual a ação tal qual conhecemos. Uma fala saidiana sugere esta questão de melhor forma:

“A importância de escritores e intelectuais é eminentemente, até esmagadoramente clara, em parte porque muitas pessoas ainda sentem a necessidade de ver o escritor-intelectual como alguém que deve ser escutado como um guia no presente confuso e, ao mesmo tempo, também como líder de uma facção, tendência ou grupo disputando mais poder e influência.”⁹.

O que tiramos disso para pensar intelectuais e literatura? Os intelectuais são engajados; assumem uma postura crítica em função de referenciais diversos. A proposta de Said prevê uma postura humanista, entendida como um retorno a questão das relações e das intenções humanas e uma crítica a ruptura do pensamento igualitário, por exemplo. Além disso, eles possuem um palco claro: o espaço do discurso público.

Como vimos anteriormente o emissor fala para um público uma mensagem específica. Assim, a proposta de mesclar a figura do intelectual com a figura do escritor significa analisar uma mensagem representativa emitida por ele que é autor. Os escritores falam em narrativas que criticam estados sócio-políticos e geram agitações no espírito. São os escritores os provocadores da crítica por excelência por fazerem narrativas provocantes ao público a quem falam; esse mesmo público recebe a mensagem através da obra¹⁰ e toma ciência de qual é o engajamento do autor.

Por fim, volto-me a proposição de Said: *“O papel do intelectual [e do escritor]¹¹ é apresentar narrativas alternativas e outras perspectivas da história que não aquelas fornecidas pelos combatentes em nome da memória oficial, da identidade nacional e da missão.”*. Esta fala está mais próxima daquilo que o podemos interpretar como

⁹ Ver: SAID, Edward. “Representações do Intelectual” in: “Representações do Intelectual – as conferências de Reith de 1993”. SP: CIA das Letras, 2006. p. 149; SAID, Edward. “O papel público dos escritores e intelectuais” in: “Humanismo e Crítica Democrática”. SP: CIA das Letras, 2007. p. 170 E SARTRE, J. P. “Em defesa dos intelectuais”. SP: Ática, 1994.

¹⁰ Vale a ressalva de que para confirmar a proposição de que uma mensagem específica gerada por um determinado autor chega ao seu público seria necessário, complementarmente, uma pesquisa de estatísticas do mercado literário.

¹¹ Grifo meu.

mensagem; uma narrativa alternativa. Que possamos entender como escritores todos aqueles que propõe mensagens apropriáveis e interpretáveis.

*A literatura como engajamento e crítica: o caso de Haruki Murakami em Norwegian Wood*¹².

Vale de ressalva que até aqui a literatura foi vista como uma forma de resistência a um ou outro status quo. A interpretação é o nascimento da crítica. Passemos agora ao caso exemplo dessas questões, Haruki Murakami. Seus livros se mostram como inseridos na lógica da literatura contemporânea: são o que chamamos de espelhos críticos da modernidade. Entenda-se com isso que Murakami estabelece formas interpretativas e críticas do estado social do indivíduo na contemporaneidade.

Em quase todas as obras o enredo é um retrato de situações, acontecimentos marcantes ou leituras ficcionais de fatos reais. E para exemplificar essa abordagem dele elegemos um personagem bastante carismático do conjunto de sua obra: *Toru Watanabe*, protagonista do livro *Norwegian Wood*¹³. Ele será um exemplo de tudo proposto até aqui quando falamos de mensagem e engajamento tanto autoral quanto do público no processo da interpretação.

Neste livro, Murakami, conduzi-nos ao Japão da década de 60¹⁴. Percebe-se na obra uma intenção do autor de mostrar como teria sido o significado do movimento maio de 1968 no Japão. No decorrer do texto percebe-se a intensão de recriar o movimento, com fim de incentivar ao leitor a buscar recriar o estado de espírito dos movimentos juvenis da época.

Em meio a esse cenário, percebemos uma outra crítica: o que é o indivíduo em 1968; além disso, tomando seu local de fala: em pleno centenário da revolução Meiji qual seria o “espírito” japonês presente nesta data? Para responder a esse questionamento precisaríamos fazer um trabalho com fontes e autores mais específicos, de numeração das diversas rupturas ocorridas no imaginário japonês.

¹² Para mais leituras sobre a literatura japonesa ver: **ORSI**, Maria Teresa. “A padronização da linguagem: o caso japonês”. In: MORETTI, Franco. “A cultura do romance”. Vol.1 SP: Editora Cosac Naify, 2009. 1.ª Edição.

¹³ **MURAKAMI**, Haruki. “Norwegian Wood”. RJ: Objetiva, 2008.

¹⁴ **SAKURAI**, Célia. “Os Japoneses”. 2ª ed. SP: Editora Contexto, 2011.

Entretanto, é possível perceber que o indivíduo japonês rompe com sua tradição em 1868 e dali em diante passaria a buscar o mundo moderno. A revolução instaura-se com os progressistas pregando o avanço social, afinal não mais um regente seria o líder e símbolo maior de referência do japonês (como o era o xogum do clã Tokugawa). Mas, as descobertas sociais alcançadas com todo o investimento feito em pesquisas com e no estrangeiro e o espírito japonês se perde em 1945, gerando uma situação estática, que deveria ser rompida na leitura de Murakami em 1968.

Logo, elencamos esses fatores para problematizar o objetivo de Murakami, que é fazer um panorama do que se classifica como a sociedade japonesa e o indivíduo. Para isso, precisamos voltar para quando a tradição chocou-se com a modernidade – na Revolução Meiji, em 1868 – ao mesmo tempo que, os padrões progressistas pós 1868 seriam arruinados – no pós 1945.

Precisamos estabelecer: Murakami fala para o Japão de meados da década de 80. Por que então ele não problematizou questões dessa época? O Japão neste período passara por uma crise social muito forte. Setores mais ricos investiram na educação por intercâmbio de seus filhos e eles ao retornarem fortaleceram a estrutura da nação segundo a lógica ocidental. O conceito de zaibatsu vem desse aprendizado com grupos comerciais ocidentais. Nessa ascensão econômica de grupos empresariais grandes, o homem comum foi suprimido pela lógica de enriquecimento e exploração (como ainda hoje é) ao máximo.

Nesse quadro, diversos escritores farão um movimento crítico a esse espírito japonês, do homem explorado e sem voz. Os níveis de bem estar da população caíram assustadoramente e não poucos achavam ser este um estado de ruína do ser na ótica japonesa. Esse movimento crítico então teve autores reconhecidos como Yasunari Kawabata, Kenzaburo Oe e outros, protagonistas em cena¹⁵. Murakami, entretanto, não era um assumido desta corrente, mas suas obras refletem bastante essa crítica à política japonesa.

Como característica principais estes autores problematizavam a sociedade tal como estava. No segundo momento, eles vão passar a representar uma forma de

¹⁵ Os primeiros foram premiados com prêmio Nobel de literatura na segunda metade do séc. XX.

crítica aos padrões estabelecidos de dominação. Murakami mantém-se na linha da problematização de quem é o ser japonês.

Assim, a problematização do ser japonês passa por todas as obras de formas diferentes e, especificamente nessa obra que elegemos como objeto – *Norwegian Wood* –, o problema está em analisar as rupturas e permanências do indivíduo. Se em 1868 falamos de um virada progressista e essa mesma virada cai em 1945, o que nos restou em 1968? Ele mesmo responde: a acomodação nesta estrutura e a completa desestruturação do indivíduo – faces da mesma moeda. Analisando o personagem em si, ele se constitui como a mensagem principal desse lugar de fronteira.

Toru Watanabe é um jovem que vive um triângulo amoroso com joguetes sexuais e psicológicos diversos. Vive uma vida sem perspectiva e, em vários momentos da obra, trilha por caminhos impensáveis para o leitor físico – desde montanhas ao completo isolamento em mar aberto por meses – ao mesmo tempo em que leva uma vida devotada ao cultivo da tradição. Toru é um leitor voraz de *Ulisses* de James Joyce, de obras aristotélicas, os tratados de Proust e até mesmo os clássicos do XIX, embora quando se encontra na universidade (ele cursa Letras e Literaturas) não vê no saber acadêmico nada além de preparação para um futuro chato e altamente descartável senão mecânico. Até aqui um pequeno apanhado de críticas básicas: críticas ao modelo de educação universitária, crítica a perda do cultivo da erudição, crítica quanto as consequências do desenvolvimento de massa e a adequação do indivíduo japonês a esse modelo.

Onde o autor quer chegar com a construção desse personagem que nos leve a ver nele uma mensagem crítica pró-engajamento? De forma bastante simples, ele se refere ao que o japonês se tornou. Se observarmos melhor, a condição humana no Japão pós 1945 e ainda hoje é exatamente essa. O japonês contemporâneo investe pesadamente na tradição que lhe é relegada em diversas formas ao passo que o “inferno dos exames” (como tratam especialistas da educação formativa) levam o indivíduo ao limite que é o suicídio, com grandes números conhecidos.

Perceba-se que a proposta é analisar a obra de Murakami como uma mensagem de resistência. Essa resistência é o engajamento ante a situação estabelecida e a retomada da discussão do que é sociedade. Trata-se de reforma e reconstrução da identidade nipônica. É possível ver na obra a crítica ao Estado se

tornar foro de definição da japonidade, preconizando uma ideologia de manutenção da ordem que afasta toda mudança como um desvio em relação ao “verdadeiro” destino nipônico.

Por fim, o posicionamento pode ser interpretado nas próprias palavras do autor assim:

“Nós (e me refiro aqui a todas as pessoas, tanto as normais quanto as que não o são) somos seres imperfeitos vivendo num mundo imperfeito / todos tentam expressar o seu eu, e se irritam ao se descobrirem incapazes de fazer isso direito / as pessoas bradavam por grandes mudanças, que sempre pareciam estar próximas. Mas as mudanças não passavam de um pano de fundo destituído de substância e significado / mas, existe essa possibilidade, todos vivem e cabe a você se redescobrir no assalto e na corda bamba que é onde vivemos hoje.”¹⁶.

¹⁶ MURAKAMI, Haruki. “Norwegian Wood”. RJ: Objetiva, 2008. p. 330.

PARTE 2: História Antiga

Capítulo 10: SEXUALIDADE FEMININA E REPRESENTAÇÃO DO EROS NO ÓIKOS ATENIENSE (SÉCULO V A.C)

Juliana Magalhães dos Santos¹

Em primeiro lugar existiu o Caos e depois Geia, de amplo seio, sede imutável de todos os imortais que possuem o pico nevado do Olimpo, e o obscuro Tártaro nos profundos e amplos caminhos da terra, e Eros, o mais belo entre os deuses imortais, o fundidor de membros - que supera a mente e as cuidadosas vontades de todos os deuses e de todos os seres humanos, em seus corações. (HESÍODO: Teogonia, 116)

Entre as descrições de Eros que sobreviveram aos dias atuais, Hesíodo se destaca ao apresentar uma das primeiras personificações do deus e de seus atributos, destacando-o como figura nascida na aurora dos tempos, que além de belo é a amalgama da vida, força primária das vontades e desejos que acometem deuses e homens². A combinação entre princípio cosmogônico e deus do amor, presente neste e nas demais páginas de Teogonia e posteriormente, em escritos filosóficos tais como O Banquete de Xenofonte e de Platão apresentariam dois diferentes aspectos do fenômeno: um positivo, encontrado em fontes cosmogônicas, apresentando os aspectos fundador e inspirador do desejo; o outro negativo, evidenciando a furia e a ação desmedida, presente em tragédias (tais como *Ilíada*, e *Odisséia*) e na poesia lírica³.

O aparecimento do Eros em banquetes ao longo do período arcaico e clássico pode ser explicada, em certa medida, a partir de declamação de poesias líricas e cantos de fundo erótico ou pornográfico, para celebrar ou expressar interesse em conquistas homoeróticas. Essa apresentação poética possivelmente indicava uma individualização, personificação e projeção de um desejo através da imagem do deus⁴.

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGH/NEREIDA/CAPES). Email: jumagasantos@gmail.com

² GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, pp. 330.

³ BREITENBERGER, B. M.: *Aphrodite & Eros : the development of erotic mythology in early Greek poetry and cult*. New York: Routledge, 2007.

⁴ *Ibid*, pp. 171

Ao pensarmos no banquete arcaico como um local de exercício de hospitalidade, de *philia* e de confabulações e reforço de ideais políticos, a memória e o canto reatualizavam mitos, feitos e conquistas importantes dos guerreiros. Entre os mitos, Eros apresenta um destaque curioso não só por sua longevidade (que se estende ao longo do período clássico até o início do helenístico), mas também por ser modelo e mensageiro de variadas expressões de prazer e sexualidade⁵. Ao adentrar a casa ateniense por vias simpóticas, acaba por assumir diversos aspectos representativos, modificando e sendo modificado pelo contato com os seus moradores e visitantes.

Ao considerarmos especificamente a presença do gênero feminino no simpósio do período clássico, logo nos remetemos as cortesãs (*hetairai*) e musicistas dedicadas ao processo de entretenimento do tempo festivo⁶. Realizado no *andrón*, comodo tipicamente masculino da casa (*óikos*), a participação de mulheres no local apresentaria uma aparente evolução para além do gineceu⁷ (comodos onde a presença feminina era predominante), que poderia sintetizar o caráter semi-público da prostituição. Partindo assim, de uma perspectiva que sai do público para adentrar o privado, o *óikos* se revelaria um local de convergência entre os usos e elaborações do mito erótico e do papel social da mulher para o mundo clássico.

A aproximação entre prostituição e o Eros embora encontrasse espaço (ainda que restrito) entre as paredes do *andrón*, era considerado motivo de extravagância, como a passagem exposta em Menandro⁸ (fr.118) em que um personagem afirma ser comum a falta de parcimônia quando o interesse estava em sacrificar suas propriedades para o Eros⁹. A extravagância pelas exigências do desejo sexual poderiam pender para os excessos físicos e a violência como vemos presentes em pinturas áticas entre 575-450 a.C, com a exposição bem documentada por diversos autores¹⁰, expondo dessa maneira o olhar vexatório sobre a prostituição aos olhos públicos.

⁵ LEWIS, Sian. *The Athenian Woman: An Iconographic Handbook*. Nova York: Routledge, 2002.

⁶ COHEN, Edward. Sexual Abuse and Sexual Rights: Slaves' Erotic Experience at Athens and Rome. In: HUBBARD, Thomas K. (org). *A Companion to Greek and Roman Sexuality*. Wiley Blackwell publishing. Oxford, 2014.

⁷ CALAME, Claude. *Eros na Grécia Antiga*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013, pp 103.

⁸ MENANDER. Samia, fr.118.

⁹ DOVER, Kenneth J. *A homossexualidade na Grécia antiga*. São Paulo: Nova Alexandria, 1978.

¹⁰ Ver em SUTTON JR. R. F.. Pornography and Persuasion on Attic Pottery. In: *Pornography and Representation in Greece and Rome*. Nova York: Oxford University Press, 1992; SHAPIRO, H.A. Eros in Love: Pederasty and Pornography in Greece. In: *Pornography and Representation in Greece and Rome*. Nova York: Oxford University Press, 1992; GLAZEBROOK, Alisson; Madeleine M. Henry (ed.), *Greek Prostitutes in the*

O erotismo, a sedução do objeto de desejo em uma relação heterossexual são representações encontradas em poucas representações de cenas pornográficas, com a participação ativa das mulheres no ato sexual¹¹. Olhares frontais entre parceiros durante a relação conferem conotação sentimental a cena, dando nos uma brecha para indagar a possibilidade de relações que utrapassassem o sentido de amizade, conferido pela conceituação da palavra *hetaira* (*hetaira* derivativo de *hetaireia* - grupo de amigos). Os jogos eróticos anteriores ao ato, fomentavam os sentidos já aguçados pelo consumo desregrado de vinho e pelo o afrouxamento de condutas, levando os convivas a uma loucura dionisíaca¹². Com a suspesação heterotópica definidas pela especificidade do espaço e suas regras, os excessos poderiam facilmente se associar as características intempestivas do Eros, não só como força geradora, desmedida, dominante, mas também como elemento crucial para o estabelecimento da vida e da hierarquia socio-política ateniense.

Sutton Jr.¹³ afirma em breve passagem que o incomum posicionamento frontal entre casais seria uma característica encontrada em cenas não relacionadas a atividades sexuais ou em peças tardias ligadas a temáticas românticas ou de casamento, datadas do período helenístico¹⁴. Em realidade, a impessoalidade do ato era geralmente a temática predominante, quando não raro, representações de violência, hostilidade e dominação para exclusiva gratificação masculina. A gradual migração da representação erótica, do deus alado que deixou de coroar a sexualidade dos convivas e passou a celebrar a corte heterossexual e a celebração matrimonial pode ser considerada reflexo de mudanças no cenário político a partir de reformas democráticas realizadas em meados do século V a.C¹⁵. Expressos através da olaria vemos a supressão de imagens pornográficas e a valorização da representação de qualidades favoráveis ao cidadão ateniense, tais como o casamento e as atividades atléticas na palestra.

Ancient Mediterranean, 800 BCE-200 CE. Wisconsin studies in classics. Madison: University of Wisconsin Press, 2011.

¹¹ KEULS, Eva. *The Reign of the Phallus: Sexual Politics in Ancient Athens*. California: University of California Press, 1985.

¹² LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira. *Cultura popular em Atenas no V século AC*. Rio de Janeiro: 7letras, 2000.

¹³ SUTTON JR. R. F. Pornography and Persuasion on Attic Pottery. In: *Pornography and Representation in Greece and Rome*. Nova York: Oxford University Press, 1992, pp.11.

¹⁴ Op. Cit.

¹⁵ Ver em SHAPIRO, H.A. Eros in Love: Pederasty and Pornography in Greece. In: *Pornography and Representation in Greece and Rome*. Nova York: Oxford University Press, 1992; LEWIS, Sian. *The Athenian Woman: An Iconographic Handbook*. Nova York: Routledge, 2002.

Ainda que um comportamento moderado e púdico em público de uma mulher bem-nascida fosse o esperado¹⁶, as cenas de corte apresentam em destaque a presença do elemento erótico coroando a nova vida (sexual) do casal. A representação do Eros em cenas de cortejo marital celebra de maneira sutil o envolvimento romântico, suavizando a imagem de sedução, por exemplo, através da sugestiva submissão feminina ao ser conduzida pelo/para o noivo para a casa que irá habitar¹⁷. Ainda que o tema da submissão esteja presente, se trata de uma relação entre iguais que tem por objetivo perpetuar a vida social grega, e nesse caso, como elemento a ser considerado na construção de uma identidade erótica das mulheres presentes no *óikos*. Identidade restrita por códigos sociais e dispositivos de controle do comportamento e do corpo a partir de uma perspectiva pública¹⁸ aplicados em âmbito privado.

O convite a abraçar a vida sexual a partir do casamento, considerado (e esperado) como o primeiro contato com a sexualidade de jovens bem-nascidas, deixa exposto o controle dos desejos e vontades do corpo feminino¹⁹, ao passar tal obrigação da família para o marido. Logo, satisfazer a perpetuação de herdeiros que um dia se tornariam cidadãos finalizaria ou, pelo menos, limitaria a etapa dos usos da sexualidade da mulher casada, porém vemos no discurso de Lysias *On the murder of Eratosthenes* [I]²⁰ o inverso do esperado. Segundo Lysias, a mulher de Euphiletus, boa esposa e cuidadora das funções da casa, após ter lhe dado um filho e cuidado de sua falecida mãe se deixou seduzir por Eratosthenes, sendo encontrados desnudos na cama (I: 6-26). Sobre as penas do processo, Euphiletus é considerado mau cidadão pela falta de controle marital (I.15), Eratosthenes é morto (I.27) e a esposa recebe agressões físicas com a escravas e concubinas (I.29), evidenciando no discurso a dupla interdição do corpo pela punição e pela vigilância. Em outros discursos, como o de Demóstenes, *Contra Neera*²¹ [59:85,87] e o de Ésquines, *Contra Timarco*²² [I:183,184]

¹⁶ LESSA, Fabio de Sousa. *O Feminino em Atenas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

¹⁷ Op. Cit. Pp. 26

¹⁸ FOUCAULT, Michel: "Of other spaces". *Diacrities*, v.16, no.1. Baltimore, 1986.

¹⁹ GLAZEBROOK, Alisson; Madeleine M. Henry (ed.), *Greek Prostitutes in the Ancient Mediterranean, 800 BCE-200 CE. Wisconsin studies in classics*. Madison: University of Wisconsin Press, 2011

²⁰ LYSIAS: *Speech I: On the murder of Eratosthenes*. In: Lysias. London: The Loeb Classical Library, 1960. Translated by W. R. M. Lamb.

DEMÓSTENES: *Contra Neera - Discursos Privados II*. Biblioteca Clásica Gredos, 65: Editorial Gredos, 2000.

²¹ DEMÓSTENES: *Contra Neera - Discursos Privados II*. Biblioteca Clásica Gredos, 65: Editorial Gredos, 2000.

²² AESCHINES: *Against Timarchus* (translation by Charles Darwin Adams, Ph.D). Cambridge, Harvard University Press: London, William Heinemann Ltd., 1919.

vemos uma nítida aproximação da ideia de adultério com a prostituição, pois ambos casos tratam de tal temática. Neles, a ação contra a mulher considerada adúltera - *moichás*, (fosse por atos impiedosos a cidade ou adultério) ultrapassa o controle físico, motivando a humilhação pública, o divórcio, a destituição de bens, a perda dos direitos concedidos pela cidadania através do marido, a prostituição e até mesmo a morte²³.

Logo, percebemos que constrição da sexualidade e dos desejos fomentados pelo erotismo não pareciam formar a construção da identidade feminina, tanto antes como depois do casamento. Embora os rituais dos quais pudessem participar desde a infância, como por exemplo, as *Arrefóras*, dedicadas a Afrodite²⁴, e o casamento, as preparassem para as práticas afetivas, estes não carregavam a priori os ensinamentos quanto as noções do universo dos prazeres. No entanto, essa ideal púdico desejável a *gyné* (a mulher nascida), não restringe a tendência discursiva de oradores e prescrita em leis em declarar o gênero como culpado das tentações do corpo²⁵ adicionando mais um elemento a complexa relação entre gênero e sexualidade.

Segundo Dover²⁶, na peça *Lysistrata* de Aristophanes, notamos a importância da vida sexual como elemento fundamental ao casamento e a sobrevivência social, ainda que se trate de uma sátira sobre o fim da guerra através de uma greve de sexo feminina. Importância que adiciona a sexualidade grega à variedade de demandas que sobrepõe os interesses políticos e econômicos da cidade, levando para o espaço privado, o *oikos*, a resolução dos conflitos. A paz é conquistada através do leito, em que os esforços sentimentais (e sexuais) de maridos e mulheres servem ao bem da comunidade.

Desta maneira, a presença do Eros tanto como figura iconográfica mítica, como gerador dos impulsos sexuais, quando relacionado a ideia de casamento deixa transparecer a intenção de domesticação pela subjugação e dominação²⁷ em que o corpo é o principio da negociação. Nesse terreno de disputas a tensão erótica cumpre o papel ambíguo de estimular e ao mesmo tempo controlar a relação dos envolvidos (principalmente das mulheres), cabendo a cada qual o recurso da astúcia²⁸ a seu

²³ Op. Cit.

²⁴ Op. Cit.

²⁵ Op. Cit. pp. 22

²⁶ Ibid. pp. 31

²⁷ Op. Cit pp. 120

²⁸ VERNANT, Jean Pierre. *O Mito e a Religião na Grécia Antiga*. Lisboa: Teorema, 2006.

próprio benefício. Tal como afirma Calame²⁹ aquele que subjuga o faz porque está sobre o mesmo jugo, mesmo que as consequências da força do Eros vá ao encontro dos interesses masculinos.

²⁹ Op. Cit. pp. 118

Capítulo 11: OFERENDAS VOTIVAS E AGÓN NO SANTUÁRIO A DEMÉTER E KORÉ EM ACROCORINTO

Mariana Figueiredo Virgolino¹

Quando pensamos em alguns dos aspectos que marcaram a Grécia Arcaica e Clássica o *agón* (disputa, conflito) é um dos primeiros a vir à mente dos classicistas². Na *Iliáda* vemos a guerra entre gregos e troianos, a busca dos heróis pela *areté* (virtude/excelência) através das lutas entre os guerreiros da aristocracia; os pretendentes de Penélope na *Odisseia* disputam sua mão. Ele também está na poesia de Hesíodo, que canta os embates entre os deuses em busca da soberania³, a querela com seu irmão Perses por uma herança e as rivalidades entre iguais⁴. Encontramos o *agón* nos Jogos que ocorriam nos santuários panhelênicos, na filosofia e na sofística, no teatro, nos tribunais. Na *agorá*, local por excelência do debate, o *agón* também está presente. Pretendemos tratar de um assunto pouco abordado pelos classicistas, o *agón* feminino, ou seja, a disputa entre mulheres. Para tanto, focaremos na materialização dos enfrentamentos feminis num campo onde a agência das mulheres gregas é evidente: a religião. Ao tratarmos das dedicações votivas realizadas no santuário de Deméter e Koré na *ásty* de Corinto pretendemos mostrar que a ideologia do enfrentamento estava presente também no mundo feminino e que os espaços religiosos não comportavam apenas a rivalidade entre os homens bem-nascidos (*kalói kagathói*), mas que suas filhas, irmãs e esposas também buscavam o reconhecimento de seu *status* diferenciado do restante da população.

As *póleis* em sua gênese (século VIII a.C) eram dominadas por *génoi* que disputavam o poder entre si. As contendidas entre camponeses e aristocratas estaria, na visão de muitos, exemplificada em *O Trabalho e os Dias*. Dessa forma, os debates

¹Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Mestre e graduada em História pela mesma instituição. Graduada em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O presente trabalho retoma temas abordados em nossa dissertação de mestrado defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre Carneiro Cerqueira Lima. Cf. VIRGOLINO, M.F. *Fertilidade e Prosperidade na Ásty de Corinto: O Santuário de Deméter e Koré nos Períodos Arcaico e Clássico*. 2013. 251 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2013.

²Jacob Burckhardt foi um dos pioneiros em atribuir o embate como característica da sociedade grega, especialmente do século VI a.C. Johan Huizinga, em sua crítica à Burckhardt, amplia a agonística como uma marca de toda a cultura helena antiga. Cf. HUIZINGA, J. *Homo Ludens: A Study of the Play-Element in Culture*. Nova Iorque: Roy Publishers, 1950.

³ Cf. HESÍODO, *Teogonia*.

⁴ HESÍODO, *Os Trabalhos e os Dias*, vv.23-25.

orais, a disputa regrada, se tornam precípuos da política políade. Segundo Jean-Pierre Vernant um princípio igualitário é característica da aristocracia, e o mesmo contribuirá para uma aceção de poder onde o Estado adquire caráter público. A *arché* escaparia do alcance das famílias da elite, tornando-se assunto de todos, pois a comunidade toma consciência de si mesma como unidade política. Tal acontecimento é reflexo do advento desse espaço público novo, a *pólis*. Vernant demonstra que é através do desenvolvimento psicológico do grupo privilegiado que se dará a gênese da democracia em Atenas e como a *pólis* marca uma profunda transformação na vida social helênica⁵.

O *génos* baquíade governou Corinto durante os séculos VIII e VII a.C. Inicialmente era uma monarquia, mas em 747 a.C os membros dessa família aristocrática depõem o rei e dividem o poder entre si⁶, governando como uma oligarquia. Para J.B Salmon, a exclusividade do “clã”, que isolava politicamente outras famílias e/ou grupos economicamente expressivos provocou o descontentamento de outros segmentos da *pólis*. Cypselos teria contando com a simpatia do *dêmos*, que estaria insatisfeito com o *génos* Baquíade e com o apoio dos *hóplitai*⁷, tomando o poder e se tornando tirano da cidade em 657/656 a.C, aproximadamente⁸.

Durante o governo de Cypselos Corinto foi fortificada e viu serem erigidos e embelezados diversos templos a fim de dar destaque à sua gestão e eclipsar as de seus antecessores. Também neste intuito teria encerrado a celebração dos Jogos Ístmicos, que só seriam comemorados novamente em 582 a.C, depois de findada a tirania. Segundo Nigel Nicholson, as provas atléticas “ofereciam aos aristocratas uma arena onde podiam tentar demonstrar que possuíam certas qualidades superiores em razão de seu nascimento, qualidades que fariam deles melhores governantes e também melhores atletas”⁹. Há um reflorescimento das práticas aristocráticas em Corinto após a queda dos governos tirânicos, mostrando que esses valores estiveram

⁵ VERNANT, J.-P. *As Origens do Pensamento Grego*. Trad. Isis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 2009, p. 41-72.

⁶ SALMON, J.B. *Wealthy Corinth: A History of the City to 338 B.C.* Oxford: Clarendon Press, 1997, p.56.

⁷ *Idem*, p. 189-192.

⁸ Estamos adotando a cronologia “alta”, que data a tirania dos Cypselidas entre 658 e 585-582 a.C. Essa cronologia foi estabelecida com base nos textos de Aristóteles e Eusébio de Cesaréia, em oposição à “baixa” de Heródoto, que faz de Psístratos contemporâneo a Periandros, datando o governo do último entre 560-527 a.C.

⁹ NICHOLSON, N. *Aristocracy and Athletics in Archaic and Classical Greece*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p.48.

presentes na cidade mesmo durante o governo autocrático, ainda que sob forma latente.

Periandros governou Corinto desde 625 até 585 a.C, aproximadamente, e não gozou da mesma popularidade de seu pai. Segundo Sarah Pomeroy e col. a repressão à ostentação de luxo e riquezas, especialmente pelas mulheres, foi seguida por outros políticos gregos e não estava em completo desacordo com a moral do Período Arcaico¹⁰. Tal atitude também tinha por objetivo minimizar a concorrência de rivais políticos. Para Claude Mossé, suas ações eram claramente antiaristocráticas¹¹.

A prática da disposição de riqueza em santuários a partir do século VIII a.C tem liame com os ideais vigentes na época: esses espaços religiosos monumentalizados simbolizam a grandeza de seu corpo cívico e ali são colocados os sinais de sua glória. Em Corinto, dos locais escolhidos para tanto destacamos o *Heráion* de Perachora e o santuário de Poseidon no Istmo. No último foram recuperadas partes de panóplias em bronze (capacetes, pontas de lança, etc.) e também tripodes, enquanto no primeiro houve oblação de objetos em ouro, tecido e joias¹². Esse santuário a Poseidon abrigava de dois em dois anos os Jogos Ístmicos, que atraíam pessoas de toda a Hélade à *pólis* coríntia. Dentre as provas, além das tradicionais corridas de carros, lutas e *pankration* (uma arte marcial), eram celebrados concursos musicais e literários. Píndaro teria perdido competições poéticas nos Jogos Ístmicos para Corina de Tanagra, o que mostra que as mulheres não estavam apartadas do *agón* nas celebrações de cunho religioso¹³. De fato, havia jogos específicos à participação feminina, sobretudo de moças solteiras, virgens (*parthenoi*), como as *Heraia*, em Olímpia. Nos santuários de Ártemis no Brauron e em Mounichia, na Ática, as meninas também participavam de corridas durante a *Arkteia*¹⁴. A *paideia* espartana estimulava as mulheres a se exercitarem, reforçando o ideal eugênico dessa *pólis*. Sarah B. Pomeroy afirma que a competitividade em Esparta envolvia tanto o currículo educacional físico quanto

¹⁰ POMEROY, S.B. et al. *Ancient Greece: A Political, Social and Cultural History*. New York: Cambridge University Press, 1999, p.118.

¹¹ MOSSÉ, C. *A Grécia Arcaica de Homero a Ésquilo*. Trad. Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1989, p.173.

¹² MORGAN, Catherine. "The Evolution of a Sacral 'Landscape': Isthmia, Perachora and the Early Corinthian State" In: ALCOCK, S.E & OSBORNE, R. *Placing the Gods: Sanctuaries and Sacred Places in ancient Greece*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 125-131.

¹³ SNYDER, J. M. *The Woman and the Lyre: Women Writers in Classical Greece and Rome*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1989, p.43-44.

¹⁴ THEML, N. "As meninas ursas: festa de integração social" In: LESSA, F. & BUSTAMANTE, R.M.C. *Memória e Festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.263-267.

cultural, especialmente quando levamos em consideração a presença de Alcman em Esparta, regendo coros de meninas que rivalizavam entre si e com outros grupos¹⁵. As alunas de Safo também competiam nos coros para atrair os melhores pretendentes¹⁶. E a própria poeta tinha rivais em Lesbos: Gorgo e Andromeda também organizavam coros femininos¹⁷. Vemos, destarte, que as mulheres gregas estavam inseridas do ideal agonístico da sociedade grega.

Segundo Ross Shepard Kraemer, os festivais religiosos femininos, a principal forma de atividade pública para as mulheres bem-nascidas – uma vez que as mulheres menos abastadas estavam no espaço público colaborando com seus maridos para o sustento da casa – podem ser entendidos como celebrações dedicadas a outros assuntos além da continuidade da sociedade grega, pois proporcionavam ocasiões para o reforço das expectativas masculinas acerca do comportamento feminino apropriado. Nas *Thesmophoria*, por exemplo, esperava-se que os rituais praticados garantissem a fertilidade feminina. A festa religiosa proporcionava divertimento e permitia que as mulheres compartilhassem da companhia uma das outras, mas também se caracterizavam como arena para a competição de *status* entre elas¹⁸.

Walter Burkert apresenta as oferendas votivas (*anathema*) como uma forma de sacrifício no sentido em que se oferece algo aos deuses em busca de uma dádiva¹⁹. Assim, além da imolação de animais, os gregos também dedicavam objetos diversos e alimentos, especialmente as primícias das colheitas, que poderiam ser deixadas em lugares como bosques e fontes ou entregues nos santuários, onde eram consumidas ou geralmente comercializadas, revertendo-se o lucro obtido para manter a administração do espaço religioso. Em situações de perigo ou aflição a pessoa buscava na renúncia “voluntária” domar as incertezas da vida. O voto seria realizado em voz alta e perante testemunhas e seu posterior cumprimento após a obtenção da graça constituía um dever irrevogável. A deposição de objetos manufaturados pelos próprios santuários era a forma mais comum de obsequiar uma divindade, mas a oferta de escravos, rebanhos e mesmo a construção de altares se constituíam em

¹⁵ POMEROY, S.B. *Spartan Women*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2002, p.3-15.

¹⁶ SANSONE, D. *Ancient Greek Civilization*. Chichester: Blackwell, 2009, p.80-81

¹⁷ PARKER, H. "Sappho's Public World." In: GREENE, E. (ed.) *Women Poets in Ancient Greece and Rome: New Critical Essays*. Norman: University of Oklahoma Press, 2005, p.3-5.

¹⁸ KRAEMER, Ross Shepard. *Her Share of the Blessings: Women's Religions Among Pagans, Jews, and Christians in the Greco-Roman World*. Oxford: Oxford University Press, 1992, p.18.

¹⁹ BURKERT, W. *Religião Grega na Época Clássica e Arcaica*. Trad. M.J. Simões Loureiro. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1993, p.146-148.

oblações²⁰. Carlos Espejo Muriel (1990: 32) fala que a natureza das oferendas pode ser dupla²¹: material, como um mecanismo de reforço auxiliar, que não necessariamente provoca a exclusão da utilização de outros meios humanos para alcançar o fim desejado, procurando lograr o retorno a uma situação dita “normal” e também pode ser subjetiva, como uma forma de liberação das angústias, substanciando a seguridade pessoal do indivíduo ou do grupo. O vínculo estabelecido pelas oferendas também possuía duplo caráter: materialmente, tratava-se de trocas de prestações que podiam assumir diversas formas; moralmente se constituía de um jogo de direitos e deveres. As oblações podiam tanto ser para agradecimento quanto para a petição de uma graça²².

Essas afirmações se coadunam bastante com o que vemos nas primeiras oferendas votivas dedicadas por volta do século VII a.C no santuário de Deméter e Koré em Acrocorinto: joias, *fibulae* em bronze, bem como cerâmicas decoradas, ou seja, objetos de alto custo. Assim como os homens aristocratas competiam entre si e eram iguais, o mesmo ocorria entre as mulheres e uma forma de demonstrar sua posição social e disputar estaria na disposição de objetos valiosos e na comensalidade praticada no referido santuário, lugar privilegiado de exposição e construção identitária das mulheres coríntias. Ali as aristocratas poderiam comparecer com seus adornos, joias e objetos votivos caros e demonstrar seu *status* social diferenciado. As estruturas arquitetônicas do santuário permitiam que apenas grupos reduzidos pudessem realizar os rituais, o que remete aos valores aristocráticos da *pólis* dos coríntios. Ao mesmo tempo em que mulheres de diferentes estratos sociais comiam juntas nas salas de banquete (*hestiatória*) que ali existiam durante os períodos arcaico e clássico, compartilhando a condição de cidadãs ao realizar um ritual caro à aristocracia, a divisão em grupos diminutos reduzia a interação entre elas e evidenciava as mulheres que pertenciam aos estratos mais abastados da população daquelas menos privilegiadas. Sua identidade como mulheres, esposas e mães era construída e reforçada através da prática da refeição comunal, mas as distinções sociais também eram acentuadas, pois os membros dos pequenos grupos de comensais que se reuniam nas *hestiatória* provavelmente eram do mesmo círculo

²⁰ *Idem*, p. 150-153.

²¹ MURIEL, Carlos Espejo. *Grecia: sobre los ritos y las fiestas*. Granada: Universidad de Granada, 1990, p.32.

²² *Idem*, p.33.

social, de forma que dificilmente grupos de camadas econômicas diferentes realizassem o ritual do banquete dividindo a mesma sala.

Folkert van Straten afirma que, para os gregos, as oferendas votivas eram componentes típicos de um santuário²³. Eles podiam ser tanto ornamentos quanto “empecilhos” nesses espaços sagrados, obrigando os sacerdotes a criarem depósitos e enterrar as oferendas antigas a fim de dar espaço para as novas, ao que os arqueólogos certamente são gratos. Na época arcaica ofertavam-se objetos pessoais e joias, ou seja, elementos que não diziam muito sobre a natureza do culto, enquanto nos períodos posteriores é visível que as oblações típicas a uma divindade tinham liame com seus atributos.

Acreditamos que os objetos votivos também se configuravam como meio de diferenciação social, como já afirmamos anteriormente. Um decreto de Rodes acerca de seu *asklepeion* é particularmente esclarecedor dessa questão, pois proibia que se requisitasse a exposição de imagens e oferendas votivas na parte inferior do santuário, onde poderia atrapalhar a circulação²⁴. Os objetos votivos mais vistosos, ou seja, aqueles que eram feitos com materiais nobres ou que possuíam uma decoração detalhada, por dizer de custo elevado, possuíam locais privilegiados nos santuários, estando visíveis aos olhos dos frequentadores. Alguns objetos tinham gravados os nomes de quem lhes dedicou. Assim, tanto a oferenda -que era uma *pessoa distribuída*²⁵ do fiel- quanto o próprio cultuador ganhavam uma posição de destaque nesse local de engendramento e publicidade da identidade comunitária. Van Straten cita outro decreto, desta vez ateniense, que autoriza o sacerdote de um santuário a descartar o que for considerado “indigno”. Destarte, quanto mais valiosa a oblação, maiores eram as chances de ser mantida à vista do público que frequentava o local. Moedas também eram oferecidas como oferenda e várias foram encontradas no santuário de Deméter e Koré em Acrocorinto. A maioria das oferendas votivas eram produtos locais das oficinas da cidade, havendo alguns vasos de figuras negras importados de Atenas,

²³ VAN STRATEN, Folkert. “Votives and Votaries in Greek Sanctuaries” In: BUXTON, R. (org). *Oxford Readings in Greek Religion*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p.214.

²⁴ SOKOLOWSKI, F. *Lois sacrées des cités grecques: Supplément*. Paris: Éditions E. de Bocard, 1962.

²⁵ Segundo Alfred Gell, ao longo da vida, a pessoa deixa sua personalidade interna materializada nos objetos com os quais interagiu. Assim, a *personalidade distribuída* de uma pessoa pode permanecer no mundo físico e em vários lugares mesmo após a morte do indivíduo através dos objetos com os quais interagiu em vida. Os *índices*, objetos que são fruto e instrumento de agência social, podem ser entendidos como componentes de identidade de uma pessoa. Cf. *Art and Agency: an Anthropological Theory*. Oxford: Clarendon Press, 1998, p.222-223.

grande parte sendo para bebida e alguns decorados com cenas dionisíacas²⁶. Entendemos que esses vasos seriam originalmente de pessoas mais abastadas que frequentavam o santuário. Festas seriam já nessa época celebradas no local, de forma a configurá-lo como um *tópos* identitário da *pólis*.

Durante o período arcaico o lugar onde tais objetos valiosos estariam expostos aos olhos dos frequentadores do santuário de Deméter e Koré em Acrocorinto foi denominado pelos arqueólogos como Sala E, próxima ao *oikos*, onde ficavam abrigadas as estátuas das deusas, no segundo nível do sítio (*Middle Terrace*). Esse ambiente foi construído nas últimas décadas do século VI a.C e permaneceu em uso durante todo o século seguinte. Um rico depósito de cerâmica do período clássico foi ali descoberto (Fossa 1965-2, Lote 2260). Entre os artefatos que estavam nesse depósito temos trinta e oito vasos completos, a maioria sendo *kalathoi*, *lekythoi* e *skyphoi*. Exemplares de *phialai*, *oinochoai*, *hydriai*, ânforas, jarros e cerâmica para cozinhar do século V a.C também podem ser nomeados. Não se sabe se esses objetos foram colocados ali como oferendas para as deusas ou descartados a fim de dar lugar a novas oblações. A Sala E foi estendida em um momento próximo ao ano 425 a.C, e continuou como foco de oferendas votivas: vasos para cozinhar, *perirrhateria*, lamparinas, pesos para tear, objetos pequenos de metal como um *astragalus* de bronze e anéis vão do século IX ao último quarto do século V a.C (Lotes 2065 e 2230). Eles poderiam estar dispostos em prateleiras ou bancos de madeira pela sala, sendo assim um lugar para a exibição de presentes às deusas. As frequentadoras do santuário, portanto, viam as dedicações votivas umas das outras quando iam prestar culto, as oferendas mais valiosas ganhando lugar de destaque, enquanto as de materiais menos nobres eram descartadas em fossas votivas²⁷ ou ajudavam a dar base para as novas instalações do santuário²⁸. Dado o poder aquisitivo maior da aristocracia, os objetos oferecidos pelas mulheres mais ricas tinham mais chances de estarem visíveis em locais de distinção do santuário.

²⁶ BOOKIDIS, N. & STROUD, R.S. *Corinth, Volume XVIII, part III: The Sanctuary of Demeter and Kore – Topography and Architecture*. Princeton: American School of Classical Studies at Athens, 1987; PEMBERTON, Elizabeth G. *Corinth, Volume XVIII, part I: The Sanctuary of Demeter and Kore – The Greek Pottery*. Atenas: American School of Classical Studies at Athens 1989; MERKER, Gloria S. *Corinth, Volume XVIII, part IV: The Sanctuary of Demeter and Kore – Terracota Figurines of the Classical, Hellenistic, and Roman Periods*. Atenas: American School of Classical Studies at Athens, 2000.

²⁷ VAN STRATEN, *op.cit.*, p.198.

²⁸ Vários lotes de cerâmica foram recolhidos em estado fragmentário, uma vez que muitas peças foram usadas como material sólido para o nivelamento ou preenchimento do terreno do santuário para a construção de novos prédios e salas ao longo dos anos. Cf. VIRGOLINO, *op.cit.*.

Assim como ocorre nos dias atuais, onde costumamos visitar templos religiosos para contemplar a arquitetura, as imagens e a decoração desses espaços, o mesmo ocorria na Antiguidade. A *Descrição da Grécia*, de Pausânias é um guia de vários atrativos que as cidades gregas poderiam oferecer aos olhos dos viajantes. Van Straten chama a atenção para *Ion*, de Eurípides, no qual Ion pergunta a Creusa se ela e o marido foram a Delfos para consultar o oráculo ou admirar o santuário²⁹. Estátuas e belos objetos eram ofertados nos espaços religiosos, atraindo visitantes. As pessoas que ofertavam tais objetos sentiam-se como contribuintes na ornamentação dos locais sagrados, auxiliando na projeção do prestígio da sua cidade e, por conseguinte, demonstrando sua piedade e sua devoção aos deuses e à comunidade cívica ao mesmo tempo que propagandeavam sua generosidade com a cidade, reforçando sua notoriedade e influência política e econômica.

No santuário de Deméter e Koré em Acrocorinto, ao mesmo tempo em que mulheres de diferentes estratos sociais comiam juntas nas salas de banquetes do santuário, compartilhando a condição de mães do corpo cívico da *pólis*, as distinções sociais também eram acentuadas, especialmente nas ocasiões em que podiam evidenciar sua contribuição para a manutenção da ordem *políade*, ou seja, durante os festivais religiosos. A deposição de objetos valiosos e a utilização de vestimentas ricas e adornos sofisticados, além da prática ritual em pequenos grupos marcavam claramente as diferenças econômicas entre as frequentadoras, estimulando a competição entre elas a fim de evidenciar o *status* social que detinham. As mulheres bem-nascidas, nesse ambiente religioso, podiam demonstrar pelas práticas religiosas que eram responsáveis pelo nascimento e boa criação dos homens belos e bons que dariam continuidade à *eunomia* (boa ordem) da *pólis* coríntia.

²⁹ EURIPIDES, *Ion*, v.301; VAN STRATEN, *op.cit.*, p.212.

Capítulo 12: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA: O SAMBAQUI DA BEIRADA EM SAQUAREMA

Marlon Barcelos Ferreira

Ao andar por grande parte do litoral brasileiro observamos vez ou outra enormes aglomerados de conchas. São importantes sítios arqueológicos conhecidos como sambaquis. Esta denominação é originária da mistura dos termos Tupi, *tamba* (conchas) e *ki* (amontoado), dando origem a palavra sambaqui. Na década de 60, o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) definiu que em linhas gerais que um sambaqui é um tipo de “ sítio arqueológico cuja composição seja predominantemente de conchas¹”. Estes são sítios arqueológicos encontrados em boa parte do litoral brasileiro e são resultados das atividades dos primeiros ocupantes do litoral e assim são os mais antigos vestígios materiais da presença humana no litoral brasileiro.

Estes sítios arqueológicos desde cedo despertaram o interesse dos portugueses que com o início da colonização passaram a explorá-los economicamente e continuaram sendo explorados até o século XX², o que acarretou a destruição de milhares de sambaquis espalhados pelo litoral do Brasil em um período anterior a criação de leis preservacionistas. Por sua vez, os primeiros estudos realmente com um olhar arqueológico e científico sobre os sambaquis aconteceram somente no período Imperial brasileiro e se expandiram num longo processo que envolveu o crescimento e a profissionalização da ciência arqueológica e que resultou em vários estágios de pesquisa até chegar às visões e entendimentos atuais sobre os sambaquis.

Neste trabalho descreveremos um sambaqui, um tipo de sítio arqueológico desconhecido por grande parte das pessoas e analisaremos a metodologia denominada de Educação Patrimonial. Um tema recente na área educacional e nas políticas ligadas ao patrimônio cultural, consistindo no uso educacional de bens culturais (no caso sítios arqueológicos) para a formação de cidadãos plenos e no processo de preservação dos mesmos. Para melhor compreender a importância da educação patrimonial, refletiremos sobre o trabalho realizado na Praça Sambaqui da Beirada em Saquarema. Um trabalho pioneiro de exposição arqueológica e educação,

¹ SOUZA, Alfredo Mendonça. *Dicionário Arqueológico*. Rio de Janeiro, 1997, p.115

² KNEIP, Lina Maria & PALLESTRINI, Luciana. *Brasil Antes do Descobrimento*. Curitiba, 1991.

sendo a primeira exposição arqueológica do Brasil ao ar livre e, portanto, seu trabalho deve ser conhecido e incentivado.

O QUE É UM SAMBAQUI?

Os povos sambaquieiros foram pioneiros na ocupação de amplos territórios do Brasil. As primeiras evidências desta ocupação são muito antigas, com quatro sambaquis datados em torno de 8 mil anos (AP)³, sendo que a maior parte das datações giram entre 5000 e 3000 (AP). Estas datações têm revelado que a história humana no litoral do Brasil não começou com o povoamento indígena e nem com a chegada dos portugueses. Pelo contrário, as pesquisas arqueológicas têm demonstrado a antiguidade da ocupação do litoral e assim mostrado que a história do Brasil é muito mais antiga do que muitas das vezes o senso comum da maior parte das pessoas imagina.

Ressaltamos assim a importância das pesquisas arqueológicas sobre sambaquis, pois as pesquisas têm permitido aos historiadores compreenderem a maneira como ocorreu o povoamento de quase todo litoral brasileiro e revelado como era o modo de vida destes grupos paleolíndios não ceramistas, que foram os primeiros habitantes de amplas regiões do litoral brasileiro antes mesmo de grupos denominados de indígenas, como os Tupis ocuparem estas regiões. Da mesma forma os estudos sobre sambaquis também têm permitido estudos sobre variação do mar ao longo do tempo e assim ajudado a perceber mudanças climáticas que ocorreram no Brasil no passado.

Os sambaquis são encontrados em vários trechos do litoral brasileiro. Do Rio Grande do Sul até a Bahia, e do Maranhão até o Pará. Os sítios mais vistosos são encontrados em Santa Catarina. Segundo as pesquisadoras, Lina Maria Kneip e Luciana Pallestrini, alguns sítios podiam chegar a 30 metros de altura e até 400 metros de extensão e geralmente com o formato ovalado⁴.

Uma das principais características desses grupos humanos era o costume de guardar as conchas dos moluscos coletados e empilhá-las juntamente com restos de comida, ossos de animais, ferramentas entre outros objetos. As conchas dominantes são ostras (*Ostras SP*) e berbigões (*anomalocradia brasiliensis*). Com base nesses

³ PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, 1992.

⁴ KNEIP, Lina Maria & PALLESTRINI, Luciana. *op.cit.*.

padrões, alguns arqueólogos, como Madu Gaspar⁵, entendem que houve a formação de uma cultura sambaquieira, ou seja, de uma unidade sociocultural nessas populações. Este é um tema que tem gerado grandes debates, alguns arqueólogos questionam esta unidade cultural com base no fato que se podem observar sensíveis diferenças entre diferentes sítios arqueológicos litorâneos, como mudanças nos padrões de subsistência, formato, entre outros, o que indicam uma diversidade cultural entre esses povos litorâneos e assim questionam esta padronização e unidade cultural.

Além de restos faunísticos, encontramos também artefatos da vida cotidiana. Lâminas de machados polidas ou lascadas, raspadores, polidores entre outros artefatos líticos. Os artefatos ósseos e os líticos são os mais comuns. Esses sítios foram também locais para enterramentos e de rituais religiosos. Segundo Prous, “em geral, os corpos não foram abandonados nos extratos de conchas. Mas sim colocados em sepultamentos de vários tipos⁶”. Sendo que, a maioria é de sepultamentos primários e geralmente na posição fletida podendo estar acompanhado ou não de objetos de adornos, como colares de dentes de tubarão, utensílios do cotidiano e ossos de animais eram enterrados com os corpos.⁷

A intenção da construção dos sambaquis é um tema desenvolvido por vários arqueólogos. Segundo a arqueóloga Tânia Andrade Lima⁸, um dos objetivos da construção desses amontoados era o de ser uma clara demonstração de poder, afinal, para serem construídos foram exigidos tempo, organização e liderança. Da mesma forma, as diferenças nos rituais funerários, segundo Madu Gaspar⁹, podem indicar diferenciação social nestas sociedades sambaquieiras, faltando mais pesquisas neste sentido. Isso mostra como essas sociedades eram complexas e não devem ser vistas e classificadas apenas como populações igualitárias de nômades caçadores e coletores, o que era uma ideia muito difundida na arqueologia até a algum tempo atrás.

⁵ GASPAR, Maria Dulce. *Aspectos da Organização Social de Pescadores-Coletores: Região Compreendida entre Ilha Grande e o Delta do Paraíba do Sul, Rio de Janeiro*. Rio Grande do Sul, Pesquisas-UNISINOS, Número 59, 2003.

⁶ PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília, 1992, p.217.

⁷ KNEIP, Lina Maria & PALLESTRINI, Luciana. *op.cit.*

⁸ LIMA, Tânia Andrade. Sambaquis Monumentais. *Revista Nossa História*. Rio de Janeiro, 2005, p 26-29.

⁹ GASPAR, Maria Dulce. *Sambaqui: Arqueologia do litoral Brasileiro*. Rio de Janeiro, 2000.

Os sambaquis são encontrados em todo o litoral brasileiro. Segundo o arqueólogo Paulo de Blasis¹⁰, os portugueses se interessaram logo por esses montes, afinal como são constituídos de cochas em sua maior parte, são uma excelente fonte de cal. Assim, logo passaram a utilizá-los em suas construções. A utilização de cal na construção iniciou-se com a própria colonização do Brasil, uma das primeiras medidas tomada pelo primeiro Governador Geral do Brasil, Thomé de Souza, fora justamente determinar a criação de uma fortaleza com a utilização de cal¹¹.

Dentro deste contexto, entendemos que os sítios arqueológicos conhecidos como sambaquis possuem um valor econômico intrínseco. Além do valor como matéria prima (apesar de não serem mais usados para tais fins), os sambaquis estão localizados em áreas litorâneas e na maior parte das vezes em um local com alto valor imobiliário. Desta forma, os sambaquis são sítios com alta probabilidade de destruição diante da expansão econômica e urbana.

Este processo de destruição dos sambaquis juntamente com outros sítios arqueológicos brasileiros, levou a formação de uma série de medidas legais e de uma legislação de proteção ao longo do século XX. O órgão com competência legal para tratar do patrimônio histórico e arqueológico é o Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional, mais conhecido pela sua sigla, IPHAN, que tem como objetivo preservar o patrimônio cultural e artístico brasileiro.

Além das medidas legais de fiscalização e outras medidas de proteção, o IPHAN recentemente também tem atuado no sentido de usar a educação como forma de resgatar e ajudar a preservar o patrimônio histórico e arqueológico nacional. Unindo assim, sítios arqueológicos, preservação e educação. Assim, acreditamos que a educação é a melhor forma de preservação e que somente com um forte processo educacional possamos salvar o que resta do patrimônio arqueológico brasileiro cada vez mais ameaçado diante da expansão econômica e de obras que o país vivencia. Neste caso em especial os sambaquis, que são sítios frágeis e que por sua composição

¹⁰ BLASI, Paulo de. Sambaquis a Memória de uma Civilização. *Revista História Viva*. São Paulo, 2008, p 60-65.

¹¹ CAMPOS, M.A.N., REIS, A.S., TRISTÃO, F.A., ROCHA-GOMES, L.V.. *Determinação da Composição de Argamassas Antigas*. Lisboa, 2014. Disponível em: <http://www.apfac.pt/congresso2007/comunicacoes/Paper%2043_07.pdf>. Acesso em: 8 dezembro de 2014.

podem passar despercebidos para a maior parte das pessoas.

As primeiras experiências no uso da educação aconteceram na década de 80, mais precisamente no ano de 1983, quando aconteceu o I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, no Museu Imperial em Petrópolis no Estado do Rio de Janeiro. Assim, foi ganhando força no Brasil a ideia da importância da relação das pessoas com suas heranças históricas e arqueológicas, não apenas para reforçar sua ligação com o patrimônio com intenção preservacionista, mas também para demonstrar e reforçar o seu papel ativo como cidadão e ser histórico.

Diante deste primeiro trabalho, surgiu o conceito e a metodologia de trabalho proposta pela Educação Patrimonial, que foi primeiramente defendido e definida no Brasil pelas pesquisadoras Maria Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro:

“Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.”¹²

Assim, a educação patrimonial aparece como uma importante ferramenta metodológica nas mãos de historiadores e professores que assim transformam um sítio arqueológico em uma área educacional com o intuito de construir cidadãos conscientes e de reforçar a necessidade de preservação. Afinal, a educação patrimonial não deve ser vista como uma simples ida a um sítio arqueológico. Na verdade, é a utilização dos sítios arqueológicos e históricos (bens culturais como um todo) em locais de ações pedagógicas e se utilizando de diferentes técnicas e atividades educacionais para tal intento (visitas, peças teatrais, dinâmicas, etc.).

O Patrimônio histórico e arqueológico é o lugar em que se forja a identidade e a memória nacional. Desse modo a conservação dele é dever de todas as pessoas, pois assim, preservamos sua cultura e identidade. Da mesma forma, só se preserva o que tem sentido para as pessoas, preservar por preservar não tem sentido social e

¹² HORTA, M. L., GRUNBERG, E. MONTEIRO, A. *Guia Básica de Educação Patrimonial*. Brasília, 1999, p5

passaria apenas por manter intacto algo que para aquela sociedade não tem sentido. Assim, “o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens”.¹³

Alguns sítios arqueológicos e artefatos são distantes da realidade de muitos cidadãos, que não se reconhecem em sambaquis ou outros sítios principalmente pré-históricos, a educação auxilia a ter essa consciência histórica de que aquilo faz parte de sua herança como brasileiro e conseqüentemente da necessidade do seu resgate e conservação.

A PESQUISA ARQUEOLÓGICA EM SAQUAREMA

Em vários pontos do litoral do Município de Saquarema, na Região dos Lagos, são encontrados os sítios arqueológicos denominados de Sambaquis. Estes sítios arqueológicos são resultados das mais antigas ocupações humanas na cidade de Saquarema e até o presente momento foram identificados 24 sítios sambaquis em torno do Complexo Lagunar de Saquarema, segundo a arqueóloga do Museu Nacional e responsável pelos sambaquis da cidade, Filomena Crancia¹⁴. Destes, apenas quatro ainda resistem à depredação e a expansão urbana e imobiliária que a cidade na Região dos Lagos vivencia nas últimas décadas, os sambaquis da Manitiba, Pontinha, Beirada e Jaconé.

Como consequência de uma intensa luta e pressão popular, a Prefeitura de Saquarema em 1989, através do Decreto Número 188-89 provocou o tombamento do Sambaqui de Manitiba I e logo depois tivemos o tombamento dos sambaquis da Pontinha, Beirada e Jaconé. Estes tombamentos aconteceram através da transformação destes em praças municipais. A ideia original era não apenas preservar, mas incorporar esses sítios ao mobiliário urbano transformando-os em verdadeiros museus ao ar livre a disposição da população. Infelizmente, esta parte do projeto acabou não sendo cumprindo pelas autoridades municipais¹⁵. Os quatro

¹³ Idem, *Ibidem*, p5.

¹⁴ BARCELLOS, Monique. Aniversário da Praça Sambaqui da Beirada é comemorado com Festa e Seminário. *Jornal O Saquí*. Saquarema, 1 de Julho de 2011, p.14.

¹⁵ GUIMARÃES, Márcia Barbosa da Costa. *A ocupação pré colonial da Região dos Lagos: Sistema de Assentamento e relações intersociais entre grupos sambaquianos e grupos ceramistas Tupinambá e tradição Una*. 2013.. p .392 Tese de Doutorado MAE – Universidade de São Paulo, São Paulo 2013 p.109

sítios foram tombados e estão protegidos legalmente pela Prefeitura, mas apenas o Sambaqui da Beirada passou a ter uma função pedagógica e cultural e os outros três sambaquis estão apenas tombados e protegidos pela legislação municipal.

O sambaqui da Beirada fora descoberto na década de 70 e as escavações sistemáticas foram efetuadas por Maria Lina Kneip na década de 80. Os trabalhos de campo revelaram um sítio rico em artefatos variados e enterramentos. Parte do material escavado está exposto na própria Praça. Os trabalhos de pesquisa no sambaqui da Beirada identificaram quatro camadas de ocupação humana, na última temos a datação mais antiga, de cerca de 4520 anos, obtidos em 1984¹⁶ pela professora Kneip. Estes trabalhos tem ajudado a mostrar como se deu o processo de ocupação da Região dos Lagos e resgatado um passado pré-histórico que se iniciou muito antes da ocupação indígena Tupi e ignorado por grande parte das pessoas.

A PRAÇA SAMBAQUI DA BEIRADA E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A criação da Praça do Sambaqui se enquadra na perspectiva de transformar o sítio arqueológico em um espaço para ações educativas diversas como é defendido pela educação patrimonial. Pela localização e estado de preservação, o sambaqui da beirada se tornava excelente para ser usado em fins didáticos e servir de ilustração para as pessoas de como era a pré-história de Saquarema e do Brasil muito antes dos índios Tupis e os portugueses.

Para atingir os objetivos propostos a Praça Sambaqui oferece diversas atividades educacionais, voltadas para escolas, turistas e a comunidade local. Todas elas dentro desta perspectiva de olhar para o passado, mas pensando no presente, como salienta Maria Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro:

“A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Esse processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.”¹⁷

¹⁶ LIMA, Tânia Andrade. Em Busca dos Frutos do Mar. *Revista da USP*. São Paulo, 1999, p 270-327.

¹⁷ HORTA, M. L., GRUNBERG, E. MONTEIRO, op.cit. p6.

O Patrimônio histórico e arqueológico tem um papel destacado no processo de formação da cidadania. Afinal, do ponto de vista educacional, em uma abordagem sócio-cultural, se reconhece que o conhecimento é fruto das interações do indivíduo com o meio na qual ele está inserido. Concedendo assim, ao sujeito um papel central na produção do saber como um todo. Onde segundo Paulo Freire¹⁸, para que o homem se constitua como sujeito, é fundamental que ele, integrado num determinado ambiente histórico, reflita sobre ele e tome consciência de sua historicidade e da realidade social no qual está inserido.

Pois desta forma,

“Ao apropriar-se do sentido e da peculiaridade de suas manifestações em todos os aspectos da vida diária, esses indivíduos tendem a modificar suas atitudes em relação aos bens, tangíveis e intangíveis, a recuperar os sentimentos de autoestima e de cidadania.”¹⁹

No sítio exposto ao ar livre o visitante pode observar vestígios de fogueira, restos alimentares, artefatos de pedra e três enterramentos-sepultamentos humanos e conchas cheias de corante vermelho a sua volta. Ao redor do sambaqui existem algumas placas informativas sobre os artefatos expostos. Aqui o visitante tem um olhar direto sobre objetos e assim podem perceber como era a vida de pessoas que viveram a milhares de anos. Pode causar até estranheza em muitos que só estão acostumados a fotos, filmes e livros didáticos. Mas causar estranheza é um dos objetivos, pois confronta os livros e a imaginação com o mundo real, que é palpável e atíça todos os sentidos.

Além das visitas diárias oferecidas as escolas e visitantes, em momentos pontuais são oferecidas atividades extras. Em 2006, fora realizado um projeto denominado de Arqueologia na Praça, tendo como público alvo os professores da cidade e tinha como objetivo qualificar os mesmos para que pudessem utilizar a Praça Sambaqui em seus projetos educacionais. Uma ponte interessante entre a Praça e a sala de aula, mais do que necessária. Afinal, os alunos são os principais visitantes do local e a presença da educação patrimonial nas escolas é muito

¹⁸ FREIRE, Paulo. *Concestitização* São Paulo, 1979 , p 151.

¹⁹ HORTA, M. L., GRUNBERG, E. MONTEIRO, op.cit., p9.

importante. O PCN (Parâmetros curriculares nacionais²⁰) que servem de orientação às práticas escolares, recomendam o uso de fontes primárias e sítios arqueológicos no processo educacional e ensino de história. Da mesma forma, os sítios arqueológicos são áreas que envolvem não apenas história ou geografia, são para uso interdisciplinar, como salienta Figueiredo:

“Acreditamos que alguns assuntos são transversais às diversas disciplinas e o debate em torno do patrimônio histórico-cultural constitui um deles. Interessa tanto aos profissionais da educação, das áreas de história, e de geografia e por que não, da literatura. A química e a biologia não podem ficar de fora.”²¹

O espaço físico da Praça Sambaqui ainda conta com uma pequena reserva florestal representando a vegetação de restinga e que também é usada nas visitas guiadas. Com espécies nativas, o pequeno bosque tem árvores numeradas e pequenas trilhas onde os alunos e visitantes podem se sentir no ambiente nativo da região. O que reforça o caráter interdisciplinar do sítio arqueológico, pois são abordados temas como ecologia, biologia e geologia.

Vale a pena ressaltar que o ideal é que a escola realize a visita dentro de um projeto pedagógico previamente planejado pelos professores, pois a preparação dos alunos é uma etapa muito importante a ser realizada na escola antes do passeio a um sítio arqueológico. O significado da visita é o de estimular e levantar hipóteses em torno do sambaqui (ou qualquer outro sítio histórico-arqueológico) e não os alunos chegarem cheios de respostas prontas na ponta da língua. Afinal, a educação patrimonial não deve ser vista como uma simples ida a um sítio arqueológico, na verdade o ideal é que seja parte de um projeto pedagógico maior na qual a visita ao sambaqui se insira dentro de um projeto educacional e que se possa assim ampliar as atividades educacionais oferecidas (se forem oferecidas) no sítio arqueológico visitado com ações prévias e complementares em sala de aula.

O desenvolvimento e a elaboração de novos conhecimentos neste sentido estão diretamente ligados à tomada de consciência dele com a cultura e a história da sociedade da qual faz parte. Dentro desta ideia de educação, o Patrimônio Cultural

²⁰ Conjunto de documentos para servirem de orientação aos professores e escolas, disponível no site do MEC

²¹ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Patrimônio Histórico e Cultural: um novo campo de ação para os professores. In: *GRUPO Gestor do Projeto de Educação Patrimonial. Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. Belo horizonte, 2002, p52.

de um povo, tem um papel muito importante como construtora da cidadania, como atesta a autora Evelina Grunberg,

“O contato com os bens patrimoniais possibilita uma experiência acessível a todos deverá traduzir-se na compreensão do passado do qual o observador é herdeiro permitindo uma consciência e conhecimento do presente para propiciar uma melhoria na sua qualidade de vida. Reconhecer o passado cultural do qual o cidadão é herdeiro é mais um passo na coquista da sua identidade cultural e na compreensão e consciência do presente.”²²

Afinal, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto ou uma construção, preservar é tornar vivo para as pessoas aquele passado como salienta Lemos,

“um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados”²³

Da mesma forma a educação patrimonial tem um papel importante a desempenhar não apenas como construtora da cidadania, mas também preservacionista: Como Maria Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro salientam: “o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens”.²⁴

Inaugurado em 1997, até o ano de 2014 o Sambaqui da Beirada já tinha recebido a visita de 32.682 pessoas. Uma média de 2000 pessoas-ano. No ano de 2014, a Praça Sambaqui da Beirada recebeu 920 visitantes, um número abaixo da média geral de visitantes. Destes visitantes, aproximadamente 75% foram alunos em excursões escolares, e destas cerca de 80% de escolas de fora do município de Saquarema. As escolas tem que agendar a visitação e por sua vez, turistas não necessitam de agendamento.

Concluimos que no Sambaqui da Beirada o trabalho da arqueóloga não se encerrou na escavação, ela foi além desta etapa da arqueologia. A arqueóloga

²² GRUNBERG, Evelina. *Educação Patrimonial Utilização dos Bens Culturais Como Recursos Educacionais*. Rio de Janeiro, 2014 Disponível em <http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4/estudos_sociais/educacao_patrimonial.pdf> Acesso em 23 de Dezembro de 2014.

²³ LEMOS, Carlos A .C. *O Que é Patrimônio Histórico*. São Paulo, 1987, p.29.

²⁴ HORTA, M. L., GRUNBERG, E. MONTEIRO, op.cit.,p5.

desempenhou um importante papel social não apenas recuperando parte do passado, mas também levando a sociedade sua história e revelando o seu passado. Os artefatos e vestígios materiais quando possível, devem ser expostos para a comunidade para que a mesma possam se reconhecer e valorizar esse patrimônio, tornando-se protetores e guardiões do seu próprio passado. Unindo preservação, educação e cidadania num mesmo local.

A criação pioneira de uma Praça Sambaqui da Beirada vai de encontro com essas propostas. Desta forma, a educação patrimonial desempenha um papel importante de conectar o cidadão enquanto indivíduo ao seu passado e ao passado de sua cidade e região. Conhecendo o que é um sambaqui, a população de Saquarema e do Brasil, poderão reconhecer nos sambaquis parte de seu passado, fazendo do patrimônio arqueológico de sua região parte de sua história também. Desenvolvendo a cidadania e o sentimento de pertencimento aquela região. Desta forma, a educação patrimonial se coloca como uma das mais importantes ferramentas de preservação do patrimônio cultural brasileiro e na formação de cidadãos plenos.

Nossa sociedade não é inteiramente marcada por consensos. Há ideias mais difundidas, preconceitos encontrados em numerosos contextos sociais e pontos de vista hegemônicos. Mas também há vozes dissonantes, possibilitando debates, embora muitas vezes desiguais, entre diferentes formas de se entender e se inserir no mundo. Nesse contexto, a questão identitária é uma que suscita grandes controvérsias. Feitas algumas reservas, para não se cair em anacronismo, pode-se observar uma questão similar entre os helenos na Antiguidade: o que garantiria sua identidade étnica, isto é, os diferenciava dos bárbaros? Mas os próprios antigos, assim como nossa sociedade, não aparentavam estar em um consenso sobre essa questão, embora muitas vezes seus observadores modernos tendam a simplificar sobremaneira suas visões do mundo, como se estivessem todos em concordância. Este artigo tem por objetivo demonstrar essas discordâncias entre os helenos sobre quais eram as fronteiras de sua identidade por meio da obra de Heródoto.

Não é difícil encontrar, inclusive no meio acadêmico, essa crença de que os gregos tinham uma visão clara de suas fronteiras étnicas. A linha que os gregos traçavam entre si e os bárbaros, ditos como seu oposto, à primeira vista parece ser clara. Tal dicotomização teria ocorrido após as Guerras Greco-Pérsicas². Essa série de eventos e embates militares levaram um conjunto de *póleis* gregas a um conflito aberto contra o Império Persa Aquemênida e seus aliados, alguns deles também sendo helenos. Tais conflitos são narrados por Heródoto, em sua obra *História*.

Porém uma leitura da obra de Heródoto torna essa dicotomia helenos/bárbaros mais complexa. É importante frisar o fato de que será tratada apenas a visão acerca da helenicidade encontrada na obra desse autor. É conhecido que outros autores gregos contemporâneos e de períodos posteriores têm visões

¹Graduando em História da Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Estudos de Representações e de Imagens da Antiguidade (NEREIDA/UFF). Bolsista de Iniciação Científica/PIBIC-CNPq.

² HALL, Jonathan M. *Hellenicity: between ethnicity and culture*. Chicago, 2002, p. 175-176.

diferentes sobre o que é ser heleno. Mas, devido ao limite necessário a essa apresentação, apenas Heródoto será contemplado pela mesma.

O melhor exemplo para iniciar esta comunicação seria uma famosa passagem da *História* de Heródoto, pode-se dizer que onipresente, quando se trata o tema da identidade grega durante e após as Guerras Greco-Pérsicas. A passagem narra o momento em que os representantes de Atenas buscam aliviar o temor dos representantes dos lacedemônios de que os atenienses pudessem trair a causa dos helenos e se aliar aos bárbaros persas. Para tal, os atenienses citam as razões que os impediriam de trair seus aliados helenos:

“Primeiro e principalmente, o incêndio e a destruição dos ornamentos e das moradas dos deuses nos compelem a vingarmos da maneira mais completa em vez de fazermos acordos com os autores desses sacrilégios; em seguida, a unidade de todos os helenos pelo sangue e pela língua, e os templos dos deuses e os sacrifícios oferecidos em comum, e a semelhança de nossa maneira de viver, que não seria lícito aos atenienses trair” (HERÓDOTO, *História*, VIII, 144).

Aparentemente, aqui estão expressas de forma clara as credenciais helênicas. Mas o uso desses caracteres étnicos estaria livre de problemas em sua aplicação?

Para facilitar a compreensão dos usos dessa identidade, manteremos o foco da análise no sangue, isto é, na descendência helênica como credencial à helenidade, fazendo a ressalva de que uma separação total de tal caráter em relação aos demais contraria a natureza complexa da construção da alteridade e da própria narrativa de Heródoto. Assim, é possível iniciar a análise do caso dos budinos e gelonôs:

“Os budinos constituem um povo importante e numeroso; todos eles têm os olhos muito azuis e são ruivos. Há em seu território uma cidade inteiramente construída em madeira, cidade essa chamada de Gelonôs. Sua muralha tem uma extensão de trinta estádios de cada lado, é alta e toda de madeira, e suas casas também são de madeira, assim como seus templos; entre eles há templos de deuses helênicos, guarnecidos com imagens à maneira helênica, e com altares e santuários de madeira; bienalmente eles celebram festas em honra de Diônisos e seguem os ritos báquicos. Com efeito, os gelonôs descendem de ancestrais helenos, que deixaram os seus entrepostos costeiros para estabelecer-se entre os budinos, e falam uma língua meio helênica e meio cita.

Os budinos não usam a mesma língua dos gelonôs, e seu gênero de vida é tampouco o mesmo; os budinos são

autóctones e nômades, e são o único povo da região a alimentar-se de pinhões; os gelonôs cultivam o solo, comem grãos e têm jardins; sua compleição e sua tez os tornam completamente diferentes dos budinos. Isso, porém, não impede os helenos de chamar também os budinos de gelonôs, mas os chamam erradamente” (HERÓDOTO, **História**, IV, 108-109).

Os gelonôs estão na fronteira da helenicidade³. Possuem ancestrais helênicos, cultuam aos deuses em templos helenos, mas abandonaram seus entrepostos na costa e assentaram-se em meio aos autóctones, os budinos, ao ponto de terem uma língua meio helênica e meio cita. Tal convivência fez com que os helenos confundissem ambos. Para muitos, o povo que um dia já foi heleno acabou se tornando inseparável dos habitantes bárbaros da região.

Já Heródoto não vê motivo para tal confusão. O autor acredita que o gênero de vida e a língua diferenciados, além do fato de se sedentarizarem em uma cidade, embora não seja seu entreposto original, ainda fazem com que eles sejam diferenciados dos autóctones.

Aqui é encontrada a primeira divergência: enquanto os demais acreditam que os gelonôs foram completamente “barbarizados” pelos budinos, ao ponto de serem indiferenciados, Heródoto parece acreditar que os descendentes dos helenos ainda não são completamente bárbaros. Podemos ver que a fronteira entre a helenicidade e a barbárie não são muito claras, ao ponto de gerar divergências acerca da identidade dos gelonôs entre os próprios helenos.

Quando tratamos das figuras dos budinos, gelonôs ou até mesmo dos próprios helenos na obra de Heródoto, visualizamos as representações sociais construídas pelo autor em relação a esses grupos. Uma representação “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”⁴. Desta forma, esses

³ Conceito utilizado por Jonathan M. Hall e que dá o título de uma de suas mais famosas obras. O termo helenicidade (*hellenicity*) faz referência à etnicidade específica dos helenos. Já, para o autor, etnicidade é entendida como o processo de autoconsciência de pertença a um grupo étnico, em relação aos outros que não estão inclusos nessa identidade em questão.

⁴ JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro, 2001, p. 22.

grupos não são abordados nesse estudo como os grupos em si, como se buscasse os verdadeiros helenos e suas visões acerca da helenicidade. O que é possível observar são as construções que Heródoto faz dos mesmos.

Deste modo, as visões de um grupo podem conflitar com outras visões de outros grupos. O autor tem uma visão, uma fração dos helenos tem outra. Não se trata de saber quem está certo ou diz a verdade, mas observar como dentro do próprio conjunto dos helenos há conflitos de representações do Outro.

Também, antes de continuar a análise, deve-se atentar para o fato já mencionado anteriormente de que, apesar do foco em um carácter diferenciador, não é possível isolar um desses caracteres dos demais. Na caracterização dos gregos fica clara a relação criada entre a língua, o sangue, os ritos e os costumes para a construção da identidade helênica, mesmo em um ambiente fronteiro, em que o grego e o bárbaro estão próximos ao ponto de confundirem-se.

Para continuar, trabalharemos com outro exemplo contido na obra de Heródoto. Esse trecho se refere aos macedônios, mais especificamente o filho do rei da Macedônia, Alêxandros:

“Eu mesmo sei por ciência própria que esses helenos dos quais acabo de falar descendem de Perdicas e são de raça helênica, segundo as suas próprias pretensões, e demonstrarei mais adiante em minha narrativa que eles são realmente helenos. Aliás, os helenódicos, encarregados dos Jogos Olímpicos, decidiram que era assim. Realmente, Alêxandros resolveu participar desses jogos, e com essa intenção desceu à arena; os helenos inscritos para disputar o prêmio de corrida quiseram afastá-lo, alegando que os bárbaros não podiam competir porquanto se tratava de uma competição entre helenos. Mas, depois de Alêxandros provar sua descendência argiva, foi decidido que ele era heleno, e na corrida do estádio ele chegou na frente empatado com o primeiro” (HERÓDOTO, **História**, V, 22).

O que é possível de se observar nessa passagem? Novamente a divergência. Apesar dos caracteres étnicos que definiriam um heleno parecerem claros no discurso dos atenienses aos lacedemônios, apresentado no início da comunicação, há um conflito em relação à identidade de Alêxandros. O próprio filho do rei da Macedônia, Heródoto e os helenódicos acreditam que o personagem é heleno devido a sua descendência argiva. Porém os demais competidores não o consideram como igual.

Veem o macedônio como um bárbaro, logo está incapacitado de participar dos Jogos Olímpicos. Foi necessário que as “autoridades competentes”, os helenôdicos, intervissem e dessem seu veredito diante do conflito.

Se atentarmos no início do trecho em questão, veremos uma repetição enfática de que Alêxandros e os macedônios são helenos. Heródoto constrói seu discurso como se estivesse fazendo um esforço para provar que os macedônios fazem parte da helenidade. Posteriormente Heródoto traça os antepassados do macedônio até Perdicas, um argivo:

“Alêxandros descendia desse Perdicas da seguinte maneira: ele era filho de Amintas filho de Alcetas; o pai de Alcetas era Aêropos, o de Aêropos era Fílipos, o de Fílipos era Argaios e o de Argaios era Perdicas, que havia conquistado a realeza.” (HERÓDOTO, **História**, VII, 139).

Mas é necessário ressaltar que Heródoto, por meio do personagem Alêxandros, argumenta dentro do campo de possibilidades helênico. No campo de possibilidades é onde se encontra “o espaço de manobra possível, diante das circunstâncias de toda natureza, para a implementação de projetos individuais”⁵. Quer dizer que, apesar de divergir quanto aos demais acerca da identidade de Alêxandros, ele argumenta de forma compreensível e aceitável pela plateia. Usa argumentos que são considerados válidos pelos demais. O historiador diz que os macedônios são helenos devido a seu sangue argivo e pretende provar tal afirmação. O sangue, assim como a língua, os templos e sacrifícios em comum, e os costumes seriam caracteres que marcam a pertença de um indivíduo ou grupo à helenidade. Heródoto tem certa liberdade de argumentar e divergir dos demais, mas ainda manobra dentro de um espaço limitado, e sair desse espaço significa não ser entendido, com seu discurso caindo no vazio, ou até virar motivo de escárnio para os demais.

Não é possível afirmar que qualquer um, a qualquer momento, poderia escolher qualquer traço cultural e transformá-lo em um definidor da helenidade de acordo com sua vontade individual. Mas é possível afirmar que existem traços culturais escolhidos e reconhecidos por grande parte dos gregos que se

⁵ VELHO, Gilberto. *Destino; campo de possibilidades e províncias de significado; notas sobre a violência*. Rio de Janeiro, 1989, p. 17.

transformaram em critérios de identificação do grupo étnico. Traços esses como o sangue, a língua e os sacrifícios oferecidos em comum. Esse conjunto de traços de demarcação da fronteira étnica entre Nós e Eles podem ser compartilhados por aqueles que se identificam como helenos, mas em cada circunstância alguns deles podem adquirir mais proeminência que os demais, como vimos na *História*. Os critérios de demarcação étnica escolhidos dão aos indivíduos um campo de possibilidades dentro do qual podem se movimentar e interpretar o que veem. Dentro desse campo podem divergir em alguns pontos, mas ainda compreendem uns aos outros.

Isso abre espaço para conflitos entre diferentes visões quando se tratam de casos que estão na fronteira da helenidade. Conflitos entre os próprios helenos acerca da identidade de Alêxandros, se está apto ou não a participar dos Jogos. Conflito repetido no caso dos gelônôs e dos budinos, para saber se são o mesmo povo, ou os gelônôs ainda gozam de características diferenciadoras de seus vizinhos autóctones, dado sua ancestralidade helênica e algumas permanências nos costumes e ritos. Deste modo, torna-se oportuna a conclusão de Irad Malkin⁶, de que devemos prestar atenção ao olhar inconstante dos observadores gregos da Antiguidade.

As fronteiras étnicas são fluidas e permeáveis⁷. Sendo assim, não há ausência completa de fronteiras, mas elas não são intransponíveis e monolíticas através do tempo. É possível estender essa tese de Frederik Barth para abarcar não só as fronteiras entre diferentes grupos étnicos, mas também as representações que um grupo constrói sobre os demais. Essas representações sociais demonstram ser fluidas e permeáveis, por mais que estejam do mesmo lado da fronteira étnica.

É necessária a preocupação em não cair em nenhum dos extremos. A fronteira da categoria heleno não era indefinidamente maleável e manipulável ao sabor dos interesses de cada indivíduo, muito menos era uma categoria rígida e estéril, ao ponto de impossibilitar diferentes representações acerca do que era ser heleno na Grécia Antiga.

⁶ MALKIN, Irad. Greek Ambiguities: “Ancient Hellas” and “Barbarian Epirus”. In: MALKIN, Irad (org.). *Ancient Perceptions of Greek Ethnicity*. Cambridge, 2001, p. 207.

⁷ BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tom (org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, 2000, p. 27.

PARTE 3: História Medieval

Capítulo 14: IDENTIDADE E ALTERIDADE NO MUNDO ÁRABE-ISLÂMICO ATRAVÉS DA VIAGEM DE IBN BATTUTA (1304-1368)¹

Afonso Celso Malecha Teixeira²

As viagens constituem um tema amplamente abordado na historiografia e foram utilizadas para se analisar não só os deslocamentos de homens, mulheres e povos no espaço, mas também o funcionamento, organização e culturas nas quais estas viagens estavam inseridas.

Este é um estudo da civilização árabe-islâmica no século XIV, através de um dos maiores expoentes da literatura árabe de viagens, Ibn Battuta. Esta riquíssima coletânea de relatos possibilitou-me a compreensão do binômio identidade-alteridade num momento histórico bastante conturbado do conjunto civilizacional islâmico.

Ibn Battuta (1304-1368) foi um dos maiores viajantes de toda a Idade Média. Seu périplo o levou por todo o mundo árabe-islâmico: do Maghreb aos confins do Sudeste Asiático, do Sul da Rússia ao Reino do Mali.

A viagem não deve ser lida apenas como um deslocamento no espaço. A partir dela, podemos depreender as formas de como se dava a construção da alteridade e, neste exercício, perceber as representações que constituem as bases da identidade do viajante. Portanto, estudar o livro de viagens de Ibn Battuta nos permite compreender não só como os muçulmanos do século XIV percebiam os Outros, como também como entendiam a si mesmos.

Ao deslocar-se por toda a comunidade muçulmana – a *umma* – Ibn Battuta é testemunha de uma unidade cultural, na qual o sentimento de pertencimento a *umma* é um dos pilares fundamentais da identidade muçulmana. Entretanto, isso não impede Ibn Battuta de estabelecer uma hierarquia dentro dela. Na comunidade muçulmana há aqueles que se aproximam mais do ideal do “bom muçulmano” e outros que se revelam perigosos para a unidade política da *umma* e para o cumprimento da ortodoxia sunnita.

Utilizamos ao longo desse estudo a tradução do livro de Ibn Battuta para o

¹ Este artigo é uma versão reduzida de minha monografia homônima, desenvolvida sob a orientação da Professora Doutora Vânia Leite Fróes no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. O trabalho insere-se na linha de pesquisa “Viagens e viajantes na Idade Média” do *Scriptorium* – Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos da UFF.

² Estudante de Graduação do curso de História da Universidade Federal Fluminense.

castelhano, de Serafín Fanjul e Federico Arbós³, sem deixar de cotejá-la com a edição francesa de Charles François Defrèmerly e B. R. Sanguinetti, revisada por Stéphane Yerasimos⁴.

A fonte estudada neste trabalho é o livro de viagens, a *rihla*, de Ibn Battuta (1304-1368). O título do seu livro, *Thufat al-Nuzzar fi Gharaib al-Amsar wa-'Aja'ib al-Asfar*, pode ser traduzido como *Um presente para aqueles que contemplam as belezas das cidades e as maravilhas da viagem*, entretanto, foi publicado no Ocidente com o título *Através do Islã*.⁵

A *rihla* é um gênero narrativo que surgiu no século XII. Ela combina informações práticas (rotas, hospedarias) com relatos de experiências pessoais do viajante. Além de contar com informações sobre a História, Geografia e hábitos dos povos e lugares visitados.

Essa obra foi ditada por Ibn Battuta a Ibn Yuzayy, poeta andaluz da corte de Fez, e constitui o único relato sobre os longos anos de viagem de Battuta, contendo informações valiosíssimas do mundo no século XIV, com descrições de hábitos e costumes dos povos visitados, assim como descrições de cidades, paisagens naturais e contos maravilhosos.

Quando a obra foi terminada, pouco antes de Ibn Yuzayy morrer, ela foi dada como presente ao sultão merínida do Marrocos, muito interessado nas informações sobre as terras longínquas e distantes. Isso explica a riqueza de detalhes administrativos e políticos dos países visitados.

Ao analisar esse texto, buscamos estabelecer como Ibn Battuta se compreendia e o que definia a identidade muçulmana deste período. Ibn Battuta é o “viajante da comunidade muçulmana”, como bem disse Ibn Yuzayy, portanto compreender em que consistia a comunidade muçulmana, a chamada *umma*, e quais as categorias culturais responsáveis por definir quem pertence ou não a ela são aspectos fundamentais nesta reflexão.

A *umma* transcende fronteiras políticas e, mesmo a religião. Ela estabelece uma unidade, um Islã único e indissociável, combinando as dimensões espirituais e

³ BATTUTA, IBN. *A través del Islam*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

⁴ BATTUTA, IBN. *Voyages*. Paris: La Découverte, 1977.

⁵ BISSIO, Beatriz. *O mundo falava árabe. A civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

temporais, sob um único espírito indivisível.⁶ Ela situa-se acima de qualquer divisão étnica, política, linguística ou social. É universal a todos aqueles que aceitam a Palavra do Profeta. Ibn Battuta, ao viajar por todo o Islã é testemunha dessa unidade.

É importante refletirmos um pouco sobre o lugar de produção desse texto, ou seja, como estava o mundo árabe islâmico no século XIV. Desde a queda do Califado Abássida e sua conquista pelos mongóis no século XIII, o mundo árabe-islâmico encontrava-se fragmentado em diversas unidades políticas rivais. O século XIV, período no qual Ibn Battuta viveu e viajou, assistiu a um mundo árabe-muçulmano dividido politicamente e decadente economicamente. Um “Islã decapitado”, nas palavras de André Miquel⁷. Apesar dessa crise política e econômica vivida no século XIV, a unidade cultural, sedimentada pela língua e pela religião⁸, suscitava um Islã vivo e dinâmico, com uma produção artística e intelectual intensa, moldando essa grande parcela do mundo medieval. Pensar, portanto, em o que unia esses muçulmanos num mesmo complexo civilizacional, apesar das divisões e conflitos políticos, passa, necessariamente por uma reflexão sobre a *umma*.

O complexo civilizacional que chamamos de mundo árabe-islâmico sustentava-se na religião muçulmana e na língua árabe como seu principal vetor de comunicação, erudição e conversão⁹. A religião islâmica criou a noção de uma comunidade muçulmana – *umma* – contudo isso não significou a criação de um Islã monolítico, mas plural e diverso por excelência.

Observamos que a alteridade, o outro, para um muçulmano do século XIV como Ibn Battuta, não é apenas o infiel, aquele que não pertence à comunidade muçulmana, mas há uma alteridade *dentro* da *umma*. O que proponho é que Ibn Battuta estabelece uma hierarquia dentro da *umma*, refletindo uma valoração entre os muçulmanos.

O Islã, desde seu princípio, ramificou-se e criou distinções confessionais importantes: sunnitas, shi’itas, kharadjitas, etc. Porém, somente a partir do Califado Abássida é que se busca estabelecer uma ortodoxia islâmica. O sunnismo será tido

⁶ BISSIO, Beatriz. *O mundo falava árabe. A civilização árabe-islâmica clássica através da obra de Ibn Khaldun e Ibn Battuta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.104

⁷ MIQUEL, André. *O Islame e a sua Civilização séculos VII-XX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971, p. 230.

⁸ Sobre a ideia de uma civilização árabe-islâmica cf. CAHEN, Claude. *El Islam: Desde los orígenes hasta el comienzo del Imperio ortomano*. Madrid: Ediciones Castilla, 1971, p. 110

⁹ Idem.

como a ortodoxia¹⁰ e o sunnita Ibn Battuta será um de seus defensores.

Através da *rihla*, fica claro que há um ideal do “bom muçulmano”. O bom muçulmano é o asceta, piedoso e justo, aquele que luta pela expansão e defesa do Islã na guerra santa, combatendo as heresias, o paganismo, urgindo pela afirmação da ortodoxia sunnita e de um único e abrangente Califado.

Ibn Battuta se apresenta como um muçulmano fiel que se encanta com práticas piedosas e caridosas, bem como com os esforços pela expansão da fé islâmica. Justiça, caridade e ascetismo são as principais marcas, para Ibn Battuta, de um bom muçulmano. Os exemplos na *rihla* são inúmeros. Histórias de homens santos, sábios ascetas ou de sultões generosos para com os fiéis e impiedosos em relação aos infiéis.

As-Sarya es una pequeña población, habitada por un grupo de Awlad al-Hiba, que son una taifa de mercaderes yemeníes, la mayor parte de los cuales residen en Sa'dá'; son buenos y generosos, dan de comer a los caminantes y socorren a los peregrinos, les embarcan en sus navíos y les abastecen de su próprio bolsillo: son conocidos y renombrados por esto. ¡Que multiplique Dios sus bienes, les conceda mayores beneficios y les ayude a hacer el bien!¹¹

A caridade para com os peregrinos e estrangeiros chama bastante a atenção de nosso viajante.

En Adén me alojé en casa de un mercader llamado Nasir ad-Dín al Fa'rí; todas las noches iban a cenar allí unos veinte comerciantes y el número de sus esclavos y criados era mayor aún. A pesar de esto, son gente religiosa, modesta, virtuosa y de natural generoso; favorecen a los forasteros, son desprendidos con los pobres y dan a Dios la limosna que le deben [*az-zakat*].¹²

¹⁰ Sobre a afirmação do sunnismo como ortodoxia cf. YERASIMOS, Stéphane. “Introduction”. In: IBN BATTUTA. *Voyages*. Paris: La Découverte, 1977; CAHEN, Claude. *El Islam: Desde los orígenes hasta el comiezo del Imperio ortomano*. Madrid: Ediciones Castilla, 1971, pp. 66-77.

¹¹ BATTUTA, IBN. *A través del Islam*. Madrid: Alianza Editorial, 2005, p. 360. . “As-Sarya é um pequeno povoado, habitado por um grupo de Awlad al-Hiba, que são uma taifa de mercadores yemenitas, a maior parte dos quais reside em Sa'dá'; são bons e generosos, dão de comer aos caminantes e socorrem aos peregrinos, os embarcam em seus navios e os abastecem de su próprio bolso: são conhecidos e renomados por isto. ¡Que multiplique Deus seus bens, os conceda maiores beneficios y os ajude a fazer o bem!”

¹² Idem, pp. 365-366. “Em Adén me alojei na casa de um mercador chamado Nasir ad-Dín al Fa'rí; todas as noites iam ceiar ali uns vinte comerciantes e o número de seus escravos e criados era maior ainda. Apesar disto, são gente religiosa, modesta, virtuosa e de natureza generosa; favorecem aos forasteiros, são desprendidos com os pobres e dão a Deus a esmola que lhe devem [*az-zakat*]”

Em outro trecho do relato, nosso viajante emprega praticamente os mesmos adjetivos para enaltecer a população de Zafar: “São gente humilde e excelente, de boa índole e amantes dos forasteiros.”¹³

Durante sua longa estada na Índia, Ibn Battuta viveu sob o governo do sultão Abu Muyaḥid M. Saḥ. Muito admirado por sua generosidade, senso de justiça, cumprimento fiel da religião islâmica e combate ao infiel, M. Saḥ encarna muito do ideal do bom muçulmano.

M. era de esa clase de hombres a quienes gusta por encima de todo hacer regalos y derramar sangre. A su puerta nunca falta un pobre que se enriquece o un vivo que muere. Sus anécdotas de generosidad y valor y sus muestras de brutalidad y violencia para con los criminales se han hecho famosas entre el pueblo. A pesar de ello es el más humilde de los hombres y el más justo. Los ritos religiosos se siguen rigurosamente y es muy exigente en lo referente a la oración y en el castigo de quienes no la cumplen. Es uno de esos reyes que gozan de gran ventura y cuyos éxitos sobrepasan lo normal, pero en su natural la virtud más notoria es la generosidad.¹⁴

Apesar dessa admiração que Ibn Battuta nutre pelo sultão e seu gosto particular pelo luxo e o conforto dos grandes palácios, o ascetismo e simplicidade dos sábios e santos também lhe despertam encanto análogo.

Em Alexandria no Egito, Ibn Battuta ouve a história sobre o avô do cádi da cidade, Fajr ad-Dín b. ar-Rígí. Esta história exemplar conta como após longos anos de estudo e depois de peregrinar às Cidades Santas do Hiyaz, ar-Rígí chegou a Alexandria sem muito dinheiro. Decidiu então que não entraria na madrassa até ouvir algum bom augúrio. Sentou-se próximo a porta, enquanto todos entravam e saíam sem lhe dar atenção. O responsável pela guarda da entrada do edifício se impacientou e lhe disse brincando: “Entre, cádi”. Ao passo que ele respondeu:

¹³ Idem, p. 374.

¹⁴ BATTUTA, IBN. *A través del Islam*. Madrid: Alianza Editorial, 2005, p. 559. “M. era dessa classe de homens que gosta a cima de tudo de fazer presentes e derramar sangue. Em sua porta nunca falta um pobre que se enriquece ou um vivo que morre. Suas histórias de generosidade, valor e suas demonstrações de brutalidade e violência para com os criminosos ficaram famosas entre o povo. Apesar disso, é o mais humilde dos homens e o mais justo. Os ritos religiosos são seguidos rigorosamente e é muito exigente no que se refere à oração e ao castigo de quem não os cumpre. É um desses reis que gozam de grande sorte e cujos êxitos sobrepassam o normal, porém, sua virtude natural mais notória é a generosidade”

“Cádi, si Dios quiere”. Y entró a una madrasa aplicándose a la lectura del Corán y se encaminó por la vía de los hombres distinguidos, creciendo su fama, multiplicándose su renombre y haciéndose conocer por su ascetismo y sacrificios, de manera que sus noticias alcanzaron al rey de Egipto y he aquí que como en el ínterin murió el cádi de Alejandría, habiendo en la ciudad un gran número de alfaquíes y ulemas que ansiaban sucederle, en tanto ar-Rígí, por contra, no lo ambicionaba, el sultán le remitió la investidura, es decir el signo externo de la judicatura.¹⁵

A autoridade investida a ar-Rígí foi devida a suas obras: sua vida ascética, regrada a luz da vontade de Deus. É importante notar como ele não ambicionava tal título. A simplicidade e austeridade desses homens é também uma marca de sabedoria. As menções aos demais ulemás também segue a mesma estrutura: destacam-se adjetivos como “asceta”, “humilde”, “casto”, “pio” e “servo de Deus”.

Para um defensor da ortodoxia e do ideal do bom muçulmano, como Ibn Battuta, o shi’ismo aparece como uma heresia, que ameaça a unidade da *umma*, corroendo-a por dentro.

Ao descrever a cidade de al-Qutayf na Península Arábica, Ibn Battuta diz:

Ciudad bella, grande y com muchas palmeras, habitada por *rafidíes* fanáticos, que muestran públicamente su herejía, sin guardarse de nadie.¹⁶

O asco de Ibn Battuta por esses homens é tão forte, ao ponto de se recusar a entrar na cidade de Bi’r Mallaha porque todos lá eram *rafidíes*.

Salimos de Kufa e hicimos alto en Bi’r Mallaha [Pozo de la Salina], bella población entre huertos de palmeras, pero tuve asco de entrar y paré en las afueras, pues allí son todos *rafidíes*¹⁷

¹⁵Idem, p. 132. “Cádi, se Deus deseja”. E entrou em uma *madrasa* aplicando a leitura do Alcorão e se encaminhou pela via dos homens distintos, crescendo sua fama, multiplicando seu renome e fazendo-se conhecer por seu ascetismo e sacrificios, de maneira que suas notícias alcançaram ao rei do Egito e, como nesse ínterin morreu o cádi de Alexandria, mesmo tendo a cidade um grande número de alfaquíes e ulemas que ansiavam sucedê-lo, ar-Rígí, não o cobiçava, o sultão deu-lhe a investidura, ou seja o signo externo da magistratura.”

¹⁶ Idem, p. 393. “Cidade bela, grande e com muitas palmeiras, habitada por *rafidíes* fanáticos, que mostram publicamente sua heresia sem escondê-la de ninguém.” Ibn Battuta emprega largamente o termo *rafidí* ao longo da *rihla* para referir-se aos shi’itas de maneira.

¹⁷ Idem, p. 329. “Saimos de Kufa e paramos en Bi’r Mallaha [Poço da Salina], belo povoado entre hortos de palmeiras, mas tive asco de entrar e parei nos arredores, pois ali são todos *rafidíes*”.

A preocupação com a comunidade muçulmana é fundamental para Ibn Battuta. Heterodoxias shi'itas das mais diversas, fragmentação política e disputa pelo título de califa: estes são os principais fatores que ameaçam a *umma* internamente. Mas, externamente, os muçulmanos eram ameaçados por toda a sorte de infiéis.

O relacionamento com cristãos e judeus, por exemplo, era ambíguo. Ao mesmo tempo em que estavam absorvidos dentro da civilização árabe-islâmica, vivendo em suas cidades e trabalhando junto a seus governos, eram infiéis, não islamizados.

Na Anatólia, Ibn Battuta encontrou um médico judeu, que servia ao sultão de Birkí. Durante um banquete, todos os juizes e autoridades presentes se levantaram em respeito ao único médico da corte. A submissão destes homens ao judeu deixou Ibn Battuta escandalizado.

“¿Quién es este viejo?”, pregunté al alfaquí (...) “Es un médico judío, y – pues todos le necesitamos – por eso nos levantamos ante él, como has visto”. Se me juntaron la cólera antigua y esta reciente y dije al judío: “¡Maldito, hijo de maldito! ¿Cómo te sientas por encima de los almocríes que recitan el Corán, siendo tú judío?”. Le insulté, alzando la voz (...) Cuando nos retiramos, me dijo el alfaquí: “Has hecho bien: ¡Que Dios te bendiga! Nadie más que tú habría osado hablarle así; le has enseñado lo que es en realidad”¹⁸

Fica claro o sentimento de superioridade dos muçulmanos sobre os judeus. Ainda que incorporados na civilização árabe-islâmica, eram desprezados, mal vistos e, em certos casos, hostilizados.

Essa é uma das poucas menções que Ibn Battuta faz aos judeus. Os cristãos, por outro lado, aparecem em diversos momentos ao longo da obra. Na Palestina, o viajante faz uma “relação de alguns dos benditos santuários da nobre Jerusalém”¹⁹. Dentre esses lugares, destaca uma igreja cristã onde seria a tumba de Maria e outra que seria o sepulcro de Jesus. Sobre este último santuário, Ibn Battuta contesta a veracidade dele.

¹⁸ Idem, p. 416. “Quem é este velho?” perguntei ao alfaquí (...) “É um médico judeu, e - pois todos necessitamos dele - por isso nos levantamos ante ele como você viu”. Se juntaram a cólera antiga e esta recente e disse ao judeu: “Maldito, filho de maldito! Como te sentas por em cima dos almocríes que recitam o Alcorão sendo tu, judeu?”

¹⁹ Idem, p. 168.

En lo hondo del valle mencionado existen una iglesia que los cristianos aprecian mucho, afirmando que es la tumba de María, y otra muy ensalzada adonde peregrinan y sobre la cual mienten pretendiendo que es el sepulcro de Jesús. Todo peregrino debe pechar con un tributo para los musulmanes, así como sufrir ciertas molestias que aguantan, aunque con rabia.²⁰

Em sua penúltima viagem, Ibn Battuta visita al-Andalus. O tema principal do capítulo dedicado a esta região é o embate com os cristãos. O que ficou conhecido na historiografia ocidental como Reconquista, para os muçulmanos desse período significou perda de territórios, enfraquecimento e sacrifício. Defender o Islã era pois, um imperativo religioso. O viajante recebe a notícia da queda de Algeciras e de Tarifa (ambas são cidades do al-Andalus) em Bagdá, conversando com outro maghrebino. A exclamação de Ibn Battuta sintetiza bem o sentimento dos muçulmanos em relação a esta região: “Fortifique Deus as rachaduras do Islã nessas regiões!”²¹

Ele chega a al-Andalus quando acabara de falecer “o tirano dos cristãos, Adfunus”, referindo-se a Alfonso XI de Castela. Por dez meses, Alfonso XI cercara a cidade de Gibraltar, chamada por Ibn Battuta de “Montanha”, “mas Deus o levou (...) e morreu de peste que temia como ninguém.”²²

Ojalá Dios el Altísimo conceda la victoria al Islam en la Península Occidental por medio de nuestro soberano, cumpliendo sus esperanzas de ganar las tierras de los infieles y de dispersar definitivamente a los adoradores de la cruz.²³

As relações com os cristãos, entretanto, não se mostram hostis o tempo inteiro. Em Belém, Ibn Battuta visita o lugar onde Jesus nasceu. Segundo o Alcorão, Maria teria se apoiado em um tronco de palmeira para dar a luz. Nosso viajante encontra lá os restos desse tronco. Próximo a ele, havia uma construção grande. “Os cristãos estimam muito este lugar e oferecem hospitalidade a quem ali acude”²⁴.

²⁰ Idem, p. 168. “No fundo do vale mencionado existem uma igreja que os cristãos apreciam muito, afirmando que é a tumba de Maria, e outra muito elogiada onde peregrinam e sobre a qual mentem pretendendo que é o sepulcro de Jesus. Todo peregrino deve pagar um tributo para os muçulmanos, assim como sofrer certas moléstias que aguentam, ainda que com raiva”

²¹ Idem, p. 776.

²² Idem, p. 792.

²³ Idem, p. 795. “Que Deus Todo-Poderoso conceda vitória ao Islã na Península Oeste através de nossos soberanos, cumprindo as suas esperanças de ganhar as terras dos infiéis e, definitivamente, dispersar os adoradores da cruz”

²⁴ BATTUTA, IBN. *A través del Islam*. Madrid: Alianza Editorial, 2005, p. 166

Após passar um longo período no sul da Rússia, na companhia do sultão Uzbak Jan, Ibn Battuta consegue uma autorização e proteção especial para visitar Constantinopla. Uma das esposas (*jatún*) do sultão, Bayalún, era filha do rei de Constantinopla. Assim, nosso viajante integra a comitiva da *jatún* Bayalún para a Grande Constantinopla.

Entramos en la Grande Constantinopla a eso del mediodía, o un poco más tarde; estaban tocando todas las campanas, de modo que los cielos temblaban ante tal mezcla de tañidos. Cuando llegamos a la primera puerta del alcázar del rey, nos topamos con unos hombres mandados por el alcaide, que estaban encima de un estrado. Les oí decir: “¡Sarkinú, sarkinú!” [¡Sarracenos, sarracenos!], que entre ellos quiere decir “musulmanes”²⁵

Após essa primeira má impressão, a comitiva apresenta seu salvo-conduto e consegue entrar na cidade. Ibn Battuta descreve então, seu encontro com o Imperador de Bizâncio Andrônico III. Este episódio é particularmente interessante para pensarmos sobre a relação entre cristãos e muçulmanos. Ambos se mostram muito curiosos em relação ao outro. A conversa é calma e amistosa. O imperador revela-se um bom anfitrião, dando provas de sua hospitalidade, oferecendo presentes e proteção a Ibn Battuta durante sua estada na cidade.

(...) me dirigí a él y le saludé. Indicó que me sentara, pero no lo hice. Me preguntó por Jerusalén, por la Santa Roca (...), por al-Qumama [la iglesia del Santo Sepulcro], por la cuna de Jesús, por Bayt Laham [Belén] (...) Le respondí a todo cumplidamente, por medio del trujamán judío. Mis palabras le maravillaron y dijo a sus hijos: “Honrad a este hombre y protegedle”²⁶

Devemos levar em conta, contudo, que o tratamento que o viajante tangerino recebeu foi fora do comum. Os cristãos aparecem na obra de Ibn Battuta como uma

²⁵ Idem, p. 463. “Entramos na Grande Constantinopla em torno do meio-dia, ou um pouco mais tarde; estavam tocando todos os sinos, de modo que os céus retumbavam ante tal mescla de sons. Quando chegamos à primeira porta do palácio do rei, nos deparamos com uns homens mandados pelo alcaide, que estavam em cima de um estrado. Eu os ouvi dizer: “¡Sarkinú, sarkinú!”[¡Sarracenos, sarracenos!], que entre eles quer dizer “muçulmanos”.

²⁶ Idem, p. 464. “(...) me dirigí a ele e o saudei. Indicou que me sentasse, mas não o fiz. Me perguntou por Jerusalém, pela Santa Rocha (...), por al-Qumama [a igreja do Santo Sepulcro], pelo local de nascimento de Jesus, por Bayt Laham [Belém] (...) Lhe respondi tudo obedientemente através do tradutor judeu. Minhas palavras lhe maravilharam e disse a seus filhos: “Honrem este homem e protejam-lhe”

alteridade relativa, cuja aproximação ora permite trocas, certa tolerância religiosa e liberdade de culto (ainda que não ostensiva) ora degenera em guerra santa.

Essa relação paradoxal com os cristãos fica bastante evidente no relato a seguir: o viajante encontra o pai do Imperador bizantino, Yiryís (Jorge) que abdicou do trono para tornar-se frade e dedicar-se ao serviço divino. Ele “tinha uma longa barba branca e um belo rosto, no qual se refletiam as marcas da devoção”²⁷. Ibn Battuta, após contar sobre suas viagens à Palestina e os lugares santos cristãos, segue o rei frade até a porta da igreja e lhe diz:

“Quiero entrar contigo en la iglesia”. El rey Yiryís dijo al trujamán: “Dile que todo el que entra tiene que arrodillarse ante la Gran Cruz; es algo que han establecido los antiguos y no puede transgredir”. Entonces le dejé, entró solo en la catedral y no le volví a ver.²⁸

Entre a curiosidade de conhecer a Igreja e dar mostras de subordinação ao Deus cristão, Ibn Battuta dá mostras de sua fé inabalável preterindo o prazer da curiosidade em favor de sua fidelidade ao Islã.

Muito embora os conflitos e guerras contra os cristãos tenham sido muitos ao longo da História e da própria *rihla*, são os mongóis (ou tártaros. Ibn Battuta confunde os dois termos) que são retratados como os grandes inimigos do Islã, a alteridade absoluta. As invasões mongóis de Genghis Khan no século XIII deixaram uma marca de horror e desolação no imaginário árabe-islâmico. Responsáveis pela queda do Califado Abássida e a destruição de Bagdá, os mongóis são retratados como grandes inimigos da comunidade muçulmana.

Sobre a cidade de Bujarà, Ibn Battuta fala das consequências catastróficas da invasão mongol.

El maldito Tankíz [Gengis Kan] el tártaro, abuelo de los reyes del Iraq, la asoló. Ahora, casi la totalidad de sus mezquitas, *madradas* y zocos están en ruinas. Sus habitantes son depreciados; su testimonio no es aceptado ni por Juwarizm ni por ninguna otra ciudad porque se les reputa de parciales, falsos y desvergonzados. No hay hoy en Bujarà nadie que sepa algo de las ciencias o se preocupe por saberlo.²⁹

²⁷ Idem, p. 469.

²⁸ Idem, p. 469. “Quero entrar contigo na igreja”. O rei Yiryís disse ao tradutor: “Diga-lhe que todo aquele que entra tem que curvar-se diante a Grande Cruz; é algo que estabeleceram os antigos e não pode-se transgredir”. Então lhe deixei, entrou sozinho na catedral e não voltei a vê-lo.”

²⁹ Idem, p. 483. “O maldito Tankíz [Genghis Khan] o tártaro, avô dos reis do Iraque, a assolou. Agora, quase a totalidade de suas mesquitas, *madradas* e mercados estão em ruínas. Seus habitantes são

A invasão mongol desestrutura o mundo muçulmano oriental. O período pós-invasões é marcado por uma nostalgia de um passado glorioso mitificado. A nostalgia do Califado Abássida é tão forte que, mesmo quase um século após seu desmantelamento, Ibn Battuta ainda apresenta a cidade de Bagdá como “a capital do Islã, cidade de ilustre escalão e mérito eminente, morada dos califas e sede dos ulemas.”³⁰

Mesmo não havendo mais uma única grande força política capaz de unir toda a comunidade muçulmana, as práticas culturais, a força da religião muçulmana e a língua árabe como sua difusora permitiram a sobrevivência de um espaço cultural comum. A *umma* permaneceu forte e coesa através dos parentescos institucionais, sociais e espirituais, permitindo-nos atestar a existência de *um* mundo muçulmano.³¹

É por esse motivo que Ibn Yuazy finaliza a *rihla* não só afirmando que Ibn Battuta “é o maior viajante de nosso tempo”, como também que ele é “o viajante da comunidade muçulmana”³².

Ibn Battuta foi testemunha da pluralidade do Islã e, ao mesmo tempo, da força e da unidade da *umma*. O viajante da comunidade muçulmana viu as múltiplas formas que os ensinamentos do Profeta poderiam assumir, ainda que algumas, bem verdade, não o agradaram muito.

Através da *rihla* de Ibn Battuta podemos, portanto, perceber como ele via o outro – os heterodoxos shi'itas, os inferiores, porém próximos, cristãos e judeus e os corrosivos e abomináveis mongóis – e nesse exercício, percebemos quais eram para ele os fundamentos da identidade muçulmana – o bom muçulmano é o asceta, piedoso e justo, aquele que luta pela expansão e defesa do Islã na guerra santa, combatendo as heresias, o paganismo, urgindo pela afirmação da ortodoxia sunnita e de um único e abrangente Califado.

Em um contexto de fragmentação política, guerras religiosas internas, proclamação de diferentes califados, Ibn Battuta consegue dar provas da unidade, força e coesão da *umma*, apesar das debilidades. Nosso viajante se apresenta como um

depreciados; seu testemunho não é aceito (...) por nenhuma outra cidade porque se diz que são parciais, falsos e desavergonhados. Não há hoje em Bujarà ninguém que saiba algo de ciências ou se preocupe por sabê-lo”.

³⁰ Idem, p. 331.

³¹ CAHEN, Claude. *El Islam: Desde los orígenes hasta el comienzo del Imperio otomano*. Madrid: Ediciones Castilla, 1971, p. 215.

³² BATTUTA, IBN. *A través del Islam*. Madrid: Alianza Editorial, 2005, p. 831.

fiel defensor dessa unidade, saudoso do grande Califado, mas esperançoso que esse passado glorioso retorne.

Capítulo 15: PROBLEMÁTICAS DA HISTORIOGRAFIA DA ALQUIMIA

Bruno Sousa Silva Godinho¹

O propósito deste texto, como indica seu título, é apontar as problemáticas da historiografia da alquimia e debater seus princípios teóricos e metodológicos. Como objeto de estudo, a alquimia sempre teve uma grande gama de pesquisadores. No entanto, os historiadores só a estão resgatando como tema de pesquisa em tempos mais recentes. Em geral, vemos um certo afunilamento dos pesquisadores, com boa parte dos trabalhos emanando de pesquisadores da história da ciência – resgatando na alquimia as bases de algumas ciências modernas, como a química e a medicina.

De nossa parte, embora reconhecendo os esforços destes historiadores da ciência, visamos aqui uma abordagem que traga a alquimia para uma “modalidade” da História na qual suas características tenham maior acolhimento: a saber, a História do Imaginário. Para isso, traremos uma discussão acerca das vertentes historiográficas da alquimia, com base em texto de Lawrence M. Principe e William R. Newman, e por oposição a esse, texto de George-Florin Calian.

Embora a alquimia tenha ganhado destaque entre os círculos intelectuais como objeto de estudo nos séculos XVII e XVIII², suas principais vertentes historiográficas começaram a surgir em meados do século XIX. Elencadas por Lawrence Principe e William Newman em artigo publicado em obra coletiva, dirigida por Anthony Grafton e William R. Newman³, são elas: a interpretação setecentista; a espiritual; a jungiana; a pampsíquica; e, finalmente, a positivista ou presentista.

Segundo os autores, a interpretação setecentista da alquimia visava uma separação entre a alquimia e a nova ciência da química. Segundo os autores, as palavras “alquimia” e “química” eram utilizadas indistintamente para se referir a

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Bolsista do DAE/UNIRIO.

² Elias Ashmole é um dos principais estudiosos da alquimia do século XVII, tendo sido responsável por uma grande compilação de textos alquímicos, o *Theatrum Chemicum Britannicum*. A obra ainda é republicada, em edição fac-símile. Cf. Elias Ashmole, *Theatrum Chemicum Britannicum*, Kessinger Publishing, 2010.

³ GRAFTON, Anthony; NEWMAN, William R (orgs.). *Secrets of nature*. Cambridge, 2001.

uma mesma prática. No século XVIII, a alquimia teria significado um verdadeiro charlatanismo para a maioria dos autores.⁴

A escola esotérica, situada no século XIX, considera que as operações apresentadas em textos alquímicos se referem apenas de forma superficial ou até mesmo não se referem a processos físicos. Na verdade, nessa interpretação a terminologia utilizada seria alegórica, de maneira a acomodar processos de transformação mística, moral ou espiritual. Neste sentido, a obtenção do ouro pelos alquimistas seria na realidade uma forma de enobrecimento moral ou espiritual.⁵

Na interpretação do psicanalista Carl Gustav Jung, a alquimia lida não com experimentações químicas, mas na verdade com processos psíquicos que, textualmente, são representados em uma linguagem pseudo-química. Logo, a interpretação jungiana também vê na alquimia uma espécie de infraestrutura que se organiza sob o pretexto de uma outra linguagem. Porém, para Jung, não se trata de uma questão moral ou espiritual, e sim do desenlace de processos psíquicos.⁶

According to Jung, alchemists were concerned less with chemical reactions than with psychic states taking place within the practitioner. The practice of alchemy involved the use of “active imagination” on the part of the would-be adept, which led to a hallucinatory state in which he “projected” the contents of his psyche onto the matter within his alembic.⁷

Interessa notar que a linguagem utilizada pelos alquimistas era ora considerada alegórica (pela escola esotérica), ora elusiva (por Jung). Quando utilizada alegoricamente, aludia aos astros (daí sua recorrente associação com a astronomia e astrologia) para o estabelecimento do paralelo entre o mundo celeste e o mundo terreno. Já o psicanalista acreditava que as evocações de dragões, reis moribundos e casais copulando seria uma forma de projeção do subconsciente na matéria. Note-se que embora essas diferentes categorias simbólicas (astros e supostas projeções) sejam

⁴ PRINCIPE, Lawrence M.; NEWMAN, William R. Some problems with the historiography of alchemy. In: GRAFTON, Anthony; NEWMAN, William R. *Secrets of nature*. Cambridge, 2001, p. 386.

⁵ Op. cit., p. 388.

⁶ Op. cit., p. 401.

⁷ Op. cit., p. 402. “De acordo com Jung, os alquimistas estariam menos preocupados com reações químicas do que com estados psíquicos ocorrendo dentro do praticante. A prática de alquimia envolvia o uso de “imaginação ativa” da parte do aspirante a adepto, que levava a um estado alucinatório em que ele “projetava” os conteúdos de sua psique na matéria contida em seu alambique” (Nossa tradução).

privilegiadas por um e outro estudioso, não eram categorias simbólicas exclusivas. Muito pelo contrário, eram utilizadas correntemente em um mesmo texto.

A interpretação pampsíquica, por sua vez, reúne elementos das duas anteriores. Mircea Eliade, principal expoente, acreditava que a alquimia encerrava uma relação entre os elementos do mundo – os astros teriam correspondentes terrenos – e, assim como Jung, acreditava que os adeptos alcançavam certos patamares da consciência inacessíveis àqueles não iniciados. Para Eliade, a alquimia funcionava de acordo com uma lógica em que o mundo era orgânico. O advento do mecanicismo da ciência moderna teria sido a morte não só da alquimia, mas da visão cósmica de mundo.⁸

Eliade stressed that the chemical side of alchemy became pronounced only when the discipline “decayed” or “degenerated” from its primeval simplicity. As the “sacred” side of alchemy declined, the ecstatic experiences of the adept abated, making it possible for the newly “profane” science of chemistry to emerge and for precise laboratory observations to be made. This division of sacred alchemy from profane chemistry also recalls the spiritual interpretation of alchemy.⁹

Finalmente, a interpretação positivista ou presentista traduz-se numa visão limitada da alquimia. Os autores entendem que os presentistas fazem parte de uma tradição historiográfica que privilegia ideias históricas com base em um nível de conexão ou similaridade com as atuais tendências científicas, desqualificando o contexto histórico e cultural destas ideias. Essa tendência, doravante, levou a uma marginalização dos estudos acadêmicos (e propriamente históricos) da alquimia.¹⁰

George-Florin Calian, em texto de 2010, reflete sobre as críticas de Principe e Newman sobre as vertentes historiográficas. Para ele, a crítica dos autores anteriormente estudados é uma rejeição comum vinda do campo da história da ciência. Segundo Calian, a tese dos autores está bem difundida atualmente e pode ser descrita como

⁸ Op. cit., p. 409.

⁹ Op. cit. “Eliade enfatizou que o lado químico da alquimia se tornou evidente apenas quando a disciplina “decaiu” ou “degenerou” de sua simplicidade inicial. Com o declínio do caráter “sagrado” da alquimia, as experiências extáticas do adepto diminuíram, tornando possível que a nova “profana” ciência da química emergisse e que observações de laboratório precisas fossem feitas” (Nossa tradução).

¹⁰ Op. cit., p. 415-16.

an attempt to introduce a kind of exclusivist position (it can be called *eliminativism*) into the field of scholarly research on alchemy, the assumption being that alchemy does not have strong enough spiritual component to it within the scope of the history of religion or similar fields of research.¹¹

Para eles, a interpretação espiritual – incluindo C.G. Jung e Mircea Eliade – emanaria de uma visão do “senso comum” sobre a alquimia, de tal maneira que lhe restaria apenas a história da ciência como matriz acadêmica.¹²

Calian indica que, na realidade, o “senso comum” corresponde à própria interpretação da dupla de autores: que o alquimista é um homem de laboratório. Poucas pessoas estariam familiarizadas com as interpretações de Jung e Eliade; na verdade, apenas pelo esoterismo ou pelo olhar de autores tradicionalistas como Titus Burckhardt teria a interpretação espiritual sido difundida. E Principe e Newman falham em apontar que autores como Burckhardt rejeitaram a interpretação jungiana, por sua metodologia psicológica, que retirava da alquimia seus componentes metafísicos e os transferiam à psique.¹³

The hypothesis of the psychologists evaporates as soon as one realizes that the true alchemists were never ensnared in any wish-fulfilling dream of making gold, and that they did not pursue their goal like sleepwalkers or by means of passive ‘projections’ of the unconscious contents of their souls! On the contrary, they followed a deliberate method, of which the metallurgical expression – the art of transmuting base metals in silver or gold – had admittedly misled many uninitiated enquirers, although in itself it is logical and, what is more, truly profound.¹⁴

Na esteira da análise de Calian, consideramos que seja da maior importância evitar interpretações exclusivistas como as de Principe e Newman, que tentam

¹¹ CALIAN, George-Florin. Alkimia operativa and alkimia speculativa. Some modern controversies on the historiography of alchemy. *Annual of Medieval Studies*. Budapeste, 2010, p. 170. “uma tentativa de introduzir um posicionamento exclusivista (pode ser chamado *eliminativismo*) no campo da pesquisa acadêmica sobre alquimia, tendo por pressuposto que a alquimia não possui um componente espiritual forte o suficiente que a coloque no escopo da história da religião ou campos de pesquisa similares” (Nossa tradução).

¹² Op. cit., p. 175.

¹³ Op. cit.

¹⁴ BURCKHARDT, Titus. *Alchemy*. Shaftesbury, 1986, p. 9. “A hipótese dos psicólogos desaparece a partir do momento em que se percebe que os verdadeiros alquimistas nunca estiveram entrelaçados em nenhuma desilusão de produzir ouro, e que eles nunca perseguiram seu propósito como sonâmbulos ou por meio de projeções passivas dos desejos inconscientes de suas almas! Ao contrário, eles seguiam um método intencional, do qual a expressão metalúrgica – a arte de transmutar metais comuns em prata e ouro – reconhecidamente enganou muitos pesquisadores não-iniciados, embora em si mesmo seja lógico e, ademais, verdadeiramente profundo” (Nossa tradução).

atribuir à alquimia importância menor dentro de um espectro cultural tão diverso e complexo. A alquimia, considerada pelos próprios adeptos como uma espécie de “arte régia”¹⁵, deveria ter como sua matriz acadêmica não a história da ciência que a reduz aos experimentos de laboratório, mas sim uma abordagem que possibilite uma construção teórica e metodológica mais ampla.

Roger Chartier, ao pensar a história cultural, propõe que “aquilo que é real, efectivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade de sua produção e na intencionalidade da sua escrita”¹⁶. Há de se levar em consideração que, apesar de possuir uma transversalidade que abarca elementos da filosofia medieval, da iconografia cristã, da cabala, do hermetismo e tantas outras manifestações culturais, os textos alquímicos possuem uma forma própria de representar e conceber o mundo. Levando-se em consideração as palavras de Chartier, podemos evocar a chamada “história do imaginário”, nas palavras de Jacques Le Goff:

O imaginário pertence ao campo da representação mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transposta em imagem do espírito mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra.¹⁷

Em ensaio publicado em obra coletiva, dirigida por Jacques Le Goff, a historiadora Evelyne Patlagean dá uma definição ainda mais precisa e referida pelo próprio Le Goff posteriormente no prefácio de seu *O imaginário medieval*:

O domínio do imaginário é aquele constituído pelo conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam. Isto é, cada cultura, portanto cada sociedade, e até mesmo cada nível de uma sociedade complexa, tem seu imaginário.¹⁸

¹⁵ Op. cit., p. 23. “Alchemy too was called an art – even the ‘royal art’ (*ars regia*) – by its masters, and, with its image of the transmutation of base metals into the noble metals gold and silver, serves as a highly evocative symbol of the inward process referred to”. “Alquimia também era chamada uma arte – mesmo uma ‘arte real’ (*ars regia*) – por seus mestres, e, com sua imagem da transmutação dos metais comuns nos metais nobres ouro e prata, serve como grande símbolo evocativo do processo interior a que nos referimos” (Nossa tradução).

¹⁶ CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa, 2002, p. 63.

¹⁷ LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa, 1994, p. 12.

¹⁸ PATLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*, São Paulo, 1990, p. 291.

A história do imaginário oferece uma área privilegiada para o estudo da alquimia, pois devido a suas intensas trocas culturais – que podem ser traçadas aos primeiros séculos do Islã medieval¹⁹ – podem ser formados não um, mas vários imaginários alquímicos em função da diferenciada historicidade da alquimia. Podemos citar por exemplo pensadores ocidentais da Idade Média reconhecidos como alquimistas em pelos menos três séculos: Alberto Magno, no século XIII²⁰; George Ripley, no século XV²¹; e Paracelso, no século XVI.²²

A alquimia é, por excelência, uma das mais fortes formas de representação que a Idade Média teve, desde seus primórdios remotos. Em cada momento e em cada sociedade que ela esteve presente, sua forma de compreensão e representação do mundo foi muito própria e ligada a elementos diversos. A alquimia árabe, por exemplo, ligava-se aos conceitos teológicos do islã:

A alquimia não constitui um simples saber acerca dos minerais, uma disciplina entre outras. Representa o saber dos saberes, a ciência que contém a chave de todas as compreensões possíveis nesse mundo; é a sabedoria por excelência. Sua origem não é humana; ela é parte, como já expusemos no início, de saberes esotéricos transmitidos por Deus aos profetas, aos Imãs e aos grandes santos. A alquimia revela o segredo íntimo do mundo que é a própria estrutura humana. Constitui, a exemplo do Corão e de outros livros sagrados, o saber último do Homem Perfeito, do próprio Imã. Nesse sentido, o conhecimento da Pedra Filosofal é comparável ao encontro com o Irã e opera a transmutação do próprio alquimista em gnóstico perfeito, em “órfão” adotado: isso em razão de uma doutrina jâbiriana que aqui não poderá ser abordada, ou seja, a da transformação por intermédio do conhecimento, o conhecedor se adequando interiormente ao que ele compreende.²³

Principe e Newman afirmam em seu texto que o interesse pela alquimia esteja retornando; todavia, não se pode deixar que seja retomado sob a batuta doutrinadora e centralizadora de uma história da ciência que limite esse tema a uma espécie de

¹⁹ Cf., por exemplo: LORY, Pierre. A alquimia islâmica: uma ciência do devir humano. In: PEREIRA, R.H. de S. *Busca do conhecimento. Ensaios de filosofia medieval do Islã*. São Paulo, 2007.

²⁰ Cf. verbete “Albertus Magnus, St. (c. 1206-1280)”. In: GUILLEY, Rosemary Ellen. *The encyclopedia of magic and alchemy*. Nova Iorque, 2006.

²¹ Cf. verbete “Ripley, George (c. 1415-1490)”. In: GUILLEY, Rosemary Ellen. *The encyclopedia of magic and alchemy*. Nova Iorque, 2006.

²² Cf. verbete “Paracelsus (1493-1541)”. In: GUILLEY, Rosemary Ellen. *The encyclopedia of magic and alchemy*. Nova Iorque, 2006.

²³ LORY, Pierre. A alquimia islâmica: uma ciência do devir humano. In: PEREIRA, R. H. de S. *Busca do conhecimento. Ensaios de filosofia medieval do Islã*, São Paulo, 2007, p. 99.

“proto-ciência”, subsumido à química moderna.²⁴ É necessário compreender que as diferentes historicidades da alquimia geram diferentes formas de representação, portanto, diferenciados imaginários. Essa história da ciência privilegiada pelos autores vai na contramão dos estudos que ficaram relegados à margem, como explicado a seguir por Claude-Gilbert Dubois:

Devido ao imperialismo exercido pelos modos de raciocínio predominantes que exaltaram as virtudes da “razão” e do “realismo”, negligenciou-se a produção cultivada nos ambientes populares, ou por hereges e marginais, que não se integrava no quadro estrito do raciocínio codificado segundo normas reconhecidas, ou que perdia o contato com o real para propor utopias inviáveis.²⁵

Mais uma forma de comprovar a validade da história do imaginário para o estudo da alquimia, é evocar a interpretação jungiana do tema. Como colocado por Calian,

From a historiographical point of view and from a scholarly perspective, the most problematic issue in the Jungian approach is that he does not have a clearly defined historical approach. He puts together medieval and Renaissance alchemical ideas in an almost infra-historical understanding. His differentiation between medieval and Renaissance alchemy is seen as pointing to the difference between unconscious and conscious mystical implications of processes for an alchemist. He is not interested in the “history of alchemy” as part of historiography; for Jung, alchemy is a science that can stand in a way beyond its historical manifestation and its contextualization does not clarify too much concerning aspects of the cryptic symbols as androgyny or the animus-anima relation.²⁶

Deve-se respeitar que a alquimia possui formas de representação de mundo próprias, diferente do que pensava Jung. Podemos tomar como exemplo Nicolau

²⁴ CALIAN, George-Florin. Alkimia operativa and alkimia speculativa. Some modern controversies on the historiography of alchemy. *Annual of Medieval Studies*. Budapeste, 2010, p. 177.

²⁵ DUBOIS, Claude-Gilbert. *O imaginário da Renascença*. Brasília, 1994, p. 12.

²⁶ CALIAN, George-Florin. Alkimia operativa and alkimia speculativa. Some modern controversies on the historiography of alchemy. *Annual of Medieval Studies*. Budapeste, 2010, p. 172. “De um ponto de vista historiográfico e de uma perspectiva acadêmica, a questão mais problemática na interpretação jungiana é que ele não possui uma abordagem histórica propriamente definida. Ele junta as alquimias medieval e renascentista em uma compreensão quase supra-histórica. Sua diferenciação entre a alquimia medieval e a renascentista é vista como um apontamento da diferença entre implicações místicas inconscientes e conscientes para um alquimista. Ele não está interessado na “história da alquimia” como parte da historiografia; para Jung, alquimia é uma ciência que consegue se manter para além de sua manifestação histórica e sua contextualização não esclarece muito no que se refere a aspectos dos símbolos crípticos como androginia ou a relação animus-anima” (Nossa tradução).

Flamel, mítico alquimista, que era cristão e utilizava-se da linguagem de sua religião para expressar seus trabalhos alquímicos. Para ele, a prática da alquimia afasta os males do homem, e transforma-o em generoso, piedoso, crente e temente a Deus. Desse momento em diante, ele será preenchido com a graça e piedade que recebeu de Deus.²⁷ É necessário, portanto, que não se faça apenas um histórico da alquimia, mas sim o que se chama de uma “história-problema”, relacionando as práticas alquímicas a seu determinado contexto de produção. Como colocado por José D’Assunção Barros,

O historiador do Imaginário começa a fazer uma história problematizada quando relaciona as imagens, os símbolos, os mitos, as visões de mundo a questões sociais e políticas de maior interesse – quando trabalha os elementos do Imaginário não como um fim em si mesmos, mas como elementos para a compreensão da vida social, econômica, política, cultural e religiosa. O imaginário deve fornecer materiais para o estabelecimento de inter-conexões diversas.²⁸

À guisa de conclusão, lembramos que há muitas décadas já foi abandonada a alcunha de Idade das Trevas para a Idade Média. Na maior parte de sua historicidade, a alquimia está ligada a essa periodização da história. Todavia, é possível identificar sua sobrevivência nas épocas moderna e contemporânea. Autores como Goethe e James Joyce interessavam-se pelo tema. E, curiosamente, um dos grandes admiradores dessa *ars regia* era Isaac Newton. Depois de René Descartes, Newton foi talvez o maior revolucionário da física e ciência modernas com suas descobertas. Se Mircea Eliade considerava o universo cartesiano como a morte da alquimia, que diria ele do universo newtoniano?

Se mesmo um dos pilares da física moderna se interessava pela alquimia, como poderíamos ignorá-la? Compete-nos, portanto, como muitos outros historiadores já fizeram e continuam fazendo, fazer o esforço teórico e metodológico de retirar da margem da história uma das suas mais preciosas formas de representação de mundo e trazê-la à luz, encontrando para ela um espaço no palco do imaginário.

²⁷ BURCKHARDT, Titus. *Alchemy*. Shaftesbury, 1986, p. 25.

²⁸ BARROS, José d’Assunção. Imaginário, mentalidades, psico-história – uma discussão historiográfica. *Labirinto*, online, 2005.

Capítulo 16: A JUSTIÇA COMO PILAR DA REALEZA MEDIEVAL INGLESA – INÍCIO DO SÉCULO XV

Caio de Barros Martins Costa¹

After two hundred years during which the throne of England had passed uninterrupted from father to son (or grandson), Henry's usurpation marked a radical departure which foreshadowed a century of dynastic instability. Before 1500 three more kings, Edward IV, Richard III and Henry VII, were to seize the throne by force, in disregard for the traditional principle of primogeniture.²

Com esta argumentação o historiador inglês Edward Powell reflete sobre as transformações políticas que ocorrem em Inglaterra no século XV, assim como a atuação dos Lancaster no referido reino. Segundo o autor, a deposição de Ricardo II por Henrique IV em 1399 representou o início de uma instabilidade dinástica; a mudança de casa real no século XV se dava essencialmente pela tomada de poder a força, algo que se transformaria apenas com a ascensão dos Tudor no fim do mesmo século.

O reinado de Henrique IV foi marcado por diversas revoltas que contestavam a legitimidade do poder régio, a nobreza do reino estava cercada de facções e a heresia lollarda ameaçava a igreja de Inglaterra³. Afirmar o poder real sem dúvida tornou-se o grande desafio dos monarcas ingleses.

Um conjunto de representações e lendas foram associadas ao imaginário régio numa tentativa de fortalecer o poder dos reis, tendo destaque a recuperação da lenda de São Thomas Becket e seu óleo santo, que acreditava ter sido entregue pela Virgem ao mártir afim de que os monarcas ingleses fossem ungidos na Sagração. Aliado a isto, desenvolveu-se em fins do século XIV e início do XV uma ideia de que o monarca ungido com o óleo poderia recuperar as possessões inglesas na França num contexto de Guerra dos Cem Anos. Aliado a lenda de Thomas Becket, o reinado de

¹ Mestrando em História Medieval pela Universidade Federal Fluminense. No momento de elaboração deste texto era graduando em História pela UFRRJ, Instituto multidisciplinar e estudante pesquisador no LEPEN (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Medievalística).

² POWELL, Edward. Lancastrian England. In: ALLMAND, Christopher (Org.) *The New Cambridge Medieval History*: Vol. VII c. 1415- c.1500. Cambridge University Press, 2008. p. 457.

³ BARKER, Juliet. *Agincourt*. O rei, a campanha, a batalha. Rio de Janeiro: Record, 2009. p. 43.

Henrique V,⁴ a partir de 1413 será caracterizado por um conjunto de vitórias militares contra os heréticos lollardos e na Batalha de Agincourt na Guerra dos Cem Anos, garantindo uma estabilidade política que seria perdida apenas após sua morte em 1422. A imagem simbólica do rei ligada à lenda de Thomas Becket e suas virtudes se tornou um elemento estruturante na produção de memória entorno de Henrique V presente num processo de afirmação do “Reino” e sua identidade.

Fora de Inglaterra a cristandade ocidental também passava por conturbações. É um período de cisma, com a existência de três papas concentrados em Avinhão, Pisa e Roma; o cisma seria resolvido apenas em 1417 com o término do Concílio de Constança, que afirmou a autoridade do bispo de Roma. Além disto, na França diversas revoltas ocorrem e o poder régio também se vê instável. As turbulências do mundo neste contexto de fins do século XIV e início do XV são, inclusive, motivo de reflexões de Thomas Hoccleve ao escrever um espelho de príncipe para o futuro Henrique V de Inglaterra.⁵

Musynge upon the restless bysynesse
Which that this troublly world hath ay on honde,
That other thing fruyt of bittirnesse
Ne yildith naght, as I can undirstonde,
At Chestres In, right faste by the Stronde,
As I lay in my bed upon a nyght,
Thought me byrefte of sleep the force and might⁶

Thomas Hoccleve era funcionário da corte real entre fins do reinado de Ricardo II e Henrique IV. É incerto entre os historiadores se ele também seria um membro do clero, todavia em “horas vagas” Hoccleve também era poeta e isto norteou sua escrita do *The Regiment of Princes*. Suas intenções eram essencialmente

⁴ Henrique V de Lancaster é famoso, suas vitórias, principalmente na batalha de Agincourt favoreceu a criação de uma memória de rei herói que até hoje está presente no imaginário dos britânicos. A figura do rei tornou-se parte de um discurso nacionalista do século XX na Inglaterra e a imagem do rei foi afirmada sobretudo com a obra teatral de William Shakespeare “Henry V”.

⁵ HOCCLEVE, Thomas. *The Regiment of Princes*. Editado por Charles R. Blyth. Michigan: Teams Meddle English Texts Series, 1999.

⁶ Prologue, Linhas 1-7: “Meditando sobre esta preocupação/ Que este mundo conturbado tem em mãos,/ E que nada produz além de um fruto amargo, sou incapaz de compreender./ Em Chester, próximo a Strand,/ Eu deito sobre minha cama a noite,/ E a ansiedade me privou da eficácia e poder do sono.”. In: HOCCLEVE, Thomas. *The Regiment of Princes*. Editado por Charles R. Blyth. Michigan: Teams Meddle English Texts Series, 1999. p. 39. O referido trabalho de Thomas Hoccleve encontra-se escrito em inglês medieval, portanto para melhor compreensão dos leitores far-se-á aqui uma livre tradução para a língua portuguesa. Nas notas se encontrarão a página onde na edição do manuscrito se encontram os versos.

apontar para o príncipe de Gales, Henrique, as virtudes necessárias a um bom monarca, apresentando que antes de tudo ele deve ser cristão e temente a Deus. Essa é uma característica dos espelhos de príncipes do ocidente medieval e é nesta perspectiva que aqui entra esta pesquisa.

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa monográfica que tem por objetivo apontar como as virtudes régias estão inseridas numa concepção de sacralidade real. No trabalho de fim de curso busca-se a recuperação da memória do reinado de Henrique V e as virtudes atribuídas ao rei, dentre elas se encontra o ideal de rei justo. Para tanto recorreremos à didática de Hoccleve para entender como tal ideal se estabelece. No trabalho do poeta, a virtude da justiça se encontra como a primeira mais importante apresentada pelo autor. É nesse caminho que nesta breve explanação entramos. Primeiro, será exemplificado de forma simples como as virtudes estão inseridas no imaginário político do ocidente medieval, enfatizando a justiça régia. Depois, entramos na análise de alguns pontos apontados por Hoccleve ao explicar a importância de um monarca justo e cristianíssimo. Sem dúvidas há lacunas que aqui devem ser resolvidas. Os resultados aqui apresentados são parciais, todavia uma reflexão inicial seria interessante.

A JUSTIÇA NO IMAGINÁRIO POLÍTICO DO OCIDENTE MEDIEVAL

As virtudes reais no ocidente medieval, muito mais do que atributos para a boa governança dos reinos, encontram-se interligadas a uma noção de sacralidade. Os reis, durante o medievo, eram considerados figuras sagradas; em muitos reinos o primeiro ato que confirma a sacralidade do monarca é a sagração. Porém, outros conjuntos de elementos simbólicos também caracterizam os soberanos como sagrados, dentre tais as virtudes que em diversos casos são associadas à memória de vários reinantes ou ainda em obras que buscam ensinar algo a um monarca e que são revestidas de função simbólica.

O homem no ocidente observa o mundo sua volta de maneira simbólica. Como Pastoureau aponta: cada objeto, indivíduos, figurações etc., é símbolo de algo, é

figuração de algo superior que está num plano sobrenatural.⁷ O símbolo, desta forma, se manifesta de formas distintas em diversos espaços.

O símbolo é sempre proteiforme, polivalente, ambíguo. Ele não se manifesta apenas através de palavras e textos, mas também por imagens, objetos, gestos, rituais, crenças, comportamentos. O símbolo está em todos os lugares e reveste tudo com aspectos variáveis e imperceptíveis.⁸

O conjunto de símbolos religiosos que estão presentes no imaginário régio transformam o plano político numa província do sagrado.⁹ O poder no ocidente medieval é uma instituição de origem divina, os monarcas não são mais que agentes de Deus na terra, eles possuem funções “quase sacerdotais”¹⁰, são muito mais que simples homens, são eleitos de Deus para auxiliar a igreja no estabelecimento do reino dos céus na terra.

Le roi n'est pas un clerc, il n'est pas d'Église, a fortiori n'est-il pas Dieu. Dans l'aire culturelle des trois religions monothéistes révélées, il ne saurait y avoir de confusion entre ce qui est de l'homme et ce qui est de Dieu. Cependant, le roi chrétien est un peu plus qu'un homme, mais définir ce plus n'est pas chose aisée. Il est agent de Dieu (...) ¹¹

A virtude do rei justo está explicitamente inserida numa perspectiva de sacralidade dos reis medievais. A realeza em si é sinônimo de justiça, assim como a tirania é sinônimo de injustiça.¹² A justiça é fruto de um universo divino e, portanto, o “rei feudal é obrigado a ‘fazer justiça’. Ele é, em essência, um justiceiro que deve ‘espezinhar as iniquidades.’”¹³ Segundo Chevallier, a justiça tem sua forma na lei que,

⁷ PASTOUREAU, Michel. Símbolo. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. Dicionário temático do ocidente medieval. 2vols. Bauru: EDUSC, 2002. pp. 498-499.

⁸ PASTOUREAU, *Ibidem*, pp. 495-496.

⁹ LE GOFF, Jacques. A política será ainda a Ossatura da História? In: LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 202.

¹⁰ Marc Bloch em *Os reis taumaturgos* ao tratar de uma realeza sacerdotal procura utilizar o termo “quase sacerdotal” para caracterizar os monarcas do ocidente medievais. Segundo o autor, certas funções eclesiásticas eram capacidades apenas dos membros do clero. Todavia a imagem sagrada dos monarcas, assim como a possibilidade dos reis franceses e ingleses de curarem os escrofulosos os dotavam de um aspecto relativamente sacerdotal, mas ele não é um *rex sacerdos*.

¹¹ SEBATIER, Gérard. Imagerie Héroïque et Sacralité Monarchique. In : BOUREAU, Alain & INGLERFLON, Sérgio C. (Orgs.). *La royauté sacrée dans le monde chrétien*. Paris : École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1992. p. 115.

¹² CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do Pensamento Político*. Tomo I: da Cidade-Estado ao apogeu do Estado-Nação monárquico. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.205.

¹³ CHEVALLIER, *Ibidem*, p. 205.

no ocidente medieval, era regida pelos costumes, e assim define uma comunidade. No juramento da sagração os monarcas prometem antes de tudo manter um reino de justiça e manter os costumes da monarquia e do povo.

Diversas fontes no ocidente medieval, dentre elas crônicas e textos teológicos, apresentam o rei como um servo da justiça. Chevallier observou isto, sobretudo, nas ideias de João de Salisbury ao expor seu ódio contra a tirania. “Assim sendo, é perante Deus, imagem e fonte de toda justiça e de todo bem, que o soberano é responsável pelo cumprimento do seu dever primordial de justiça.”¹⁴

O historiador Ernest Kantorowicz, ao analisar os “dois corpos do rei”, observando uma original teologia política no ocidente medieval, tomou também as concepções de Salisbury para compreender como o ideal de rei justo é presente numa realidade que está centrada na lei, e que se compreende numa noção da figura gêmea dos monarcas ocidentais. De uma forma geral, os soberanos são, por excelência, guardiões da justiça. Essas ideias são afirmadas, sobretudo, por uma tradição bíblica herdada pela sociedade ocidental do medievo.

Talvez seja correto dizer que o Príncipe de Salisbury não é um ser humano no sentido comum. Ele é “perfeição”, desde que chegue a ser Príncipe e não tirano. O príncipe é – à boa moda medieval e, no entanto, em um novo sentido jurídico – precisamente a Ideia de Justiça que, em si mesma, está sujeita à Lei e, no entanto, acima da Lei porque é o fim de toda Lei. Não é um Príncipe, mas a justiça que reina por meio de ou em um Príncipe, que é o instrumento da Justiça e, ao mesmo tempo, a *lex animata*, embora Salisbury não cite Justiniano a esse respeito.¹⁵

A justiça segue sendo no ocidente medieval um dos principais atributos de origem divina. Os reis do antigo testamento, sobretudo Davi e Salomão são, portanto, figuras consideradas justas e espelhos. A justiça tem sua forma na sabedoria dos reis, sendo assim a sabedoria de Salomão deve ser herdada pelos soberanos, a intelectualidade da majestade real representa acima de tudo a sabedoria de Deus.

En Francia en el siglo XIII, la justicia se convirtió en el atributo divino que compartían los reyes y se difundió la imagen de San Luis haciendo justicia – la expresión francesa dice:

¹⁴ CHEVALLIER, *Ibidem*, p. 206.

¹⁵ KANTOROWICZ, Ernest. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 77.

“devolviendo la justicia” – debajo de un roble. (...) La elección de Salomón como modelo real no fue exclusivo de Alfonso X, sino que consta dentro de las representaciones que acompañaron a la monarquía de finales de la edad media.¹⁶

O evento da sagração, principalmente na França e Inglaterra, é essencialmente uma cerimônia litúrgica, no qual o monarca é ungido e assim torna-se um agente de Deus. O rei, no momento da unção pelo arcebispo de uma igreja principal, e na presença de outros membros do clero, dão ao ritual um caráter mágico; “o rito é uma sequência ordenada de gestos, sons (palavras e música) e abjetos, estabelecida por um grupo social com finalidades simbólicas.”¹⁷ Nesse sentido, é no ritual da sagração que de certa forma o ideal de rei justo primeiro aparece. Jacques Le Goff nos oferece algumas contribuições para compreender o momento da coroação dos reis capetíngios e os aspectos religiosos e sagrados dos reis franceses e mostra que, do conjunto de promessas feitas pelos reis, manter a justiça segue sendo uma das principais atribuições régia.

Le roi, selon les *ordines* de Reims et de 1250, prononce quatre séries de serments :

Il promet d’abord à l’Église de la protéger dans sa personne et dans ses bien.

Il promet de faire régner la paix et la justice – valeurs à forte connotation religieuse et même eschatologique – et, à l’instar de Dieu, de faire preuve de miséricorde. Une quatrième promesse, introduite apr` s le 4^e Concile de Latran (1215), consiste en l’engagement de combattre les hérétiques. (...) ¹⁸

As virtudes como ideal de rei a ser seguido aparecem de múltiplas formas nas realezas medievais. Dentre elas, a virtude do rei justo é muito mais que a prática do “fazer a justiça” e de “julgar os homens”, mas é um atributo de origem divina e que aparece de forma interessante no decorrer de toda a Idade Média. Para o historiador José Manuel Nieto Soria¹⁹, o rei medieval é um elemento aglutinador de um conjunto de imagens: *O rei justiceiro*, *Rei virtuoso*, *Rei Pastor*, *Rei Legislador*, etc. Essas concepções

¹⁶ RUCQUOI, Adeline. *De los reyes que no son taumaturgos: los fundamentos de la realeza en España*. México: Relaciones, 1992. pp. 70-71

¹⁷ SCHMITT, Jean-Claude. Ritos. In : LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Op. Cit.* p. 415

¹⁸ LE GOFF, Jacques. Aspects religieux et sacrés de la monarchie Française du Xe au XIIIe siècle. In : BOUREAU, Alain & INGLERFLON, Claudio S. *Op. Cit.* p. 21.

¹⁹ C.f. SORIA, José Manuel Nieto. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (Siglos XIII-XVI)*. Madrid: Eudema, 1988.

estavam cercadas de ideias teocráticas que segundo o autor exercem uma verdadeira “propaganda política”.

Deste ponto de vista, proponho agora uma breve análise da maneira como a virtude supracitada está transparente na realeza inglesa medieval e no espelho de príncipe de Hoccleve, analisando inclusive as origens bíblicas no qual o pensamento medieval está instituído.

O IDEAL DO REI JUSTO NA REALEZA INGLESA DO SÉCULO XV

Já foi apresentado aqui que o ato da sagração representa talvez o primeiro momento que garante uma sacralidade aos monarcas dos reinos em que havia o ritual, chegamos inclusive a citar que o monarca francês capetíngio promete, na cerimônia, manter a paz e a justiça no reino. Resta-nos agora observar como tais questões estão presentes na monarquia inglesa.

Um trabalho interessante escrito pelo historiador Michel Prestwich, intitulado *Plantagenet England*, busca analisar a atuação da dinastia com nome explícito na obra entre os séculos XIII e XIV. Num breve momento, o autor apresenta como a realeza sagrada está instituída no reino inglês, onde a coroação celebra a posição do rei e lhe garante autoridade espiritual. Assim sendo, na sagração dos monarcas ingleses, assim como na França, a promessa do monarca de ser um guardião da justiça é explícita.

When Edward II was crowned in 1308, he promised to maintain the laws and customs of his predecessors, particularly the Confessor, and to maintain peace and do justice. A new clause was added, in which he agreed ‘to maintain and preserve the laws and rightful customs which the community of your realm shall have chosen’, a promise which has created far more interest among historians than it did among those who heard it.²⁰

Pouco se sabe da sagração de Henrique V, não há um relato conciso ou talvez oficial que apresente todos os detalhes do cerimonial ou ainda os juramentos feitos pelo rei. As fontes que de forma modesta insistem em apresentar certas características do evento são crônicas ou biografias feitas após o reinado de Henrique, produzindo a memória de um rei cristão, virtuoso e sacro. Um fator talvez interessante é a escolha

²⁰ PRESTWICH, Michel. In: *Plantagenet England – 1225 – 1360*. New York: Oxford University Press, 2005. p. 29.

da data de coroação do soberano. Era tradição no reino inglês os monarcas serem sagrados em um domingo, e o ritual de sagração de Henrique V não fugiu a regra, mas ocorreu num 9 de abril de 1413, um domingo da Paixão. A tradição das crônicas procura afirmar que o espírito do soberano teria se modificado após a unção, fato que é afirmado inclusive por uma tradição vétero-testamentária no qual Saul após ter sido ungido por Samuel, teve sua alma transformada e visível a todos os homens.²¹

Apesar de não ter a disposição dos historiadores um relato dos juramentos do rei, poderíamos deduzir algumas questões, mas com certos cuidados para não cair em anacronismos. O juramento de manter a justiça era uma tradição presente em Inglaterra desde as primeiras sagrações dos monarcas ingleses, nos séculos IX e X. Tornou-se, acima de tudo, um costume. No espelho de príncipe de Thomas Hoccleve o poeta aponta que a ação do rei como juiz é afirmada na sua coroação, ele é por conveniência um juiz feito por algo superior, num plano sobrenatural.

A kyng is maad to keepen and maynteene
Justice, for shee makith obeissant (...)
A kyng is by covenant
Of ooth maad in his coronacioun
Bownde to justices sauvacioun.²²

Já afirmado por Adeline Rucquoi, em Castela, Afonso X teve sua figura associada a Salomão por ser um rei intelectual, da mesma forma seu pai Fernando III tornou-se uma espécie de Davi.²³ O texto bíblico segue sendo no ocidente medieval talvez a maior fonte de ensinamento e inspiração aos soberanos. É muito melhor no poder um monarca sábio segundo inspiração divina. A imitação de personagens bíblicos ou de ensinamentos da justiça oriunda de Deus é constante no pensamento político do medievo. Em provérbios, há um apontamento de que é por Deus que os príncipes fazem a justiça.

Eu a sabedoria, moro na sagacidade,
e possuo o conhecimento da reflexão.
(O temor de Iahweh é o ódio do mal.)
Detesto o orgulho e a soberba.
Eu possuo o conselho e a prudência,
São minhas a inteligência e a fortaleza.

²¹ Bíblia de Jerusalém. 1 Sm. 10, 6 e 10,9.

²² *De Justitia*, Linhas 2514-2520 : “Um rei é feito para manter a justiça/ e a ela fazer reverência/.(...) O rei é por convênio/ No juramento feito em sua coroação/ Pronto para estar em meio aos juizes da salvação.” HOCCLAVE, 1999, p. 113.

²³ RUCQUOI, *Op. Cit.* p. 70.

É por mim que reinam os reis,
E que os príncipes decretam a justiça;
por mim governam os governadores,
e os nobres dão sentenças justas.²⁴

É, sem dúvida, uma tradição no ocidente medieval a recuperação de ensinamentos de intelectuais ou santos de maneira a mostrar aos indivíduos a necessidade de obediência a Deus e sua vontade. Em Hoccleve, a obra não foge a essa regra, e o autor aponta que a justiça é liberdade da alma e dada a todos os homens de acordo com sua dignidade, independente de sua posição social, seja o de mais alto grau social ou aquele que não possui título e posses. Essa concepção é herdada, sobretudo, dos ensinamentos de Santo Anselmo em *Cur Deus Homo*, traduzido pelos ingleses como *Why God Became a Man*.²⁵

O rei, nesse sentido, tem, nas palavras do autor, abundância e poder para governar os homens em suas terras, assim como praticar a justiça. Aqueles que almejam a justiça devem antes de tudo ser tementes a Deus. Na tradição bíblica, ainda em provérbios, “o Rei que se assenta no tribunal, dissipa todo mal com o seu olhar.”²⁶

O meio intelectual no medievo, sobretudo a partir do século XIII, recupera certas concepções da filosofia aristotélica. De acordo com Jean Jacques Chevallier o aristotelismo vai caracterizar o ideal medieval de Estado.²⁷ Os homens transformam a sua maneira a tradição considerada pagã em algo “bom” de acordo com o pensamento monoteísta cristão. A justiça em Thomas Hoccleve não é mais do que parte da natureza divina. O pensamento aristotélico aparece, mesmo no século XV, nas explicações do poeta. O editor da fonte, Charles R. Blyth nos oferece certas contribuições ao colocar em notas as referências por vezes feitas pelo funcionário real, apontando que a ideia da natureza divina do poder está presente na cultura pagã, mas foi adaptada por Hoccleve de acordo com os preceitos do cristianismo.

Justice is of the kynde and the nature
Of God, and he hath maad it and ordeyned
On remes and on every creature.
By justice is shedyng of blood restreynd,

²⁴ BJ. Pr. 8, 12

²⁵ HOCCLVE, 1999, p. 112.

²⁶ BJ. Pr. 20, 8.

²⁷ CHEVALLIER, *Op. Cit.* p. 204.

And gilt punysshid whan it is conpleyned.²⁸
Justice deffendith possessions,
And peple keepith from oppressions.²⁹

O homem, no ocidente medieval, está em constante contato com a dimensão do sagrado; tudo passa por uma sacralidade difusa no qual objetos, pessoas, o tempo e o espaço são sacralizados. O rei é dotado no medievo de caráter simbólico, há na áurea da realeza um aspecto mágico ligado a um conjunto de tradições muitas vezes regionais.

O ideal do rei justo é, neste sentido, mais um símbolo dentre vários que caracterizam o rei medieval. A justiça é oriunda de Deus, e sendo o rei um agente do mesmo é sua obrigação na terra zelar pelo bem estar da igreja, do reino e fazer justiça a todos os seus súditos. Para a historiadora Vânia Leite Fróes, o rei no medievo é um *Topos*, lugar-tempo de aglutinação de ideias e costumes característicos do reino de da cristandade.

(...) o rei, constitui-se num lócus para designar certas especificidades regionais, linguísticas e da experiência comum do tempo e do espaço. Assim o rei ao mesmo tempo em que foi lugar – de aglutinação de certas diversidades, conservou a identidade cristã europeia. Nos séculos XI e XII, a figura do rei é associada a ideias interrogadoras, capazes de resgatar a unidade, padrão ideal do cristianismo, contrapondo-se muitas vezes a ideia de *imperium* que dominaram boa parte da Alta Idade Média.³⁰

A tradição do ideal de rei justo era comum em quase todos os reinos medievais, todavia em Inglaterra diversas características comuns a uma tradição e costumes regionais do reino foram adaptadas neste ideal e aglutinadas na figura do rei visto como um defensor da justiça.

²⁸ Este quinto verso não foi traduzido ao português devido a uma dificuldade de tradução. A palavra “gilt” no inglês significa dourado e não foi encontrado nenhuma referência a um significado diferente no inglês arcaico.

²⁹ *De justitia* : “A justiça é algo da natureza de Deus/ E por ele feita e ordenada/ Nos reinos e a toda criatura./Pela justiça o derramamento de sangue é contido,/ A justiça defende posições ,/ e as pessoas protegidas da opressão.

³⁰ FRÓES, Vânia Leite. *Era no tempo do rei* – estudo sobre o ideal do rei e das singularidades do imaginário português no final da Idade Média. Tese (Concurso para professor titular de História Medieval) – Departamento de História, UFF, Niterói, 1995. p. 53.

O que este trabalho pretendeu brevemente foi a compreensão de como as virtudes, e no caso aqui a virtude da justiça, símbolo da monarquia, a forma que ela se compreende na sacralidade real. O rei medieval possui uma relação com a dimensão do sagrado constante, o ato dele fazer a justiça é muito mais do que um ato laico; o soberano, quando se assenta no tribunal, representa um agente de Deus. No reino de Inglaterra, a justiça segue sendo um dos pilares da monarquia, a virtude divina talvez mais defendida por Thomas Hoccleve e ao mesmo tempo origina outras virtudes necessárias para um bom rei.

Capítulo 17: A PAZ DE DEUS E SEU PAPEL NA CONSOLIDAÇÃO DA ORDEM SENHORIAL FRANCESA

Lucas Moreira Calvo*

A paz de Deus é um tema que ainda está longe de ser um consenso entre os medievalistas. Suas interpretações aparecem sob a influência de dois campos interpretativos antagônicos: o do modelo da velha escola francesa travestido de mutacionismo e o de sua crítica. Isso não quer dizer que existem apenas duas formas de interpretar tal objeto, mas que todas as interpretações estão vinculadas, parcial ou totalmente, a um desses campos. Nesse sentido, o paradigma da anarquia feudal, aprofundado pela escola mutacionista, e a sua contestação, funcionam como uma espécie de marco teórico que está na base das interpretações acerca da paz de Deus.

Em linhas gerais, a paz de Deus era um pacto social, estabelecido por juramento ou pela força, em assembleias reunidas pelos bispos da Igreja. Esses concílios diocesanos geralmente se reuniam fora das cidades, e deles participavam homens da Igreja, grandes e pequenos senhores, camponeses e camponesas, enfim, o conjunto da comunidade cristã. O pacto de paz propunha disposições que pretendiam restringir a violência praticada pelos cavaleiros.

Os concílios colocavam sob a proteção da Igreja os clérigos, os bens da eclesiásticos e também os pobres e seus bens. Aqueles que não cumprissem a paz eram ameaçados com a excomunhão. Nos concílios posteriores, mais interdições foram inclusas nos decretos, especificando ainda melhor as pessoas e bens que estavam sob a proteção dos sínodos. Assim, é possível afirmar que os primeiros concílios de paz visavam, sobretudo, proteger aqueles considerados pobres, os clérigos e os bens de ambos contra a violência dos *milites*.

Os meios utilizados pelos bispos para estabelecer a paz ou a trégua eram os juramentos, e caso fosse necessário, a utilização das milícias de paz. O juramento coletivo era a estratégia usada pelos bispos para aglutinar os senhores e seus *milites* ao programa de paz.

* Graduado em História pela Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia e mestrando em Ensino de História pela UFRJ. Bolsista CAPES, sob orientação da professora Mônica Lima e Souza.

Tratava-se de obter dos cavaleiros (ou melhor, *militēs*) um juramento solene pronunciado sobre as relíquias dos santos [...]. É o juramento da ‘paz de Deus’ segundo o qual eles se comprometem, sob pena de perjúrio e excomunhão, a renunciar a qualquer ‘exação’ ou violência cometidas contra as igrejas, suas pessoas e seus bens; a não atacar os clérigos, os monges e os religiosos, e de uma maneira geral os inermes, isto é, todos aqueles que não podem se defender porque não portam armas: mulheres nobres desacompanhadas, camponesas e camponeses; e não raptá-los para obter resgate¹.

Entretanto, nem todos os senhores aceitavam fazer o juramento, e outros os descumpriam. Como mostra Franco Cardini, alguns aristocratas, chamados de *tyranni*, continuavam a travar suas guerras privadas, e outros, chamados *infratores pacis*, faziam o juramento, mas logo, descumpriam-no, voltando a perpetrar a violência pela cristandade². Assim, os bispos organizavam milícias formadas por senhores e vilãos para impor à força as disposições dos concílios de paz.

Os historiadores defensores ou simples reprodutores da tese mutacionista costumam pintar os séculos X e XI como uma época de senhores encastelados, movidos apenas pelos próprios desejos e rodeados por seus cavaleiros. Com efeito, uma época sombria de desordem e violência contra a qual a Igreja se levantaria junto aos camponeses em um protesto popular pela paz e justiça. Logo, a complexidade de dois séculos decisivos da Idade Média se encontra reduzida a uma narrativa digna da literatura dramática. Mas a história não é como a ficção! E para decepção do grande público, os séculos X e XI foram tempos menos conturbados do que costuma ser contado. Seguindo as reflexões de Barthélemy – um dos principais críticos da tese mutacionista –, a anarquia feudal, na realidade, esconde uma ordem, cuja lógica começa a aparecer quando as fontes são analisadas com auxílio da antropologia jurídica³.

A proliferação de castelos nos séculos X e XI não significou um reflexo da generalização da violência. O castelo feudal não servia apenas para atacar as regiões

¹ FLORI, Jean. *A Cavalaria: A origem dos nobres guerreiros da idade média*. São Paulo, 2005, p. 134.

² CARDINI, Franco. O guerreiro e o cavaleiro In: LE GOFF, Jacques. *O homem medieval*. Lisboa, 1989, p. 59.

³ A antropologia jurídica é um campo do Direito, cujo objeto de estudo são os meios utilizados por sociedades “primitivas”, ou melhor, sem Estado, para resolver seus conflitos sociais. Isso implica reconhecer que mesmo sociedades sem Estado podem ser regulamentadas por uma lógica jurídica própria, portanto, diferente da contemporânea. Esse campo interdisciplinar põe em cheque uma série de proposições teóricas do pensamento liberal acerca do Estado e do direito que serão analisados em nota mais à frente.

vizinhas às castelânias, ele também era imprescindível para a defesa dos aristocratas, além de serem locais de detenção e negociação. Os castelos serviam então para objetivos contraditórios, ou seja, a guerra e a paz. Assim como os castelos, a *faide*, ou vingança, era um sistema ambivalente⁴. Por um lado, a violência por vingança era autorizada pela sociedade, por outro, um homicídio deveria ser muito bem calculado, pois poderia desencadear uma represália contra a família, o domínio e os dependentes do nobre homicida. Violência e prudência, essas eram as características principais da guerra de *faide*.

Os cavaleiros feudais não eram guerreiros sedentos por demonstrar aos seus senhores heroísmo e coragem no campo de batalha. Diferente dos guerreiros da Germânia antiga, os cavaleiros feudais estavam mais preocupados em adquirir ou manter terras e castelos, pois naquela época a honra estava estreitamente associada à terra. Dessa maneira, a conduta cavaleiresca na guerra era marcada por mais ações cautelosas do que heróicas. “Trata-se verdadeiramente de uma sociedade de herdeiros, de proprietários herdeiros – e, por isso, frequentemente astutos e ardilosos”⁵.

Ao analisar os textos escritos por Richer de Reims e Odon de Cluny, Barthélemy⁶ demonstra que as guerras nas regiões norte e sul da Gália consistiam em vingança indireta, traições ou capturas. Em algumas passagens das histórias de Richer de Reims⁷, fica evidente o caráter pouco mortífero da guerra feudal. Nessas narrativas, a violência cede lugar a negociações, comedimentos, condutas prudentes que nem de longe refletem anarquia ou violência endêmica. A guerra feudal, ao invés de se apresentar como barbárie, traduz os traços fundamentais da sociedade cavaleiresca dos séculos X e XI.

A conduta da classe senhorial na guerra demonstra que a batalha direta era geralmente evitada em detrimento de atos de guerra indiretos, como a pilhagem das terras camponesas do inimigo, o bloqueio de suprimentos nas estradas ou a tomada de castelo por meio de negociações ou infiltrações silenciosas. A “moral cavaleiresca” dos personagens de Richer de Reims oscila entre condutas violentas e de grande prudência. Richer toma emprestado a César elementos sobre a Gália que lhe permitem

⁴ BARTHELEMY, Dominique. A Cavalaria: da Germânia antiga à França do século XII, Campinas, 2010, p. 15.

⁵ *Ibid.*, p. 152.

⁶ *Ibid.*, p. 154.

⁷ Ver capítulo 3 – Vassalos, Senhores e Santos, da obra citada acima.

falar sobre o caráter duplo desses povos guerreiros: ao mesmo tempo ousados e briguentos, capazes de mortes e de fúria, mas também cheios de razão e de eloquência. Todos unem sabedoria à audácia⁸.

Entre os trechos descritos por Barthélemy, é possível destacar pelo menos três passagens em que os cavaleiros retratados por Richer de Reims demonstram ser sujeitos sociais mais dispostos à paz que à guerra. A primeira passagem refere-se ao discurso do rei Eudes proferido em 889 para reunir francos e aquitanos contra os invasores normandos, indo assim em direção contrária à guerra civil. Depois, a batalha entre as hostes de Hugo Capeto e Oto II que foi evitada com a retirada dos contingentes otonianos. Outro episódio foi a reconciliação de Oto II com Lotário e Hugo Capeto⁹. Todas essas narrativas deixam evidente que a conduta da classe senhorial na guerra era pontuada menos pela coragem que pela prudência. As ações militares pareciam ser bem calculadas e passíveis de atos pouco gloriosos como a retirada das tropas.

Em outros dois trechos das narrativas, fica ainda mais claro o caráter pouco mortífero da guerra feudal. Por vezes os cavaleiros preferiam uma abordagem sutil, que evitava o combate direto e lhes garantia seus objetivos. Esse foi o caso da conduta adotada pelo cavaleiro Raul, pai de Richer, que disfarçado de palafreireiro¹⁰, se infiltrou com seus homens na cidade de Laon, tomando-a em nome de Luis IV. Ou ainda, quando Raul em 958, toma o castelo de Mons para a rainha Geberba. Na ocasião, ele se infiltra com seus homens no castelo a noite e rapta a mulher e os filhos do conde Régnier para trocá-los pela fortificação¹¹. Como é possível observar em ambos os casos, dois objetivos militares foram alcançados de forma indireta e sem derramamento de sangue.

Por fim, vale destacar ainda o episódio de Artoldo de Reims, arcebispo chefe de guerra, descrito como “um homem bom, que não queria mal a ninguém”¹². Quando ele assalta o castelo de Chausot e tem em suas mãos prisioneiros, ele lhes poupa a vida. Benevolência de um homem de Deus ou conduta de guerra comum aos cavaleiros

⁸ *Ibid.*, p. 154.

⁹ Os episódios relatados são descritos e analisados por Barthélemy nas páginas 154, 159 e 160 da obra acima citada.

¹⁰ Palafreireiro era o membro da corte responsável por cuidar do cavalo utilizado pelas autoridades seculares ou eclesiásticas para entrar nas cidades.

¹¹ *Ibid.*, p. 162.

¹² *Ibid.*, p. 162.

dos “séculos de ferro”? Se comparado às outras ações cavaleirescas narradas por Richer de Reims, a segunda proposição parece ser a mais correta.

Os personagens e os fatos aos quais eles estão relacionados constituem parte de uma literatura que mistura lenda, história e por vezes a imaginação de Richer de Reims¹³. Seu valor não reside, entretanto, no relato dos fatos em si, mas na conduta cavaleiresca narrada por tais histórias. Assim como as histórias de Richer, o texto de Odon de Cluny sobre a vida de Geraldo de Aurillac demonstra que a moderação na guerra feudal não era uma exceção, mas um aspecto fundamental dela. Geraldo não se tornou santo, porque era um cavaleiro diferente por suas condutas na guerra. Pelo contrário, ele participava de pilhagens e fazia prisioneiros como os outros. O que o diferenciava era seu respeito pela Igreja.

Geraldo de Aurillac se passava por exatamente aquilo que Ademar de Chabannes diz mais tarde de Galberto de Malemort, um “eclesiástico”, no sentido de alguém favorável às igrejas e de bom comportamento tendo em conta as expectativas da sociedade feudal¹⁴.

É possível observar em germe na hagiografia de Geraldo de Aurillac o discurso de proteção às igrejas e seus bens, que seria retomado nos concílios diocesanos da paz de Deus. Afirmar que a guerra feudal era permeada pela moderação, não significa negar a violência inerente a ela. “A *faide* sempre foi a mãe da crueldade e da brutalidade”¹⁵. Como todas as outras guerras ao longo da história, a guerra feudal era violenta, mas sem sombra de dúvidas, estava longe de ser uma guerra total, como faz parecer a tese mutacionista.

A guerra de *faide* geralmente era um conflito regional que engajava senhores vizinhos. Ela ocorria por diversos motivos, como o assassinato de um nobre, a disputa por um senhorio, o rapto de um nobre, etc. Enfim, seus efeitos eram bastante violentos entre a classe senhorial. Muitas vezes, os filhos da aristocracia, meninos e meninas, mas principalmente os meninos, pois representavam futuros inimigos, foram assassinados e mutilados pelas vinganças dos séculos XI e XII¹⁶. Além disso, o campesinato, seus bens e suas posses fundiárias, assim como os da Igreja, eram

¹³ *Ibid.*, p. 154.

¹⁴ *Ibid.*, p. 168.

¹⁵ *Id.*, 2005, p. 148.

¹⁶ *Ibid.*, p. 187-188.

frequentemente vítimas de vinganças indiretas. Tais ocorrências seriam suficientes para atestar a “anarquia feudal”?

(...) a vingança e a guerra privada foram cruéis para homens e filhos particulares, mas não foram fatais para o equilíbrio social. Inclusive, poderíamos sugerir que contribuíram para ele. Antes de cometer um homicídio havia que refletir sobre as represálias a que se expunha você e os seus, e mais ainda quando a vítima era de uma classe mais elevada. Uma sociedade que tolerava a vingança ou que inclusive a instigava, não obriga seus membros a certa prudência? De todas as formas, conflitos, faidas (vendettas) pelas terras senhoriais, como se viram em Aillant e por todas as partes, teriam uma função latente: permitiam aos cavaleiros em luta exercer a pirataria no país e, portanto atualizavam a ameaça que justifica, aparentemente, que havia cavaleiros para proteger as pessoas¹⁷.

Portanto, ao praticar a vingança e agredir os setores sociais inermes, os cavaleiros reforçavam a sua dominação e função social. Inspiravam o medo nos desprotegidos e os convenciam da sua importância para sociedade. Eles eram a face da violência e da segurança. Dessa forma, a guerra de *faide* era o mecanismo que garantia à classe senhorial a dominação sobre o restante da sociedade, em outras palavras, era um dos principais aspectos na dominação social exercida pelos senhores.

Esse tipo de guerra, diferente das guerras totais da primeira metade do século XX, causava pouca destruição material e baixa mortalidade da população. Não foi por acaso que nos séculos X e XI, houve um grande crescimento econômico e demográfico no Ocidente medieval. Dessa forma, como sustenta Barthélemy¹⁸, a guerra feudal não representava um entrave para o desenvolvimento rural, nem para o renascimento do comércio, as marcas da “revolução” infraestrutural pela qual passou a Europa no início do segundo milênio da era cristã.

Todavia, baseado nessa perspectiva histórica, seria possível abordar a paz de Deus como uma resposta da Igreja à violência generalizada instaurada pela implantação da sociedade senhorial? Evidentemente não. A Igreja não questionava a guerra feudal em si, nem o sistema moral que a regia, muito menos o controle da

¹⁷ *Ibid.*, p.188.

¹⁸ *Id.*, 2010, p. 153.

violência exercido pelos senhores e seus cavaleiros. Ela contestava um aspecto específico, pontual da guerra, em outras palavras, os efeitos da vingança indireta.

Dessa forma, a paz de Deus foi lançada não porque os bispos se solidarizavam com os camponeses oprimidos pelos senhores, mas porque o clero e os bens eclesiásticos, assim como o campesinato e seus bens, sofriam com os efeitos colaterais da guerra. Proteger a si, suas posses e seus dependentes, parece ter sido a intenção da Igreja ao evocar a paz de Deus. O discurso das atas dos concílios de Charroux (989) e Le Puy (990) não deixa muitas dúvidas sobre as intenções eclesiásticas. As atas desses sínodos diocesanos materializam um discurso que objetiva estabelecer normas de conduta social para as classes detentoras de poder militar. Sob a forma de decreto é apresentada então uma série de restrições ao uso da violência. Contudo, o que chama a atenção nesses textos é a quantidade de decretos que beneficiavam a Igreja e seus bens em relação ao número destinado à proteção dos leigos inermes.

A partir da metodologia de análise de textos exposta por Laurence Bardin¹⁹, aplicou-se uma análise do conteúdo das atas de Charroux e Le Puy²⁰. Os decretos foram organizados de forma temática, sendo verificada a frequência de aparição de decretos, cujo tema era a proteção da Igreja, comparada a frequência de aparição de outros temas. Além disso, foi também levado em consideração a ordem de aparição dos temas. Dessa maneira, foi possível verificar o sentido dos documentos conciliares e conseqüentemente o discurso materializado por estes textos.

Os dois documentos somam ao todo onze decretos, sendo que, seis beneficiavam especificamente os bens e homens eclesiásticos²¹, dois favoreciam o conjunto dos inermes²², outros dois foram destinados restritamente aos camponeses e aos pobres²³ e apenas um fora reservado aos mercadores²⁴. Dessa maneira, de onze decretos, a Igreja se beneficiava de pelo menos oito deles, enquanto apenas quatro beneficiavam especificamente os inermes leigos. Essa desproporção é reveladora, e demonstra a prioridade da Igreja: proteger a si e seus bens. Essa conclusão é ainda reforçada pela ordem dos decretos nos textos, que sempre trazem em primeiro lugar a interdição de violar as igrejas.

¹⁹ BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, 1977. p. 77-78.

²⁰ Ver THATCHER, Oliver J.; MCNEAL, Edgar Holmes. *A source book for medieval history*. Nova York, 1905, p. 400-402.

²¹ Os decretos nº 1 e 3 do texto de Charroux e os decretos nº 1, 3, 5 e 7 do de Le Puy.

²² Decretos nº 2 e 8 da ata conciliar de Le Puy.

²³ Decreto nº 2 da ata de Charroux e decreto nº 4 do texto de Le Puy.

²⁴ Decreto nº 6 da ata de Le Puy.

O principal tema abordado em ambos os documentos é a proteção das igrejas. Com relação à proteção garantida aos inermes leigos, deve-se questionar a extensão desses decretos, lembrando que a palavra “pobre” no segundo artigo do texto de Charroux poderia estar designando apenas os “pobres de Deus”, isto é, os dependentes dos senhorios eclesiásticos, como é proposto por Jean Flori²⁵. Seguindo ainda sua análise dos decretos nº 3 e 6 da ata de Le Puy²⁶, tais decretos “destacam nitidamente que não se trata de proibições universais que restrinjam o direito senhorial; quem quer que seja em suas próprias terras, [...], pode comportar-se como bem entender”²⁷. Nesse sentido, a paz de Deus não teria sob nenhuma forma um valor universal, pois este movimento estaria unicamente preocupado com a autodefesa da Igreja e em “educar” os senhores laicos e seus cavaleiros, colocando-os a seu serviço.

O discurso da paz de Deus, assim como o da hagiografia de Geraldo de Aurillac, tentava persuadir os cavaleiros a proteger as igrejas e seu pessoal. Não se tratava, portanto, de civilizar ou cristianizar uma cavalaria turbulenta e sedenta em demonstrar sua coragem. Os cavaleiros da primeira idade feudal já eram bastante comedidos e prudentes, entretanto, cometiam excessos nas guerras contra os bens da Igreja através da vingança indireta. Sendo assim, normatizar a cavalaria não significava civilizá-la, mas colocá-la a serviço da Igreja, através de normas de conduta social. Assim, era possível minimizar os efeitos colaterais das guerras.

Sobre o caráter antissenhorial da paz de Deus, a análise das atas conciliares demonstrou que tal proposição não se sustenta. Podemos dizer que o discurso de paz reflete os conflitos sociais do contexto sócio-ideológico em que está inscrito. Sendo assim, em nenhum momento tal discurso contesta os direitos senhoriais sobre as classes que constituem a ordem dos *laboratores*. Os senhores continuam tendo o direito de taxar, obter rendas dos homens fixados em seu senhorio e explorar seu trabalho. A coerção extra-econômica característica do modo de produção feudal não é interdita pelo discurso de paz. Os únicos limites impostos ao direito dos senhores laicos eram as taxas injustas cobradas das propriedades eclesiásticas, a interferência nos assuntos da Igreja e as pilhagens efetuadas contra os clérigos e seus dependentes, como deixam claros os decretos nº 2, 4, 5 e 7 da ata de Le Puy.

²⁵ FLORI, Jean. Guerra santa: Formação da ideia de cruzada no ocidente cristão. Campinas, 2013, p. 82.

²⁶ Cabe destacar que o texto analisado por Flori, referente à ata de Le Puy, é diferente da tradução para o inglês analisada pelo autor do presente artigo.

²⁷ *Ibid.*, p. 79.

Em suma, é ainda necessário destacar o quão emblemático é o decreto nº 4.

Ninguém deve capturar um camponês, seja homem ou mulher, com o propósito de fazê-lo comprar sua liberdade, a menos que o camponês tenha perdido sua liberdade. Isso não significa restringir o direito do senhor sobre os camponeses que vivem em suas terras ou nas terras que ele reivindica²⁸.

À primeira vista, parece se tratar apenas de um decreto que interdita algumas práticas de guerra contra os camponeses. No entanto, ele faz um adendo importantíssimo, que dá claro sinal sobre o caráter do movimento de paz: “Isso não significa restringir o direito do senhor sobre os camponeses que vivem em suas terras ou nas terras que ele reivindica”²⁹. Nesse trecho, os direitos dos senhores laicos sobre seus dependentes são defendidos, manifestando o compromisso dos bispos com a aristocracia laica. Não há nestes documentos, um único decreto que sustente a proposição de que havia uma forte pressão camponesa sobre os dirigentes das assembleias de paz. Por isso, o motor do movimento da paz de Deus não parece ter sido a tensão entre camponeses e senhores, mas o conflito no seio da classe dominante, entre o clero e a aristocracia laica.

Além disso, o discurso de paz é solidário ao esquema das três ordens exposto por Aldebarón de Laon em seu poema ao rei Roberto (1027). Ambos professavam o programa de proteção da Igreja, embora pregassem diferentes formas de atuação. Vale lembrar que os dois projetos estavam inseridos no processo de libertação eclesiástica, visto que desde o total colapso do Império Carolíngio, em 888, até 1057, a Igreja permaneceu sob o domínio dos leigos³⁰. Nesse período, os eclesiásticos foram obrigados a aceitar a interferência da aristocracia leiga em seus assuntos.

Se a paz de Deus não era um movimento antissenhorial, como é possível caracterizá-lo? A paz de Deus pode ser encarada como um movimento reformista. Segundo a definição de Hobsbawn, esses movimentos “aceitam a estrutura geral de uma instituição ou de um sistema social, ou a consideram capaz de aperfeiçoamento ou de reformas onde os abusos se manifestaram”³¹. Nesse sentido, a paz de Deus foi

²⁸ THATCHER, Oliver J.; MCNEAL, Edgar Holmes. *A Source Book for Medieval History*, Nova York: Scribners, 1905, p. 401.

²⁹ *Ibid.* p. 401.

³⁰ FRANCO JR, Hilário. *O ANO 1000 - Tempo de medo ou de esperança ?*, São Paulo: Companhia da Letras, 1999, p. 97.

³¹ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 202.

um movimento reformista de autodefesa, que através da estipulação de normas a serem seguidas pelos cavaleiros, pretendia garantir que os nobres respeitassem os direitos senhoriais da Igreja sobre seus próprios bens e pessoal.

É necessário ainda destacar que apesar de se rebelar contra os efeitos indiretos da guerra, o movimento garantia à cavalaria o direito de guerrear, pois reconhecia a profissão das armas como a sua função social, da mesma forma que reconhecia as funções das outras duas ordens. O discurso dos concílios de paz garantia aos senhores e seus cavaleiros um lugar de destaque na hierarquia social, assim como o fez Adalbarón de Laon em seu poema.

O desenrolar da paz de Deus em trégua de Deus, aliado ao desenvolvimento da Reforma Gregoriana na segunda metade do século XI, levou a uma inversão da correlação de forças entre a Igreja e os senhores laicos. Se até meados do século XI, a Igreja estava submetida aos leigos, no final do mesmo século, o chamado à cruzada feito pelo papa Urbano II no concílio de Clermont (1095), o atendimento da convocação papal e a tomada de Jerusalém em 1099, demonstram que a Igreja finalmente conseguia “domesticar” parte significativa da cavalaria.

No concílio de Clermont, o papa Urbano II discursou aos cristãos, principalmente aos homens de armas, dirigindo-os um apelo: salvar os cristãos do Oriente das garras dos infiéis. Parte considerável dos cavaleiros do final do século XI já não eram aqueles de outrora. Diferente dos infiéis, *tyranni* e *infractorespacis*, inimigos de Cristo, estes eram fiéis, alguns inclusive vassalos da Igreja. Portanto, muitos juravam a paz e respeitavam o direito eclesiástico.

Nesse discurso, a Igreja se colocava como a responsável pela paz na cristandade, fazendo referência às instituições de paz. A pregação de Urbano II, assim como os discursos de propaganda da Cruzada feitos por toda a França, tem como um de seus temas a lamentação da violência entre cristãos³². É possível ainda acrescentar que segundo o relato de Odorico Vital (1075 – 1142), o papa “comprometeu aos grandes, os sujeitos e guerreiros do Ocidente, a observar entre eles uma paz durável”³³. Portanto, o discurso de Urbano II não só lamentava a violência entre os

³² BARTHELEMY, Dominique. *A Cavalaria: da Germânia antiga à França do século XII.* Campinas, editora da Unicamp, 2010, p. 319.

³³ VITAL, Odorico. *Documento nº 3*. In: ABACUS, revista. 27 de noviembre de 1095: El llamamiento a la Primera Cruzada. Las crónicas. Nov. 2012, p. 20. Disponível em: <http://www.ricardocosta.com/sites/default/files/abacus_especial_el_concilio_de_clermont.pdf> Acesso em 01 mai. 2014.

fiéis, mas também os impelia a manter a paz entre eles, assim como ocorria nos concílios de paz, a fim de assegurar a ordem senhorial na sociedade cristã.

Além disso, o discurso do papa impelia a cavalaria a fazer um uso justo da violência, assim como previa as disposições de paz. Seu exercício não era totalmente negado aos cavaleiros, contanto que eles respeitassem os espaços, pessoas e períodos protegidos pelas instituições de paz. Eles jamais foram obrigados a renegar sua função social. Pelo contrário, Urbano II, como bom gregoriano, lhes oferecia a oportunidade de direcionar seu ardor guerreiro contra os infiéis do Oriente em troca de benefícios espirituais e materiais.

Através dos concílios de paz, a Igreja conseguia recrutar alguns cavaleiros para sua causa. E aos que insistiam em exercer os maus costumes, os clérigos tinham a esperança de convertê-los em bons cavaleiros, por um lado, aplicando-lhes o anátema, por outro, lhes dando a oportunidade de reparar suas ações. O anátema e a possibilidade de reparação do mal causado pelo infrator podem ser vistos no primeiro decreto da ata de Charroux: “Anátema contra aqueles que invadem igrejas. Se alguém invade e rouba uma igreja, ele deve ser excomungado, a menos que ele faça a restituição”³⁴. Enfim, o discurso de Urbano II demonstra que esta reforma teve um êxito significativo.

Não é absurdo concluir que a Igreja tenha normatizado o uso da violência através do discurso de paz. Nessa perspectiva, a paz de Deus teria colaborado para normatizar a atividade militar, delimitando as pessoas e lugares passíveis de ataque, os períodos que a guerra era legal, as pessoas autorizadas a declarar a guerra e o papel dos cavaleiros na sociedade senhorial. Ao fazer isso, este movimento reformava a ordem senhorial, legitimando sua “vocação” para a violência, e garantindo aos senhores um instrumento primordial para a manutenção de sua posição social.

De modo geral, a paz de Deus colaborou para reafirmar a ordem senhorial francesa, cujo desenvolvimento começou a se processar desde o colapso do Império Carolíngio no final do século IX e não durante a suposta revolução feudal do ano 1000. Contudo, a paz de Deus assumiu um papel limitado na fixação dos traços dessa sociedade. Podemos dizer que colaborou para legitimar o domínio senhorial e a atividade guerreira, para consolidar e difundir a ideologia das três ordens, além de

³⁴ THATCHER, Oliver J.; MCNEAL, Edgar Holmes. *A Source Book for Medieval History*, Nova York, Scribners, 1905, p. 400.

contribuir para a reforma do comportamento de parte significativa da cavalaria. Enfim, apesar de ser um movimento limitado, a paz de Deus merece atenção, pois teve papel relevante na consolidação da ordem senhorial e foi imprescindível para alçar a Igreja ao topo da topografia social do século XI.

Capítulo 18: UMA BREVE REFLEXÃO ACERCA DA RELAÇÃO CIDADE – CAMPO. O FORAL DE GUIMARÃES (SÉCULOS XI-XII).

Matheus Gadioli Pires Camacho¹

Este trabalho, fruto de primeiras reflexões para um projeto de pesquisa monográfica, consiste, inicialmente em análise do Foral de Guimarães, cuja datação é correspondente ao final do século XI, sendo estabelecido pelo conde Dom Henrique. O contato com tal registro se apresenta como uma espécie de janela para a compreensão de relação fundamental que se estende aos dias atuais, obviamente, com outra roupagem: a relação cidade-campo, sendo essa o combustível que faz explodir algumas questões no que diz respeito a tal objeto no contexto da Idade Média Central.

Pretende-se ainda a formalização de breve e parcial reflexão acerca das relações entre campo e cidade, tendo em vista a inicial aproximação com a historiografia. O assunto foi introduzido a partir de artigos e livros que recortam a relação a ser estudada, a situação campestre ontem e hoje e o caso citadino português. Visto o estágio em que a pesquisa se encontra, não será uma surpresa que talvez esse artigo se apresente com uma face de ensaio, no qual pretendo vislumbrar os primeiros caminhos e tomar primeiras posições, ou que a análise da fonte talvez se apresente com maiores traços descritivos, embora tenha dedicado grande empenho em fugir desta armadilha.

O AGENTE OCULTO DA HISTÓRIA

Desde a revolução agrícola, é possível dizer que um segmento social fundamental para a reprodução da espécie humana se faz presente, o campesinato. Essa categoria, no decorrer da história, vem sendo estrangida por sistemas hegemônicos de dominação e exploração. Adaptando-se a essas estruturas, o campesinato atravessa a história em diferentes momentos, sendo assim possível buscar linhas estruturantes em um corte sincrônico nos casos que lhes são referentes. Porém, essa capacidade de adaptação não corresponde à passividade como característica deste segmento, pelo contrário, a história do campesinato é marcada por diversas formas de resistências, negociação e luta.

¹ Graduando do 7º período do curso de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Considero que seja relevante olharmos tal relação nos dias atuais e enxergarmos um deslocamento de eixo entre campo e cidade. Mesmo sabendo dos perigos do método comparativo, não vejo outra forma de averiguar as transformações que a transição Feudalismo-Capitalismo trouxe para a vida do homem no decorrer deste processo: da hegemonia do campo para a hegemonia da cidade. Se na Idade Média as cidades em sua maioria são tomadas por um caráter “ruralizante”, a que grau o Capitalismo mobilizou a descaracterização do campo? E, visto que o processo não se findou, até onde será isso possível? Para além de uma questão espacial, é preciso também atentar para a condição dos camponeses neste contexto de transformações.² Será possível dizer que o campesinato, presente desde a “revolução” agrícola, se encontra em seus dias finais? A que nível de contradição esta situação pode ser considerada pelos historiadores? Como o Capitalismo vem lidando com os conflitos presentes no campo? Como as ciências humanas estão lidando com o conceito de camponês?³ Não são necessariamente estas as questões que norteiam diretamente este trabalho, mas as deixo aqui, uma vez que o historiador, vivendo o presente, encontra nele as forças que o mobilizam a recorrer ao passado em busca da desnaturalização de sua própria realidade, procurando também, dentro dos limites impostos, a articulação de questões que dizem respeito a um futuro possível. Dessa forma, se não explícitas, tais indagações estão de alguma forma presentes num contexto de reflexão mais geral deste trabalho.

A historiografia por muito tempo abstraiu os camponeses da própria história, já que os registros trabalhados pelos historiadores não se referem diretamente ao campesinato, mas sempre aos senhores, burgueses, a uma propriedade ou a produtos, porém se esquecem de que o senhor não pegava em ferramentas para trabalhar o solo; a propriedade, quando doada, levava consigo famílias ali alocadas; e os produtos, para irmos além de uma intervenção divina, não eram “manás do deserto”, nem provindos de uma “economia natural”, mas sim fruto do trabalho humano, do trabalho camponês. Será este tipo de olhar que procurarei lançar sobre a fonte no processo de desenvolvimento da pesquisa, procurando reconhecer os espaços, as ações, os

² A obra que ultimamente mais me tem feito pensar nessas questões é: WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo, 2011, pp. 536.

³ Para o início de uma resposta a essa última questão no recorte do caso brasileiro, ver: MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. *Revista NERA*, Presidente Prudente, 2008, p. 57-67; CARVALHO, Horacio Martins de. Na sombra da imaginação: reflexão a favor dos camponeses. Curitiba, 2010, pp. 16.

trabalhos que faz com que seja possível perguntar até onde o estudo das cidades na Idade Média, mais precisamente a partir do século XI, também não é um estudo do campesinato.

Assim, minha posição frente à dinâmica entre o campo e a cidade tende ao caminho de que sua presença nas discussões a respeito das formas de organização socioespacial e socioeconômica do trabalho e das relações de poder, ontem e hoje, são de fundamental importância para o debate da transição. Tal dinâmica serve, também, para refletirmos sobre o lugar da cidade nos sistemas os quais se colocam como cenário de atuação dos agentes da história.

ALGUMAS TENDÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS

Após essas palavras introdutórias, passemos a uma geral explanação historiográfica acerca da relação entre Feudalismo e as cidades, com base no artigo de José D' Assunção Barros, “Cidade medieval e Feudalismo – Um balanço da questão”⁴ e também com referência no artigo de Angus Mackay, “Ciudad y Campo en la Europa Medieval”⁵.

Sobre o primeiro, pode-se dizer que o artigo promove um breve e resumido contexto de posições historiográficas com base no livro de Jacques Le Goff *O Apogeu da Cidade Medieval* (1980), focando principalmente na relação entre Cidade e Feudalismo. Barros enumera quatro posições fundamentais: 1) A cidade como um poder feudal ou uma senhoria; 2) A cidade como uma expressão “antifeudal”; 3) A cidade como um território encravado no sistema feudal, sendo o sistema urbano um “aliado” do sistema feudal; 4) Cidade e Feudalismo como dois fatores que formam um sistema integrado, sendo também chamado por José Luís Romero de “sistema feudo-burguês”⁶.

A respeito da primeira posição, é possível datá-la em meio ao século XIX e início do XX.⁷ Essa concepção foi expressa de diversas maneiras, visto que, de fato, há fontes que parecem, por exemplo, tratar a cidade como um “vassalo coletivo”,

⁴ BARROS, José D' Assunção. *Cidade Medieval e Feudalismo. Publicatio*, Ponta Grossa, 2008, p. 289-300.

⁵ MACKAY, Angus. *Ciudad y Campo en la Europa Medieval. Studia Historica. Historia Medieval*. Salamanca, 1984, p. 27-54.

⁶ Para as devidas ressalvas, ver: BARROS, José D' Assunção. *Op. cit.* p. 295.

⁷ Mesmo sendo datada a tais contextos, tal abordagem ainda se mostra pertinente em propostas e estudos atuais. Ver GILLI, Patrick. *Cidades e Sociedades Urbanas na Itália Medieval: (Séculos XII-XIV)*. Campinas; Belo Horizonte, 2011, p. 205-233.

principalmente em época de consolidação de monarquias feudais, onde o rei relacionava-se com os concelhos por meio destes “tratados vassálicos”. Não podemos negar essa acepção da cidade dentro o contexto estudado, porém, ao mesmo tempo, não é possível reduzir a mesma apenas a um senhorio coletivo, visto as diversas funções desempenhadas pela cidade e na cidade. Outro fator é a diferença entre um tratado de vassalagem coletivo e um tratado de vassalagem individual, Como disse Barros: “a mera utilização de uma imagem comum não iguala duas situações tão diferenciadas”.⁸

A segunda posição, que coloca a cidade como algo estranho ao contexto feudal, se encontra hoje superada desde meados do século XX. Como argumento à superação dessa posição, é possível dizer que trazer as cidades como uma célula autônoma a tudo e a todo o mundo que a rodeia é tirar o objeto de seu contexto maior e ignorar a interdependência que há nas relações sociais presentes tanto no interior citadino, quanto no que se expressa dos seus muros para fora. Por mais forte que fosse a muralha, por maiores que fossem suas dimensões, não há pedra empilhada ou madeira erguida que faça parar as forças de toda uma lógica social e econômica, ou que promova um isolamento intransponível.

Assim como Barros, Mackay também tece suas críticas às duas primeiras correntes aqui já mencionadas. De forma resumida, classifica a primeira como jurisdicionista e reconhece sua utilidade para certas propostas de estudo. Além disso, faz uma contraposição dessa perspectiva com outra noção de cidade, essa agora como um conceito socioantropológico, que o autor resume em ser “a cidade como coisa”. As críticas a esse conceito perpassam uma demasiada generalização, o que descaracterizaria cada cidade de suas particularidades. Quanto à segunda tendência, as críticas de Mackay se expressam principalmente quando é tratado o tema da transição, onde se procurou colocar a concepção da cidade como “partera del capitalismo”.

Las ciudades como tal tenían poco que ver con la transición al capitalismo, y aunque se pudieran citar algunas que jugaban el papel de una función transformadora, había muchísimas que no cumplían tal función. De aquí los intentos de dividir las ciudades preindustriales entre “las parasitas” y “las estimulantes”. Pero en realidad dicha división tampoco es válida.⁹

⁸ BARROS, José D' Assunção. Op. cit. p. 294.

⁹ MACKAY, Angus. Op. cit. p. 32.

Logo em seguida, Angus Mackay recorre a Kriedte, Medrick e Schlumbohm, esses que não consideram a redução simplista da separação entre o mundo rural e o mundo urbano. Os autores mobilizam o argumento do que chamam de “protoindustrialização”, fenômeno que “engendraba nuevas conglomeraciones, cuasi-villas sin privilegios urbanos o gremiales”. Com isso, Kriedte, Medrick e Schlumbohm destacam que em tal estudo não é recomendável elaborar distinções esquemáticas entre indústrias rurais e urbanas.¹⁰

Não é possível ignorar a função do campo num mundo, até então, essencialmente rural, onde há pessoas que vivem do trabalho e atividades que não são diretamente ligadas à agricultura, além do fato dessas mesmas atividades, muitas vezes, também serem realizadas no campo. Se não for dessa maneira, onde encontraríamos a dinâmica entre a cidade e o campo? Essa negação à última posição apresentada se consagra a partir das duas próximas correntes que, mesmo diferentes, carregam tal reconhecimento. “Se a cidade e o mundo da produção feudal serão colocados como parte de um único sistema, ou se serão tratados como dois sistemas aliados ou complementares, esta já é uma opção que deverá tomar o historiador.”¹¹

Com essa passagem Barros sintetiza e toca nos dois pontos principais que fazem a diferença entre a terceira e a quarta tendência, agora, na historiografia atual. Como expressão de cada posição, o autor elege Yves Barel – historiador que concebe cidade e feudalismo como dois sistemas aliados – e Jacques Le Goff – que adapta a noção de “sistema feudo-burguês” de José Luís Romero para tratar a cidade “como parte integrante” de um “sistema de civilização” único e integrado, juntamente com o feudalismo.

Sabe-se que, de fato, as cidades carregam uma dinâmica interna que é passível de ser estudada em si. A sua organização espacial, as formas de disposição dos ofícios, as atividades variadas ali empreendidas, o comércio, etc. Todos esses pontos e outros muitos estão contidos no movimento interno da cidade que, por sua vez, ao longo do processo histórico, se diferencia do campo. Entretanto, é possível visualizar uma contradição que permeia tanto a posição de Barel, quanto a posição de Le Goff. Como sistema a parte ou como sistema integrado, os dois historiadores concebem a

¹⁰ Idem. pp. 31-32.

¹¹ BARRÓS, José D' Assunção. Op. cit. 295.

condição da “cidade em si”, o que, como já foi colocado, é possível de ser feito, visto as particularidades citadinas. Porém, mesmo com suas especificidades,

A Cidade Medieval, (...), mantém com o campo uma relação dinâmica, com o sistema feudo-vassálico mútuas assimilações, e além disto insere-se em um sistema territorial mais amplo que já prenuncia a formação das monarquias feudais.¹²

Para completar esta citação de Barros e utilizando as ideias trazidas por Angus Mackay, pode-se dizer que para o segundo autor, enquanto não houvesse uma transformação no modo de produção e a existência do capitalismo agrário, as cidades e seus “burgueses”¹³ estariam vivendo numa lógica feudal. Para Mackay a comercialização urbana da agricultura era apenas um melhoramento das relações rentistas. Os cavaleiros vilãos, ao contrário dos *yeomen* e dos *kulaks*, não foram um elemento de combate à lógica feudal. Mas se inseriram de modo a fazer parte e, de certa forma, a dar continuidade ao sistema vigente, ao mesmo tempo em que também sugerem novas dinâmicas internas. Seria assim possível, para refletir o lugar da cidade, talvez, entre as perspectivas de “Cidade no Feudalismo” e “Cidade e Feudalismo”, vislumbrar a posição de “Cidade do Feudalismo” como uma alternativa mais abrangente e coerente para o que aqui se busca como fim.

O FORAL DE GUIMARÃES

Passemos à fonte: objetivamente, o foral é um documento de cunho jurídico. Outorgado por um senhor a uma comunidade, esta colocava-se sob a jurisdição daquele. Ficavam definidos também os direitos e deveres mútuos por meio das normativas, além de certo grau de autonomia aos habitantes da comunidade em troca de rendas.

No caso de Guimarães, o foral inicialmente foi concedido pelo conde D. Henrique, em 1095-1096.¹⁴ Há algumas divergências quanto à cronologia do documento. O debate é com base no confronto com o foral de Constantim de Panoias – outra cidade cujo foral data também de 1096 e reserva certo parentesco com o de Guimarães. Segundo

¹² Idem, pp. 295-296.

¹³ Mackay apresenta “burguês” como status jurídico. Ver pp. 50-53.

¹⁴ AZEVEDO, Rui de. Documentos Medievais Portugueses: documentos do Conde D. Henrique e de D. Teresa (1095-1128). Documento I, vol. I, tomo I, Lisboa, 1958, p. 1-3.

António Matos Reis¹⁵, o primeiro povoado a receber um foral no Condado Portucalense após a tomada de D. Henrique a seu cargo foi Guimarães. A cidade tornou-se o local onde se situava a residência oficial do conde e sua mulher, Dona Teresa. Ligando esta outorga a um contexto mais geral:

Pode afirmar-se que é o primeiro acto político conhecido do Conde D. Henrique, enquadrando-se na sua política de povoação e organização do território através da outorga de forais destinados a apoiar o desenvolvimento de centros urbanos e de cartas de aforamento, de doações e de cartas de couto, concedidos com o fim de incrementar a exploração da terra, mas insere-se ao mesmo tempo num amplo movimento que animava a Espanha cristã e, em grande parte, se enquadra no processo de renovação da vida urbana que então anima a Europa.¹⁶

Segundo o mesmo autor, tal documento seguiu o modelo do foral de Logroño, muito influente nas regiões de Castela, Leão e Navarra pouco depois de sua cessão. O foral de Guimarães passaria ainda, em Abril de 1128, por uma confirmação e ampliação por parte do infante D. Afonso Henriques, aumentando os direitos dos habitantes da cidade. Mais tarde, haveria D. Afonso II confirmar as cartas e os foros outorgados pelo conde D. Henrique e pelo infante D. Afonso Henriques.¹⁷

De forma bem definida, o documento apresenta sua estrutura contendo primeiramente a apresentação de quem está concedendo o foro e a quem o mesmo se dirige. Logo em seguida são colocadas rendas anuais sobre habitação, e também outras diversas, como as rendas sobre comércio, produtos, portagem, etc. Há também normativas a respeito das práticas lícitas e ilícitas que deveriam ser seguidas pelos habitantes, onde encontramos não apenas rendas sobre o que poderia ser feito ou não, mas aquilo que com alguma frequência era praticado pelas pessoas que ali

¹⁵ REIS, António Matos. “O foral de Guimarães – primeiro foral português – o contributo dos burgueses para a fundação de Portugal”. *Revista de Guimarães*, Guimarães, 1996, pp.55-77. Ressalvo que o autor protagoniza a burguesia em sua análise. Aqui o que se procura é protagonizar o campesinato.

¹⁶ *Idem*, p. 2.

¹⁷ Aqui consideramos o documento contendo essas três etapas. Ver AZEVEDO, Rui de. *Documentos Medievais Portugueses: documentos do Conde D. Henrique e de D. Teresa (1095-1128)*. Documento I, vol. I, tomo I, Lisboa, 1958, p. 1-3.

residiam. As confirmações posteriores provenientes de D. Afonso Henriques e D. Afonso II reafirmam o raciocínio.

Dessa nova dinâmica, outro segmento social ganha espaço, a burguesia. É possível encontrar número relevante de normativas que garantem aos burgueses alguns privilégios como a isenção de pagamento de rendas como a *fossadeira* já na confirmação de D. Afonso Henriques de 1128.

E daquelas heranças daqueles burgueses que comigo resistem ao mal e pena em Guimarães, nunca paguem fossadeiras, e seus bens, em qualquer lugar que estejam, sejam livres. E aquele que prender [tais bens] por mal, pague a mim LX soldos e, sobre aquele bem, o dobro para o seu dono.¹⁸

Vale lembrar que a *fossadeira* era um imposto pago por aqueles que não se dirigiam à cavalgada ao fossado para atacar e pilhar campos inimigos. Sua isenção era promovida quando um concelho ou um povo se colocava na frente dos inimigos, ou por serviços prestados à coroa.¹⁹ O segundo seria o caso de Guimarães, confirmando a lógica feudal da relação entre habitantes da cidade e seu senhor.

Para focarmos neste ponto, resgatemos as primeiras linhas da confirmação de D. Afonso Henriques: Em nome de Deus, eu, infante Dom. Afonso Henrique, ao meu agrado, por boa paz e por boa vontade o que é feito aos homens bons de Guimarães tanto o que vós fizestes honra e respeito sobre mim e fizestes a mim bom serviço e com fidelidade, (...)”.²⁰ Nessa passagem vemos uma espécie de justificativa à passagem anterior, em parágrafo supracitado, permitindo a leitura de que aquelas isenções colocadas e outras proteções aos burgueses de Guimarães indicam que a dinâmica da cidade e suas relações com o senhor, são inerentes à fase a qual se encontrava o sistema socioeconômico da época.

Sobre o mercado e a circulação de bens, a documentação nos permite ter algumas noções sobre parte dos produtos que ali passavam por meio das rendas

¹⁸ Tradução livre de: AZEVEDO, Rui de. Foral de Guimarães. *Documentos Medievais Portugueses: documentos do Conde D. Henrique e de D. Teresa (1095-1128)*. Documento I, vol. I, tomo I, Lisboa, 1958, p. 2. Original: “Et de illas hereditates de illos burzeres qui mecum sustinuerunt male et pena in Vimaranes nunquam donet fossadeiras et suo auer umbicumque steterit sit saluus et qui illum prendiderit per malum pectet mihi LX solidos et insuper illo auer duplato ad dominum suum..”

¹⁹ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e freses que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Tomo I, Lisboa, 1865, p. 336-337.

²⁰ Tradução livre de: AZEVEDO, Rui de. Foral de Guimarães. *Doc...*, Lisboa, 1958, p. 2. Original: “In Dei Nomine. Ego infante domno A[lfonso] Enriquiz. Placuit mihi per bona pace et per bona uoluntate quod faciam ad bonos homines de Vimaranes proinde quod uos fecistis honorem et cabum super me et feciste mihi seruicium bonum et fidele”.

cobradas. Desde bancas de carne, até animais ou produtos derivados desses. Há também rendas reservadas a produtos têxteis como *capa*, *sagia* e *manto*. De acordo com o contexto o qual tais elementos se inserem no foral do conde D. Henrique e resgatando as discussões sobre protoindustrialização de Kriedte, Medrick e Schlumbohm elaborada aqui a partir de Mackay, algo que parece ser pertinente talvez seja buscar nos produtos, provindos de animais ou manufaturados, o trabalho camponês. Isso, sem dúvida, tentando pensar para além do abastecimento de produtos para a satisfação das necessidades fundamentais e primárias de reprodução material do ser humano. Com isso, pode-se afirmar que esse fator é algo que precisa ser ainda melhor pensado e trabalhado, mas que se coloca como grande desafio desse estágio da pesquisa.

Dentre os problemas aqui apresentados, e entre as ainda poucas afirmações que arrisco fazer, é possível postular que não há, em nosso caso, um combate à lógica feudal. Pelo contrário, as relações que se colocavam no campo, com outra roupagem, eram projetadas no interior dos muros das cidades; a burguesia, longe de ser um “corpo estranho” na sociedade, ao seu modo, contribuía para a reprodução das práticas sociais na ordem estabelecida, para além, percebe-se uma inclinação dos senhores para o estímulo do mercado, visto as rendas cobradas pelo que se vendia e circulava na cidade.²¹ Junte-se a isso o processo de monetarização e o desenvolvimento das relações rentistas.²² O campesinato, por sua vez, abastecia a si mesmo e sustentava toda essa gente, não só com alimentos, mas também com produtos diversos, como animais, pele de coelho, couro de boi ou de vaca, dentre outros.

Tendo em vista o caráter geral e inicial da abordagem que aqui se apresentou, a pesquisa se encontra longe de estar concluída e os movimentos presentes na relação campo-cidade ainda encontram-se distantes de serem esgotados. Os próximos passos passarão por novas leituras referentes à especificidade agrícola portuguesa, além de análises de outros forais e tipos documentais para que haja uma base de implantação

²¹ BARROS, José D' Assunção. Op. cit. p. 297-298.

²² Não há uma renda imposta no foral que seja paga em espécie. Claro que isso não quer dizer que o pagamento em espécie havia desaparecido, mas denota o processo de monetarização e circulação de moeda, essa que não deixou de existir, mesmo nos tempos em que seu uso não era corrente no cotidiano da maioria das pessoas no medievo.

do método comparativo em relação às semelhanças e diferenças das dinâmicas campestres e citadinas em outras regiões do reino português.

Capítulo 19: RENASCIMENTO CULTURAL DO SÉCULO XII-XIII NA TÓPICA SATÍRICA DOS CARMINA BURANA

Maycon da Silva Tannis¹

No Século XII, umas séries de transformações profundas e de mudanças vertiginosas operaram-se no seio da sociedade europeia. Parte da historiografia recente trata do tema chamando-o “Renascimento”, em respeito à obra primeira sobre o tema, escrita por Charles Homer Haskins, em 1927: *The Renaissance of the Twelfth Century*, onde o autor localiza um momento em que novos tipos são produzidos e novas técnicas são utilizadas. Haskins trata tanto este “Renascimento” como o do século XVI da mesma maneira, mas sem a intenção de Burkhardt de encontrar as raízes da Renascença do século XVI dentro do humanismo da Idade Média ou de quaisquer outras raízes fincadas dentro do período, como comenta Jacques Verger:

Seu Propósito era, ao contrário, valorizar a especificidade medieval do “Renascimento do Século XII”, mas salientando, ao mesmo tempo em que este renascimento partilhava com o do século XVI, especialmente no plano cultural, alguns traços comuns: Restaurar a honra dos textos vindos da Antiguidade Clássica, até então, negligenciados ou desconhecidos, a adoção, mais ou menos completas, dos valores intelectuais, morais e estáticos transmitidos por esses textos e por fim, como consequência, o desenvolvimento de um setor, senão laicizado, em todo caso menos estreitamente controlado pela igreja, do saber e do pensamento.²

Ou seja, o Renascimento do Século XII é tratado por Haskins como um momento próprio, um momento em que a cultura reflete e mostra a sensação de novidade e de, como o próprio termo renascimento, de ressurreição. Isso é o que difere, segundo Verger, o Renascimento do Século XII do ocorrido no século XVI: a sensação de que se operava uma ressurreição, em uma sociedade que aparecia por cima dos cadáveres deixados pela queda do Império Romano, sem se ter a impressão de serem precedidos por um período de trevas, como é o caso do renascimento do

¹ Mestrando (CAPES) no Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Email: ms.tannis@yahoo.com.

² VERGER, Jacques. *La Renaissance du XIIIe Siècle*. Paris: Éditions du CERF, 1999. Página. 11

século XVI. Mas Verger é mais pontual e afirma que apesar de existir a compreensão de uma “Renovação” (*Renovatio*) e de uma “Reforma” (*Reformatio, Restauratio*), que sugerem mais a retomada de um desenvolvimento perturbado por diversos “abusos”, eles valorizam também as noções de juventude, desabrochar, de florescência e de vitalidade exuberante,³ que eram até mesmo guiadas pelos conceitos tomados da Antiguidade, mas sem serem somente a imitação pueril desses, não chegando a “comandar os esquemas culturais e mentais da época.”⁴

Essa noção sobre a dupla interpretação do uso dos textos latinos é, como coloca Christopher Brooke⁵, tão dúbia que não se pode ver de onde veio e para onde vai. Mais corretamente, a historiografia desde Haskins analisa esse momento como único e que apesar de ter seus efeitos notados em vários outros momentos, e de ter sido recuperado pela modernidade pós-napoleônica, não se lhe pode apontar com certeza uma única direção de onde veio e para onde foi, mas como um estudo de caso que existiu e marcou época.

Mas não foi somente o plano cultural que se modificara no século XII, pois isso não explicaria todas as mudanças que são vistas na mentalidade, que aparecem obviamente no objeto deste estudo que são os versos do Codex Carmina Burana. Mas que transformações são essas? Chamados de “fatores de expansão” por Verger e considerados um por um por Georges Duby em sua obra “O Ano Mil”, tais como a questão da estabilidade, aumento na produção de alimentos, crescimento demográfico, arroteamento, desenvolvimento das cidades, retorno do dinamismo econômico junto da retomada da expansão territorial do Ocidente. Todos esses aspectos são geradores de divisões sociais, pelo aparecimento de novas relações. Isso vai afetar diretamente as ordens que já se encontravam sedimentadas, ou seja, as inovações de uma época de inovação geravam tensões entre o novo e o velho, sob a forma de contradições sociais.

Em concordância está José Rivair Macedo ao comentar que as transformações nas estruturas do pensamento foram tão profundas a ponto de afetar diretamente a concepção dicotômica entre o corpo e alma, e mesmo que ainda com suas devidas

³ VERGER, Jacques. *La Renaissance du XIIIe Siècle*. Paris: Éditions du CERF, 1999. Página 14

⁴ Idem. Página 16.

⁵ BROOKE, Christopher. *O Renascimento do Século XII*. Editorial Verbo: Lisboa, 1972. Página 22.

restrições, se formava um novo ideal sobre o homem, um “Humanismo”, por si só diferente, conceitualmente falando, do Humanismo renascentista. Mas não tão díspar, no sentido de que também valorizava a ação humana. O autor nos diz que “podemos falar, pois, de uma revalorização das categorias profanas da existência, de um humanismo que penetra nas formas tradicionais de pensar e altera as formas de concepção do mundo.”⁶. O que por si só é um ponto de crítica à historiografia que trata a Idade Média como uma época de plena estabilidade e sedimentação social como se nada tivesse se movido ou tensionado.

Esses tempos novos, tempos de inovação (*inovatio*) são de reconhecimento daqueles que viveram e foram testemunhas oculares de tudo o que se passou. Podemos citar o exemplo apontado em um dos três temas mais recorrentes de Carmina Burana, o Amor, não necessariamente o Amor Cortês ou das Cantigas de Amor, mas a questão do Amor no sentido de erotismo, de clara influência ovidiana, ligado diretamente à primavera ou ao verão, que são as fases de clima mais ameno, onde se concentram a maior parte dos festejos e celebrações públicas. Uma experiência de liberdade e júbilo, como em alguns casos, quando o pacto entre o ouvinte e o autor do discurso é tomado como libertinagem e imoralismo, mas essa questão não será trabalhada nesse trabalho.

Tomemos como exemplo os versos de duas composições diferentes:

Tempori Brumali

Vir Patiens

Animo vernali

Lasciviens

O! O! Totus Floreo

Iam amore virginal

Totus ardeo

Novus novus,

Novus amor, est

⁶ MACEDO, José Rivair de. *Riso, Cultura e Sociedade na Idade Média*. 1ª Edição. São Paulo: 2000. Editora da Universidade e Editora UNESP. Página 65.

Quo Pereo!⁷⁸

...

Swaz hie gat umbe

Daz sint alles megede

Dia wellent na man

Allen disen sumer gan!⁹¹⁰

Em ambos os casos a vida, o momento e a situação da vida, bem como o próprio ar de sensualidade e de sexualidade, são colocados como tensões que são feitas durante a primavera, durante os “tempos quentes” que é a estação, desde uma tradição anterior, onde há o florescer, não somente das considerações e visões sobre as relações sexuais, como fica demonstrado na literatura cortês, mas das atividades lúdicas e de certas atividades que só podem ser executadas durante as amenidades do ano. Nota-se pela questão da oposição entre controle/descontrole demonstrada nos primeiros versos da primeira citação, que o homem passa por fases, tanto quanto a natureza a qual ele está ligado. Se numa estação é hora de controlar-se, na outra é hora de se soltar, assim, seguindo a lógica própria do camponês que se organiza a partir dos ciclos naturais das estações, em conformidade ao que vai ter de fazer. Na segunda citação, escrita em vernáculo (baixo-alemão), trata-se de uma música de roda, e narra o mesmo tema com o mesmo sentido. Mas na situação feminina dessa vez, observa-se o grifo do autor medieval para uma roda de mulheres, solteiras, que celebram o verão, ou seja, se alegram em todas as ações que o verão encerra. Mas, ao menos na primeira canção, não está indicado que era de um camponês que se tratava, o que já indica uma forma de generalização, um lugar comum de atuação, o homem

⁷ CB 17 O Fortuna. In WOENSEL. Maurice Van. *Carmina Burana: Canções de Beuern*. São Paulo: 1994. ARS POETICA. Página 77.

⁸ Na estação do Outono/ O homem é Paciente/Na primavera soltamos a concupiscência/ Ó, Floreço todo, pois estou agora apaixonado por um amor novo/um novo amor que me faz desfalecer.

⁹ CB 17 O Fortuna. In WOENSEL. Maurice Van. *Carmina Burana: Canções de Beuern*. São Paulo: 1994. ARS POETICA. Página 73

¹⁰ Dançam em roda animada/ as moças dando a mão/nenhuma delas é casada/ elas celebraram o verão.

(vir) em seu microcosmo, organizado pela natureza como um todo, no seu macrocosmo.¹¹

Para Jacques Verger¹², a possibilidade de expansão no século XII advém de uma série de transformações e reorganizações do poder fruto de tempos anteriores, onde houve um grande crescimento e uma prosperidade abundante, isso a partir da argumentação que parte do princípio de que os séculos XII e XIII, que estamos chamando aqui de Renascimento Cultural, estão localizados em um momento histórico de crescimento demográfico intenso, já notado em várias regiões da Europa desde o século X, principalmente nos anos que se seguem ao ano Mil, se pensarmos que o período escatológico¹³ havia sido eliminado, ao menos, da realidade temporal do calendário cristão, como afirma Georges Duby¹⁴. A base desse crescimento está relacionada com o desenvolvimento agrícola vindo da expansão das terras cultivadas, melhor domínio do espaço natural, novas técnicas de produção e diversificação dos alimentos. Assim, o florescer de uma agricultura muito mais efetiva e capaz de alimentar e criar excedentes pode alimentar os novos grandes polos de produção cultural daquele momento, as Cidades. Agora, a cidade não divide mais os alimentos com o campo, ela vive de seus excedentes e os acumula como a um tesouro. Podemos notar também que a cidade deixa de ser um lugar de acomodação e proteção, para se tornar um centro de produção de saberes e um lugar de poder.

Nesse momento, as cidades ainda não são tão populosas como hoje em dia, podemos citar o exemplo de Paris que, em seu auge, tinha aproximadamente 200.000 habitantes, como nos informa Verger¹⁵. Outro importante fator em termos de economia que influencia a nova forma de vida do século XII foi o reestabelecimento de uma economia monetária, tomando em consideração que o período denominado pela historiografia de Alta Idade Média foi marcado por uma economia-natureza, momento em que houve uma grande emissão de moedas que se tornam o foco central das relações de troca e consumo de mercadorias, como também a cunhagem artística

¹¹ MACEDO, José Rivair de. *Riso, Cultura e Sociedade na Idade Média*. 1ª Edição. São Paulo: 2000. Editora da Universidade e Editora UNESP. Página 45

¹² VERGER, Jacques. *Cultura Ensino e Sociedade do Ocidente nos Séculos XII e XIII*. Editora EDUSC: Rio de Janeiro, 2001. Página 65.

¹³ Chamado Milenarismo, são todos os movimentos que interpretam a segunda vinda de Cristo como um evento marcado por uma data importante, no caso, o conceito trabalhado por Georges Duby, relaciona o ano 1000 e o ano de 1033 (mil anos depois da morte de Cristo que morreu com 33 anos, segundo a tradição católica) com esse momento escatológico, ou seja, de fim dos tempos e o juízo final.

¹⁴ DUBY, Georges. *O Ano Mil*. Lisboa: Edições 70, 1980. Página 123.

¹⁵ *Ibidem*. Página 23.

de moedas que adquire uma grande importância. Por fim, há também o retorno do empréstimo como motor das relações econômicas, e apesar de ser um potente motor, a Igreja ainda manterá suas críticas quanto à usura.

A vida Intelectual também é afetada por essa mudança da economia. Assim encontra, no clima de efervescência econômica das cidades, um amplo palco para os novos investimentos a respeito de um ofício ligado à produção de saber. Conforme afirma Verger:

A Vida Intelectual encontrou, evidentemente, condições favoráveis neste contexto de abundância material crescente. Havia disponibilidade de uma liquidez mais abundante para os investimentos, no final das contas bastante modestos, que o desenvolvimento da escola e da cultura requeria: Remuneração dos mestres, subsistência dos escolares, fabricação dos livros dotação dos colégios etc. Mais amplamente, a vida intelectual se beneficiou de uma atmosfera mental certamente mais propícia que na alta idade média, atmosfera da cidade e do Canteiro Urbano, atmosfera de nova liberdade alimentada pelas garantias e franquias individuais a partir de então consentidas aos cidadãos, da intensidade das tomadas de palavra pública.”¹⁶

Esse novo modelo social que permitia a mobilidade, permitiu uma certa ascensão de alguns e uma decadência de outros, no sentido de que as estratégias familiares não eram mais tão sólidas, se postas nesse contexto, pois, se formou um lugar de crítica e uma profunda crise de valores até então definidores da sociedade feudal¹⁷. Podemos ver essa mudança de estrutura nas formas de representação dessa dinâmica social, nas imagens da Roda da Fortuna tão comuns nessa época, justamente por conta do que a roda da fortuna diz. Tomemos, então, uma análise figural de dois textos que ilustram bem essa situação:

¹⁶ Ibidem. Página 23.

¹⁷ Refiro-me ao modelo tripartido que é ícone de representação da Idade Média, o mundo dividido em três Ordens como observa Georges Duby: os que Oravam - Monges e Religiosos ordenados, representando a Igreja em sua missão terrena; os que Guerreavam - a aristocracia ligada ao ofício da guerra e detentora do poder naquela sociedade; e por fim, os que trabalhavam - camponeses que tinham como única missão, o trabalho. Essa ordem se liga, como vai se referir Ernst Gellner em seu livro Nações e Nacionalismo, a uma sociedade Agrária e segmentada em estamentos muito bem definidos. Mas essa mesma lógica não se aplica à cidade, por conta da impossibilidade de uma organização orgânica, como em uma sociedade agrária, onde as relações são dadas monetariamente, pois, diferentemente da terra, o dinheiro não prende ou fixa trabalhadores, mas pelo contrário, ele é mantenedor de uma ordem comercial onde a mobilidade é necessária.

O Fortuna,
velut luna
statu variabilis,
semper crescis
aut decrescis;
vita detestabilis
nunc obdurat
et tunc curat
ludo mentis aciem,
egestatem,
potestatem
dissolvit ut glaciem.

2.
Sors immanis
et inanis,
rota tu volubilis,
status malus,
vana salus
semper dissolubilis,
obumbrata
et velata
michi quoque niteris;
nunc per ludum
dorsum nudum
fero tui sceleris.

3.
Sors salutis
et virtutis
michi nunc contraria,
est affectus
et defectus
semper in angaria.
hac in hora
sine mora
corde pulsum tangite;
quod per sortem
sternit fortem,
mecum omnes plangite!^{18/19}

¹⁸ CB 17 O Fortuna. In WOENSEL. Maurice Van. *Carmina Burana*: Canções de Beuern. São Paulo: 1994. ARS POETICA. Página 33 – 34.

¹⁹ Tradução: “I - O Fortuna/ tu és como a lua/ de fase variável/sempe cresce/ou decresce/a vida detestável/ ora se mostra dura/ora cura a mente/por brincadeira ela derrete a miséria/ o poderio / como se fosse gelo. II – Sorte Brutal e Vã / Tu és uma roda volúvel/ na posição errada/ a felicidade elude/ e está sempre a desmanchar / enigmática e velada/também a mim atacas / trago nas costas cobertas / as marcas do capricho de tua maldade. III - A sorte de ter saúde e força/me escapa agora / ora me sorri / ora me abandona angustiado / Nesse momento / sem demora / dedilhem comigo as cordas/ lamentem todos comigo / o fato de que a sorte / derruba o homem forte. “

1.

Olim lacus colueram,
olim pulcher exstiteram,
dum cygnus ego fueram.
miser! miser!
Modo niger
et ustus fortiter!^{20/21}

Esses dois poemas dialogam com as imagens e com o que elas representam, a imagem de uma fortuna que dá e tira, com uma vocação muito mais passional e fora do alcance da lógica tradicional, aponta-se aqui à instabilidade dos valores e de como essa sociedade marcada por uma organização muito fixa e de poucas trocas entre estamentos sociais, conforme apontado por Ernst Gellner²², uma sociedade agrária, onde a estabilidade e a própria ideia de uma existência definitiva e orgânica são as características principais. Há aqui uma nova formulação, uma sociedade em que existe a mobilidade, mas não mais a garantia de que essa ascensão, ou decadência, vão se realizar na vida de quem está nesse momento. Há também outro lado da realidade se pensarmos que essa mobilidade social é um tópico específico da cidade, e que no campo a situação se mantém inalterada e com as mesmas estruturas, além de que essas mudanças, se tomarmos como exemplo os poemas retirados dos *Carmina Burana*, apresentam-nos um cenário de mão dupla no que tangem à possibilidade de arruinamento pessoal. E é isso que torna esse mundo novo e dá força ao nosso renascimento, a capacidade desse mundo ser novo e inédito, mesmo com os continuísmos, do mundo anterior, isso para Christopher Brooke tem uma importância imensa, no sentido de que só considerando toda essa movimentação a verdadeira *inovatio*, o autor apresenta o Renascimento do Século XII como um movimento dotado de expansão e ambivalência.²³

Esses ciclos de ascensão e decadência que nos são apresentados graças às representações da Fortuna assentada em uma roda, dialogam com a tradição medieval tanto quanto dialogam com a nova ordem de mobilidade social das cidades. Temos, aqui, a ideia dos ciclos, que para Le Goff é um dos cronotopos mais fortes no

²⁰ CB 130 *Olim Lacus Colueram*. In WOENSEL, Maurice Van. *Carmina Burana*: Canções de Beuern. São Paulo: ARS POETICA, 1994. Página 58 – 59.

²¹ Tradução: I – Outrora morava no lago / Outrora Brilhava por minha beleza / quando ainda era um cisne / Misericórdia, Misericórdia! / Todo preto, tostado demais!

²² GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*, Oxford: Blackwell, 1983. Página 34.

²³ BROOKE, Christopher. *O Renascimento do Século XII*. Editorial Verbo: Lisboa, 1972. Página 22.

pensamento medieval, uma forma de exprimir como o homem medieval era muito mais próximo dos ciclos naturais (as estações do ano, a vida e a morte, a própria organização das estações de plantio e guerra) do que das construções artificiais de tempo (as Horas Litúrgicas e o Calendário). Era do feitio dessa cultura ter na sua existência uma ideia de circularidade, onde vemos que a fortuna, a Deusa Fortuna, se assenta em um trono posto em uma roda ou na referência de que a “roda gira sob a vontade da fortuna”, pois esses ciclos, essa capacidade de ir a um eterno retorno, ao giro constante é dado pelo poder de aleatoriedade que a Fortuna, a própria sorte, o próprio azar têm, e não ao que teriam um Deus Juiz ou um Demônio Atormentador e tentador. A dicotomia típica do homem medieval se dá agora, não mais pela certeza do céu ou do inferno, mas por um aspecto de acerto e erros, ambos tão certos como errados. No mundo da incerteza, a Fortuna impera.

O Renascimento do Século XII compõe uma verdadeira abertura para o mundo e uma expansão para dentro. Em termos de abertura para o mundo, temos dois pontos a destacar, primeiramente, o contato com os árabes na Península Ibérica e as novas traduções do árabe para o grego e o latim, que permitiram ao Ocidente católico um contato maior com a Antiguidade e com novos textos, que levaram a uma expansão dos saberes e dos limites de experimentação. E há também a expansão física dos limites europeus no mundo, representado pelas Cruzadas, desde o século XI, com a tomada de territórios da Terra Santa e adjacências, fazendo com que o Ocidente se expanda para fora dele mesmo. O contato com as novas culturas afetam diretamente a ordem dentro da Europa, tanto na diminuição dos conflitos internos, como na apreensão de novos saberes; a ordem se modifica e cria-se um clima de apreensão de novos conhecimentos. Para dentro, temos que as modificações na ordem social foram operadas pela força das novas experiências e das novas condições, no sentido de que toda a nova experimentação do mundo, a capacidade de compor obras que superavam as anteriores e de se aproximar cada vez mais dos escritores antigos, tornou a antiga ordem uma possuidora de rédeas curtas demais para as transformações e a efervescência cultural que aconteciam naquele momento.

Em suma, repito a pergunta com que inicio esse capítulo: O que foi o Renascimento do Século XII?

“É como se nos encontrássemos na encosta sobranceira a um vale cavado entre altas montanhas; através deste vale serpenteia um caminho em direção a vertente distante e aos montes que se levantam na nossa frente. Não podemos ver bem de onde vem e para onde vai, uma vez atravessados os montes, perdido está a nossa vista. Assim são os movimentos históricos.”²⁴

A passagem de Brooke, transcrita acima, fala da incapacidade que surge ante aos estudos históricos sobre o Renascimento do Século XII. Contudo, evitando qualquer tipo de conclusão gnóstica, direciono-me pontualmente ao fim deste texto para a conclusão possível e pertinente ao tema.

Erwin Panofsky analisa o período a partir de uma lógica que coloca o Renascimento Cultural do Século XII, tanto quanto o fervor universitário do Século XIII e bem como todos os outros Renascimentos (como o Nortumbriano e o Carolíngio) dentro de um único processo que deságua no Renascimento do Século XVI. Esse conceito denominado Renascimento entre Renascimentos nos aponta para uma possível direção na necessidade de uma qualificação mais precisa sobre os eventos decorridos no século XII e bem como a sua interrelação. Temos que as ondas de inovações são notáveis no século XII, conforme pude apresentar: houve uma série de fatores que afetaram a antiga ordem feudal e ampliaram toda a experimentação, prática, lexical e ideológica dos homens daquela época, transformações essas que se mostram na cultura, na arte, no ensino (como será objeto de nosso próximo capítulo), e deu-nos os entes mais notáveis dessa renovação que tocou o Ocidente: as Cidades. Cidades essas que são portadoras de um poder recém-criado, porém muito pujante, o poder laico, onde não há espaço para prisões ideológicas.

Definitivamente, o que chamamos de Renascimento do Século XII não é uma aporia impossível de ser decifrada, pelo contrário, podemos definir um início, não tão preciso em termos de datas, mas muito claro quanto a eventos, que no caso é o aparecimento do estudante, e um final também relacionado ao ensino, a criação das universidades. Esses dois eventos determinam o que foi o Renascimento do Século XII para além dos efeitos econômicos e sociais: uma nova forma de produção de saberes, ainda relacionados estes últimos com a religião e doutrinado por ela, mas pensado de

²⁴ BROOKE, Christopher. O Renascimento do Século XII. Editorial Verbo: Lisboa, 1972. Página 186.

fora e por integrantes de fora da religiosidade que permitiu, nas palavras de Jacques Verger, uma expansão para dentro onde o homem descobre que antes do reino dos céus, existe um mundo a ser experimentado. Para o autor, a grande vitória do Renascimento do Século XII foi o Humanismo, a noção de que o Homem, em todas as suas vicissitudes e pecados é perfeito, se olhado de perto, pois ele é o único que ri, uma força que nem mesmo Deus possui, o riso, que abunda na produção da baixa literatura mas que é lida e experimentada nas altas cortes. Assim, a maior conquista do século XII é a libertação do espírito humano.²⁵

²⁵ VERGER, Jacques. Cultura Ensino e Sociedade do Ocidente nos Séculos XII e XIII. Editora EDUSC: Rio de Janeiro, 2001.

Capítulo 20: PATER PAUPERUM : A MANIFESTAÇÃO POLÍTICA DO AFFECTUS PIETATIS NA CONDUÇÃO DOS POBRES NA REALEZA CAPETÍNGIA (SÉC. XIII)

Wanderson Henrique Pereira¹

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo é entender a mobilização do termo *affectus* dentro das relações de poder entre o rei e os súditos na política régia Capetíngia, sobretudo no reinado de Luís IX. Para atingir esse objetivo, utilizaremos a *Eruditio Regum et Principum*, finalizada por volta de 1259 por Gilberto de Tournai, minorita e professor de teologia da universidade de Paris. O *Eruditio* é um tratado pedagógico inserido dentro da literatura política dos *Espelhos de príncipe*, que eram direcionados aos monarcas. Seu objetivo era ensinar como os reis, príncipes e seus futuros descendentes deveriam governar de forma correta seus reinos. Esses tratados políticos, geralmente encomendados pelos próprios reis, tendiam a elaborar as diretrizes morais e éticas para o sucesso do governante. Na obra em análise, atentaremos para as representações do rei, enquanto aquele que deve sentir um profundo *affectus pietatis* pelos seus súditos, principalmente pelos mais pobres (*pauperum*), os quais o rei deve proteger. Nesse sentido o rei é representado no decorrer da obra como o *pater pauperum* (pai dos pobres) os quais ele deve amar como se fossem seus filhos esperando em troca a retribuição dessa amor paternal.

1. A POLÍTICA NA IDADE MÉDIA

Nas últimas décadas, as discussões sobre uma possível definição do *político* e da *política* tem se intensificado. Muitos historiadores e politólogos, como Pierre Rosanvallon², Claude Lefort³ produziram importantes obras na tentativa de atingir o objetivo de devedar o

¹Aluno de graduação e iniciação científica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do Laboratório de estudos medievais – LEME/UFMG. E-mail: wandersonhenriquep@hotmail.com.

²Importantes textos desse autor em: ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

³ Ver também : LEFORT, Claude. *Pensando o político*. Ensaios sobre democracia, revolução liberdade. Trad.: Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

que seria o *político* e a *política*. Devido a essa nova tendência de valorização da *História da política*, tem-se falado de um *Retorno do político*⁴. Essa revitalização nos ajuda a pensar a política nos mais diversos períodos históricos. Assim, as discussões sobre as experiências políticas no período que chamamos de Idade Média têm gerado muitos debates entre os medievalistas e os historiadores em geral. A pergunta parece simples, mas a resposta é problemática: Podemos falar de política na Idade Média?

Segundo Alain Guerreau⁵, a política é um macroconceito referente à organização das intuições das sociedades contemporâneas, dessa forma, a aplicação do conceito de política na Idade Média seria falaciosa. Nessa afirmação, nós percebemos que é perigoso transportar o que chamamos de política contemporânea para as experiências vividas pelas sociedades medievais. Maria Filomena Coelho⁶, fala da vitória de um modelo político, que ela chama de modelo do Estado burocrático e liberal, que se impõe como um paradigma utilizado como base para a interpretação histórica do poder político. Quanto mais próximo desse modelo mais positiva seria a experiência política das sociedades históricas. Longe desse modelo, a Idade Média teria uma experiência política negativa, ou até mesmo inexistente.

Para muitos, o período que tradicionalmente chamamos de Idade Média estava imerso em um religiosidade que se impunha impiedosamente sobre a vida dos homens impedindo qualquer experiência fora da religião. Nesse sentido, devemos ponderar que no mundo ocidental contemporâneo o Estado está, senão na prática, pelo menos ideologicamente apartado daquilo que chamamos de *religião*⁷. No ocidente medieval, não havia uma distinção precisa entre a esfera política e a esfera religiosa, ambas eram quase que indissociáveis. Portanto, as experiências políticas, com

⁴ Sobre a idéia de *Retorno do político* em seu texto: MOTTA, R. P. S. . *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. In: Motta, Rodrigo Patto Sá. (Org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009, v. , p. 13-37. Rodrigo Patto Sá Motta afirma “A idéia de retorno da política pode ser mistificadora, pois diz respeito mais à historiografia francesa que à de outros países. Porém, dada a grande influência dos franceses sobre a história praticada no Brasil, a ênfase nas tendências historiográficas daquele país é justificada”

⁵ GUERREAU, Alain, *L’Avenir d’un passé incertain. Quelle histoire du Moyen Âge au XXI^e siècle ?*, Paris, Le Seuil, 2001, p.262.

⁶ COELHO, M. F. C.. *Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média. Reflexões historiográficas*. In: NEMI, Ana; ALMEIDA, Néri de Barros; PINHEIRO, Rossana.. (Org.). *A construção da narrativa histórica. Séculos XIX e XX.. 1ed.Campinas: Ed. UNICAMP, 2014, p.1-3.*

⁷ Para Alain Guerreau, o conceito de religião é inadequado para analisar as realidades anteriores ao século XVIII. ver: GUERREAU, Alain. “*Feudalismo*”. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidental Medieval*. V.1, Bauru: EDUSC, 2006, p. 458.

destaque para o século XIII, possui suas especificidades que difere do que hoje entendemos por política.

2. AS EMOÇÕES NO CENTRO DA COMUNIDADE POLÍTICA

Proucuraremos avaliar o que podemos chamar de experiências e ações políticas no século XIII, tendo em vista os termos de forte teor emocional. Para isso vamos nos amparar em historiadores que estão inseridos dentro de uma nova tendência, a de interpretar as relações políticas sob o ponto de vista das *História das Emoções*. No início dos anos 2000, a medievalista Barbara Rosenwein produziu um texto fundante denominado de *Émotions en politique » Perspectives de médiéviste*:⁸. Segundo Rosenwein⁹ as emoções são a chave da vida política atual, principalmente naqueles momentos de crise e violência em que se apela a um certo tipo de discurso fortemene emocional. Rosenwein avalia que na Idade Média as emoções também assumiram uma grande importância no interior da vida política das comunidades.

Para melhor compreender o papel das emoções, Rosenwein¹⁰ propõe a noção de “ *Comunidades Emocionais*” que se confundem com as comunidades sociais – famílias, sindicatos, conventos, cortes principescas dentre outras. Ao estudar essas comunidades, o historiador deve se debruçar sobre o funcionamento do sistema de sentimentos que alimenta as relações afetivas entre os indivíduos, percebendo quais são os sentimentos mais valorizados, os mais desvalorizados, seus modos de expressão positivo e negativo dentro das interações sociais e atentar ao uso dos *vocábulos emocionais* presentes nos escritos produzidos nessas comunidades. Nesse sentido, as emoções são compreendidas como *construções sociais*, isto é, são moldadas de acordo com os valores e o contexto histórico da sociedade em questão. Essa visão defendida por Rosenwein e Damien Boquet é contrária a visão de alguns psicólogos e antropólogos que defendem a tese de que as emoções são imutáveis e que elas estão presentes em todos os seres humanos, independente da cultura e do contexto histórico. Dessa forma, acreditam que o meio social não teria nenhuma ou pouca influência sobre as emoções.

⁸ROSENWEIN Barbara ., « *Émotions en politique » Perspectives de médiéviste, Hypothèses*, 2001/1.

⁹ Ibid, p. 309.

¹⁰ ROSENWEIN, Barbara. *História das emoções – Problemas e métodos*. São Paulo: Letra e voz, 2011, p. 21-22.

Nessa texto, o reino de França do século XIII será compreendido como uma *comunidade política* cujo o *centro político* é a monarquia Capetíngia. Essa complexa comunidade política também será entendido como uma *comunidade emocional* caracterizada pela produção de uma diversidade de discursos emocionais de contornos políticos. Portanto, é do *centro político* dessa comunidade que partem as *ações políticas* que visam a ordenação da sociedade.

Em relação a Gilberto de Tournai é importante evidenciar que ele era participante ativo do ambiente de corte e conhecedor das principais questões da política régia de seu tempo já que era um dos conselheiros de Luís IX. Seu texto faz parte de uma textualidade política desenvolvida pelos mendicantes. Paolo Evangelisti¹¹ afirma que os frades das ordens mendicantes desenvolveram uma textualidade política em plena conexão com as ações e os acontecimentos ocorridos nos espaços onde atuavam. Evangelisti (2002: 9-15)¹² mostra que essa produção textual assume um papel importante nos espaços de poder, sendo usada para legitimar, qualificar e instruir os atores do poder. Ainda ressalta que os *Espelhos de Príncipes* eram instrumentos e veículos de verbalização das experiências políticas, escritos elaborados em torno de uma linguagem política, carregada de lexemas-chave, como por exemplo, *caritas* e *affectus*, que são essenciais para compreender as práticas políticas e sociais nos séculos XII e XIII.

O termo *affectus* assume um papel fundamental nessa obra. Identificamos que na versão Latina¹³, o *affectus* e seus derivados aparecem 73 vezes no decorrer dos 50 capítulos da *Eruditio*. O grande estudioso desse termo é o francês Damien Boquet autor de *L'Ordre de l'affect au Moyen Âge - Autour de l'anthropologie affective d'Aelred de Rievaulx*¹⁴, livro em que o autor realiza uma análise social do discurso religioso em torno do termo *affectus* tendo como fontes os escritos do abade Elredo de Rievaulx, um dos mais importantes cisterciense do século XII que foi uma das principais influências na escrita da *Eruditio*.

¹¹ EVANGELISTIE, Paolo. I "pauperes" Christi e i linguaggi dominativi. I francescani come protagonisti della costruzione della testualità politica e dell'organizzazione del consenso nel bassomedioevo (Gilbert de Tournai, Paulino da Venezia, Francesc Eiximenis) In: La propaganda politica nel basso Medioevo, 2002. p.4-5.

¹² Ibid, pp. 9-16.

¹³ *L'Traité Eruditio regum et principum de Guibert de Tournai (étude et texte inédit)* (1914) disponível em sua versão eletrônica <https://archive.org/details/letraiteruditi00guibuoft>.

¹⁴ BOQUET, Damien, *L'Ordre de l'affect au Moyen Âge. Autour de l'anthropologie affective d'Aelred de Rievaulx*, Caen, 2005.

Em seu tratado denominado *Espelho de Caridade* (*Speculum caritatis*)¹⁵, Elredo define o *affectus* como um movimento espontâneo, doce e amoroso da alma que favorece uma inclinação (*inclinatio*) involuntária da alma em direção ao ser que é amado. Segundo Boquet¹⁶, a noção cisterciense do *affectus* e *affectio*¹⁷ está localizada no centro da expressão da sensibilidade da alma ou do coração. Dessa forma, a noção de *affectus* corresponde ao conjunto de impulsos ou movimentos sensíveis e específicos da alma, como o amor e o ódio. Na *Eruditio* de Gilberto, percebemos que o *affectus*, assume um papel fundamental dentro das técnicas de condução dos súditos, as práticas relacionadas a esse termo podem ser vistas como verdadeiras estratégias de condução régia

O termo *Pietas* também assume um papel fundamental em certos trechos da *Eruditio*, principalmente quando conjugada com o vocábulo *affectus*, formando a expressão *affectus pietatis* que aparece cerca de oito vezes no decorrer da obra. Segundo Anita Guerreau-Jalambert¹⁸, o termo *Pietas* aplica-se no conjunto de noções definidoras das relações sociais entre os homens na sociedade cristã medieval. O termo traz em si uma ideia de respeito, misericórdia, bondade e amor ao próximo, inserindo-se dentro do registro da *Caritas*. Como Também nos afirma Anita Guerreau-Jalambert¹⁹ a virtude da *Caritas* se manifesta como um valor social e ordenador do ocidente medieval. Esse valor social é agregado tanto na noção de *Pietas* como na de *affectus*. Esse último pode ser qualificado como um movimento de amor ao próximo e o outro um movimento de misericórdia.

Portanto o *affectus pietatis*, como podemos perceber em Gilberto, assume um papel político bastante eficaz dentro das práticas de governo da realeza capetíngia, dando a figura do rei uma sensibilidade que tende a comover seus governados. Vejamos o trecho de Gilberto:

¹⁵ AELRED DE RIEVAULX, *De Speculo caritatis*, III, 31 dans *Opera omnia*, op. cit., p. 119.

¹⁶Ibid, pp. 165-171.

¹⁷Segundo Damien Boquet (2005: 34), *Affectus* e *affection* são freqüentemente utilizados como sinônimos na Antiguidade e durante a Idade Média. Dessa forma, Boquet decide traduzir esses dois vocábulos pelo termo frances “*affect*” que na tradução para o português seria traduzido por “*afeto*”.

¹⁸GUERREAU-JALABERT, Anita. *Pietas: réflexions sur l'analyse sémantique et le traitement lexicographique d'un vocable medieval*. In: *Médiévales*, N°42, 2002. pp. 84-85.

¹⁹GUERREAU-JALABERT, Anita. *Caritas y Don em la sociedad medieval occidental*. *Hipania*, LX/1, 204, 2000, pp. 27-62.

É preciso que o afeto de piedade (*Pietatis affectum*) seja próprio, sobretudo, do homem que, entre outras coisas, é chamado de animal social. Todavia, entre os homens, esse afeto (*affectus*) convém especialmente aos reis e aos príncipes. Pois o príncipe é a cabeça da república que poupa a si mesmo; que se comporta com os inferiores que devem ser reprimidos como o médico com os membros doentes²⁰

Esse trecho foi extraído do capítulo III da terceira carta do *Eruditio* cujo título é: *No qual se mostra que os principados estão seguros pelo afeto da piedade (affectu pietatis)*. Podemos perceber que na visão do frade o *affectus pietatis* é uma característica dos homens que vivem em sociedade, já que ele qualifica o homem como um animal social, inspirando-se no pensamento aristotélico. Também é ressaltado que essa característica é conveniente, em primeiro lugar, aos reis e aos príncipes, a cabeça da comunidade. Ao analisar o título do capítulo, também percebemos que o *affectus pietatis* é entendido como um mecanismo que pode ajudar na segurança da comunidade política quando afirma que os principados “estão seguros pelo afeto da piedade”.

3. OS POBRES (PAUPERES) : OS FILHOS AMADOS DO REI

O *affectus pietatis* parece ser essencial na manutenção de uma comunidade política. Mas, na prática, como se manifesta esse *affectus pietatis*? Ou para quem é direcionado esse movimento emocional? Sobre essa última questão, percebemos que o receptor desse tipo de afeto é a figura do súdito, ou melhor dizendo, o conjunto de todos os súditos do rei. No entanto, é perceptível que no discurso do frade, há uma certa predileção por uma categoria de súditos. O frade demonstra que o rei deve ter uma solicitude régia (*sollicitudo regia*) a todos, mas sobretudo aos pobres (*Pauperes*). O termo *Pauper* (pobre) e seus derivados é largamente utilizado nessa obra. O autor oferece uma relevante discussão sobre a pobreza e apresenta uma crítica bastante incisiva sobre a exploração dos pobres, o que mostra a sua contribuição nas discussões, ocorridas no seio das Ordens mendicantes no século XIII, sobre o modo correto de viver a pobreza pregada por São Francisco, que envolveu importantes mendicantes como São Boaventura, autor de escritos significativos sobre a pobreza.

²⁰ GILBERTO DE TOURNAI. *Instrução dos reis e dos príncipes*. Trad.: Ary Pintarelli. Porto Alegre/Bragança Paulista: Edipucrs/Universidade São Francisco, 2008, p.140.

Portanto, no século XIII a figura do pobre (pauper) estava em evidência. Em seu importante livro *Os pobres na Idade Média*²¹, Michael de Mollat tenta oferecer uma definição do termo *pauperes* (pobres) na Idade Média. Segundo ele, designa um conjunto de desvalidos, categorias compostas pelos necessitados, como por exemplo, os órfãos (*orphanus*), as viúvas (*viduae*), os deficientes alimentares (*famelicus*), os leprosos (*Leprosus*), os doentes (*infirmus*) dentre outras categorias consideradas desprovidos de alguma coisa. Essa condição de deficiência e de aflicção vivida pelos pobres pode despertar um sentimento de piedade e misericórdia. Esse tipo de afeição se aproxima daquilo que Gilberto aconselha o rei a sentir em relação aos pobres. É justamente nesse caminho que se evidencia o que estamos chamando de *affectus pietatis*.

A representação do rei na *Eruditio*, em muitos momentos , vai de encontro com a imagem de executor de ações caritativas atribuída a Luís IX por seus biografos e hagiografos²² no final do século XIII e começo do século XIV. Uma das ações caritativas mais significativas no reinado desse monarca foi a captação e a distribuição de esmolas aos pobres. Vejamos um trecho da *Histoire de Saint Louis*²³ finalizada em 1309 pelo Senescal de Champanhe Jean de Joinville:

O rei foi esmoler tão generoso que a todo ponto de seu reino onde ia fazia doações às Igrejas pobres, hospitais de misericórdia, hospitais de leprosos, hospitais em geral, e aos fidalgos e fidalgas pobres. Todos os dias dava de comer a uma multidão de pobres, sem contar aqueles que comiam em seu aposento; e muitas vezes vi o próprio rei partir-lhes o pão e dar-lhes de beber.²⁴

Nesse trecho vimos que Luís IX, segundo Joinville, praticou de forma direta e pessoal a caridade, o que muitas vezes impressionou aqueles que estavam em sua volta, principalmente com atitudes como a de conduzir os pobres para seus aposentos reais, onde pessoalmente lhes oferecia o que beber e comer, repartindo o pão com suas próprias mãos. Em uma sociedade em busca uma materialização dos sentimentos interior, como afirma Le Goff²⁵, podemos dizer que esses gestos de aproximação física

²¹ MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. São Paulo. 1989. p.4.

²² Muitos desses biografos e Hagiografos conviveram cotidianamente com o rei, como por exemplo Jean de Joinville e Geoffroy de Beaulieu, cujo o primeiro era conselheiro do rei e o segundo seu confessor pessoal. Também é importante lembrar que o próprio Gilberto era um dos conselheiros de Luís IX.

²³ JOINVILLE, Jean - *Histoire de Saint Louis*, edição de Natalis de Wailly. Paris: Librairie Hachette, 1921.

²⁴ *Ibid*, p. 433.

²⁵ LE GOFF, Jacques. *São Luís - biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 428.

com os pobres são significativos para avaliar os sentimentos do rei em relação a essa categoria. Também é narrado que o monarca oferecia doações para estabelecimentos de caridade como hospitais de misericórdia e leprosários. Grande parte desses estabelecimentos eram construídos com os recursos do palácio real, o que também mostra a solitudine régia (*sollicitudo regia*) com os mais necessitados. Le Goff²⁶ mostra que a captação e as doações de esmolas foram tão importantes no reinado de Luís IX, que essas práticas foram em 1260 integradas oficialmente como uma das funções do palácio real, organizando e institucionalizando a esmolaria régia. Portanto, essas ações caritativas eram, em grande medida, ações de teor político. Eram demonstrações práticas do *affectus pietatis* régio dentro daquela comunidade política. Analisando essas atitudes caritativas, fica claro que o rei deve mostrar sua predisposição afetiva por meio dos gestos de caridade.

Gilberto afirma que o rei deve ter um olhar afetuoso para com os pobres, deve agir como um pai, e a exemplo dos homens virtuosos deve dizer “*Eu era o pai dos pobres (pater eram pauperum) defensor dos inocentes e protetor das pessoas miseráveis (miserabilium personarum)*”²⁷. O termo *Pater pauperum* ocorre três vezes no *Eruditio* fortalecendo a ideia de paternidade régia em relação aos pobres. Esse pai é sobretudo um “defensor (patronum) que lhe é propício, ou o próprio juiz, que aceite a causa do pobre segundo a justiça”²⁸.

Vemos que o rei Gilbertino deve ser um defensor dos pobres. Ele deve protegê-los, sobretudo, dos opressores que se encontram no reino. Na segunda parte da *Eruditio* o frade denuncia de forma incisiva esses homens. Essa camada duramente criticada é certamente aquela formada pelos oficiais régios homens que se colocavam a serviço do reino como: os funcionários da corte, os prebostes e os bailios. Para o frade, esses homens os quais ele chama de “opressores”, “nefastos”, “sanguessugas” cometem esses crimes porque são “absolvidos pelas volúpias da carne”. Entendemos que para o frade, as volúpias da carne são as paixões ou os desejos negativos da alma, impulsionados pela *cupiditas*. Essas paixões fazem com que esses homens utilizem os

²⁶ Ibid, p.580.

²⁷ GILBERTO DE TOURNAI. *Instrução dos reis e dos príncipes*. Trad.: Ary Pintarelli. Porto Alegre/Bragança Paulista: Edipucrs/Universidade São Francisco, 2008, p.118

²⁸ Ibid, p.97

cargos de caráter público para atender seus interesses próprios, inclinando-se a sentimentos como a *superbia* (soberba) e *avaritia* (avareza) e *odium* (ódio), termos que são largamente utilizados na *Erudito*. Esses sentimentos são completamente opostos a *caritas*, o que impede qualquer atitude voltada para um *affectus* positivo inclinado a um bom governo que promova o *bem comum* (utilitas publicas). Os alvos mais visados desses homens são justamente os pobres, os quais eles exploram sem piedade e compaixão. Vejamos o trecho de Joinville em que o rei demonstra a predisposição de defender o povo mais pobre desses homens:

O *povinho miúdo* era altamente explorado e não podia dar razão aos ricos, por causa dos grandes presentes e das doações que fazem aos prebostes [...] Com isso, havia tantos malfeitores e ladrões em Paris e arredores que toda a região estava cheia deles. O rei que tinha grande preocupação com a defesa do *povo miúdo*, soube de toda verdade; então, não quis mais que a área de Paris fosse arrendada [...] e aboliu todos os impostos maléficos que pudessem agravar o povo; e verificou por todo o reino e por toda a região onde poderia achar um homem que estabelecesse boa justiça, e que não poupasse o homem rico e nem pobre.²⁹

Nesse trecho é posto claramente que o “povo miúdo”, entendido aqui como o povo mais pobre de Paris, era explorado pelos mais “ricos” da cidade. Esses últimos ofereciam presentes e doações aos prebostes³⁰ de Paris, que em contrapartida favoreciam a influência desses homens na cidade, mostrando que o preboste parisiense, um funcionário régio, também compactuava com tal exploração. Diante disso, Joinville mostra que o rei movido por uma *grande preocupação com a defesa* do povo miúdo toma algumas atitudes, como a de não arrendar as áreas de Paris para esses homens; toma a atitude de suprimir os impostos que poderiam agravar a situação do povo. O rei também toma a atitude de procurar um homem, um novo preboste, que estabelecesse a boa justiça na região de Paris, o que segundo Joinville ocorreu com a nomeação de Étienne de Boileau como preboste de Paris “o qual manteve e guardou tão bem a condição de preboste”³¹ corrigindo os erros do antigo administrador.

²⁹ JOINVILLE, Jean - *Histoire de Saint Louis*, edição de Natalis de Wailly. Paris: Librairie Hachette, 1921, p.390-393.

³⁰ Os prebostes eram oficiais encarregados de funções de caráter mais econômico, como a de tributar e regular os impostos nas cidades, como era função do preboste de Paris. Esses funcionários, nomeados diretamente pelo rei, foram fundamentais para a extensão do poder régio no século XIII.

³¹ JOINVILLE, Jean - *Histoire de Saint Louis*, edição de Natalis de Wailly. Paris: Librairie Hachette, 1921, p.28.

Nessas atitudes de combater os exploradores dos mais pobres, o rei, segundo o discurso de Gilberto no *Eruditio*, é movido por um *affectus* positivo como é o *affectus pietatis*, já que o rei se compadece com os sofrimentos dos mais pobres e exercendo a função de seu protetor toma atitudes que visam livrá-los dos homens impulsionados pelas cobiças e dos maus funcionários, como o antigo preboste de Paris, que contribuía para a exploração dos mais pobres da cidade. O frade aconselha que esses cargos administrativos (prebostes, bailios, senescais) não devem ser assumidos pelos “usuários ou os pecadores notórios” mas por aqueles que são “afaveis (*affabilis*) com os iguais, benignos com os humildes, misericordioso com os penitentes, rígido com os soberbos (*superbis*)”.³²

CONCLUSÃO

Diante dessa situação opressora dos pobres, o rei deve se compadecer da situação deles. A defesa da causa dos pobres é, sobretudo, um ato de justiça. As boas obras são frutos da justiça. O rei deve fazer justiça aos indigentes. Essa é uma forma de exercer o amor e a misericórdia aos pobres. Dessa forma, eles jamais se voltaram contra as atitudes do rei pois “Os homens tem vergonha de ofender os príncipes piedosos (*pios*)”³³. Portanto, o amor do rei em direção aos súditos, sobretudo aos pobres, causa um constrangimento, nesses últimos de cometer qualquer ato de desobediência, que é visto como uma atitude de ingratidão, um sentimento revestido de pecado contra aquele que é a imagem da majestade divina na terra. A utilização do *affectus pietatis* na condução do súditos, principalmente na condução dos mais pobres, pode ser compreendido como uma técnica de governo, foi uma contribuição de grande valor político para o monarca Luís IX, que em seu projeto político explorou ao máximo a imagem afetuosa de pai dos pobres (*pater pauperum*).

³² GILBERTO DE JOURNAL. *Instrução dos reis e dos príncipes*. Trad.: Ary Pintarelli. Porto Alegre/Bragança Paulista: Edipucrs/Universidade São Francisco, 2008, p.133.

³³ GILBERTO DE JOURNAL. *Instrução dos reis e dos príncipes*. Trad.: Ary Pintarelli. Porto Alegre/Bragança Paulista: Edipucrs/Universidade São Francisco, 2008, p.145.

PARTE 4: História Moderna

Capítulo 21: VELHOS SELVAGENS, NOVOS TAPUIAS: JURISDIÇÕES IMPERIAIS IBÉRICAS E AS NOVAS HIERARQUIAS AMERÍNDIAS NA AMÉRICA PORTUGUESA (1545-1592).

Bento Machado Mota¹

Introdução

Os impérios ibéricos modernos possuem muitas especificidades, mas suas heranças morais greco-romanas não podem ser ignoradas, seja nos contextos metropolitanos ou coloniais. A partir da classificação de António Manuel Hespanha, pode-se dizer que os dispositivos de poder herdados pelas monarquias ibéricas foram de dois tipos: *naturalista* e *voluntarista*². Na tradição *voluntarista* do direito romano, a noção de *civitas* traduzia a ideia de um centro de referência de valores, no qual jazia o *lugar próprio* da *Lei* e do *Homem*. Aqueles que pertenciam a este espaço responsabilizavam-se pela jurisdição universal e possuíam a *virtude* plena. Depois do advento do império, tudo o que não estava nesse mesmo centro e fora terra conquistada, pertencia ao império romano, mas não era Roma. Bem como quem lá estava não era romano, mas estava subordinado aos romanos. Apesar de muitos terem reconhecimento como cidadãos, a inclusão teria sido *formal* e não *efetiva*.

Os territórios excluídos do centro eram divididos em províncias, vilas, campos ou desertos. Os que habitavam esses locais ganhavam um estatuto jurídico correspondente ao espaço em que viviam: de provincianos, arcaicos, rústicos, gentios, silvestre, *hostis*, selvagens e bárbaros. Historicamente, esta tradição Greco-romana associou-se à hebraica, dentro da qual o *selvagem* que vivia fora da cidade era a mais miserável dentre as miseráveis. Estar nessa condição seria pior do que viver como um animal, sem possibilidade de alcançar a graça divina³. As categorias espaciais, portanto, determinavam as sociais, numa lógica de centro e periferia física, por um lado, e moral, por outro.

Há que se compreender as categorias sociais e morais à luz da teologia. Na patrística cristã, o mal não existia; na verdade, significaria pura e simplesmente distância de Deus. Segundo Agostinho de Hipona, para se afastar do mal, bastava

¹ Mestre em História Social pelo PPGH-UFF, sob a orientação de Rodrigo Bentes Monteiro.

² António Manuel Hespanha, “The empire of discourse and the discourse of the empire”, no prelo.

³ Hayden, White, “As Formas do Estado Selvagem: arqueologia de uma idéia”, In: *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a Crítica da Cultura*, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1994.

aproximar-se das virtudes divinas, para as quais o cristão teria auxílio mediante a *graça divina*⁴. Com efeito, o movimento moral também possui a mesma lógica da moral anterior: deve-se distanciar-se do *nada* - ausência de Deus - em direção a Deus, da mesma forma que o selvagem deve se distanciar de seu deserto para tornar-se romano. Se dos selvagens aos civilizados havia uma linha graduada de *humanidade* que respeitava lugares físicos e morais, do mal (*nada*) a Deus havia uma escala de virtudes cristãs rumo à *beatitude*. Na moral individual, portanto, as *virtudes* ocupam o mesmo papel que os *lugares* representam na moral social. Há lugares para as virtudes e virtudes para os lugares. Tais referenciais, contudo, não eram fixos: garantidos pelo livre-arbítrio, os deslocamentos sociais beneficiavam o *monismo* imperial e da *cidade*⁵. Estabelece-se, assim, uma tensão constante entre sentimento de pertença e exclusão, engendrando uma lógica de *ascensão social* dentro da qual as partes mais baixas da hierarquia não poderiam querer ser outra coisa senão estar nas partes mais altas⁶.

A corrente *naturalista*, em contraste, possui raízes mais gregas do que romanas. Esta, além de definir que os lugares reais correspondem aos lugares sociais, como no caso anterior, define de maneira *fatalista*. A natureza precederia a Lei, de maneira que a ordem estaria definida pela necessidade e não pela contingência. Nesse sentido, quem não faz parte do estatuto da *polis* não pode e nem poderá provar o seu valor já que seu *lugar* moral estaria previamente definido e, até certo ponto, inalterável. A cultura romana apropriou-se pouco desta concepção que se pode encontrar mais claramente em Aristóteles. Um fenômeno linguístico aparentemente ingênuo pode expressar muito bem a diferença entre as tradições de poder e moral gregas e romanas: o termo *vontade* não existia na língua de Homero. A tradição *voluntarista* nasce, portanto, de condições que vão além da divisão clássica entre o rompimento entre o direito romano e a filosofia grega. Aquino foi o maior responsável por traduzir de maneira formal as definições aristotélicas *naturalistas* para o direito. Seu legado foi fundamental para definir a tradição *naturalista* ibérica acerca da subumanidade dos árabes e judeus. Diversos historiadores localizam outros fenômenos tipicamente ibéricos como a limpeza de sangue ou defeito mecânico como uma herança de seus

⁴ Agostinho, *O livre-arbítrio*, Tradução, introdução e notas de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995, p. 35.

⁵ Antonio Hespanha, *op. cit.*

⁶ E. Shils, 'Centre and periphery', in: *The Logic of Personal Knowledge*, Routledge & Kegan Paul, 1961, pp. 117-30.

escritos⁷. Claro que a tradição romana - do voluntarismo - jamais foi ignorada. Ocorre que a singularidade da cultura ibérica contribuiu para criar, nos tempos da conquista da América, determinado tipo de hierarquia bastante singular, oscilante entre a naturalidade e a voluntariedade, como pretendemos elucidar a partir de agora.

Os dispositivos de poder do império moderno

Carlos V foi o mais nobre herdeiro dessa tradição ao reivindicar a Espanha como monarquia universal. Contudo, se por um lado a América fez da Espanha a nação mais poderosa do mundo, ela revelou a impossibilidade de seu império estender-se sobre o mundo em função do obstáculo atlântico. Assim como o oceano, os juristas espanhóis também estabeleceram limites jurisdicionais no *dominium* dos americanos. Cada território estabeleceu-se com foro próprio, certa soberania jurisdicional e até um *derecho de las Indias*⁸. O poder da Monarquia hispânica, segundo Elliott, foi mais *legal* do que efetivo: os territórios ultramarinos possuíam mais lei do que rei. Estudar a dimensão jurídica dos impérios modernos, portanto, é condição para compreender o *dominium* do ultramar, cuja força talvez residisse mais no papel do que na espada.

Nesse sentido, as alianças, títulos militares e concessões a esse grupo e a outros menos abastados foram fundamentais para a manutenção do império. A elite colonial desejava ascender socialmente, o que fazia com que a obediência fosse *voluntária* e não *forçada*; assim, a dominação régia poderia aumentar significativamente. Os territórios coloniais poderiam ser organizados em: ‘capitanias’, ‘cidades’, ‘vilas’, ‘arraiais’, ‘aldeamentos’ (jesuíticos), ‘aldeias’ (indígenas) e sertão correspondentes aos ‘lugares sociais’ daqueles que ali habitavam. Esta correspondência entre espaços físicos e sociais, por sua vez, promovia uma lógica moral fundamental na colonização que orientava todos os ‘forros’ e ‘livres’, sem obrigá-los a nada por força da lei. A moral orienta o que *deveria* ser feito, ao contrário da lei que diz o que *deve* ser feito. A

⁷ Ronald Raminelli, “Classification sociales et hierarchies de couleur », Nuevo Mundo Mundos Nuevos [Online], Debates, 2013; Giuseppe Morcoci, “Escravos ameríndios e negros africanos: uma história conectada. Teorias e modelos de discriminação do Império Português”, em *Revista Tempo*, Niterói: vol. 17, n. 33, dezembro de 2012, pp. 41-71.

⁸ John, Elliot, “La Corona y los colonizadores”, in: *Imperios del mundo atlántico*, Madri: Taurinas, 2006; Anthony Pagden, *The fall of nature man: the American Indian and the Origins of comparative ethnology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

primeira seria uma possibilidade, a segunda uma necessidade. No caso dos colonos, esta dinâmica parece evidente.

No caso ameríndio, também se pode compreender sua incorporação ao império português pelo *monismo imperial*: o que seriam os ‘resgates’, os ‘saltos’ e mesmo a ‘sujeição tutelada’ dos jesuítas senão expressões desta dinâmica moral eficiente no processo de colonização? Seja pelas audiências, seja pela incorporação de demandas e costumes locais, o *pluralismo jurídico* da *Razón de Estado* espanhola e portuguesa foi evidente no concernente aos ameríndios. Contudo, deve-se compreender com clareza em que sentido era usado o dispositivo *naturalista* e *voluntarista* para os nativos da América.

A partir dele, a maior parte das disposições legislativas sobre os ameríndios e os africanos se configurou. Como se sabe, o debate sobre o trabalho e a natureza do ameríndio antecedeu ao do africano. Sem querer entrar em detalhes da complexa discussão, basta ressaltar que, a posição de Francisco de Vitória e Las Casas pela humanidade dos índios da América significou muito mais do que tirá-los da escravidão. Em seus escritos, defendeu a possibilidade de retirá-los de uma condição naturalmente inferior mediante a educação para alcançarem a salvação e os mesmos costumes europeus⁹.

As implicações deste debate foram importantes para as missões jesuítas portuguesas, mais próxima da posição lascasiana. Na América portuguesa, a máxima de Paulo III de que os naturais da América “não estão nem devem ser privados de liberdade”¹⁰ foi levada a sério pelos jesuítas. O Regimento Tomé de Sousa (1548), elaborado ainda em Portugal, já restringia a escravidão indígena¹¹. Todavia, os primeiros jesuítas – que chegaram junto com o governador-geral –reclamavam dos colonos que desciam dos sertões com índios para vendê-los como escravos. O Rei logo escreve a Mem de Sá e ao prelado do Brasil: “conservais em bons propósitos (...) para que com isso, os anime a receber o sacramento do batismo e veja que se pretende mais a sua salvação que a sua fazenda”¹². As missões volantes realizadas nesse período

⁹ Lewis Hanke, *The Spanish struggle for justice in the conquest of America*, Philadelphia: University of Pensilvania Press, 1949.

¹⁰ Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro/Lisboa: Civilização Brasileira/Portugália, 1938, tomo II, p. 195.

¹¹ Georg Thomas, *Política indigenista dos portugueses no Brasil*, São Paulo: Loyola, 1989.

¹² Arquivo de História Colonial, Lisboa, I, 45-47, *apud* LEITE, 1938, p. 210.

levaram em consideração a menção régia. Depois de muitos conflitos com colonos e dentro da ordem, em 1596 os padres finalmente conseguiram o monopólio legal das entradas para os sertões para empreender o *descimento* dos índios. Era fundamental que os índios fossem atraídos para a conversão e para as Aldeias para evitar que fossem escravizados pelos colonos. A conversão começava pelo batismo, passava por todos os sacramentos até a consolidação do cristão em definitivo. Diversas passagens podem expressar este caráter voluntário da salvação, como a de Antonio Pires, em 1561::

“Si te vierem melhores mostras e melhor vontade eu te baptizarei, que nós não costumamos faze-lo senão a quem o pede de coração’. (...) ‘Baptisa-me que me quero ir desta vida’, e os filhos estavam dizendo: ‘Padre, baptisa-o e seja depressa, olha não morra sem baptismo. Vem vês que elle pede de boa vontade.’ O Padre baptisou-o.”¹³

Esta passagem ilustra claramente o caráter *voluntário* do batismo, ao ponto do padre recusar o batismo mesmo em condições mortais em nome da *vontade* que os índios precisavam demonstrar. Uma vez batizados, todas as outras condições necessárias para os índios tornarem-se cristãos por completo deveriam ser trabalhadas no espaço da *aldeia*. Por isso, os índios *aldeados* eram chamados de livres. Em 1592, Gabriel Soares defenderá que na verdade eles seriam *forros*, isto é, escravos libertos da servidão¹⁴. Por essa razão, os aldeamentos eram chamados de “muralhas do sertão”. José de Anchieta percebeu exatamente este processo quando escreveu:

“os portugueses vão ao sertão, abalam os índios dizendo que os trazem para a igreja dos padres, e com isto se abalam de suas terras, por que já sabem por todo o sertão, que somente gente que está nas Igrejas, onde os padres residem, tem liberdade, que toda a mais é cativa”¹⁵

O espaço da aldeia concretizava o sentido moral de *liberdade* para os ameríndios. Os *aldeamentos* foram uma particularidade das missões inacianas no Brasil¹⁶. Nela, o caráter voluntarista esteve presente. Contudo, como extensa historiografia foi capaz de mostrar, os aldeamentos foram formulados depois do vislumbre inicial das

¹³ Antônio Rodrigues, Bahia, 1561, In: *Cartas avulsas*, São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1988, p. 328.

¹⁴ Rodrigo Bonciani, *O domínium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania potuguesa no atlântico*, São Paulo, Usp, 2010. Tese de doutoramento não publicada, p. 141.

¹⁵ José de Anchieta, Informação dos primeiros aldeamentos da Bahia (1584), In: ANCHIETA, 1988, p. 386.

¹⁶ Charlotte Castelnau-L'Etoile, *Operários de uma via estéril*, Bauru: Edusc, 2009.

primeiras conversões¹⁷. Manuel da Nóbrega, o líder e principal idealizador desta instituição tão longeva, descreve a dimensão voluntária nessas condições:

“Índios e sujeitaram com isso mais, e se fizeram isso nossos obedientes; assim que por experiência vimos que por amor é mui dificultosa sua conversão, mas, como é gente servil, por medo fazem tudo, e posto que nós grandes por não concorrer com sua livre vontade presumimos que não terão fé no coração; os filhos creados nisto ficarão firmes cristãos, porque é gente que por costume e criação com sujeição”¹⁸

Esta passagem demonstra claramente o quanto que Nóbrega desacreditava na possibilidade de convertê-los de boa vontade (por amor), apesar de saber que eles não podem concorrer com sua livre vontade. Assim, conclui que, se por medo tudo fazem, devem obedecê-los por essa via. Ainda que não defenda sua escravidão, Manuel da Nóbrega engendra um *projeto civilizador* para os tupis da costa brasileira. Para acabar com a escravidão ilegítima e agradar os colonos, o jesuíta quis resolver o problema do ‘gentio mais triste do mundo’ de uma vez só ao propor o seguinte: “Sujeitando-se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver escravos mal havidos e muitos escrúpulos, porque terão os homens escravos legítimos, tomados em guerra justa, e terão serviço e vassalagem dos índios”¹⁹

Este grande projeto jesuíta, parte central para compreender a colônia brasileira da segunda metade do século XVI, surtiu efeitos demográficos. Quanto mais concentravam os índios, mais estiveram sujeitos ao ataque de colonos e à morte epidêmica. Em função disto, com frequência, era necessário – tanto para os jesuítas quanto para os colonos – buscar mais gentios pelo sertão afora. Segundo João Pacheco, havia três tipos de *resgate*: as bandeiras (entradas), os saltos (captura pelo mar) e a *escravidão de corda*. Esta última prática era realizada através de aliados indígenas que tiravam prisioneiros de outras tribos que seriam mortos ou canibalizados²⁰. Três formas de *reduções* buscaram conter tais práticas: os privados,

¹⁷ Apenas para citar os trabalhos mais destacados: Dauril Alden, *The making of an Enterprise: The society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*, Standford, Standford university Press, 1996 e José Eisenberg, *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001.

¹⁸ Manuel da Nóbrega ao padre Ignacio de Azevedo, Bahia, 1557, in: Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil e mais escritos* (Opera Omnia). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1955, p. 159-160.

¹⁹ Manuel da Nóbrega a Miguel Torres, Bahia, 1559, Idem, p. 281.

²⁰ João Pacheco, “Os indígenas na fundação da colônia”, in: *O Brasil colonial*, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

dos funcionários régios, controlados por um capitão d'aldeia e o dos jesuítas²¹. Para diferenciarem-se dos aldeamentos dos colonos, os jesuítas envolveram-se em discórdias com os colonos no tocante aos *projetos de colonização* para o índio e da *jurisprudência* para os casos de guerra justa. Após muitas querelas, Manuel da Nóbrega defendeu que os índios deveriam ser *tutelados* e que deveriam sofrer *sujeição moderada* nos aldeamentos.

Novas categoriais de dominação discursiva imperial

Os principais debates sobre os ameríndios estiveram intimamente ligados à sua *natureza* ou *humanidade*. Em primeiro lugar, é importante dizer que “índio” como substantivo é uma designação do século XVIII. Durante a maior parte do século XVI, as fontes referem-se a ‘gentios’, ‘naturais’ ou usam o termo como adjetivo²². Segundo Cristina Pompa, os juízos positivos sobre os índios foram mais comuns no início da colonização, decaindo significativamente à medida que os anos avançavam²³. As formulações feitas pelos jesuítas são debatidas há décadas pela historiografia luso-brasileira. Nos últimos anos, tem se defendido a ideia de que tais afirmações diziam mais respeito ao universo europeu que americano. Adone Agnolin esclarece que, entre os missionários, os costumes indígenas não eram observados à maneira antropológica, mas frequentemente foram compreendidos como “excesso” ou “falta” diante do referencial europeu²⁴.

Muitos missionários e viajantes, os índios foram chamados de “inconstantes” porque se esperava a constância europeia²⁵. Manuel da Nóbrega declara-os *rudes*, *bestiais* e sem *inteligência*. Pergunta-se, à maneira socrática, se eles seriam *homens* como eles²⁶. No *Diálogo sobre a conversão do gentio*, Nóbrega escreve que os tupis são o povo mais triste e vil do mundo, colocando-os abaixo dos negros africanos, sem fé, lei ou rei. Do ponto de vista ‘bíblico’, classificou-os como os filhos de Canaã²⁷,

²¹ Carlos Moura Zeron, *Linha de Fé: a companhia de Jesus e o problema da escravidão na formação da sociedade colonial*, São Paulo, Edusp, 2010, p.84.

²² Rodrigo Bonciani, *O dominium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania potuguesa no atlântico*, São Paulo, Usp, 2010. Tese de doutoramento não publicada, p. 26.

²³ Cristina Pompa, *Religião como tradição: missionários tupi e tapuia no Brasil colonial*, Bauru: Edusc, 2003.

²⁴ Adone Agnolin, *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séc. XVI-XVII)*, São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2007.

²⁵ Eduardo Viveiros de Castro, *Sobre a inconstância da alma selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

²⁶ Manuel da Nóbrega, *Diálogo sobre a conversão do gentio*, São Paulo: Metalibri, 2006, p. 13.

²⁷ Idem, p. 9-10.

personagem amaldiçoado por Noé como 'servo dos servos'. Após os debates do Concílio de Trento, o jesuíta peruano José de Acosta escreveu a influente *Historia Natural e Moral das Índias* (1590), na qual ele organizou uma classificação dos homens de maneira horizontal em três níveis, dentro da qual os índios brasileiros figuravam no nível mais baixo da humanidade.

Naturalismo e voluntarismo nas categorias sociais

Nesse artigo, buscou-se defender que os critérios dos aldeamentos e das primeiras conversões tiveram como base teológica e moral o binômio da *voluntariedade* e da *naturalidade*. A *natureza* dos ameríndios no Brasil foi escalonada como humana, embora - para a maior parte dos jesuítas quinhentistas -, tenha sido mais próxima dos homens do que dos animais. A *voluntariedade* foi definida a partir de sua humanidade. Uma vez mais próximo daquilo que viria a ser o homem no sentido tomista, a conversão deveria levar em conta a livre vontade, caso contrário a conversão forçada seria lícita. No caso dos índios do Brasil, tanto humanidade quanto o livre-arbítrio foram defendidos na construção do projeto dos aldeamentos. Este, do ponto de vista da lógica moral subjacente à tradição *naturalista* e *voluntarista*, possibilitou aos ameríndios de 'menor humanidade' por natureza, saírem desta condição voluntariamente para alcançar um estatuto de 'maior humanidade'.

Como os índios poderiam deslocar-se nesta hierarquia social? Da mesma forma que nas tradições greco-romanas, o espaço foi determinante para indicar os lugares da escala moral. Da mesma maneira que o sertão apresentava o estigma da antiguidade clássica associado ao deserto, também o selvagem desgraçado, pior do que o animal, parece ter se associado à designação do tapuia. No litoral, habitavam aqueles que estavam num nível superior de humanidade, sendo considerados mais amáveis, políticos e dotados de algum grau de humanidade. Os tupis, apesar de frequentemente serem considerados semi-bestiais, tornaram-se referência central para o movimento moral dos índios no Brasil. Mas este estágio precisava ser superado, no quadro mental dos jesuítas, para saírem deste local onde estavam cativos na incorporação voluntária das *aldeias*. Ali estariam a salvo dos colonos, dos seus torpes costumes que impediam a sua salvação e poderiam aprender os verdadeiros costumes para se *humanizar* paulatinamente. Terminariam o ciclo da condição em que estavam

naturalmente para ganhar, pela *voluntariedade*, um nível melhor de ‘humanidade’,
respeitando a correlação entre espaço e moral.

Capítulo 22: “CONHECER PARA DOMINAR”: OS SIGNIFICADOS DE EVANGELIZAÇÃO AMERÍNDIA PARA O FRANCISCANO BERNARDINO DE SAHAGÚN

Daniella Fraga

“El médico no puede acertadamente aplicar las medecinas al enfermo sin que primero conozca de qué humor o de qué causa procede la enfermedad. De manera que el buen médico conviene sea docto en el conocimiento de las medecinas y en el de las enfermedades, para aplicar convenientemente a cada enfermedad la medicina contraria. Los predicadores y confesores, médicos son de las ánimas; para curar las enfermedades”¹

Reconhecido por muitos estudiosos como primeiro etnógrafo da América, o franciscano Bernardino de Sahagún² (1499-1590) representou um dos mais atuantes religiosos que contribuíram no processo de conquista territorial e cultural empreendido pelos espanhóis nos séculos XVI e XVII no México. Autor de diversas obras acerca da cultura nativa pré-hispânica e defensor do conhecimento das experiências socioculturais anteriores à presença espanhola como estratégia para eliminação das práticas idolátricas, Bernardino de Sahagún foi acusado muitas vezes de compactuar com a perpetuação dos costumes nativos.

Sua principal e mais conhecida obra intitulada *Historia General de las cosas de la Nueva España*, produzida entre 1545 e 1578, reúne os mais variados temas acerca da organização social, cultural e política das populações astecas anteriores a conquista espanhola em 1521. Conhecido também como Códice Florentino, por ter sido preservado na Biblioteca de Florença³, na Itália, este material é referência para a

¹ Sahagún, Bernardino. *Historia General de las cosas de Nueva España*- Manuscritos IMP/16, 2,22-23- Biblioteca Nacional- Livro I, Prólogo

² Em 1529, Bernardino de Sahagún chega ao território mexicano. Os seus primeiros anos no Novo Mundo transcorreram em Tlamanalco – atual município de Tlamanalco de Velásquez, no México - (1529-1532), para depois ser guardião (e provavelmente fundador) do convento de Xochimilco – atual município pertencente a Cancún, no México Central (1535). Em 1536, por ordem real, o arcebispo do México Juan de Zumárraga fundou o Imperial Colégio da Santa Cruz de Tlatelolco, onde passou a lecionar latim

³ Em 1576, o monarca Felipe II, acreditando que Sahagún se aproximara demasiadamente da cultura pré-hispânica, ordena o recolhimento de todo o material produzido pelo franciscano, que incluía também o manuscrito do “*Historia General de las cosas de la Nueva España*”. Dessa forma, a fim de

compreensão dos principais hábitos culturais ameríndios. Além do material informativo, a obra, segundo o próprio franciscano, serviria como um dicionário que facilitaria a comunicação entre as diferentes composições linguísticas presentes na sociedade colonial mexicana⁴.

Dividido em doze livros repartidos em quatro volumes e, depois disso, encadernados em três volumes, a estrutura escolhida é o registro feito em colunas. A coluna da direita é escrita em espanhol e da esquerda, em náhuatl, além de uma terceira coluna, contendo um glossário e intervenções de Sahagún. É observada uma ordem hierárquica nos temas abordados estruturados em: Assuntos Divinos, Assuntos Humanos e Assuntos da Natureza e dos Animais. No último livro, o tema da Conquista, a partir da visão indígena, também é abordado. No prólogo, Sahagún definiu que os objetivos do recolhimento destas informações deveriam ser a construção de um acervo indígena que serviria como base para a organização de um vocabulário e para o reconhecimento das antigas práticas culturais, à medida que, segundo o franciscano, a cristianização estaria sendo feita de maneira superficial. Era necessário conhecer para dominar.

O texto foi composto através do recolhimento de informações dadas pelos informantes de Sahagún. Geralmente, parte da nobreza indígena, alunos de Sahagún, caciques e anciãos conhecidos como *principales* que respondiam aos questionários elaborados por ele em conjunto com seus alunos. A estrutura escolhida foi justificada por Sahagún como forma de garantir uma suposta fidelidade destas informações adquiridas.⁵

A preocupação sobre a preservação das informações, segundo León-Portilla, poderia estar associada a um reconhecimento de Sahagún sobre a riqueza e a complexidade destes elementos culturais. Assim como a preservação das mitologias gregas e romanas, o mapeamento destas dinâmicas seria importante para lembrá-las como um passado que havia sido superado. O próprio Sahagún admitiu, no prólogo do *História General*, um problema bastante significativo no recolhimento destas

preservar o conteúdo do referido material, Sahagún entregou uma cópia ao intendente da ordem franciscana, frei Antonio de Ciudad Rodrigo, que o leva até a Biblioteca de Florença, na Itália e, portanto, a obra passa a ser conhecida também como Códice Florentino.

⁴ Segundo Sahagún, o “Historia General de las cosas de la Nueva España” possuía o objetivo de esclarecer quais eram as possíveis condutas que poderiam confundir os religiosos e esconder as práticas pagãs que, sem um conhecimento prévio, mascarariam a adoração aos ídolos astecas.

⁵ LEÓN-PORTILLA, Miguel. *De la oralidad y los códices a la Historia General; transvase y estructuración de los textos alegados por Fray Bernardino de Sahagún*. Estudios de Cultura Náhuatl. México, p.65-141,1999.

informações à medida que a diretriz inicial das autoridades religiosas era que se eliminassem completamente qualquer elemento que pudesse remeter ao passado pré-colombiano.

A diretriz inicial de destruição de todo o material proveniente das culturas ameríndias produziu o que Sahagún denominou de “cristianização equivocada”⁶, que provocaria erros de interpretação acerca dos rituais de adoração, os festejos e as interpretações sobre os sentidos práticos da cristianização Católica. A imagem cristã, que na teoria deveria ser uma representação divina, transformava-se, segundo o imaginário nativo, na própria divindade.

A destruição dos códices, do material artístico e da substituição dos templos, segundo a concepção do franciscano, contribuiria para o alargamento da proliferação da idolatria, prática esta que seria a principal preocupação das diferentes ordens religiosas que se estabeleceram no México a partir de 1493. A destruição do templo em honra à deusa-mãe Tonatzin no Monte Tepeyac, dando lugar à primeira Igreja em honra à Nossa Senhora de Guadalupe em 1531, tornou-se objeto de preocupação do franciscano, que inferiu diversas críticas e apresentou desconfiças sobre se a possível transposição de imagens representaria de fato o êxito no processo de cristianização.

Considerando a produção de Bernardino de Sahagún e sua “*Historia General de las cosas de la Nueva España*”, através dos significados da alteridade e seus sentidos práticos e epistemológicos, analisaremos a utilização do conhecimento da língua e da cultura nativa como forma de aproximação e identificação de elementos considerados *perigosos* aos anseios evangelizadores da ordem franciscana no México através da compreensão de sua formação intelectual e do diálogo com a ordem franciscana.

Bernardino de Rivera nasceu em 1499 na província espanhola de Sahagún. Como prática comum, incorporou o nome da cidade de seu nascimento quando, em 1520, deslocou-se para Salamanca para estudar na Universidade que, naquele momento, representava um dos centros intelectuais humanistas com maior prestígio no continente europeu, a Universidade de Salamanca.

A Universidade de Salamanca, conhecida como o centro do florescer

⁶ Segundo, Serge Gruzinski o conceito de “cristianização equivocada” é pautada na visão eurocêntrica que esperava uma completa transposição dos valores europeus e a destruição de toda organização pré-hispânica. Nesse sentido, a acumulação das imagens católicas e ídolos astecas nos mesmos espaços e os sincretismos seriam, para os espanhóis, exemplos de práticas equivocadas sobre o cristianismo, o que gerava a idolatria, que, portanto, deveria ser combatida. (GRUZINSKI, 2003).

humanista da Espanha, conduziria seus alunos a uma valorização das propriedades linguísticas – os vocabulários, o ensino de arte e filosofia. Segundo Miguel León Portilla⁷, a formação na universidade era trilingue: ensinavam-se o grego, o hebraico e o árabe, destacados dentro de uma perspectiva de resgate à tradição clássica. Além disso, sua formação trilingue em Salamanca pôde ter inspirado o modelo de ensino do Colégio de Santa Cruz de Tlatelolco⁸, onde Sahagún participou diretamente da formação dos métodos pedagógicos, tornando-se professor na instituição a partir de 1536. O ensino do latim, do castelhano e do náhuatl como os pilares de formação dos alunos significou a formação de uma elite intelectual indígena aos moldes culturais europeus.

Seu ingresso na ordem franciscana ocorre em torno de 1524. Tornou-se professor do Convento de Franciscanos de Salamanca e partiu cinco anos mais tarde, em 1529, para o recém conquistado México em missão com outros dezenove religiosos encabeçados por Frei Antônio de Ciudad Rodrigo⁹, permanecendo no México até sua morte em 1590. Dedicou quase toda a sua vida aos estudos linguísticos e culturais ameríndios e, por isso, é considerado um dos fundadores do estudo de linguística náhuatl e da Etnologia Moderna, através de seus métodos de investigação e recolhimento de informações utilizados pelos pesquisadores para a emergência de uma cultura distinta.

Dedicou-se às produções de cunho catequéticos, como epístolas, sermões, manuais de comportamento do “bom cristão”, preocupando-se sobretudo com os anseios evangelizadores e o combate às heresias. Como um religioso e homem de seu tempo, a produção intelectual de Sahagún dialogou com as tensões presentes não somente no México mas também com sua formação intelectual em Salamanca e o contexto de Reforma Católica, pautando-se nas perspectivas de conquistas de fiéis em detrimento às outras experiências que assombraram o modelo de fé cristã na

⁷ LEÓN-PORTILLA, Miguel. *El mundo en que vivió Bernardino de Sahagún España y México*. IN: Revista de Estudios da Cultura Náhuatl (UNAM).

⁸ Fundado em 1536, sob a proteção de Carlos V (1500- 1558), o Colégio de Taletoloco possuía o objetivo de legitimar o processo de hispanização dos nativos⁸. O trabalho de franciscanos em aprofundar a educação destinada aos ameríndios que entravam no Colégio com aproximadamente dez anos de idade, era garantir as seguintes condições: formar seculares possuidores de uma fé cristã indissolúvel; preparar agentes de catequese para a instrução daqueles indígenas que não pertenciam ao alunado do Colégio e, finalmente prover interpretes aos religiosos não conhecedores da língua nativa.

⁹ Frei Antonio de Ciudad Rodrigo fez parte da comitiva dos doze primeiros franciscanos, conhecidos como os apóstolos do Novo Mundo, que desembarcam no México em 1524, incentivados por Hernán Cortés. Mais tarde viria se tornar chefe da Intendência dos franciscanos, no qual Bernardino de Sahagún possuía estreitas relações.

Europa¹⁰, no século XVI.

A grande preocupação da cúpula Católica era não permitir que mais territórios católicos fossem influenciados pelas ideias reformadoras, portanto era preciso combater as heresias, sendo elas protestantes ou mouras. Através da reorganização da moral religiosa, do estabelecimento de seminários e do reconhecimento da necessidade da organização de missões evangelizadoras, o objetivo era conter o crescimento de fiéis não católicos. Debates estes estabelecidos no Concílio de Trento, realizado entre 1545 – 1565.

“O Concílio de Trento constituiu um momento muito alto na história do mundo Católico. Mas foi igualmente uma recusa de diálogo com a Reforma, uma abrupta afirmação de posições antiprotestantes. Para mais facilmente recusar a justificação da salvação apenas pela Fé, ele majorou o valor das obras e desenvolveu a noção de mérito. Contra Lutero e Zwinglio que haviam zombado das indulgências e das peregrinações, contra Calvino que ironizava acerca das relíquias, o Concílio manteve todas as formas de piedade, confirmou também o culto das imagens”.¹¹

A Reforma Católica na Europa refletia diretamente nas ações missionárias na América, ainda que não houvesse um projeto definido para as terras conquistadas. As diretrizes religiosas, bem como as intenções políticas fizeram parte do discurso legitimador da conquista destes territórios e das populações que ali viviam. Diversas ordens religiosas adentraram sistematicamente os portos americanos a partir de 1519 e, juntamente com os conquistadores, tiveram êxito na desarticulação à interpretação de mundo por parte dos indígenas, desestruturando o ambiente físico bem como imaginário destes povos.

Para que seus objetivos fossem concluídos, os missionários se utilizavam de diversos instrumentos e práticas. Dentre elas podemos destacar a questão da linguagem. A variedade de idiomas se constituía em um problema para a comunicação entre nativos e europeus. Assim, a teatralização, a encenação de passagens bíblicas,

¹⁰ A Igreja Católica vivia no século XVI, uma verdadeira ameaça ao monopólio da fé cristã. O processo instaurado por Martin Lutero questionou uma Igreja que vivia sob a cobrança de indulgências, de comercialização de relíquias e objetos sagrados, além do despreparo do clero e do afastamento entre a instituição e seus fiéis. Neste sentido, os rearranjos de certos princípios e ações tornaram-se essenciais para responder aos questionamentos dos reformadores e para limitar o crescimento das religiões protestantes.

¹¹ DELUMEAU, Jean. *Nascimento e Afirmação da Reforma*. São Paulo: Editora Pioneira, 1989, p.169.

as festividades religiosas, as procissões e a produção de representações imagéticas formaram alguns dos instrumentos que serviriam para facilitar o entendimento entre os grupos nativos e os europeus.

A pretensão religiosa por uma suposta unificação da humanidade sob o signo da cristandade é percebida na relação entre os religiosos e os indígenas na América. As tensões acerca do embate entre bem e mal, bem como sobre as origens e valores morais ameríndios, fizeram com que se criasse uma suposta defesa de responsabilidade espanhola sobre a cristianização nativa. A partir de 1524, a América foi tomada por uma vasta quantidade de religiosos que não estariam preocupados em destruir os elementos da cultura nativa pré-colombiana e, sim, sob a expectativa de compreender as características socioculturais ameríndias para então estabelecer a cristianização, superar as idolatrias e, finalmente fornecer os contornos de uma nova sociedade.¹²

Nos primeiros momentos, entre 1524 e 1530 destruir templos, efígies e ídolos fez parte da política de conversão. No lugar dos templos destruídos, novos templos foram erguidos como a igreja em honra à Nossa Senhora de Guadalupe no monte Tepeyac. Serge Gruzinski e Carmen Bernard destacam que em Granada, antigas mesquitas tornaram-se templos Católicos e os livros islâmicos foram queimados nas fogueiras em inúmeros rituais da Inquisição. No México, essa prática não foi diferente e aos poucos as imagens católicas foram substituindo e, muitas vezes, coexistindo com os ídolos astecas.

No segundo momento, o número de batismos e conversões ganhou notável expressão demonstrando o poder das negociações com a nobreza indígena. Os interesses na negociação por parte dos caciques e seus familiares eram pautados na manutenção de seus privilégios segundo às normas hierárquicas indígenas; para os espanhóis, reconhecer essas estruturas e estabelecer o diálogo serviria aos anseios de evangelização e, conseqüentemente de conquista¹³.

Desde a Bula Inter Coetera¹⁴ em 1493, a evangelização dos ameríndios deixou de ser apenas um dever moral tornando-se uma obrigação jurídica. Desse modo, as

¹² BORDIN, Reginaldo Alijandro & MELO, José Joaquim Pereira. *Religião e Educação na conquista do México Antigo*. Anais do IX Encontro Nacional de Educação – EDUCRE/ III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, PUC PR, 2009.

¹³ RAMINELLI, RONALD. *Nobreza indígena da Nova Espanha. Alianças e Conquistas*. Revista Tempo: Rio de Janeiro, nº27. pp. 83-96.

¹⁴ A Bula Inter Coetera, foi definida como um tratado em maio de 1493 pelo Papa Alexandre VI onde ficou estabelecido a divisão do mundo entre Portugal e Espanha. No contexto de Expansão Marítima

ordens religiosas iniciaram seu processo pedagógico que procurava destruir a cultura ameríndia através dos ensinamentos dos preceitos católicos europeus. A construção de igrejas, de escolas, o incentivo aos batismos- inicialmente apenas destinados à nobreza indígena e que depois se estendem aos demais- foram importantes para a institucionalização dos mecanismos de evangelização.

A aplicabilidade dos preceitos religiosos e ideológicos são importantes reflexões para compreendermos o projeto de ocidentalização do imaginário europeu. Como os missionários, que tão números vieram para a América, entenderam o sentido da missão religiosa? É possível encontrar um denominador comum e descrever uma suposta autocompreensão da evangelização pelos que vieram para o Novo Mundo?

Como já mencionamos, o Concílio de Trento, não especificou nenhuma diretriz particular à evangelização no Novo Mundo. Era necessário, adaptar as teorias cristãs às demandas americanas. Com especificidades particulares, a América, foi palco de instabilidades no que diz respeito aos instrumentos de evangelização. Desse modo, a análise dos textos produzidos por Sahagún deverão vir acompanhadas das reflexões a respeito dos interesses do franciscano na produção desses documentos.

Logo, ao analisar a obra produzida por Sahagún deve-se levar em conta que grande parte dos textos que foram produzidos no período colonial americano participam de uma dupla condição documental e narrativa bem como uma dupla utilidade descritiva que diz respeito a sua circulação, recepção, usos e expectativas. Analisar o discurso de Sahagún, como um franciscano, coloca a circulação não apenas nas fronteiras dos discursos em si mas também pelas interseções entre a oralidade e a escrita, entre o náhuatl, o espanhol e o latim¹⁵.

As múltiplas transformações percebidas nesse momento são resultados dos processos de adaptação às demandas americanas, cuja ordem franciscana estaria imersa na produção de seus discursos, catecismos e doutrinários cristãos. Sahagún compreendia que a doutrina cristã evangelizadora, pensada no México, dependeria de uma política linguística que fosse capaz de se adaptar aos modelos presentes naquela região. Seria necessário articular equivalências e conhecimentos mútuos

as duas Coroas saíram na frente na conquista de territórios além-mar demonstrando o poder de influência e decisão da Igreja Católica na conquista dos novos territórios.

¹⁵ VAINFAS, Ronaldo. Colonialismos e Idolatrias. Cultura e resistências indígenas no mundo colonial Ibérico. São Paulo: Revista Brasileira de História, v.11, nº 21,1999.

dentro de um sistema complexo de inúmeras interrogações acerca dos métodos mais propícios ou eficazes de evangelização.

Portanto, ao analisarmos os escritos de Bernardino de Sahagún, deveremos considerar como uma obra primordial sobre as referências culturais do passado ameríndio. Contudo, torna-se importante compreendermos que seus escritos possuíam um objetivo específico, a compilação de informações voltadas para o continente europeu resultado dos fluxos, dos diálogos, filtros culturais e adaptações tanto por parte de espanhóis quanto pelos indígenas no processo de formação da sociedade mexicana.

Capítulo 23: LUÍS DOS SANTOS VILHENA: PENSAMENTO ILUSTRADO NA COLÔNIA

Gabriel de Abreu M. Gaspar¹

Luís dos Santos Vilhena nasceu em 1744, na vila de São Tiago do Cassino, no Alentejo e no ano de 1787 foi designado para o lugar de mestre régio de grego na Bahia. Permaneceu em Salvador até 1799, quando retornou à Portugal para tratar de sua saúde e solicitar o seu jubileamento, alcançado em 1801². Logo depois deve ter retornado à Bahia, onde faleceu em 1814. É autor de 24 cartas³ que descrevem e analisam a América Portuguesa no final do século XVIII. As primeiras 20 cartas foram escritas na colônia e são destinadas a *Filopono*, que se pode traduzir por “aquele que aprecia o esforço do trabalho”, dedicadas ao príncipe regente D. João. As demais, foram completadas em Portugal e endereçadas a *Patrífilo*, o “amigo da pátria”, Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário da Marinha e do Ultramar. É possível identificar um alinhamento entre as ideias do professor régio e as do ministro, ambos em um espaço das Luzes portuguesas, preocupadas, sobretudo, em corrigir as deficiências da administração, em promover a expansão da agricultura na colônia por meio de conhecimentos práticos e de métodos mais racionais.

Neste trabalho analisou-se a 24^a. Carta, publicada sob o título de “Pensamentos políticos sobre a Colônia”⁴ destacando seu caráter ilustrado sob os seguintes aspectos: suas considerações sobre a população, a proposta de uma lei de terras e as duras críticas ao comércio.

AS COLUNAS MAIS SÓLIDAS E BASES ESTÁVEIS DA COLÔNIA

População, agricultura e comércio são as colunas mais sólidas e a base mais estável das colônias que conservamos na América, compreendidas no Principado do Brasil. Carece

¹ Graduando em História da Universidade Federal Fluminense. Desenvolve pesquisa sob orientação do Prof. Dr. Guilherme Pereira das Neves. Bolsista de iniciação científica (CNPq/PIBIC/UFF) vinculado a projeto coordenado pelo Prof. Dr. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. E-mail de contato: machado.ga18@gmail.com.

² Cf. NEVES, Guilherme Pereira das. "Luís dos Santos Vilhena". In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.

³ As cartas estão disponíveis em duas edições: VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador, Itapuã, 1969, 3 v. e _____. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Bahia, Imprensa Oficial, 1921-22, 2 v.

⁴ VILHENA, Luís dos Santos. *Pensamentos políticos sobre a Colônia*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Série Publicações Históricas 87, 1987.

refletirmos se tem havido a precisa atenção à solidez destas colunas, se se acham em estado de sustentar o grande peso que sobre elas gravita e o modo por que poderão sustentá-lo, no caso de terem saído do seu equilíbrio⁵.

Segundo Vilhena, o essencial da economia brasileira podia ser descrito na frase supracitada, considerando que os pilares de sustentação da economia colônia eram população, agricultura e comércio, mas questiona se “tem havido a precisa atenção à solidez destas colunas”⁶. Entre as críticas e as propostas, o professor régio diagnostica que o Estado do Brasil está dividido em grandes capitânicas gerais e capitânicas subalternas, que, caso povoadas e cultivadas de acordo com a extensão e qualidade do terreno, nada teriam que invejar aos Estados da Europa. Contudo, este “país extensíssimo, fecundo por natureza e riquíssimo” é habitado por poucos colonos, em sua maior parte pobres e famintos:

É a capitania da Bahia a mais povoada, não é porém a mais extensa, pois que algumas há que a sucedem; por consequência, *têm logo todas as capitânicas uma população extremosamente pequena em comparação do âmbito, não só do todo do Estado, como de cada uma de por si.*⁷

Ao considerar que “sem homens não há sociedade, e sem meios de subsistência não pode haver homens”⁸, Vilhena afirma que a falta de população no Brasil é causada pela pobreza e considera a terra como “subsidiária dos viventes”. Ele vai além e constata que “quem gera o cidadão é a propriedade”⁹. Assim, conforme salienta Maria Sarita Motta, esta concepção de propriedade na obra de Vilhena assume uma “dimensão social e política”, pois ela emerge “como um princípio organizador da sociedade liberal e burguesa em processo de construção de um e do outro lado do Atlântico”¹⁰.

Outrossim, estabelece-se aí a correlação entre propriedade da terra, atividade agrícola e população e diagnostica o problema das grandes propriedades, como “causa dos vícios de um e da miséria de inumeráveis” e obstáculos para a população. Os pobres não são os únicos culpados pela decadência da agricultura, a concentração

⁵ VILHENA, Luís dos Santos. *Pensamentos políticos sobre a Colônia*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1987, p. 39.

⁶ *Ibidem*, p. 39.

⁷ *Ibidem*, p. 51, grifo meu.

⁸ *Ibidem*, p. 51.

⁹ *Ibidem*, p. 54.

¹⁰ MOTTA, Maria Sarita. “Propriedade e Pensamento Político na América Portuguesa em fins do século XVIII”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011, p. 3.

fundiária também o era, já que a lei do morgadio impedia que os demais filhos do senhorio tivessem terras para produzir:

Quantos filhos segundos e terceiros estariam estabelecidos; seriam chefes de fecundas famílias se aquela reunião de propriedades vinculadas que privativamente passam à posse do primogênito fossem desanexadas e igualmente repartidas pelos irmãos a que o feio semblante da pobreza faz aborrecer o consórcio¹¹.

O morgado era uma instituição tipicamente ibérica e esteve em vigor até as reformas legislativas liberais do século XIX. Apesar das diversas regras de sucessão e nomeação dos morgados, a instituição dos morgadios

teria sido uma prática dos grupos dominantes agrários que poderia ter se estendido para outros grupos de lavradores. A instituição pressupunha a transmissão do patrimônio para o filho primogênito, para evitar a divisibilidade da terra¹².

Assim, ele conclui que a Lei de terras é uma necessidade, ao considerar a agricultura como chave mestra para a subsistência dos homens e expansão da população. Vilhena propõe uma lei agrária com limitação de tempo que redistribuísse as terras entre a população marginalizada, porém respeitando a classe senhorial. Diz ele que “(...) poderiam dividir-se as terras pelas famílias que se achassem em cada um dos distritos”¹³, considerando não só o número, mas a qualidade delas, além de suas comodidades e serventias. Estas terras deveriam permanecer indivisas e à medida do aumento dessas famílias, outros lotes de terras deveriam ser concedidos. As terras improdutivas deveriam ser confiscadas em um prazo de dois anos se não fossem cultivadas e as florestas de madeira de lei permaneceriam sob controle da coroa portuguesa. Além disso, ele identifica a necessidade de nomeação de um ministro intendente para zelar pela prática e cuidar para que fosse cultivado o gênero de acordo com as propriedades das terras, pois as incoerências de “querer que dê tabaco o terreno que tem propriedade para algodão e vice-versa” impede um melhor desenvolvimento agrícola, em suma, “há precisão de plantá-las de que elas melhor

¹¹ Ibidem, p. 53.

¹² MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824*. São Paulo: Alameda, 2ª. ed, 2012, p. 49.

¹³ Ibidem, p. 57.

produzem”¹⁴. Se, para o autor, o cidadão é gerado pela propriedade e esta lei tornaria proprietários um grande número de brasileiros, um grande número de pessoas se converteria em cidadãos.

Não obstante, ele propõe outra lei para solucionar um problema colonial: a população ociosa, que terá “forças para fazer evacuar das cidades os preguiçosos vadios e povoar de agricultores as campanhas”¹⁵. Os vadios seriam convertidos em trabalhadores rurais, aproveitando-se os braços trabalhadores para o sucesso do projeto colonial.

O COMÉRCIO PORTUGUÊS EM FINS DO SETECENTOS

O comércio ocupou lugar importante na análise de Luís dos Santos Vilhena e foi considerado também um dos pilares sólidos para a conservação das colônias. O professor de grego afirma que a liberdade “é o espírito dominante do comércio, e que sem ela impossível é que este possa florescer”, mas defende que cada um entende esta palavra segundo seu modo de pensar. Mas, para ele, ela consiste na liberdade na autoridade das leis, sabedorias e prudência de governo e felicidade dos povos, já que

*é certo que em toda a parte deve a administração ser o sustentáculo da prosperidade dos povos, da opulência da nação; deve mostrar a sua influência na explanação das vidas por que os homens corram para a felicidade. [...] pelo que pertence ao comércio deve atender a que as províncias da sua dependência não sofram muito por causa da distância nem da proximidade, e que cada um tenha para a exportação e importação aquelas facilidades que forem relativas à sua posição*¹⁶.

Ele diagnostica que o comércio da América é útil e vantajoso, já que por meio dele são fornecidos gêneros indispensáveis à Europa. Ao mesmo tempo, “de todos os estabelecimentos de Portugal é o Brasil não só o mais rico como o mais suscetível de melhoramento”¹⁷ e o mais interessante ao comércio, desde que povoado e cultivado o quanto deve e pode ser. Cabe destacar a consonância desta perspectiva com a de Rodrigo de Sousa Coutinho, considerado, por Guilherme Pereira das Neves, “um dos

¹⁴ Ibidem, p. 58.

¹⁵ Ibidem, p. 59.

¹⁶ Ibidem, p. 73, grifo meu.

¹⁷ Ibidem, p. 74.

mais notáveis representantes da Ilustração portuguesa”¹⁸. Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, entre 1796 e 1801, d. Rodrigo capitaneava um conjunto de letrados, denominados por Kenneth Maxwell de “geração de 1790”¹⁹, que buscavam reconhecer e mapear o império e percebiam a situação frágil em que se encontrava Portugal no fim do século XVIII.

Vilhena destaca a importância da prudência na escolha dos governadores para cada uma das capitanias e dos ministros e oficiais para a administração da justiça e da fazenda. Cabia também à metrópole, fechar “as infinitas portas por onde se introduz o ruinosíssimo contrabando”²⁰ e não permitir muitas fábricas nas colônias do Brasil, pois elas absorveriam as finanças das exportações e desequilibrariam o comércio de Portugal com o Brasil. Além disso, não dever-se-ia incumbir os comerciantes estrangeiros de transportar e nem vender diretamente à Colônia, para evitar que as riquezas do Estado fossem parar na mão desses “comissários ausentes”.

A perspicácia de Luís dos Santos Vilhena se revela ao identificar o comércio “passivo e ruinoso” de Portugal:

Daquela época até o presente *tem Portugal recebido do estrangeiro muito mais importações que expedido exportações, fazendo por isso um comércio pouco menos que passivo e por isso ruinoso*, apesar do que é talvez Portugal a única nação a quem este gênero de comércio tem até o presente sido menos lesivo, pois que a moeda com que paga o excesso das suas importações é gênero de produção das suas minas do Brasil e não fruto da indústria, como nas outras nações, à exceção da Espanha²¹.

Contudo, apesar de afirmar que este comércio desfavorável tem sido “menos lesivo” devido aos ingressos do ouro, ele defende que em breve haverá necessidade de propor medidas para quebrar os “canos por onde a indústria estrangeira conduz

¹⁸ Cf. NEVES, Guilherme Pereira das. Rodrigo de Souza Coutinho. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.

¹⁹ Cf. MAXWELL, Kenneth. "A geração de 1790 e a idéia de império luso-brasileiro". In: *Chocolate, piratas e outros malandros*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

²⁰ VILHENA, op. cit., p. 74.

²¹ *Ibidem*, p. 77, grifo meu.

para fora a nossa moeda”²². Por fim, identifica que “é os estrangeiros nas mãos dos quais vai parar a riqueza toda das mesmas colônias”²³.

VILHENA E SEU LUGAR NAS LUZES IBÉRICAS

Depois de apresentados seus “pensamentos políticos” e sem a pretensão de terem sido esgotadas todas as possibilidades, cabe refletir sobre o caráter ilustrado de tais pensamentos no contexto das singulares Luzes ibéricas. A Ilustração luso-brasileira possuiu um caráter peculiar, mas, segundo Guilherme Pereira das Neves²⁴ devido à falta de uma análise precisa, continua a receber adjetivos variados, seja como *católicas*, *tímidas*, *pálidas* ou *envergonhadas*. Contudo, estudos recentes demonstram a complexidade da recepção dessas ideias ao perceber a oposição entre uma “*pequena vanguarda iluminada*” e um “*setor obscurantista majoritário*”, já outros identificam um discurso de “*constitucionalismo antigo*”, retomado com a Restauração de 1640, que coexistia com uma “*linguagem absolutista*” do marquês de Pombal. Esta perspectiva pode ser alargada com os estudos de Franco Venturi²⁵, que destacam a oposição vívida nas Luzes entre “*monarquia*”, a tentativa de centralização, e uma “*tradição republicana*”, o sentimento de defesa da *res publica*, ao superar a interpretação puramente filosófica da Ilustração e propor extraí-la da sociedade, onde se enraízam as ideias, e da relação entre utopia e reforma.

No mundo luso-brasileiro, “a recepção das Luzes (...) adquiriu uma tonalidade própria, de acordo com as características peculiares daquela sociedade”²⁶. E, por isso, foi dotada de um caráter ambíguo: de um lado, “*sombrio*”, que se colocava a serviço da Coroa portuguesa, demonstrava uma secularização muito limitada e valorizava a religião como importante forma de conhecimento, de outro lado, “*esclarecido*”, que buscava conhecimentos úteis para propor medidas e “*luminosas reformas*”²⁷. Em suma,

²² Ibidem, p. 77.

²³ Ibidem, p. 78.

²⁴ Cf. NEVES, Guilherme Pereira das. Sociabilidades modernas e poderes tradicionais no Rio de Janeiro de 1794. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*. Lisboa: Biblioteca Digital Camões, 2008. v. 1. p. 1-16.

²⁵ Ver, principalmente, VENTURI, Franco. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Bauru, EDUSC, 2003.

²⁶ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. A Biblioteca de Francisco Agostinho Gomes: a Permanência da Ilustração Luso-Brasileira entre Portugal e o Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; Rio de Janeiro, v. 165, n.425, p. 11-28, 2004. Citação extraída da p. 14.

²⁷ Ibidem, p. 14.

adotava-se uma atitude de mudança pontual e limitada quase sempre dirigida pelas conveniências da Coroa, mas que não implicava em uma transformação profunda na estrutura da sociedade²⁸.

É nesta ambiguidade em que reside os pensamentos políticos de Luís dos Santos Vilhena e de outros memorialistas e administradores coloniais em fins do Setecentos.

CONCLUSÃO

Em sua racionalização, Vilhena conseguiu identificar as bases da colonização portuguesa: população, agricultura e comércio e propor medidas e leis para a manutenção da solidez destas colunas, propôs uma lei de terras que solucionaria diversos problemas como a pobreza, a ociosidade de parte da população e contribuiria para o progresso da agricultura e aumento da população. Além disso, diagnostica, com sucesso, a importância e os problemas do comércio lusitano, ao evidenciar o maior número de importações do que o de exportações e o quão lesivo isso era. Neste sentido, identificou a necessidade de “quebrar os canos” que conduziam para o estrangeiro a riqueza colonial. Encaixando-se, assim, como um representante do *ambíguo* pensamento ilustrado luso-brasileiro.

²⁸ Ibidem, p. 14.

Capítulo 24: CRISTÃOS-NOVOS NA ÉPOCA MODERNA: A EMIGRAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE MANUTENÇÃO DA FÉ MOSAICA.

Gislaine Gonçalves Dias Pinto

Sou eterno imigrante; parto de mim para mim mesmo, de meu corpo para meu corpo, mutável. (Samuel Rawet).

OS JUDEUS DA SEFARAD:¹ SOB A DOMINAÇÃO DE OUTROS POVOS

Há indícios arqueológicos que afirmam que a presença judaica na Península Ibérica se deu desde os séculos I e II depois de Cristo. Segundo Yosef Ha Cohen, cronista judeu do século XVI, os judeus que viviam nesta região haviam fugido de Jerusalém em decorrência da dominação romana pelo Imperador Adriano em 132 d.C, período em que houve intenso massacre na região impulsionando-os à diáspora.

Depois de um longo tempo sob domínio romano a Península Ibérica passou pelo período que se convencionou chamar de “invasões bárbaras”,² sendo então governada pelos Visigodos, que antes de assumirem o poder foram precedidos por diversos outros povos com quem travaram combates, nomeadamente os Suevos, Alamanos e Vândalos. Durante a dominação visigótica os judeus foram perseguidos, quando da conversão do rei Recaredo³ ao cristianismo em 589.

No que se refere ao período de domínio árabe na Península Ibérica, os historiadores costumavam afirmar que os três maiores grupos (ou seja, judeus, cristãos e mulçumanos) que ocupavam a região coexistiram sem grandes conflitos até a dita Reconquista, em 1492. Um dos principais elementos para esta suposta paz dava-se pelo fato de que o Califado Omíada, que dominou a região entre os séculos XI e XIII, permitia a judeus e cristãos viverem sob suas próprias leis, protegidos pelo governo

¹ Segundo Maria José Ferro Tavares, este é o termo em hebraico para designar a Península Ibérica. Cf. TAVARES, Maria. Ferro. “O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo”. In: C.M. Azevedo (Ed.), *História Religiosa de Portugal* – Vol. 1. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000,

² Há que se ressaltar que novas análises estão sendo feitas pela historiografia no intuito de discutir questões sobre as incursões dos povos germânicos e da atribuição do termo “bárbaro” para designá-los. Além disto, estudos acerca do fim do Império Romano do Ocidente colocam em questão o ocaso de tal império e sua relação com as ditas invasões. Ver: POHL, Walter. “Telling the difference. Signs of ethnic identity”. In: T. F. X. Noble (org), *From Roman Provinces to Medieval Kingdoms*. Londres/ Nova Iorque: Routledge, 2006.

³ Recaredo foi rei dos visigodos entre 568 e 601, e como a maioria do povo que governava, professava o Arianismo.

árabe. Estes povos possuíam autonomia política, viviam em comunidades prósperas e compunham os quadros do governo, ocupando cargos de confiança na corte⁴.

Los musulmanes consideraban que los cristianos y los judíos eran, como ellos, ‘gentes del Libro’, es decir, lectores de la Biblia; por su condición de hijos de Abraham y monoteístas, cristianos y judíos merecían, pues, un trato especial, el que venía definido en la *dhimma*⁵.

Contudo, há que se ressaltar que essa convivência, dita pacífica, era alcançada mediante pagamento de tributos por parte dos judeus e cristãos ao governante árabe. Tal elemento é fundamental para se compreender que a relação entre estes povos possuía um limiar muito tênue entre a paz e o conflito, além de contestar uma visão de tolerância num período em que tal conceito não estava presente⁶.

Com o fim da dominação mulçumana, após as conquistas perpetradas pelos cristãos na região onde se estabeleceu o Estado Português, a situação jurídica e social dos judeus não se alterou de forma substancial, posto que muitos auxiliaram o rei português em sua guerra contra a ocupação moura. O que houve, foi uma intensificação dos privilégios cedidos pelo rei cristão aos seus vassallos judeus. Toda uma estrutura jurídica, própria das comunidades judaicas, foi mantida, tais como as Comunas que funcionavam de modo paralelo aos Concelhos das cidades, além de possuírem um juiz próprio – o rabi-mor nomeado pelo rei. Segundo Maria Ferro Tavares⁷ o rei costumava tratar os judeus do reino como “meus judeus”, protegia-os quando os cristãos contestavam a autonomia das comunas judaicas em relação aos Concelhos Municipais e agiam de modo agressivo contra os mesmos.

A RECONQUISTA E A CRIAÇÃO DA INQUISIÇÃO MODERNA NA PENÍNSULA IBÉRICA

Após o período de guerras que resultou na expulsão dos mouros e na união de Castela e Aragão sob a égide dos reis Fernando e Isabel (denominados Reis Católicos), em 1492, o culto às religiões não cristãs foi proibido nestes domínios. No que se refere à comunidade judaica, parte da nobreza cristã e do Clero empenhou-se em colocar o

⁴ PÉREZ, J. *Los judíos de España*. Madrid: Marcial Pons, 2005, p.30.

⁵ PÉREZ, J. *Los judíos de España*. Madrid: Marcial Pons, 2005, p.31.

⁶ Ressalta-se que a questão da tolerância religiosa foi defendida como Direito Fundamental no período pós a Reforma Protestante, impulsionada pelo Humanismo do século XIV, quando aí sim podemos fazer utilização de tal termo. Ver: MARTÍNEZ, Gregorio Peces-Barba. *Los derechos fundamentales en la cultura jurídica española*. Madrid: Universidad Complutense, 1982, p. 22.

⁷ TAVARES, Maria. Ferro. “O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo”. In: C.M. Azevedo (Ed.), *História Religiosa de Portugal – Vol. 1*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p.53.

restante da população contra ela. O acirramento do conflito deveu-se ao elemento religioso e ao ressentimento que os nobres possuíam em relação ao poder econômico e social conquistado pelos judeus.

Diversas leis foram criadas contra judeus e conversos no intuito de afastá-los dos cargos públicos de maior importância. Eram acusados de se protegerem e formarem uma sociedade à parte, que se enriquecia cada vez mais e perturbava o *status quo* de cristãos-velhos que viam seu prestígio social em declínio. Neste âmbito, engendraram-se diversas políticas, contra estes grupos, criadas pela Coroa espanhola, tais como sua expulsão dos territórios de Espanha ou sua conversão forçada. Cabe ressaltar, também, a importância dos estatutos de “limpeza de sangue”⁸ como elemento fomentador do preconceito sob tais grupos. Concomitantemente, os súditos promoviam massacres à comunidade judaica, causando a fuga em massa de seus componentes para o reino de Portugal.

Ao instituir o Tribunal do Santo Ofício em Espanha, em 1478, os Reis Católicos viram a “gente da nação” intentar fuga de seus reinos para buscarem refúgio em Portugal. Dom Manuel, rei de Portugal, pressionado pelo acordo de casamento estabelecido entre ele e Dona Isabel de Aragão (filha dos Reis Católicos), decretou a expulsão dos judeus em 1497, dando-lhes o prazo de 10 meses para saírem do Reino. Contudo, devido ao receio de provocar uma crise financeira em seus domínios, impôs uma série de restrições à saída dos mesmos; forçando-os à conversão. A conversão dos judeus em cristãos permitiria que a Igreja passasse a exercer seu controle sobre eles, tendo em vista que anteriormente aqueles residiam em judiarias onde seguiam suas próprias leis e gozavam de certos privilégios régios.

No intuito de perseguir os sujeitos caracterizados como hereges⁹ (principalmente os criptojudes), a Coroa portuguesa instituiu o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, fundado em 1536 depois de diversas tentativas. Os conversos

⁸ Tal estatuto originou-se na cidade de Toledo, em 1449. Este obrigava a afastar os judeus e conversos dos cargos municipais, sendo de caráter meramente local e não gozando da sanção régia. “Em bom rigor, é difícil saber com grande precisão desde quando os estatutos de limpeza de sangue foram estabelecidos em Portugal, pois não se tratou nunca de uma lei geral, embora a certa altura o pudesse parecer” (OLIVAL, Fernanda, “Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal”. In: *Cadernos de Estudos Sefarditas*, (4), 2004, p. 151-152).

⁹ De acordo com o Manual dos Inquisidores, elaborado por Frei Nicolau Eymerich (1993: 34-35), o adjetivo herético deve ser aplicado em 8 situações: excomungados; simoníacos; quem se opõe à Igreja e sua autoridade; interpretar erroneamente Sagradas Escrituras; criar nova seita ou aderir; não aceitar doutrina romana no que se refere aos sacramentos; tiver opinião diferente da Igreja de Roma; quem duvidar da fé cristã.

foram, então, perseguidos por serem considerados “falsos cristãos”, acusados de praticarem o judaísmo secretamente. Muitos destes “filhos dos forçados” foram presos e levados a autos de fé, cerimônia na qual o culpado renunciaria seus pecados perante a Igreja (vista aqui não somente como a Instituição composta pelos clérigos, mas por toda a sociedade). Nestes autos eram lidas as sentenças, que variavam de acordo com o suposto crime cometido pelo condenado, podendo este ser obrigado a utilizar o hábito perpétuo (vestimenta de uso obrigatório aos condenados pela Inquisição, obrigado a usá-lo no auto de fé e a alguns era obrigatório o uso até o fim da vida)¹⁰, ter os bens confiscados ou até ser condenado à fogueira.

No discurso inquisitorial, o suplício¹¹ do corpo era o modo de purificar a alma, sendo que, em casos mais extremos, a purificação era alcançada através da fogueira. O fogo era visto como o elemento purificador, tão/ou mais forte do que o batismo.

Respondeu João a todos, dizendo: Eu, na verdade, batizo-vos com água, mas eis que vem aquele que é mais poderoso do que eu, do qual não sou digno de desatar a correia das alparcas; esse vos batizará com o Espírito Santo e com fogo. (Lucas 3:16)

Desde o primeiro auto de fé em Lisboa, em 1540, nota-se a presença de cristãos-novos na lista dos sentenciados, nos anos subsequentes sua presença tornou-se cada vez mais intensa. A denúncia por criptojudaísmo era o principal motivo que levava os réus a serem processados e alguns eram sentenciados nos autos de fé. Este foi o caso de um grupo de moradores do distrito de Castelo Branco, no século XVIII. Tal distrito situa-se em uma região limítrofe à Espanha e desde o século XV recebeu grande contingente de judeus fugidos deste reino. Diversos processos foram movidos contra pessoas que viviam nesta região, entre estas encontrava-se Martinho da Cunha de Oliveira, de quem daremos conta agora.

¹⁰ GIMÉNEZ, María del Camino Fernández. *La sentencia Inquisitorial*. Madrid: Editora Complutense, 2000. p. 72-73. Ser condenado a utilizar o hábito penitencial perpétuo “significava que o réu, depois de ficar encarcerado por determinado tempo nos cárceres da penitência da Inquisição, era obrigado a usar o hábito penitencial, ou sambenito (espécie de capa com a cruz amarela de Santo André) perpetuamente, e todos os seus bens eram confiscados” (GORENSTEIN, Lina. Cristãos-novos, identidade e Inquisição - Rio de Janeiro, século XVIII. In: Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, 4 (1), 2012, p. 48).

¹¹ Segundo Foucault (2010: 35) “O suplício é uma técnica e não deve ser equiparado aos extremos de uma raiva”, cujo objetivo é punir de modo exemplar e não permitir que o determinado crime cometido pelo supliciado seja esquecido pelos demais.

O ato de emigrar foi uma das estratégias adotadas por alguns judeus e cristãos-novos portugueses que buscavam continuar seguindo a fé mosaica. Contudo, diversas leis antiemigratórias, foram estabelecidas pelos reis portugueses no intuito de impedir a saída de judeus e cristãos-novos do Reino, posto que isto significaria uma perda econômica drástica demais para a Coroa – haja vista que aqueles eram os maiores financiadores desta e um dos pilares da economia portuguesa. Antes mesmo da criação do Santo Ofício, D. Afonso IV havia tirado o direito dos judeus, que possuísem até 500 libras, de emigrarem sem autorização régia¹².

Em termos numéricos, aproximadamente 160.000 judeus saíram da Península Ibérica na Época Moderna. As comunidades judaicas estabelecidas em várias partes do mundo foram as receptoras destes emigrantes, em alguns casos, com o apoio do governo dos territórios nos quais estavam inseridas. Os países que mais receberam judeus sefaraditas¹³ foram os Países Baixos (25.000), a França (10.000), a Itália (10.000), o Império Otomano (90.000) e o Marrocos (20.000)¹⁴.

Depois da criação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal e da conversão dos judeus em cristãos-novos, o Brasil também tornou-se um dos pontos mais atrativos para tais povos, posto que a Colônia representasse oportunidade de crescimento econômico e ao mesmo tempo uma distância do referido Tribunal. Diversos jovens lusitanos emigraram para terras brasileiras desde 1550, impulsionados pelas questões de divisão de terras (devido às questões referentes à herança) no Reino e pelo atrativo comércio gerado pela atividade canavieira no litoral do Brasil. Dentre estes jovens, encontravam-se muitos cristãos-novos do Norte de Portugal.

À Bahia e a Pernambuco, principalmente, dirigiram-se os cristãos-novos, havendo deles artesãos, lavradores, mercadores e senhores de engenho, estabelecidos nas mais prósperas capitânicas da América portuguesa¹⁵.

¹² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial em Portugal e no Brasil colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

¹³ Termo pelo qual são chamados os judeus oriundos da Península Ibérica, ou *Sefarad*.

¹⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial em Portugal e no Brasil colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 45.

¹⁵ VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.7.

Contudo, por mais que não houvesse um Tribunal da Inquisição no Brasil, as denúncias contra os ditos hereges eram levadas à Lisboa, onde os processos eram executados. Os primeiros registros de denúncia foram levantados no Bispado da Bahia, criado em 1551, cujas competências estavam ligadas ao Tribunal do Santo Ofício.

Juridicamente falando, a perseguição aos cristãos-novos teve seu fim somente após a Lei de 1773 que colocou termo à distinção entre estes e os cristãos-velhos. Esta Lei foi estabelecida por D. José I, por influência de seu primeiro ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. O Marquês buscava apoio de grandes comerciantes de origem judaica que viam-se impedidos que ascender à nobreza por este motivo. Buscando, através da legislação, colocar fim à mácula de sangue destes comerciantes, permitindo-lhes a ascensão aos quadros de uma nobreza civil¹⁶, Pombal conseguiria o apoio financeiro de que tanto precisava para promover as reformas que ele acreditava serem necessárias para modernização do Estado Português.

O CASO DE MARTINHO DA CUNHA DE OLIVEIRA

Martinho da Cunha é um personagem bastante conhecido por alguns historiadores brasileiros, posto que ao imigrar para o Brasil, depois de seu primeiro processo, criou fortuna nas Minas Gerais¹⁷. Para tratarmos deste personagem abordaremos alguns pontos acerca do segundo processo levantado contra ele no Tribunal do Santo Ofício, em 1746, para discutirmos sua situação econômica e social, posto que foram elementos importantes no que tange aos seus processos e às atitudes por ele tomadas.

¹⁶ A ampliação do conceito de nobreza, que incorporava aqueles que conseguiram inserir-se neste estado através das mercês, passou a ser vista como banalização e descaracterização deste grupo. Desta forma, para atribuir um caráter diferenciador entre os membros que o compunham, a doutrina jurídica passa, já no século XVII, a utilizar o conceito “nobreza civil ou política” para diferenciá-la da nobreza “natural”, de sangue – a fidalguia. Esta nobreza “natural” correspondia ao topo da pirâmide social, enquanto a “política” referia-se à baixa nobreza, aos nobilitados por mercê régia em troca de serviços. Tal diferenciação era essencial para evitar maiores conflitos entre o monarca e os componentes da alta nobreza, que tanto brigava pela diferenciação entre ela e os nobilitados. RAMINELLI, Ronald. Nobreza e riqueza no Antigo Regime Ibérico Setecentista. In: *Revista de História*, São Paulo, nº 169, p. 83-110, julho / dezembro 2013.

¹⁷ Ver FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Travessias inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sécs. XVI-XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. NOVINSKY, Anita. “Fernando Pessoa – o poeta marrano”. In: CORNELSEN, Élcio; NASCIMENTO, Lyslei. (orgs.). *Estudos Judaicos. Ensaio sobre Literatura e Cinema*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras UFMG, 2005.

Tornar-se fundamental, antes de analisarmos a documentação acima referida, levantarmos algumas questões acerca da mesma e do modo como ela será aqui utilizada. Escusado é dizer que o documento é de fundamental importância para o ofício do historiador, pois o nosso acesso a uma dada realidade se dá por meio dele. Contudo, não podemos caracterizá-lo como um reflexo da realidade, mas sim como **rastro** (*spur*). *Spur*, costuma ser traduzido como “rastro”, “vestígio”, “marca”. Walter Benjamin o interpreta como “a aparição de uma proximidade, por mais longínquo esteja daquilo que o deixou”¹⁸. Ele seria o fragmento de algo que existiu, algo que pertencente ao passado e que se exhibe no presente, devendo ser notado e analisado para que aquilo que ele carrega do passado não se apague. Para Benjamin, o ser humano produz rastros por onde quer que passe, “habitar significa deixar rastros”¹⁹, disse o filósofo. É através do rastro que a escrita da história trabalha a rememoração e a transformação de presente²⁰. O rastro é algo passível de compreensão, contudo, por ser fragmento, não possui o todo do que foi. Assim, a análise que dele se pode fazer é uma interpretação, ou seja, não é visto como uma verdade sobre passado.

Ao adotarmos essa concepção acerca da documentação, discordamos da metáfora do documento como janela feita por Ronaldo Vainfas²¹. Para este autor a documentação inquisitorial equiparar-se-ia à uma janela, na qual seria possível, ao historiador, debruçar-se e observar a vida sexual dos inquiridos. Nós, entretanto, acreditamos que a documentação assemelhar-se-ia a um indício, a um rastro fragmentado e construído com base em intenções, ou seja, demasiadamente opaca.

A própria instituição onde a documentação é depositada – o arquivo –, é permeada de intenções. Esta, também, não pode ser vista como repositório da verdade material de um passado, pois o que nela se guarda advém de um processo de seleção e classificação que implicaria um “agenciamento realizado pelo poder

¹⁸ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p.490.

¹⁹ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p.46.

²⁰ BUSSOLETTI, Denise. Representações da Memória: A Escrita da História para Além do Princípio do Prazer. In: *História e-história*, 10 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=121>, [Consultado em: 03-10-2015]

²¹ Ver: VAINFAS, Ronaldo. *Moralidades brasílicas*. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 228.

propriamente dito”²². O próprio termo escolhido para nomear esta instituição relaciona-se ao poder, posto que remete a um elemento topo-nomológica, cujo significado advém de *arkheion* (domicílio, sentido topológico) e *arkhê* (comando, sentido nomológico). Tais termos referem-se aos arcontes gregos, homens do comando, que mantinham a documentação referente ao poder em suas residências, e que possuíam sobre ela o direito hermenêutico, organizacional e classificador²³.

Ao caracterizar a documentação como rastro, partilhamos da concepção de Carlo Ginzburg quanto à necessidade da coleta e organização destes sinais/ fragmentos. Para este autor é fundamental que o pesquisador tenha um saber de tipo venatório, ou seja, um saber que lhe permita analisar dados aparentemente irrelevantes, para descrever uma “realidade” não cientificamente experimentável – pois, nosso objeto está distante de nós, seja no tempo e/ou no espaço –, conjugando-os numa narrativa. Para Ginzburg, esta seria a premissa do paradigma indiciário²⁴.

Importante ressaltar que não pretendemos utilizar a análise da trajetória de nosso personagem como caso representativo, ou seja, como síntese do grupo social ao qual pertencia, de modo a “servir de passagem para a apreensão de marcos mais amplos”²⁵. Também não pretendemos fazer um estudo de caso, no qual este sujeito seja considerado um caso excepcional. Nosso intuito é problematizar o contexto no qual sua vida se inscrevia, desnaturalizando-o, deixando de vê-lo como algo fixo, como uma estrutura onde os atores buscam agir à margem dos sistemas normativos, sendo estes constituídos por um grupo de normas instituídas socialmente. Entretanto, estes sistemas não são “suficientemente estruturado[s] para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação, ou de interpretação das regras, de negociação (...)”²⁶. Acreditamos que os indivíduos operam dentro destes sistemas, que por sua vez são demasiadamente complexos e

²² BIRMAN, Joel. Arquivo e Mal de Arquivo: Uma leitura de Derrida sobre Freud. In: *Natureza Humana* 10(1): 105-128, jan.-jun. 2008, p.110. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v10n1/v10n1a05.pdf> [Consultado em: 03/05/2015].

²³ DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p.12-13.

²⁴ Ver: GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais – morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

²⁵ AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. In: *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 159. Disponível em: <http://goo.gl/KDFyEe> Consultado em: 01/05/2015.

²⁶ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.179.

repletos de brechas pelas quais os atores conseguem agir de modo a alcançar seus objetivos, mesmo que estes sejam contrários às normas.

Desta forma, a opção por uma análise que verse sobre a trajetória de um sujeito, num determinado espaço de tempo, foi aqui adotada, pois acreditamos que este tipo de observação permite

uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas²⁷.

Sem mais delongas, apresentemos nosso personagem.

Martinho da Cunha de Oliveira era cristão-novo, morador do Fundão, nasceu em 1694, na Vila da Idanha-a-Nova, Bispado da Guarda, Distrito de Castelo Branco. Sua família era conhecida na região, haja vista que era composta por ricos mercadores. Seu pai era Manuel da Cunha, natural de Montemor-o-Velho e sua mãe, Leonor da Cunha, de Idanha-a-Nova²⁸.

Martinho da Cunha foi denunciado ao Santo Ofício pela primeira vez em 1712, acusado de práticas judaizantes, tendo neste processo abjurado e reconciliado com a Igreja. Depois de ser liberado, andou por várias terras em Portugal, decidindo-se depois emigrar para o Brasil, onde viveu na Comarca de Serro Frio - mais precisamente entre Guarapiranga e Ouro Preto. Segundo Anita Novinsky (2005), Martinho participou de várias sociedades secretas nas terras de Minas, onde praticava o judaísmo acompanhado de diversos outros homens que professavam secretamente a mesma fé. Dentre estes homens estavam seus dois irmãos, Manuel Pereira da Cunha e Miguel da Cunha.

No Brasil, Martinho enriqueceu com trato de diamantes, tornando-se ainda mais abastado do que quando vivia no Reino. Ao fazer fortuna, Martinho criava também inimizades, motivo pelo qual vivia receoso sobre sua segurança, posto que ao se tornar cada vez mais abastado, a inveja entre seus conhecidos aumentava e

²⁷ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.179-180.

²⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 8106

tornava sua segurança cada vez mais frágil. Inimizades e conflitos pessoais eram motivos comuns para que um sujeito denunciasse outro ao Tribunal Inquisitorial, gerando a prisão de pessoas que não incorreram nos crimes aos quais eram condenados. Desta forma, o temor de Martinho não era infundado, pois vivia em um sociedade na qual redes de amizade e inimizades eram utilizadas para se ajudar ou prejudicar alguém.

No que concerne à rede social estabelecida por Martinho da Cunha na Colônia, esta parecia girar, preferencialmente, em torno daqueles que também buscavam manter a fé mosaica. Em uma das denúncias presentes em seu processo, encontra-se o nome de Antônio de Sá de Almeida, mineiro, solteiro, filho de Manoel Henriques de Leão, mercador natural da Vila de Almeida e morador no Serro Frio, Bispado do Rio de Janeiro. Antônio disse ter conhecido Martinho da Cunha por volta de 1735, nas Minas do Serro Frio e afirmou que ele, Martinho, e um sujeito de nome Jerônimo Rodrigues, viviam na Lei de Moisés nas ditas terras.

Outro sujeito com o qual Martinho relacionou-se durante o período em que viveu no Brasil, foi Luiz Mendes de Sá, filho de Salvador Mendes de Sá, natural de Coimbra e morador nas Minas do Rio das Contas, Arcebispado da Bahia. De acordo com Anita Novinsky (2005: 43), Luiz Mendes havia nascido nos cárceres da Inquisição de Coimbra, posto que sua mãe fora presa pelo Tribunal. Luiz Mendes afirmou que quinze anos antes de seu processo (1738) foi à Guarapiranga, onde conheceu Miguel da Cunha e seu irmão Martinho da Cunha. Eles e Fernando Gomes Nunes se declararam como crentes na Lei de Moisés para salvação de suas almas, afirmando que faziam jejuns judaicos e guardavam os sábados. Luiz Mendes, assim como Martinho, foi julgado herege convicto, pediu várias audiências ao longo do processo, mas ao final foi relaxado à justiça secular²⁹, levado em auto de fé em 18 de outubro de 1739.

Dentre as testemunhas ouvidas no processo de Martinho, um dos depoimentos mais interessantes é de sua meia irmã, Guiomar Henriques. Ao que parece, havia um conflito familiar envolvendo-o, em parte por razão de sua fortuna e de seu pouco interesse pelos demais membros da família. Guiomar critica-o pelo fato de ser rico e

²⁹ Ser relaxado à justiça secular era sinônimo de pena capital, sendo que esta não poderia ser executada pelo Santo Ofício, mas pela justiça civil. Esta pena era estabelecida àqueles que permaneciam obstinados em seus ditos erros de fé (MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo. *Os regimentos da Inquisição portuguesa: Um estudo do vocabulário*. s.d, p. 9).

dar pouca importância à ela e à opinião de sua família, tendo-se casado com uma mulher que não era do gosto de seus parentes. Segundo Guiomar, “o que delle acima disse, assim passou na verdade; e por isso o disse para descargo de sua consciencia, e não por má vontade que lhe tenha, porque sempre he seu irmão”³⁰. Guiomar afirma ter perguntado a Martinho se ele seguia a Lei de Moisés, contudo este negou dando-lhe as costas de imediato.

Depois de viver vinte e cinco anos no Brasil, Martinho da Cunha voltou para Portugal, mas devido a uma nova leva de prisões no Fundão, ficou com receio de ser pego novamente e tentou fugir para a França com sua esposa, seus irmãos Diogo e João da Cunha, além de outras pessoas. Fez um acordo com o barqueiro Antônio da Silva para que este o levasse de Lisboa até uma embarcação, que por sua vez os levaria para a França. Contudo, ao chegarem às Torres foram impedidos de seguir e tiveram que voltar. Foram deixados pelo barqueiro em Trafaria onde foram roubados pelo mesmo, que ainda ameaçou denunciá-los ao Santo Ofício. Logo depois, em março de 1746, foram todos presos e levados aos cárceres do Santo Ofício. Todos, exceto Martinho, confessaram a tentativa de fuga para França no intuito de poderem praticar sua fé. Depois de confessarem suas culpas pediram perdão e foram sentenciados a penas menores.

O barqueiro Antônio da Silva Barroca, teve como sentença o degredo às galés, pois confessou saber que as pessoas que transportava eram cristãos-novos e que pretendiam fugir para França. Segundo sua confissão, ele afirmou que estava com receio de leva-los em seu barco, mas que Martinho da Cunha o havia dito que “se acautelasse dos cristãos velhos, e que não tivesse receyo algũ da gente de nasção [sic]”.³¹

Ao longo de seu processo Martinho da Cunha, afirmou por várias vezes aos inquisidores que não tencionava fugir para praticar a fé mosaica, mas porque tinha medo que seus inimigos o denunciassem novamente ao Santo Ofício. Num jogo psicológico, tencionando fazer Martinho confessar, o inquisidor repetia continuamente a seguinte frase: “se sabe ele que no Santo Ofício se castigão somente os culpados, e que os que não tem culpas não tem que temer a jurisdição e castigo deste tribunal [?]”³², afirmando logo em seguida que estava claro que Martinho

³⁰ (ANTT). Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 8106, pp. 62v.

³¹ ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 8106, pp. 52v.

³² ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 8106, pp. 73v.

tentava fugir para poder praticar a fé mosaica. Os inquisidores executavam as audiências de modo a pressionarem o réu à confissão de suas culpas, afirmando que, assim, este teria sua pena abrandada. Alguns confessavam práticas judaicas mesmo que não as cometessem, no intuito de que com tal postura conseguissem o perdão da Igreja e salvassem suas vidas.

Ao final do processo de Martinho da Cunha, os inquisidores afirmam que ele se recusou a confessar sua profissão na fé judaica, além do fato de não ter abjurado e por este motivo foi considerado relapso³³ e pertinaz³⁴. Martinho foi sentenciado ao confisco de bens, excomunhão maior e relaxado à justiça secular, sendo levado a auto de fé em 24 de abril de 1747.

CONCLUSÃO

A partir do que fora aqui exposto, buscamos discutir como se deu a perseguição aos judeus e cristãos-novos desde o período que antecedeu a criação do Tribunal do Santo Ofício na Península Ibérica.

Buscamos colocar em discussão os mecanismos utilizados por um grupo de cristãos-novos que viveu em Portugal no século XVIII e que viu na fuga para outras terras uma maneira de praticar sua fé, então proibida.

O caso de Martinho da Cunha mostrou-se relevante para tal análise, posto que este passou por dois processos e ao final do primeiro emigrou para várias terras, encontrando oportunidade de prosperar financeiramente no Brasil. Após retornar a Portugal, por receio de uma nova leva de prisões ocorridas nas proximidades de sua morada, buscou emigrar novamente, desta vez para a França.

Seu caso nos intrigou de modo particular, visto que ele negou veementemente seguir a fé judaica e por este motivo foi queimado em auto de fé. Martinho da Cunha, bem como qualquer pessoa que vivesse naquela sociedade, sabia que a confissão e a abjuração era o caminho para evitar o relaxamento à justiça secular. Por que, então, Martinho não confessou? É uma resposta que nos foge ao poder. Podemos inferir uma

³³ Aquele que, abjurando da heresia e tornando-se penitentes, reincidem na heresia. A pena para estes era a entrega ao braço secular para serem executados. Cf. EYMERICH, Frei Nicolau. *Manual dos Inquisidores*, 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1993, p. 34-35.

³⁴ Aqueles que interpelados pelos juízes, convencidos de erro contra a fé, intimados a confessar e abjurar, mesmo assim não querem aceitar e preferem se agarrar obstinadamente aos seus erros. Cf. EYMERICH, Frei Nicolau. *Manual dos Inquisidores*, 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1993, p. 34-35.

série de possibilidades para tal posição de nosso personagem, todavia, permaneceremos ignorando a resposta. É, também, de frustrações como esta que é feito ofício do historiador...

Capítulo 25: O VILANCICO NA CAPELA REAL. O NATAL DE 1640.

Laís Morgado Marcoje*

Esta apresentação faz parte do meu projeto de pesquisa para a monografia sob a orientação da professora Doutora Beatriz Catão Cruz Santos da UFRJ. Preciso ressaltar, primeiramente, que alguns aspectos que serão apresentados aqui, já foram tratados em outras comunicações. Contudo, o tema desta pesquisa é praticamente novo no Brasil e tais questões são importantes para o entendimento geral da pesquisa por quem nunca teve contado ou conhecimento sobre os vilancicos.

O vilancico é um gênero poético musical que teve uma importante atuação na Península Ibérica e esteve presente também nas colônias ultramarinas tanto portuguesas, quanto espanholas. Embora seja bastante conhecido ainda hoje na Espanha, no Brasil, pouco se conhece sobre o gênero, apesar da Fundação Biblioteca Nacional conter um expressivo acervo.

Muitos pesquisadores identificam o surgimento de tal gênero no final da Idade Média na região da Península Ibérica. Esta localidade teve a confluência de três povos: cristãos, judeus e muçulmanos, o que, segundo Rui Lopes,¹ marcou o surgimento do vilancico. Outra especificidade do gênero é percebida pelo termo em que é designado. *Villancico* vem de *villano* ou vilão. De acordo com Raphael Bluteau, vilão é um adjetivo para aquele que vive em vilas, o camponês.

Deste modo, o vilancico é desde o seu surgimento um gênero popular e tinha como base linguística língua vernácula, como o castelhano e o português. Um fato interessante é que o castelhano era a mais comum na produção textual dos vilancicos. É uma característica observada inclusive em Portugal. A partir do artigo sobre bilinguismo em Portugal, a historiadora Ana Isabel Buescu,² destaca que o castelhano era mais falado entre os portugueses do que a própria língua portuguesa. Estudos realizados em bibliotecas e livrarias portuguesas constataam a maior presença de publicações em castelhano do que em português.³

¹ LOPES, Rui Miguel Cabral. *O vilancico na capela real portuguesa (1640-1716): o testemunho das fontes textuais*. 2006. Tese (Doutoramento em Música e Musicologia), Universidade de Évora, Évora.

² BUESCU, Ana Isabel. Aspectos do bilinguismo português-castelhano na época moderna. *Hispania*, LXIV/1, n.216,2004.

³ BUESCU, *Op. Cit.*

De acordo com a historiadora Isabel Buescu,⁴ tanto os portugueses, quanto os espanhóis tinham uma forte política de casamento entre a nobreza. Este fato ressalta não só a aproximação linguística entre os reinos, como também a aproximação cultural. Deste modo, não é à toa que boa parte da produção literária portuguesa era amplamente divulgada em espanhol. Mesmo autores portugueses consagrados como Camões e Gil Vicente publicaram muitas obras em espanhol devido à facilidade de difusão.

As aproximações entre o espanhol e o português são claramente vistas por todos nós. Ambos vêm do latim e inclusive há trabalhos que abordam comparações entre as primeiras gramáticas escritas para tais línguas.⁵ A primeira gramática escrita para a língua castelhana é datada do século XV por Antonio de Nebrija. A gramática portuguesa, escrita por Fernão de Oliveira, surge a partir desta última. Além disso, segundo Bardasi, a gramática latina serviu de base para a elaboração da gramática dessas duas línguas vulgares.

Com dois ou três refrãos, o vilancico de modo geral era profano, e suas letras eram escritas em língua vernácula. É sabido que a língua oficial da Igreja era o latim, mas é importante ressaltar que mesmo quando o vilancico entrou no ambiente e no cotidiano das igrejas ibéricas, o gênero não deixou de ser cantado em língua vernácula. Até o momento, não identificamos nenhum vilancico em latim, apenas em português e em castelhano.

Jacques Le Goff⁶ demonstra que a categoria de trabalho dos músicos era dividida entre os que tinham sua profissão considerada ilícita e outra lícita. Deste modo, embora os músicos em geral tivessem a finalidade de encantar o público/auditório, existia os que frequentavam bailes e tabernas, o que estimulava/incitava a vida inútil; e aqueles que cantavam as canções de gesta (poemas épicos da Idade Média) e a vida dos Santos, de forma a consolar aqueles que estavam tristes e angustiados. De que forma os responsáveis pela produção de vilancicos eram visto pela Igreja, considerando que esta os incorpora dentro de suas práticas rituais?

⁴ *Idem.*

⁵ BARDARI, Sérsi. O ABC das línguas castelhanas e portuguesa: Antonio de Nebrija e Fernão de Oliveira. Disponível em <<http://sersibardari.com.br/wp-content/uploads/2011/08/O-abc-das-1%C3%ADnguas-castelhana-e-portuguesa1.pdf>>

⁶ LE GOFF, J. *Para uma outra Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Tradução de Thiago de Abreu e Lima Florêncio e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Dentro de um ritual, há diversos elementos simbólicos que compreende gestos, músicas, palavras determinados por um grupo social em específico e que possui uma finalidade simbólica.⁷ De acordo com Clifford Geertz, é no ritual que surge a crença de que são verdadeiras as concepções religiosas e as afirmativas religiosas, verdadeiras. O ritual une dois mundos, o imaginário e o real, dando origem a um único mundo a partir da mediação desses dois mundos pelas formas simbólicas. O vilancico é apropriado pela igreja, como veremos a seguir, e fornece simbologias de acordo com o seu momento. Essa simbologia pode ser vista pelo fato de ser comum a associação do monarca com a figura do menino Jesus em vilancicos.⁸ Membros eclesiásticos do mundo ibérico incluíram a prática musical dos vilancicos nas igrejas e mesmo encontrando barreiras, devido à vulgaridade do gênero, perdurou por um longíssimo período. A sua prática, contudo, não ficou restrita às determinações eclesiásticas. No caso português, o monarca impõe a execução do mesmo em sua Capela Real.

Por meio de sua tese, Rui Lopes destaca o trabalho de López-Calo que afirma que o arcebispo de Granada, o Frei Hernando de Talavera (1428-1507), foi o primeiro a levar o vilancico para dentro da igreja. Com o falecimento do arcebispo, o uso da língua vulgar foi proibido pelo papa, embora essa decisão não tenha obtido grandes êxitos. Mas não foi o único movimento de inserção do gênero nos rituais ibéricos. Um segundo movimento foi impulsionado pelo Concílio de Trento. Segundo Rui Lopes, a “ênfase nos aspectos rituais da liturgia católica, induzida pelo Concílio de Trento (1545-1563) e especialmente respeitada no espaço peninsular, veio a impulsionar o cultivo do vilancico religioso a partir da segunda metade do século XVI”.⁹ A própria Igreja incorporou a presença dos vilancicos. Primeiramente, com Frei Hernando de Talavera e, posteriormente, com a maior abertura dada à música pelo Concílio de Trento.

De acordo com o historiador inglês Peter Burke,¹⁰ uma das preocupações trazida era a da reforma das festas e das crenças do povo considerado inculto. Segundo ele, alguns dos reformadores consideravam a modéstia e a seriedade do clero importante para as implementações das decisões do Concílio. Além disso,

⁷ SCHMITT, Jean Claude. *Ritos*. In : LE GOFF, Jacques. SHMITT, Jean Claude (orgs). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP : EDUSC, v.2. p. 415

⁸ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Trad. Rio de Janeiro: LTC, 2008

⁹ LOPES, *Op. Cit.* p.9

¹⁰ BURKE, Peter. *A cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia de Bolso: 2010.

condenavam tavernas, peças e festas populares como o Carnaval.¹¹ Burke ressalta que reformadores católicos tendiam a não condenar as manifestações populares, em que podemos incluir os vilancicos. O que podemos considerar é a incorporação de movimentos populares pela Igreja, tal como ocorreu com a festa do Natal, festa do rei sol.¹² Sobre os vilancicos, ainda há poucas informações. Resistência à sua presença em festas religiosas havia sim, mas também havia aqueles que, como o Frei de Talavera, consideravam importante trazê-lo ao ambiente religioso.

Como podemos notar, é característica do mundo ibérico a presença dos vilancicos nas igrejas e também na corte. No caso português, que é o que nos interessa principalmente, os investimentos oferecidos pela casa de Bragança aos músicos era forte. D. João IV possuía a maior biblioteca musical de toda a Europa e, segundo Jean Frédérique Schaub,¹³ o monarca era músico. Tais dados indicam-nos a forte relação de d. João IV com a música e podemos incluir o vilancico. Para reforçar, pode-se destacar que Álvaro Torrente, especialista em vilancicos, trabalha com a hipótese de que o duque de Bragança foi o responsável pela inserção de vilancicos em pequenos livros impressos em Portugal, primeiramente em Vila Viçosa e, posteriormente, na Capela Real. Embora já não seja mais possível contabilizar a quantidade de vilancicos impressos que d. João IV possuía devido a um desastre, trabalharemos com essas informações ressaltando seu afeto musical e o fato do mesmo ter a maior biblioteca musical.

D. João IV era neto de d. Catarina, a preferida de d. Henrique para assumir o trono português, pois o mesmo tornou-se rei com certa idade após o desaparecimento de d. Sebastião. Foi nesse momento que o problema da sucessão surge. D. Sebastião segue para a batalha de Alcacer Quibir e desaparece em 1578. Segundo a historiadora Jacqueline Hermann, as notícias da derrota portuguesa deixaram em alerta Filipe II que articula uma rede de espionagem a fim de concretizar a União Ibérica. Ressalta-se que uma das motivações para a política de casamento entre os membros das cortes portuguesa e espanhola era justamente uma união entre os reinos num futuro possível.¹⁴ Deste modo, num “plano socialmente distinto, a importância do castelhano

¹¹ *Idem.*

¹² GOMES, Francisco José Silva. Tempos do Natal: chegadas calendariais e culturais. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0038.htm>> Acessado em: <15/04/2105>

¹³ SCHAUB, Jean Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Novo Horizonte, 2001.

¹⁴ BUESCU, *Op. Cit.*

nos círculos cortesão no século XVI revestir-se-ia, para nobres e letrados, de uma importância instrumental durante a monarquia filipina”.¹⁵

O acordo de Tomar, dentre outras garantias, fez com que Portugal mantivesse sua independência institucional. Entretanto, ao longo desse domínio castelhano, insatisfações e descontentamentos por meio de manifestações públicas ocorridas em cidades portuguesas¹⁶ começam a pôr em xeque a monarquia dual. Esses descontentamentos não são nacionalistas como alguns podem achar. De acordo com João Faria, o “caso de portugueses partidários da continuidade da união dinástica e, algo mais curioso, a participação efetiva de castelhanos para o sucesso da conjuntura de 1640 são dois exemplos de ineficiência em considerar o “nacionalismo português seiscentista” como argumento para justificar a restauração”.¹⁷

Estamos no dia primeiro de dezembro de 1640, o duque de Bragança se subleva contra o rei espanhol Filipe III. O dia 15 do mesmo mês é o dia de sua proclamação e, de acordo com João Farias,

muitos dos nobres e grandes titulares do reino não estavam em Lisboa nesta época, ainda residentes em Madrid ou em suas propriedades no interior de Portugal. Além disso, (...), pode-se acrescentar a constante lembrança dos religiosos responsáveis pela pregação na Capela Real acerca da ausência de súbditos que continuava a caracterizar o culto religioso no período da restauração de Portugal.¹⁸

Um ponto deve ser destacado da citação acima: a Capela Real. Esta, segundo Diogo Ramada Curto,¹⁹ era um importante espaço de culto divino e do monarca. É um espaço, então, dotado de símbolos e representações que legitimam a verdade cristã e a figura do rei. Um dado importante que reafirma a importância da Capela Real, não somente no caso português, mas também no espanhol, é, além da presença do gênero que estamos trabalhando, havia uma diferença no tom em que o mesmo era executado

¹⁵ *Ibidem*, p.24

¹⁶ SCHAUB, *Op. Cit.*

¹⁷ FARIA, João André de Araújo. A “restauração de Portugal prodigiosa”: “milagres” e política no reinado de D. João IV. *Anpuh: XXV Simpósio Nacional de História*, 2009. p.2

¹⁸ MARQUES, 1989: p.112 *Apud* FARIA, *Op. Cit.* p.6

¹⁹ CURTO, Diogo Ramada. A Capela Real: um espaço de conflitos (séculos XVI a XVII). *Revista da Faculdade de Letras-Línguas e Literaturas, Anexo V: Espiritualidade e Corte em Portugal, sécs. XVI-XVIII*. Porto. p.143-154, 1993.

na Capela Real se compararmos com a Catedral. O vilancico cantado naquela era mais alto do que o cantado nesta de modo que a imagem do monarca era enaltecida.²⁰

A Capela Real, então, possui uma importância na representação política. Lembremos que no caso das monarquias ibéricas, a imagem do monarca era justificada do mesmo modo que o direito canônico justificava a figura de Jesus como uma *pessoa mista*.²¹ Deste modo, era um espaço frequentado por as mais diversas personalidades da corte.

O público variava de acordo com o grau de importância da solenidade. Em dias de festividades da monarquia, a reunião das altas dignidades do reino se fazia necessária, observados, evidentemente, os graus de hierarquia da sociedade portuguesa, onde implicava, por exemplo, ritual régio de assistir a missa estava regulado por uma série de preceitos em que se evidenciavam a especificidade do corpo monárquico, objeto de devoção dos religiosos tanto o Santíssimo Sacramento e as relíquias de culto cristão.²²

Deste modo, podemos seguir com o propósito deste trabalho. O documento serve-nos de inspiração é intitulado “Villancicos que se cantaraõ na Capella Real d’el Rey d. Ioam nosso Senhor, o IV de Portugal. Nas matinas da noite do Natal neste anno de 1640”. Este impresso contém oito vilancicos e uma missa no total – trabalhar-se-á nesta apresentação com apenas um vilancico desse impresso – e, segundo Diogo Ramada Curto,²³ é um dos primeiros impressos sobre a restauração que se conhece. Assim como fora trabalhado ao longo deste texto, o vilancico está escrito em castelhano. Esse fato ressalta o que já foi apontado: a insurgência portuguesa não pode ser explicada por motivações nacionalistas, uma vez que a língua é considerada uma importante característica de um povo.

Já sabemos que o público é selecionado e a conjuntura histórica o qual o vilancico está inserido. O Natal é uma data importante no calendário cristão. Embora saibamos que a data refira-se ao rei Sol, deus pagão, é simbolicamente o dia que o

²⁰ RODRÍGUEZ, Pablo L. *The villancico as music of state in 17th-century Spain*. In KNIGHTON, T. TORRENTE, A. *Devotional music in the Iberian World, 1450-1800: the villancico and related genre*. Yorkshire: Ashgate Publishing Limited, 2007.

²¹ A historiadora Jacqueline Hermann retoma a discussão de KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval*. Trad. Cid. Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Cf: HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal dos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²² FARIA. *Op. Cit.* p.6

²³ CURTO, *Op. Cit.*

menino Jesus nasceu para salvar os homens do pecado.²⁴ Alguns especialistas afirmam que é recorrente a associação da figura do menino Jesus com a do monarca.²⁵ A *pessoa mista*, como apontada anteriormente, é uma teoria adaptada do direito canônico pelos juristas da época moderna para a figura real:

O corpo do rei representaria a fusão entre o corpo natural e o corpo político, sendo este último mais amplo e importante, capaz até mesmo de corrigir e eliminar as imperfeições do corpo natural (...). A “pessoa mista” encarnada pelo rei, e que acabou por se caracterizar mais pela sua parte mística e sobrenatural que por sua porção essencialmente humana, teve a base de sua formulação assentada no direito canônico, segundo o qual a Igreja e a sociedade cristã formavam um corpo místico, cuja cabeça era Cristo.²⁶

A compreensão do corpo do rei como uma fusão de dois corpos diferentes, um natural e outro político, confere a ele uma imagem diferenciada em relação aos outros homens. Sacraliza a figura real, vestindo-o com um misticismo que era próprio da Igreja.

Um aspecto curioso que aparece logo no primeiro vilancico do caderno em questão é a exaltação de uma natureza pequena. Digo pequena porque o compositor – que estranhamente não é citado no início deste documento, somente o impressor nos é revelado – destina o primeiro vilancico ao trabalho de uma abelhinha: “*De uma rofa, abejica / dulce, amante, coge flor*”.

A atmosfera produzida pelo primeiro vilancico do folheto que estamos analisando provoca uma sensação de calma e tranquilidade ao utilizar elementos da natureza. Neste mesmo vilancico, o amor, a beleza da flor, a produção do mel pelo trabalho de uma única e pequena abelha são enaltecidos. A picada da abelha nesse trecho: “*de amor nunca menos ciego, / pues me pica, se me llego*” nos revela que o amor é real e não ilusório. Concebe-se que tudo o que é feito por esta abelhinha é real, seu trabalho é nobre e o produto final é doce e maravilhoso. De certa forma, se levarmos para a conjuntura da época, o duque de Bragança representava tudo de mais puro naquele reino, sendo, então, o mais digno de estar no trono português.

²⁴ GOMES, *Op. Cit.*

²⁵ HERMANN, *Op. Cit.*

²⁶ *Ibidem*, p. 144

Portugal em dezembro de 1640 sai do domínio espanhol e volta a ter um rei português legítimo. Muito se foi feito para justificar a legalidade do “golpe” perante aos súditos, sobretudo para convencer a corte portuguesa. Pois não se pode esquecer que muitos nobres permaneceram fiéis a Filipe IV. A sensação de beleza, simplicidade e leveza evocada pelo vilancico, de certo modo, torna esse momento conturbado, mais sereno naquele momento. Resgatando o debate do rito, Schmitt evidencia que este possui um significado próprio e único no momento em que ocorre. Assim, a serenidade transmitida, e aqui nos cabe à utilização da imaginação do historiador, indicaria aos súditos da casa de Bragança que d. João IV seria o rei de um reino tranquilo, sem as conturbadas situações que a coroa filipina proporcionou não só em Portugal, mas também na Espanha.

Como tratado ao longo desta apresentação, o vilancico é um gênero poético musical que esteve presente em rituais católicos. A compreensão do mesmo no mundo ibérico parte de perspectivas teóricas de Jean Claude Schmitt e Clifford Geertz sobre os ritos. Há, como dito no início, muitos vilancicos impressos disponíveis para consulta na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na de Portugal. Esta pesquisa analisa um único folheto impresso, mas espera-se que a pesquisa cresça no futuro.

Capítulo 26: MOURISCAS JUDAIZANTES NO PORTUGAL DO SÉCULO XVI

Rachel Romano dos Santos¹

A comunicação apresentada a seguir é parte do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de pós-graduação em História social da UFRJ. Neste artigo será feita uma análise de dois processos inquisitoriais portugueses do século XVI. Trata-se dos processos de Antônia Vaz² e Catarina Vaz³, mãe e filha, mouriscas acusadas de manterem práticas judaicas pelo Tribunal de Lisboa, no final da década de 1550.

O Judaísmo foi proibido em Portugal em 1496 a partir do decreto do rei D. Manuel I. Este decreto teve motivação nas cláusulas matrimoniais do rei português com a filha dos Reis Católicos, D. Isabel. Conforme o acordo, a pretendente e seus pais, a rainha D. Isabel de Castela e o rei D. Fernando de Aragão, exigiram a restrição da antiga religião no território luso como condição para a efetivação do matrimônio, exigência que teve base na fuga de cristãos-novos judaizantes e judeus castelhanos para Portugal⁴.

O Judaísmo estava proibido nos dois reinos espanhóis desde 1492. Mesmo ano da definitiva Reconquista espanhola sob o reino de Al-Andalus, reino da antiga dinastia Omíada com sede em Granada — último reducto do Império Islâmico na Europa. Com a proibição, os judeus e conversos de origem espanhola migraram para o reino vizinho, onde suas religiões eram ainda permitidas, aumentando demograficamente a comunidade judaica de Portugal.

No entanto, a proibição da religião Islâmica em reino luso foi pioneira na Península Ibérica. No mesmo ano de 1496, D. Manuel estende a proibição religiosa ao Islamismo. Para este grupo, o sentido da migração é inversa, e os mouros e mouriscos

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). E-mail: romano.rachel@hotmail.com

² IANTT, Inquisição de Lisboa, processo nº 6732.

³ IANTT, Tribunal de Lisboa, processo nº12774.

⁴ TAVARES, Maria José Ferro. *Los judíos em Portugal*. Colección Sefarad. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992, pp. 159 – 169.

portugueses procuram os reinos espanhóis para abrigarem-se e poderem exercer suas práticas e crenças religiosas⁵.

Conforme Maria José Ferro Tavares⁶, a comunidade judaica portuguesa era o principal setor responsável pela economia no reino, além de ser a “classe” investidora dos empreendimentos marítimos expansionistas lusos. Perde-la de forma abrupta poderia ser devastador para a economia interna. Tendo consciência da situação econômica, D. Manuel dificultou a saída dos judeus do território luso, forçando-os ao batismo, condição dos que decidiam por permanecer livres no reino.

Ao lado das práticas mais evidentes de fechamento das saídas oficiais do reino português, alguns incentivos foram oferecidos pelo rei para os que permaneceram, como a não investigação dos convertidos pelos seguintes vinte anos, prazo prorrogado por D. João III (mais dezesseis anos), cargos e benefícios régios aos que se mostrassem leais, entre outros⁷.

Paralelamente, o caso dos muçulmanos portugueses desenvolveu-se de forma oposta a dos judeus. Os mouros ou mouriscos, como eram chamados pelos cristãos europeus os muçulmanos naturais do Norte da África, não tiveram participação relevante na economia e sociedade lusa. Foram, em sua maioria, trabalhadores urbanos e artesanais, e eram remanescentes da reconquista cristã sob os muçulmanos, findada no século XII. Assim, em sua condição invisível aos olhos dos portugueses, não tiveram nenhum incentivo para permanecerem no reino. A saída da maioria desses mouros de Portugal ocasionou o fim da primeira comunidade *mudéjare* portuguesa⁸.

A mourisca Antônia Vaz, analisada neste artigo, é proveniente de uma segunda leva de imigrantes mouros de Portugal, que data da primeira metade do século XVI, produto da expansão marítima e militar portuguesa no norte da África. Ainda muito jovem, chegou no reino cristão na condição de cativa, assim como a maioria dos mouros transladados. Sua filha, Catarina Vaz, é nascida em Portugal, sendo parte da segunda geração de mouriscos da época Moderna.

⁵ RIBAS, Rogério de Oliveira. *Filhos de Mafama: mouriscos, criptoislamismo e Inquisição no Portugal quinhentista*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2001, capítulo I, p. 16.

⁶ TAVARES, Maria José Ferro. *Los judíos em Portugal*. Colección Sefarad. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992, capítulo IV, pp. 261 – 288.

⁷ MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa (1536 – 1821)*. Lisboa: A esfera dos livros, 2013, capítulo I, pp. 26 e 27.

⁸ BOUCHARB, Ahmed. *Os pseudo-mouriscos de Portugal no século XVI. Estudo de uma especificidade a partir das fontes inquisitoriais*. Lisboa: Hugin Editores, 2004, capítulo I, pp. 14 – 17.

O que sabemos sobre a vivência dos mouriscos de Portugal nos Quinhentos é restrito ao estudo e pesquisa de apenas três historiadores, o brasileiro Rogério Ribas, a portuguesa Isabel Drumond Braga e o marroquino Ahmed Boucharb. O conjunto da bibliografia produzida pelos três autores são duas Teses e um livro⁹, além de diversos artigos que abordam o tema. Todos trabalharam com os processos inquisitoriais abertos contra mouriscos dos séculos XVI e XVII, documentação mais detalhada e extensa para analisar o cotidiano desta minoria conversa no reino luso¹⁰.

O batismo dos mouros, conforme o professor Rogério Ribas afirma em sua Tese¹¹, não leva consequentemente à liberdade, porém é condição essencial para que pudessem recebê-la. Por isso, a maioria dos mouros cativos que chegam a Portugal decide pela conversão ao Cristianismo, modificando seu estatuto social para *mouriscos*.

Assim, na metade do século XVI, coexistem em Portugal duas minorias conversas, os mouriscos e os cristãos-novos de judeus. Minorias que dificilmente se cruzariam dentro das redes sociais do período, pois pertencentes a segmentos sociais distintos não seriam senão senhor cristão-novo e cativo/escravo mourisco, como um dos casos aqui analisado; ou então, fruto do cruzamento afetivo entre as duas minorias religiosas, caso também estudado por nós.

A proibição das duas religiões não cristãs em Portugal, o batismo forçado aos judeus, à liberdade condicionada à conversão e, ainda, a promessa de não investigar a vida dos conversos nos primeiros anos do decreto de proibição, foram fatores responsáveis pela criação de religiosidades clandestinas pelos grupos convertidos. O criptojudaísmo, criado ainda no fim do século XV, baseava-se em rituais domésticos, canções, rezas e na crença em Moisés, na passagem oral dos conhecimentos judaicos e nas Antigas Escrituras, quando havia a possibilidade de serem consultadas. O criptoislamismo, surgido junto com a conversão dos imigrantes mouros, em sua maioria iletrados, inclusive na língua árabe, baseava-se nas festas e comemorações

⁹ RIBAS, Rogério de Oliveira. *Filhos de Mafoma: mouriscos, cripto-islamismo e Inquisição no Portugal quinhentista*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2001; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. *Mouriscos e cristãos no Portugal quinhentista: duas culturas e duas concepções religiosas em choque*. Lisboa: Hugin – Editores, Ltda, 1999; e BOUCHARB, Ahmed. *Os pseudo-mouriscos de Portugal no século XVI. Estudo de uma especificidade a partir das fontes inquisitoriais*. Lisboa: Hugin Editores, 2004.

¹⁰ BRAGA, Isabel Mendes Drumond. *A questão política em Portugal nos séculos XVI e XVII*. In.: De Cervantes y el islam. Edição: Nuria Martinez de Castilla e Rodolfo Gil Benumeya Grimau. Madrid: Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2006, p. 163.

¹¹ RIBAS, Rogério de Oliveira. *Filhos de Mafoma: mouriscos, criptoislamismo e Inquisição no Portugal quinhentista*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF, 2001, capítulo I, p. 19.

Islâmicas, na alimentação em dias festivos, na pregação de Maomé e no cumprimento dos cinco pilares do Islamismo (oração ritual, esmola, jejum do Ramadão, peregrinação a Meca e profissão de fé). Assim, os numerosos processos inquisitoriais foram abertos para combater as práticas clandestinas das religiões proibidas e consideradas apostasia e heresia.

O Tribunal do Santo Ofício foi criado em Portugal em 1536 pela ação diplomática do rei D. João III e seus representantes em Roma. Já havia sido solicitado em 1515 pelo rei D. Manuel e em 1531 pelo próprio D. João III, porém negado pelo Papa Leão X graças aos apelos dos representantes dos cristãos-novos que já conheciam a ação virulenta do Tribunal Inquisitorial nos reinos de Castela e Aragão. Foi com o Papa Paulo III que Portugal adquiriu a bula para criação e funcionamento do Tribunal do Santo Ofício¹².

Ainda segundo José Pedro Paiva e Giuseppe Marocci¹³, as principais motivações para a criação do Tribunal da Inquisição em Portugal foram a pressão inquisitorial espanhola que reclamava a permissividade e passividade com a apostasia no reino luso, além do surgimento de um sentimento anti-judaico, incentivado principalmente pelos discursos inflamados de religiosos. Sendo assim, a principal função que o Tribunal da Inquisição assumiu nos reinos ibéricos foi à perseguição e condenação dos suspeitos de judaizarem (aqueles que praticavam em segredo a religião judaica).

Dessa forma, a acusação por Islamismo era secundária na “hierarquia de delitos” inquisitoriais, porém foi o delito mais frequente dos mouriscos portugueses. O segundo delito mais frequente entre os conversos de mouros foi a tentativa de fuga para as regiões islâmicas no Magrebe ou na Espanha, terras de infiéis, onde os cristãos e os convertidos, inclusive, eram proibidos de ir, com risco de cometerem apostasia. Os casos de mouriscos judaizantes não aparecem na relação dos delitos da minoria, elaborada pelos três estudiosos do tema acima citados. Nesse sentido, nos parece inédita a análise dos dois processos em questão.

Assim, os casos aqui analisados reúnem duas minorias religiosas reprimidas e que, apesar da mesma condição limite entre a total assimilação e a condenação,

¹² MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa (1536 – 1821)*. Lisboa: A esfera dos livros, 2013, pp. 23 – 34.

¹³ MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa (1536 – 1821)*. Lisboa: A esfera dos livros, 2013, pp. 51 – 54.

encontram-se em situação e lugar social divergentes. Os mouriscos formaram em Portugal uma classe, em sua maioria, marcada pela simplicidade de ofícios, pobreza material e pela escravidão. Os cristãos-novos, apesar das restrições para ascender na escala social, atingiam melhores condições materiais, inclusive ao nível da nobreza. Esta diferenciação ocorreu por causa dos casamentos entre cristãos-velhos e cristãos-novos, cruzamento que dificilmente aconteceu entre os cristãos-velhos e os mouriscos, principalmente pela condição de entrada dos imigrantes mouros/mouriscos, em sua esmagadora maioria, cativos.

A análise dos processos inquisitoriais de mouriscos que adotaram a fé judaica, segundo a acusação dos inquisidores, torna-se um caso de extrema relevância para pensarmos o cotidiano dos indivíduos e as redes de relações entre grupos que, a princípio, não produziram formas de interação religiosa. Nos casos analisados, as duas mulheres conviveram e se relacionaram com um casal de cristãos-novos, também processados por Judaísmo pelo Tribunal da Inquisição. É notável a crença que as referidas mouriscas passam a ter através da família de cristãos-novos que fizeram parte. Ambas tiveram contato com a fé e rituais judaicos de forma direta dos crentes na Lei de Moisés, ou seja, pelo contato com judaizantes.

PROCESSO DE ANTÔNIA VAZ

Antônia Vaz chegou a Portugal ainda com quatro anos de idade, não conheceu seus familiares, mas soube da existência de uma irmã mais velha, a qual na época do processo já se encontrava falecida. Também não sabia de qual “terra de mouros” era natural. Foi batizada e depois vendida para o cristão-novo Gabriel Álvares, tosador em Matosinhos, e sua esposa, também cristã-nova, Catarina Vaz, dos quais foi cativa nos últimos vinte anos até sua prisão. Ficou preza nos cárceres da Inquisição de Lisboa desde vinte e dois de fevereiro de mil quinhentos e cinquenta e sete (22-02-1557) até quinze de maio de mil quinhentos e cinquenta e oito (15-05-1558), tendo sido chamada para a inquirição dos inquisidores doze vezes.

Segundo seu processo, Antônia Vaz, se envolveu carnalmente com seu senhor, Gabriel Álvares, que tinha na altura da prisão de ambos cerca de sessenta anos, e com ele teve três filhos: Catarina Vaz, de vinte anos, Manuel Alvarez, de dezoito anos, e Francisco, de dez anos. Conforme o processo, os filhos foram apresentados para a sociedade como sendo filhos de Gabriel Alvarez e sua esposa Catarina Vaz.

No processo a origem de seu nome não é investigada pelos inquisidores, mas era normal no reino luso que os cativos adotassem nomes ou sobrenomes de seus senhores, daí a presença do nome *Vaz* compondo a identificação da mourisca. Morava com seus senhores em Matosinhos, na cidade do Porto, e tinha entre trinta e seis e quarenta anos de idade quando presa pelo Santo Ofício, conforme ela mesma apresenta.

Sua prisão e processo giram em torno de uma denúncia sobre um evento ocorrido seis anos antes de sua prisão, pelo cristão novo Antônio Dias, cristão-novo de Caminha, também preso nos cárceres do Tribunal de Lisboa. Autuado a denunciar outros judaizantes como ele para atenuar suas culpas de apostasias, denunciou Antônia Vaz por presenciar sua participação no *Chippur* da família de Gabriel Álvares, jejuando com ela, orando com ela e acompanhando o jantar ritual. Conforme o denunciante:

e assim viu ele confessante o dito Gabriel Álvares e a dita mourisca / irem a uma Janela da dita Câmara e olhar para o céu e rezar palavras que ele confessante não entendeu somente viu que eram diferentes das palavras portuguesas e se afirma que eram hebraicas / e depois de eles acabarem de rezar se chegou a dita janela a mulher do dito Gabriel Álvares que se chama Clara e do sobrenome lhe não lembra e rezou da mesma maneira olhando pera o céu e disseram a ele confessante que rezasse / e ele lhe respondeu que não sabia que rezassem por ele / e depois de cearem tornaram outra vez a rezar todos três estando assentados a mesa abrindo os braços e olhando pera o céu / e ele confessante também ceou com eles / e que lhe disseram o dito Gabriel Álvares e sua mulher e a dita mourisca que jejuavam aquele dia / e o dito Gabriel Álvares lhe disse que jejuava todos os dez dias atrás e que se achara também disposto¹⁴.

Foram todos denunciados: Gabriel Álvares, sua esposa, Catarina Vaz, e a mourisca Antônia Vaz. Todos os três acusados estiveram presentes na mesma cerimônia: o jejum do *Chippur*, evento que acontecera na casa de Gabriel Álvares e no qual o cristão-novo Antônio Dias foi convidado a participar, e aceitou de bom grado.

A mourisca negou a participação nos ritos judaicos e as práticas da oração e do jejum anual nas suas primeiras seções de julgamento, seguindo assim até as ações mais rigorosas dos inquisidores para fazê-la confessar.

¹⁴ IANTT, Inquisição de Lisboa, processo nº 6732, inquirição de 04-12-1556, fl. 3.

A segunda acusação contra Antônia Vaz foi feita por Catarina Vaz, sua senhora cristã-nova. Primeiro, a partir do processo que corria contra a própria Catarina. Segundo e terceiro, quando levada a confirmar as acusações já em andamento contra a mourisca pelo mesmo evento que levou à sua acusação. Em todas as seções, denunciou a participação da mourisca cativa nas práticas judaicas da família e, confirmou sua participação no evento seis anos antes.

Na terceira audiência de inquirição de Catarina Vaz no processo contra Antônia Vaz, as acusações foram retificadas na presença da mourisca. As duas mulheres foram reunidas por ordem do inquisidor e Catarina Vaz, além de confirmar as acusações diante de Antônia Vaz, sugere à mourisca que admita suas culpas e erros na fé.

A terceira delatora foi Isabel Dias, cristã-nova, também presa nos cárceres do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa no período correspondente, delatando as conversas e práticas da mourisca dentro do cárcere do Santo Ofício. Conforme o relato de Isabel Dias, esta teria se comunicado com Antônia Vaz através de um buraco na parede das celas dos cárceres vizinhos e a mourisca confessou que cria na Lei de Moisés e que praticava o jejum do *Chippur*. Isabel Dias também revelou as orações e canções em hebraico que Antônia Vaz costumava fazer no cárcere, além de ter afirmado sobre a salvação das presas judaizantes com a vinda do Messias.

Por fim, e mais interessante, é o relato de Gabriel Álvares que, assim como sua esposa, foi colocado frente a frente com a mourisca em duas audiências da mesma. Interessante notar que em um primeiro momento, Gabriel Álvares é perguntado não pelas culpas da mourisca, mas pelos filhos que teve com ela. Provavelmente, para saber se sua esposa, Catarina Vaz, teria motivos de inimizade para acusar a mourisca. Dando resposta afirmativa, não disse mais nada sobre as acusações feitas à mourisca. Na segunda audiência, aí já com provas diversas da culpabilidade da mourisca, seu senhor finalmente afirma algumas de suas culpas.

Quando colocado na presença de Antônia Vaz, na terceira inquirição do processo da mourisca, Gabriel Álvares pede que esta assuma suas culpas. Interessante notar a resposta da mourisca para Gabriel Álvares e os inquisidores, na qual demonstra apreço e confiança em seu senhor. Conforme consta no processo de Antônia Vaz:

E por a dita Antônia foi dito primeiro / que ela nunca fizera tais jejuns / mas que Confessaria tudo o que seu senhor lhe dissesse que Confessasse / E depois por derradeiro tornou a dizer que era verdade que ela jejuava três ou quatro jejuns de Judeus¹⁵.

Enfim, Antônia Vaz foi acusada por criptojudáismo: seguiu rituais judaicos ao lado de seus senhores, como o jejum do *Chippur* e a *Páscoa do pão Asmo*. Além disso, realizou jejuns, fez orações e cantou canções judaicas dentro dos cárceres, em datas festivas para os judeus, sendo denunciada por outras presas. Após a breve tortura física descrita, foi levada para julgamento novamente e confirmou todas as acusações que havia sofrido desde a data de sua prisão. Foi sentenciada a permanecer no Colégio da Doutrina de fé, de onde foi solta pouco tempo depois, obrigada a se confessar nos três dias da *Páscoa do Pão Asmo*, onde deveria receber o Santíssimo Sacramento de seu cura, ir às missas todos os domingos e participar dos dias festivos do mosteiro de Nossa Senhora das Graças.

Cabe pensar aqui as relações sociais e domésticas envolvidas neste caso, pois, conforme o descrito nas denúncias das práticas da mourisca, Antônia Vaz orava e jantava em “pé de igualdade” com seus senhores, na mesma mesa, ao lado um do outro e na presença de visitas, como no caso de seu primeiro delator, o cristão-novo Antônio Dias.

Uma análise das relações domésticas indica certa preferência de Gabriel Álvares por sua mourisca, em detrimento da valoração de sua esposa. Seu senhor, e pai de seus três filhos, foi capaz de confirmar os erros da própria esposa, porém, em sua primeira audiência negou os erros de fé de sua cativa, dizendo que não sabia de seu envolvimento com as práticas judaicas referidas pelos denunciante.

Cabe também pensar, o cuidado que os senhores cristãos-novos tiveram em relação aos filhos da mourisca, sendo afirmado, pelos interrogados no processo, que foram criados, bem casados e instruídos. Importante ressaltar que nas situações mais comuns de escravidão em Portugal, os filhos das cativas, ainda que fossem também filhos do proprietário, herdavam a condição de cativos de suas mães. Assim, este é um caso de exceção, em que os filhos ilegítimos do senhor cristão-novo recebem um tratamento diferenciado, nem sendo cativos, nem subalternos, mas sendo apresentados como filhos dos próprios senhores.

¹⁵ IANTT, Inquirição de Lisboa, processo nº 6732, inquirição de 28-02-1558, fl. 42.

Dessa forma, em seu processo, o estatuto de Catarina Vaz, filha de uma mourisca com um cristão-novo de judeu, está definido como cristã-nova. O que significa o registro da origem da mesma conforme o apresentado para a sociedade, caso contrário, filha de mourisca, teria também o estatuto de mourisca. Em seu processo, apesar de ser declarada como filha de Antônia Vaz, “amulatada”, apenas uma vez é chamada por *mourisca*.

PROCESSO DE CATARINA VAZ

Catarina Vaz, filha de Antônia Vaz com o cristão-novo Gabriel Álvares, ambos também se encontravam presos durante seu processo, tinha em torno de vinte anos quando presa pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. Casou-se com o cristão-novo Manuel Vaz quando tinha ainda quatorze anos, tendo com ele dois filhos, cujas idades não constam no processo. Moraram em Matosinhos nos primeiros dois anos de casamento, próximo a casa da família da mourisca, mudando-se para o Porto, onde não tiveram boa vida, em vista da difícil empregabilidade do esposo calceteiro, parando por fim em Lisboa, onde se tornaram rendeiros na freguesia de São Cristóvão do Cravo nos dois últimos meses antes de sua prisão.

O processo desta segunda mourisca se estende desde trinta de dezembro de mil quinhentos e cinqüenta e oito (30-12-1558) a trinta de março de mil quinhentos e sessenta (30-03-1560). Por ele, é possível identificar quatro acusadores, todos cristãos-novos: seu próprio marido, Manuel Vaz, uma sua vizinha, Catarina Rodriguez, sua madrasta Catarina Vaz, esposa Gabriel Álvares, e, por fim, Bastião Álvares, seu tio. Porém, ao que parece na leitura do processo, Catarina Rodriguez, Catarina Vaz e Bastião Álvares apenas delataram contra a mourisca Catarina Vaz pela suspeita de seguir clandestinamente o Judaísmo, sem serem adicionadas as suas acusações no processo em análise, constando apenas a fala dos inquisidores Ambrósio Campelo e Jerônimo de Azambuja sobre as referidas denúncias.

Isso porque, a delação faz parte do procedimento inquisitorial, em que os suspeitos deviam indicar uma lista de nomes suspeitos. As delações eram ainda mais importantes que as confissões de culpas, e deviam ser feitas após convincente demonstração de arrependimento dos erros. Os réus que não o faziam, estavam sujeitos à medidas mais graves, como foi o caso de Antônia Vaz. Dos quatro acusadores de Catarina Vaz, dois encontravam-se presos nos cárceres da Inquisição

em tempo concomitante ao da mourisca, também acusados de práticas judaicas: sua madrasta, a cristã-nova Catarina Vaz, e sua vizinha, Catarina Rodriguez.

Assim, sua acusação gira em torno das delações de seu marido, em duas seções de inquirição, acerca de alguns rituais referentes à “Lei dos Judeus”, cujo principal deles é o *Sabbat*, em que descreve a mourisca preparando a alimentação, lavando e trocando as roupas de cama e vestuário, limpando e arrumando a casa da melhor forma nas sextas-feiras, e deixando de trabalhar aos sábados. Ainda, Manuel Vaz aponta para o hábito da mourisca de não comer carne de cordeiro, ou qualquer outra sem secar o sangue, aceitando comer carne de porco e peixe sem escamas, além de alimentos verdes¹⁶.

Catarina Vaz também foi acusada por afirmações de natureza herética, em que teria mencionado algumas vezes sobre umas trovas, que tratavam do diálogo de um mouro com um cativo cristão, concordando, ao final da narrativa, com a fala do muçulmano, que dizia: “que como podia a sacratíssima virgem nossa senhora parir e ficar virgem”¹⁷. A mourisca chegou a acrescentar, com desdém, que a Santa Maria deveria ser filha de ferreiro. Em outra ocasião, quando Manuel Vaz a recomendou que deixasse de seguir o “descanso dos sábados”, “dizendo lhe que deixasse de fazer aquelas cousas e cresse no que crê A Santa Madre Igreja e em que criam Reis e príncipes bispos e letrados”¹⁸, Catarina teria respondido que só havia um Deus no céu e que todo o restante era apenas vento. Em outra situação, Manuel Vaz lembra de ser repreendido por sua esposa durante o jantar com os filhos, por ter dito a um deles que desse graças ao Senhor, tendo ouvido de Catarina que “nunca o nosso senhor havia de fazer tal mercê por ele”¹⁹.

Catarina Vaz, segundo as denúncias de seu esposo, teria feito, ainda, pouco caso aos pobres pedintes durante o dia de Natal, que pediam em nome do nascimento de Jesus Cristo. Por fim, lembra o cristão-novo da esposa ter se desesperado ao saber da prisão de Catarina Rodrigues, posteriormente sua denunciante, filha do mercador cristão-novo Duarte Rodrigues, e ter tentado se esconder e fugir. Quando questionada pelo marido o que tinha dito a referida mulher, Catarina negou-se a responder, como também se negaria quando interrogada pelos inquisidores.

¹⁶ IANTT, Processo de Catarina Vaz, nº 12774, f. 4 – f5v.

¹⁷ IANTT, Processo de Catarina Vaz, nº 12774, f. 14v.

¹⁸ IANTT, Processo de Catarina Vaz, nº 12774, f. 4.

¹⁹ IANTT, Processo de Catarina Vaz, nº 12774, f. 4.

A denúncia pormenorizada do marido da mourisca aponta para evidentes práticas criptojudáicas da ré. Não sabemos ao certo qual terá sido a motivação de Manuel Vaz para fazê-lo, pois apesar de não ser preso e investigado junto à esposa, foi preso dez anos depois, pela mesma Inquisição, por crimes semelhantes²⁰. Possivelmente não foi investigado já que o foco recaía sobre a filha de dois judaizantes presos nos mesmos cárceres lisboetas, e por tê-lo feito durante os trinta *dias de graça*.

Negando-se a confessar suas culpas e dizendo-se boa cristã, após quatro admoestações, apenas afirmou conhecer a cristã-nova Catarina Rodriguez e ter narrado as trovas sobre o mouro e o cristão cativo algumas vezes, mas negou ter concordado com a fala do primeiro. Foi concedido pelo Inquisidor Ambrósio Campelo o direito da ré de apresentar sua defesa, pautada em testemunhas e encaminhada por seu procurador, o licenciado Antônio Pires. Segundo seu procurador, as testemunhas que delataram a ré não eram dignas de confiança, pois eram todos cristãos-novos e apenas dois dos quatro acusadores não se encontrava preso pelo Santo Ofício, além de dois serem parentes de Gabriel Álvares e possíveis inimigos da mãe da mourisca, caso, como se viu, extraconjugal.

Reunidas as onze testemunhas, das quais dois curas e um clérigo, o restante vizinhos em Matosinhos e no Porto, todas afirmaram quão boa cristã era Catarina Vaz, pois tinha conhecimento das orações cristãs, confessava e comungava frequentemente, ia aos domingos à Igreja nos cultos e dias de festividades santas. Ainda, afirmaram que aos sábados a ré trabalhava tanto quanto nos outros dias da semana, incluindo as sextas feiras²¹.

Por fim, com o intuito de provar a inimizade com Manuel Vaz, alegada por Catarina Vaz, o procurador pede audiência com os cristãos-novos Catarina Vaz e Bastião Álvares, respectivamente esposa e irmão de Gabriel Álvares, pai da mourisca. O licenciado Antônio Pires pergunta sobre a relação conjugal entre a mourisca e seu esposo, obtendo como retorno uma série de denúncias de maus tratos contra a esposa, incluindo a negação de alimento e agressões físicas. Ainda, ambos os inquiridos lembraram-se da existência de mancebas que acabavam por dividir a pouca renda da família²².

²⁰ IANTT, Processo de Manuel Vaz, nº 9152.

²¹ IANTT, Processo de Catarina Vaz, nº 12774, f. 27 – f. 32.

²² IANTT, Processo de Catarina Vaz, nº 12774, f. 39 – f. 43.

Os inquisidores concluíram que não havia testemunhos confiáveis o suficiente para culpar a ré como herege, porém, também não ficaram convencidos de sua inocência perante os erros de fé. Acreditando não haver motivos para que seu esposo, ainda que lhe desse má vida, acusa-la das referidas práticas heréticas sem base no que havia visto e escutado, além de ser o único capaz de apontar para as práticas e crenças religiosas domésticas da ré. Ainda, contribuíram para a dúvida dos inquisidores o fato de Catarina Vaz ter se negado a dizer o que havia conversado com a vizinha Catarina Rodrigues, e ter confessado que conhecia e reproduzia as trovas de sentido herético sobre o mouro.

Como punição, foi mandado que a ré, com uma vela acesa na mão, fizesse abjuração pública por suspeita de heresia, e que permanecesse presa em cárcere enquanto fosse instruída nas coisas de fé, para a salvação de sua alma²³.

Embora se trate de fontes inquisitoriais, cujo procedimento que produz as confissões dos réus é duvidoso e, cujos registros são formulados pela própria instituição acusadora, podemos considerar a adoção do criptojudaísmo pelas duas mouriscas apresentadas levando em conta alguns detalhes dentro do processo e implícitos à realidade das acusadas. Primeiro, Antônia Vaz mantém sua crença inclusive quando presa nos cárceres, conforme apresentado em seu processo. Chegou muito nova em Portugal e permaneceu cativa, morando com seus senhores cristãos-novos judaizantes durante vinte anos até o momento do julgamento inquisitorial, por isso não chegou a conhecer profundamente o Islamismo, religião natural de sua origem territorial.

Depois, no caso de Catarina Vaz, devemos lembrar que o judaísmo clandestino tinha caráter fundamentalmente doméstico e, por isso, poderia ser disfarçado das testemunhas cristãs-velhas, sendo de fato seu esposo o único a saber dos atos e rituais heréticos da ré. Ainda, Catarina foi criada e instruída por cristãos-novos também condenados pela Inquisição por apostasia. Vale de referência, excluída desta presente comunicação, o processo de Manuel Vaz, cuja condenação por judaísmo se baseou em um conjunto de práticas semelhantes a de sua esposa.

²³IANTT, Processo de Catarina Vaz, nº 12774, f. 44 – f. 44v.

Nesse sentido, podemos observar a ambiguidade dessas personagens e o cruzamento nelas de uma religiosidade clandestina, aparentemente incompatível com o estatuto social de origem, que gerou a surpresa da crença ilícita. As relações construídas no seio desta família, analisadas a partir dos processos de Antônia Vaz e Catarina Vaz, são relevantes por seu caráter de exceção. Os rigores, costumes e tradições sociais não impediram um cruzamento étnico — tratando-se dos filhos dessas relações — e religioso — acerca da apropriação do criptojudaísmo pelas mouriscas. Os laços e relações interpessoais mostraram-se mais fortes e capazes de modificar as formas de interação esperadas entre os dois grupos referentes às duas principais minorias religiosas no século XVI em Portugal, a saber, mouriscos e cristãos-novos de judeus.

Capítulo 27: A INSERÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS EM ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS

Suelen Siqueira Julio*

Neste artigo irei apontar algumas formas através das quais as mulheres indígenas foram inseridas na sociedade colonial portuguesa, nos momentos de expansão desta. Abordarei, especificamente, a capitania de Goiás entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX, porém, apontarei trabalhos de autores que tratam de temas semelhantes em outros espaços fronteiriços.

Busco fornecer elementos para complexificar o conhecimento acerca da contribuição das índias para a história do Brasil, abordando-as em sua historicidade e problematizando algumas representações estereotipadas sobre essas mulheres.

Tenho como fontes crônicas e documentos oficiais publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*; além de escritos de autoridades, consultas ao Conselho Ultramarino e outros documentos existentes no Arquivo Ultramarino. A metodologia empregada consistirá na leitura crítica das fontes e seu cruzamento com a bibliografia, que inclui trabalhos sobre povos indígenas em diferentes tempos, espaços e etnias, bem como artigos sobre gênero e história das mulheres, entre outros.

Tradicionalmente, as mulheres indígenas – nos poucos trabalhos em que foram abordadas – apareceram sob estereótipos que ofuscaram a dimensão histórica de suas trajetórias. Tais representações associaram as mulheres indígenas a tempos remotos da história da colonização, no qual teriam exercido, sobretudo, o papel de procriadoras por serem sexualmente disponíveis ou por sofrerem abusos. Nas famosas palavras de Gilberto Freyre:

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho. (FREYRE, Gilberto, 2006 [1933]: 161)

*Mestra em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Agradeço o financiamento do CNPQ.

Alfredo Ellis Jr. expressa ideia semelhante à de Freyre. Em *Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-americano*, a mulher índia aparece como objeto sexual e como progenitora do mameluco, a quem procura exaltar¹.

O que muitas investigações têm demonstrado nas últimas décadas é que a experiência histórica das mulheres indígenas passou muito longe de se resumir ao lugar de vítimas e de meio de reprodução dos europeus. Assim, análises como a de Freyre e Ellis Jr. refletem mais o que a sociedade colonial e patriarcal esperava dessas mulheres do que o papel que elas exerceram. Estudos, como alguns dos que se dedicaram aos espaços fronteiriços, têm contribuído para um conhecimento mais refinado acerca da inserção das mulheres indígenas nas sociedades coloniais americanas².

A QUESTÃO DAS FRONTEIRAS

Os trabalhos atuais tendem a investigar as dinâmicas próprias das regiões de fronteira e muitos deles enfatizam as ações e iniciativas dos grupos subalternos, como as populações indígenas³. Tais pesquisas afastam-se de abordagens tradicionais, que frequentemente tratavam esses espaços como “margens” – sempre à sombra do que ocorria nos centros – ou como um espaço que separava a “civilização” da “selvageria”. Um dos autores que trazem uma nova abordagem é Guillaume Boccara, que propõe pensar a fronteira como um espaço marcado pela fluidez⁴. Assim, há a necessidade de

¹ELLIS JR., Alfredo. *Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-americano*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976 (1934), p.15. Cabe lembrar que essas imagens estereotipadas aparecem não apenas em trabalhos datados como os de Freyre (1933) e Ellis Jr. (1944), mas também em obras recentes, como: LACERDA, Marina Basso. “As mulheres no Brasil Colonial”. *Colonização dos corpos: Ensaio sobre o público e o privado. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

²Ver trabalhos, como: GUY, Donna & SHERIDAN, Thomas. “On Frontiers: The Northern and Southern Edges of the Spanish Empire in the Americas”. In: ____ (eds.). *Contested ground: comparative frontiers on the northern and southern edges of the Spanish Empire*. Tucson, AZ: University of Arizona Press, 1998. pp.3-15. No mesmo livro ver: SOCOLOW, Susan Migden. “Women of the Buenos Aires Frontier, 1740-1810 (or the Gaucho Turned Upside Down)”, pp.67-82; SOMMER, Barbara A. “Why Joanna Baptista Sold Herself into Slavery: Indian Women in Portuguese Amazonia, 1755-1798”. *Slavery & Abolition*, v.34, n.1, pp.77-97, 2013.

³Ver: WHITE, Richard. “The middle ground”. In: *The middle ground*. Cambridge, N.Y.: Cambridge University Press, 2011 (1991), pp.50-93; AXTELL, James. “The Indian Impact on English Colonial Culture”. *Natives and Newcomers. The Cultural Origins of North America*. New York, N.Y.: Oxford University Press, 2001. pp.309-336.

⁴BOCCARA, Guillaume. “Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación y Mestizaje en Tiempos de Globalización”. *Mundo Nuevo Nuevos*

marcar que a separação rígida entre o espaço “civilizado” e o “bárbaro” só existia enquanto esforço dos colonizadores para criar tal diferença qualitativa. O discurso colonial tentava criar fronteiras, não apenas territoriais, mas sociais e culturais. O espaço não civilizado era habitado pelo “outro”, sobre o qual eram criadas imagens terríveis – antropófagos, feiticeiros –, que frequentemente eram utilizadas para legitimar a conquista. Tal separação rígida não se refletia na realidade, o que é demonstrado por diversos autores, como Daniel Villar e Juan Jiménez, que apontam a existência de *vecinos* que deixavam os assentamentos espanhóis para habitar entre grupos indígenas da região pampeana centro-oriental. Muitos desses casos chegaram ao nosso conhecimento por esses “traidores” – como eram considerados – terem sido pegos em meio a bandos de índios que atacavam e saqueavam seus lugares de origem⁵.

Além da ideia de separação rígida entre o espaço “civilizado” e o “selvagem”, outra imagem que tem sido desconstruída é a de que a expansão da fronteira colonial se dava em terras desocupadas, sendo criada ali uma sociedade mais igualitária. Com algumas exceções, em grande parte a historiografia brasileira reiterou, implícita ou explicitamente essa imagem⁶. Recentemente, influenciados pelas novas abordagens sobre as fronteiras, algumas pesquisas têm tratado tais espaços de maneira diferente. Hal Langfur, por exemplo, ao tratar da realidade de Minas Gerais no final do período colonial, mostra uma noção de fronteira longe de ser um espaço mais igualitário. Diversas relações desiguais eram estabelecidas naquele espaço, o que é demonstrado pelo fato de os colonos apresentarem uma concepção racializada da fronteira. Ou seja, transportavam para os espaços fronteiros as hierarquias étnicas coloniais. Essa racialização se manifestava, por exemplo, na atitude de considerar os afrodescendentes livres – *the useless people* – como os mais apropriados a serem enviados para trabalhar em fazendas e ranchos nos locais mais afastados⁷.

Assim, além de mostrar que a fronteira não era um espaço marcado pela igualdade, uma abordagem histórica das fronteiras na América deve conceituá-las

Mundos, revista eletrônica, Paris, 2005. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/426>. Acesso em 29 jun.2014.

⁵VILLAR; Daniel; JIMÉNEZ, Juan Francisco. “*En continuo trato con infieles. Los renegados de la región pampeana centro-oriental durante el último tercio del siglo XVIII*”. *Memoria Americana: Cuadernos de Enohistoria*. Universidade de Buenos Aires: Buenos Aires, 2005, pp.151-178.

⁶Para exceções, ver, por exemplo: FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁷LANGFUR, Hal. *The Forbidden Lands*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

não como uma área aberta à expansão europeia, mas como zonas habitadas por diversos povos indígenas, que passam a lidar, de diversas maneiras, com a presença dos invasores. Nesses espaços se desenrolam relações de contato, conflito e interação entre diversos sujeitos indígenas e europeus. Em tais áreas fronteiriças, segundo Donna Guy, Thomas Sheridan e Richard White, ninguém tinha o monopólio da violência. As fronteiras eram terreno contestado. Não eram espaços vazios a espera de serem ocupados ou civilizados, mas locais de contato entre diferentes pessoas, onde o poder era constantemente disputado e negociado⁸.

À luz dessas discussões, procuro estudar a região de Goiás entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX. Como região fronteiriça, foi marcada por uma dinâmica própria, não sendo uma meramente uma periferia à mercê das diretrizes dos colonizadores.

GOIÁS, UMA FRONTEIRA INTERNA

O estudo da região de Goiás nos permite perceber as oportunidades de atuação política que a situação de fronteira possibilitava às mulheres indígenas. O fato de a sociedade colonial não estar estabelecida nessa região contribuía para que ali houvesse relações de gênero peculiares, diferentes da expectativa dos colonizadores, que traziam ideias segundo as quais as mulheres deveriam cumprir o papel de esposas, mães e donas de casa. Os contatos entre as populações indígenas e os diversos agentes da colonização foram marcados por uma extrema violência (física, simbólica, sexual), mas esta não anulou a capacidade do agir político de mulheres e homens indígenas.

A situação em questão se refere a uma fronteira interna; à ocupação tardia de uma área no interior da América portuguesa. A ocupação efetiva do território de Goiás só se iniciou com a mineração aurífera no século XVIII. A descoberta do ouro na região pelos bandeirantes, na década de 1720, intensificou os conflitos e os contatos entre indígenas e não indígenas. No olhar dos colonizadores, tais conflitos dificultavam a mineração e ameaçavam a estabilidade dos núcleos de povoamento que iam sendo formados. Diante de tal ameaça, os mineradores responderam com mais brutalidade,

⁸GUY, Donna & SHERIDAN, Thomas. "On Frontiers: The Northern and Southern Edges of the Spanish Empire in the Americas". In: ___ (eds.). *Contested ground. Op.cit*, pp.3-15; WHITE, Richard, *Op.cit*.

materializada nas expedições de bandeirantes como Antônio Pires de Campos, que atuou na década de 1740, auxiliado por centenas de bororos⁹.

As limitações dessa política de violência armada eram percebidas pelas autoridades locais e pela Coroa, que, através das reformas pombalinas, tendia a insistir cada vez mais na adoção de uma abordagem chamada de “pacífica” para conquistar os índios¹⁰. A aplicação das medidas pombalinas em Goiás só se fará de forma sistemática a partir da década de 1770, quando a “paz” com os índios se reveste de duplo significado: os novos vassallos não iriam mais promover ataques e auxiliariam a prosperidade da capitania. Nesse momento, a decadência da mineração já era notória, tornando-se indispensável o investimento em outras atividades, sobretudo a agricultura e a pecuária. Esperava-se que os indígenas atraídos para a sociedade colonial fornecessem a força de trabalho para tais atividades.

Dessa forma, as autoridades locais foram impelidas a atrair diversos grupos indígenas com presentes, promessas – mas também com ameaças. Mediante variadas motivações, muitos grupos aceitaram as propostas e passaram a viver nos aldeamentos. A proposta do espaço do aldeamento era ensinar aos índios um novo modo – subalterno – de viver, que os capacitasse a integrar a sociedade envolvente, contribuindo para expandi-la e mantê-la. O trabalho nos aldeamentos, portugueses ou espanhóis, era dividido conforme o gênero. Assim, os homens trabalhavam no campo, na construção, na criação de gado; enquanto as mulheres eram ensinadas a cozinhar, costurar, fiar e tecer – divisões nem sempre condizentes com as sociedades das quais essas pessoas procediam e também nem sempre implantadas com sucesso. Quando os homens eram levados a trabalhar para outrem fora do aldeamento, as mulheres se encarregavam também da faina agrícola¹¹.

A partir do exposto sobre a capitania de Goiás, iremos expor alguns elementos sobre a inserção de mulheres indígenas na sociedade colonial que ia se estabelecendo nessa região fronteiriça.

⁹CHAIM, Marivone Matos. “A política pombalina e o índio como povoador”. In: *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. São Paulo: Nobel; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983 (1974), pp. 65-100.

¹⁰GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

¹¹HEMMING, John. “O Diretório”. *Fronteira Amazônica: A derrota dos índios brasileiros*. Trad. Antônio de Padua Danesi. São Paulo: EdUsp, 2009 (1978), pp. 77-101.

MULHERES INDÍGENAS EM GOIÁS

Além da integração enquanto mão de obra – explorada, diga-se –, diversas índias exerceram funções políticas importantes em Goiás, como a de intérpretes, exercidas no espaço público e muito valorizadas nos momentos em que se procurava atrair os indígenas para a sociedade colonial. A atração de um grupo de carajás para o aldeamento (1775) e a busca de vencer os resistentes e coligados xavantes e carajás (1813), por exemplo, foram possíveis graças à mediação de índias intérpretes¹². A recorrência de mulheres atuando função de intérprete parece se relacionar com o fato de elas, juntamente com as crianças, constituírem a maioria dos cativos de guerra. Mais do que isso, essa recorrência nos dá a dimensão da ferocidade dos conflitos travados naquela região. Os colonizadores se depararam com populações guerreira e habituadas a se deslocarem constantemente. Nos duros conflitos entre esses povos e os colonizadores, estes amiúde eliminavam quantos homens pudessem, poupando apenas mulheres e crianças. Pela recorrência de índias intérpretes, podemos sugerir que não deviam ser raros os eventos nos quais nem mesmo as crianças do gênero masculino eram poupadas, ficando as meninas e mulheres como botim de guerra. Tal observação explica por que utilizamos aqui aspas quando nos referimos à “paz” proposta pelos colonizadores aos indígenas. Frequentemente aceitar as condições de “paz” era optar pelo mal menor, ante os avanços da colonização.

Algumas dessas índias alcançaram posições de destaque dificilmente associadas a mulheres, sobretudo indígenas. Destaque que só se faz compreensível a partir do já apontado contexto fronteiriço. É o caso da caiapó Damiana da Cunha; de Maria, da tribo canoeiro, e da xavante D. Potência.

Damiana da Cunha, neta de um cacique caiapó e afilhada do governador de Goiás, Luís da Cunha Menezes (governador entre 1778 e 1783), se tornou uma importante figura política em Goiás, sendo reconhecida enquanto tal não apenas pelos caiapós, como também pelas autoridades locais. Entre 1808 e 1830, ela liderou diversas expedições que tinham o objetivo de estabelecer a “paz” com caiapós não contatados pela sociedade envolvente e trazer de volta aqueles que um dia viveram

¹²Os casos foram relatados em: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. “Annaes da Província de Goyaz”. *Revista do Instituto Historico Geografico e Etnographico do Brasil* 27 (1864), pp. 265-269 e 28 (1865), pp. 92-97, respectivamente.

aldeados, mas que, por diversos motivos, haviam fugido¹³. A caiapó conseguiu levar centenas de caiapós para o aldeamento de São José de Mossâmedes.

Menos bem sucedida nos resultados obtidos foi a índia Maria. Sobrevivente de um massacre cometido contra os canoieiros em 1798, foi criada entre os colonos e, em 1829, foi enviada pelo governador da então província de Goiás, Miguel Lino de Moraes, para chamar os canoieiros “à civilização”. A expedição que Maria comandava, no entanto, foi recebida com flechas pelos índios, apenas ela escapando com vida, segundo a *Revista Informação Goyana*. Apesar do fracasso da sua expedição, Maria teve seus esforços recompensados, passando a receber, do governo da província, uma gratificação mensal¹⁴.

Já a índia Potência comandava, na década de 1840, uns poucos xavantes que permaneciam no aldeamento de Carretão. John Hemming escreve que, nessa época, o conde de Castelnau foi enviado pelo rei Luís Filipe como chefe da expedição científica francesa à América do Sul. O conde visitou alguns aldeamentos, como Carretão, onde conheceu D. Potência. Ainda que em escala mais modesta do que a já mencionada D. Damiana, Potência figura entre as mulheres que exerceram um papel para além da atuação no espaço doméstico¹⁵.

Diversas pesquisas têm esclarecido a importância das mulheres nos espaços fronteiriços, sobretudo as mulheres indígenas. O próprio estabelecimento dos colonizadores europeus em terras sob o controle dos índios dependia muito dessas mulheres. Richard White, referindo-se à colonização da região dos Grandes Lagos pelos franceses escreve sobre as estreitas relações traçadas entre eles e as índias, das quais esses europeus conseguiam serviços domésticos, além de entabularem relações sexuais e afetivas. Os jesuítas e outros observadores menos envolvidos na dinâmica local denunciavam a imoralidade dessas relações e taxavam essas mulheres – que inclusive procuravam os franceses – como prostitutas. Tais relações, no entanto, passavam longe desse conceito. As categorias europeias como casamento,

¹³SOUSA E SILVA, Joaquim Norberto de. “Biographia: Damiana da Cunha”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 27 (1861), p.528, 529; JULIO, Suelen S. *Damiana da Cunha: uma índia entre a “sombra da cruz” e os caiapós do sertão (Goiás, c. 1780-1831)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2015.

¹⁴CARVALHO, Maria Meire de. “Damiana da Cunha: uma capitã-mor nos sertões dos goyazes nos séculos XVIII e XIX”. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 6, jun. 2004, pp. 1111-1124.

¹⁵HEMMING, John. *Op.cit.*, p. 255.

prostituição, adultério, usadas por esses observadores, cabem pouco para explicar essas relações¹⁶.

Algo semelhante é apresentado por João Azevedo Fernandes como traço comum a várias regiões da América: em diversos lugares e momentos do contato entre europeus e índios, existiram o intercâmbio sexual e as alianças matrimoniais. Seja no Brasil, no Canadá ou na Guiana, vemos os europeus numa busca quase sistemática por relações sexuais e matrimoniais com as nativas¹⁷.

CONCLUSÃO

A região de Goiás nos permite pensar a inserção – subalterna – das mulheres indígenas na sociedade colonial, bem como as oportunidades de atuação política que a situação de fronteira possibilitava a elas. A situação de fronteira contribuía para o estabelecimento de relações de gênero peculiares, muitas vezes distantes dos estereótipos difundidos sobre as mulheres. Aliás, mesmo nas regiões de colonização mais consolidada é difícil sustentar tais estereótipos.

Como sabemos, em diversas ocasiões os índios enfrentaram situações de extrema violência por parte dos colonizadores. A condição de gênero numa sociedade patriarcal acentuava a violência contra as mulheres. Mas, apesar de muitas vezes serem colocadas em situações sociais extremamente frágeis, e de estarem afastadas dos espaços formais de poder, as índias aparecem exercendo papéis políticos importantes, ainda que informais.

Mais uma vez, a vida dessas mulheres difere dos estereótipos e expectativas desenhadas por uma sociedade patriarcal, que via nas mulheres seres destinados à submissão e ao cuidado do lar. Se mesmo as mulheres da Península não cabiam nesses esquemas, a vida das índias das regiões de fronteira muito menos.

¹⁶WHITE, Richard. *Op.cit.*

¹⁷FERNANDES, João Azevedo. *De cunhã a mameluca: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

Capítulo 28: REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO TEATRO DE ANTONIO RIBEIRO CHIADO

Vanessa Gonçalves Bittencourt de Souza¹

Ao longo da Idade Moderna, o teatro em Portugal se configurou como um importante veículo de difusão de valores e de comportamentos, conforme já observou Nuno Gonçalo Monteiro². Em princípios do século XVI, dramaturgos como Gil Vicente e Antonio Ribeiro Chiado dedicaram-se a uma afiada crítica ao clero e à vida na corte, ao mesmo tempo em que empenhavam esforços na tentativa de representar os costumes populares e a vida cotidiana das cidades portuguesas.

Antonio Ribeiro Chiado, nascido em Évora em data desconhecida, veio a produzir no mínimo cinco peças teatrais: *Auto das Regateiras*, *Auto da Natural Invenção*, *Auto de Gonçalo Chambão*, *Prática dos Compadres* e *Prática de Oito Figuras*. O seu teatro aproxima-se das linhas traçadas por Gil Vicente ao explorar os tipos (personagens estereotipados, tais como, o Clérigo, o Judeu e a Alcoviteira) e ao enfatizar o universo feminino. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar as representações sobre a mulher portuguesa no teatro de Antonio Ribeiro Chiado.

Os escritos de Chiado incluem ainda dois textos de fundo moralista em versos, reunindo avisos e conselhos, uma paródia de profecia para o ano de 1579, três cartas a religiosos e uma regra espiritual, além de uma coleção de letreiros recolhidos na Espanha. A honra do marido e o controle sobre a mulher são alguns dos temas sobre os quais o poeta discorre nesses textos.

Ainda na infância, Chiado fora admitido no convento de São Francisco em Évora. Na vida conventual, demonstrava inclinações artísticas, recebendo diversas sanções disciplinares por perturbar a ordem local com suas imitações:

Uma das formas do talento de Antonio Ribeiro era o fingir as vozes e typos de varias pessoas, o que o tornava um satyra viva, e com um gênio irritável incapaz de se não ter que não perturbasse a paz e respeito dos superiores e da clausura.³

¹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) sob orientação da professora Georgina Silva dos Santos e bolsista Capes.

²MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos. In: MATTOSO, José. *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Moderna*. Coord. Nuno Gonçalo Monteiro. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 150

³BRAGA, Teófilo. *História da Litteratura Portuguesa – Eschola de Gil Vicente e Desenvolvimento do Teatro Nacional*. Porto: Casa editora, 1889, p. 228.

Chiado teria fugido do convento no mínimo uma vez. O destino pode ter sido Lisboa, embora o jornalista e biógrafo Alberto Pimentel especule que o frade imitador e poeta viajara até a Espanha, onde teria vivido entre estudantes e foliões.⁴ Por fim, seus votos foram anulados, o que não o impediu de continuar trajando o hábito clerical pelas ruas de Lisboa.

Entre 1546 e 1554, Chiado desfrutou de considerável fama de “dizidor e bargante”⁵ em Lisboa, sendo dizidor um poeta ou improvisador⁶ e bargante um homem de maus costumes,⁷ um libertino. Teria ainda desenvolvido certa intimidade com uma parcela mais pobre da população lisboeta, sobretudo as padeiras da Alfama.⁸ Essa intimidade certamente inspirou Chiado na composição dos personagens de suas peças, referência identificável especialmente no *Auto das Regateiras*.

Entre fins da Idade Média e início da Época Moderna, a literatura e o teatro de fundo moralista-religioso e profano, ao se dedicarem ao feminino, produziram um tipo de discurso que partia de uma concepção essencialista de mulher, alimentando determinados *topos* de carga misógina como o da “mulher faladeira” ou da “mulher briguenta”. Na perspectiva de Howard Bloch, contudo, o conceito de misoginia não se restringe apenas a uma opinião negativa sobre as mulheres, incluindo todas as tentativas de inserir as mesmas em categorias, ainda que tais categorias representem uma expressão positiva sobre o feminino.⁹ Desse modo, é importante observar que os principais tipos femininos encontrados nas peças teatrais de Antonio Ribeiro Chiado referem-se ao papel da viúva, da mulher casada oprimida pelo marido e das filhas em idade de casar.

Chiado partilhou de um tipo de discurso que encontrava em diversas esferas (religiosa, jurídica, médica, literária) argumentos importantes para justificar a subordinação da mulher. De fato, em sua obra moralista *Parvoices que acontecem muitas vezes*,¹⁰ o poeta menciona trinta e quatro erros banais que um homem pode cometer

⁴PIMENTEL, Alberto. *Obras do Poeta Chiado*. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal, 1889, p.22.

⁵BRAGA, op. cit. p. 94

⁶SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Raphael. *Diccionario da Língua Portuguesa Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau Reformado, e Accreccentado por António de Moraes Silva*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p.450.

⁷ Ibidem, p.168.

⁸CHIADO, Antonio Ribeiro. *Auto da Natural Invenção*, obra desconhecida com uma explicação prévia pelo Conde de Sabugosa. Lisboa: Livraria Ferreira, 1917, p.39.

⁹BLOCH, R. Howard. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Tradução de Claudia Moraes. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, p. 13.

¹⁰CHIADO, Antonio Ribeiro. *Parvoices que acontecem muitas vezes*. In: PIMENTEL, Alberto. *Obras do Poeta Chiado*. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal, 1889, p.152-170.

envolvendo mulheres e o conseqüente comprometimento da honra masculina. Sobre a hierarquia entre homens e mulheres na esfera doméstica, Chiado é enfático: “Homem que consente que sua mulher mande mais em casa que elle. *Parvoíce*”.¹¹ Na mesma obra, o poeta descreve a mulher da seguinte forma: “a mulher tem por officio mentir sem cuidar, mijar onde quer, chorar sempre”.¹² Assim sendo, resta avaliar de que forma esse discurso misógino também se fez presente em suas peças teatrais.

Prática dos Compadres,¹³ peça produzida provavelmente na década de 1570, tem como problema central o roubo de uma capa e os conflitos envolvendo o casal formado por Brazia e Fernão. Nos primeiros diálogos que compõem a peça, Fernão responsabiliza Brazia pelo desaparecimento de sua capa, iniciando uma grave discussão entre eles. Fernão ameaça agredir sua esposa, queixando-se de sua língua de escorpião. Diante das investidas agressivas do marido, Brazia garante ser “muito forte e isenta, e não sou captiva, não: nem m'haveis de pôr a mão”.¹⁴ Questionando a autoridade de Vasco por meio da expressão “quem vos deu tamanho império?”,¹⁵ a esposa desfere ainda suas próprias ameaças, prometendo procurar o rei para fazer denúncias: “e eu darei apontamentos que vos lancem ao Brazil”.¹⁶ O que Brazia desejava, portanto, era ver o marido receber a sentença de degredo para o Brasil.

O conflito atinge grandes proporções, atraindo a atenção do Compadre do casal. Buscando acalmar Vasco e Brazia, o Compadre os aconselha: para manter uma boa convivência deveriam fechar as portas, guardar segredos e evitar fofocas e conversas suspeitas. Fernão, por sua vez, enumera o que na sua opinião seria necessário para evitar as brigas: espancar a esposa para ser temido, evitar conselhos femininos, não permitir que a esposa saia sozinha sem sua licença e exigir dela obediência. Cabe observar que aqui a intervenção masculina sobre a conduta da mulher tinha por justificativa uma suposta debilidade feminina no que tange a sua firmeza de espírito.¹⁷ Essa intervenção se traduzia muitas vezes na forma de correção ou coerção por meio de violência verbal e física.

¹¹Ibidem, p. 152.

¹² Ibidem, p. 158.

¹³CHIADO, Antônio Ribeiro. *Prática dos Compadres*. In: PIMENTEL, Alberto. *Obras do Poeta Chiado*. Lisboa: Empreza da História de Portugal, 1889, p. 97-145.

¹⁴ Ibidem, p.101.

¹⁵ Ibidem, p. 102.

¹⁶ Ibidem, p. 103.

¹⁷CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. In: KLAPISCH-ZUBER, Christiane (Org). *História das mulheres no ocidente: a Idade Média*. vol. 2. Tradução de Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p.122.

Brazia queixa-se da agressividade e da infidelidade do marido, mas não é a única insatisfeita com o casamento em *Prática dos Compadres*. Sua Comadre também revela estar casada com um mau marido:

“(...) casei com uma má ventura,
que não tem remédio nem cura.
E' um leão para mim.
Suspeitoso,
sotrancão, malicioso,
a mesma peçonha mera,
um drago e besta feral!”¹⁸

Por fim, com aparente relutância, a Comadre confessa ter procurado uma forma de amansar seu marido:

“Vi-me tão atagantada
d'aquesto negro quebranto,
que faço? ... Cubri o manto,
e desço-me pela escada.
E dou commigo em S. Vicente
de Fora, em hora boa,
em casa d'uma pessoa,
que o faz a pouca gente,
e digo:
Quero amansar um imigo,
que a isso venho cá,
e conto-lh'o pé-á-pá,
que a meu confessor não digo”¹⁹

De acordo com o que relata a Comadre, a pessoa envolvida em feitiçaria lhe oferece uma beberagem, orientando a seguir o procedimento abaixo:

“tomareis ùa panela
e nam metereis mais nela
que quanto vos eu disser:
os olhos do gato preto
e o coração do galo
atentai no que vos falo
e tende-me isto em secreto
que com isto o mundo abalo
e tomareis um morcego
em nove águas bem lavado
e as unhas do enforcado
qu'isto é pera andar cego

¹⁸CHIADO apud PIMENTEL, op. cit. p. 122.

¹⁹Ibidem, p.123.

por vós e esbabacado
e tomai as penas da gaivota
e as tripas e a ferçura
e dê tudo ãa fervura
com ãa posta de pexota
e depois arredá-lo-eis
que esfrie um pouco, ouvis?
E coai-os por uns mandis
novos que i achareis
e aquilo que ficar
ponde-o a secar num forno
e tomai a ponta dum corno
dum boi manso de lavrar
e pisai tudo num gral
ao luar da quarta-feira
e coai-o por ãa peneira
nas costas dum alguidar
e depois daquisto feito
dai-lho a beber no vinho
e metê-lo-eis a caminho
e fá-lo-eis andar a dereito”.²⁰

Conforme nos mostra Jean Delumeau, em princípios da Idade Moderna a mulher foi identificada como um agente de satã.²¹ Atribuiu-se a ela uma série de fraquezas, entre as quais a leviandade do pensamento, a curiosidade e a inconstância, características que por muito tempo reforçaram a ideia de que a mulher conservava menos fé, sendo facilmente atraída para a prática da feitiçaria.²²

As mulheres predominam entre os processados por feitiçaria em Portugal no século XVI, segundo Francisco Bethencourt, por dois motivos.²³ Em primeiro lugar, compreendia-se que os homens usavam forças naturais para cometer crimes, como assassinatos resultantes de agressões, enquanto que o crime simbólico, na forma de encantamentos, tendia a ser atribuído às mulheres. Além disso, tais encantamentos geralmente relacionavam-se com as funções e atributos femininos. Entre as funções estariam a proteção do ambiente doméstico e a manipulação de remédios. Já os atributos femininos se relacionam-se com as já mencionadas fraquezas que faziam da mulher uma presa fácil do demônio.

²⁰ CHIADO apud PIMENTEL, op. cit. p.123-124.

²¹ DELUMEAU, Jean. Os agentes de Satã: III. A mulher. In: _____. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800; Uma Cidade Citiada*. Tradução de Maria Lucia Machado/ Tradução das notas de Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das letras, 1989, p. 310-349.

²² *Ibidem*, p. 327.

²³ BETHENCOURT, Francisco. *O Imaginário da Magia- feitiçarias, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 206.

Tradicionalmente, a mulher Velha tende a ser associada à feitiçaria, mas este não é o caso no teatro de Chiado, onde as Velhas são predominantemente personagens rabugentas envolvidas em intrigas casamenteiras. No *Auto das Regateiras*,²⁴ produzida entre fins dos anos 1560 e início dos anos 1570, o tema central é a negociação para o casamento da jovem Beatriz, conduzida por sua mãe, uma Velha viúva, e por Pero Vaz, pai do noivo e integrante de uma família envolvida na atividade pesqueira. Ao mesmo tempo em que tenta convencer Pero Vaz das qualidades de Beatriz, a Velha precisa ainda convencer a própria filha a aceitar o casamento. A Velha dedica-se também a recriminar a conduta de suas vizinhas, que ao seu ver, seriam fofoqueiras, infiéis aos maridos e prostitutas. Sobre a conduta das vizinhas, a Velha afirma: “É ua mui grande errônia, e é ua babilônia, assi pera os Deos soverter”.²⁵ De modo geral, a Velha construída por Chiado reúne uma série de elementos depreciativos associados ao feminino, como a tagarelice e a maledicência. No *Auto da Natural Invenção*,²⁶ que veio a ser representado na corte de D. João III, Gomes da Rocha contrata uma companhia para encenar uma peça em sua casa. Com um considerável atraso, o Autor da peça finalmente bate à porta, acompanhado de muitas figuras, e carregando ainda uma “canastra com todo seu aparato”.²⁷ O *Auto da Natural Invenção* segue um padrão constituído por uma sequência de diálogos breves e desconectados. Um dos diálogos diz respeito ao interesse amoroso de um Escudeiro por uma jovem que seria superprotegida por uma Velha madrasta. O Escudeiro decide fazer uma serenata para a amada, mas é interrompido pelos gritos da Velha. Desferindo uma série de ofensas, a Velha recusa-se a aprovar a proposta de casamento e admite o desejo de casar a jovem com um homem de melhor categoria.²⁸

Além dos já mencionados conflitos entre homens e mulheres, a hierarquia feminina no ambiente doméstico também surge em evidência no teatro de Chiado. A Velha de *Auto das Regateiras* trata a filha Beatriz como sua subordinada. É importante

²⁴CHIADO, Antonio Ribeiro. *Auto das Regateiras*. In: _____. *Autos de Antônio Ribeiro Chiado*, Reprodução fac-similar da edição quinhentista do *Auto da natural invenção* e das duas edições quinhentistas do *Auto das regateiras*: introdução, leitura crítica anotada e índices. Edição de Cleonice Berardinelli e Ronaldo Menegaz, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968, p.103-174.

²⁵Ibidem, p. 124.

²⁶CHIADO, Antonio Ribeiro. *Auto da Natural Invenção*. In: _____. *Autos de Antônio Ribeiro Chiado*, Reprodução fac-similar da edição quinhentista do *Auto da natural invenção* e das duas edições quinhentistas do *Auto das regateiras*: introdução, leitura crítica anotada e índices. Edição de Cleonice Berardinelli e Ronaldo Menegaz, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968, p.25-76.

²⁷CHIADO apud PIMENTEL, op. cit. p.33.

²⁸Ibidem, p. 64-74.

observar que trata-se aqui de uma velha viúva. Por meio do casamento e da tutela do marido, a portuguesa recebia o status de mulher respeitável. De acordo com as *Ordenações Manuelinas*, porém, a mulher só se alçaria a alguma forma de liderança familiar em caso de viuvez: “e morto o marido a mulher fica em posse e cabeça de casal, se com ele ao tempo de sua morte vivia em casa tida e mantida como marido e mulher”.²⁹

A mãe deveria ensinar às filhas todos os segredos da cozinha e da costura. Independente da condição social, a tarefa de costurar era um atributo feminino. Em muitos casos também era a principal garantia para o sustento familiar. O trabalho feminino fundamentado na associação entre mãe e filha, como é o caso da Velha e de Beatriz, tende a ser apontado como uma importante fonte de renda para famílias sem uma figura masculina adulta e sem a assistência de outros parentes. O sustento da casa da Velha depende do ofício de fiar: enquanto Beatriz encarrega-se da meada, ou seja, de uma porção de fios, a Velha atua na debadoura ou dobadoura, a máquina para trabalhar os fios.³⁰

Apesar do trabalho em conjunto, a Velha critica o comportamento da filha Beatriz:

“tu perguiçosa
dorminhoca, mentirosa
golosa, mixiriqueira
rapariga endiçadeira
por que não és vertuosa?”³¹

Para a Velha, uma mulher virtuosa é aquela que não se envolve em fofocas, que adota uma dieta moderada e que se dedica com afinco ao trabalho. Curiosamente, Beatriz está sempre servindo a mãe e cumprindo as tarefas domésticas. O maior ponto de discordância entre as duas parece ser o casamento: Beatriz mostra-se indiferente à proposta de casamento recebida e provoca a mãe ao indicar que poderia ser uma prostituta em lugar de uma mulher casada.³²

²⁹ Ver *Ordenações Manuelinas*, livro III, título XXXII: Que o marido nom possa litiguar em Juizo sobre bens de raiz sem ortorgua de sua molher. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 113.

³⁰CHIADO apud BERARDINELLI; MENEGAZ, op. cit. p. 110.

³¹CHIADO apud PIMENTEL, op. cit. p. 65.

³²CHIADO apud BERARDINELLI; MENEGAZ, op. cit. p. 130.

No século XVI, acreditava-se que a moralidade feminina era uma herança materna.³³ Se a mãe fosse virtuosa, a filha também seria identificada como uma mulher virtuosa. Se a mãe fosse uma mulher de má fama, o futuro da filha seria afetado pela mesma mancha. Do mesmo modo, um comportamento reconhecidamente imoral por parte da filha poderia atingir a mãe.

Em *Prática dos Compadres*, Brazia também se mostra insatisfeita com a conduta da filha Isabel, a quem descreve como uma “fresca donzela”.³⁴ No mesmo estilo da Velha de *Auto das Regateiras*, Brazia queixa-se especialmente do desempenho da filha nas tarefas domésticas. Isabel, por sua vez, lamenta-se sobre as cobranças da mãe: “soffrer mãe é um diabo”.³⁵ Ainda que as cobranças de Brazia sejam incisivas, é Fernão quem assume a responsabilidade pela conduta da jovem Isabel, acreditando que a obediência ao pai deveria assegurar a virtude da filha. Ao flagrar Isabel conversando com seu até então namorado secreto, Fernão a proíbe de falar com homens estranhos porta afora:

“E vós haveis de falar
com ninguém e a porta aberta
e estardes em referta
c’os que passam.”³⁶

Fernão alega ainda que “a filha que má sae, e tem a virtude na borra, ainda que o sangue lhe corra, a ferida é de seu pae”,³⁷ aludindo aos riscos sobre a perda da virgindade antes do casamento.

Com base no que foi exposto, é possível concluir que o teatro de Chiado reproduz imagens que associam a mulher à feitiçaria, ao demoníaco, ao pecado. Do mesmo modo, o discurso do dramaturgo reforça a confiança numa moral cristã que determina que a tutela masculina e seu poder corretivo são essenciais para preservar as virtudes femininas. Por outro lado, é inegável que não cabe às personagens femininas de Chiado um papel de conformidade ou passividade, tendo em vista que as mesmas enfrentam seus pais, seus maridos e os desafios da vida cotidiana.

³³HUFTON, Olwen. Mulheres, trabalho e família. In: FARGE, Arlette; DAVIS, Natalie Zemon (Org.). *História das mulheres no ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*. vol. 3. Tradução de Alda Maria Durães, Egito Gonçalves, João Barrote, José S. Ribeiro, Maria Carvalho Torres e Maria Clarinda Moreira. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 63.

³⁴CHIADO apud PIMENTEL, op. cit. p.98.

³⁵Ibidem, p. 109.

³⁶Ibidem, p. 119.

³⁷Ibidem, p. 120.

Capítulo 29: NA MIRA DA INQUISIÇÃO: AS RELAÇÕES INTERÉTNICAS DE PADRES SODOMITAS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

Veronica de Jesus Gomes¹

Em que medida a cor e a etnia dos indivíduos que se relacionaram sexualmente com sacerdotes, em Portugal, na América portuguesa e na Índia, na Época Moderna, estão diretamente ligadas ao lugar por eles ocupado na hierarquia social do Antigo Regime? Cor, etnias e hierarquizações foram elementos dissociados? Tais relações, ocorridas nesses distintos espaços do império, apresentaram diferenças substanciais ou foram semelhantes? Este texto, baseado em processos dos tribunais da Inquisição de Lisboa e de Goa, dos séculos XVII e XVIII, tem um duplo objetivo: 1º) analisar os relacionamentos sexuais interétnicos de quatro padres sodomitas, que viveram na metrópole e no ultramar nesse período; 2º) comparar tais relações nesses distintos espaços do império, observando que, ao que tudo indica, cor e hierarquizações não foram elementos dissociados.

A despeito da mobilização da Igreja e do Estado portugueses para eliminar da sociedade lusitana hábitos e crenças avessos ao ideário tridentino, que incluiu o estabelecimento da Inquisição, algumas práticas mostraram-se renitentes. Entre os clérigos, uma das faltas mais comuns foi justamente o descumprimento dos votos, em especial o da castidade. Tal comportamento foi amplamente difundido durante o século XVI, tendo-se disseminado entre indivíduos de diferentes graus eclesiásticos, isto é, tanto entre os “elementos dos patamares médios e de topo da hierarquia da Igreja como os mais humildes. São conhecidas inúmeras denúncias que denotam até uma quase total ausência de pudor face a essas situações”².

O clero secular apresentava relevantes deficiências, principalmente no plano moral, já que, não raro, descumpria os votos de castidade³. O mesmo se passava com

¹ Doutoranda em História Moderna na Universidade Federal Fluminense, bolsista CNPq, orientanda da Prof.^a Dr.^a Georgina Silva dos Santos. E-mail para contato: veronicadejgomes@gmail.com

² PAIVA, José Pedro de Matos. *Os Mentores*. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Mensagem pessoal, recebida por <veronicagomes_07@yahoo.com.br>, em 27 de abril de 2009.

³ Ainda que os registros das visitas pastorais não tenham aludido à sodomia, os dados oriundos das inspeções feitas à diocese de Coimbra, entre meados do século XVII e finais do XVIII, indicam que, dos 1197 casos denunciados, envolvendo sacerdotes, cerca de 53%, ou um total de 638, referiam-se à inobservância do celibato. Semelhante cenário foi encontrado em algumas localidades da arquidiocese de Braga, no Seiscentos. PAIVA, José Pedro de Matos. *Os Mentores...*, op. cit.

o clero regular, que, embora tenha tido exemplos virtuosos, também teve inúmeros casos de indisciplina e de desobediência das regras⁴, o que demonstra que o espaço dos conventos e dos mosteiros nem sempre foi recantos de vocações voluntárias, já que muitas famílias preferiam ver seus segundogênitos em instituições religiosas para garantir a indivisibilidade do patrimônio do filho varão, malgrado as determinações tridentinas⁵ condenarem as profissões religiosas feitas a contragosto. A falta de vocação parece ter marcado o cotidiano de diversos mosteiros e conventos, em Portugal e nas colônias ultramarinas, entre os séculos XVII e XVIII. Em diferentes momentos, são claras a ausência de aptidão para a vida religiosa e a desobediência ao comportamento que se esperava dos eclesiásticos. A inobservância das normas clericais transparece a partir da leitura cuidadosa dos processos inquisitoriais, que detalham minuciosamente suas relações homoeróticas. O crime de sodomia figura entre as principais faltas por eles cometidas e “percentagem significativa dos réus eram clérigos”⁶.

O século XVII é caracterizado por diversos historiadores como o período de maior perseguição inquisitorial aos sodomitas. Portanto, analisaremos três processos do Seiscentos: dois do Tribunal de Goa, cujos réus foram sentenciados à morte, e um do de Lisboa. Examinaremos também um processo de 1747, o do Padre José Ribeiro Dias, que, embora tenha ocorrido num outro contexto, justifica-se devido às características de seus relacionamentos homoeróticos, que envolveram vários de seus escravos negros.

As relações interétnicas de quatro sacerdotes sodomitas

Embora Mott, ao analisar as relações raciais de sodomitas no Brasil colonial, afirme que “nem sempre as relações entre somítigos repetia o parâmetro hierárquico

⁴ PAIVA, José Pedro de Matos. La reforma Católica en Portugal en el período de la integración del reino en la Monarquía Hispánica (1580-1640). In: NEGREDO, Fernando (coord.). In: *Tiempos Modernos*, nº 20, (2010/1), pp. 20-21, 24.

⁵ *Decretos e Determinações do Sagrado Concílio Tridentino que devem ser notificadas ao povo, por serem de sua obrigação, E se hão de publicar nas Parrochias. Por mandado do Serenissimo Cardeal Iffante Dom He'rique Arcebispo de Lisboa, & Legado de latere.* Impresso em Lisboa por Francisco Correa impressor do Cardeal Iffante nosso senhor. Aos dezoito de Setembro. Anno de 1564. Excomunga aos que obrigam per força as mulheres a serem religiosas, & aos q' dam a isto co'selho, ajuda ou favor por qualq'r modo: & assi aos que as impedem sem iusta causa a serem religiosas. Sessão XXV, Capítulo XVI. Disponível em: <<http://purl.pt/15158>> Acesso em: 20 de jun. de 2011.

⁶ MARCOCCI, Giuseppe & PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013, p. 148.

de o branco ser dominador” e “nessas ligações homoeróticas heterocromáticas nem sempre a iniciativa da relação parte do branco dominador: há casos em que o ‘sedutor’ é da raça inferiorizada”, o etno-historiador reconhece que as ocupações dos brancos eram mais rentáveis “degradando-se à medida que os indivíduos mais se aproximam da pureza étnica de cor, seja negra, seja índia”, característica comum à “dinâmica dos sistemas escravistas multirraciais”. O autor sublinha ainda a existência de casos em que “transparecem nítidas situações de dominação senhorial”, exemplos das relações que envolveram um feitor branco e um escravo negro, além de um advogado e seu escravo mulato⁷.

O intercuro sexual dos eclesiásticos aqui estudados envolveu pessoas das diferentes etnias do império português. Ainda que tenham existido relações marcadas pelo equilíbrio étnico e social, é nítido que, não raro, a cor e a posição ocupada, na hierarquia social, pela maioria dos indivíduos com quem os sacerdotes se relacionaram, foram elementos intrínsecos e quase sempre os “de cor” ocuparam postos de subalternidade. No caso da Índia, os indivíduos pertenceram a diversas castas, foram caracterizados como mestiços, como cafres – termo impreciso que “parece ter tido abrangência semântica semelhante à caracterização dos gentios”, isto é, “gente ‘sem fé, sem lei e sem rei’”⁸ – e que ocuparam posições subalternas: eram criados e escravos. A situação não se diferenciou da existente na América portuguesa, onde, no século XVIII, vivia o sacerdote José Ribeiro Dias. Homem de posses, Dias tinha vinte e sete escravos. Sodomizou vários cativos e com eles cometeu atos de molície nas Minas Gerais e em outras localidades onde esteve. A pesquisa ainda é incipiente quanto ao que se passava na metrópole, mas os dados contidos no processo de padre Vicente Nogueira parecem indicar que, embora tenha se relacionado com jovens brancos de grupos sociais mais abastados, também se envolveu com brancos pobres e, em ao menos dois casos, os parceiros não eram brancos e ocupavam posição subalterna.

Mott assinala também a relação estável entre sodomitas do mesmo grupo étnico e de mesmo status jurídico-social na Bahia colonial, ou seja, destacou o relacionamento entre dois índios escravos, que viviam na ilha da Maré. Também

⁷ MOTT, Luiz. *Relações Raciais entre Homossexuais no Brasil Colonial*. Mensagem recebida por <veronicagomes_07@yahoo.com.br> em 11 de jul. de 2007.

⁸ LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas*. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 229.

encontramos casos de amancebamentos entre padres e rapazes. No caso da Índia, por exemplo, o sacerdote mestiço Bernardo Serrão esteve “amigado”, por mais de dois anos e meio, com um rapaz, também mestiço, de 17 para 18 anos, chamado Felipe da Costa que, em sua confissão, atribui tal relação conflituosa, à sua extrema pobreza. O caráter desse relacionamento parece muito mais pautado no medo de castigos físicos perpetrados pelo padre e na necessidade de sobrevivência de Felipe, ou seja, era uma relação profundamente assimétrica.

Beneficiado na Sé de Chaul, na Índia, o clérigo de missa Bernardo Serrão⁹ foi preso pela Inquisição de Goa (estabelecida em 1560), em 27 de novembro de 1608, após uma série de denúncias, que culminou em sua condenação à fogueira, no auto de fé ocorrido na cidade goesa, em 1612. O primeiro a denunciá-lo, em 11 de dezembro de 1607, foi o soldado português João de Melo, de 21 anos, que disse que havia um mês, “pouco mais ou menos”, durante uma conversa, ouviu dizer que um João de Toar havia dito que o “padre Bernardo Serram beneficiado da mesma Cidade dormira com tres bichos¹⁰ e ha hum delles fizera deitar sangue, não declarando mais outra couza alguma”.

Um dos testemunhos que mais nos interessa é o de Manoel Pico, que procurou a Mesa Inquisitorial de Goa, em 04 de novembro de 1608, pouco antes da prisão do padre. Sacristão na ermida de Santo Antonio, de 18 anos, Manoel era um moço forro e pertencia à casta bengala¹¹. Denunciou as ameaças e os abusos sexuais perpetrados pelo padre, quando passou uma noite em sua casa. E assinalou as promessas que lhe foram feitas, caso continuasse a cometer o pecado: “e em acabado o ditto acto de sudumia lhe fes muitos cumprimentos disendo q’ day em diante o avia de ter e trazer como filho”. Segundo seu depoimento, cometia o pecado por “o forçar o ditto padre e lhe fazer medo com o tronco aonde affirmava q’ o avia de metter”. Manoel continuou seu testemunho denunciando que quase todos os dias o padre, à noite, depois de jantar, se recolhia à sua câmara umas vezes com o criado Manoel Fernandes,

⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Goa, Processo 16083, (grifo no original).

¹⁰ Segundo definição de Bluteau: “na lingoagem da India he *Escravo moço*”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra, 1712-1728. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/bicho>>. Acesso em 20 de mar. de 2015. Verbete: *bicho*.

¹¹ Lima chama a atenção para a constituição da população hindu goesa da época da chegada dos portugueses e sublinha um ponto importante: “à população hindu somar-se-iam os indianos das castas cristãs, surgidos com a cristianização”, LIMA, Gama Lana Lage da. Sodomia e pedofilia no século XVII: o processo de João da Costa. In: FEITLER, Bruno; LIMA, Lana Lage da Gama; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *A Inquisição em Xequê*. Temas. Controvérsias. Estudos de Caso. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006, p. 240. A pesquisa é muito incipiente e ainda não sabemos o significado de “casta bengala”.

“moço da terra de q’ se serve a muito tempo e he natural de Chaul, e outras com hum estudante mestiço seu vesinho por nome Gonçalinho”.

Manoel Pico nos indica a presença de um elemento importante e que foi muito utilizado nas diversas relações sodomíticas dos sacerdotes, tanto na metrópole quanto nas colônias do ultramar: o dinheiro. Padre Serrão, segundo Manoel e outras testemunhas, dava dinheiro ao estudante mestiço e a outros moços, com quem “s fechava por dentro com elles e os sentia andar pegando e brincando”. Vale a pena destacar que o sacerdote estava inserido nas relações mercantis da região, e mantinha negócios de mercancia com mouros e, ao que parece, eram transações bastante lucrativas, já que Serrão dava quantias significativas de dinheiro, que incluíam moedas de prata, aos jovens em troca de favores sexuais.

Em 15 de dezembro de 1608, no Colégio de São Pedro e São Paulo, em Chaul, o Padre Ambrosio Sueiro, reitor do colégio e comissário do Santo Offício, mandou chamar o supracitado Manoel Fernandes, moço da terra, forro, natural de Chaul, de 19 para 20 anos, que havia sido criado do padre Serrão. Em seu depoimento, confirmou que:

[...] de des em des dias ou de quinze em quinze dias pouco mais ou menos lhe mandava chamar meninos com os quaes se metia dentro de hua’ caza e camara e se fechava com elles e elle test.^a ficava a porta em vigia e estavão la dentro ordinariamente com elle meio quarto ou hu’ quarto e do q’ fazião não sabe mais nada, q’ ouvirlhe algumas’ veses confusam.te e sem formar o q’ era algumas’ historias, outras veses estarem calados e muitas destas vezes quando saia com o menino q’ la estava, mandava dar por elle test.^a as veses do escritorio as veses da Botica, hora larin’s¹², hora venezianos¹³, **conforme a qualidade dos rapazes** (grifo meu).

O criado nomeia ainda um número considerável de indivíduos que recebiam dinheiro e outras dádivas, descritas como “peças”, quando saíam do quarto. Alguns

¹² Moeda da Pérsia, segundo Bluteau. Eram barrinhas de prata, “de comprimento de hum dedo, tem huas’ letras da lingoa Persiana”. Produzida na cidade de Lara, na Pérsia, era de muito fina prata e cada larim valia quatro vinténs. Tinha grande circulação na Índia. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez...*, op. cit. Disponível em < <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/larim> > Acesso em 20 de mar. de 2015. Verbetes: *Larim*.

¹³ Não encontramos o significado de “venezianos” no dicionário do padre Bluteau. Há diferentes definições no “Glossário Luso-Asiático”. Destacaremos duas delas, que datariam, respectivamente, de 1583 e 1613: “Serão venezianos, pardaos, paguodes, santomés de ouro, larins, xerafins de prata, e bazarucos de calaim” (Alvará do vice-rei, in *Archivo*, Suplemento I, p. 717); “E el Rey me fez merce da algumas mãos cheas de moedas de ouro de forma de Venezianos de ouro de Veneza” (Manoel G. de Erédia, *Declaração de Malaca*, fl. 53). DALGADO, Sebastião Rodolfo. *Glossário Luso-Asiático*. Coimbra: Imprensa da Universidade, Vols. I-II, 1919.

desses jovens teriam entrado e se fechado com o sacerdote em sua câmara e recebido dinheiro e outros presentes por umas cinquenta vezes, outros, ainda segundo Fernandes, iam várias vezes à casa de Bernardo Serrão “com cede mais clara de dinheiro”. Seu depoimento é muito rico porque parece revelar que, até mesmo, os presentes dados pelo padre em troca de serviços sexuais seguiam um padrão hierárquico, ou seja, “conforme a qualidade dos rapazes”. E não apenas por isso. Ao que tudo indica, Serrão se valia de seus criados para aliciar meninos e jovens à sua casa: Fernandes afirma que ficava à porta, vigiando. Outro depoente denunciou que o padre o mandara chamar através de um cafre¹⁴.

Manoel Fernandes voltou a ser chamado perante aos inquisidores, em Goa, em 14 de abril de 1609. À época, se encontrava preso e seus vínculos com o padre, que lhe instruía a dizer a quem o procurasse, que não estava em casa, iam além do aliciamento dos meninos, já que o padre, segundo seu depoimento, o sodomizava à força e por isso “se absentou de sua caza, hua’ ves pera terra de Mouros aonde o mandou buscar e metteo no tronco, e o assoutou com hum murrão¹⁵, e day a dous dias lhe tornou a fugir sem ir mais a seu poder pello ditto respeito”. De acordo com diferentes testemunhas, o padre aplicava castigos físicos àqueles que não aceitavam se submeter aos seus desejos sexuais. Certamente com medo das possíveis penalidades inquisitoriais, Fernandes completa seu depoimento pedindo perdão e misericórdia e sublinhando que cometeu tais faltas “por ser moço e aver medo do ditto Bernardo Serrão e pello servir e estar em sua casa, e al não disse nem ao costume somente q’ o ditto Bernardo

¹⁴ Segundo Lima, “cafres” era o “oriundo da Cafreria, imensa região africana dividida em setentrional, meridional e oriental; compreendia o chamado império monomotapa, que abrigava os reinos tributários de Quiteve, Manika, Sabia e Inhambane, hoje Moçambique”. Acrescenta que “os muçulmanos designavam cafres (kafer, isto é, não-crentes) todos os nativos do interior africano”. LIMA, Gama Lana Lage da. *Sodomia e pedofilia...*, op. cit., p. 244, nota 97. Já Bluteau afirmou que “cafres” é uma palavra de origem árabe (Cafir, plural Cafirina), dada, pelos árabes, a todos que negam a unidade de um Deus. Dentre outros sentidos dados ao termo, Bluteau diz que “cafres” quer dizer “sem lei” e receberam esse nome por serem bárbaros, sem lei e religião. E completa: “pelas relações modernas, se sabe que alguns Cafres tem seus Reys, Principes, a cujas leys obedecem; e os mais conhecidos sam os Reys de Malemba, de Chicanga, de Sedanda, de Quietava, & de Metavan”. Bluteau afirma que havia muitas nações de cafres e que eram negros. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez...*, op. cit. Disponível em < <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/cafres> > Acesso em 20 de mar. de 2015. Verbetes: *Cafraria* e *Cafres*. Vale destacar a perspectiva de Sílvia Lara, para quem a indicação imprecisa de Bluteau quanto à região da Cafreria não era aleatória e indicava o escasso conhecimento português das terras africanas e de suas distintas populações. LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas...*, op. cit., p. 230.

¹⁵ Murraão, para Bluteau, poderia referir-se a murraão de mosquete, arcabuz, etc. “He huma corda de estopa bem pisada e calcada, que se acende, para se tirar com as ditas armas, & sempre traz fogo, e tem se lhe apagar.” BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez...*, op. cit. Disponível em < <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/Murra%C3%B5> >. Acesso em 20 de mar. de 2015. Verbetes: *Murraão*.

Serrão o assoutou”. Tais palavras indicam uma relação de medo e de submissão por parte do criado. Mais tarde, numa nova sessão por ele pedida, em 27 de abril de 1609, fala que, quando tinha cerca de 16 anos, cometeu sodomia com o padre, que lhe contentava com bazarucos¹⁶, e que sempre lhe encomendava segredo, relação quase inquisitorial, pautada sempre no sigilo e no silêncio, que o sacerdote parecia manter com todos esses jovens.

Anos mais tarde, após a execução do sacerdote Bernardo Serrão, outro padre sodomita, João da Costa, também residente na Índia, foi queimado em auto de fé realizado em Lisboa, em 1671. Natural da freguesia de Loureto, em Lisboa, e expulso da Província da Madre de Deus dos Capuchos, segundo Lima¹⁷, um ramo reformado da ordem franciscana, João da Costa se apresentou, pela primeira vez, perante o inquisidor, em Goa, no dia 4 de maio de 1666, aos 44 anos, para confessar que praticou sodomia, vários anos antes, com meninos e jovens pertencentes a diferentes etnias, dentre eles, indianos e africanos. O primeiro caso refere-se a um jovem, natural da terra e filho de uma mulher, “que era varredeira da igreja, que podia ser de idade doze annos” e com “o ditto bicho”, na torre dos sinos, após a missa do dia, consumou o pecado. Além dele, o padre mencionou ter praticado sodomia com mais cinco meninos: um cafre forro, que servia no convento e um moço canarim¹⁸, cujas idades não sabemos, outro canarim, de 10 anos, um moço malabar¹⁹, cuja idade também é desconhecida, e um moço português, de 14 ou 15 anos, sobrinho de um frade e que havia chegado do Reino, certamente branco. Segundo Lima, por essas faltas, foi apenas admoestado e aconselhado a não mais cometê-las, sob o risco de ser duramente castigado. Já em 1661, devido à sodomia, ele havia sido condenado a

¹⁶ Moeda de baixo valor, da Índia, que, ao que parece, era de estanho. Cinco bazarucos equivaliam a 4 réis. Idem. Disponível em < <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/bazaruco> > Acesso em 20 de mar. de 2015. Verbete: *bazaruco*.

¹⁷ LIMA, Gama Lana Lage da. *Sodomia e pedofilia...*, op. cit. p. 242.

¹⁸ De acordo com Bluteau, “canarim” era uma palavra indiana, que se referia ao “aldeão dos contornos de Goa, que serve nos officios mais baixos do campo, & da Cidade. A estes taes chamaõlhe Canarins, porque seguem os costumes, & as superstiçoens dos povos, que na India chamaõ Canaras, donde vem a lingoa Canarina, muito commua na India”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez...*, op. cit. Disponível em < <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/canarim> > Acesso em 20 de mar. de 2015. Verbete: *Canarim*.

¹⁹ Bluteau localiza a região de Malabar na Costa da Ásia, na península do rio Indo, aquém do Ganges, ao poente do cabo Comorim e assinala ali a existência de diversos reinos e sublinha que, a seu ver, o povo malabar é intensamente supersticioso. Idem. Disponível em < <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/Malabar> > Acesso em 20 de mar. de 2015. Verbete: *Malabar*.

cárcere, por seus prelados, no convento da Madre de Deus, de Chaul, e foi expulso de sua ordem.

Em 12 de dezembro de 1670, após as denúncias de alguns jovens, foi expedido seu mandado de prisão e o sacerdote foi recolhido aos cárceres. Mesmo depois de preso, a mesa inquisitorial recebeu uma denúncia, de um jovem, de 14 anos, que teria 11 à época do ato sexual. Tratava-se do testemunho de Phelippe Cafrinho, escravo cafre do padre Pero de Quadros, que assim relatou o ocorrido:

[...] Indo o padre João da Costa à aldeia de Piedade a uma festa de Bom Jesus que nela se celebrava, e agasalhando-se o dito padre em casa de seu amo [...] em uma câmara que combinava com a varanda da dita casa aonde ele [...] dormia, sendo alta noite, saíra o dito padre João da Costa da câmara aonde se recolhera, e vindo ter com ele confitente à varanda donde ele dormia, o mandara virar de bruços prometendo-lhe que pela manhã lhe daria bazarucos²⁰.

Embora a transcrição do processo ainda não esteja concluída, podemos imaginar um cenário de violência, física e psicológica, que estava por trás de tal relação, já que envolveu um homem bem mais velho e um jovem escravo, de apenas 11 anos, na casa de seu amo. Contudo, mais uma vez, é patente a importância do dinheiro para que a sodomia fosse concretizada. Em diferentes momentos, o padre utiliza dinheiro e outras dádivas, como guloseimas, para atrair os meninos e jovens. Como padre Bernardo Serrão, João da Costa também estava inserido nas relações comerciais e financeiras com indivíduos locais, homens e mulheres, e seus negócios também pareciam muito lucrativos e são traduzidos pela enorme riqueza em bens móveis que possuía.

Por sua vez, o sacerdote Vicente Nogueira²¹, nascido em 1586, era poliglota e bibliófilo. Após tornar-se cônego da Sé de Lisboa, passou a residir na Casa dos Bicos, próximo ao Rio Tejo, um dos locais onde ocorreram seus múltiplos encontros com inúmeros jovens, com os quais cometeu sodomia desde cerca de 1607, e teve seu nome arrolado pela Inquisição lisboeta, a partir de 1614, quando foi denunciado por um jovem. Ao que parece, foi apenas repreendido pela mesa inquisitorial.

A essa denúncia se seguiu, a partir de 1620, uma sucessão de confissões de seus parceiros, alguns deles presos pela Inquisição. Nogueira apareceu outra vez perante

²⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Goa, Processo 12197; LIMA, 2006, p. 248.

²¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Processo 4241.

o tribunal para se confessar. Desta vez, em 27 de novembro de 1630, o que, para os inquisidores foi motivado pela prisão de seu criado, Francisco Correa da Silva, que nessa data já se encontrava nos cárceres do Santo Ofício. Mesmo referindo-se a si mesmo como uma ovelha arrependida de seus pecados “asqueirosos”, segundo sua própria descrição, padre Vicente Nogueira foi preso em 17 de junho de 1631, aos 45 anos. Desta vez, não foi recebido com a mesma benignidade inquisitorial e amargou algum tempo, cerca de um ano e meio, nos cárceres. Para os inquisidores, seu comportamento reprovável requeria punição e, ainda que fosse um homem de qualidade, era necessário que se pusesse fim às murmurações que havia contra ele: “a pessoa castigada por mais calificada [...] se atalhara a murmuração”. Mas seu foro de nobreza, a “qualidade” de sua pessoa, ocupara o posto de Desembargador na Casa da Suplicação, parecem ter sido elementos fundamentais para que tenha escapado da fogueira, conservado sua honra e não tenha ido ao auto de fé público.

O sacerdote Vicente Nogueira, à semelhança de seus confrades que viviam no ultramar, utilizava também o dinheiro – oferecia patacas²² e tostões – e outras dádivas, como ceia, pousada e calções, para atrair jovens, em sua maioria pobres, alguns deles “de cor”, e consumir seus intentos proibidos. Da plêiade de relações que manteve, ou buscava manter, com inúmeros jovens, é possível ter acesso a cor de alguns deles e suas ocupações. Da maioria não conseguimos saber. Seriam brancos? Não foi possível chegarmos ainda a uma conclusão. Há dentre eles alguns pajens. Ainda que recaia sobre o sacerdote a suspeita de ter-se relacionado sexualmente com um criado moreno e tenha cometido alguns atos de sodomia com um moço de mandados, de 20 anos, natural de Entre Douro e Minho, caracterizado como branco, a maior parte dos indivíduos que aparecem como brancos, ruivos e morenos está vinculada ao universo de fidalgos, pajens, soldados, moços do coro da Sé de Lisboa e estudantes. Por outro lado, os jovens “de cor” fazem parte de um universo social mais inferior: o pardo, um jovem de 19, 20 anos, mercava abóboras da horta do mosteiro da Cartuxa, e o trigueiro – segundo Bluteau, era aquele que “he pouco alvo, que tira a pardo, que declina a negro”²³ (vale assinalar a hierarquização cromática feita por

²² Moeda de prata das Índias de Castela, que, em Portugal, à época de Bluteau, valia setecentos e cinquenta réis. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez...*, op. cit. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/pataca> > Acesso em 20 de mar. de 2015. Verbete: *pataca*.

²³ Idem. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/trigueiro> > Acesso em 20 de mar. de 2015. Verbete: *trigueiro*.

Bluteau, que segue uma ordem que certamente não é casual) – esteve preso no aljube, “por vadio”. O sacerdote o desejava, mas não sabemos se a relação chegou a se concretizar. O contexto metropolitano ainda carece de maiores estudos, mas parece mostrar um mosaico de que emerge uma variedade de pessoas “de cor” e em situações subalternas.

Na América portuguesa Setecentista, Padre José Ribeiro Dias²⁴, filho de mercador, que morou algum tempo no Bispado da Bahia, mas estabeleceu residência no Arraial do Paracatu, área que, na documentação inquisitorial, ora aparece como pertencente ao Bispado de Pernambuco, ora como parte do de Mariana, foi denunciado por um de seus escravos, em 1743. Dias tinha 55 anos, era proprietário de vinte e sete escravos, e foi acusado de cometer “atos desonestos de molície e atos nefandos sodomíticos pelas partes traseiras” com vários mulatos e negros das Minas Gerais e de outras partes por onde esteve. Durante uma devassa episcopal, realizada em Minas Gerais, seu escravo, o mulato Felipe Santiago, denunciou o sacerdote, que o violentava “com o poder e respeito de senhor” e ele, “obedecia com o medo de escravo que hé”, e acabava cedendo aos seus caprichos. À semelhança do padre Serrão, o sacerdote Dias também se valia de outras pessoas (neste caso, escravos) para mandar recados àqueles com quem desejava se relacionar sexualmente:

e para o dito effeito mandava o denunciado chamar a elle testemunha denunciante de noute quando estava já na Carr para vir com elle dormir para a Cama delle denunciado; e Cc effeito elle testemunha hia, e lá dormia muitas noutes, e q quando mandava chamar a elle testemunha era por outro seu escravo chamado Joam Barbeiro preto.

O escravo, que era analfabeto e sabia apenas assinar de cruz, apareceu como “pardo” na denúncia episcopal e como “mulato” na Mesa do Santo Offício. Tal categorização obviamente não era por acaso, mas uma maneira de apartar as pessoas “de cor” do universo dos brancos, num contexto em que, ainda que nascessem livres, estavam, de certa forma, vinculados ao universo da escravidão, isto é, “a cor fala da condição social de cada um e, como tudo mais nas sociedades do Antigo Regime, distingue e hierarquiza”²⁵. Do universo de relações homoeróticas e interétnicas do padre Dias, emerge significativo número de indivíduos “de cor”: pardos (5), pardos

²⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Processo 10426.

²⁵ LARA, Silvia Hunold. *Fragments Setecentistas...*, op. cit., pp. 144 e 29.

forros (4), mulato forro (1), o caso cambiante de Felipe Santiago (ora pardo, ora mulato), apenas 1 branco e de seis indivíduos, não sabemos. O branco era oficial de boticário e os demais, ou eram escravos, ou seus ofícios pertenciam a um mundo mais subalterno, envolvendo oficiais de carpinteiro, de ferreiro, músicos e ao menos 1 alfaiate.

O contexto parece indicar que a cor e a posição social ocupada por esses indivíduos não estavam desvinculadas. Embora muitas questões ainda precisem ser melhor observadas e analisadas, é possível vislumbrar que, tanto em Portugal quanto nas colônias ultramarinas, a cor desses “parceiros” esteve diretamente ligada ao lugar por eles ocupado na rígida hierarquia social do Antigo Regime. Desse modo, pertencer à casta bengala, ser cafre, negro, mulato, pardo, mameluco, trigueiro, significou, não raro, estar numa posição subalterna, o que parece demonstrar, enfatizamos, que cor e hierarquizações não foram elementos dissociados.

Numa perspectiva comparativa, as relações sodomíticas desses sacerdotes foram interétnicas, “confundindo-se, neste último plano, com a opressão a negros, índios e mestiços, característica do colonialismo”²⁶, universo complexo onde a violência tampouco esteve ausente. Foram relações, marcadas, sobretudo, pela assimetria, pelas relações sexuais forçadas com indivíduos subalternos na hierarquia social, e que, muitas vezes, contaram com a presença fundamental do dinheiro, e presentes e, até mesmo, de comida. Embora sejamos conscientes da importância de análise de outros aspectos, a exemplo das interações culturais entre sacerdotes e esses “parceiros” de diferentes grupos étnicos, é importante salientar que os intercursos sexuais ocorridos na metrópole não parecem ter se diferenciado dos que tiveram lugar nos distintos pontos do império português.

É nesse sentido que, a nosso ver, a perspectiva do historiador português Joaquim Ramos de Carvalho²⁷, exposta no artigo *As Sexualidades*, publicado, em 2011, precisa ser melhor avaliada. Carvalho admite a escassa informação sobre a prática da sodomia no Portugal Moderno e assinala que apesar dos processos inquisitoriais, sabe-se muito pouco sobre a “homossexualidade desta altura, excepto que existia e que tinha seguramente maior expressão fora da metrópole, como outros comportamentos

²⁶ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados. Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 171.

²⁷ CARVALHO, Joaquim Ramos de. *As sexualidades*. In: MATTOSO, José (Dir.); MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Coord.). *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 128 (grifo nosso).

sexuais suportados pela exploração da ascendência social, que a abundância de escravos amplificava”. A conclusão de Carvalho corre o risco de ratificar estereótipos e o autor parece assumir a perspectiva de que o “somítigo” é o “outro”, na metrópole praticamente não havia sodomitas e, muito menos, a exploração de grupos sociais não abastados. Não cremos que as fontes apontem para essa direção. Acaso não existia a “exploração da ascendência social” nas metrópoles ibéricas, mais especificamente no Portugal do Antigo Regime? No processo de Padre Vicente Nogueira, por exemplo, é patente que, ainda que nem todos os seus parceiros tenham sido pessoas “sem qualidade”, a grande maioria de suas relações foi assimétrica e, como mostramos, envolveu indivíduos de outros grupos étnicos. Vale lembrar um ditado comum no Reino, que, apesar de não se referir a pessoas “de cor”, dizia que “não [havia] galinha que não [pusse] ovos, nem criados que não fossem para cometer sodomia: este é o serviço que deles se queria”²⁸, deixando clara a exploração de grupos sociais subalternos e desfavorecidos dentro da sociedade portuguesa daqueles tempos²⁹.

²⁸ MOTT, Luiz. *Pagode Português: a subcultura gay em Portugal nos tempos da Inquisição*. Mensagem recebida por <veronicagomes_07@yahoo.com.br> em 11 de jul. de 2007.

²⁹ Assinalamos ainda o caso do criado trigueiro Manoel da Costa, homem muito pobre, natural de Lisboa, que se envolveu sexualmente com alguns frades no século XVII. ANTT, IL, Proc. 10340.

PARTE 5: História Contemporânea

Capítulo 30: “DA UNIVERSIDADE ‘MODERNIZADA’ À UNIVERSIDADE DISCIPLINADA”: NOTAS DE UM TRABALHO SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.

Alan Dutra Cardoso *

Esse trabalho é fruto de uma primeira reflexão ao redor das questões relativas ao Ensino Superior no Brasil e, de maneira mais explícita, sobre as propostas reformadoras do *Plano Atcon* e das contidas no *Relatório da Comissão Meira Mattos* e sua ligação, no plano ideológico, com a *Teoria do Capital Humano*, objeto de análise do pedagogo Gaudêncio Frigotto. Em suma, concentra um esforço em analisar a maneira pela qual se pensou, por parte de setores da classe dominante, as políticas educativas para as Universidades do Brasil na segunda metade do século XX, assim como essas foram se transformando e, aquelas, implantadas na sociedade brasileira a partir desse período.

Atcon e Meira Mattos: contextos, propostas e objetivos e sua relação com a lógica do Capital.

A fim de produzir uma reflexão mais contundente sobre a relação entre propostas reformadoras e a *Teoria do Capital Humano*, se faz necessário contextualizar e propor indagações acerca desses projetos de educação, assim como de suas características e proposições.

Destacar o pensamento de Fávero sobre a análise dos fenômenos educacionais é essencial, pois ao comungar com o pensamento da autora, defendemos uma perspectiva de análise contextual ampla. Nesse sentido, a definição histórica da educação deve ser enquadrada dentro de uma investigação mais profunda, correlacionada com o estudo da própria sociedade capitalista, configurada pela *luta de classes*.

A partir desse pressuposto, é mister compreender que as proposições reformadoras de Atcon e Meira Mattos estão inseridas dentro do *processo de consolidação hegemônica*¹ da classe dominante brasileira, ampliada nas ações do

* Aluno do curso de Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense. Texto originalmente produzido para disciplina monográfica no ano de 2013, supervisionado pela Profa. Doutoranda Ludmila Gama. Membro do INCT/Rede Proprietas sob orientação da Profa. Dra. Márcia Motta. E-mail: alandutra@id.uff.br.

governo militar. Entretanto, cabe ressaltar a existência de um “pólo contra-hegemônico” no seio universitário, cuja atuação fomentou, ainda mais, a já defendida “reforma das consciências e dos métodos de conhecimento”², materializada na *Reforma Universitária de 1969*, atribuindo à Universidade o papel formar mão-de-obra para o mercado.

Atcon: uma suposta neutralidade

O Plano Atcon foi proposto pelo americano Rodolph Atcon³, no segundo semestre de 1965, através do convite realizado pela Diretoria de Ensino Superior do, então, Ministério da Educação e Cultura. Tinha por proposta a transformação das Universidades brasileiras, através de reformas específicas, baseadas nos padrões norte-americanos de “racionalidade institucional”⁴. Soma-se a isso a sua defesa irrestrita a “neutralidade política” universitária, intrinsecamente associada ao desenvolvimento econômico do país. Nesse sentido, caberia ao Estado brasileiro o dever de realizar tais reformas, cujo objetivo era a modernização e adequação das instituições ao novo momento político e econômico do Brasil.



Figura 01 – Jornal *Correio da Manhã* traz análise sobre a divulgação do relatório produzido pelo Prof. Meira Mattos e demonstra como o debate sobre o assunto fazia parte do cotidiano do país na década de 1960. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁵.

¹ FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo, Cortez, 1991, p. 14

² Idem, p. 15

³ Rodolph Atcon se graduou, no final da década de 1940, na Amherst College. Foi assessor da UNESCO entre os anos 1950 e 1970, cuja principal tarefa foi pensar medidas reformadoras para as Universidades latinoamericanas. Ao decorrer dos textos verificaremos que muitos de seus pressupostos foram implantados, de fato, no Brasil.

⁴ Idem, p. 19

⁵

Disponível

em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Atcon&pasta=ano%20196>. Acesso em set. 2015.

Dentre as mais diversas proposições estão àquelas relacionadas a um de seus trabalhos, o *The Latin American University*. Nesse trabalho encontramos uma série de “recomendações” que estariam na órbita do modelo de educação por ele idealizado, sendo elas ligadas a questões de *integração, educação superior e Universidade, reforma administrativa e fiscal*.

Analisando-as, podemos levantar uma série de evidências que nos levam a questionar a suposta “neutralidade política” dos espaços de ensino superior, isso porque tais proposições são caracterizadas por eixos que vão ao encontro da lógica capitalista, respondendo a uma determinada concepção de projeto social. De forma geral, esses quatro principais pontos convergem em uma presunção maior, ligada à concepção empresarial a ser implantada nos espaços universitários. A criação dos serviços de consultoria e de uma “CEPAL⁶ educacional” são evidências disso, assim como a redução de investimentos públicos nesse setor, em parte substituídas pela cobrança de taxas de matrículas⁷.

Em um momento de disputa ideológica entorno da Guerra Fria, observa-se claramente a sua concepção de mundo, distanciada dos interesses das classes dominadas e que vão ao encontro dos setores das classes dominantes do país. É necessário destacar que tal projeto é forjado nesse contexto, vindo ao encontro do projeto educacional do regime empresarial- militar.

Não à toa, em muitas entrevistas concedidas aos meios de comunicação, o Prof. Atcon se coloca favorável ao desmonte do serviço público universitário. No *Jornal Correio da Manhã*, de 11 de dezembro de 1966, o “técnico condena política salarial das Universidades” e traz à tona a problemática da falta de recursos para as Instituições

⁶ A CEPAL - sigla para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - é “uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, (...) criada em 25 de fevereiro de 1948, para contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina e reforçar as relações econômicas dos países da Região, entre si e com as demais nações do mundo.” Disponível em <<http://www.cepal.org/ps34/noticias/paginas/3/47203/hojainformativa-CEPAL-pt.pdf>>. Acesso set. 2015.

⁷ Fontes jornalísticas, como as do *Jornal Correio da Manhã*, demonstram o quanto essa política foi rechaçada pelo corpo estudantil. Durante os anos 1960 houveram várias manifestações contra o Plano Atcon e a cobrança de mensalidades e anuidades em instituições públicas de ensino. Tais notícias podem ser consultadas no fundo documental sobre Atcon, disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Atcon&pasta=ano%20196>. Acesso em set. 2015.

de ensino superior. Entretanto, aproveita o ensejo para indagar que “por essa razão, a primeira, primeiríssima, tarefa de reformulação universitária do Brasil, tem que ser desvincular seu pessoal docente e administrativo do serviço público⁸”, definindo assim a sua visão de autonomia universitária.

CORREIO DA MANHÃ, Domingo, 11 de dezembro de 1966

CATALANO ELOGIA REPORTAGENS DO CM SOBRE COPACABANA

O administrador regional de Copacabana, sr. João Catalano, disse ontem, a propósito da série de reportagens sobre o bairro, publicadas pelo CORREIO DA MANHÃ, estar disposto a colaborar para que «os artigos editados em livro, em virtude de considerá-los «uma das colaborações mais construtivas que a imprensa carioca há prestado ao povo de Copacabana».

Admitindo ainda a sr. Jo. Catalano, desculpando o entusiasmo com o trabalho realizado pelas reportagens de COBREDO, que se limitam a registrar os fatos, sem fazer julgamentos, que a imprensa carioca há prestado ao povo de Copacabana, disse que se sente honrado por ter sido escolhido para escrever a introdução da obra, que será lançada em breve.

«A obra, disse, contém informações valiosas sobre a história do bairro, que são de grande interesse para os copacabaneiros e para os visitantes que se interessam por conhecer a história de Copacabana, bem como os aspectos físicos, sociais e econômicos do bairro».

«A obra, disse, contém informações valiosas sobre a história do bairro, que são de grande interesse para os copacabaneiros e para os visitantes que se interessam por conhecer a história de Copacabana, bem como os aspectos físicos, sociais e econômicos do bairro».

«A obra, disse, contém informações valiosas sobre a história do bairro, que são de grande interesse para os copacabaneiros e para os visitantes que se interessam por conhecer a história de Copacabana, bem como os aspectos físicos, sociais e econômicos do bairro».



Gatto revela qual é o melhor cão

O gato revelou qual é o melhor cão. Segundo o autor, o gato é mais inteligente e mais fiel do que o cão. O gato também é mais independente e mais curioso.

Quando um gato e um cão estão juntos, o gato sempre vence. O gato é mais rápido e mais ágil. O gato também é mais silencioso e mais furtivo. O gato é um animal muito inteligente e muito curioso.

«A obra, disse, contém informações valiosas sobre a história do bairro, que são de grande interesse para os copacabaneiros e para os visitantes que se interessam por conhecer a história de Copacabana, bem como os aspectos físicos, sociais e econômicos do bairro».

TÉCNICO CONDENA POLÍTICA SALARIAL NAS UNIVERSIDADES

O professor Rudolf Altem, em sua relação sobre o ensino universitário brasileiro, qualifica a atual política salarial de política e monopólio de lucro.

«O professor Rudolf Altem, em sua relação sobre o ensino universitário brasileiro, qualifica a atual política salarial de política e monopólio de lucro. Ele afirma que a política salarial atual é uma política de privilégio e de monopólio de lucro, que beneficia apenas uma pequena parcela da população.

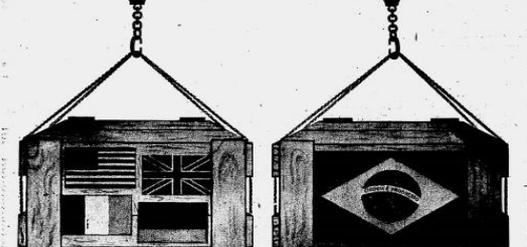
«A obra, disse, contém informações valiosas sobre a história do bairro, que são de grande interesse para os copacabaneiros e para os visitantes que se interessam por conhecer a história de Copacabana, bem como os aspectos físicos, sociais e econômicos do bairro».

Mesas do futuro Congresso

As mesas do futuro Congresso serão montadas em um local adequado para receber os membros do Congresso.

«As mesas do futuro Congresso serão montadas em um local adequado para receber os membros do Congresso. O local será escolhido de acordo com as necessidades do Congresso.

«A obra, disse, contém informações valiosas sobre a história do bairro, que são de grande interesse para os copacabaneiros e para os visitantes que se interessam por conhecer a história de Copacabana, bem como os aspectos físicos, sociais e econômicos do bairro».



CÂMBIO um serviço a mais

O Banco Nacional do Oeste S.A. tem o prazer de comunicar aos seus clientes e amigos a instalação de sua Carteira de Câmbio, modernamente aparelhada para oferecer os novos serviços especializados, com a melhor técnica:

- ★ Transferências e ordens de pagamento por carta aérea ou telegrama
- ★ Créditos de Importação e Exportação
- ★ Compravendas documentárias
- ★ Câmbio de Moedas - Financiamentos
- ★ Serviço de "traveller's" cheques
- ★ E os demais serviços oferecidos por uma Carteira de Câmbio.

AGORA EM 5 ESTADOS
MINAS - GUANABARA - SÃO PAULO - BAHIA - FERNAMBURGO

BANCO NINEIRO DO OESTE S.A.
bancários para servir

PLANEJAMENTO

O plano de trabalho para o ano de 1967 será elaborado de acordo com as necessidades do país.

«O plano de trabalho para o ano de 1967 será elaborado de acordo com as necessidades do país. O plano será elaborado de acordo com as necessidades do país e será apresentado ao Congresso.

GENERALIZAÇÃO

A generalização dos serviços será feita de acordo com as necessidades do país.

«A generalização dos serviços será feita de acordo com as necessidades do país. A generalização será feita de acordo com as necessidades do país e será apresentada ao Congresso.

DR. MOISES FISCH

Dr. Moises Fisch é um médico renomado que atua na área de cardiologia.

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

Auxiliar de escritório para trabalhar em uma empresa de serviços.

ALL RIGHT

«All Right» é uma expressão que significa tudo certo.

Journalista

Journalista especializado em notícias locais.

Correio da Manhã

«Correio da Manhã» é um jornal diário que fornece notícias e informações.

NOVOS APARELHOS

«Novos Aparelhos» são equipamentos modernos para uso em laboratório.

UNESCO

«UNESCO» é uma organização internacional que promove a educação e a cultura.

Correio da Manhã

«Correio da Manhã» é um jornal diário que fornece notícias e informações.

DR. MOISES FISCH

Dr. Moises Fisch é um médico renomado que atua na área de cardiologia.

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

Auxiliar de escritório para trabalhar em uma empresa de serviços.

Para o norte-americano, fugir do modelo público é fator essencial para a modernização e liberdade da Universidade, a partir da “transformação da universidade estatal em fundação privada”¹⁰. Neste caso, podemos destacar que tal processo traria benefícios à classe dirigente, aos setores empresariais ligados às novas “tecnologias”

⁸ Jornal Correio da Manhã, 11 de dezembro de 1966, p. 2.
⁹ Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Atcon&pasta=ano%20196. Acesso em set. 2015.
¹⁰ ATCON, 1963, pp. 144-54 apud FÁVERO, Op. cit, p. 22.

educacionais – como os “prestadores de consultoria”, por exemplo –, assim como ao próprio governo, que se beneficiaria da desobrigação financeira com a Educação Superior.

Meira Mattos: a grande ofensiva a organização da Educação Superior Pública

Assim como o *Plano Atcon*, a Comissão organizada pelo decreto do Presidente Costa e Silva, em setembro de 1967, presidida pelo Coronel Meira Mattos, pretendia elaborar uma série de proposições em relação às Universidades brasileiras no que tange a projetos reformadores. Contudo, segundo Fávero, a mesma foi fruto de pressões das movimentações estudantis da época contra a *Lei Suplicy*, que decretava a extinção das entidades estudantis, assim como o descontentamento com o governo militar, que se tornava cada vez mais repressivo¹¹.

Em relação às diferentes questões apontadas ao final do trabalho da Comissão, três vertentes de análise podem ser elencadas, sendo as duas primeiras: 1) O movimento estudantil – associado às problemáticas do Restaurante *Calabouço* e as crescentes manifestações estudantis; 2) Questões administrativas – os vestibulandos excedentes e a priorização dos cursos “que fossem prioritários ao desenvolvimento do país”¹², a burocracia do MEC e Conselho Federal de Educação e a *Crise de autoridade*, ligadas a quebra de autonomia universitária.



Figura 03 [fragmento] – Jornal *Correio da Manhã* expõe o debate sobre a autonomia das Universidades, cuja ameaça rondava as instituições junto à implantação da Reforma Universitária em curso. O texto demonstra que o debate era acalorado, assim como as mobilizações docentes e discentes pelo país. Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹³.

¹¹ FÁVERO, *Op. cit.*, p. 35

¹² Idem, p. 41

¹³

Disponível

em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Atcon&pasta=ano%20196>. Acesso em set. 2015.

Entender a terceira vertente – Questões econômicas e financeiras – é essencial para a compreensão do que esse trabalho objetiva. Tal Comissão, semelhante ao que fora proposto por Atcon, propunha diretrizes de cunho empresarial para a configuração das Universidades no Brasil, sob a égide da concepção de educação como fomento do desenvolvimento econômico do país. Dessa maneira, cria diretrizes no que concerne o *financiamento* da Educação Superior, seja sobre sua aplicação, origens e destinos.

Atrelado a esse aspecto está à questão salarial dos docentes. Por serem baixos, não permitiam a dedicação exclusiva do professor, acarretando perdas para a qualidade do ensino e pesquisa universitária. Ao contrário do que pleiteiam, até hoje, os movimentos combativos da educação pública, foi colocado pela Comissão à necessidade de se conjugar *salário e produtividade*. É instituída a lógica meritocrática, isentando o governo de suas responsabilidades fiscais para com a valorização do profissional e jogando nas costas do profissional a responsabilidade por seus vencimentos.

Relacionando desperdício de recursos à baixa produtividade do sistema de ensino, propunham a supressão da gratuidade do ensino superior no Brasil, assim como a criação de um Banco Nacional da Educação, através das parcerias público-privadas. Verifica-se, nesse caso, o avanço da lógica privatista para os setores essenciais do Estado, privilegiando o setor privado e a classe dominante no Brasil, em detrimento ao público e gratuito. A retirada da gratuidade dos serviços mantidos com dinheiro da população é vista como algo benéfico pelos propositores, mas não por setores mais combativos dentro das Universidades e movimentos sociais.

É evidente que as movimentações e proposições realizadas pela *Comissão Meira Mattos* vão ao encontro de um modelo de Reforma Universitária que não está ligada às reivindicações dos movimentos sociais da educação e da própria sociedade. Observa-se claramente que se tem por objetivo retirar do governo as responsabilidades econômicas das instituições. Contrariamente, o controle político e social destes espaços se tornaria mais centralizados e estariam sob a égide do governo central.

Propostas reformadoras no Brasil e Teoria do Capital Humano: dois pensamentos contemporâneos com semelhantes proposições.

A partir dos objetivos traçados para este trabalho, buscaremos mostrar neste segundo momento o contexto histórico de ascensão da Teoria do Capital Humano, assim como sua definição e de que maneira ela se aproximaria dos modelos educacionais fomentados por Atcon e Meira Mattos para a Universidade no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970.

Cabe destacar que tal proposição é uma reflexão pontual nascida durante a escolha do tema para pesquisa, tendo, por conseguinte, algumas limitações. Em tempo, deve-se ficar claro que tal aproximação se dá no campo *ideológico* e da afinidade de ambas com o capital e não de uma correlação concreta ou influência direta. Em suma, se pretende verificar como a *essência* de ambas proposições se aproximam – a partir da concepção da educação como fomento de desenvolvimento econômico – e não inferir sobre o desdobramento da Teoria do Capital Humano sob as propostas reformadoras no Brasil

Educação como fomento do capital: marcas que surgem a partir da segunda metade do século XX.

A segunda metade do século XX, dentro da análise nacional e internacional, foi marcada por intensas mudanças. O pós- segunda guerra mundial viu um momento de *ouro* do capital, assim como a sua posterior derrocada. É dentro desse quadro de mudanças substanciais no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo que se deu – e se dá, ate hoje – discussões ao redor das políticas para a classe trabalhadora no Brasil e em vários países.

O papel e o significado da educação não ficaram de fora destas intensas discussões. Como já mencionado, a concepção sobre educação superior no Brasil passa por uma grande transformação e sua função social se modifica. Se antes ela se caracterizava por um processo de reflexão e de uma formação “mais completa” do egresso¹⁴, se verifica, a partir deste período, a necessidade de associá-la a formação

¹⁴ Essa questão também pode ser problematizada, visto que o atual modelo de educação sempre esteve a serviço do capital e da reprodução da classe dominante. Contudo, o espaço apropriado para tal não é este.

de mão-de-obra, jogando sobre suas costas a responsabilidade de levar o país ao desenvolvimento econômico e social.

Fundamentada na lógica da naturalidade do homem e, por conseguinte, na necessidade da desigualdade, a Teoria do Capital Humana ganha força no Brasil na década de 1970 e 1980. A necessidade de um Estado Mínimo entra no cenário das discussões das grandes potências capitalistas, e junto com ele, os ataques aos direitos dos trabalhadores.

Dentro deste quadro não se pode fazer a separação entre o que é econômico ou político. As posições tomadas pelas Nações capitalistas evidenciam uma nova forma de se gerir a economia mediante crise, até mesmo pelo aprendizado pós Grande Depressão de 1929. O capital sai da zona de defesa para a do ataque.

A Teoria do Capital Humano: contextualização e configurações.

Como proposto por Gaudêncio Frigotto, em sua tese de doutorado¹⁵, pode-se conceituar a *Teoria do Capital Humano* a partir de pontos de vistas macro e microeconômicos. Desta maneira, faz-se necessário destacar a proposta do autor na tentativa de problematizar tal teoria.

Ao explorar o conceito de *capital humano*, fruto de uma visão que atrela desenvolvimento econômico e educação, o autor afirma que o mesmo “*busca traduzir o montante de investimentos que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros*”, que possui características próprias se associadas às questões macro ou micro econômicas¹⁶. Essa reflexão tem por alicerce o pensamento de T. Schultz, um dos pioneiros da divulgação de tal teoria. Seus famosos trabalhos datam de fins da década de 1950 e 1960, sendo uma das mais importantes – *O valor econômico da educação*, edição brasileira – datada de 1962, assim como *O Capital Humano*, de 1973.

A partir de análises contundentes, Gaudêncio aborda a questão central da teoria, através da relação existente entre Capital e Trabalho. Neste sentido a educação

¹⁵ FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Produtividade da Escola Improdutiva* (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). 1983.

¹⁶ Para aprofundar essa reflexão, ver FRIGOTTO, 2001, p. 41

seria o principal capital humano, caracterizada como produtora e potenciadora do trabalho e, se observado dessa maneira, “*é um investimento como qualquer outro*”¹⁷.

Embora as teses centrais da teoria façam menção a um período posterior à década de 1960, podemos verificar que seus pilares norte-americanos nos retratam a década de 1950. Neste sentido, é razoável supor que vertentes da teoria, assim como suas balizes principais, tenham sido objetos de intensos debates nas esferas econômicas e educacionais para além dos EUA.

Considerações finais

Ao analisar os objetos deste trabalho, verificamos como proposições da Teoria do Capital Humano as permeiam e são associáveis ao campo político e ideológico. Como observado nas páginas iniciais, às proposições de *Atcon* e da *Comissão Meira Mattos* tomam como base a concepção privatista da educação, fruto da ofensiva do capital e da sua adequação ao novo momento econômico no globo. A retirada do caráter público das Universidades e a concretização da meritocracia são diretamente associáveis a essência da teoria estudada por Frigotto.

Soma-se a esses entendimentos a máxima de que o fomento da educação trás, conseqüentemente, avanço econômico e tecnológico para o país. Pela perspectiva capitalista, como verificado, isso se daria através da iniciativa privada, mas com dinheiro público. Caracterizar-se-ia pelo fim da autonomia social e financeira da Universidade, através da imposição centralizada do governo ditatorial. Em suma, se dá através do desmonte estatal universitário e de seu papel social, assim como do objetivo fundamental da educação crítica e emancipadora.

Através desta pequena reflexão, se inicia a possibilidade de um estudo mais aprofundado das relações entre economia e educação, como proposto na segunda parte deste trabalho.

¹⁷ FRIGOTTO, 2001, p. 40

Capítulo 31: LUGARES DE MEMÓRIA: CENÁRIOS DE DISPUTAS DE HISTÓRIA E IDENTIDADE: O MUSEU AFRO BRASIL E O SEU PAPEL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Ana Carla Hansen da Fonseca*

Ao caminhar e fazer a sua história, o homem, através de suas ações e sua vida em sociedade, lida de diversas maneiras com o passado, ora buscando rompimentos, ora valorizando o passado como “mestre da vida” para o presente ou se angustiando pela possibilidade de perda de suas referências. Koselleck¹ celebrenemente nos demonstrou algumas das possíveis formas nas quais a sociedade se relacionou com sua própria história ao longo dos séculos, relações que hoje conhecemos como Regimes de Historicidade.

Não é o objetivo, aqui, explicitar os pormenores destes regimes, mas, sim, compreender que ao longo da história da humanidade, a própria história é sentida, pensada e preservada de diferentes maneiras e sob diferentes aspectos.

Entre as diversas formas de preservação do passado, a constituição da memória se faz imprescindível, também, para o entendimento do que já se foi. Logo, vemos que o acesso ao passado não se faz apenas pela historiografia e a investigação trabalhada de fontes, mas também através da memória,

“um substrato, repositório dos produtos de nosso tempo que sobrevivem no passado, porque ocupa e preenche todos os lugares. [...] Confere um sentido de permanência e de unidade no tempo, de identidade a grupos específicos ou á sociedade como um todo”.²

Isto é, a memória, enquanto herança viva³ daquilo experimentado por determinado grupo, tem como função ser o amálgama da própria história, criando identidade.

*Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pesquisa financiada pela CAPES.

¹ Sobre os Regimes de Historicidade ver: KOSELLECK, Reinhart. *Future Past: On the semantics of historical time*. Columbia University Press, 1985.

² GUARINELLO, Norberto. *Memória Coletiva e história científica*. I Congresso de Ciências Humanas. UFMG, 1993. P. 187 e 188.

³ A distinção entre memória e história é feita por Pierre Nora (1993), para ele, a memória na contemporaneidade, se faz mais viva, por estar no cotidiano da sociedade e esta recorre a ela constantemente. Já a História, é definidora, separa os fatos, petrifica e congela, podendo, às vezes, até

A preocupação em relação à preservação da memória se faz ainda mais recorrente nos dias de hoje, que guardam em si a sensação pós-moderna da efemeridade do tempo acelerado, frutos da era pós-industrial e de pós-guerra que esvazia a certeza da permanência. Em uma sociedade em que tudo é rapidamente substituído ou destruído, o apego ao passado cresce, pois o não reconhecimento deste gera o rompimento do substrato unificador da sociedade mencionado por Guarinello⁴, fazendo com que sejamos “*feitos de esquecimentos*”. Hartog⁵ também analisa essa sensação conceitualizando-a como Presentismo, caracterizado pela dicotomia entre a aceleração do tempo e a própria instabilidade da memória e o atual desejo de preservá-la. O tempo presente é então estendido, com a intenção de que se caiba toda e qualquer memória passada, e justamente pelo medo de que a aceleração do tempo a destrua, valoriza-se sua preservação.

Logo, temos que a conservação das lembranças do passado estão intimamente ligadas com a identidade social de um grupo ou sociedade como um todo. Mantê-la viva e ecoante, permite o reconhecimento de seus membros e a sua preservação. Por meio dos lugares de memória⁶ organiza-se objetos, arquivos, fontes, imagens, datas, celebrações, de modo que permitam a essa sociedade o reconhecimento de um passado comum.

Entre os lugares de memória, as instituições museológicas têm destaque, especialmente após a Revolução Francesa, quando estas ganham o cenário público, celebrando uma nova ordem social de superação e rompimento com o Antigo Regime.

matar a Memória. Guarinello (1993) também afirma existir uma separação entre memória e história, no entanto, acredita que ambas não devem ser hierarquizadas, mas sim valorizadas enquanto possibilidade de acesso ao passado.

⁴ Idem. Ibidem.

⁵ HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. IN: *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol.22., n.36. jul/dez., 2006. pp.261- 273.

⁶ Para Nora, os lugares de memória são onde a memória e história se imbricam e juntas constituem a criação de um passado comum, que nos dá o sentido de identidade: “*Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais*” (NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N° 10, P.13).

A busca por uma identidade que unificasse e homogeneizasse a memória nacional em torno de um fato, passa a ter como principal ferramenta a organização de exposições dentro de museus que visam agora, a instrução pública⁷.

Dentro destes espaços, através da preservação da cultura material e da elaboração de um discurso expográfico, é possível contar e recontar a história de determinada comunidade, seguindo a visão curatorial da instituição. O processo de musealização de determinada cultura material caracteriza-se por atribuir ao objeto, além do valor cultural já intrínseco a este, o valor documental que justifica a sua preservação, *in loco* ou mesmo dentro de uma instituição museológica⁸.

Ou seja, um objeto ao se tornar componente do acervo de um museu, além de ser indício de relações sociais de seu local de origem, transparece também a intenção da curadoria, visto que o objeto foi selecionado devido a um novo valor (de conhecimento) que lhe foi atribuído.

“O termo musealização, por ele se entende a valorização dos objetos. Esta valorização poderá ocorrer com a transferência do objeto de seu contexto para o contexto dos museus”⁹

Desta forma, temos que, muito além de um depósito de peças “velhas”, o museu se transforma em agente na construção da história e da memória. Ou como afirmou Hughes Varine-Bohan “*não podemos esquecer o fato de o museu ser sempre a função e o reflexo da classe social que o cria*”¹⁰, portanto, assim como já foi densamente debatido na historiografia, não é somente a produção de textos e documentos escritos que reflete uma visão de classe, mas considerando que a expografia, como linguagem e conceitos adotados pelo curador, parte da experiência humana, também, implicará na elaboração de uma versão de História a ser preservada.

⁷ Previamente ao século XIX, a preservação de obras do passado se dava através do “coleccionismo”, coleções particulares que visavam a rememoração do passado como sendo este o “mestre da vida”, capaz de ensinar o presente e determinar o futuro, análise que faz com a relação do historiador Koselleck.

⁸ CURY, Marília Xavier. *Exposição. Concepção, Montagem e Avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

⁹ Idem. *Ibidem*. p.24

¹⁰ *Apud* SOUZA, Marcelo de Salette. *A configuração da curadoria de arte afro-brasileira de Emanuel Araújo*. 2010, 256f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de Interunidades em Estética e História da Arte. USP, São Paulo, 2010. P.46.

Os museus etnográficos, comuns no século XIX, não só refletem como contribuem para a disseminação da visão racista valorizada na época¹¹. Através de uma expografia que torna a exposição da cultura material hierarquizada e linear, de maneira que os povos não ocidentais fossem representados como os exemplares da primitividade da humanidade considerando uma visão evolucionista da mesma, a curadoria dos museus etnográficos contribui para a afirmação da superioridade europeia com relação aos outros povos, justificando o processo de neocolonização ocorridos em África, por exemplo. Luis Aramis¹² faz um estudo interessante que demonstra como indígenas da Aldeia Bororo eram representados por meio das exposições missionárias salesianas, realizadas no Vaticano. A representação exótica que se fazia de tal comunidade, através de objetos ritualísticos, máscaras, ferramentas descontextualizados de seu ambiente e cultura de origem e recontextualizados, seguindo uma lógica propagandista das missões, tornam-se boas ferramentas para justificar a “necessidade” de civilizar o Novo Mundo e permitir a estes povos “sua evolução”, cuja contribuição da Igreja Católica não poderia ser descartada.

Marcelo Salete¹³ também aponta como a arte africana foi tratada nos espaços museológicos ao longo do século XIX. O autor, ao indicar o estudo de Sally Price (2000 *apud* Salete, 2009)¹⁴, demonstra como muitas vezes a arte não ocidental era levada aos museus, não para dividir o mesmo status artístico fornecido às ocidentais, mas muitas vezes as obras de arte eram consideradas apenas representações de um uso social específico cuja autoria individual lhe era negada. Isto é, a coleta e apresentação de tais obras em exposição nos museus etnográficos tinham mais o intuito de estudo científico das sociedades tidas como “primitivas” do que sua apreciação como arte e,

¹¹ O Darwinismo Social, a constituição da História a partir da escrita, estão entre algumas das razões comuns no século XIX para a discriminação de povos não europeus.

¹² ARAMIS, Luis Mapa de Viagem de uma Coleção Etnográfica: A Aldeia Bororo nos Museus Salesianos e o Museu Salesiano na Aldeia Bororo. 2011.360 f. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP, São Paulo.

¹³ SOUZA, Marcelo de Salete. A configuração da curadoria de arte afro-brasileira de Emanuel Araújo. 2010, 256f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de Interunidades em Estética e História da Arte. USP, São Paulo, 2010.

¹⁴ *Apud* SOUZA, Marcelo de Salete. A configuração da curadoria de arte afro-brasileira de Emanuel Araújo. 2010, 256f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de Interunidades em Estética e História da Arte. USP, São Paulo, 2010.

com isso, melhor entendimento e dominação das sociedades ali representadas, ainda que não possamos desprezar o conhecimento advindo dos estudos etnológicos.

No Brasil, especificamente, durante o século XIX e início do XX, os museus também tiveram importantíssimo papel na formulação e disseminação da memória nacional.

O Museu Histórico Nacional (MHN), fundado em 1922, no Rio de Janeiro por ocasião do centenário da Independência, por exemplo, foi organizado por Gustavo Dotz Barroso e tinha como proposta, segundo as palavras de Bittencourt, *um monumento ao Estado Nacional [recém-criado], “mas um monumento que o celebrasse como uma ordem vitoriosa, subjugando adversários externos e internos, se e quando aparecessem”*¹⁵.

As diversas revoltas ocorridas após a Proclamação da República contestavam o caráter efetivo da república recém-implementada, desta forma, o MHN assumiu, portanto, a função “civilizadora” e “ordenadora” de uma sociedade em crise, em que a própria homogeneidade da nação juntamente com seu caráter pacífico eram questionados. Logo, sua função era bem clara: agir como instrumento de instrução pública, valorizando, assim, a nação como fator aglutinador e pacificador de todos estes conflitos e diferenças.

Para garantir este objetivo, o discurso expositivo do museu constitui-se a partir da valorização dos chamados grandes heróis, governantes, imperadores, e especialmente, militares, que teriam sido, nessa visão, fundamentais para o ordenamento social, caracterizando uma maneira positivista de contar a História, que fazia forte apologia ao Império Brasileiro, já ultrapassado pela República.

O povo, por sua vez, permaneceu ausente do discurso expositivo do MHN, aparecendo somente quando este representava ameaça ao Estado Imperial. Logo, vemos que o período imperial é mostrado como grande exemplo da ordem social e política nacional, constituindo uma memória em que as massas se encontram ausentes.

¹⁵ BITTENCOURT, José. *Cada coisa em seu lugar. Ensaio de interpretação do discurso de um museu de história*. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. Ed. Unesp/Museu Paulista, 2005 p. 57.

Ao considerarmos o Museu Paulista pensado por Taunay, também membro do IHGB e IHGSP (o que influenciará muito na maneira com que ele pensará o acervo), havia também a preocupação de valorização de um Estado Nacional coeso e homogêneo, livre de conflitos. No entanto, buscava-se valorizar uma maior participação dos paulistas, estes representados pelos bandeirantes, considerados os grandes responsáveis pela unidade nacional, sua grandiosidade e glória e não pelo povo¹⁶. Portanto, desta maneira, verificamos que a preocupação de Taunay não estava em valorizar o Império, que já havia sido superado pela República, mas sim em valorizar os feitos dos bandeirantes e da Independência (acontecida em solo paulista). Ao identificarmos as principais obras e objetos presentes na exposição, verificamos que o povo era, muitas vezes, tratado apenas como alegoria para a valorização dos feitos dos bandeirantes.

Destacamos aqui alguns exemplos de museus que, através da expografia adotada, foram responsáveis não só pela recepção das demandas dos grupos que o dirigiam, mas também pela disseminação de uma memória nacional homogeneizante, que pretendia contemplar todos os membros da nação, ainda que excluíssem indígenas e negros, provocando-lhes orgulho de pertencimento a uma história nacional vitoriosa e permitindo a constituição do substrato unificador daquela sociedade.

No entanto, essa memória parcial não seria por tanto tempo “unânime”. A constatação de que a massa de trabalhadores, negros e negras, indígenas não era representada e não tinha seu espaço em lugares de memórias oficiais, como é o caso dos museus apresentados, iria gerar um movimento de contestação e reformulação da memória nacional de maneira que estes pudessem, dessa vez, serem contemplados.

É nesse contexto de constatação da desigualdade com relação ao reconhecimento de memória de diferentes grupos e da sensação de necessidade de preservação, que surge o Museu Afro Brasil, em 2004.

¹⁶ BREFE, Ana Claudia. *História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v. 10/11. p. 79-103 (2002-2003).

O Museu Afro Brasil¹⁷ coloca-se como grande exemplar de mais um elemento que agora se insere na disputa da confecção da trama histórica e da memória nacional e que traz à tona questões e grupos, cuja gana por buscar uma coesão nacional forjada ao longo do XIX e início do XX obscureceu ou tratou de modo romanceado, sem apresentar realmente as desigualdades históricas que diversos grupos sociais sofreram, seja do ponto de vista historiográfico, seja do ponto de vista museológico ou do cotidiano em si.

O Museu Afro Brasil, fundado em 2004, expressa prioritariamente as questões de seu presente criador - como qualquer outro museu. Neste caso, através da análise do acervo permanente como fonte, temos uma expografia que contrapõe de um lado o discurso emocionado e traumático de um passado baseado na escravidão e que ainda modela as desigualdades de hoje e, de outro, a superação do negro através de sua capacidade criativa de realizar os mais diversos trabalhos. Isto é, diante da desigualdade que ainda hoje subjuga o negro, temos a afirmação deste como sujeito histórico. O visitante passa a participar de um discurso de militância que permite que ele valorize o negro, mas não se esqueça da desigualdade oriunda do processo escravocrata que permanece em sua memória, após visitar o setor da exposição denominado “História e Trabalho”¹⁸.

É importante frisar, como a concepção de África, no início da visita ao museu, se configura de forma múltipla, antropológica e artística e ao passar pelo setor que trata da escravidão, as referências a essa multiplicidade cultural passam a diminuir. Isto porque a experiência de exploração destes povos diversos os une, segundo o discurso museológico do espaço, promovendo uma “identidade negra”, uma

¹⁷ A autora desse texto fez uma pesquisa de cunho monográfico sobre o tema:

FONSECA, Ana. Museu Afro Brasil e o Conceito de África presente em seu discurso expositivo. Guarulhos, UNIFESP, 2013.

¹⁸ Na sala denominada “Navio Negreiro” deste setor encontramos diversos artefatos relacionados à escravidão, como correntes, algemas, instrumentos de tortura, além da réplica de um navio negreiro. A sala, com baixa iluminação e cânticos africanos ao fundo, contribui para a criação de uma atmosfera pesada, que tem com intuito o compartilhamento da experiência traumática da escravidão. Esta sala se localiza, seguindo o Roteiro de Visita do espaço, entre o setor “África: Diversidade e Permanências”, que versa sobre as múltiplas etnias africanas e seus modos de vida, e o setor “As Religiões Afro-Brasileiras”. Após a passagem desses dois primeiros setores, a visita à sala mencionada torna-se inevitável, pois com ela se inicia o setor “História e Trabalho”, em que será verificado o trabalho do negro, através da escravidão, em diversos ramos de trabalho e momentos da história do Brasil. Finalizando esse setor, inicia-se o denominado “História e Memória”, em que são relembradas importantes figuras negras, como escritores, bailarinos, atores, jornalistas, políticos, etc., e finaliza-se com a passagem na seção “A Mão Afro-Brasileira”, que mostra obras de diversos artistas negros contemporâneos, focando a habilidade dos negros também no setor artístico.

solidariedade racial que se origina entre os seus membros pela ideia de serem todos descendentes de uma mesma “terra-mãe”, e ao terem sido expurgados desta, precisam se unificar em torno da questão racial para superar a condição social que lhes foi imposta. É clara a interferência do discurso do Movimento Negritude¹⁹ na concepção da expografia e exposição, ao buscar o máximo de artefatos que valorizem a cultura material e a participação dos negros na sociedade brasileira, seja do ponto de vista do trabalho, seja pela arte. Isto se deve à influência do curador Emanuel Araujo na elaboração e significação do espaço, que ao longo de sua carreira manteve estreito contato com pensadores importantes do movimento negro, especialmente ao viver nos Estados Unidos, em 1988, o que contribuiu para sua atenção ao tema. Vale lembrar, que o próprio curador participa da política de aquisição de acervo e ele mesmo doou cerca de 2000 peças ao espaço, o que imprimi um caráter intensamente pessoal ao trabalho apresentado.

O MAB surge com o intuito de promover uma nova história com novos personagens, ou segundo palavras do próprio curador Emanuel Araújo:

*“[...] a desconstrução de estereótipos, de imagens deturpadas e expressões ambíguas sobre personagens e fatos históricos relativos ao negro, fazendo pairar sobre eles obscuras lendas que um imaginário perverso ainda hoje inspira, e que agem silenciosamente sobre nossas cabeças, como uma guilhotina prestes a entrar em ação, a cada vez que se vislumbra alguma conquista que represente mudança ou reconhecimento da verdadeira contribuição do negro à cultura brasileira. [...] O Museu Afro Brasil pretende ser um museu contemporâneo, em que o negro de hoje possa se reconhecer.”*²⁰

¹⁹ O Movimento Negritude, com forte atuação nas décadas de 20 e 30 do século XX, se trata de uma manifestação cultural e artística, especialmente literária, mas em suas consequências sociais, ocorrida na França, por africanos e martinicanos que se dirigem à Paris em busca de acesso ao ensino superior, e lá, passam a ter acesso à academia e à cultura francesa. Leopold Senghor, Aime Cesaire e Rene Maran percebem que mesmo freqüentando os mesmos ambientes de instrução européia, eram discriminados por sua origem afro-descendente. Desta forma, promovem o Negritude, movimento que busca valorizar as produções artísticas africanas e afro-descendentes ao redor do mundo, arregimentando o que Senghor pontua como “civilização negra universal”, em contraposição à hegemonia européia da padronização dos conceitos artísticos e civilizacionais. Para Domingues (2005), o discurso do Movimento Negritude possui uma face pequena burguesa devido ao fato de ser ocidentalizante e muitas vezes se descolar da realidade imediata vivida pelas massas africanas em seus países, que viviam ainda sob o julgo da colonização, ainda que tenha tido impacto positivo na reformulação da imagem do negro ao redor do mundo, além de seu papel político enquanto questionador da hegemonia européia.

Para saber mais: DOMINGUES, Petronio. Movimento da Negritude: uma breve reconstrução histórica. Mediações – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005

²⁰ ARAUJO, Emanuel. *Museu Afro Brasil - Um Conceito em Perspectiva*. São Paulo, Banco Safra, 2010. P.9.

Reconhecimento. Esta preocupação do curador conversa com as lutas travadas pelo Movimento Negro e Negritude de valorização racial em contraposição à exclusão a que eram submetidos.

Munanga analisa o conceito de “identidade negra” em contraponto a uma identidade coletiva negativa que fora atribuída aos negros pela história, como sempre vítimas e incapazes de contribuição nas sociedades para as quais foram levados, em especial o Brasil.

Para ele, a negritude, ainda que se tome inicialmente como um fator biológico distintivo – a cor da pele – não se trata disso

“Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é, como parece indicar o termo negritude, a cor da pele, mas sim, o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mais do que isso, ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas.”²¹

Desta forma, a construção e o fortalecimento dessa identidade específica de um grupo social se faz necessária, porque se contrapõe e afirma esse grupo, fazendo frente às políticas excludentes perpetradas pelos grupos que já estão “no topo da pirâmide social”²², como os brancos, burgueses, homens, heterossexuais, etc.

Isto é, a afirmação dessa identidade é uma ação política afirmativa, não podendo ser considerada um racismo às avessas, como questiona o título do artigo do autor:

“Muitas de nossas identidades coletivas que se processam pelo discurso têm conteúdo e finalidades políticas, visando as mudanças na sociedade. Neste sentido, a identidade negra que reuniria todos os negros e todas as negras é a identidade política. Nela encontram-se negros e negras de todas as classes sociais, de todas as religiões, de todos os sexos, porque juntos todos são vítimas da discriminação e exclusão raciais.”²³

²¹ MUNANGA, Kabengele. *Negritude e Identidade Negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso?* REVISTA ABPN v. 4, n. 8 • jul.–out. 2012 • p. 13

²² Idem. *Ibidem*. P.13

²³ Idem, *Ibidem*. P. 14.

Para muitos, a preservação da memória pode parecer algo secundário, ou mesmo sem importância; no entanto, quando verificamos a relação desta com a política, isto é, com o reconhecimento político dos grupos até antes renegados pelos grandes museus nacionais ou pela historiografia tradicional, percebemos que preservar suas lembranças é, acima de tudo, preservar a sua voz sobre determinados acontecimentos, o seu reconhecimento como sujeito histórico.

Assim, verificamos que o MAB levanta reflexões a respeito dos negros e seu papel na sociedade atual, permitindo a estes o eco de sua memória e a utilização de lugares de memórias como museus, antes tão excludentes, como visto, a seu favor. Vemos que, na contemporaneidade, estes espaços não são mais apenas monopólios das elites que querem tornar a sua memória universal, mas passam a serem ressignificados e utilizados por grupos com motivos étnicos, gênero, classe, para, na era da memória, não perderem a chance de manter ou mesmo criar seu substrato identitário, fazendo com que, efetivamente, a memória se torne viva e seja capaz de dar voz a outros grupos, não sendo uma, mas múltipla, e significativa para toda a sociedade.

Capítulo 32: HISTÓRIA, GÊNERO E LITERATURA NA SÉRIE PARADIDÁTICA ELES FIZERAM A HISTÓRIA DO BRASIL

André Barbosa Fraga¹

Muitas das pesquisas que versam sobre a história da educação e mais especificamente sobre o ensino de história têm dado atenção ao estudo dos materiais pedagógicos presentes na escola. Dentre esses, o que tem sido alvo de análises frequentes é o livro didático. Como mostra Cristiani Bereta da Silva, a maior parte das pesquisas realizadas sobre livros didáticos de história no Brasil concentra as investigações em torno da forma como os compêndios analisados apresentam, principalmente, determinadas noções sobre “identidade”, “cidadania” e “nação”.² Sendo assim, poucos foram aqueles que procuraram basear seus estudos dos discursos veiculados em um determinado livro didático tendo o gênero³ como uma categoria de análise.⁴ Dentre as exceções encontram-se Vanderlei Machado e Reinaldo Lindolfo Lohn.⁵

Se há um reduzido número de trabalhos que procuraram investigar a produção de diferenças e desigualdades de gênero nos livros didáticos, isso se torna ainda mais evidente quando nos referimos aos livros paradidáticos de história. Um dos objetivos deste artigo, portanto, é dar atenção a estes últimos, material pedagógico que tem sido pouco estudado, mas que foi e continua sendo um

¹ É historiador e professor de História na Educação Básica. Graduado e licenciado pela UFRJ, é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF e, atualmente, doutorando pelo mesmo programa. E-mail: andrebfraga@yahoo.com.br.

² SILVA, Cristiani Bereta da. “Gênero e sexualidade nos livros didáticos de História: algumas questões sobre produções de subjetividades”. In: *Anais do VII Seminário Fazendo Gênero*, 28, 29 e 30 de agosto de 2006. P. 4.

³ Enquanto “sexo” se refere às diferenças biológicas, “gênero” se refere às diferenças construídas socialmente, às representações sociais elaboradas a partir dessas diferenças biológicas entre os sexos. Para Joan Scott, esse conceito enfatiza o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo e ressalta que o importante não é a análise separada de homens e mulheres, mas de sua relação. SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, Jul./Dez. 1995. Pp. 71-99.

⁴ SILVA, Cristiani Bereta da. “Gênero e sexualidade nos livros didáticos de História: algumas questões sobre produções de subjetividades”. In: *Anais do VII Seminário Fazendo Gênero*, 28, 29 e 30 de agosto de 2006. P. 4.

⁵ MACHADO, Vanderlei & LOHN, Reinaldo Lindolfo. “Gênero e imagem: relações de gênero através das imagens dos livros didáticos de História”. In: *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*. Niterói/RJ: Eduff, 2004, v.4, n.2. Pp. 119-134.

instrumento escolar muito importante, que vem servindo e influenciando os alunos desde cedo.

Dessa forma, um dos objetivos deste artigo é o de alertar para a importância dos estudos que se baseiam em livros paradidáticos e apresentar alguns argumentos que busquem incentivar o aumento do volume de trabalhos preocupados com esse tipo de produção. O livro didático, que muitas vezes tem sido apresentado como o instrumento escolar mais importante da sala de aula, não é e não foi o único material de consulta que professores e alunos se valeram no processo de ensino e aprendizagem. Os livros didáticos e paradidáticos fazem parte de uma longa história da escola e do ensino no Brasil. No entanto, ainda que servindo aos mesmos fins pedagógicos e apresentando textos e ilustrações que reproduzem e veiculam representações de gênero, eles não têm exatamente a mesma função. Daí a importância de se estudarem as especificidades dos paradidáticos.⁶

Ambas as produções muitas vezes deixam marcas profundas em seus pequenos leitores. Atento a isso, Marc Ferro afirmou que a imagem que nós temos dos outros povos ou de nós mesmos é associada à história que nos foi contada quando éramos crianças.⁷ Mesmo que a essas imagens outras viessem a se misturar ao longo do tempo, eram as primeiras que permaneceriam constituindo-se em traços marcantes de nossas primeiras curiosidades, desejos e emoções. A partir dessa perspectiva, é impossível ignorar o papel dos livros paradidáticos na construção dessas primeiras imagens a respeito dos mais diversos temas, inclusive sobre a constituição do papel do masculino e do feminino na sociedade. Se entendermos que a escola tem importante papel na tentativa de promover a igualdade de gênero, buscando alcançar uma sociedade brasileira mais justa e democrática, torna-se fundamental que os professores de história estejam atentos às representações de gênero presentes nos livros paradidáticos voltados para a sua disciplina, uma vez que elas acabam por

⁶ Os paradidáticos são “livros e materiais que, sem serem propriamente didáticos, são utilizados para este fim. Os paradidáticos são considerados importantes porque podem utilizar aspectos mais lúdicos que os didáticos e, dessa forma, serem eficientes do ponto de vista pedagógico. Recebem esse nome porque são adotados de forma paralela aos materiais convencionais, sem substituir os didáticos”. Ver: MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Paradidáticos" (verbetes). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=143>, visitado em 23/11/2014.

⁷ FERRO, Marc. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: Ibrasa, 1983. P. 11.

servir de modelo em que os alunos e as alunas se baseiam na definição e construção de suas identidades.

Daí a relevância de um estudo mais aprofundado desse tipo de material didático, já que ele nos ajuda a identificar a inserção de determinados estereótipos em relação aos papéis de gênero em discursos e imagens que se apresentam como neutros. Sendo assim, ao longo do artigo analisaremos uma coleção de livros paradidáticos infanto-juvenil chamada *Eles Fizeram a História do Brasil*, escrita por Roberto da Mota Macedo e publicada em 1963 pela editora Record, elaborando algumas reflexões acerca da questão do gênero. Este trabalho situa-se, portanto, na confluência entre a literatura infantil, a história, a educação e as relações de gênero.

Antes de analisar a coleção, é importante apresentar algumas informações a respeito do seu autor.⁸ Roberto da Mota Macedo, natural do Rio de Janeiro, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1930. Dedicou-se principalmente ao jornalismo e ao magistério, atuando em várias escolas, com destaque para o Colégio Pedro II, e jornais. Grande parte de sua extensa obra é referente a biografias de vultos históricos e à história da cidade do Rio de Janeiro. Faleceu em 1978, aos 74 anos. Autor de vasta bibliografia, deixou, além de muitos artigos, os seguintes livros de História: *Rui Barbosa* (1928); *Guia Prático da Constituição* (1934); *Ideias de Hoje* (1938); *Florianópolis na Guerra do Paraguai* (1938); *Os grandes Vultos por eles mesmos* (1938); *A Administração de Florianópolis, vol. V* (1939); *O Barão do Rio Verde* (1940); *Aprender a Aprender* (1940); *Osório* (1941); *Grandes Figuras do Brasil* (1942); *Curiosidades Cariocas* (1943); *Efemérides Cariocas* (1943); *A História do Distrito Federal* (1943); *Apontamentos para uma Bibliografia Carioca* (1943); *A História do Brasil em Cinco Lições* (1943); *A Unidade Histórica do Brasil* (1943); *Notas Históricas* (1944); *História do Brasil* (1951); *Barata Ribeiro* (1955); *Henrique Dodsworth* (1955); *Paulo Fernandes Viana* (1956); *Vocabulário Histórico-Geográfico* (1960); *Eles Fizeram a História do Brasil* (1963); *História Administrativa do Brasil, vol. VI* (1964); *Cidade do Rio de Janeiro* (1967); *O Fundador da República* (1969).

⁸ As informações sobre a vida do autor aqui presentes foram retiradas de: FLEIUSS, Maria Carolina Max. “Roberto da Motta Macedo”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº. 236, jul/set. 1957. P. 494 e 495; e TAPAJÓS, Vicente (org.). *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros: sócios que se afastaram no período 1962-1991/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1992.

A coleção de livros *Eles Fizeram a História do Brasil* é formada por 5 volumes e foi publicada pela editora *Record* em outubro de 1963, tendo sido editada mais duas vezes, em 1965 e 1967. Esses livros foram produzidos como parte de uma série infanto-juvenil que a editora *Record* estava lançando na década de 1960, chamada “Livros para a juventude”. Ainda que não possuamos dados oficiais e precisos sobre o número total de exemplares da coleção vendidos⁹, podemos levantar três indícios que ajudariam a comprovar a hipótese de ter havido uma boa aceitação por parte do público consumidor e sucesso nas vendas de exemplares.

O primeiro é o de que a contar pela quantidade de livros que já haviam sido publicados quando saiu o 5º volume de *Eles Fizeram a História do Brasil*, 62, podemos deduzir uma boa receptividade, além da obtenção de espaço no mercado. O segundo sinal que corrobora a tentativa de comprovar isso é o fato de a série escrita por Roberto Macedo ter sido reeditada em 1965 e 1967, procedimento geralmente utilizado quando um livro se encontra esgotado nos pontos de venda. E, por último, um terceiro indicativo que pode ser utilizado para comprovar o sucesso não apenas de *Eles Fizeram a História do Brasil*, mas da própria série de “Livros para a juventude” é o fato de no ano de 1965 a editora *Record* incluir nesta série mais um livro escrito por Roberto Macedo, a saber, *Curiosidades Cariocas*, provavelmente por estar satisfeita com a venda de seus livros anteriores.

A história do livro é a seguinte: Rebedeco¹⁰, o protagonista, menino de 7 anos, não conseguia pegar no sono, estava preocupado com a primeira prova de História do Brasil que iria fazer no colégio dali a dois dias. O garoto estava tão aflito que sonhou à noite inteira com essa matéria. Sendo assim, a série em questão é definida pelo autor como: “Um relato vivo dos principais acontecimentos que marcaram a história de nossa terra, apresentado sob a forma de entrevistas do garoto Rebedeco com os principais vultos da História Pátria, desde Pedro Álvares Cabral até Getúlio Vargas”.

⁹ Infelizmente não foi possível obter junto à editora *Record* dados oficiais sobre a série de livros: número de exemplares vendidos e outras informações técnicas. Alegaram que não guardavam informações referentes a livros produzidos antes da década de 1970

¹⁰ Na verdade, Rebedeco é o apelido do protagonista, dado, segundo o livro, por seu avô. Na coleção, não consta o nome do menino. Roberto Macedo provavelmente criou o nome do personagem principal de seu livro inspirando-se em seu próprio. O autor utilizou-se na imprensa de muitos pseudônimos, todos eles desmembramentos das mesmas letras que compõe Roberto Macedo, como: Roberto da Macedônia e Mac Rob. É provável que ele tenha, no intuito de batizar o garoto, a partir de seu nome, misturado as letras novamente formando, dessa vez, a palavra Rebedeco.

E assim começam a história do livro e a aventura de Rebedeco. Roberto Macedo consegue então reunir as duas áreas de que mais gostava: a História e o jornalismo. Não é à-toa que o livro é em formato de entrevistas do garoto com os grandes personagens históricos. Ainda que se constitua por uma história nacionalista, montada a partir de uma série de exemplos morais, os “grandes homens”, há a especificidade, se comparada a outras obras do gênero, de apresentar um formato mais dinâmico, de perguntas do protagonista aos vultos e suas respostas, aparecendo dúvidas de Rebedeco, que muitas vezes poderiam ser as mesmas dos leitores mirins, não se tornando maçante e podendo de forma mais eficaz despertar nos jovens maior interesse em conhecer as figuras que se propunha a apresentar.

Sendo assim, ao longo desses cinco volumes, Rebedeco sonha e entrevista exatamente 75 pessoas que teriam marcado e feito a nossa história. Dessa forma, a coleção infanto-juvenil tentou estimular os jovens brasileiros, ainda presentes nos bancos escolares, a se identificarem com os considerados vultos pátrios. Essa série paradidática¹¹ serviria como complemento ao livro didático e tentou atrair, presume-se, uma classe média, que possuía crianças matriculadas no colégio. Algumas questões nortearão este trabalho: quais são os 75 personagens que, na interpretação do autor, foram responsáveis por fazer a história do Brasil? Dentre eles, quantos e quais são mulheres? Qual o papel que desempenharam na história do Brasil, segundo a coleção, para serem incluídas no rol dos grandes vultos? Quais os valores, as características, ou, em outras palavras, a representação que o autor faz dessas personagens?

Um exame das figuras selecionadas demonstra uma desigual presença de mulheres e homens.¹² Eles representam 71 dos entrevistados e elas apenas 4. Ou seja,

¹¹ Podemos chamá-la de paradidática, pois servia como complemento ao livro didático, embora o termo paradidático tenha sido criado pela editora *Ática* somente na década de 1970.

¹² Citamos exatamente, e na ordem respectiva em que aparecem e se deixam entrevistar por Rebedeco, os setenta e cinco vultos pátrios selecionados para fazer parte do rol dos grandes nomes que fizeram a história de nosso país: Cristóvão Colombo, Pedro Álvares Cabral, Araribóia, José Anchieta, Martim Afonso de Sousa, Duarte Coelho, Tomé de Sousa, Duarte da Costa, Mem de Sá, Estácio de Sá, Dom Sebastião, Jerônimo de Albuquerque, Matias de Albuquerque, Poti, Henrique Dias, André Vidal de Negreiros, Fernão Dias Pais, Raposo Tavares, Tomás Beckman, Domingos Jorge Velho, Bernardo Vieira de Melo, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Francisco de Castro Morais, Francisco de Melo Palheta, Dom José Joaquim Castelo Branco, Filipe dos Santos, Tiradentes, Bartolomeu de Gusmão, Dom João VI, Padre Roma, Joaquim Gonçalves Ledo, D. Pedro I, D^a. Maria Leopoldina, José Bonifácio, Joana Angélica, Frei Caneca, Bernardo de Vasconcelos, Pedro de Araújo Lima, Pe. Diogo Antônio Feijó, Manuel Luís Osório, Francisco Manuel Barroso, Joaquim Marques Lisboa, Marcílio Dias, Ana Néri, Visc. do Rio Branco, Luís Alves de Lima, Irineu Evangelista de Souza, Romualdo Antônio de Seixas, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Princesa Isabel, Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Dom Pedro II, Marechal Floriano Peixoto, Prudente de Morais, Campos Sales, Rodrigues Alves, Pereira Passos, Osvaldo Cruz, Paulo de Frontin, Machado de

na concepção presente na coleção, 94,7% das pessoas que fizeram a história do Brasil são homens e 5,3% são mulheres. É claro que uma análise desse tipo não pode deixar de levar em consideração o momento em que a série de livros foi produzida. Durante muito tempo, e a década de 1960 se inclui nele, a historiografia brasileira considerou a história do Brasil como resultado quase que exclusivo da atuação dos homens.

Historicamente, estabeleceu-se uma oposição entre razão e sensibilidade, como se a primeira fosse uma característica marcante e fundamental do homem e a segunda uma característica marcante e fundamental da mulher. De atributos supostamente naturais, mas na realidade construídos socialmente, acabou por se delimitar as áreas de atuação de homens e mulheres: o homem, responsável pela produção, atuaria como “provedor”, ligado ao espaço público; e a mulher, responsável pela reprodução, atuaria como “do lar”, ligada ao espaço privado. Tendo em vista que o campo da escrita da história privilegiou, em um primeiro momento, o aspecto político, o homem, que atuava majoritariamente no espaço público, foi alçado a protagonista da história. E foi assim que a história, enquanto permaneceu buscando seus objetos no espaço público, excluiu e tornou invisível uma grande parcela das pessoas, principalmente as mulheres, que atuavam majoritariamente no espaço privado.

No entanto, essa história dita tradicional absorveu aos seus quadros algumas mulheres, sem dúvida nenhuma poucas, que de alguma maneira tiveram a sua imagem conhecida e reconhecida publicamente. Raras exceções passaram a constar nos livros didáticos e a serem destacadas nas aulas de história. Os exemplos mais frequentes são os da rainha Maria Antonieta, que foi guilhotinada na França, ou de Joana d’Arc, que foi queimada viva até a morte. Ambas são inseridas na história por motivos principalmente políticos e justamente por serem políticos que se abriu a possibilidade de elas serem adicionadas à história.

Voltando para a coleção *Eles Fizeram a História do Brasil*, Roberto Macedo selecionou quatro mulheres para integrar o grupo de figuras que fez a história do Brasil. São elas: Maria Leopoldina, Joana Angélica, Ana Néri e Princesa Isabel. A participação das mulheres na história fica restrita ao período imperial. Nenhum vulto feminino ligado ao período colonial e nem ao republicano foi destacado. O que vamos mostrar a partir de agora é que embora essas quatro mulheres passassem a integrar

Assis, Castro Alves, Carlos Gomes, Pedro Américo, Rui Barbosa, Santos Dumont, Barão do Rio Branco, Afonso Pena, Nilo Peçanha, Marechal Hermes da Fonseca, Wenceslau Braz e Getúlio Vargas.

o livro porque de alguma forma as suas ações tiveram repercussão publicamente, e assim, esperava-se mais racionais, ao atingir o espaço público, o autor constrói essas personagens ainda eminentemente ligadas ao espaço privado. Nesse sentido, veremos como, embora elas tenham alcançado o espaço público, não conseguem se desprender de determinadas características tidas como naturais: o cuidado com os filhos, maridos e doentes, e o sentimento dominante de emoção, ternura e docilidade. Vamos analisar a partir de agora de que maneira cada uma das personagens femininas destacadas por Roberto Macedo foi representada.

Maria Leopoldina é a primeira mulher a ser entrevistada por Rebedeco, o menino protagonista da série de livros. Tanto ela quanto a Princesa Isabel aparecem apenas como meras coadjuvantes. Estavam por trás dos ilustres personagens históricos que foram Dom Pedro I e Dom Pedro II, como, respectivamente, esposa do primeiro e filha do segundo. Maria Leopoldina é identificada como a Primeira Imperatriz, sendo representada muito dentro da concepção de que “por trás de um grande homem, há uma grande mulher”. Ela não contribuiu politicamente para a Independência do Brasil, apenas “com todo o seu coração”. Além disso, “dar instrução aos brasileiros” não dependia de seus esforços, apenas de Dom Pedro I. O papel dela era o de aconselhar seu marido e praticar a filantropia, a caridade, exaltando nessa atividade o sentimento da piedade, sempre associado ao feminino.

Como vamos ver nas outras personagens, o papel das mulheres enquanto mães é sempre posto em evidência na construção que o autor faz dessas heroínas nacionais. Elas possuem fortes sentimentos ligados à maternidade, e a sua “natureza feminina” acaba destacada na forma como Roberto Macedo elabora os seus perfis. Nesse sentido, o autor acaba reproduzindo um discurso normativo que estabelece uma hierarquia entre os sexos. No caso da Maria Leopoldina, esse traço, marcante em quase todas as figuras do sexo feminino presentes na coleção, é expresso da seguinte maneira:

Era um quadro encantador. Nada menos de cinco crianças rodeavam a primeira Imperatriz do Brasil, já pronta para montar a cavalo. Não lhe ficava mal o traje de montaria. Bonita, não se pode dizer que fosse. Mas seus cabelos louros, brilhantes e sedosos, a tornavam simpática. Curvou-se e beijou na face seus cinco filinhos: a princesa D. Maria da Glória, com oito anos, sua filha mais velha; dona Januária, com cinco anos, que trazia na mão um pombinho; a princesa dona Francisca, com dois anos e meio, acalentando uma boneca; a princesa dona Paula, com quatro anos, que fazia esforços

para sustentar no colo o seu irmãozinho mais novo, de um ano de idade, o príncipe D. Pedro, futuro Imperador do Brasil.¹³

Joana Angélica é representada na série de livros *Eles Fizeram a História do Brasil* por uma imagem de submissão, mas diferentemente das outras personagens em que essa subordinação estabelecia-se em relação ao homem, nessa é em relação ao divino. Na primeira metade do século XIX, em meio às agitações políticas ligadas ao processo de Independência do Brasil, na Bahia foi criado um governo revolucionário. Portugal, em reação, substituiu o comandante das armas favorável aos revoltosos e à independência, brigadeiro Manuel de Freitas Guimarães, pelo brigadeiro Luís Madeira de Melo, contrário a qualquer ideia de liberdade. Em meio a diversos conflitos, os portugueses venceram e tomaram conta da cidade. Alguns soldados e marinheiros portugueses embriagaram-se e com o pretexto de perseguir possíveis revoltosos atacaram casas particulares, chegando mais tarde ao convento em que estava a abadessa Joana Angélica. O desfecho da história é contado ao Rebedeco pelo capelão do convento da Lapa, Daniel da Silva Lisboa:

[Daniel da Silva Lisboa]: – Ressoaram as primeiras machadadas... De repente a porta se abriu e um vulto apareceu, impedindo a passagem. Era a madre abadessa Joana Angélica. Vinha defender as freiras. Trazia no peito um medalhão com a imagem de Nossa Senhora da Conceição...

(...)

[Daniel da Silva Lisboa]: – De resto, não me lembro bem... A abadessa disse algumas palavras aos soldados, pedindo-lhes que respeitassem aquela casa – a casa de Deus... Um deles, gritando desaforos horríveis, ergueu a baioneta...

[Rebedeco]: – Que corvadia!

[Daniel da Silva Lisboa]: – A abadessa não recuou. Continuou na porta, impedindo a passagem. Vi a baioneta desaparecer no peito da abadessa e nunca mais poderei esquecer o gesto de Joana Angélica. Cruzou as mãos, na atitude de quem vai orar, ergueu ligeiramente a cabeça – e caiu, já vermelha de sangue...¹⁴

Ou seja, Joana Angélica se torna mártir da independência sem o uso da força ou violência, sem pegar em armas, atitudes tradicionalmente ligadas ao gênero masculino. E aí que é interessante, ela torna-se uma figura pública através de um gesto que era de defesa do espaço privado, afinal, sacrificou a própria vida no amparo

¹³ MACEDO, Roberto. *Eles Fizeram a História do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1963. 3º volume. P. 14.

¹⁴ Idem. P. 30 e 32.

à clausura do Convento da Conceição da Lapa, a “casa” de Deus. Novamente, a figura escolhida pelo autor reproduz o papel de mulher ligado ao âmbito doméstico, privado.

No final do 3º volume da coleção *Eles Fizeram a História do Brasil*, passam a ser entrevistados personagens considerados os grandes generais (Manuel Luís Osório), os grandes marinheiros (Marcílio Dias), os grandes estadistas (Visconde do Rio Branco), entre outros. É justamente nesse processo que surge a terceira mulher entrevistada. Novamente, ela está ligada a características tidas como naturalmente femininas. Ana Néri é a personagem selecionada pelo autor, inserida no tópico das grandes enfermeiras.

Na verdade, nem todos os heróis nacionais selecionados falam diretamente com Rebedeco, às vezes outros personagens, que não os vultos, contam sobre a vida destes. Esse é o caso do capítulo dedicado a Ana Néri. Rebedeco chega a uma reunião de senhoras baianas, que ocorria no Rio de Janeiro com o intuito de homenagear aquela figura. Como ela só aparece no final, é uma dessas senhoras baianas que explica para o menino o que ela fez para merecer homenagens. O sentimento do amor materno e a preocupação com a família novamente estão presente em uma figura feminina. É importante destacar que em nenhum momento da narrativa elaborada pelo autor para retratar os 71 vultos masculinos selecionados aparece qualquer referência à família e aos filhos.

Roberto Macedo acaba, portanto, por reproduzir relações de gênero tradicionais, em que há uma divisão rígida de papéis designados aos homens e às mulheres, sendo a elas destinados os cuidados da casa e dos filhos, acabando por influenciar as crianças leitoras do livro da década de 1960 na constituição de suas identidades. Na passagem destacada abaixo, utilizando Ana Néri, o autor define o papel esperado às mulheres dignas, ou nas palavras empregadas por ele, “da melhor sociedade”:

[senhora baiana]: – a nossa homenageada, dona Ana Justina Ferreira Néri, é uma senhora baiana da melhor sociedade. Vivia entregue aos cuidados do lar e à educação dos filhos.¹⁵

Em outra passagem, Roberto Macedo apresenta o motivo que teria tornado a figura de Ana Néri digna de ser lembrada e cultuada:

[senhora baiana]: – Quando rebentou a guerra do Paraguai, já era viúva. Morrera o marido, capitão-de-fragata Isidoro Antônio Néri.

¹⁵ Idem. P. 76.

Ela emocionou, então, a Bahia e o Brasil, partindo para os campos do Paraguai, como enfermeira do 40º Batalhão de Voluntários...

– Mas – interrompeu o Rebedeco, – não é um fato comum a partida de enfermeiras para a guerra?

[senhora baiana]: – comum, não. Além disso, dona Ana Néri não ficou servindo nos hospitais das cidades, longe dos bombardeios. Senhora fina, educada, partiu para o próprio campo de batalha. Ia enfrentar gemidos, sofrimentos, falta de conforto, falta de higiene, falta de repouso, talvez morte ou captura pelos paraguaios. Humilhações... Canseiras... tudo isso em vez de sossêgo do lar.¹⁶

Ela teria sido transgressora no sentido de que trocou o “sossego do lar” para estar ao lado dos homens no campo de batalha. No entanto, essa “transgressão” tem seu limite, uma vez que Ana Néri não rompeu completamente com o papel que se esperava de uma mulher. Embora tenha ido para um espaço eminentemente masculino, a guerra, ela o faz na condição de enfermeira e, principalmente, para cuidar de seus filhos, permanecendo a concepção “natural” de que o ser mulher é estar envolvida com os cuidados. Enquanto isso, outras mulheres que transgrediram completamente o papel que se esperava delas, atuando como soldadas no campo de batalha, permaneceram invisíveis e seus nomes não saíram do anonimato. Roberto Macedo selecionou uma personagem em que o acesso à esfera pública e as atitudes tomadas nesse ambiente acabam sempre relacionados à esfera privada.

Princesa Isabel é a última mulher a ser retratada por Roberto Macedo. Ela entrou na história do Brasil como uma heroína nacional por ter assinado a abolição da escravidão, substituindo o pai na administração pública e tomando uma decisão que afetava interesses em conflito na sociedade escravista. No entanto, a princesa Isabel aparece como mera coadjuvante. Na verdade, na interpretação do autor, ela apenas executa de forma subordinada e dependente as decisões que já foram tomadas por seu pai:

[Princesa Isabel]: – Uma das boas recordações do meu casamento é o ato de meu pai, o Imperador, libertando nesse dia todos os escravos a meu serviço.¹⁷

[Princesa Isabel]: – (...) para não desgostar aos fazendeiros, meu pai viajava e, ao embarcar me deixava ordens para ir preparando a abolição.¹⁸

¹⁶ Idem. P. 76 e 78.

¹⁷ MACEDO, Roberto. *Eles Fizeram a História do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1963. 4º volume. P. 34.

¹⁸ Idem. P. 35.

A interpretação que Roberto Macedo tem das personagens históricas do gênero feminino é sempre em referência à esfera familiar e à maternidade. Nesse sentido, é interessante notar como até um evento eminentemente político, como a libertação dos escravos, torna-se, na visão do autor, de caráter íntimo e privado, tendo sido um presente de casamento de Dom Pedro II para a sua filha:

[Princesa Isabel]: – Lembro-me de minha terra com enorme saudade. Ainda estou vendo direitinho diante de mim o cenário do meu casamento: serviam de meus padrinhos o Senador Francisco José Furtado e o Marquês de Itanhaem, e de padrinhos de meu noivo o Duque de Saxe e o Marquês de Olinda...

[Rebedeco]: – Conheço!

[Princesa Isabel]: – Uma das boas recordações do meu casamento é o ato de meu pai, o Imperador, libertando nesse dia todos os escravos a meu serviço.

[Rebedeco]: – Ora veja! Nunca ouvi falar nisso!

[Princesa Isabel]: – Meu pai os libertou em sinal de satisfação pela minha felicidade.¹⁹

Das quatro personagens selecionadas, o discurso construído em torno de três (Maria Leopoldina, Ana Néri e Princesa Isabel) apresenta o sentimento maternal como algo fundamental na constituição de suas personalidades. Apenas na Joana Angélica este não está presente, mas no caso dela outro sentimento brota, e aí moldado pelo aspecto religioso (também muito associado a figuras femininas). Assim, o amor incondicional aos filhos é substituído por um amor incondicional a Deus.

Em suma, tentamos aqui destacar a importância de os pesquisadores analisarem as representações de gênero presentes nos livros paradidáticos de história. Os professores devem ficar atentos à representação das mulheres como submissas e dóceis, pois a leitura que as crianças fazem de livros que reproduzem esse tipo de imagem colabora para que elas constituam uma identidade marcada por desigualdades de gênero. Como vimos, na análise que fizemos sobre as representações das heroínas femininas da história do Brasil elaboradas por Roberto Macedo na coleção de livros paradidáticos *Eles Fizeram a História do Brasil*, Maria Leopoldina, Joana Angélica, Ana Néri e Princesa Isabel são construídas com características emotivas muito presentes, ligadas aos cuidados com os filhos.

Após um longo período de invisibilidade feminina, marcado pela presença de uma história eminentemente política, diversos historiadores e historiadoras passaram a trabalhar com a noção de que a história não é apenas o resgate dos

¹⁹ Idem. P. 32 e 34.

grandes fatos e o culto aos grandes heróis: pelo estudo das pessoas comuns também é possível entender o processo de construção da nação brasileira. Assim, principalmente com a história social, o papel da mulher assumiu nova dimensão. Ao se absorver também o cotidiano, as mulheres foram consideradas sujeitos da história, acabando por tornarem-se nesse movimento objetos da mesma disciplina. Como mostra Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, tiveram papel decisivo nesse processo a articulação estabelecida entre as transformações operadas na historiografia e a explosão do feminismo, a partir de fins da década de 1960.²⁰

Dessa forma, avanços foram obtidos. Como mostram alguns estudos, tornou-se mais frequente a presença de representações históricas de mulheres nos livros didáticos recentes²¹. No entanto, algumas questões continuam na ordem do dia: ainda que as representações sobre as mulheres tenham aumentado, elas não mudaram tanto assim, o que fazer para que isso aconteça? Apesar dos avanços recentes, como podemos perceber ao analisar a maior parte dos livros didáticos de História para o Ensino Médio aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2015²², as mulheres na grande maioria das vezes aparecem apenas como apêndice nos manuais escolares, com uma ou duas páginas dedicadas a elas. No entanto, apesar de ainda caminhar a passos curtos, já se percebe na produção de livros didáticos uma atenção das editoras e dos autores para as questões de gênero. O que esse artigo pretendeu foi dar destaque a outra produção utilizada na escola e que precisa ser pensada e produzida com as mesmas preocupações: as obras paradidáticas. Lidos pelas crianças nas escolas e em casa, os livros paradidáticos, como *Eles Fizeram a História do Brasil*, têm um peso considerável na formação dos jovens e, como tal, precisam ser problematizados em seus vários aspectos, inclusive na forma como constroem as mulheres e os homens e o espaço que reservam a eles. Tais problematizações nos

²⁰ SOIHET, Rachel & PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54. São Paulo: ANPUH, jul-dez, 2007. P. 285.

²¹ MACHADO, Vanderlei & LOHN, Reinaldo Lindolfo. “Gênero e imagem: relações de gênero através das imagens dos livros didáticos de História”. In: *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*. Niterói/RJ: Eduff, 2004, v.4, n.2. Pp. 119-134.

²² O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), executado em ciclos trienais, tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. O Ministério da Educação (MEC), após a avaliação das obras, publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é enviado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.

alertam e estimulam para que a luta por mudanças não perca a força, pois só assim será possível buscarmos uma sociedade com maior igualdade de gênero.

Capítulo 33: ÓRGÃOS DE VIGILÂNCIA E CONTROLE NA DITADURA MILITAR NA COMUNIDADE ACADÊMICA: ANÁLISE DOCUMENTAL A PARTIR DE OFÍCIOS CONFIDENCIAIS DA ESCOLA POLITÉCNICA DA UFBA ENTRE 1971 A 1974

Anne Alves da Silveira¹
Ceci Bastos de Souza Pardo Casas²
Louise Anunciação Fonseca de Oliveira³

INTRODUÇÃO

A unidade de ensino, fundada no final do século XIX, acumulou um acervo documental de grande expressividade que delinea uma trajetória de crescimento, transformações e consolidação da unidade e, portanto, de considerável relevância para a sociedade brasileira em geral, bem como para a comunidade acadêmica, científica e profissional.

Esta comunicação, em particular, visa relatar o trabalho de análise dos ofícios confidenciais recebidos pela Diretoria desta Unidade e os acervos pessoais de docentes, bem como arquivos institucionais acumulados acerca de discentes e funcionários, durante o período de atuação do Departamento de Polícia Federal (DPF)/ Secretaria de Segurança Pública - Delegacia de Furtos, Roubos e Fraudações e da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) na Universidade, de 1971 a 1974. A análise das correspondências do DPF inicia-se no ano de 1971, devido ao volume e multiplicidade documental e, principalmente, à relevância dos assuntos abordados. Nesse sentido, para efeitos desta pesquisa, a análise documental encerra-se no ano de 1974, pois dentro da unidade esse ano marca a redução do volume documental produzido dentro e para a unidade investigada. O objetivo principal é o de pontuar como se deu a atuação dos órgãos de vigilância dentro da unidade acadêmica. Por conseguinte, o objetivo geral foi o de identificar os docentes, discentes e funcionários da Escola Politécnica que foram investigados pelo Departamento de Polícia Federal e pela AESI durante a ditadura militar brasileira. As reflexões deste

¹ Graduada em História pela Universidade Federal da Bahia. Voluntária do Programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA (PROUFBA/2013). E-mail: anne_1526@hotmail.com.

² Graduanda em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Bolsista do Programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA (PROUFBA/2013). Email: ceci.bastosdesouza@gmail.com

³ Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia. Arquivista da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia. Orientadora do Programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA (PROUFBA/2013). Email: louise.anunciacao@ufba.br

trabalho decorrem de um projeto de pesquisa em andamento, inserido no Programa Pense, Pesquise e Inove à UFBA (PROUFBA) da Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI/UFBA). O projeto, intitulado “Acervo documental e museológico de docentes da Escola Politécnica da UFBA: Resgate histórico do período da Ditadura Militar (1964 a 1985)”, tem como objetivo geral identificar os docentes da Escola Politécnica da UFBA do período da ditadura militar brasileira e as ações dos mesmos em relação à ordem vigente.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: EM BUSCA DE DOCUMENTOS DOS INVESTIGADOS PELA DITADURA MILITAR NO ÂMBITO DA ESCOLA

Esta sessão aborda os procedimentos e métodos utilizados para os trabalhos de identificação e diagnóstico do acervo documental de docentes, discentes e funcionários na unidade, bem como das correspondências confidenciais do DPF e da AESI.

A instituição foi fundada em 12 de julho de 1896 como Instituto Politécnico do Estado e inaugurada em 14 de março de 1897. A Escola passou pela administração estadual, de acordo com o decreto-lei nº 11.472, no período de 1940 a 1944. Incorpora a unidade de ensino à Universidade⁴ pelo o decreto-lei nº 9.155, de 08 de abril de 1946.

Além dos arquivos pessoais de docentes foram identificados os arquivos institucionais dos discentes e funcionários acumulados pela Escola. Outras tipologias documentais foram identificadas, a saber: Correspondências do Departamento de Polícia Federal e da AESI/UFBA; Listagem dos dossiês de discentes, docentes e funcionários da Escola e Relatório da Comissão da Verdade da Universidade. Na apreciação dos dados coletados, utilizou-se como técnica de análise a estatística descritiva, bem como a abordagem quali-quantitativa.

UNIVERSIDADE E DITADURA CIVIL-MILITAR: CRIAÇÃO DA ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO

Com o objetivo de modernizar o ensino superior, ao longo das décadas de 1940 a 1970, ocorrem diversas mudanças no modelo aplicado no Brasil. Uma das primeiras medidas foi a criação de mais universidades. Com este propósito foi fundada, em 1946,

⁴ COSTA, Caiuby Alves da. *105 anos da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia*. Salvador: P&A Gráfica e Editora, 2003, p 26.

as unidades de ensino são incorporadas e assim criada uma universidade, sob a gestão do Reitor Edgard Santos⁵.

Apesar de ter sido fundada sob ideais modernizadores, a Universidade carregou características conservadoras em sua estrutura organizacional e administrativa, que só foi modificada com a reforma de 1968. Dentro do ideal modernizador, as Universidades aos poucos foram federalizadas⁶.

A federalização das Universidades fez parte dos mesmos ideais iniciados no final do século XIX, e que só teve início a partir 1950, com o intuito de elevar a educação de ensino superior brasileira ao padrão equivalente às universidades europeias e estadunidenses. Ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, diversas universidades no Brasil foram federalizadas. Era vastamente difundido que a federalização das universidades auxiliaria na manutenção da produção científica e tecnológica⁷. Contudo, tal medida, vigorada em plena ditadura, favoreceu a ação do Estado sob as Universidades Brasileiras.

Os ideais modernizadores, que visavam vincular ensino e pesquisa, não só faziam parte do discurso de Goulart, os golpistas também assumiram essa proposta. Importante sinalizar que, após o golpe, foram criados e reaproveitados vários projetos referentes à educação brasileira. Dentre esses projetos, havia o que seguia o modelo político liberal, que propunha a cobrança de taxas para estudantes universitários, visando assim diminuir os custos do Estado sobre o ensino. Motta pontua os motivos pelos quais os projetos com ideais liberais não vigoraram:

A própria corporação militar tinha sólidas ligações com a concepção de Estado interventor, provedor de recursos para desenvolver a nação, e as propostas "privatistas" não encontraram ali muito entusiasmo. Além disso, a equação tornou-se ainda mais complicada quando o repúdio à proposta de cobrança de mensalidade virou bandeira de luta do movimento estudantil, agregando ao tema uma componente política sensível.⁸.

⁵BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Edgard Santos (1946-1961). In: TOUTAIN, Lídia Maria Brandão; ABREU, Marilene; VARELA, Aida (Org.). *Reitores X: De Edgard Santos à Naomar de Almeida Filho*. Salvador: Edufba, 2011, p 27.

⁶ Ibid., p. 28

⁷VASCÓNCELOS, Isamara Martins. *Federalização do Ensino Superior no Brasil*. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

⁸MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 71-72.

Dessa forma, o modelo liberal não reverbera no seio da sociedade, favorecendo o surgimento de ambiente de críticas ao modelo tradicional bacharelesco e a pouca ação em prol da pesquisa no ensino superior. No final da década de 1960 ocorre a primeira reforma nos regimentos internos das universidades públicas brasileiras, que visava ampliar o ensino e ligação entre as áreas de conhecimento, além de ampliar a ação do Estado sob as universidades.

As universidades públicas não perderam totalmente a autonomia, mas foram drasticamente reduzidas ao longo da ditadura e essa perda se torna mais visível no final da década de 1960 e início de 1970, devido à criação das Assessorias de Segurança e Informação, que auxiliaram na vigilância exercida pelo Estado dentro das universidades⁹. No âmbito universitário, essas assessorias eram parte do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (Sisni) do regime civil militar, estruturado em 1964, conforme Stampa e outros pontuam:

O Sisni, retrato assustador da vigilância política em um estado de exceção, era composto por órgãos especializados e entes setoriais nos ministérios civis (Divisões de Segurança e Informações [DSI]), nos ministérios militares (centros de inteligência), nos órgãos da administração pública direta (Assessorias de Segurança e Informações [ASI] ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações [Aesi]) e, até mesmo, em empresas como a Petrobrás (Divisões de Informações [DI])¹⁰.

Nesse sentido, os arquivos das assessorias continham informações sobre os mecanismos de vigilância e repressão nas universidades durante o período da ditadura militar brasileira, conforme reflexões de Motta:

[...] entre 1971 e 1972, as universidades públicas - e não somente as federais, haja vista a existência de órgãos congêneres em algumas universidades estaduais - criaram suas ASI ou AESI, e, com isso, o sistema de informações do regime militar passou a contar com subsidiárias no interior dos campi universitários. A criação desses órgãos deve ser compreendida no contexto de escalada repressiva a partir de 1968 e da edição do AI-5, processo intensificado com o aumento das ações da esquerda armada. O sistema de informações identificava, na comunidade universitária, e com razão, um dos focos mais importantes de luta contra o regime militar. Parcela

⁹MOTTA, 2014, p.193

¹⁰STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio; RODRIGUES, Vicente. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. In: THIESEN, Icléia (Org.). *Documentos sensíveis: Informação, Arquivo e Verdade na Ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7letras, 2014, p. 54.

expressiva dos militantes das organizações revolucionárias clandestinas era recrutada nas universidades, bem como atuava nos meios acadêmicos a maioria dos intelectuais responsáveis por municiar de argumentos os críticos do regime militar¹¹.

Hoje o acesso às informações geradas e recebidas pelas Assessorias de Segurança e Informações torna-se vital para a consagração da transparência administrativa, uma vez que permite o reconhecimento do direito à informação e a reparação das repressões sofridas por docentes, alunos e funcionários durante o período da ditadura civil-militar.

VIGILÂNCIA À COMUNIDADE DOCENTE NA ESCOLA POLITÉCNICA: ANÁLISE DOCUMENTAL

A ditadura civil militar, quando instalada, promove verdadeiras mudanças no cenário universitário. Ocorreram desde intervenções aos cargos de chefes de departamentos, diretor até do reitor, além das invasões, abertura de inquéritos, perseguições dos membros acadêmicos e expurgos. A operação limpeza, criada com o intuito de limpar as universidades das mãos dos inimigos do Estado, não fazia distinção de cor, etnia e religião, já que era necessário não deixar livre nenhum comunista. Conseqüentemente contradiziam com as teorias democráticas que o movimento propagava, gerando intenso desconforto entre os acadêmicos. “A violência contra intelectuais, estudantes, artistas e livros gerou uma onda de denúncia em jornais não afinados com os rumos autoritários do novo regime”¹², sobretudo aos jornais que possuíam posturas mais sociais.

É trazido por Motta (2014) que muitos reitores universitários sofreram pressão, tanto dos órgãos do Estado quanto dos membros das universidades que viam o golpe de forma positiva. Dessa forma, a vigilância servia para afastar ou dificultar as ações dos “subversivos”, favorecendo o projeto do Estado vigente.

Os acadêmicos que se opuseram ao Estado foram afastados do cargo. Em seu lugar eram postos adeptos à “revolução de 1964”, termo difundido pelos golpistas e seus aliados. Assim, para assumir qualquer cargo, principalmente os de diretor e reitor, era necessário criar um diálogo entre os acadêmicos e o Estado.

¹¹MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.43-66, jul./dez. 2008, p. 44-45.

¹²MOTTA, 2014, p 28.

Logo após o golpe, muitos decretos foram criados com o intuito de dificultar a atuação dos estudantes. Sendo concretizado tal bloqueio ao movimento estudantil no pós AI-5, pois ele dá base para criação de decretos favorável ao Estado, assim como a criação das Assessorias dentro das unidades, ampliando a vigilâncias da comunidade acadêmica.

Na unidade investigada foi observada excessiva troca de correspondências sendo que muitas eram destinadas a coletar dados de estudantes. Tais ações eram chamadas de pedidos de qualificações. As correspondências enviadas em sua grande maioria possuíam carimbo de confidencial, dessa forma o assunto tratado não podia ser repassado, apenas resolvido. As correspondências eram emitidas pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) e Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), além de outros órgãos. Os pedidos de qualificação serviam como subsídio para rastrear e controlar os subversivos, e assim exercer pressão sobre o mesmo. Quando necessário, era acionado o órgão responsável pela repressão e assim mantinha-se o controle social.

Importante pontuar que era necessário formular decretos que tornassem as ações legais perante à sociedade: o de nº 228, de fevereiro de 1967, que reformulava à organização estudantil, tanto a nível universitário quanto secundário; outro, de nº 60.417, datado de 11 de março de 1967, que salvaguardava documentos sigilosos e o de nº 5.540, de novembro de 1968, que fixava normas de organização do ensino superior. Dessa forma muitos outros decretos foram criados.

Não obstante, é relevante pontuar que, entre os pedidos de qualificação de caráter confidencial, foram encontrados circulares que notificavam à comunidade acadêmica sobre as diversas proibições – como a difusão de panfletos e jornais que pregassem ideias subversivas, além de informarem a unidade de algumas queixas.

Além dos ávidos e os pedidos de qualificações haviam também correspondências destinadas aos professores e funcionários, que poderiam possuir diversos motivos. Tomando conhecimento da correspondência nº 692, de 29 de fevereiro de 1972, nos deparamos com o pedido de exoneração do professor Elbert de Menezes que “foi punido pelo senhor Presidente da República, na conformidade do decreto do D.O. de julho de 1969”. Tal punição, conforme a mesma correspondência, é reforçada pelo Ato Complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969, que o proibia de exercer “qualquer função neste estabelecimento de ensino”, enviado pelo reitor

Lafayette de Azevêdo Pondé ao Prof. Magno dos Santos Pereira Valente, diretor (em exercício) da Escola.

Tal professor possui um longo envolvimento com a unidade investigada. Formou-se pela Escola, período que corresponde à incorporação da escola a universidade, no ano de 1946. No ano posterior, foi nomeado professor assistente desta mesma Escola. Em 1956 foi-lhe conferido o Título de Livre Docência da cadeira Geodésia Elementar e Astronomia de Campo.

A partir do seu vínculo com a instituição, podemos dizer que no período em que recebe o comunicado do seu afastamento – datado de 31 de julho de 1969 – o professor já possuía grande trajetória profissional e possivelmente grande respeito. Dessa forma, é acreditado que esse seja o motivo da continuidade da prestação de serviço, mesmo posterior a sua demissão. Esta inferência relaciona-se à correspondência datada de 29 de fevereiro de 1972. Seu real afastamento inicia-se somente nesse período.

Como já foi dito, esse trabalho corresponde à uma análise quantitativa dos perseguidos durante a ação dos órgãos de vigilância, dando uma ênfase nas questões dos docentes, por se tratarem de arquivos pessoais. Para tanto será trazido os números correspondentes aos perseguidos de forma geral – dentro da comunidade acadêmica. Assim foi observado que os pedidos de qualificação destacam-se devido ao grande volume. Os pedidos vinham com alguns dados prévios, como nomes completos.

Normalmente os documentos enviados pela AESI eram enviados primeiramente para a reitoria e, posteriormente, repassados para a unidade desejada. Conforme a análise quantitativa das correspondências foi encontrada quarenta e cinco (45) nomes de estudantes.

Dentre os nomes enviados pela Assessoria, dezessete (17) nomes inexistem nos registros da Escola; 17 (dezessete) já haviam se formado, um dentre os dezessetes (17) nomes foi enviado pela COELBA, possivelmente para saber se o ex-discente possuía bons antecedentes comportamentais durante a graduação; três (03) ainda possuíam vínculo com a instituição; oito (08) dentre os quarenta e cinco (45) nomes de estudantes, possuem motivações diversas, assim como: trancou o curso; suspeita de ter apresentado documentos falsos; matriculado no curso de extensão; não possui frequência nas aulas; portador de doença infectocontagiosa.

Conforme a lista formada a partir das correspondências, quarenta e três (43) nomes eram pedidos de qualificação, dois (02) nomes correspondem ao critério de comunicado. O número de correspondências está em menor número comparada à quantidade de nomes encontrados, já que era comum nos ofícios possuírem mais de um nome.

Interessante notar que cada pedido possui especificidades diferentes. Alguns solicitam dados como: nomes dos pais, endereço, fotografia, conduta, prontuário e outros. Foi observado também que, ao longo dos anos, os pedidos de qualificação assumiram níveis crescentes.

Nas correspondências sobre os professores temos dois (02) casos interessantes: o primeiro foi o caso do professor Elbert Menezes, que foi exonerado – caso que já foi discutido acima; o segundo, trata-se de Walter Orlando D'Oliveira Porto.

Para melhor compreendermos o professor Walter Orlando D'Oliveira Porto, é necessário analisarmos sua trajetória acadêmica. Possui Graduação em Ciências e Letras em 1935, engenharia civil em 1942, engenharia química em 1952, engenharia elétrica em 1957 e engenharia de petróleo em 1959. Foi nomeado em 1944 ao cargo de Assistente em Comissão Padrão I até 1945 da Escola. Em 1947 foi nomeado ao cargo de professor catedrático interino, padrão M, da cadeira de Física Industrial. Em 12 de abril de 1960 tornou-se chefe do Departamento V - Física, de acordo com a resolução do Conselho Departamental, anunciada na portaria nº 8 do dia 01 de setembro de 1960, assinado pelo então diretor Carlos Furtado de Simas, assumindo o cargo até 1964. Conforme a circular nº 1344/SP/74 da Superintendência informa que o professor Walter Porto, não se encontrava à disposição da instituição, enviado à escola no dia 03 de maio de 1974.

O documento enviado sobre o professor Walter Porto, até então é o primeiro ofício encontrado é destinado diretamente pelo DSI/MEC. O documento aborda sobre o afastamento do professor, Walter Orlando D'Oliveira Porto, do cargo de Diretor Executivo da Escola Técnica Federal de um estado específico. É solicitado para análise a gravação da reunião da Congregação da Escola em que é membro, e informações sobre sua conduta durante a reunião.

Em resposta, o diretor da Escola, na correspondência nº 358, diz que foi enviada em anexo à fita, conforme pedido, e que qualquer informação sobre a conduta do professor está registrada na mesma. O diretor professor Alceu Roberto Hiltner conclui

afirmando que “não há nesta Unidade registro que desabone a conduta do Prof. Walter Orlando D’Oliveira Porto, tendo sido o mesmo até a presente ata merecedor de nossa confiança pela correção com que tem pautado seus atos”¹³.

Dessa forma, é dado um voto de confiança ao professor Porto, possivelmente devido ao tempo de serviço prestado com responsabilidade e profissionalismo, pois é acreditado que o diretor da unidade não iria se expor caso não conhecesse realmente o profissionalismo do acusado.

Dentre os documentos referentes aos funcionários foram encontrados quatro (04) correspondências. São casos bem específicos, para melhor compreender é aconselhada a realização de uma análise individual de casos. Dentre as quatro (04) correspondências, três (03) são pedidos de transferências enviados pelo diretor Alceu Roberto Hiltner à Reitoria e uma (01) correspondência registra dois (02) casos de práticas sexuais dentro na universidade entre funcionários. Como o estudo detalhado ainda não foi realizado não possuímos maiores informações, que ajudariam a compreender os motivos que levaram a transferência.

A partir da análise das correspondências observa-se que os estudantes eram alvos mais frequentes das Assessorias, Departamento e Delegacias. Entretanto, professores também sofreram severas punições. Sobre os funcionários, é preciso melhor estudo de caso para que se possa entender o motivo das transferências. Compreendemos que, com o passar dos anos, a repressão contra os estudantes ampliou-se, fazendo com que os discentes necessitassem apresentar bons antecedentes para conquistar um emprego.

Percebe-se, então, que as assessorias poderiam prejudicar o indivíduo em vários âmbitos: no ingresso da universidade, tendo sua matrícula indeferida; em estágio de conclusão de curso, sendo jubilado, ou atingido pelo decreto nº 447 que proibia a matrícula por alguns anos; chegando ao nível mais complicado, que atingiam aos graduados que, durante a graduação, foram marcados por terem atitudes vistas pelo Estado como subversivas e que poderiam, depois de formados, ter dificuldade em conseguir emprego.

¹³Correspondência nº 358, Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, of. nº 358, 12 de dezembro de 1972.

É possível afirmar que durante a atuação da AESI nas Universidades, todos que tivessem atitudes suspeitas poderiam ser investigados e, caso comprovado, punidos, independente do seu estágio (graduando ou graduado) e cargo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho se propôs a analisar as correspondências enviadas e recebidas por uma unidade de ensino superior no período da ditadura militar. Analisando as documentações, é possível perceber a possibilidade de diversas novas pesquisas que auxiliariam na compreensão do contexto ditatorial vivenciado pela instituição de ensino superior. Importante salientar que o arquivo da unidade ainda se encontra em processo de organização e, assim, os avanços conquistados nas análises documentais segue o processo de identificação do próprio arquivo. Dessa forma, sabemos que ainda tem muito a ser descoberto sobre o referido período.

Se encontramos dificuldade em compreender os fatos históricos da Escola, tendo os documentos guardados no mesmo espaço, os estudos sobre a Universidade se deparam com um estágio ainda mais complicado. Apesar das Universidades terem sido palco de intensos debates, manifestações e desenlaces provocados pelo regime militar, há ainda pouca documentação selecionada, organizada e descrita à respeito, principalmente porque a documentação encontra-se dispersa em órgãos, unidades e setores administrativos.

Neste *paper* trabalhou-se com uma pequena amostra, representada pelas correspondências recebidas e enviadas pela diretoria da Escola durante o período da Delegacia de Furtos, Roubos e Fraudações (DPF) e AESI. Com a aplicação dos métodos arquivísticos foi possível vislumbrar a riqueza de informações que a documentação comporta. Recomenda-se, portanto, o prosseguimento do trabalho, com infraestrutura e profissionais qualificados para que se expanda o rol de documentação analisada e, com isso, o amplo conhecimento sobre o período ditatorial na Universidade.

A análise propiciada pela documentação analisada no âmbito deste trabalho revela docentes, discentes e funcionários que os órgãos de inteligência solicitaram informações no período do Departamento de Polícia e da AESI e as consequências sofridas pelos mesmos. Os atos institucionais, decretos e portarias oriundas desta vigilância, que pretendiam reprimir, só fizeram a resistência crescer. Contudo,

crece também com o tempo o enrijecimento do regime, levando o maior número de investigados, perseguidos e punidos. Dentre os números de perseguidos os estudantes e os formados estão em maior número, contudo, as punições atingiam a todos sem distinção.

Capítulo 34: POLICIAMENTO EM SÃO PAULO: ADMINISTRAÇÃO DOS POSTOS DE COMANDO DAS GUARDAS POLICIAIS (1834-1850).

Bruna Prudêncio Teixeira¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como principal objetivo analisar a administração dos postos de comando da Guarda Policial de São Paulo, dentro do quadro de instituições policiais que atuavam na província entre os anos de 1834-1850. A partir disso, e tendo em mente que em 1834, com a instauração do Ato Adicional², a província ganhou autonomia no que tange à administração de seu policiamento, analisaremos também o novo quadro de poder instaurado entre a capital provincial e suas demais municipalidades.

No primeiro tópico deste artigo, intitulado *Polícia(s) na província de São Paulo*, apresentaremos as instituições policiais que, juntamente com a Guarda Policial, formavam o múltiplo quadro de forças que compunham a atividade de policiamento. Em seguida, em *A Guarda Policial: uma força administrada entre centro e municipalidades provinciais* adentraremos, de fato, em nosso objeto de análise, ou seja, examinaremos anualmente as nomeações dos comandantes das Guardas Policiais.

POLÍCIA(S) NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

Ao adentrar o universo de policiamento da província, fica claro que as Guardas Policiais não trabalhavam sozinhas. Havia outras instituições que englobavam a atividade de polícia, dentre estas, a Guarda Municipal permanente e a própria Guarda Nacional. Todas trabalhando concomitantemente constituíram aquilo que Marcos Bretas veio chamar de “multiplicidades de forças”.³ Para entender este quadro de múltiplas instituições policiais, torna-se fundamental adentrar o universo legislativo nacional a fim de destacar quando estas forças foram criadas. Sendo assim, as três

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de São Paulo; desenvolve o trabalho “A Guarda Municipal permanente em São Paulo (1834-1850)”, em nível de Iniciação Científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP sob orientação da Prof.ª Dr.ª Andréa Slemian. Email: bruna.prudenciot@gmail.com

² *Collecção de leis do Império do Brasil*, volume 1: Lei nº 16, 12 de Agosto de 1834. p. 15-22. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-19/Legimp-19_3.pdf#page=3> Acessado em: 12/07/2013.

³ BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas. Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. P. 53.

instituições citadas acima foram concebidas nos primeiros anos do “período regencial”. A primeira foi a Guarda Nacional, decretada já no primeiro ano de instauração da Regência em agosto de 1831⁴, pelo então ministro da Justiça, Diogo Antonio de Feijó. Funcionaria como uma força paramilitar em que os guardas, além de não receberem pelo trabalho prestado (a não ser quando fossem destacados, ou seja, quando convocados para prestarem serviços fora de suas províncias), possuíam amplo espectro de atividades para além daquelas que englobavam o policiamento.

Ainda em 1831, apenas dois meses depois da promulgação da Guarda Nacional, o mesmo ministro da Justiça, decretou a criação da Guarda Municipal permanente, mais precisamente em 10 de outubro de 1831.⁵ Tratava-se da primeira instituição projetada apenas para a tarefa de polícia, além de instituir que os municipais deveriam receber pelo serviço prestado; os postos mais baixos da Guarda seriam ocupados por meio de alistamento voluntário, de maneira que não havia recrutamento e, os castigos físicos seriam proibidos.

A Guarda Policial, que constitui o bojo da análise deste artigo, foi decretada dois anos depois, em 1833 quando o governo imperial autorizou às províncias a criação de Guardas Policiais. Tratava-se de uma força armada constituída por alistamento voluntário, ficando a cargo das autoridades municipais a determinação de questões como pagamentos ou limite no contingente que a comporia.⁶ Assim, a criação de três diferentes instituições pensadas para exercer atividades de policiamento logo nos primeiros anos do “período regencial”, demonstra como o problema da manutenção da ordem em um Estado em formação era central. Além disso, destaca o cenário de experimentação, em que se apostava na criação de cargos e instituições, evidenciando a afirmação de Marco Morel de que a Regência pode ser vista “como um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais”.⁷

⁴ *Colleção de leis do Império do Brasil*, volume 1, pt. I. Lei de 18 de agosto de 1831. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html acessado em: 20/07/2013. P. 49.

⁵ *Colleção de leis do Império do Brasil*, volume 1, pt. I. Lei de 10 de outubro de 1831. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14_36.pdf#page=1 acessado em: 20/07/2013. P. 129.

⁶ *Colleção de leis do Império do Brasil* - 1833, Vol. 1. Lei nº 55, 07 de outubro de 1833. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-55-7-outubro-1833-565030-publicacaooriginal-88927-pl.html> Acessado em: 21/01/2014. P. 63

⁷ MOREL, Marco. *O período das regências (1831- 1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. P. 09.

Toda essa experimentação em âmbito Nacional refletiu no policiamento interno da província de São Paulo. Como destacamos acima, foi a partir do Ato Adicional que a província ganharia autonomia legislativa em relação ao policiamento, conforme fica explícito no artigo 11, parágrafo 2º do Ato Adicional:

“Também compete as Assembléias Legislativas Provinciais: fixar, sobre informação do Presidente da província a força policial respectiva”.⁸

Dessa maneira, estabelecida a liberdade provincial no que tange a administração das forças de polícia e tendo em mente as diversas instituições com atribuições policiais em atividade na Província de São Paulo, nos voltaremos agora, de fato, para a análise da administração dos altos postos das Guardas Policiais.

A GUARDA POLICIAL: UMA FORÇA ADMINISTRADA ENTRE CENTRO E MUNICIPALIDADES PROVINCIAIS.

Para analisar o processo de nomeação dos comandantes das Guardas Policiais usamos como fontes os documentos disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo na *Coleção do Império do Brasil*.⁹A partir da análise dessa documentação, concluímos que dentro da província de São Paulo, a Guarda Policial funcionava como uma força periférica de policiamento. Isto é, não era uma força da capital provincial, pelo contrário, era uma instituição responsável principalmente pelo policiamento das municipalidades da província, ou seja, atuava, sobretudo, em localidades como, Pindamonhangaba; Araraguara; Villa de São Castro; Villa de São Jozé; São Sebastião; Lorena; Guaratinguetá; Villa de Ubatuba; Villa de Santa Izabel; Villa de Cananéia, entre outras. Por conta disso, sua administração envolvia além do presidente da província e do comandante da Guarda, uma autoridade municipal intermediária. Isto fica claro já no processo de nomeação dos altos postos das Guardas Policiais, uma vez

⁸*Collecção de leis do Império do Brasil*, volume 1: Lei nº 16, 12 de Agosto de 1834. p. 15-22. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-19/Legimp-19_3.pdf#page=3> Acessado em: 12/07/2013.

⁹Trata-se de sete conjuntos documentais arquivados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. São correspondências entre o governo central provincial e suas demais municipalidades: APESP. Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Governo – encadernado. Cód. E00396; APESP. Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Governo – encadernado. Cód. E00397; APESP. Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Governo – encadernado. Cód. E00509; APESP. Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Governo – encadernado. Cód. E00470; APESP. Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Governo – encadernado. Cód. E00471; APESP. Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Justiça-polícia – encadernado. Cód. E00586; APESP. Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Polícia – caixa. Cód. C02436.

que o responsável pela indicação do comando da Guarda era, justamente, a autoridade municipal.

Dessa forma, a nomeação seguia o seguinte formato: primeiro a autoridade municipal (que poderia ser juiz de paz; prefeito; delegado; ou chefe de polícia, dependendo do período), enviava um ofício ao Presidente da província com o nome do indicado ao cargo. Neste ofício, além dos nomes designados para superiores, periodicamente, aparecia um esquema ou uma tabela aonde vinham descritas informações como ocupação, idade e, por vezes, se o indicado já tinha alguma experiência em instituições responsáveis pelo policiamento, dentre elas: na Guarda Nacional ou ainda nas milícias extintas.¹⁰ Em seguida, o presidente da província julgava o ofício, retornava à autoridade municipal e enviava a nomeação endereçada à instituição policial da qual o indicado fazia parte, conforme documento abaixo:

Nomeação de João Evangelista Leite – 1º Comandante da 1ª companhia da G. políciario da Villa de sta Izabel.

O Presidente da província attendendo ás boas quallidades do Inr João Evangelista Leite e à proposta do prefeito do Muniopio da Villa de Santa Izabel, o nomea 1º comandante da 1ª companhia da Guarda Policial da mesma Villa: manda portanto a todas as authoridades e a quem o conhecimento desta pertencer, que a cumprão e fação cumprir. Palacio do governo de S. Paulo 5 de Dezembro de 1836. Bernardo Jozé Pinto Gavião Peixoto¹¹.

Dessa forma, a Guarda Policial funcionava como vários corpos de polícia. Uma vez que, a força estava atrelada às Câmaras Municipais, de forma que cada uma tinha, ou podia vir a ter, uma ou mais companhias de Guarda Policial. No entanto, todas precisavam do aval do Presidente da província. Nesse sentido, nota-se que a multiplicidade de forças destacada por Marcos Bretas¹² aparecia tanto na ação do policiamento onde atuavam vários corpos da chamada Guarda Policial – paralela e

¹⁰ A instauração da Guarda Nacional substituiu as milícias paramilitares e as “ordenanças” herdadas do período colonial. Podemos destacar como exemplos de instituições policiais que atuavam no período colonial a Intendência Geral de Polícia e a Guarda de Polícia Real. De acordo com SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Intendência Geral da Polícia: 1808 - 1821*. In: “Revista do Acervo Nacional”, Rio de Janeiro, v.1, nº 02, Jul/Dez. 1986. P. 137-251, a primeira foi criada com a vinda da família real para a América. Segundo a autora, essa instituição seguiria a mesma jurisdição da de Portugal de forma que seria responsável por questões como segurança pública, abastecimento, questões urbanas, passaportes, recrutamento, resolução de questões judiciais e conflitos no geral, de modo que estaria sob sua responsabilidade, o “bem-estar da cidade”. Além disso, um ano mais tarde, com a permanência da família real, foi criada a Guarda de Polícia Real.

¹¹ Arquivo do Estado de São Paulo: Coleção do Império do Brasil, Título: Governo. Cód.E00397. p. 47.

¹²BRETAS, Marcos Luiz. 1997. *Op. Cit.*

concomitantemente à ação da Guarda Municipal permanente e da Guarda Nacional – quanto na burocracia administrativa dessas instituições, em que outros cargos (municipais, no caso da Guarda Policial) desempenhavam função administrativa da força.

Com isso, mapeada toda a documentação que envolvia esse processo de nomeação, chegamos a um conjunto de 618 nomeações dispostas entre os anos de 1836 a 1850 - isso porque não foi encontrada nenhuma fonte referente a nomeações de comandantes de Guardas Policiais para os anos de 1834 e 1835. Assim, estruturamos a seguinte tabela:

Ano	Presidente da Província	Autoridade Municipal intermediária								Total
		Juiz de Paz	Prefeito	Sub-Prefeito	Delegado de polícia	Sub-Delegado de polícia	Chefe de Polícia	Lei	Não consta	
1836	Bernardo José Pinto Gavião Peixoto		23	01						24
1837	Idem		31							31
1838	Idem		04							04
1839	Manoel Machado Nunes	21								21
1840	Manoel Machado Nunes e, posteriormente, Rafael Tobias de Aguiar	24								24
1841	Rafael Tobias de Aguiar e, posteriormente Miguel de Souza Melo e Alvin.	18	01*							19
1842	José da Costa Carvalho e, posteriormente Carlos Pereira de Almeida Torres.	01			04					05
1843	Joaquim José Luís de Souza	01			22					23
1844	Manoel Felizardo de Souza e Mello				29	02		01	01	33

1845	Manoel da Fonseca Lima e Silva				41	01				42
1846	Idem				04		18			22
1847	Manoel da Fonseca Lima e Silva e, posteriormente por Bernardo José Pinto Gavião Peixoto.	02			10	05	89			106
1848	Bernardo José Pinto Gavião Peixoto e, posteriormente por Domiciano Leite Ribeiro.						24			24
1849	Vicente Pires da Mota						194		01	195
1850	Idem						45			45

Tabela 1: Levantamento de nomeações das Guardas Policiais¹³.

Estruturada em ordem cronológica, as nomeações foram dispostas na tabela de forma a indicar os respectivos Presidentes da província que era justamente quem autenticava a indicação da autoridade municipal e nomeava o comandante da Guarda Policial; as autoridades municipais intermediadoras e, por fim, o total de nomeações anuais. É importante ressaltar que, embora o Presidente da província assumisse papel chave neste processo julgando a indicação da autoridade municipal, não há, dentre as fontes analisadas, nenhuma negação por parte do governo central provincial em relação aos nomes de autoridades indicadas pelos municípios. Portanto, os cargos municipais constituíam o bojo da seleção dos altos postos das Guardas Policiais.

Dessa maneira, conseguimos dar conta de uma dupla análise. A princípio, pode-se compreender parte do processo de nomeação do comando da Guarda Policial. No

¹³Tabela estruturada a partir do levantamento de nomeações dos comandantes das Guardas Policiais, disponíveis nos seguintes conjuntos documentais arquivados no Arquivo Público do Estado de São Paulo: APESP. Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Governo – encadernado. Cód. E00396; APESP. Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Governo – encadernado. Cód. E00397; APESP. Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Governo – encadernado. Cód. E00509; APESP. Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Governo – encadernado. Cód. E00470; APESP. Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Governo – encadernado. Cód. E00471; APESP. Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Justiça-polícia – encadernado. Cód. E00586; APESP. Sessão: Manuscritos; Coleção do Império do Brasil, série: Polícia – caixa. Cód. C02436.

entanto, outra questão permeia este quadro. De acordo com Ivo Coser¹⁴, com a instauração do Ato Adicional, ao mesmo tempo em que a província ganhou autonomia em relação à Corte, ela passaria a centralizar o poder das vilas, uma vez que deteria maior controle sobre suas instituições municipais. Assim, tendo em mente que as Guardas Policiais constituíam um quadro de instituições municipais, a observação da alternância das autoridades intermediadoras no processo de nomeação dos comandantes dessas Guardas, possibilita analisar justamente o jogo administrativo apontado por Coser. Isso fica ainda mais intrigante ao notar-se que a substituição gradual das autoridades municipais que mudam de maneira a resultar no maior controle desse processo pelo centro provincial que vinha se configurando, conforme aprofundaremos mais adiante.

Nesse sentido, vale a análise anual dos dados. Observando a tabela, ao longo de 1836, de 24 nomeações, 23 foram feitas a partir de ofícios assinados pelos prefeitos e uma pelo sub-prefeito. Este cargo demonstra a ampla liberdade da província pós Ato Adicional, uma vez que, foi decretado pela própria assembleia provincial de São Paulo em 11 de Abril de 1835.¹⁵ Dentre suas determinações estava que iria nomear comandantes, controlar a força policial e fazer cumprir, em sua municipalidade, as ordens do governo central-provincial.

Esse quadro permanece no ano seguinte, uma vez que as 31 nomeações foram aprovadas a partir de indicações de prefeitos. Já em 1838, foram mapeadas apenas 04 nomeações, todas advindas dos prefeitos. Porém, há de se ressaltar que foi, justamente, neste ano que o cargo de prefeito seria revogado, passando todas as suas atribuições para aqueles que antes as desempenhavam.¹⁶ Dessa forma, analisando a situação para 1839, não há mais nenhuma nomeação em que apareça menção à ofícios assinados por prefeitos, de maneira que as 21 nomeações destacadas neste ano foram, em sua totalidade, aprovadas a partir de ofícios advindos de juízes de paz.

¹⁴ COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai, centralização e federalismo no Brasil, 1822-1866*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 146-147.

¹⁵ *Colleções de leis do Império do Brasil. Assembleia Legislativa de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.18,%20de%2011.04.1835.htm>> Acessado em: 06/07/2013.

¹⁶ *Colleções de leis do Império do Brasil. Assembleia Legislativa de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1838/lei%20n.4,%20de%2029.01.1838.htm>> Acessado em: 06/07/2013.

Em vista disso, além de vermos na prática a experimentação da administração policial, em que o prefeito fora criado e revogado em três anos, retomando o funcionamento existente anteriormente, podemos fazer duas reflexões. Primeira: evidencia-se a possibilidade de pensar que, para o ano de 1838, existiram mais nomeações do que as quatro levantadas - de forma que, neste ano, provavelmente, os juízes de paz já tivessem voltado a exercer esse papel. Segunda: conforme foi dito acima, não encontramos nomeações de Guardas Policiais para os dois anos iniciais do recorte da pesquisa; mesmo assim, temos meios de supor que essas nomeações deveriam ser desempenhadas pelos próprios juízes de paz, uma vez que foram eles que retomaram essa atividade após a revogação do cargo de prefeito, conforme ocorria anteriormente.

Pensando nisso, e seguindo os anos, temos para 1840, 24 nomeações, todas designadas por juízes de paz, assim como no ano anterior. Por conseguinte, as observações feitas para 1841 também reforçam os apontamentos acima. Isto porque, encontramos 19 nomeações, sendo 18 feitas em virtude de ofícios assinados por juízes de paz e, apenas uma, com menção aos prefeitos. Porém, o ofício que retoma o cargo já revogado é, na verdade, datado de 1838, o que demonstra um atraso de três anos no processo de nomeação. É importante ressaltar que ao menos nos anos iniciais que englobam esta análise, são raros atrasos nas nomeações.

O ano de 1842 por sua vez, é um ano atípico. Primeiro por ser o ano que inaugurou o papel do delegado no processo de nomeação; e, segundo, porque corresponde ao período em que aparecem menos nomeações (excluindo 1838 que se reinaugura a atuação do juiz de paz). Das cinco analisadas, uma advém de proposta do juiz de paz e quatro dos delegados de polícia. A explicação para essa queda na quantidade de nomeações pode ser encontrada no contexto do período: São Paulo e Minas Gerais viviam um momento de ebulição política.¹⁷ Justamente por se tratar de um conflito, esse decréscimo poderia ser encarado como aparentemente contraditório. Porém, a fim de refletir acerca dessa quase ausência de nomeações,

¹⁷ De acordo com HÖRNER, Erick. *Cidadania e insatisfação armada: A "Revolução Liberal" de 1842 em São Paulo e Minas Gerais*. In, "Revolutas Motins e Revoluções: Homens livres, pobres e libertos no Brasil do século XIX. Monica Duarte Dantas (org.). São Paulo: Alameda, 2011. P. 331-354, a revolta se configurou por conta da insatisfação da elite liberal paulista e mineira perante à instauração do que chamavam de "leis opressoras", ou seja, a aprovação da Reforma do Código do Processo Criminal e do Conselho do Estado, em 1841. De acordo com o autor, essas elites reivindicam pela permanência do juiz de paz, mantendo-se contrárias a criação dos cargos de chefe de polícia, delegados e sub-delegados.

retomamos aqui, mais uma vez a problemática do quadro da multiplicidade de forças já tratado.

Nesse sentido, é Erick Hörner¹⁸ que nos ajuda a compreender esta aparente contradição. De acordo com o autor, justamente neste momento, a principal instituição que agiu na contenção do conflito foi a Guarda Nacional. Esta constatação, ligada à queda das nomeações, pode nos indicar a ineficiência das Guardas Policiais em relação à Guarda Nacional em um contexto conflituoso. Contudo, ela também nos dá meios de refletir acerca da possível existência de uma organização e diferenciação na ação dessas forças. De todo modo, tanto tendo em conta a análise da documentação, quanto o trabalho de Hörner, fica claro que, embora haja um quadro múltiplo de forças atuantes dentro da província, neste caso específico de conflito, foi a Guarda Nacional que tomou a frente da contensão.

Ainda tendo como enfoque o ano de 1842, mas atentando-se para as autoridades municipais, constatamos a diminuição de ofícios exercidos pelos juízes de paz em função do delegado de polícia. De acordo com André Rosemberg¹⁹, este cargo já existia desde 1827 – mesmo ano de criação do juiz de paz – entretanto, foi só com a reforma do código de 1841, que ganharia mais expressão de atuação. Em vista disso, a partir dos dados coletados em 1842, conseguimos evidenciar a centralização inaugurada em 1834. Assim, a tese de Ivo Coser, que destacamos acima, de que foi a partir do Ato adicional, que o governo provincial passou a deter mais poder sobre suas Vilas, de modo a exercer maior controle em relação à administração municipal, nos faz cada vez mais sentido.

Dessa maneira, tendo como enfoque a mudança de atribuição do juiz de paz para o delegado, nota-se a dimensão de como a reforma do Código se efetivou em favor da consolidação de um centro provincial em relação aos demais municípios. Isso porque, o poder de indicar a nomeação de um alto cargo do corpo de polícia deixou de partir de um juiz leigo e eleito localmente, para dar vez a um cargo atrelado ao chefe de polícia que, por sua vez, era nomeado pelo Imperador (Corte) ou pelos Presidentes

¹⁸ HÖRNER, Erick. 2011. *Op. Cit.*

¹⁹ ROSEMBERG, André. *De chumbo e Festim: uma história da polícia paulista no final do império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2010. P. 49.

(Província).²⁰ Portanto, embora os cargos não sejam novos na prática foi após 1841 que se verifica a formação de uma nova lógica do processo de nomeação das autoridades das forças policiais. Assim, embora haja o reconhecimento e legitimação administrativa de autoridades municipais, há uma reforma na tentativa de sublinhar que essas autoridades que deixariam de ser eleitas localmente para serem nomeadas pelo Presidente da província ou por um cargo – como é o caso do chefe de polícia – nomeado pelo governo provincial.

Nos anos seguintes, até 1845, o quadro de ofícios para nomeações segue a mesma lógica instaurada com o código de 1841 e observada em funcionamento a partir de 1842. O número de nomeações por sua vez volta a subir totalizando 23 em 1843; 33 em 1844; e 42 em 1845, ou seja, um total de 98 nomeações das quais 92 foram decretadas a partir de ofícios de delegados de Polícia; uma de juiz de paz; três por sub-delegados, uma em formato de lei e finalmente, a última em que não há menção da autoridade que fez a indicação.

Conforme exposto na tabela, a partir do ano de 1846 a figura dos delegados começou a perder espaço para os chefes de polícia. Embora desde 1841 ambos os cargos já estejam trabalhando conjuntamente – de acordo com o artigo primeiro do Código penal de 1841 – o chefe de polícia era superior ao delegado²¹, e nomeado diretamente pelo Presidente da província. O que nos pode levar a supor uma maior tentativa de centralização do poder central da província e, conseqüentemente, uma maior importância dada ao controle dessas forças. Por outro lado, o número de nomeações que aparecia de maneira crescente, desde 1843, decaiu: encontramos, para o ano de 1846, apenas 22 nomeações sendo 18 feitas a partir das indicações dos chefes de polícia, e o restante de acordo com ofícios de delegados.

Nos anos seguintes, até o final da temporalidade que engloba esta análise, a nova lógica de centralização provincial prevalece, de modo que é o chefe de polícia quem aparece no topo das nomeações. No entanto, em 1847 temos um quadro um tanto

²⁰*Colleções de leis do Império do Brasil*. Lei número 261 de 03 de Dezembro de 1841 – Reforma do código de processo criminal. Capítulo I – artigo primeiro. “Haverá no Municipio da Côrte, e em cada Provincia um Chefe de Policia, com os Delegados e Subdelegados necessarios, os quaes, sobre proposta, serão nomeados pelo Imperador, ou pelos Presidentes. Todas as Autoridades Policiaes são subordinadas ao Chefe da Policia”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/LIM/LIM261.htm> Acessado em: 04/09/2014.

²¹Idem.

quanto atípico: a maioria das nomeações são feitas a partir de ofícios antigos.²² Já para o ano de 1848, aparecem 24 nomeações, todas sobre propostas de chefes de polícia. O quadro para 1849 se assemelha ao de 1847 uma vez que resgata nomeações atrasadas. Porém, é o ano em que mais temos nomeações: das 195, 194 são feitas a partir de indicações dos chefes de polícia que englobam ofícios de 1848 até 1849. Temos ainda uma nomeação a qual não traz menção de que cargo indicou. Por último, aparecem para o ano de 1850, 45 nomeações, todas por indicação do chefe de polícia, mantendo o quadro de centralização do poder da capital provincial.

Considerações finais

Ao analisar anualmente as nomeações dos comandantes das Guardas Policiais, toca-se diretamente, conforme apontamos acima, em duas grandes questões. Em primeiro lugar, adentramos o processo de administração desses corpos. Nesse sentido, conclui-se a multiplicidade da Guarda Policial, e, sua localização ao menos, administrativa. Ou seja, o fato da indicação do comandante da Guarda Policial advir de uma autoridade municipal, demonstra que a força atuava, sobretudo, nas vilas e municípios provinciais. Ademais, essa pluralidade de localidades da emissão dos ofícios indica que a Guarda Policial, por si só, era múltipla, uma vez que se constituía, como vários corpos, divididos e atrelados às diversas Câmaras Municipais espalhadas pelo território provincial.

Além disso, a partir do processo de nomeação das Guardas policiais, constata-se a centralização administrada pelo governo provincial em relação aos municípios pós Ato Adicional. Assim, conforme demonstrado acima, as autoridades municipais tinham papel fundamental na seleção dos comandantes das Guardas Policiais, e isso se manteve por todo período analisado. No entanto, com o passar dos anos, e, sobretudo no segundo reinado já com a Reforma do Código Penal em vigor, o controle do centro foi evidenciando-se como cada vez significativo na escolha dos postos de mando dessas Guardas Policiais, resultando no que podemos chamar de consolidação de um centro provincial. Ou seja, no imediato pós Ato Adicional o responsável pela seleção do comandante da Guarda Policial era um juiz leigo, eleito localmente (juiz de

²² As duas nomeações advindas de ofícios de Juízes de Paz são datadas de 1838 e 1841; as dez de Delegados de Polícia são de 1842 e 1844; as cinco de Subdelegados, de 1845 e 1846 e por fim as feitas a partir dos ofícios de Chefes de Polícia são de 1845, 1846 e 1847.

paz), para ao fim de 1850, passar a ser o chefe de polícia, nomeado diretamente pelo Presidente da província.

Dessa maneira, estudar a administração dessas forças, na primeira metade do século XIX, permite entender a constituição e o funcionamento de instituições policiais recém-criadas atuando no território da província de São Paulo e, também, o processo de formação do Estado na sua dimensão mais efetiva. Isto porque, uma vez que analisamos um ramo “menor” da administração estatal, detendo-nos no controle da província em relação a seus corpos policiais, pode-se entrever o desenhar do processo de construção do centro de poder provincial.

Capítulo 35: A SOCIEDADE CEARENSE LIBERTADORA E UM PROJETO DE ABOLIÇÃO NO CEARÁ (1881-1884)

Camila de Sousa Freire¹

O trabalho apresentado é resultado da minha pesquisa para a monografia de conclusão de curso de graduação e da pesquisa de Iniciação Científica na qual trabalho. Esta busca analisar a escrita da História do Brasil nas primeiras décadas republicanas, a partir de um diálogo entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. A pesquisa de monografia busca analisar o processo de abolição da escravidão na Província do Ceará, que ocorreu em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea e se insere na pesquisa de IC na medida em que a abolição da mesma província será utilizada posteriormente, contribuindo no processo de escrita da história nacional, assim como um feito fortalecedor da identidade regional.

Dessa forma, discutimos a formação identitária e a relação entre centro e periferia, além de conceitos como alteridade e circulação cultural de ideias, no contato entre o Ceará e as demais províncias do país, utilizando autores como Anne Marie-Thiesse, Tzvetan Todorov e Lusirene Ferreira, entre outros. São discutidas também questões características do movimento abolicionista cearense, através dos autores Raimundo Girão e Pedro Alberto de Oliveira Silva, bem como a transição de uma inicial radicalidade para um posterior conservadorismo no movimento abolicionista cearense. Além disso, abordamos as influências por trás do discurso dos intelectuais que empreenderam esse movimento e suas tentativas de legitimação e afirmação, a partir da exaltação do seu pioneirismo e dos seus meios de atuação. Para tanto, analiso a atuação da Sociedade Cearense Libertadora, uma sociedade pioneira no movimento abolicionista do Ceará, a partir do jornal publicado pela mesma, o *Libertador*, entre os anos de 1881 e 1884. Este se encontra disponível on-line na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Sociedade Cearense Libertadora foi fundada em 08 de Dezembro de 1880, a partir da iniciativa de alguns membros da sociedade comercial Perseverança e Porvir, ambas situadas na capital da província, Fortaleza. Em 01 de Janeiro de 1881 é fundado o Jornal *Libertador*, como um porta-voz da Sociedade Cearense Libertadora, bem como

¹ Graduanda em História pela Faculdade de Formação de Professores – FFP/UERJ.

dos abolicionistas que a compunham. Os membros dessa sociedade atuaram fortemente nesse movimento, como por exemplo, facilitando a fuga de escravos e possibilitando a concessão de cartas de alforria, além de conseguirem mobilizar toda a Província, através da propaganda abolicionista presente no Jornal. Mesmo as outras Sociedades que foram surgindo ao longo do processo de abolição, no Ceará e também em outras províncias, tinham esta como um exemplo a ser seguido.

Partimos da hipótese de uma mudança nos meios de atuação da Sociedade, de um caráter mais radical para outro mais conservador ao longo do processo de abolição da província. Hipótese que é confirmada através da análise do jornal. Esse período de radicalidade vai de 1881 a 1882. Do ano de 1882, só está disponível o primeiro número, onde encontramos uma nota sobre as mudanças em sua abordagem, que a partir de então englobava diversas questões referentes à província, não mais se detendo apenas na abolição². Por meio da análise dos jornais de 1883 percebe-se uma mudança de tom tanto nos discursos quanto na atuação desses abolicionistas. No início, essa Sociedade facilitava a fuga de escravos e os escondia, tendo seus integrantes perdido cargos públicos e sido processados por isso. Posteriormente, a Sociedade passa a atuar muito mais pela concessão de cartas de alforria e a partir da propaganda, que levava a população a libertar seus escravos. Aconteceu, inclusive, de serem enviadas comissões compostas por alguns desses abolicionistas para tentarem convencer os senhores a libertarem seus escravos³. Assim, a abolição foi se dando aos poucos em ruas, bairros e municípios, até que a província inteira viu seus escravos libertos. Esse era um modelo seguido por todas as sociedades libertadoras do Ceará e também de outras províncias, que viam neste um exemplo a ser seguido.

Em relação ao discurso, tem-se uma linguagem ácida e combativa nos primeiros anos. Esta perdurou não se importando a quem se referia. Mas, buscaram nos anos seguintes (a partir de 1882) negar as acusações de radicalidade e subversão de que eram alvo, alegando “agir dentro da legalidade”. Vemos que esse discurso intensificou-se principalmente após a abolição na província, quando passou a ser de que a abolição se realizou “sem derramamento de sangue” e “sem subversão da ordem social”⁴. Além disso, foi aberto um espaço maior para a religiosidade no jornal, com

²*Libertador*, Fortaleza, 02 de Novembro de 1882, p. 2.

³*Libertador*, Fortaleza, 07 de Agosto de 1883, p. 2.

⁴*Libertador*, Fortaleza, 25 de Março de 1884, p. 1.

colunas destinadas a discussões entre católicos e protestantes, sobre adoração de imagens e denúncias de celebrações protestantes, com o Jornal posicionando-se claramente a favor do catolicismo.

Atentamos ainda, como já foi sugerido, para a busca por legitimação por parte dos intelectuais e dos cearenses em geral, e para a conseqüente tentativa de formação de uma identidade regional a partir desse feito, que foi a abolição da escravidão na província do Ceará em 1884. Vemos sempre mencionado nos discursos o fato de que mesmo o Ceará sendo uma província pobre, preocupou-se com seus semelhantes mais infelizes, no caso os escravos. São destacadas ainda como características principais do povo cearense a abnegação e a superação, já que mesmo após as dificuldades passadas pela população durante a seca (1877-1879) esta conseguiu pensar no próximo, superar as dificuldades e fazer a abolição antes de todas as outras províncias do Império. Outro fator presente nos discursos encontrados no jornal é a certeza de que a abolição de fato se daria, e de que seria um feito glorioso para a província e para o povo cearense, pelo qual ficariam marcados para sempre na história do país. Isto se fortalece após a abolição, com as diversas comemorações e exploração ao máximo desse acontecimento, principalmente no jornal, com edições especiais, onde são publicadas as felicitações enviadas de todas as partes do país, exaltando o Ceará pela conquista.

Em seu livro *A Vida em Comum*, Tzvetan Todorov⁵ fala sobre a busca dos indivíduos por reconhecimento. Segundo ele, os homens têm necessidade de reconhecimento, de aceitação diante do olhar dos outros⁶. Estes abolicionistas cearenses buscavam reconhecimento diante das outras províncias e dos países considerados civilizados. Buscavam igualmente a formação de uma identidade e de uma memória regionais que se inserissem posteriormente em âmbito nacional. A autora Anne-Marie Thiesse⁷ fala em seu trabalho sobre a formação de identidades nacionais na Europa durante o século XIX, onde serão utilizados diversos elementos unificadores – como língua em comum, música, trajes tradicionais, escolha dos ancestrais, entre outros – em um trabalho de criação de referências coletivas. Não foi diferente no Brasil, que também empreendeu esse trabalho de formação de

⁵ TODOROV, Tzvetan. *A Vida em Comum: Ensaio de Antropologia geral*. UNESP. 2014.

⁶ *Ibidem*, p. 32.

⁷ THIESSE, Anne-Marie. “Ficções Criadoras: As identidades nacionais”. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002, pp. 7-23.

identidade nacional ao longo de todo o século XIX e durante parte do século XX. Os abolicionistas cearenses, no contexto da década de 1880, já falavam que seu feito ficaria marcado na história do país. Nas décadas posteriores, ocorreu a tentativa de sua inserção na história nacional por parte do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, em diálogo com o IHGB.

Outro fato, que ocorreu ainda na fase inicial, e que será visto como motivo de orgulho regional é a greve dos jangadeiros. Este foi um movimento ocorrido em Fortaleza, nos dias 27, 30 e 31 de Janeiro de 1881, quando a praia foi bloqueada para o embarque de escravos. Sob o grito de ordem “No porto do Ceará não embarcam mais escravos!”, os jangadeiros, responsáveis por levar os escravos até os navios negreiros, se recusaram a fazê-lo. Este foi um movimento organizado pela Sociedade Cearense Libertadora e os jangadeiros, e que contou com grande apoio popular – muitos compareceram à praia naqueles dias. Talvez esse tenha sido o motivo que levou as autoridades a não tomarem nenhuma medida de repressão, evitando conflitos. Em 31 de Agosto do mesmo ano o porto de Fortaleza foi fechado novamente. Dessa vez, porém, o governo havia mudado, e o novo presidente da província, Pedro Leão Veloso, declarou que ou os escravos embarcavam ou correria sangue, ao que os Libertadeiros⁸ responderam: “Pois corra sangue!”⁹. Além disso, os abolicionistas da Cearense Libertadora juntamente com os portuários saíram durante a madrugada daquele dia e arrancaram as pedras de trechos das ruas que levavam até o porto, para dificultar a ação policial¹⁰. No dia 30, estando presentes na praia em torno de seis mil pessoas¹¹, e apesar de todo o aparato policial, os escravos não embarcaram. Duas escravas foram roubadas diante da polícia, que não conseguiu impedir. Assim, iniciou-se o movimento abolicionista cearense, com apoio da população, que procurou se impor às autoridades. Além de ter passado para a história do Ceará como um marco, a greve dos jangadeiros demonstra o caráter radical do início do movimento abolicionista cearense. Outro exemplo desse caráter radical é o fato de a primeira diretoria da Sociedade Cearense Libertadora ter se dissolvido por discordâncias entre seus membros quanto aos meios de atuação. Raimundo Girão¹² transcreve em seu livro o

⁸ Como eram chamados pela população os membros da Sociedade Cearense Libertadora. Ver: SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da Escravidão no Ceará: das origens à extinção*. 2ª Ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011, p. 84-247.

⁹ *Ibidem*, p. 214.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ *Ibidem*, p. 215.

¹² GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. 3ª Ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984, 347 p.

depoimento de Antonio Bezerra de Meneses, um dos membros da Sociedade Cearense Libertadora, onde este relata a reunião que dividiu a direção da mesma:

“(...) Tendo-se por mais de uma vez suspenso as sessões por tumultuárias, em consequência do desacordo entre os sócios (...) foi pelo presidente provisório João Cordeiro designado o dia 30 de janeiro de 1881 para se decidir esse assunto. No domingo mais próximo ao meio-dia compareceram uns vinte sócios na antiga Bolsa do Comércio, à Praça José de Alencar, e logo João Cordeiro fê-los entrar para uma sala ao lado daquela casa do comércio, adrede preparada, a que havia ele dado o nome de Sala do Aço. Ali achava-se uma mesa grande, coberta com um pano preto, duas lanternas nos extremos e vinte cadeiras em torno. Depois de fechada a porta da entrada e acesas as velas das lanternas, João Cordeiro, que ocupava o centro da cabeceira, levanta-se e, arrancando da cava do colete um punhal, atira-o com força no meio da mesa, onde ficou cravado, oscilando sinistramente ao reflexo das luzes, e disse: - ‘Meus amigos, exijo de cada um de nós um juramento sobre este punhal, para matar ou morrer, se for preciso, em bem da abolição dos escravos. Vamos travar uma luta horrível com o governo, e por isso está em tempo de se retirar aquele que for amigo do mesmo governo ou dele for dependente. Quem não tiver coragem para tanto pode sair, que ainda sai em tempo’ e logo se retiraram onze, cujos nomes por conveniência ocultamos do desprezo público.”¹³

Os dissidentes da Sociedade Cearense Libertadora acabaram por fundar outra sociedade abolicionista, o Centro Abolicionista 25 de Dezembro. Este desde o início seguiu a linha emancipacionista, ou seja, visavam contribuir para o fim da escravidão naquela província, porém sem lançarem mão de medidas extremas, como viam em algumas ações da Sociedade Cearense Libertadora. Sua orientação conservadora fica clara na ata onde constam seus objetivos, transcrita por Pedro Alberto de Oliveira Silva:

“(...) aparelhar os meios, que mais eficazmente (pudessem) conduzir a abolição da escravatura (na) província, tendo em vista principalmente a conveniência de porem-se esses intuitos de

¹³ GIRÃO, Op. Cit., p. 95.

acordo com as leis do paiz, de modo a evitar-se quanto quaesquer perturbações de ordem moral ou econômica no seio da família ou da sociedade.”¹⁴

Cabe frisar que o Centro Abolicionista 25 de Dezembro tinha como líder o Dr. Guilherme Studart, intelectual ligado à Igreja Católica, fundador do Instituto Histórico do Ceará, que irá posteriormente, nas primeiras décadas republicanas, empreender um levantamento da história do Ceará buscando sua contribuição para a história nacional, em colaboração com o IHGB, como já foi dito.

Para pensar as relações centro e periferia, inicio utilizando a dissertação de mestrado de Lusirene Ferreira¹⁵, que nos mostra como o movimento abolicionista cearense repercutiu no Rio de Janeiro, então a Corte do Império. Segundo a autora, as comemorações ocorridas na Corte em comemoração à abolição do Ceará duraram vários meses, com a cidade em verdadeiro estado de euforia, onde foram organizados comícios, festas e manifestações públicas em apoio à província. Houve comemoração na Corte até mesmo antes do dia 24 de Março de 1884, data marcada para a abolição total no Ceará, como ocorreu também nesta província, o que evidencia a troca de informações entre esta e a Corte. Essa troca de informações não se restringia ao Rio de Janeiro e ao Ceará, mas entre este e diversas outras províncias do Império. Encontramos no *Libertador* notícias do movimento abolicionista em várias províncias, enviadas por elas à Sociedade Cearense Libertadora. Aqui percebemos as relações do Ceará com as demais províncias do Império, este figurando como um exemplo a ser seguido. Encontramos também conselhos às demais províncias para que acompanhassem o Ceará¹⁶. Percebe-se que as demais províncias desejavam realmente seguir seu exemplo. O Ceará era visto como um norteador do movimento abolicionista do Império, inclusive pelo próprio Rio de Janeiro, então capital, e vista aqui como centro. Nesse momento, porém, o centro irradiador de influência no que se refere à abolição da escravidão passou a ser o Ceará. Nas relações mantidas entre o Ceará e as demais províncias, encontramos a conquista de alteridade a partir de como era visto

¹⁴ SILVA, Op. Cit., p. 227.

¹⁵ FERREIRA, Lusirene Celestino França. *Nas asas da Imprensa: a repercussão da Abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885)*. Universidade Federal de São João del-Rei, 2010.

¹⁶ *Libertador*, Fortaleza, 12 de Novembro de 1883, p. 1.

no cenário destacado, das influências exercidas pelo mesmo e da intensa troca de informações entre ele, colocado no centro, e as demais províncias.

Percebemos ainda uma circulação cultural e de ideias nas influências recebidas externamente por esses abolicionistas, vindas principalmente da Europa, mas também dos Estados Unidos. Na Europa, a França é tida por eles como a pátria da liberdade, e tomam para si o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Já os EUA são vistos como o exemplo de abolição que deu certo. Embora, já no final do processo abolicionista, no momento mais conservador, os abolicionistas cearenses façam questão de dizer que o Ceará não precisaria de uma guerra civil, como foi o caso dos EUA, para que a abolição acontecesse, e que esta se daria por meios pacíficos. Os Estados Unidos serviam também como exemplo por utilizarem a mão de obra livre em indústrias, sendo sinônimo de progresso para os abolicionistas. São citados pelos abolicionistas cearenses figuras como Lincoln e Victor Hugo. Internamente são exaltados o Visconde do Rio Branco, por sua lei de 1871, a Lei do Ventre Livre, assim como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Este último, em um movimento de busca de reconhecimento externo, promoveu um jantar na França, quando lá esteve, em comemoração à libertação de Fortaleza e ao movimento abolicionista cearense. O *Libertador*, por sua vez, publicou a descrição do jantar, enviada por Patrocínio. Dessa forma, o jornal buscava mostrar a importância do movimento abolicionista cearense, que chegou até a Europa, angariando assim a simpatia daqueles que tinham como modelo de civilização e progresso. Modelo este sempre buscado por esses abolicionistas, que viam na escravidão a barbárie do século, que precisava ser rompida, para que o Brasil entrasse para o rol dos países civilizados.

O número de 06 de Agosto de 1884 do *Libertador* é o último da Sociedade Cearense Libertadora e traz um manifesto onde explica as razões pelas quais a sociedade havia chegado ao fim. Destaco os seguintes trechos:

“Depois de todos esses sacrificios de trabalho sem trégoa, durante quasi quatro annos e de dinheiros despedidos no valor de mais de 50:000\$000; depois de termos obtido no campo das ideias a maior victoria nas luctasbrazileiras, ficando-nos a satisfação de havermos precipitado a solução da questão do elemento servil, obrigando o governo do paiz a subir até o povo, em cuja frente acaba de collocar-se o ministerio Dantas, - desfraldando a bandeira da abolição, - depois de tudo isto, quando a nossa sociedade nada mais pode fazer

em favor da causa que deu-lhe vida por tantos annos, julgamos conveniente dissolver hoje este pequeno nucleo de homens que se fizeram irmãos para, sob o lemma de – UM POR TODOS E TODOS POR UM, - combater a escravidão, que éa maior vergonha do Brazil.”¹⁷

Mais adiante há outra nota sobre o mesmo assunto:

“Os membros d'esta associação, considerando que o seu fim estava preenchido com a libertação total da provincia, resolveram dissolver a mesma sociedade. Ao historiador imparcial compete o júzo verdadeiro dos esforços e merecimento d'essa associação, que contou os seus dias por luctas renhidas e fecundas.”¹⁸

Assim encerrou-se a Sociedade Cearense Libertadora, já naquele momento convocando os historiadores a contarem sua história para a posteridade. Então, percebemos que o movimento abolicionista cearense tinha por objetivo livrar-se de uma mácula, que manchava a imagem do Brasil diante desses países considerados civilizados e impedia seu progresso. Para isso, foi empreendida uma intensa campanha, que mobilizou a província inteira, disseminando-se por todo o Império. Até hoje esse fato permanece como uma forma de orgulho regional, destacando-se a figura do jangadeiro Francisco José do Nascimento, líder da greve dos jangadeiros, e a atuação da Sociedade Cearense Libertadora, que teria se colocado à frente do movimento abolicionista e concorrido ativamente para seu desfecho favorável. Memória e história, em constante tensão, contribuíram para a formação de uma identidade pautada nesse acontecimento e nesse comemorado pioneirismo.

¹⁷ *Libertador*, Fortaleza, 06 de Agosto de 1884, p. 2.

¹⁸ *Libertador*, Fortaleza, 06 de Agosto de 1884, p. 2.

Capítulo 36: O PROTAGONISTA DE CINEMA: OS HERÓIS MASCULINOS DA NOVA HOLLYWOOD

Carlos Vinicius Silva dos Santos¹

INTRODUÇÃO

O presente texto pretende abordar a representação masculina operada nos protagonistas de filmes do conjunto de produções cinematográficas da Nova Hollywood. As personagens de parte significativa dos filmes do período, que se estende entre a segunda metade da década de 1960 e toda a década seguinte, pautam-se por um comportamento errante, sempre em busca de seu lugar de pertencimento no mundo, ora almejando compreender a realidade na qual se inserem, ora em flagrante oposição a esta mesma realidade. Assim, objetiva-se examinar a constituição das personagens em contato direto com a atmosfera do momento, marcada pela contracultura dos anos 1960, bem como pelo desalento ocasionado pela crise econômica, pela Guerra do Vietnã e pelas transformações políticas ocorridas a partir do final da década, nos Estados Unidos da América.

O termo Nova Hollywood tem sido objeto de debates e reflexões tanto no campo acadêmico, quanto no cinematográfico, fato que torna necessário o esclarecimento daquilo que se considera, neste artigo, constituir este específico conjunto de filmes. Entre os anos finais da década de 1960 e o fim da década de 1970, com alguns títulos sendo produzidos já nos anos 1980, fatores de variadas instâncias possibilitaram o surgimento de modificações no modo de produção do cinema realizado pelos estúdios da Califórnia. Enfrentando uma conjuntura de crise financeira, a competição das novas mídias e meios de entretenimento, além das ruidosas transformações culturais que implicaram em mudanças quanto ao público consumidor de filmes, o antigo negócio do cinema americano apresentava incontestes sinais de desgaste. Como consequência mais visível, ao longo dos anos 1960 os grandes estúdios são, um a um, vendidos para empresas estranhas ao mundo do entretenimento.

Distantes das novas demandas culturais da população americana, usualmente os estúdios não eram bem-sucedidos em produzir filmes que veiculassem representações próximas àquela sociedade, com as quais os indivíduos pudessem se

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada, do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/IH/UFRJ). Pesquisador do CEO-NUPEHC (UFF) e do LEHMAE(UFRJ). Bolsista CAPES. E-mail: carlosvsdossantos@gmail.com.

identificar e reconhecer seu cotidiano. Assim, diante do quadro de limitado retorno financeiro, os estúdios, em reorganização, passam a experimentar novas formas de produção, arriscando produzir enredos com temáticas mais atuais, desde que de baixo orçamento, dividindo os custos com produtores independentes. Desta forma, ganha espaço um grupo de novos diretores, alguns oriundos da televisão, outros iniciados na roteirização, que viriam a propor enredos distantes daqueles tradicionalmente rodados em Hollywood, estando esteticamente antenados às inovações do cinema em outras nações, sobretudo europeias. Desta maneira, utilizando-se usualmente como marcos “Bonnie e Clyde: uma rajada de balas” (Arthur Penn – 1967) e “O Portal do Paraíso” (Michael Cimino – 1980) reconhece-se um grupo de produções idealizadas por jovens realizadores os quais, dialogando com as demandas presentes na sociedade americana, pensaram um cinema que dava esteio às tensões daquele período histórico.

Apesar de inovador, este impulso presente no cinema americano do período não chegou a estabelecer uma escola artística ou cinematográfica, atendo-se à proposição de novas práticas, temas, estéticas, porém sem instaurar uma ruptura concreta em relação ao modo de se pensar o cinema naquela indústria. Atentando-se para os parâmetros sugeridos por Michel Marie, uma escola cinematográfica deve possuir um *corpus* de doutrina crítica mínima; um programa estético que suponha uma estratégia; deve realizar a publicação de um manifesto; possuir um conjunto de artistas; um suporte editorial que veicule as posições do grupo; uma estratégia promocional; um líder ou teórico; e adversários, uma vez que toda escola se afirma pela oposição ao que a precedeu ou lhe é coexistente².

Mesmo que não se considere necessária a presença de todos esses parâmetros para a constituição de uma escola, no caso da Nova Hollywood muitos deles não são observados. A despeito da existência de um grupo coerente de diretores, atores e técnicos, bem como da partilha de posições temáticas e estéticas, um manifesto não chegou a ser publicado, não existindo, igualmente, um efetivo *corpus* doutrinário. Finalmente, mesmo os profissionais mais diretamente ligados a essa empreitada não chegaram a assumir uma postura retórica de constante afirmação de um pretenso

² MARIE, Michel. *A Nouvelle Vague e Godard*. Trad. Eloisa A. Ribeiro, Juliana Araújo. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2011. Marie seleciona os parâmetros pensando no caso da *Nouvelle Vague* enquanto escola cinematográfica, porém estes se mostram pertinentes para a consideração da Nova Hollywood ou de qualquer outro conjunto coeso de produções cinematográficas, igualmente.

movimento em formação. Assim, parece mais acertado considerar a Nova Hollywood como um período no qual um conjunto de fatores de variadas ordens (econômicas, culturais, técnicas, estéticas) coadunou-se, permitindo a instauração de uma atmosfera criativa marcada pela inventividade e inovação, porém sem se opor radicalmente à tradição do cinema americano, tampouco à indústria.

Como citado anteriormente, o termo Nova Hollywood gera debates e diversificadas perspectivas analíticas e interpretativas às quais, diante da exiguidade do presente artigo, não serão detidamente examinadas. Em linhas gerais, os autores concordam com a existência de coesão formal e temática dentre os títulos, divergindo quanto aos ciclos, quanto às implicações ideológicas e, significativamente, quanto aos níveis de ruptura e continuidade relativas ao Cinema Clássico Hollywoodiano³. Para os objetivos do artigo, considera-se a Nova Hollywood como expressão do cinema de arte americano, sendo *American Art Cinema* uma de suas denominações. Segundo David Bordwell, o cinema de arte tem como premissas básicas o realismo e a expressividade autoral. Como características do realismo, suas personagens não possuem objetivos claramente estabelecidos, sendo levados pela sequência de acontecimentos sem que atuem diretamente sobre eles. No que concerne à expressividade autoral, os diretores utilizam-se de “recorrentes violações da norma clássica” do fazer cinematográfico próprio de Hollywood, buscando esclarecer ao espectador a existência de uma série de práticas subjetivas que compõem a narrativa que ele está assistindo.⁴

Apesar de esteticamente e tecnicamente demarcados pela influência do cinema de arte moderno europeu da década de 1950 e dos anos iniciais da década de 1960, a particularidade mais relevante dos filmes da Nova Hollywood é a construção psicológica de seus protagonistas. Configurando-se homens apenas tenuemente ligados aos seus laços familiares, parentais, e comunitários, estas personagens demonstram ter pouco controle sobre a realidade que os cerca, sendo por vezes confusos, incongruentes, angustiados em sua falta de perspectivas. Neste sentido, da

³ Para uma melhor compreensão destes debates conferir, inicialmente, o capítulo 13 – “Cinema hollywoodiano contemporâneo”, de Fernando Mascarello, no *História do Cinema Mundial*, organizado pelo mesmo autor. Aprofundando-se na questão, considerar *The Last Great American Picture Show*, de Thomas Elsaesser, principalmente seu artigo “The pathos of failure: american films in the 1970s”, e *The Classical Hollywood Cinema: film style and mode of production to 1960*, de autoria de D. Bordwell, J. Staiger e K. Thompson. Para a caracterização do Cinema Clássico de Hollywood, conferir esta última obra e *A Certain Tendency of the Hollywood Cinema, 1930-1980*, de Robert B. Ray.

⁴ BORDWELL, David. “The art cinema as a mode of film practice,” *Film Criticism* Vol. IV, N. 1, 1979.

construção das personagens da Nova Hollywood, dois são os ciclos de produção que se observam: o ciclo contracultural, do final dos anos 1960, e o ciclo pós-traumático, do início dos anos 70. Segundo Christian Keathley:

While in the 1960s, the heady energy of college campus protest had been reflected in the counter-culture cycle, by the early 1970s, the trauma suffered by soldiers in Vietnam, then by the nation as a whole, was reflected in this second cycle of films whose heroes, like the heroes of Vietnam, are manipulated, exploited, and left paralysed by the realisation of their powerlessness in the face of a corrupt system. The overwhelming feelings of disaffection, alienation, and demoralisation that permeate these films are, in a sense, a displaced repetition of the intense trauma suffered by the Vietnam generation.⁵

Assim, para uma concisa, porém substancial abordagem da construção dos protagonistas nas películas partícipes da Nova Hollywood, consideram-se estes dois ciclos como objeto de reflexão, selecionando-se dois títulos para exame. Apesar de temporalmente próximos, os contextos de produção do final da década de 1960 e do início da seguinte, diferem quanto às tensões presentes na sociedade dos Estados Unidos, veiculando demandas que se ligavam diretamente aos anseios daquela população. Desta maneira examinam-se, a seguir, os filmes “A primeira noite de um homem” (*The graduate*, dir. Mike Nichols – 1967) e “Cada um vive como quer” (*Five easy pieces*, dir. Bob Rafelson – 1970) objetivando-se observar as influências das transformações do cenário político e sociocultural nas produções destes dois ciclos da Nova Hollywood.⁶

⁵ KEATHLEY, Christian. “Trapped in the Affection Image: Hollywood’s Post-traumatic Cycle (1970-1976)” In: ELSAESSER, Thomas. *The Last Great American Picture Show – New Hollywood Cinema in the 1970s*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2004. p. 296.

⁶ Salienta-se que a análise detida das fontes não se constitui enquanto objetivo do artigo, mantendo-se o exame nos níveis do enredo e da narrativa, principalmente. Uma análise de maior profundidade implica a consideração dos variados níveis de significado constituintes da linguagem cinematográfica, o que não é viável diante da concisão do texto. Para o esclarecimento metodológico da análise de fontes fílmicas, conferir: AUMONT, Jacques *et alli*. *A Estética do Filme*. Trad. : Marina Appenzeller. Campinas, São Paulo : Papirus, 2012; AUMONT, Jacques. *Du Visage au Cinéma*. Paris : Editions de l’Etoile, 1992 ; AUMONT, Jacques ; MARIE, Michel. *L’Analyse des Films*. Paris : Nathan, 1988 ; COSTA, Antonio. *Compreender o Cinema*. Trad.: Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Globo, 2003; MARIE, Michel; JULLIER, Laurent. *Lendo as Imagens do Cinema*. Trad.: Magda Lopes. São Paulo: Editora Senac, 2009 e VANOYE, F; GOLIOT-LÉTÉ. A. *Ensaio Sobre a Análise Fílmica*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012. Quanto à consideração da narrativa cinematográfica, ver: BORDWELL, David. *Narration in the Fiction Film*. Londres: Routledge, 1997; FABE, Marilyn. *Closely Watched Films: an introduction of the art of narrative film technique*. Los Angeles: University of California Press, 2004; MARTIN, Michel. *A Linguagem Cinematográfica*. Trad.: Lauro Antônio, Maria Eduarda Colares. Lisboa: Dinalivro, 2005; RAMOS, Fernão. (org.). *Teoria Contemporânea do Cinema. Vol.II: Documentário e Narratividade Ficcional*. São Paulo: Ed. SENAC, 2004 e XAVIER, Ismail. *O Discurso Cinematográfico: a opacidade e a transparência*. 3ª Ed. São Paulo:

O CICLO CONTRACULTURAL: “A PRIMEIRA NOITE DE UM HOMEM”

Produzido no ano de 1967, “A primeira noite de um homem” insere-se em um momento histórico no qual tanto a conjuntura político-econômica, quanto a atmosfera sociocultural, haviam sofrido sensíveis transformações com a exacerbação, e mesmo alguma radicalização, das demandas já perceptíveis desde os anos 1950. No âmbito político, apesar de sucessivas tentativas de aproximação entre os dois principais antagonistas da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética, a política externa continuava marcada pela mútua desconfiança entre estes atores. Internamente, vê-se a polarização entre setores liberais e conservadores, com a década testemunhando o assassinato de proeminentes figuras do cenário político, como o presidente John F. Kennedy, seu irmão Robert Kennedy, e os destacados ativistas do movimento civil, pastor Martin Luther King Jr. e Malcolm X. Economicamente, a conjuntura de elevação vertiginosa do consumo, que veio a caracterizar a década de 1950, já não se faz tão presente, reduzindo a sensação de elevação do padrão de vida da população que, todavia, continua bastante elevado se comparado às demais partes do mundo⁷. No que se refere à atmosfera sociocultural, por sua vez, os anos 1960 trazem à tona os movimentos representativos da contracultura⁸, sobretudo relativos à parcela jovem da população.

“A Primeira Noite de um Homem” narra as desventuras de Benjamin Braddock (Dustin Hoffman), um jovem prestes a completar 21 anos que acaba de se

Paz e Terra, 2005. No que concerne à relação cinema e história: CAPELATO, M. H. Et alii. *História e Cinema - Dimensões históricas do audiovisual*. São Paulo: Alameda, 2007; FERRO, M. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; MASCARELLO, Fernando. *História do Cinema Mundial*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2006; NOVOA, J.; FRESSATO, S.; FEIGELSON, K. *Cinematógrafo - Um olhar sobre a História*. Salvador, São Paulo: EDUFBA/Editora UNESP, 2009 e ROSENSTONE, Robert A. *A História nos Filmes, Os Filmes na História*. Trad.: Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

⁷ Cf. COHEN, Lizabeth. *A Consumers' Republic - The Politics of Mass Consumption in Postwar America*. Nova York: Vintage, 2003.

⁸ As bases da contracultura dos anos 1960 podem ser localizadas já em movimentos culturais surgidos na década anterior. Usualmente, sublinha-se, neste tipo de abordagem, a Geração Beat, movimento desenvolvido, sobretudo, na literatura, do qual *Howl*, de Allen Ginsberg (1956), *On The Road*, de Jack Kerouack (1957) e *Naked Lunch*, de William S. Burroughs (1959) constituem-se como os principais exemplos. Ainda nos anos 1950, materializa-se o Movimento Pelos Direitos Civis, singularmente presente na década seguinte. Os anos 1960 representam um momento de aprofundamento dos questionamentos sociais, culturais e políticos, com a busca por liberalização cultural, notadamente nos costumes e na liberdade individual, tendo certos movimentos assumido claros desdobramentos políticos, alguns abarcando a retórica revolucionária. Bastante heterogêneos, listar estes movimentos políticos e culturais, no presente artigo, poderia levar à desaconselhável imprecisão, além de se constituir em exercício exaustivo. Para uma melhor abordagem do tema, ver GAIR, Christopher. *The American Counterculture*. Edinburgo: Edinburgh University Press, 2007. Sobre a Geração Beat, ver MEDOVOI, Leerom. *Rebels - Youth and the Cold War Origins of Identity*. Durham, Londres: Duke University Press, 2005, especialmente o cap. 6 “Beat fraternity and the generation of identity”.

graduar na universidade. De família abastada residente em Pasadena, Califórnia, Benjamin não tem absoluta ideia do que esperar de seu futuro, sendo absorvido pela incerteza. Apesar de sua insegurança pessoal, seus familiares e amigos comemoram seu retorno à casa de seus pais, parabenizando-o pelo título. Pela perspectiva deles, o rapaz está vivenciando os melhores anos de sua vida: jovem, graduado, proprietário de um carro esporte italiano que ganhara do pai como presente pela formatura, Ben tem todos os motivos para fazer muito sucesso com o sexo oposto e deve se aproveitar disso, segundo um dos convidados.

Após as insistentes investidas de Mrs. Robinson (Anne Bancroft), esposa do sócio de seu pai, Benjamin inicia um caso sexual com a mesma. Abre-se, assim, um hiato na vida do rapaz, que passa os dias na piscina e as noites em encontros com Mrs. Robinson, esquecendo momentaneamente as preocupações com o futuro. Mrs. Robinson proíbe Benjamin de se encontrar com sua filha, Elaine (Katharine Ross), a quem ele conhecia desde o colégio. Apesar da proibição Elaine e Ben se aproximam amorosamente. A partir daí, diante da oposição de Mrs. Robinson e do afastamento de Elaine devido à descoberta do caso entre Ben e sua mãe, Benjamin busca reconquistar a jovem. Os pais de Elaine tentam levá-la a constituir matrimônio com outro homem, porém Benjamin consegue evitar o fato no último instante. Fugindo da igreja, o casal sobe em um ônibus e, após um breve momento de comemoração pela vitória alcançada, o sorriso de ambos transforma-se em uma enigmática expressão neutra, enquanto o ônibus os guia para um futuro em aberto.

Desde os primeiros minutos de projeção fica evidente ao espectador o distanciamento existente entre Benjamin e o mundo à sua volta. Para sublinhar essa patente sensação de isolamento, que logo se desdobra em um sentimento de estranhamento quando o protagonista precisa interagir com o círculo social que cerca seus pais, Mike Nichols recorre a tomadas que veiculam a personagem ora cercada por estranhos que o ignoram, ora em meio a pessoas que, se não estranhas, não possuem nenhum laço realmente próximo a ele. Se, por um lado, não ocorre nenhum tipo de interação entre Benjamin e as pessoas que desconhece, as interações entre aquele e os amigos de seus pais são confusas, verborrágicas, marcadas por diálogos nos quais as falas dos indivíduos parecem não se complementar, chegando mesmo a ocorrer a sobreposição das falas das pessoas, que falam a todo o tempo, de maneira descontrolada. Benjamin se omite da interação com o mundo através da economia

que faz do uso das palavras. Já na abertura, quando acompanhamos a viagem de volta de Benjamin, embarcado no avião e, em seguida, de passagem pelo aeroporto, a música extra-diegética “The sound of silence”, de Simon & Garfunkel, mergulha o espectador no contexto contracultural de produção da película, enquanto aprofunda o estado de isolamento reflexivo da personagem.

“The sound of silence” é utilizada em outra cena, acompanhada de “Tuesday, come she Will”, dos mesmos compositores, após pouco mais 30 minutos de projeção. Nesta sequência do filme, de duração de cerca de 6 minutos, Nichols nos apresenta o estado de espírito de Benjamin durante o período no qual mantém o caso com Mrs. Robinson. Deliberadamente desrespeitando as convenções cinematográficas de tempo e espaço, a cena se inicia tendo o jovem imóvel sobre um colchão inflável que flutua na piscina de seus pais. Partindo deste núcleo, o diretor opera uma forma de montagem que trás à tela os furtivos encontros entre os amantes, momentos antes ou depois de se relacionarem, através da sobreposição de quartos impessoais de hotel. Confundindo a orientação espacial do espectador, Benjamin abre uma porta na casa de seus pais e adentra o quarto de hotel onde Mrs. Robinson o espera, já parcialmente despida. Logo após, fecha a porta da sala de jantar onde seus pais se encontram à mesa, com o cômodo no qual se encontra revelando ser mais um quarto de hotel. Assim como a noção de espaço é subvertida pela montagem, não fica claro por quanto tempo se manteve o caso entre o casal em questão. Dias, semanas, o tempo não parecer ter influência sobre Benjamin, que se mantém em estado letárgico, absorto da realidade. A relação não ultrapassa o contato físico, sendo Benjamin “consumido” por sua amante, que espera dele satisfação sexual e nada mais. Concluindo a sequência de montagem, Benjamin ainda se encontra na cama, deitado sobre sua amante, quando ouve a voz do pai, que faz com que retornemos à piscina. Fotografado em contraplongée e tendo o sol por detrás de si, o que ofusca a visão de Benjamin (e através deste, a do espectador), seu pai é representado como uma figura algo divina, que questiona a falta de objetivos de Ben.

O recurso da alienação através da água, mais especificamente, do silêncio ao qual o indivíduo se submete quando submerso, é explorado em mais duas oportunidades pelo diretor, uma logo na chegada à casa de seus pais, quando Benjamin se refugia em seu quarto e parece desejar poder usufruir da aparente paz que observa em um aquário, a outra na piscina, quando o rapaz veste uma roupa de

mergulho cuja máscara o limita tanto o campo visual, quanto auditivo, inviabilizando sua interação com seus pais e convidados. No fundo da piscina, Ben se mantém alheio a tudo, sozinho, em silêncio.

Esse isolamento da personagem apenas será quebrado quando da chegada de Elaine. Mais do que uma antiga conhecida, a garota transforma-se no objetivo de Benjamin, que acaba ansiando se aproximar amorosamente dela. Assim, se na primeira parte da narrativa Benjamin se caracteriza pela sua apatia, pelo desinteresse com que passa seus dias, na segunda parte transforma-se no mais ativo das personagens, fazendo tudo o que está ao seu alcance para conseguir reconquistar Elaine. Neste intento, ele abre mão de convenções sociais, ignorando as ameaças de Mrs. Robinson e a possível reprovação de seus pais. Entretanto, uma vez que esteja com sua amada ao seu lado, o futuro torna-se novamente incerto.

O CICLO PÓS-TRAUMÁTICO: “CADA UM VIVE COMO QUER”

Apesar de próximo temporalmente do título anteriormente analisado, tendo sido produzido apenas três anos depois, o contexto histórico no qual se insere o filme “Cada um vive como quer” difere significativamente daquele do momento de produção de “A primeira noite de um homem”. Se a década de 1960 vinha caracterizando-se pela explosão cultural que se materializou tanto pelo surgimento de novos costumes e valores, quanto de novos posicionamentos políticos, com o ano de 1968 usualmente sendo considerado o auge desta conjuntura de busca da liberdade (política, civil, cultural, sexual), os anos finais da década trouxeram o recuo de muitos dos movimentos que haviam tomado forma no período. Enquanto a escalada da participação dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã tornava cotidianos os horrores do conflito naquele distante país asiático, domesticamente o fiasco da agenda econômica liberal do governo Johnson, além do próprio custo do conflito, levou ao fracasso os diversos programas sociais constituintes da *Great Society*⁹. Paralelamente, o outrora não violento Movimento pelos Direitos Civis altera sua retórica, tornando-se mais e mais radical, chegando ao discurso revolucionário, com os movimentos políticos universitários da Nova Esquerda experimentando a dissolução, e a

⁹ A *Great Society* foi um ousado programa social proposto pelo presidente Lyndon B. Johnson que tinha, como objetivo, sanar o problema da pobreza que persistia em parte significativa da população dos Estados Unidos, apesar da afluência alcançada pela nação nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. Cf. MATUSOW, Allen J. *The Unraveling of America: a history of liberalism in the 1960s*. Athens: University of Georgia Press, 2009.

contracultura sendo absorvida como produto de mercado ou transformada em discurso sem significado, propagado pelos defensores das muitas experiências sexuais e alucinógenas. Desta forma, abre-se espaço para a eleição de Richard Nixon, republicano, veiculando um discurso conservador, antenado com a disposição percebida em boa parte da população do país, insatisfeita com os rumos da economia e com a suposta desordem social causada pelos muitos movimentos culturais e políticos da década.

“Cada um vive como quer” narra a trajetória de Robert Eroica Dupea (Jack Nicholson). Pianista clássico oriundo de família tradicional, Robert não consegue se adequar às exigências impostas a ele por sua origem familiar e corta relações com seus parentes, indo trabalhar como operário na indústria de extração de petróleo no Texas. Lá, leva uma vida comum, mantendo um relacionamento com a garçonete Rayette (Karen Black). Apesar de não amá-la, e claramente demonstrar vergonha pela sua falta de cultura erudita, vive maritalmente com ela, passando seus dias aproveitando atividades recreativas populares, como o boliche e jogos de carta com seu amigo Elton (Billy Green Bush). Como não possui laços afetivos com Rayette, mantém relações sexuais esporádicas com outras mulheres. Quando sua namorada fica grávida e Elton é preso por roubar um posto de gasolina no ano anterior, Dupea vai à Los Angeles encontrar sua irmã Partita (Lois Smith) que lhe diz que seu pai sofreu dois derrames e lhe pede que volte a casa para visitá-lo. Sensibilizado, Robert decide voltar sozinho, porém, diante da oposição da namorada, se vê obrigado a convidá-la a viajar com ele.

Ao longo da viagem, dá carona a duas mulheres com destino ao Alasca, uma delas buscando neuroticamente fugir da “sujeira” que o consumo de massas da sociedade americana lhe suscita. Antes de efetivamente chegar à casa do pai, Robert deixa a namorada hospedada em um hotel, pretendendo não levá-la ao conhecimento da família. Na casa, conhece Catherine Von Oost (Susan Anspach), jovem pianista noiva de seu irmão Carl (Ralph Waite). Apesar disso, Robert e Catherine acabam se relacionando. Quando Rayette decide aparecer de surpresa na casa dos Dupea, Robert fica em uma situação desconfortável, o que não o impede de defendê-la diante dos comentários pretensivos de uma amiga de Catherine. Ao decidir ir embora, Robert tenta convencer a noiva do irmão a ir com ele, a qual recusa alegando que ele não sabe amar a ninguém. Após tentar explicar ao pai mudo e paralisado os motivos por

não se enquadrar à herança tradicional da família, parte com Rayette, que abandona inesperadamente em um posto de gasolina, pegando carona em um caminhão que segue para o Alasca.

Enquanto Benjamin, o protagonista de “A primeira noite de um homem”, acaba por encontrar um objetivo, o que o impulsiona à ação, Robert Dupea atravessa toda a narrativa de “Cada um vive como quer” ocupando uma posição de estranhamento e distanciamento daquela que deveria ser a sua vida. No início da película encontramos a personagem já nos poços de petróleo do Texas, não nos sendo claras as origens daquele homem, nem os acontecimentos que o guiaram até ali. Apesar de viver maritalmente com Rayette, ele se nega a firmar quaisquer laços afetivos concretos com a garçonete, que lhe pede para afirmar amá-la em diversos momentos do filme, inutilmente. Tanto sua mulher quanto seus poucos amigos (apenas Elton e a mulher deste) aparentam quase nada saber sobre seu passado, sendo sua erudição camuflada nos hábitos cotidianos simples que mantém. Mesmo quando Robert volta à casa de sua família, sua sensação de deslocamento e não pertencimento é evidente, tentando ele se informar dos últimos acontecimentos pelos quais passaram seus familiares, uma vez que faziam alguns anos que ele havia se afastado. Robert é praticamente impermeável às influências dos ambientes nos quais trafega, excetuando-se a atração que Catherine consegue impor sobre ele. Ainda assim, não se entrega abertamente, mantendo seus sentimentos sob controle, o que decepciona a pianista logo após observar uma breve apresentação particular de Robert ao piano, momento no qual ela pôde ver toda a profundidade psicológica do protagonista.

Segundo Thomas Elsaesser, em um artigo que buscava refletir sobre a nova representação dos heróis de cinema ainda durante o desenvolvimento daquela década, os filmes dos anos 1970 precisavam lidar com o fato de que a geração dos 1960 experimentava uma profunda sensação de derrota, pelo Vietnã, pelas promessas políticas não cumpridas, pela crise econômica, pelos sonhos de um futuro socialmente mais harmônico rapidamente desfeitos. Assim, a completa falta de expectativas dos protagonistas constituía-se como o sintoma deste desalento. Heróis como Robert Dupea estavam “esperando pelo fim, convencidos de que era tarde demais para a ação”¹⁰. Para o autor:

¹⁰ ELSAESSER, Thomas. “The pathos of failure: american films in the 1970s”, *In*: ELSAESSER, Thomas. *The Last Great American Picture Show*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2004. p. 291.

The problem that emerges from seeing recent American films is that directors seem unsure of how to objectify into plot, or articulate into narrative the mood of indifference, the post-rebellious lassitude which they, rightly or wrongly, assume to predominate in their audiences. The trend, where it is not towards the defiantly asserted lack of direction and purpose, as in the roadmovies just named, manifests itself in stories that do not have a linear plot structure, and in situations that live from a kind of negative, self-demolishing dynamic.

(...)

What the heroes bring to such films is an almost physical sense of inconsequential action, of pointlessness and uselessness: stances which are not only interpretable psychologically, but speak of a radical scepticism about American virtues of ambition, vision, drive: themselves the unacknowledged, because firmly underpinning architecture of the classical Hollywood action genres.¹¹

O clima frio e úmido da ilha onde a casa dos Dupea se localiza, no estado de Washington, contrasta com a aridez da região texana onde Robert extraía petróleo. A residência configura-se como a única construção apresentada na ilha, o que colabora para o estado de isolamento causado pelo frio, tanto na atmosfera quanto na disposição pessoal dos que habitam o local. Assim, as últimas três cenas da película tornam-se representativas da completa falta de contato entre o protagonista e aquela que deveria ser sua realidade familiar. Buscando convencer Catherine a ir embora em sua companhia, à beira de um lago sob um céu nublado, Robert a ouve dizer que não o acompanhará devido a ele ser um homem que não possui amor próprio e, por isso, incapaz de amar algo ou alguém. Em seguida, conversando com seu pai em um campo vazio, inerte na cadeira de rodas, Robert se desculpa pela relação conflituosa dos dois, apesar de desconhecer os motivos que os levaram a isso. Diante da falta de resposta física, a conversa funciona como uma confissão do protagonista ao seu pai e, principalmente, a ele mesmo, quanto ao seu comportamento errante. Finalmente, já na estrada, e após ter mais uma vez seus afetos agressivamente rechaçados por Dupea, Rayette diz que ela é a única pessoa que sempre irá amá-lo, conotando através de um sorriso dissimulado que ele deve se atentar para essa realidade. Diante disso, Robert opta por abandoná-la sem despedidas, partindo para o Alasca de carona levando consigo apenas a roupa que veste, dando continuidade ao seu padrão fugidivo de comportamento.

¹¹ *Ibid*, p. 282.

CONCLUSÃO

O presente artigo buscou examinar o período dos anos finais da década de 1960 e início da década de 1970 abordando as mudanças ocorridas no âmbito político e social entre o apogeu da efervescência cultural e o início da retomada do conservadorismo político na sociedade dos Estados Unidos. Para tanto, voltou-se à parcela da produção cinematográfica do período comumente denominada Nova Hollywood por entender que os títulos partícipes desta qualificação dialogam intimamente com as vicissitudes do momento. Assim, determinando dois ciclos de produção dentro do grupo mais ampliado de obras cinematográficas da Nova Hollywood, o ciclo contracultural e o ciclo pós-traumático, selecionou as películas “A primeira noite de um homem” e “Cada um vive como quer” para exame.

Enquanto que o título do primeiro ciclo apresenta forte relação com as demandas sociais e com a vívida atmosfera cultural que veio a caracterizar, posteriormente, a década, a obra do segundo ciclo veicula a mudança de ânimo ocorrida a partir do recrudescimento da Guerra do Vietnã, do estabelecimento da recessão econômica e da radicalização de alguns dos movimentos sociais que haviam tipificado o período. A análise de um número maior de títulos de ambos os ciclos colaboraria para sublinhar a manutenção de certos elementos compartilhados entre as películas de cada ciclo. Entretanto, os filmes selecionados exemplificam satisfatoriamente as linhas gerais dos enredos operados nestas duas fases.

Finalmente, considerar um momento singular da produção cinematográfica hollywoodiana, como foram os anos em apreço, colabora tanto para uma melhor compreensão daquela indústria (e de sua importância cultural e ideológica), esclarecendo a heterogeneidade comumente ignorada, bem como para se desvendar as interpretações midiáticas de um período igualmente rico e provocador em seus questionamentos sociais.

Capítulo 37: HISTÓRIAS CONECTADAS E SANTOS NEGROS.

Caroline dos Santos Guedes

A pesquisa propõe apresentar duas irmandades negras no mundo colonial ibérico. Estas são as irmandades de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e a irmandade de San Baltasar em Buenos Aires. A escolha de ambas as instituições se dá em função de uma história conectada que busca analisar conjunturas semelhantes que conectam ambas as confrarias que têm santos negros como patronos.

É importante analisar o controle dessas instituições por parte das autoridades, os conflitos que as cercam, as hierarquias, o que essas irmandades significam para os negros em meio ao cotidiano escravocrata e em que medida as mesmas são incorporadas à realidade africana e afrodescendente.

Entre as fontes documentais estudadas para tal investigação estão os compromissos das irmandades; a troca de correspondências entre a Mesa de Consciência e Ordens de Lisboa, a irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia e o Bispo do Rio de Janeiro; Mapas do século XVIII; troca de correspondências entre autoridades de Buenos Aires e a irmandade de San Baltasar e testamentos de confrades.

As irmandades propostas para a pesquisa têm muitos aspectos em comum, o que nos permite pensá-las em uma perspectiva comparativa. A história dessas instituições se cruza em diversos momentos devido ao contexto em que as mesmas estão inseridas, por isso a opção em trabalhar com a teoria de *connected histories*.¹

As conexões americanas em torno do tráfico de escravos que nos interessam começam a se dar em 1857 quando foram trazidos os primeiros escravos do Brasil para Buenos Aires, através de uma expedição escravista permitida pela coroa hispânica. Segundo Alex Borucki:

(...)Este episódio iniciou um processo de 250 anos, no qual os espanhóis do Rio da Prata, assim como os “riopratenses”, se relacionaram com o Atlântico português com o objetivo de comprar africanos escravizados.(...)

¹ SUBRAMANYAN, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. IN: *Modern Asian Studies*, vol. 31, no.3, special issue: The Eurasian Context of the Early Morden History of Mainland South East Asia, 1400- 1800. (Jul., 1997), pp. 735-76. Published by: Cambridge University Press.

Entre 1777 e 1812, o Rio da Prata recebeu pelo menos 70 mil escravos, sendo 60% vindos do Brasil e o restante diretamente da África. (BORUCKI, 2015, p. 1).

O autor afirma ainda que a maior quantidade de escravos traficados para Buenos Aires eram provindos do Rio de Janeiro, e um pouco menos de Salvador. Maria Fernanda Bicalho reafirma tal perspectiva ao expor o triângulo negreiro, o que nos permite pensar sobre as experiências e trocas culturais entre os escravizados de ambas as Américas.

Durante a União Ibérica (1580-1640), por força do direito do asiento – exclusividade de fornecimento de escravos africanos às colônias hispânicas – os portugueses foram pródigos em furar o bloqueio metropolitano ao comércio inter-colonial. Comerciantes sediados no Rio de Janeiro, participando ativamente do tráfico negreiro, tinham acesso privilegiado aos portos da região platina, fazendo surgir, segundo Luiz Felipe Alencastro, o triângulo negreiro Luanda–Rio de Janeiro–Buenos Aires. (BICALHO, 2009, pp. 12).

Ambas as confrarias surgem e tem seu auge a partir de meados do século XVIII, período importante de mudanças e transformações em relação às regras e costumes sociais. A irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia foi criada em 1740 na igreja de São Domingos, mas já em 1754 contava com uma igreja própria dedicada a devoção dos santos. Já a irmandade de San Baltasar foi criada em 1772 pelos negros.

Neste período já é possível observar a queda do sistema de antigo regime colonial. Aos poucos a sociedade de estamentos começa a ser contestada, um exemplo claro são os escravos que começam a mover ações judiciais contra seus senhores devido a ilegalidade de suas condições ou o sofrimento de maus-tratos em geral². Os negros começam a buscar um espaço para exercer a cidadania de forma mais

² Sobre a autonomia que vem sendo conquistada pelos negros no mundo ibérico no período proposto, os processos de escravos contra seus senhores é um importante símbolo nesta discussão. Ver CHALHOUN, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. para o caso brasileiro e SECRETO, María Verónica. Soltando-se das mãos: Liberdades dos escravos na América espanhola. In: Cecília Azevedo e Ronald Raminelli (Orgs.). *História das Américas: Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp.135-159. Para o caso argentino.

autônoma, e as irmandades, assim como os batalhões de negros, surgem como uma das poucas alternativas.

Quero ressaltar também que as instituições aqui expostas são produtos de um meio urbano, onde o mundo religioso é de suma importância. Segundo Macedo e Friedman³ para o caso carioca, cada irmandade dominava uma parcela do território. Isso não é diferente em Buenos Aires, onde cada bairro conta com uma paróquia. Segundo os autores, as igrejas também determinaram o cotidiano cultural e de lazer das cidades, à medida que os principais eventos eram ligados a mesma.

Além disso, as cidades permitiram ao escravo uma maior autonomia de circulação, serviços e contatos, com a escravidão de ganho como era chamada no Rio de Janeiro⁴, e a escravidão de jornal em Buenos Aires⁵. Nestes casos, o escravo pagava uma diária a seu patrão referente ao dia de trabalho, e oferecia seus serviços na cidade. Ambulantes de quitutes e carregadores de cargas eram serviços comuns entre os escravos urbanos.

As confrarias estão ligadas ao mundo religioso através da devoção dos fiéis, suas regras e seus costumes, como: as procissões, as missas, os enterros e as rezas. É importante ressaltar que apesar de uma inicial imposição do catolicismo aos negros, através do batismo forçado, os negros vão aderindo a tal religião e muitas vezes incorporando também algumas de suas práticas religiosas, como as coroações, danças e as músicas.

As religiões africanas também tinham alguns pontos em comum com o catolicismo que foram fundamentais para a real adesão de muitos africanos e afrodescendentes às crenças católicas. O pagamento de promessas aos santos, por

³FRIDMAN, Fania; MACEDO, Valter L. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. *Revista urbana*, vol.1, 2006, CIEC - Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, Universidade de Campinas, 2000. Publicado em: <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista.php?texto=artigos>

⁴ SOARES, Luiz Carlos. *O “povo de Cam” na Capital do Brasil: A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ –Sete letras, 2007.

⁵ SECRETO, María Verónica. Soltando-se das mãos: Liberdades dos escravos na América espanhola. In: Cecília Azevedo e Ronald Raminelli (Orgs.). *História das Américas: Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp.135-159.

exemplo, exerce uma função muito semelhante às oferendas, práticas próprias da África, que acompanham pedidos às entidades e aos deuses⁶.

Para Lucilene Reginaldo⁷, sem os canais de comunicação do catolicismo com as religiões centro-africanas seria impossível o desenvolvimento de um cristianismo africano, até porque a aceitação do catolicismo não significou um abandono das crenças e costumes tradicionais provindos da África.

A importância de ambas as colônias serem ibéricas também as conecta, pois a proximidade entre Portugal e Espanha faz com que estes países compartilhem de morais, costumes, tradições e principalmente do catolicismo, que era a religião oficial dos reinos.⁸ As relações entre os dois países se estreitaram de 1580 a 1640, período de União Ibérica. Em 1640 com a separação das coroas, segundo Hevelly Acruche⁹, as relações ficaram conturbadas mas permaneceram estabelecidas. Indubitavelmente o contexto político europeu repercutiu em terras americanas, porém o comércio intercolonial permaneceu mesmo com a proibição real, e a principal mercadoria negociada no tráfico ilegal eram os escravos.

É possível observar diversas semelhanças entre as irmandades dedicadas ao culto de santos negros em ambas as Américas coloniais, devido à circulação e transmissão de ideias e práticas culturais entre Rio de Janeiro, Buenos Aires e África podemos observar que estas histórias se cruzam, o que nos permite conectá-las, sem desconsiderar as regionalidades.

CONFLITOS NAS IRMANDADES

As irmandades negras começaram a surgir nas Américas em resposta a não aceitação de negros, mulatos, mestiços e índios nas ordens terceiras e confrarias

⁶ ALBUQUERQUE, Wlamira R.de; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural palmares, 2006.

⁷ REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas: Irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

⁸ GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. Topoi, mar. 2001. Pp. 175-195.

⁹ ACRUCHE, Hevelly. *Escravidão e liberdade em territórios coloniais: Portugal e Espanha na fronteira platina*. Dissertação de mestrado sob a orientação da professora María Verónica Secreto, defendida na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

dedicadas aos homens brancos da sociedade, que se encontravam em posições privilegiadas na sociedade em relação aos africanos e afrodescendentes.

Como toda e qualquer instituição, estas confrarias negras contam com uma estrutura física, uma organização interna, com manifestações culturais e regras, sendo estes os motivos principais de frequentes desacordos e consequentes formações de alianças dentro da própria irmandade e externo a mesma também.

Internamente as irmandades contavam com uma mesa diretiva, no caso da irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia existiam duas mesas diretivas, uma de homens e outra pela qual as mulheres eram responsáveis. A ocupação de cargos estabelece uma hierarquia dentro das instituições, que poderia ser motivo de conflitos e alianças políticas, pois fazer parte da mesa diretiva era algo almejado entre os irmãos.

Cada mesa diretiva contava com o Juiz ou *Hermano Mayor*, que é o cargo máximo da irmandade, o padre capelão, tesoureiro, escrivão e procurador. Estes indivíduos são eleitos por voto dos demais irmãos.

É importante ressaltar que para ser juiz da irmandade de São Elesbão e Santa Efigênia não basta apenas candidatar-se e ser eleito, havia pré-requisito econômico, para a ocupação do cargo:

Capitulo 5 (...) se eleja a pessoa que há de servir de Juiz e havendo algum Irmão que por seu zelo e devoção se offereça a servir de Juiz com esmola grandeza e vantajosa, n'este caso parecendo ao Juiz, que é assim conveniente e que recebe a Irmandade algum augmento poderá dar-lhe a dita ocupação de Juiz. (Compromisso da irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia de 2 de outubro de 1740.)

O cargo de tesoureiro nessa irmandade só podia ser ocupado por brancos, não há referências de que este indivíduo precisasse ser irmão da confraria, o que nos sugere que a irmandade era majoritariamente ocupada por negros, desinteressando aos brancos fazer parte da mesma. “É o officio de thesoureiro de muita consideração na Irmandade e assim queremos sirva sempre esta ocupação em homem branco qual

a mesa eleger na eleição que se fizer.” (Compromisso da irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia de 2 de outubro de 1740.)

Mas é importante ressaltar mais uma vez, que apesar de um branco na irmandade, o cargo máximo é do juiz (negro representante da irmandade legitimado pelos irmãos). Isso nos sugere uma estratégia para a aceitação do compromisso pelas autoridades pertinentes.

Na irmandade de San Baltasar o padre capelão parece ser a primeira autoridade nesta hierarquia, acima inclusive do *Hermano mayor*. Isso provavelmente porque é uma irmandade de negros escravos despossuídos, ou seja, as instituições eclesiásticas provavelmente mantém maior controle sobre a mesma.

O único cargo que exige pré-requisitos ao candidato é o de síndico da confraria:

Capitulo veinte y ocho: Del oficio del sindico de la hermandad = pensando para el mayor adelantamiento de esta hermandad, y seguridad de sus caudales que se assigne una persona independiente de la hermandad, que sea español, buen christiano, y de sana conciencia, aguien com consentimiento de todos los del gobierno se nombre por syndico. (AGNS.9, 31.8.5, 47/1365: 1 e 2 (grifos meus).)

É possível que na confraria de San Baltasar seja uma tradição entre os *hermanos mayores* ser homens de cor, porém livres, talvez para uma maior aceitação e legitimidade da própria instituição na sociedade. É possível que esta medida favoreça a concessão de pedidos às autoridades e o poder de controle que o irmão livre exerce na hierarquia sobre os demais que são escravos. Além de uma questão logística, já que os escravos têm muitas restrições de horários e seria impossível administrar uma instituição.

Em 1781¹⁰ o *hermano mayor* ou *mordomo* era Manuel Ledesma, moreno e livre, e em 1804¹¹ Bentura Parron, negro e livre. A condição de livre é exposta como uma qualidade do indivíduo.

¹⁰ SECRETO, María Verónica. *Negros em Buenos Aires*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2013.

¹¹AGNS.9, 31.8.5, 47/1365: 1 e 2

Essa relação de cargos e hierarquias permeada de estratégias e alianças vai além, chegando a gerar inúmeros conflitos, como o citado por Maria Verónica Secreto¹² sobre uma reclamação de Manuel Ledesma, mordomo (*hermano mayor*) da irmandade de San Baltasar acusando Pablo Agüero, que era responsável pelo governo dos “tambos” de negros, de permitir que outras instituições façam pedidos de esmola em seu território:

Recorre el suplicante a este tribunal a fin de que no se permita más pedir essas limosnas particulares, pues se debe de su exacta distribución, y para o efecto expongo que el mayoral de dichos congresos y danzas es el moreno llamado Pablo Agüero, las naciones están bajo su mando, pues él obtuvo dicho permiso del gobernador de esta capital (...) parece verosímil que él tenga mandado pedir las limosnas, pero no es hermano de esta hermandad, ni tiene ninguna intervención em este devoto congreso de almas. (SECRETO, 2013, p.59).

Em outra ocasião Pedro Duarte foi preso por ter usado insígneas reais na ocasião de sua coroação, mas o mesmo diz que usou apenas símbolos de sua nação para ser reconhecido como maior, e não rei.¹³ Diferente da irmandade de São Elesbão e Santa Efigênia, a coroação de reis não consta no compromisso da irmandade do rei mago, sendo inclusive crime tal prática.

Talvez muito ligado à condição de vida dos componentes da irmandade, no caso carioca as coroações não eram proibidas, os reis, rainhas, imperadores, imperatrizes e sua corte desfilavam com insígnias reais, em uma verdadeira simulação da sociedade de corte do Antigo Regime.

Quando me refiro à condição dos negros, quero dizer que muitos dos irmãos de Santo Elesbão e Santa Efigênia são negros forros com posses materiais, joias, casas e escravos, como é possível observar no testamento de Narcisio José do Amaral, negro forro, natural de Cabo verde e falecido em 1779.

Declaro que os bens que presente possuo São três escravos, a Saber Mateus, Miguel e Rosa todos de nação Angola uma morada de Casas Cita na Rua de

¹² SECRETO, 2013. Op. Cit.

¹³ Idem.

São Joaquim para o Campo Cuja (...) Declaro que a dita escrava por nome Rosa a deixo da minha preta forra para acompanhar a Sua Senhora e do que lhe pertencer da sua parte fará o que quiser, e também o dito escravo por nome Mateus da minha parte Conforme Seu procedimento o deixo forro Com a Condição de acompanhar a Sua Senhora até Deus Ser Servido a levar (...) = Declaro que deixo a Isabel Carmo da Silva preta mina já de idade de esmola dez mil e quatrocentos réis por uma só vez (...) = Declaro que no dia do meu falecimento meu testamenteiro repartirá Com os pobres quatro patacas dizendo que os deu Se levará em Conta Sem mais dúvida alguma. = Declaro que a dita Casa fica para a minha herdeira morar nelas Somente não poderá vender e depois de Sua morte fica para minha Irmandade dos Santos Elesbão e Efigênia pois é assim a minha última vontade (...) (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – Livro AP 0156 (Testamentos e Óbitos / 1776 – 1784) – Página 167.)

Já sobre os irmãos de San Baltazar não foi achado nenhum testamento, provavelmente por serem negros, em sua maioria escravos, despossuídos. Há testamentos de irmãos de outras confrarias de Buenos Aires, como dos negros do Rosário, que provavelmente tinham melhor condição financeira.

Em suma, quero ressaltar que ambas as irmandades apresentadas abrigaram africanos e afrodescendentes independente de sua qualidade, forro ou escravo com o intuito de cultuar os santos negros em prol de sua salvação na vida eterna. Os irmãos praticavam atos de caridade e devoção com suas promessas, presença nas missas e rezas para os falecidos, além disso, essas confrarias se apresentavam como uma das poucas oportunidades de representação e exercício de cidadania destes indivíduos, a partir do momento que seu engloba manifestações culturais, como: as festas, danças, procissões e missas, e também políticas como o exercício do voto.

Capítulo 38: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LITERATURA DE VIAGEM EM DOMINGO F. SARMIENTO E PAUL GROUSSAC¹

Daiana Pereira Neto²

INTRODUÇÃO

A literatura de viagem é um gênero literário muito utilizado pelos historiadores. No entanto, como afirma Mary Anne Junqueira, hoje mais do que aceitar os relatos como fiéis retratos da realidade dos lugares visitados, os historiadores passaram a privilegiar em suas análises o universo cultural, no qual esses relatos foram feitos. Considerando que esses textos fornecem mais informações sobre seus escritores do que propriamente dos lugares que buscaram descrever.³

De acordo com Beatriz Colombi, o termo “viagem” abrange uma série de fatores, podendo estar relacionado à conquista, ao ócio, ao conhecimento, ao simples traslado ou até mesmo a situações imaginárias.⁴ Aqui adoto a definição de James Clifford, que afirma:

El viaje es un término inclusivo que abarca un amplio rango de prácticas, más o menos voluntarias, de dejar la “casa” para ir a “otro” lugar. Este desplazamiento tiene el propósito de una ganancia – material, espiritual o científica- e involucra la obtención de un conocimiento o la vivencia de una experiencia (excitante, edificante, placentera, expansiva, de extrañamiento).⁵

A gama de fontes provenientes destas viagens é pouco definida, uma vez que basta que o autor escreva seu texto enquanto se desloca de um lugar a outro, para que seja considerado um relato de viagem. Nesse sentido, esses relatos podem ser de diferentes tipos: diários, cartas, documentos oficiais, relatórios, dentre outros. Podem ser escritos visando sua publicação ou não, ou seja, muitos dos relatos aos quais temos

¹ As considerações deste trabalho fazem parte das pesquisas iniciais de minha tese de doutoramento.

² Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: daianapneto@gmail.com

³ JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: __JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena. *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. Vol.2. São Paulo: Editora Humanitas, 2006.

⁴ COLOMBI, Beatriz. El Viaje, de la práctica al género. In: __ MARINOTE, Mónica ; TINEO, Gabriela (org.). *Viaje y relato en Latinoamérica*. Buenos Aires: Katatay, 2010, p. 287-308.

⁵ CLIFFORD, James. *Routes. Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Harvard: Harvard University Press, 1997. Apud. COLOMBI, Beatriz. El Viaje, de la práctica al género. In: __ In: __ MARINOTE, Mónica ; TINEO, Gabriela (org.). *Viaje y relato en Latinoamérica*. Buenos Aires: Katatay, 2010, p. 287-308.

acesso hoje são textos pessoais dos autores, que tinham em mente como público leitor apenas aquele que lhes escreveu. No entanto, mesmo com tamanha diversidade é necessário que consideremos esse *corpus* documental como fonte valiosa para se compreender as sociedades das quais são fruto, levando sempre em consideração a crítica desses textos, quem os escreve, para quem os escreve e quando são escritos.

Neste trabalho privilegio, especialmente, obras de viagem de dois autores: Domingo Faustino Sarmiento e Paul Groussac, autores ícones da história argentina. Seus trabalhos refletem concepções de seu tempo e de seus projetos para seu país. As obras de suas viagens permitem-nos ainda contemplar esses projetos tendo em vista os parâmetros estabelecidos a partir de seu contato com outros povos e culturas, partindo assim da noção defendida por Mary Louise Pratt de que “o ser humano se forma quando em contato com o outro”.⁶

VIAJES

O homem é um ser social. Como afirma Pierre Bourdieu, é necessário compreender que o indivíduo não surge como um espírito instantâneo, ele é fruto de uma história individual e coletiva, e seu sistema de valores é produto da incorporação das estruturas sociais.⁷ Sendo assim, ao escrever sobre a experiência da viagem o sujeito deixa transparecer muito de sua própria cultura, da sociedade na qual cresceu em comparação ao que lhe causa estranhamento, admiração ou medo.

A literatura produzida a partir de expedições de estrangeiros muito influenciou os intelectuais latino-americanos, inclusive na construção da visão acerca de si próprios e de sua terra.⁸ A maior parte desses escritos tinha por finalidade fornecer informações sobre as novas terras, como as cartas de conquistadores e religiosos. No século XIX esse tipo de literatura começou a se destacar também entre os próprios latino-americanos, que começaram a relatar suas idas para o Velho Mundo. Uma grande parte dessa produção foi motivada pela ideia de construção de uma identidade nacional. *Facundo*, um dos clássicos latino-americanos, constrói parte de suas paisagens baseando-se nas narrativas de Humbolt, ou seja, a construção de

⁶ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru; São Paulo: EDUSC, 1999.

⁷ CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

⁸ Em Sarmiento, um exemplo da influencia dessas pesquisas é o texto: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Conflicto y armonias de las razas en América*. Buenos Aires: S. Ostwald, 1883.

uma identidade puramente americana parte também da perspectiva de um europeu acerca dessas terras.

Cabe destacar que a literatura de viagem produzida por estrangeiros acarretava um grande impacto nesses homens latino-americanos, que em sua maioria não haviam viajado plenamente pelas terras que descreviam. Desta forma, este tipo de literatura foi fundamental para a construção de uma identidade nacional nos recém-independentes países latino-americanos.

Exemplo desse cenário é o argentino, Domingo Faustino Sarmiento, que nasceu na cidade argentina de San Juan, em 1811. Desde a infância sua formação escolar foi modesta, sendo praticamente um autodidata. Na juventude envolveu-se nas questões políticas de seu país, e aos vinte anos, quando Facundo Quiroga tomou a província de Cuyo, se viu obrigado a abandonar sua terra natal, em decorrência de sua filiação política contrária. Foi neste período que viajou pela primeira vez ao Chile. Retornou em 1836, quando Facundo foi assassinado. Fundou periódicos, se envolveu na vida política e intelectual e tornou-se uma personalidade de Cuyo. Aderiu às ideias da Geração de 1837⁹ e, em decorrência de sua oposição ao governo de Rosas, foi preso e posteriormente novamente exilado no Chile. Sua trajetória intelectual e o envolvimento na vida política argentina culminaram com sua eleição a presidência no período de 1868-1874, momento turbulento no sul do continente, em decorrência da Guerra do Paraguai. O autor faleceu aos 77 anos, em setembro de 1888.

Muito do ideário da geração intelectual da qual Sarmiento fez parte se baseou nas ideias disseminadas por autores como Guizot e Alexis de Tocqueville, que por sua vez tornou-se uma das maiores influências em *Viajes*,¹⁰ considerado um livro-chave na obra sarmientiana. Como afirma Mary Louise Pratt, a grande singularidade deste livro é ser o relato de um latino-americano sobre a Europa, e não o contrário. Afirma a autora que “o que surpreende não é que Sarmiento tenha ido para o exterior ou

⁹ Sobre o conceito de geração, me refiro a um grupo de autores que compartilharam das mesmas ideologias em um período determinado. No caso a geração de 1837, da qual Sarmiento fez parte, foi um grupo de intelectuais voltados para a questão do fim do caudilhismo na Argentina, da instauração de um novo governo e da construção de uma identidade nacional, alguns autores de destaque foram Juan Bautista Alberdi, Juan Maria Gutiérrez e Esteban Echeverría.

¹⁰ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Viajes por Europa, Africa i América*. In: __ *Obras de Domingo F. Sarmiento*. Santiago de Chile: Imprenta Gutemberg, 1886.

mesmo que tenha visitado o que visitou. O que há de novo é que ele escreveu um livro sobre essa experiência”.¹¹

Viajes narra a primeira grande viagem de Sarmiento, financiada pelo governo chileno. O pedido de viagem a Europa já havia sido feito em 1841, e tinha como objetivo conhecer os sistemas educacionais dos diferentes destinos aos quais se destinava.¹²

O livro é composto por onze cartas enviadas a amigos pessoais, cada uma possuindo, portanto, um estilo próprio. É característico também a não revisão do texto final, o que o próprio autor não realizou durante republicações do livro. Publicado pela primeira vez em 1849, em Santiago, grande parte do texto foi reproduzida em folhetins, e em 1856, foi feita uma nova edição em Buenos Aires. Das onze cartas, somente três foram escritas na América Latina: duas em Montevideú, uma na qual relata uma visita feita a ilha de Masafuera (inspiração para *Robinson Crusoe*) e em outra o cerco à cidade, e uma no Rio de Janeiro.¹³ As demais foram escritas na Europa, África e nos Estados Unidos.¹⁴

Em minha percepção, *Viajes* nos conduz por uma narrativa que demonstra a formação da personalidade de Sarmiento, deixando entrever grande parte das questões que o seguiriam no restante de sua vida e especialmente no período que governou seu país (1868-1874), como a questão da industrialização, o combate à barbárie nos pampas, a necessidade de desenvolver uma educação de qualidade na Argentina, a necessidade de mão de obra imigrante e da ocupação geográfica do país, dentre outras.¹⁵ Como afirmou Adriana Amante, durante todo o tempo que Sarmiento passou no exterior, pensou em seu próprio país, e de que maneiras o que via poderia ser utilizado em proveito da Argentina.¹⁶

¹¹ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 322.

¹² FERNÁNDES, Javier. Introducción del coordinador. In: _SARMIENTO, Domingo Faustino. *Viajes: por Europa, África i América 1845-1847*. Madrid: ALLCA XX, 1997.

¹³ A passagem pelo Rio de Janeiro causa grande impressão em Sarmiento, sobretudo os horrores da escravidão e a força dos negros. Detalha também passeios junto ao pintor e naturalista Johann Moritz Rugendas.

¹⁴ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Viajes por Europa, Africa i América*. In: __ *Obras de Domingo F. Sarmiento*. Santiago de Chile: Imprenta Gutemberg, 1886.

¹⁵ PIGLIA, Ricardo. Sarmiento Escritor. In: __ SARMIENTO, Domingo F. *Facundo ou civilização e barbárie*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

¹⁶ AMANTE, Adriana. *Poéticas e Políticas del Destierro: argentinos en Brasil en la época de Rosas*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2010.

A narrativa de Sarmiento em geral, assim como em *Facundo*, é difícil de ser definida, pois ao mesmo tempo em que utiliza fontes, como periódicos, revistas e relatos, não pode ser considerada uma obra historiográfica, paradoxalmente não consiste em pura literatura, uma vez que o autor busca a veracidade na narrativa. Dessa maneira, como ressalta Ricardo Piglia, na Argentina do século XIX era impossível desvincular a literatura da política. Portanto, é impossível afirmar que existia a profissão escritor ou historiador nesse período, pois todas essas esferas eram desvinculáveis.¹⁷

Para concluir esta breve análise destaco que, dentre todos os países visitados, foram os EUA o país mais admirado. Apesar do grande apreço pelos intelectuais franceses, a Europa não causou em Sarmiento a impressão desejada, sobretudo a decadente metrópole espanhola. Foram os EUA a grande potência a deslumbrar o autor, que enxergou naquele país modelos para a educação, para a ocupação do território e para os avanços tecnológicos. Portanto, embora rejeite, por exemplo, uma discussão aprofundada sobre aspectos como a escravidão, está clara a inspiração que o país norte-americano provocou nas políticas do futuro presidente argentino. Relação diferente de outros autores latino-americanos, como o franco-argentino Paul Groussac, envolto em outra conjuntura histórica, no final da segunda metade do século XIX.

Nascido em Toulouse, França, em 15 de fevereiro de 1848, Groussac desembarcou em solo argentino em fevereiro de 1866, aos 18 anos. Sua trajetória na Argentina foi marcada por diferentes momentos, sendo seu primeiro trabalho o de cuidador de gado, o que contribuiu para que adquirisse grande conhecimento da cultura do campo, do gaúcho argentino e de seus costumes, aspectos que sempre lhe provocaram certo encantamento. Tal encantamento pode ser observado em seu discurso de 1893 na Exposição Universal de Chicago, no qual afirmou:

Posso dizer que desfruto daquelas montanhas, na paz d'alma e na alegria do lar campestre, no meio dessa população ingênua que viu nascer e crescer os meus, e para quem os pais são sempre jovens e as crianças sempre pequenas, as horas mais doces e descansadas da minha vida.¹⁸

¹⁷ PIGLIA, Ricardo. Sarmiento Escritor. In: __SARMIENTO, Domingo F. *Facundo ou civilização e barbárie*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

¹⁸ GROUSSAC, François-Paul, O gaúcho. In: *El viaje intelectual*. Tradução de Franklin Cunha. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/groussac/groussac.pdf>.> Acesso em 02 de maio de 2012. p.8.

Groussac foi uma figura marcante no cenário intelectual argentino em finais do século XIX e início do século XX, embora seja muito pouco conhecido no Brasil. Envolveu-se em diversos debates, sendo conhecido por suas ideias, pelo seu discurso, e pelo cargo que ocupou por décadas de sua vida: o de diretor da Biblioteca Nacional Argentina, no período de 1885-1929. O fato de ser estrangeiro nunca abalou profundamente sua carreira, ser francês forneceu-lhe certo prestígio nos círculos intelectuais argentinos. Porém, em alguns momentos a mesma condição foi alvo de críticas, como por exemplo, quando produziu a sua primeira obra de história argentina, pois julgou-se que um francês não poderia compreender adequadamente uma história que lhe era alheia.¹⁹ As situações de oposição foram sempre contornadas pelo autor, um grande polemista, que se envolveu em diferentes debates com seus pares, em questões intelectuais, políticas e artísticas. Soma-se a essas condições, as grandes mudanças pelas quais passava a Argentina em fins do século XIX e início do XX, como a grande onda imigratória, o desenvolvimento econômico, a Primeira Grande Guerra Mundial e o crescimento demográfico. Estes aspectos, afirma Leandro Losada, influenciaram também transformações no meio intelectual.²⁰

Em 1898 Groussac esteve profundamente envolvido com o movimento anti-ianque, ocasionado pela guerra entre Estados Unidos e Espanha. A intervenção norte-americana, fez com que surgisse nas ex-colônias um sentimento pró-Espanha. A chamada Geração de 1898 enxergou nos Estados Unidos uma ameaça à América Latina, encarando-o como o Caliban de Shakespeare, que incontrolavelmente marchava sobre as terras do sul, ameaçando a latinidade com sua democracia e produtos industrializados.²¹

Em 1893, o autor atravessou o continente americano, viagem que relata em *Del Plata al Niágara*.²² Esse traslado possibilitou uma convivência maior com os norte-americanos e suas impressões em relação a eles não foram, de forma geral, positivas. O novo inimigo que marchava sobre o continente foi em seu entendimento um

¹⁹BRUNO, Paula. *Paul Groussac. Un estratega intelectual*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica/UdeSA, 2005.

²⁰LOSADA, Leandro. La alta sociedad, el mundo de la cultura y la modernización en la Buenos Aires del cambio del siglo XIX al XX. *Anuario de estudios americanos*, nº 63, Sevilla, 2006, p. 171-193.

²¹Essa discussão foi feita em minha dissertação de mestrado, para mais informações ver: NETO, Daiana Pereira. (2013). *De Paul Groussac a Richard Morse: Apropriações e releituras de A Tempestade de Shakespeare*. Dissertação de mestrado (129 p.). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora.

²²GROUSSAC. Paul. *Del Plata al Niágara*. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897.

organismo desprovido de ideais, mas poderoso. Sua grandeza material causava admiração, bem como sua concepção de governo livre. Em sua percepção, a concepção de governo democrático fora herdada e remodelada da Inglaterra, ou seja, não existiria um pensamento próprio estadunidense, mas sim um reflexo de ideais europeus, de uma forma distorcida.

Groussac, após sua viagem e a publicação de *Del Plata al Niágara*, em 1897, foi convidado a discursar sobre a guerra que eclodia entre EUA e Espanha. Utilizou, nesta ocasião, a metáfora shakespeariana de Próspero e Caliban que veio a tornar-se um clássico nos meios intelectuais latino-americanos:

Pero, desde la guerra de Secesión y la brutal invasión del Oeste, se há desprendido libremente el espíritu yankey del cuerpo informe y “calibanesco”, — y el viejo mundo ha contemplado con inquietud y terror la novísima civilización que vênía á suplantar á la antigua. Esta civilización, embrionaria é incompleta en su deformidad, quiere sustituir la razón con la fuerza, la aspiración generosa con la satisfacción egoísta, la calidad con la cantidad, la honradez con la riqueza.²³

Groussac teve oportunidade de viajar por vários estados norte-americanos. Chicago seu principal destino devido a Exposição Universal²⁴, na qual representava a Argentina, causou-lhe aversão, uma vez que não se adaptou aos costumes locais, que julgou como indelicados, resultantes de falta de refinamento e boa educação. Esta impressão fica clara na seguinte passagem:

No por eso pretendo que sea todo malo en la reserva europea, ni todo bueno en la ‘francachela’ americana. Cuando, por ejemplo, el sirviente negro bebe en nuestros vasos, se zabelle en nuestro lavabo y concluye su horripilante *toilette* á nuestra vista y paciencia, siento en mi epidermis el roce brutal de tanta democracia. [...] Al lado mío, en el fumadero, se sienta el coronel L.; enfrente, el señor W., senador de California; por fin, Mr. Ch., un millonario, superintendente de las dos grandes compañías mineras del Utah, y chiquear infatigable. Sin abandonar su cigarro, el coronel se saca los botines, estira sus medias grises y alarga delicadamente sus extremidades en el asiento opuesto, entre el millonario y el senador, quienes siguen mascando, fumando y conversando con serenidad (GROUSSAC, 1897, p.419).²⁵

²³ GROUSSAC, Paul. Discurso. In: *España y Estados Unidos*. Conferencias de los señores Dr. Roque Sáenz Peña, Paul Groussac y Dr. José Tarnassi. Buenos Aires: Compañía Sud-America de Billetes de Banco, 1898.

²⁴ A exposição universal de 1893 foi o 15º evento deste tipo a ocorrer no mundo, e o maior até então, englobando mais de 200 pavilhões. Entre seus destaques estavam grandes inovações tecnológicas.

²⁵ GROUSSAC, Paul. *Del Plata al Niágara*. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897. p. 419.

A historiadora argentina Paula Bruno afirma que grande parte dessa aversão devia-se principalmente ao fato de não localizar dentre os grupos intelectuais pelos quais circulou uma aristocracia, pessoas capazes de reger os hábitos de uma sociedade refinada, indivíduos que pudessem transmitir os valores necessários ao desenvolvimento de uma verdadeira intelectualidade.²⁶

Na Universidade de Harvard, o autor teve a oportunidade de observar de perto o sistema educacional de ensino superior nos EUA. Considerou-o então desprovido de originalidade e nivelador, que dessa forma, condenava seus alunos a mediocridade e dificultava o surgimento de grandes gênios. Sobre isso escreveu:

Faltando la fuerte disciplina secundaria, la enseñanza superior se desploma en el vacío: no pasa de conferencias y programas extraordinariamente variados, que los estudiantes “curiosean” entre una función teatral y una larga sesión en el gimnasio.— “No hay (escribía J. de Maistre) métodos fáciles para aprender cosas difíciles.”²⁷

A oposição ao sistema de valores disseminados pelos EUA intensificou-se durante a guerra de 1898, uma vez que os Estados Unidos interferia pela primeira vez nas políticas internacionais, fazendo valer suas decisões em relação aos processos de independência das últimas colônias espanholas. A guerra com o México entre 1846 e 1848 ainda estava viva na memória desses homens, disputa esta que culminou na anexação de quase metade do território mexicano. Portanto, para Groussac, o interesse norte-americano em relação a Cuba era apenas anexionista. Tal intervenção estadunidense é vista como uma forma de colocar em prática a Doutrina Monroe:

¡Cuba tiene que ser norteamericana, porque la Habana queda más cerca de Washington que de Madrid! ¿Qué pesan ante aquellos mercaderes seminómades, la comunidad de lengua y raza, los vínculos de la tradición, los títulos sagrados del descubrimiento histórico y de la posesión secular?²⁸

²⁶BRUNO, Paula. *Paul Groussac. Un estratega intelectual*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica/UdeSA, 2005.

²⁷ GROUSSAC, Paul. *Del Plata al Niágara*. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897. p. 419.

²⁸ GROUSSAC, Paul. Discurso. In: *España y Estados Unidos*. Conferencias de los señores Dr. Roque Sáenz Peña, Paul Groussac y Dr. José Tarnassi. Buenos Aires: Compañía Sud-America de Billetes de Banco, 1898.

Quando comparado a *Viajes*, de Sarmiento, os textos de Groussac sobre os Estados Unidos são muito mais depreciativos. Reconhecer a grandeza material não significou tomá-la como modelo para os países latino-americanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras de viagem de ambos os autores são documentos valiosos para compreendermos um pouco mais o momento histórico do qual os autores fazem parte, bem como de seus anseios e projetos.

Sarmiento escreveu seus relatos em condições diferentes de Groussac, em um momento no qual a Argentina era recém independente e as disputas políticas se acirravam. Escreveu seu texto no exílio, amparado por um governo que não o seu, já que era opositor do regime rosista. Mesmo assim em suas cartas é notória a preocupação com a situação argentina, a forte participação nos questionamentos políticos opostos a Rosas, bem como o envolvimento com os autores de sua geração. Em contraponto, Groussac empreende sua viagem pelo continente americano em condições diferentes, a nação argentina já se consolidara como país em 1880 após, inclusive, um mandato de Sarmiento na presidência. A conjuntura de finais de século XIX era outra, destacando-se as grandes mudanças econômicas, demográficas, sociais e culturais pelas quais passava o país.

Porém, o diálogo entre a obra de ambos os autores existe. Sarmiento inaugurou na Argentina a tradição de narrar *las travessias*,²⁹ tornou-se um autor clássico do pensamento latino-americano, muitas das temáticas propostas por ele na metade do século XIX, serão resgatadas por Groussac quando de suas viagens. Temas como a industrialização, a ocupação dos pampas, a imigração europeia, a importância da imprensa, são comuns a ambos, mesmo o franco-argentino mostrando ideias que por vezes se afastam das de seu predecessor.

A comparação da obra dos autores torna-se então um modo de compreender continuidades e rupturas no pensamento latino-americano durante o século XIX, contribuindo para um melhor entendimento da situação da Argentina e da América Latina, nesta conjuntura.

²⁹ Expressão utilizada por Paula Bruno em: BRUNO, Paula. Estados Unidos como caleidoscopio. Ensayo sobre las observaciones de viajeros y diplomáticos argentinos del fin de siglo. *Revista Complutense de Historia de América*, vol. 39, 2013, p. 23-38.

Capítulo 39: MERCADÃO DE MADUREIRA: COMÉRCIO DE ANIMAIS E TRADIÇÃO

Danilo Monteiro Firmino

O presente trabalho tem como objetivo ser complemento do projeto *A pulsão romântica em transe. Um estudo comparativo da religiosidade afro-brasileira na Alemanha e em Portugal*, desenvolvido pela Prof. Dra. Joana Bahia (professora associada da UERJ/FFP, doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/PPGAS/UFRJ), que visa analisar as redes sociais no que tange às conexões religiosas formadas pelos atores sociais em trânsito na Alemanha, Brasil e Portugal. Durante a realização das entrevistas no projeto original, os pais e mães de santo destes países citaram o Mercado de Madureira como referência no que diz respeito a compra, venda e circulação de artigos religiosos tanto no Brasil quanto no exterior.

Dessa forma, a pesquisa foi direcionada ao “Mercadão” com o objetivo de entender como essas redes de sociabilidade são formadas, a importância e influência da religião e elementos de matrizes afro-brasileiras no próprio mercado, com a presente pesquisa dando atenção especial ao comércio de animais e como sua trajetória impacta a história do “Mercadão” desde sua fundação. Em *A Busca da África no Candomblé - tradição e poder no Brasil*, Capone destaca a importância do Rio de Janeiro e São Paulo, classificando-os como a “pátria da macumba”, na medida em que exhibe um culto que mistura tradições africanas com a cultura indígena e espiritismo europeu.

Tal pesquisa ocorre pela necessidade de expor a importância do comércio de animais na história do Mercado de Madureira, prática que vem diminuindo ao longo dos tempos com a “modernização” do espaço, ou seja, a abertura cada vez maior do para comerciantes e empresários que tragam mais lucros e clientes. Os animais são importantes nos rituais de candomblé pois, conforme demonstra Lody, “o íntimo relacionamento entre os animais e as divindades africanas estabelece o contato e projeta nos próprios animais os sentidos da vida e a força do sangue que irá regar os objetos sagrados nos santuários” (LODY, 1998, p. 91), evidenciado assim o caráter sagrado dos sacrifícios.

Além disso, de acordo com relatos de pais e mães de santo ouvidos no Rio de Janeiro, existe no interior do Mercado de Madureira uma espécie de “mercado paralelo”. Enquanto os vendedores anunciam as mercadorias que podem ser vendidas dentro da lei¹, aceitam encomendas de animais que não podem ser comercializados e que são essenciais para os ritos de determinados orixás, como explica Cossard².

O tema trabalhado é intitulado *Mercadão de Madureira: comércio de animais e tradição*, pois tem como um dos principais objetivos analisar como o comércio de animais foi importante para o surgimento e crescimento do Mercado de Madureira e para sua identificação como polo no que diz respeito ao comércio de artigos ligados as religiões afro-brasileiras.

Foi um elemento chave dessa investigação entender a opinião dos comerciantes de animais sobre o impacto do comércio na história do mercado, além de tentar trazer à tona o perfil dos compradores, suas demandas e destinos, para assim entender a amplitude do alcance do comércio e perceber se o comércio dos animais tem no “Mercadão” um grande centro para onde convergem³ os praticantes das religiões afro-brasileiras ou se os praticantes das religiões afro-brasileiras não frequentam mais o mercado na intenção de comprar animais para seus ritos.

O método que encontrado para atingir os objetivos propostos foi entrevistar os comerciantes de animais e os frequentadores do mercado. Também foram utilizadas informações em relação à pesquisa anterior realizada por Camilla Fogaça⁴, antiga bolsista do projeto – ela analisou, como será dito abaixo, entrevistas com

¹ Maiores informações e uma reflexão sobre sacrifícios de animais e a lei podem ser encontrados em “Os cultos religiosos e o sacrifício de animais diante da legislação vigente” (SALES, ALVES, OLIVEIRA, CARVALHO, 2012).

² Em *Awô - O Mistério dos Orixás*, Gisèle Omindarewá Cossard esclarece: “Essas oferendas são comidas específicas, e podem incluir sacrifícios de animais”. Cossard destaca animais como caracóis, periquitos, cágados, entre outros (COSSARD, 2007, p. 104).

³ A importância do Mercado de Madureira é evidenciada em *A Moeda dos Orixás*: “O mercado de Madureira [...] é a maior concentração de lojas que atendem ao povo-de-santo. Estão reunidas aí as diferentes tradições religiosas afro-brasileiras” (VOGEL, MELLO e BARROS, 1987, p. 4).

⁴ Em pesquisa anterior realizada pela antiga orientanda da prof. Dra. Joana Bahia, Camilla Fogaça, os comerciantes citaram a venda de ervas e artigos religiosos para o exterior, confirmando assim tais informações. O trabalho de Fogaça, “Mercadão de Madureira: trocas e sociabilidades no universo afro brasileiro”, foi apresentado na 22ª Semana de Iniciação Científica da UERJ.

comerciantes de ervas, entre outros. Também a história do Mercado de Madureira foi analisada, concentrando-se em suas relações com o comércio de animais.

Entre fevereiro e março de 2014, ocorreram conversas de maneira informal com os seis comerciantes de animais, procurando traçar um perfil desses para ajudar em nossa análise. Foi levado em consideração o tempo que o comerciante possui o estabelecimento, sua relação com a religião de matriz africana, a clientela regular (com especial atenção aos estrangeiros), origem das suas mercadorias, assim como o destino.

Após a conversa inicial, três dos seis comerciantes foram entrevistados – as entrevistas aconteceram entre maio e outubro de 2014. Dos três que não foram entrevistados, um se recusou a colaborar, mas continua com sua loja no mercado e outros dois fecharam suas lojas, não querendo mais atender via email ou celular. Dessa forma, temos três comerciantes entrevistados a fundo, sendo que um deles não tem mais loja no “Mercadão” e atendeu apenas mais uma vez, via celular.

Foi possível perceber ainda uma reação negativa de grande parte dos frequentadores em relação às lojas de animais. Geralmente circulam fora do limite das lojas, que ficam próximas umas das outras. Os comentários frequentes são em relação ao mau cheiro dos corredores onde se vendem os animais, mas alguns reclamam do barulho e do aspecto sujo que, de acordo com eles, as lojas atribuem ao mercado. Foi investigado também a percepção dos frequentadores em relação as lojas de comércio de animais, tentando entender se percebem o comércio como tradicional e importante para a identidade e história do mercado.

O Mercado de Madureira descende de uma feira livre⁵ que era realizada desde 1914 onde hoje é a quadra do Império Serrano⁶, sendo destinada a venda de produtos agropecuários. Em 1929, uma obra de ampliação transformou o espaço no maior centro de distribuição de alimentos do subúrbio do Rio. Nesse primeiro momento, a maioria dos comerciantes eram de portugueses ou judeus que vieram ao Brasil no

⁵ Fonte: site do Mercado de Madureira. Disponível em: <<http://www.mercadaodemadureira.com/index13.php?page=historia13.php>> Acesso em 13 de agosto de 2013.

⁶ Para maiores informações consultar o e-book *Mercadão de Madureira - Caminhos de Madureira*, de Ronaldo Luiz Martins, disponível em: <<http://www.mercadaodemadureira.com/e-book-mercadao-de-madureira.pdf>>. Acesso em 13 de agosto de 2014.

início do século XX em busca de melhores condições de vida. No dia 02 de dezembro de 1959, o mercado é transferido para sua localidade atual, sendo modernizado e ampliado. É nesse momento que surge o “Mercadão de Madureira”, entrando na vida comercial do subúrbio do Rio de Janeiro, sendo inaugurado com a presença do então presidente Juscelino Kubitschek.

O comércio de animais existe no cotidiano do Mercadão de Madureira desde sua fundação. Como parte considerável dos primeiros clientes do “Mercadão” eram praticantes de ritos afro-brasileiros e iam ao local comprar animais para cerimônias, os lojistas começaram a vender artigos religiosos. Nesse sentido, o comércio de animais cresce no local em razão da entrada de artigos religiosos no mercado, porém já existia a prática anteriormente. O Mercadão de Madureira, já modernizado depois de 1959, divide seu espaço entre a comercialização de produtos agropecuários e artigos religiosos.

A venda de animais foi lembrada como parte importante da memória do mercado desde o seu início, tanto entre os comerciantes entrevistados, quanto por alguns frequentadores. Eles relatam que os animais eram criados dentro do “Mercadão”, em grandes cercados e também soltos pelos corredores. De acordo com os próprios, o mercado era conhecido na região pela facilidade em encontrar gêneros alimentícios de quaisquer espécies, inclusive animais vivos, atraindo os clientes pelo preço e pela variedade.

Os entrevistados afirmaram que, ao menos até antes do grande incêndio de 2000⁷, a procura por animais vivos se destinava tanto para consumo próprio quanto para ritos religiosos. A situação se torna crítica depois do incêndio e com a consequente recuperação do espaço. Depois do acidente, a administração coloca como meta a modernização do mercado, visando uma maior organização dos corredores e transformando-o em uma espécie de “shopping center”, tendo o setor de ervas como obstáculo para a concretização de tal empreitada. Isso fez com que o preço dos alugueis subisse de forma considerável, impactando diretamente os lojistas. A

⁷ Maiores informações podem ser obtidas no site da Hemeroteca Digital Brasileira, no Jornal do Brasil do dia 17 de Janeiro de 2000. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_12&pasta=ano%202000&pesq=Inc%C3%AAAndio%20Mercad%C3%A3o%20de%20Madureira. Acessado em: 13 de agosto de 2014.

pesquisa também teve como objetivo investigar se a mesma situação acontece nas lojas de animais.

Fogaça realizou entrevistas com comerciantes nos setores de ervas, flores e artigos religiosos, além de um profissional da área do marketing e publicidade do Mercado de Madureira. Tais comerciantes, no geral, possuem suas lojas como herança que remontam à fundação do mercado e em decorrência disso afirmam fazer parte da identidade local, e chamam a si de “comerciantes tradicionais”. Porém, em tempos mais recentes, existe uma “crise de identidade” no “Mercado”, ocasionada pela permanência e aumento de comerciantes de artigos não religiosos, que no geral rendem mais lucros e não veem com bons olhos a presença dos comerciantes de artigos religiosos. Com o estudo atual, foi possível perceber que essa dinâmica ocorre também com o comércio de animais.

As seis lojas que foram investigadas inicialmente têm o mesmo padrão: foram passadas por herança aos donos atuais, com algumas originalmente pertencentes à família desde os avós⁸. Durante as entrevistas, foi possível perceber que os donos das lojas não trabalham diretamente no Mercado, delegando para terceiros a administração. O lojista que fechou o comércio informou via celular que existe uma pressão dos administradores para que as lojas de animais fechem, dando espaço para outros tipos de estabelecimento. Posteriormente, os dois comerciantes restantes afirmaram que o problema das três lojas que fecharam era a dificuldade no pagamento do aluguel devido ao pouco lucro. A falta de vínculo com o “Mercado”, já que os donos não mais trabalham nas lojas, foi citada como um dos motivos para a venda, pois não parecia interessante permanecer no espaço com os aumentos e prejuízos.

Das três lojas que restaram, apenas a maior possui movimentação de clientes constante. O gerente afirmou não ter problemas com a administração, trabalhando na loja desde o início dos anos 90. Ele testemunhou a modernização do espaço pós-incêndio, afirmando que não houve impacto no movimento da loja, pois seus clientes são tradicionais e compram no local independente do preço. As outras duas lojas têm uma procura oscilante, costumando ser mais frequentadas no início do mês. Esses

⁸ No capítulo 2 de *Estratégias e táticas empreendidas nas organizações familiares no Mercado de Madureira* os autores discutem com detalhes as táticas para conquista e manutenção da clientela, com a tradição sendo um argumento utilizado com muita força.

gerentes também negaram qualquer pressão da administração para que abandonem o local, sendo que a declaração de um deles foi obtida informalmente, pois não quis mais colaborar com a pesquisa. Dessa forma, se configura o seguinte quadro: enquanto um o lojista que fechou a loja e o setor de ervas reclamam de uma possível pressão administrativa, os que continuam no local afirmam desconhecer essa situação.

Os lojistas afirmam que os animais são vendidos tanto para consumo próprio e para rituais religiosos, fazendo questão de enfatizar o consumo próprio e que o espaço é totalmente legalizado. Também negam ser praticantes de religiões afro-brasileiras, colocando-se como católicos ou que acreditam em Deus, sem nenhuma religião específica. Nas entrevistas com os frequentadores do “Mercadão”, foi possível perceber que a maioria dos que vão ao mercado para comprar artigos religiosos afirmam que os animais são destinados para rituais também são comidos, o que significa dizer que também são utilizados para consumo próprio e nada é desperdiçado. No livro *Santo também come*, Lody⁹ confirma esse aproveitamento total dos animais.

É notável que a maioria dos animais são comprados por clientes que utilizam roupas e adereços das religiões de matrizes africanas. Os animais mais vendidos são galinhas e os mais raros são os animais de quatro patas – a venda desses animais cresce no início do mês. Os animais são oriundos de granjas na Baixada Fluminense e do interior do Rio de Janeiro, não sendo comercializados para outros Estados e nem países, pois os próprios comerciantes dizem que as despesas são altas e que gerariam apenas prejuízos. O comércio de animais no “Mercadão” tem uma característica local, destinado aos clientes do subúrbio e geralmente frequentados por clientes fiéis. Em *Os deuses vendem quando dão*, José Renato de Carvalho¹⁰ afirma que, de certa forma,

⁹ Raul Lody esclarece a questão: “Os animais de matança têm aproveitamento integral. Os couros são utilizados para os atabaques. As carnes e miúdos são preparados de acordo com os preceitos específicos das cerimônias. Certas partes dos animais são guardadas como complementação simbólica para os assentamentos nos pejis; geralmente os chifres e alguns ossos têm significado especial para o conjunto emblemático do assento” (LODY, 1998, p. 65).

¹⁰ José Renato de Carvalho conclui: “Porém, se a lógica das relações não é necessariamente gerida pela busca do lucro, ela não deixa de mobilizar interesses. Principalmente porque essas relações não estão fora do universo do capitalismo e do mercado, mas de certa forma acabam constituindo uma economia própria” (CARVALHO, 2007, pp. 25).

acaba se construindo uma “economia própria”, onde o lucro não é visto como prioridade. Nesse sentido, o comércio de animais se diferenciam dos de ervas e de artigos religiosos, que tem alcance internacional.

RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

A pesquisa com os frequentadores teve como finalidade responder as seguintes perguntas: os frequentadores entendem o comércio de animais como parte da tradição local? Os frequentadores entendem que o mercado é um espaço adequado para a continuidade do referido comércio? As pessoas ainda frequentam com a intenção específica de comprar animais? A pesquisa foi realizada no período entre março e agosto de 2014 e dezembro e fevereiro de 2015, exclusivamente no Mercado de Madureira e no corredor onde existem as três lojas de animais restantes, sendo ouvidas um total de 1000 pessoas.

Cerca de 64% dos entrevistados entendem que o comércio de animais faz parte da tradição do mercado. O principal argumento gira em torno da afirmação que o comércio já existia antes dos mesmos frequentarem, além de ser um local onde as pessoas sabem que podem encontrar os mais diversos tipos de animais. Entre os entrevistados que entenderam o comércio como tradição, tivemos uma grande quantidade de candomblecistas, umbandistas, católicos, agnósticos e ateus. Dentre os entrevistados, 27% acreditavam que o comércio de animais não faz parte da tradição do Mercado. De acordo com eles, o comércio de animais não se difere de outros tipos de comércio. Dentre esses, tivemos como maioria os que se diziam protestantes e espíritas¹¹. Dos 9% de entrevistados que não souberam responder, a maioria disse que frequentava o Mercado a pouco tempo e não sabia opinar sobre a questão.

A segunda pergunta dizia respeito à permanência do comércio no espaço que ele ocupa atualmente. Dentre os entrevistados, 33% eram a favor da continuidade da venda de animais no espaço. Para esses, o espaço do Mercado é popular e eclético, sendo o comércio de animais de grande importância para tal. A maioria dos que se posicionaram dessa forma se diziam candomblecistas, umbandistas e católicos. Cerca de 27% dos entrevistados eram totalmente contra a venda de animais. A maioria dos

¹¹ Nesse trabalho, o termo “espírita” será utilizado para determinar os seguidores das doutrinas de Allan Kardec, pois foi assim que a maioria preferiu se identificar.

que foram totalmente contra eram compostos por protestantes, espíritas e agnósticos, citando uma possível crueldade com os animais e por, de acordo com eles, terem certeza que todas as lojas de animais serem destinadas para fins religiosos. Dessa forma, a maioria se colocou contra o comércio de animais por motivos religiosos, enquanto uma pequena parte estava preocupada com o bem estar dos animais. A maioria dos entrevistados, 40% deles, são a favor da manutenção de venda dos animais no Mercado de Madureira, mas em um espaço exclusivo, afastado das outras lojas. De acordo com eles, continuar a vender animais é importante para a manutenção da identidade, mas em um local específico para tal.

Em relação aos produtos que os frequentadores consumiam, foi possível identificar que os animais não são nem de longe prioridade. A procura de artigos em números: 33% procuram produtos em geral, sem nenhuma prioridade; 29% artigos para festa; 18% utilidades para o lar; 10% gêneros alimentícios e 10% artigos religiosos. Nenhum dos entrevistados informou ir ao mercado para comprar animais, seja para consumo próprio ou para rituais. Dessa forma, foi possível entender que a compra de animais está vinculada ao comércio de artigos religiosos, mas não como prioridade, sendo os animais comprados no mercado mais em razão de comodidade ou urgência. O mercado ainda é um centro para onde convergem os praticantes de religiões de matrizes africanas, mas não em função dos animais, preferindo comprar em fornecedores mais perto de suas casas, onde o preço é menor.

O DISCURSO DA TRADIÇÃO

Embora o conceito de “tradição” seja muito utilizado pelos comerciantes de animais e pelos frequentadores para justificar a permanência da venda de animais, é necessário fazer uma reflexão sobre essa questão. A “tradição na venda de animais” aos quais se referem os entrevistados, diz respeito ao fato de, mesmo antes de frequentarem o “Mercado”, o comércio de animais já existia. Os comerciantes utilizam o termo “tradição” para legitimar sua presença no espaço, pois as lojas que ali estão são herdadas e o mercado é lembrado como referência na venda de artigos de cunho religioso.

Em “A Invenção da Tradição”, Hobsbawm destaca o que entende com “tradição inventada”:

“(...) entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam incultar *valores e normas de comportamento através da repetição*, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”. HOBBSAWN (1997, pp. 9).

Dessa forma, temos entre os entrevistados e comerciantes uma ideia diferenciada do conceito de “tradição”, embora todas as ideias busquem, de certa forma, uma continuidade em relação ao passado do mercado, procurando por meio disso legitimar a permanência do comércio de animais. Em suma, os comerciantes entendem que fazem parte da tradição porque as lojas são herdadas, enquanto os entrevistados em sua maioria entendem “tradicional”, pois desde quando começaram a frequentar o espaço já existiam vendas de artigos religiosos e de animais. Aos que não concordam com a permanência do comércio, a maior parte dos argumentos é a favor da modernização do mercado, vendo o comércio de animais como um comércio qualquer, não ligado ao passado do mercado, podendo assim ser encerrado como outra loja qualquer. A questão religiosa entra em cena na censura do comércio, mas acompanhada de necessidade de modernização.

CONCLUSÃO

Os clientes não procuram mais o “Mercadão” com a intenção de comprar animais, sendo essa apenas uma atividade secundária para quem vai comprar artigos religiosos. Embora os comerciantes afirmem que grande parte também é vendida para consumo próprio, o perfil dos compradores parece demonstrar o contrário. As três lojas que permaneceram são frequentadas majoritariamente por uma clientela fiel e antiga, onde os donos originais receberam as mesmas de seus pais e delegaram a administração para terceiros.

A modernização proposta pela administração encarece o aluguel e impacta os lojistas, principalmente os de comércios pequenos. Os que tinham as menores lojas fecharam suas portas, restando apenas os que possuíam uma clientela mais fiel e maior espaço físico. Mesmo dentre tais lojas, a movimentação é menor do que as lojas

de festas, produtos para o lar e outras que existem ao redor. O espaço é evitado por quem não tem interesse em comprar animais ou ervas¹².

A maioria das pessoas entendem o comércio de animais como uma “atividade tradicional”, porém não concordam com a permanência do comércio como funciona atualmente. O adequado, de acordo com eles, seria um espaço mais afastado e dedicado apenas a esse tipo de comércio. Tais opiniões são manifestadas por pessoas das mais variadas práticas religiosas. No geral, os que apoiam a continuidade no mesmo lugar são os candomblecistas e uma parte dos católicos; os que desejam o fim do comércio são protestantes e espíritas.

As lojas são fechadas para dar lugar a comércios não tradicionais, destacando-se os de artigos de festas e variedades para o lar. Essas lojas dividem espaço com as de comércio de animais, sendo agora a primeira opção da maioria dos compradores. Dessa forma, até os frequentadores que entendem que o comércio de animais faz parte da tradição local acham que seria mais adequado que fosse feito em um local afastado dessas lojas, de preferência junto com o comércio de ervas.

Sobre a “perseguição” dos administradores em relação ao comércio de animais, os lojistas restantes disseram desconhecer esse aspecto. Embora reconheçam que o movimento esteja caindo, minimizam o fato das outras lojas terem fechado, indicando uma possível má administração ou a vontade do dono em abandonar o mercado. Essa versão entra em conflito com a de um dos lojistas que fechou as portas e os vendedores de ervas entrevistados por Fogaça e nessa pesquisa de maneira informal, que mencionavam a pressão administrativa.

O comércio tem amplitude local, não atingindo áreas além da Baixa Fluminense e do subúrbio do Rio de Janeiro, sendo os animais oriundos dos mesmos locais. Os lojistas afirmam não ter clientes regulares da região metropolitana, região dos lagos, região serrana ou interior. Em relação ao comércio de animais não legalizados, não foi possível identificar nenhuma evidência. Os lojistas são claros em dizer que negociam apenas animais legalizados, destinados para ritos religiosos e para consumo próprio.

¹² O box das ervas fica em um anexo nos “fundos” do Mercadão de Madureira, sendo que um dos acessos se dá pelo corredor das lojas de animais.

Capítulo 40: BOTICAS, FUNCIONÁRIOS DO ULTRAMAR E INTERMEDIÁRIOS DO TRÁFICO A SERVIÇO DA CURA: FINAL DO SÉCULO XVIII E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX BRASIL/ANGOLA. O FORTALECIMENTO DA REDE DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS.

Fernanda Ribeiro Rocha Fagundes*

INTRODUÇÃO E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Ao longo dos séculos de exploração dos domínios do ultramar, o Império Ultramarino português montou uma rede de comunicação, que foi fortalecida por inúmeros agentes sociais, instituições, e legislação, ligados à saúde, criados ao final do século XVIII e princípios do século XIX. Tal fortalecimento pode ser traduzido por inúmeros fatores como: as reformas ilustradas de 1770, realizadas em Coimbra pelo Marquês de Pombal; a preocupação com a saúde dos povos; a criação do Protomedicato em 1782; a criação da Fisicatura-mor em 1808; a oficialização da Farmacopeia Geral do Reino em 1794; e as Faculdades de Medicina no Brasil em 1832. Os funcionários do ultramar, entre outros agentes sociais como viajantes, companhias religiosas, e práticos de saúde puderam transitar entre a mencionada rede e novos órgãos, alimentando o Estado português com conhecimentos úteis à administração.

Segundo Domingues¹, os funcionários do ultramar articulavam o projeto integrado de colonização e ordenamento territorial, onde a informação científica coletada por esses atores sociais tinham um caráter prático e circulavam por meio de panfletos, livros e impressos. Na América portuguesa podia-se verificar uma prática científica na rotina dos Impérios do final do século XVIII e princípios do XIX. De acordo com Kury², tal prática podia ser verificada por meio de funcionários do ultramar, que participavam do projeto de “conversão à ciência”, a valorização desta em benefício do Estado, prática comum a vários Estados nacionais no período

* Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Mestranda em História das Ciências e Saúde 2014 e Especialista em História do Brasil pela UFF. E-mail: fernanda.fagundes2014@yahoo.com.

¹ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no império português em finais dos setecentos. *História, Ciências, Saúde- Maguinhos*, Rio de Janeiro, v.8, Supl. 2001, pp. 824 e 829.

² KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informação (1780-1810). *História, Ciências, Saúde - Maguinhos*, Rio de Janeiro, v.11, supl.1; 2004. pp.115.

destacado. Dessa forma, segundo Domingues³, viajantes naturalistas, capitães-generais, médicos, cirurgiões-sangradores, companhias religiosas coletavam informações úteis ao Estado, as quais englobavam os conhecimentos de cura. Nessa perspectiva, Bastos⁴, destacou que muitos autores do século XIX estavam inseridos no circuito global de produção de conhecimentos médicos pertencentes às redes, transnacionais, transcoloniais e translinguísticas de informações de acordo com as necessidades do Império Ultramarino.

Segundo os autores acima citados, as informações geradas por esses funcionários do ultramar e práticos de saúde, circulavam conforme a Nova Perspectiva Global Transcontinental de Circulação de Conhecimentos e objetos, em um sistema de redes de indivíduos, de saberes, de alianças, com viés antropológico cultural. Nesse aspecto, vale chamar atenção para a história Atlântica, pois ela insere-se na mencionada perspectiva e conforme o historiador Armitage⁵, o Atlântico pode ser observado como uma zona de mudança, intercâmbio, circulação e transmissão. Esse espaço permite à análise de parte da história oceânica, que pertence a um conjunto de histórias nacionais, onde a história das pessoas que cruzaram o Atlântico e viveram suas bordas participaram de comunidades possíveis, do comércio, das ideias, das enfermidades que se transportaram de um lugar para o outro. Nesse ambiente que envolve tanto a costa atlântica da América portuguesa, quanto à costa atlântica de Angola pode ser observada uma autoridade negociada por funcionários do ultramar, negociantes, e outros atores sociais, conectados à mencionada rede de informações, onde pode ser verificada a circulação de ideias e práticas de saúde. Assim, a perspectiva da História Atlântica caminha em paralelo com a nova visão da História das Ciências Transcontinental e Global, visto que esse tipo de história também rompe com a explicação centro-periferia, difundida por George Basalla⁶ na década de 1960.

³ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no império português em finais dos setecentos. op. cit., p. 827.

⁴ BASTOS, Cristiana. *Corpos, climas, ares e lugares: autores e anônimos nas ciências da colonização*. In: BASTOS, Cristiana Bastos; et al. (Orgs.). *Circulação do conhecimento: medicina, redes e impérios*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013. pp. 31.

⁵ ARMITAGE, David. Tres conceptos de história atlântica. *Revista de Occidente*, Madrid, n.281, oct. 2004, p.13 e14.

⁶ Patiniotis explica que no esquema de Basalla a tecnologia das sociedades coloniais passava por um status subalterno, era reduzida a um arquivo bruto em seu primeiro estágio. No segundo estágio, essa tecnologia era marcada pela dependência local da vida científica, e no terceiro estágio existiria uma

As ideias de circulação da História das Ciências Transcontinental e Global podem ser representadas por historiadores das ciências como Secord⁷, Gavroglu⁸, Patiniotis⁹ e Raj¹⁰, que explicam como essa circulação de conhecimentos acontece. A partir desses autores, a visão das condições de produção do conhecimento, de trocas entre as sociedades coloniais e centros imperiais foram ampliadas. O conhecimento passou a ser fruto da relação entre os dois lados, uma circulação de saberes, técnicas e práticas. Além disso, deve-se levar em conta a contribuição dos Estudos-Pós Coloniais dos anos de 1980, onde a historiografia das ciências passou a fazer estudos com novos métodos epistemológicos e dimensões sociais do conhecimento, apontando a construção de redes entre o local e o global, reconhecendo o impacto sócio-político no contexto local do discurso científico, repudiando a dicotomia centro-periferia, observando as circunstâncias políticas, culturais e a variedade local dos contextos.

São essas ideias de circulação, que fundamentam as hipóteses, Domingues, Kury, e Bastos, que compartilham a mesma ideia da formação de uma rede de informações mantida pelo Estado português, onde o saber médico passou a ser utilizado como instrumento útil ao desenvolvimento das possessões ultramarinas. Tal rede estruturou-se em uma teia de alianças representada na complementariedade Brasil/Angola, gerada pelo comércio de escravos.

O FORTALECIMENTO DA REDE DE COMUNICAÇÃO ÚTIL AO ESTADO ULTRAMARINO PORTUGUÊS.

Ao longo do final do século XVIII foi possível observar uma rede de conhecimentos científicos, úteis ao Estado Ultramarino português, onde informações de caráter prático foram coletadas por vários agentes sociais. Tais conhecimentos

aceitação geral dos métodos e valores da ciência moderna e tecnologia do ocidente, onde a sociedade construiria a sua própria ciência, instituições educacionais, independência e participação no mundo.

⁷ SECORD, James A. Knowledge in transit. Knowledge in transit. *Isis: an international review devoted to the history of science and its cultural influences*, v.95, n.4, 2004, p.654-672.

⁸ GAVROGLU, Kostas; PATINIOTIS, Manolis; PAPANELOPOULOU, Faidra; SIMÕES, Ana. Science and technology in the european periphery: some historical reflexions. *History of Science*, v.46, part 2, n.152, jun.2008, p.153-175.

⁹ PATINIOTIS, Manolis. Between the local and the global: History of science in the european periphery meets post-colonial studies. *Centaurus*, v.55, 2013, pp.361-384.

¹⁰ RAJ, Kapil. Beyond Postcolonialism... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science. *Isis: an international review devoted to the history of science and its cultural influences*, v.104, n.2, jun. 2013, p.337-347.

permitiram o melhor controle das possessões ultramarinas. Informações variadas, inclusive médicas, viajando por uma rede de sociabilidades, tanto no Brasil quanto em Angola, nos finais do século XVIII e princípios do XIX. As reformas de Pombal fortaleceram a dita rede, destacando a importância das informações e instituições voltadas para a cura de enfermidades.

Segundo Santos Filho¹¹, a prática galênica estava presente em Coimbra no século XVI, onde existiam cátedras na universidade baseadas em livros de Galeno, uma cadeira de cirurgia segundo Guy de Chauliac, a clínica ensinada pelo professor de “tertia”, as ideias de Avicena e Hipócrates. No entanto, em outras partes da Europa, já no século XVI ocorriam investigações e descobertas na anatomia, na patologia como: André Vesalius, que apontou e desfez os enganos de Galeno; Gabriel Falópio, que descreveu o aparelho genital; Bõe Silvius, que divulgou a iatroquímica de Paracelso; Ambroise Paré com avanços na cirurgia. Os outros centros europeus de estudos como Pádua, Pisa, Montpellier, Bolonha podiam ser considerados avançados por transmitir as suas próprias investigações e descobertas. Ademais, o século XVIII foi marcado pelos naturalistas e botânicos como Carl Lineu, o conde Buffon que estudou os animais, Alexandre Von Humboldt com expedições naturalistas entre outros. Dos séculos XVI ao XVIII surgiram várias evoluções no mundo médico, mas a Universidade de Coimbra encontrava-se fechada para muitas dessas ideias até as reformas de Pombal, ocorridas em 1770.

Abreu¹² afirma que em Portugal e em territórios da Europa, na segunda metade do século XVIII, ocorreram mudanças onde a medicina passou a fazer parte da estratégia de exploração estatal. No século XVIII perceberam-se esforços para uma política de saúde pública, na qual havia o interesse em obter informações sobre as doenças que proliferavam na América portuguesa e possessões ultramarinas, que diminuía o número de colonos e escravos. O saber médico, assim como a inclinação para os conhecimentos científicos, eram instrumentos para o desenvolvimento colonial. A historiadora Dias¹³ acrescenta que o Marquês de Pombal se dirigia aos governadores, capitães-generais das principais capitanias um estímulo para as

¹¹ SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec, Ed da universidade de São Paulo, 1977, Vol1, pp. 281-288.

¹² ABREU. A colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das luzes e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. *op. cit.*, p. 766,769, 770,776.

¹³ DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista IHGB*. Rio de Janeiro, v.278, 1968, p. 113,126-128.

ciências naturais no Brasil, uma prática posta em execução pelo vice-rei Marquês de Lavradio e por Luís Vasconcelos e Souza por volta de 1779-1790, verificado por meio de ofícios e correspondências. Conforme Dias, de 1808 até 1821 D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro de Dona Maria I e toda equipe de bacharéis e cientistas brasileiros tomava providências ilustradas impulsionadas pela necessidade, como a aclimação de especiarias, técnicas para a lavoura e pecuária, métodos de laboratório, produção de sementes e extração de óleos vegetais. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a construção do Museu Nacional, os levantamentos geográficos e estatísticos no governo de D. José I, as viagens de naturalistas comprovavam os aspectos da mentalidade racionalista ilustrada daquele momento. Segundo Abreu, as reformas de Pombal estavam conectadas aos estudos da elite letrada para diminuir a incidência de mortalidade entre os escravos. O autor cita o membro da Real Academia de Ciências de Lisboa, Luiz Antônio de Oliveira, que em *Memórias a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil*, aborda sobre as doenças e as medidas para o tratamento dos escravos. Segundo Abreu, os médicos e cirurgiões luso-brasileiros estavam em contato com informações médicas atualizadas do período conectadas a enfermidades tropicais. Dessa forma, Abreu associa a renovação do conhecimento científico como reflexo das reformas em Coimbra, apontando a conexão entre a conjuntura da ilustração e a ênfase no estímulo das ciências no Brasil. Segundo o autor, a criação da Real Academia de Ciências em 1772, foi impulsionada pela ilustração, e teria aberto espaço para as pesquisas realizadas por cientistas e funcionários como cartógrafos, naturalistas, médicos, cirurgiões, que formavam uma rede de informações destinada ao Estado português.

Tais influências ilustradas também podem ser verificadas em documentação de época, não só na América portuguesa como também em Angola, onde José Pinto Azeredo, físico-mor de Luanda por volta de 1799, ressaltava as mudanças do ensino, as quais traziam uma revisão das antigas interpretações médicas, destacando novos profissionais ligados às ciências, que criticavam os métodos, até então vigentes, no tratamento de enfermidades. Conforme Azeredo:

Eu não pretendo recordar-me dos sistemas, que apareceram nas primeiras idades da medicina, para combater as errôneas opiniões daqueles escuros séculos; porque me cansaria [...] querendo convencer, e persuadir daquilo mesmo de que todos estão convencidos[...] Galeno apareceu com o novo sistema médico [...] Contudo as qualidades que Galeno supunha serem as causas das enfermidades, ficaram desacreditadas com as provas, com que

Paracelso se opôs a toda a sua escola. Mas a patologia clínica que então florescia principiou a ser desprezada à proporção que os anatômicos foram descobrindo novas funções [...] Mas Sydenhã, o mais perspicaz observador da natureza, sabendo desprezar as conjecturas vans e recolhendo fatos, como Bacon ensina a descrever moléstias aos médicos...¹⁴

No que diz respeito à cura nos domínios ultramarinos portugueses, pode-se identificar o Protomedicato e a Fisicatura-mor, dois órgãos de grande importância, voltados para coleta de informações, para a saúde dos povos e para a exploração das possessões do ultramar. Conforme Pimenta¹⁵, no interior do Império Ultramarino português eram necessárias licenças e cartas para exercer a atividade curativa. Apesar de, em Portugal, já existir desde o século XIII uma regulamentação que criava o cargo de cirurgião-mor, e desde o século XVI o cargo de físico-mor, apenas a partir de 1782 foi criada a Junta do Protomedicato, que regulava a atividade desses profissionais. Porém, em 1808 essa junta foi substituída pela Fisicatura-mor, com sede no Rio de Janeiro, que atuou de 1808 até 1828. A Fisicatura estava centralizada em dois cargos: o do físico-mor, que prescrevia e fabricava remédios e o cirurgião-mor, que fazia intervenções cirúrgicas. Eles faziam devassas em vários pontos do Império por meio de delegados e subdelegados, verificando o respeito dos regimentos, as licenças e cartas que autorizassem as práticas terapêuticas. Esse órgão emitia licenças e cartas para sangradores, parteiras e curandeiros, (considerados subalternos) e também para médicos, cirurgiões e boticários, considerados oficiais da Fisicatura por serem mais prestigiados. A Atuação da Fisicatura pode ser observada na nomeação do boticário João de Carvalho Bastos, na cidade do Rio de Janeiro em 1811. Segundo registros da carta de confirmação de farmácia do boticário aprovado João de Carvalho Bastos:

Dom João por graça de Deus príncipe regente de Portugal e dos Algarves, da Guiné e do Além Mar em África, senhor da Guiné, conquista navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, voz faço saber que João de Carvalho Bastos [...] natural da cidade do Porto aprendera a arte de boticário com mestre aprovado [...] e visto a seu requerimento ordenei meu físico-mor [...] o mandar a esse examinar na forma do seu requerimento, o qual foi examinado na presença de seu delegado, o dr. José Maria Bomtempo, os boticários aprovados Manoel de Luís Correia de Azeredo e José Luís Mendes que

¹⁴ AZEREDO, Pinto. Ensaio sobre algumas enfermidades D'Angola, 1799. Lisboa: Régia Oficina de Tipografia. *Biblioteca Nacional (RJ)*.p. 29 e 30.

¹⁵PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney et al. (Orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas SP: Editora Unicamp, 2003.p. 307 e 308.

o deram por aprovado [...] assim na teoria como na prática e mais modos de compor e administrar os simples e compostos e mais coisas pertencentes a mesma arte. Como contou por certidão dos examinadores em razão da qual o houve o dito meu físico- mor do Reino e se lhe mandou passar a presente carta de aprovação...¹⁶

O médico Sigaud confirma o papel do físico-mor após a chegada da família real portuguesa, e as mudanças ilustradas no âmbito das ciências. Segundo ele:

...Desde que o rei dom João VI veio estabelecer a sede do seu governo no Rio de Janeiro, uma organização da administração, das finanças e da educação mudou o estado das coisas: em 1808 uma prensa[...]A introdução de livros científicos, pela via do comércio estrangeiro, marcou a nova era da literatura, das ciências e das artes[...]A organização médica existente em Portugal foi transplantada para o Brasil. Criou-se o lugar do médico - em - chefe do novo reino transatlântico- este arquiatro nomeou os delegados de seu poder nas províncias, fundou seu tribunal, reconheceu seu oficiais públicos, o juiz, o escrivão, o meirinho. Desde então a exploração do cliente retardatário, a exploração do comerciante de comestíveis e de líquidos fermentados, a inspeção das farmácias, a admissão dos candidatos em cirurgia ou medicina, inclusive veterinários, foram contribuintes desta autoridade suprema.¹⁷

Araújo¹⁸ ressalta a importância da Junta do Protomedicato, destacando que este órgão definia atribuições para o físico-mor, fornecia prazos para os comissários nos domínios ultramarinos. Tal órgão teria sido criado para diminuir o prejuízo da vida dos vassalos no Reino e domínios ultramarinos. Destaca-se nesse ponto, a preocupação com a saúde dos povos, mencionada por Abreu a partir das reformas ilustradas em Coimbra ao final do século XVIII. Rodrigues¹⁹ insiste que no ano de 1800 existiram avisos e regulamentos como os de 23 de maio, 13 e 28 de dezembro, que obrigavam os cirurgiões a obterem licença, na referida Junta, para embarcarem nos navios. Com o fim do Protomedicato em 1808, a Fisicatura assumiu essa responsabilidade. Essas eram medidas para conservar a vida de homens ameaçados pelas doenças, eram medidas úteis ao Estado. Isso pode ser verificado no ofício de 1827 de José Maria de Almeida, Intendente da Marinha, ao Marquês de Maceió, Francisco Afonso de Meneses de Sousa Coutinho, Ministro e Secretário do Estado de

¹⁶ Registro da carta de confirmação do boticário aprovado João de Carvalho Bastos. Arquivo Nacional (RJ) Fundo Coleção Fisicatura-mor, fundo 20, códice 145, Volume 4, pp. 39 e 40.

¹⁷ SIGAUD, J.F.X. *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística medica deste império 1844*; Tradução de Renato Aguiar. Coleção História e Saúde; clássicos e fontes. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.p. 309.

¹⁸ ARAÚJO, Carlos Benjamin da Silva. Boticas e boticários no Brasil colonial. *Anales de La Real Academia de Farmacia*. Madrid, volume XXXVI, no. 2, 1970. pp. 312 e 313.

¹⁹ RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.p. 284.

Negócios da Marinha, sobre matrícula de João Luís Gurgel do Amaral, sangrador no bergantim Fluminense com destino a Moçambique, que apresentava problemas na matrícula por estar registrado em outra embarcação, desrespeitando as ordens régias. Conforme o documento:

... comparecendo nesta repartição a tripulação do bergantim Fluminense que se destina a Moçambique a fim de ser matriculado, apresentou-se na qualidade de sangrador um João Luís Gurgel do Amaral o qual pelo oficial encarregado deste expediente ter reminiscência de o haver matriculado do próximo em outra embarcação, passou a fazer averiguações precisas e conheceu que o mesmo indivíduo havia se matriculado na escuna Lucrecia em 21 de outubro de 1826 na viagem que se destinava a Molembo, Zaire e Cabinda...pela exposição que faço conhecer a vossa excelência quanto não só um tal indivíduo como o proprietário ou consignatário da escuna Lucrecia abusam das leis existentes que proíbem sair navio algum destinado para comércio de escravatura sem a praça de cirurgião, ou de pelo menos a de sangrador...²⁰

Apesar das medidas existirem elas não se realizavam na maioria das viagens transatlânticas, pois poucas naus contavam com profissionais acadêmicos nas travessias.

A partir de 1828 a Fisicatura-mor passou a ser substituída pela Câmara Municipal e por instituições de medicina. Durante a primeira metade do século XIX os médicos fizeram esforço através de associações, periódicos e Faculdades de Medicina (em 1832), para propor uma nomenclatura e concepção de doença diferente da dos populares, buscando desautorizar os conhecimentos e as práticas de terapeutas populares, dos quais sofriam concorrência. Então, a partir de 1832 os curandeiros e sangradores não foram mais reconhecidos pela Câmara Municipal, não sendo mais examinados ou legalizados. Com relação a esse fato Sigaud afirma:

Depois que as câmaras municipais começaram a exigir a apresentação de diplomas de médicos, cirurgiões e farmacêuticos, e que a lei das faculdades de medicina, promulgada em 1832, está em vigor, deu-se fim a grande parte desses curandeiros exóticos que exploram as províncias munidos de falsos diplomas.²¹

No que se refere às boticas pode-se afirmar que elas estavam entre os principais locais autorizados na América portuguesa, Angola e outros territórios do

²⁰ ALMEIDA, José Maria de. *Ofício ao Marquês de Maceió, sobre matrícula de João Luís Gurgel do Amaral, sangrador no bergantim Fluminense, 1827. IHGB (RJ)*. Coleção Documentos Navais BR RJ IHGB 124 DL1205,18.

²¹ SIGAUD, J.F.X. *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística medica deste império 1844*; Tradução de Renato Aguiar. Coleção História e Saúde; clássicos e fontes. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.p.135.

ultramar para a venda de medicamentos. Santos Filho²² afirma que as boticas eram escassas nos séculos XVI e XVII, e que a maioria delas se encontrava em Colégios Jesuítas e Hospitais Militares. Segundo Pimenta²³ e Santos Filho²⁴, elas estavam sujeitas ao físico-mor e eram avaliadas conforme ao seu estado e qualidade dos medicamentos. Conforme Santos Filho, a fiscalização era imperfeita, feita entre longos intervalos de tempo, não havia laboratórios suficientes, os compostos e líquidos não podiam ser mantidos com suas propriedades, e a própria interpretação das farmacopeias e cozimentos não podiam ser feitos a rigor por falta recursos vindos de Portugal e pessoas competentes. Vale a pena chamar atenção para o século XVIII, pois nele buscou-se coibir os excessos de terapias existentes, sendo criada a Farmacopeia Geral para o Reino e Domínios de Portugal de 1794, que regulava as boticas, proibindo a produção de medicamentos a partir de outras farmacopeias. Uma preocupação importante com a saúde, diante dos problemas acima relatados. De acordo com Santos Filho²⁵ a diversidade de tantos códigos farmacêuticos, portugueses e de outras procedências, ocasionou inconveniências e enganos, até que, em 1794, o governo de D. Maria I oficializou e tornou obrigatório, em Portugal e Domínios, a adoção, pelos boticários, da Farmacopeia Geral para o Reino e domínios de Portugal. Essa obra foi elaborada pelo Dr. Francisco Tavares, lente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, deputado da Junta do Protomedicato e físico-mor do Reino, que permaneceu na América portuguesa após 1822.

O próprio Sigaud menciona a melhora na situação das boticas e produção dos medicamentos a partir da mencionada farmacopeia, que foi reflexo das reformas ilustradas, que atingiram a prática médica. Conforme Sigaud:

...por muito tempo a farmácia esteve-se reduzido à observação do código farmacêutico, promulgado em 1794, sob o reinado de Maria I. Com a chegada de D. João VI ao Brasil, as coisas melhoraram [...] pela introdução de livros estrangeiros. Uma cadeira de química foi criada na Academia Militar do Rio de Janeiro e uma de botânica [...] instituída no jardim botânico desta cidade.²⁶

²² SANTOS FILHO. *História geral da medicina brasileira. op.cit.*, pp. 328 e 329.

²³ PIMENTA, Tânia Salgado. *A arte de curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura - Mor no Brasil do começo do XIX*. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp 1997.p.59 e 60.

²⁴ SANTOS FILHO. *História geral da medicina brasileira. op.cit.*

²⁵ *Ibidem*, p.339.

²⁶ SIGAUD, J.F.X. *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística medica deste império 1844*; Tradução de Renato Aguiar. Coleção História e Saúde; clássicos e fontes. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.p. 352.

Destaca-se aqui mais um ponto importante, pois a partir da referida farmacopeia, as boticas da América portuguesa e ultramar deveriam seguir um padrão, e uma das hipóteses que se busca defender é a semelhança dos remédios das boticas da América portuguesa e de Angola. Supõe-se que através das legislações desses órgãos, que regulamentaram a saúde, e de informações que circularam na rede de alianças e sociabilidades, conforme a perspectiva Global Transcontinental de Circulação de Conhecimentos, é possível identificar medicamentos e práticas terapêuticas semelhantes entre o Brasil e Angola.

Através de diversos atores sociais, inseridos na rede de sociabilidade e de conhecimentos úteis, na conjuntura da ilustração e do tráfico de escravos, que permitiu a complementariedade entre Brasil e Angola ao final do século XVIII e princípios do XIX, circulavam conhecimentos sobre medicamentos e ou práticas terapêuticas, utilizadas nos dois lados do Atlântico.

Em 1733 na Bahia, por exemplo, o barbeiro-sangrador Luís Gomes Ferreira, enfatizava a importância do uso do medicamento de Angola:

Flor de laranja azeda, raízes de malvas com algumas folhas... raiz de manjeriço, raiz de arruda e raiz de alfavaca; [...] e nele se lançaram duas frutas reladas por nome pepes que vêm de Angola e não faltam na Bahia, e os angolistas costumam trazer[...] De nenhum modo se pode fazer este remédio sem as frutas de Angola[...] e só se poderão alcançar por via de algum homem que tenha correspondência no dito Reino de Angola, para que as mande vir, ou procurarem nos portos de mar, como na Bahia...que trazem as embarcações... as quais vêm com outras coisas medicinais...²⁷

Em 1824 em Luanda, o Secretário de Governo de Angola, Manoel de Sá Vasconcelos, destacava os remédios do Brasil na botica do hospital daquela cidade:

Relação dos medicamentos precisos para o curativo dos doentes no Hospital de Luanda Reino de Angola: 100 arrobas de quinina amarela, 6 arrobas de raiz de almeirão [...] 16 libras de almecega do Brasil, 32 libras de terebintina [...] 4 libras de óleo de copaíba [...] 18 libras de ruibarbo [...] tipos de pano de linho para o curativo dos enfermos...²⁸

²⁷ FERREIRA, Luís Gomes. *Erário mineral*. Organização Júnia Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudo Históricas e culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. 821, 2v il. (coleção mineriana, série clássicos). Publicado em 1735 em Lisboa Ocidental na oficina de Manoel Rodrigues, documento dividido em 12 tratados. pp. 556 e 558.

²⁸ VASCONCELOS, Manoel de Sá. *Relação feita sobre medicamentos necessários para o tratamento de doentes no hospital de Luanda*. Luanda: botica do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Luanda (cópia) 1824. Coleção IHGB DL347, 30.11.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a partir das reformas pombalinas no século XVIII, na Universidade de Coimbra, foi possível o fortalecimento da rede conhecimentos úteis ao Império Ultramarino português, no contexto do final do século XVIII e princípios do século XIX. Tais mudanças concretizaram-se em medidas que deixaram evidentes a preocupação com a saúde, a valorização da botânica e decisões diretamente ligadas à saúde como as criações do Protomedicato em 1782, da Fisicatura em 1808, da Farmacopeia Geral do Reino em 1794 e das Faculdades de Medicina no Brasil em 1832.

Capítulo 41: DE COMO FOI INVENTADO O FEUILLETON-ROMAN, E DO SUCESSO DE ALEXANDRE DUMAS (1836-1850)¹

José Roberto Silvestre Saiol*

Muitas coisas já haviam sido compradas, vendidas, oferecidas na praça do mercado, mas nunca, até o momento e daquela maneira crua, a sabedoria inspirada de uma alma heroica.²

I. APRESENTAÇÃO

O século XIX francês abarca o chamado Movimento Romântico, cuja sensibilidade é profundamente marcada pelo início da industrialização, pelo incremento da vida urbana e pelas consequências políticas e sociais da Revolução Francesa.³ Este século também foi marcado pela difusão do romance (*novel*) enquanto gênero literário plenamente consolidado e sua circulação impressa. Para Mario Vargas Llosa, seria impossível pensar o mundo moderno sem o romance⁴.

Este trabalho pretende discutir a emergência do romance-folhetim – e, sobretudo, o romance-folhetim histórico – na França, bem como realizar algumas considerações acerca de sua relação com a ficção e com o processo de “democratização da imprensa”. Apresenta ainda um pouco da trajetória de sucesso de Alexandre Dumas (1802-1870) – a quem se atribui o mérito de conceder ao gênero folhetinesco sua “forma definitiva” – a partir da categoria de “escritor rentável”.

A articulação aqui proposta desenvolve-se em torno de um argumento que atrela o surgimento do gênero folhetinesco e dos escritores rentáveis às demandas de uma sociedade burguesa e capitalista em franco processo de consolidação na França oitocentista. Neste sentido, entende que o campo das artes, apesar de sua relativa

¹ MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Adaptado. No original: “De como foi inventado o “feuilleton-roman”, um romance publicado em fatias diárias nos jornais, e do sucesso de Eugène Sue e Alexandre Dumas”. pp. 55.

* Graduando do 7º período do curso de licenciatura/bacharelado em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Voluntário do Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais (LEDES/PPGH/UERJ). Membro do Comitê Editorial da Revista Transversos. Bolsista PIBIC/CNPq do Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (DEPES/COC/FIOCRUZ). E-mail: joseroberto_hist@hotmail.com.

² CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. Trad. Antonio Ruas. São Paulo: Melhoramentos, 1963. pp. 149 e ss [sic.]. Apud SALIBA, Elias T. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. pp 50.

³ SALIBA, op. cit., pp. 14.

⁴ LLOSA, Mario Vargas. *É possível pensar o mundo moderno sem o romance?*. In: MORETTI, Franco. *O Romance – A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

autonomia, não está dissociado das condições concretas de produção artístico-literária, mas antes as transforma e é por elas transformado num movimento dialético⁵.

II. MODERNIDADE, ROMANCE E FICÇÃO

A modernidade a que me refiro aqui, experiência marcada, sobretudo, pela contradição, pela ambiguidade e pela efemeridade – cuja oposição não é ao passado, mas antes ao que é eterno e permanente – foi inaugurada fundamentalmente pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa de 1789 e seus desdobramentos. As transformações que emergiram destes movimentos históricos foram tão radicais que produziram em um piscar de olhos – do ponto de vista da longa duração – uma ruptura nunca antes vivenciada na história.

Sob a Revolução Industrial, o capital é fortalecido, a cena urbana é completamente reformulada, ganhando contornos nunca antes imaginados e a burguesia emerge triunfante como classe dominante a partir do século XIX – condição consolidada na França, sobretudo, sob a Monarquia de Julho. A Revolução Francesa, por sua vez, mobilizada pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, ao romper com a Igreja e com os privilégios aristocráticos característicos do Antigo Regime, dissolve tudo aquilo que dava unidade e solidez à experiência humana até aquele momento, profundamente assentada em séculos de tradição.

O poder simbólico dessas transformações foi avassalador, e inaugurou um mundo que passou a demandar novas formas de sensibilidade originadas das inquietações e tentativas de dar conta de toda aquela complexidade. O mundo [ocidental] inaugurado após 1789, do talento e da oportunidade, movido por utopias tipicamente românticas – inspiradas nos ideais revolucionários e iluministas de um mundo cuja marcha seguia na direção do progresso e da prosperidade –, e dominado pela técnica, pela ciência, pela indústria e, sobretudo, pelo dinheiro contrapôs-se àquele que em alguns momentos do século XIX tentou – sem sucesso – restabelecer-se, marcado pela herança, pelo privilégio e pelo direito divino⁶.

⁵ O trabalho de Adriana Facina ofereceu uma contribuição bastante significativa na construção deste argumento. Ver: FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

⁶ Ver: BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa (1789-1848)*. Rio de

Me parece que é no seio de todas estas transformações que está situada a emergência do romance enquanto gênero literário. Com berço na Inglaterra do século XVIII, ele constitui um gênero literário profundamente complexo e proteiforme, cujo nascimento está vinculado, sobretudo, à ascensão da burguesia - para Hegel, o romance seria a epopeia burguesa moderna -⁷ e das modernas técnicas de impressão.

Segundo Franco Moretti, o romance: 1º constituiria “um grande acontecimento cultural”⁸, que redefiniu diversos aspectos da experiência humana; 2º se manifesta através de formas distintas que tornam incertos os próprios limites do universo literário. Para o autor, é a sua versatilidade que venceu a desconfiança em torno de sua aparição e que o mergulhou no gosto popular, trazendo a reboque o processo de emancipação da ficção em relação ao domínio da mentira - não completamente, sabemos; mas forçando obrigatoriamente uma flexibilização das categorias de verdade, “não-verdade” e mentira.

Para Catherine Gallagher, a ficção, por meio do romance tornou-se explícita e aceita, na medida em que os romancistas aos poucos renunciaram à tentativa de convencer seus leitores de que suas obras eram objetivamente verdadeiras. Daí uma relação, um pacto, eu diria, bastante interessante a que se submetem autor e leitor a partir de então:

“Ao distinguirem explicitamente as próprias obras do tipo de referencialidade proclamada pelos outros gêneros literários, convenceram os seus leitores a aceitarem o estatuto imaginário das personagens, aprisionando-as, porém, nos limites do crível”⁹.

O romance teria, portanto, num movimento profundamente ambíguo descoberto e ocultado a ficção, o que nos permite observar claramente a relação intrínseca que se estabelece entre essas duas categorias a partir do século XVIII.

III. FOLHETIM: DE RODAPÉ A GÊNERO ROMANESCO

O folhetim (*feuilleton*) surgiu na França em princípios do século XIX e, em sua primeira acepção, o termo designava uma localização geográfica na página do jornal

Janeiro: Paz e Terra, 1981; HOBBSAWM, Eric J. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996; SALIBA, op. cit.

⁷ MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2013. pp. 412-416.

⁸ MORETTI, Franco. *Apresentação Geral*. In: MORETTI, op. cit., pp. 11.

⁹ GALLAGHER, Catherine. *Ficção*. In: MORETTI, op. cit., pp. 630.

– geralmente a primeira: o rodapé. Esta sessão destinava-se, sobretudo, à publicação de matérias e assuntos mais leves e recreativos do que aqueles que prevaleciam no restante do periódico, como por exemplo piadas, receitas, charadas e breves histórias de ficção.

Inúmeras são as transformações que levaram o folhetim a assumir a sua forma tradicional, tal como conhecemos. Franco Moretti destaca o advento das novas práticas de leitura e consumo de literatura. Sua hipótese é de que para além de questões ligadas à estrutura do próprio romance como, por exemplo, a exigência de um realismo cada vez maior, o século XVIII inaugura novas formas de relacionamento com o romance, “que passam a ser objeto de uma leitura mais distraída”¹⁰.

Elias Saliba por sua vez destaca as mudanças nas condições concretas de produção e consumo de literatura desencadeadas pelos movimentos históricos aqui explorados. De acordo com ele, “o sistema de patrocínio de publicações e mesmo o posterior sistema de assinaturas começavam a ser substituídos, lenta, mas seguramente, pelo sistema de publicações em termos comerciais modernos”¹¹, sujeitando assim a figura elevada do artista – portador do gênio –, às “flutuações e caprichos do mercado”. O autor atribui ainda ênfase à intensificação das relações entre a imprensa diária e a literatura, manifesta, sobretudo, na difusão do folhetim.

Marlyse Meyer corrobora o argumento de Saliba. Segundo ela, o jornal – “veículo do espírito moderno” – seria o habitat próprio do folhetim – “inventado pelo jornal, e para o jornal”. Para a autora, sua criação está ligada ao interesse burguês de democratização da imprensa, evidenciando assim a necessidade de barateá-lo e torná-lo mais acessível. A percepção das modernas condições de publicação e suas implicações sobre a estrutura narrativa é atribuída à Émile de Girardin que em meados da década de 1830 encomenda a Honoré de Balzac uma história – *La vieille fille* – para ser publicada em série em seu jornal, o *La Presse*. Note-se que a inovação está na dimensão do empreendimento: se antes a ficção estava presente na sessão folhetim na forma de contos e novelas curtas, dispostos aleatoriamente, a partir da década de 1830 a prática da publicação de “ficção em pedaços” tornou-se sistemática e especializada¹².

¹⁰ MORETTI, Franco. *Entrevista concedida ao blog Crítica Dialética*. Disponível em: <http://criticadialetica.blogspot.com.br/2009/09/entrevista-de-franco-moretti.html>. Acesso em: 24 jul. 2015.

¹¹ SALIBA, op. cit., pp. 50.

¹² MEYER, op. cit., pp. 30-31;57-61.

O folhetim recebe sua forma definitiva – enquanto gênero específico de romance – na década de 1840 pelas mãos de Alexandre Dumas e Eugène Sue: não apenas romances publicados de forma seriada. Era necessário que garantissem ainda, dia após dia, a fidelidade dos leitores e, sobretudo, de suas assinaturas. Daí aquela que, a partir da reflexão sobre literatura especializada, me parece a principal técnica empregada na produção do romance-folhetim: o corte sistemático capaz de deixar a atenção do leitor em “suspense”.

“é principalmente no corte que se reconhece o verdadeiro folhetinista, meu senhor. É preciso que cada número caia bem, que esteja amarrado ao seguinte por uma espécie de cordão umbilical, que peça, desperte o desejo, a impaciência de se ler a continuação. [...] esta é a arte. É a arte de fazer desejar, de se fazer esperar. E se o senhor puder colocar esse leitor entre uma assinatura e outra, ameaçando os pagadores atrasados de deixarem de saber o que acontece com o seu herói favorito, acontecerá então o mais belo sucesso da arte”¹³

E assim inventou-se o *feuilleton-roman*:

“o de heróis românticos, mosqueteiros e vingadores, o de heróis canalhas, de mulheres fatais e de sofredoras, de crianças trocadas, raptadas, abandonadas, de ricos maldosos e pobres honestos, de peripécias mil desdobradas numa forma – a publicação em pedaços”¹⁴.

Herdeiro da proteiformidade do romance, o gênero folhetinesco assume diversas formas. Em sua forma tradicional – folhetim romântico –, Marlyse Meyer aponta a existência de duas vertentes principais: a do folhetim realista, manifesta, sobretudo na obra de Eugène Sue, e a do folhetim histórico, cujo principal representante é Alexandre Dumas. Sobre este último, a autora informa:

“na esteira de Walter Scott, com as artimanhas do excelente dramaturgo que é, cavouca segredos de alcova e mexericos de outros tempos, ressuscita espadachins e suas bravatas, ministros, rainhas, lançando o caudal do folhetim histórico”¹⁵.

Heloisa Prieto corrobora o argumento de Meyer, sobretudo ao enfatizar a intensa pesquisa histórica em acervos arquivísticos empreendida pelos parceiros de

¹³ REYBAUD, Louis. *Jérôme Paturôt à la recherche d'une position sociale*. pp. 76-77. Apud MEYER, op. cit., pp. 49.

¹⁴ MEYER, op. cit., pp. 16.

¹⁵ *Ibidem*, pp. 67.

Dumas – o maior deles, inclusive, August Maquet, seria historiador¹⁶. O efeito da mescla entre ficção e história que se confundem nas histórias do romancista não poderia ser outro, senão o sucesso.

IV. DE VILLERS-COTTERÊTS À PARIS: O SUCESSO DE ALEXANDRE DUMAS

Não é difícil perceber, a partir da “concepção de arte” expressa por Reybaud no excerto acima o nível de rentabilidade garantido pela produção folhetinesca. Para Elias Saliba,

“com o folhetim, a obra literária passa a ser uma “mercadoria”, no verdadeiro sentido do termo; passa a ter seu preço fixado, é produzida de acordo com um certo padrão e é “fornecida” em data previamente combinada”¹⁷.

A chamada “literatura industrial” – expressão que segundo Marlyse Meyer teria sido cunhada por Sainte-Beuve, um dos críticos mais ferrenhos do gênero folhetinesco¹⁸ – não garantia rendimentos expressivos apenas aos grandes editores, mas também aos seus produtores. Este foi o caso de Alexandre Dumas.

Nascido na pequena cidade de Villers-Cotterêts e filho do famoso general Thomas-Alexandre Dumas, o jovem Alexandre Dumas estabeleceu-se em Paris por volta de 1823, quando passou a frequentar os salões de pinturas, estabelecendo aos poucos sua “rede literária”. No final da década de 1820 conhece Charles Nodier e passa a frequentar o Arsenal, ateliê romântico administrado pelo mesmo, em que Dumas conhece e passa a conviver com outros gigantes do movimento romântico, à época, em plena disputa pela consolidação. Consagrado dramaturgo ainda jovem, com a encenação de Henrique III pela *Comédie Française* em 1829, é só em 1838, com a publicação de *Capitaine Paul* – traduzido e lançado paralelamente no Brasil, no *Jornal do Comércio*¹⁹ –, que Dumas embarca na aventura do folhetim, na qual é extremamente bem sucedido. Segundo Heloisa Prieto,

“outros golpes de sorte ainda contribuíram para que Dumas estabelecesse uma espécie de rede literária, algo fundamental para as trocas artísticas e as grandes realizações. A ele coube o mérito de

¹⁶ PRIETO, Heloisa. *Chez Dumas*. In: DUMAS, Alexandre. *A mulher da gargantilha de veludo e outras histórias de terror*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2012.

¹⁷ SALIBA, op. cit., pp. 50.

¹⁸ MEYER, op. cit., pp. 59.

¹⁹ *Ibidem*, pp. 60.

perceber cada oportunidade e vivê-la corajosamente, unindo a força de sua imaginação prodigiosa a uma imensa capacidade de trabalho [catalisada, sobretudo, por suas formas de produção em parceria.]”

²⁰.

Ao sucesso de *Capitaine Paul*, seguem-se o de “Os três Mosqueteiros” (1844), “O conde de Monte-Cristo” (1844-1845), entre muitos outros, e uma série de contratos altamente rentáveis para o romancista. Eis aí a figura que, na falta de referências, intitulo “escritor rentável”: escritores que a partir da percepção das transformações ocorridas nas condições concretas de produção artístico-literária foram capazes de atender e produzir a partir das demandas de um novo tipo de público, muito preocupados com a questão do gosto e com a obtenção de rendimentos mais imediatos, expressivos e menos espaçados.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a impossibilidade de concluir este percurso tendo em vista a vastidão do tema – e a importância dos cortes sistemáticos –, gostaria de realizar alguns apontamentos a título de considerações finais. Até aqui pudemos observar de que forma as transformações que deram origem à modernidade tiveram influência direta sobre as condições concretas de produção artístico-literária, bem como sobre a própria sensibilidade artística da época. A demanda pela democratização da imprensa atrelada a difusão do gênero romanesco e o surgimento de novas técnicas editoriais foram, grosso modo, os elementos que possibilitaram o surgimento do folhetim que, em sua evolução histórica, passou de palavra para designar uma localização geográfica dentro da página do jornal a forma de publicação de ficção [em pedaços] e, a partir da década de 1840, um gênero de romance extremamente rentável e popular.

Me parece que é a percepção dessas novas formas de produção e sensibilidade artística aliadas às possibilidades inauguradas pela modernidade no sentido da oportunidade e do talento que garantiram o sucesso de figuras como Alexandre Dumas. Os próximos passos desta investigação irão se destinar à repercussão desta literatura-mercantil que, como já vimos, parece bastante contraditória: por um lado, o mergulho no gosto popular; por outro, a crítica de figuras como Sainte-Beuve à

²⁰ PRIETO, op. cit., pp. 14.

diminuição da produção do artista [portador do gênio] a mais uma forma especializada de produção submetida ao mercado.

Capítulo 42: RETRATOS DO BRASIL: A FOTOGRAFIA PÚBLICA NOS ARQUIVOS DO IBGE.

Marcus Vinicius de Oliveira¹

Imagens de uma época: a fotografia na cena pública

Desde os anos 1990, a fotografia vem ganhando mais espaços nos estudos históricos brasileiros, não mais como um mero elemento ilustrativo, mas sim como uma fonte documental rica de simbolismo e questões fundamentais para a reflexão e problematização de contextos históricos, seja o resultante de tal cena, seja aquele no qual se realizou seu percurso social².

Além dos diferentes temas tratados pela linha de pesquisa, uma de suas grandes contribuições é a reflexão e problematização acerca da cultura visual de uma dada organização social. Nela, as formas de ver e compor os elementos do mundo social em artefatos visuais são tratadas. Logo, os elementos de perpetuação e divulgação de uma ideia; e a preservação de momentos tidos como significativos tanto para o sujeito fotografado, visto ser ele a figura que seleciona elementos usados no instante os quais, quando guardados, serão notas de uma época, quanto para o autor do registro visto sua ação na elaboração e arranjo dos elementos na fotografia³, são itens de problematização. Portanto, destacam-se dois elementos: (a) o saber-fazer fotográfico; e (b) a composição da imagem técnica.

A mensagem fotográfica não é um dado estável, mas sim se reelabora em determinados momentos, contextos ou situações nas quais se apresenta como o documento ou o símbolo destes. Configura-se como um documento/monumento já que é fruto de escolhas e intenções do sujeito da ação fotográfica. Trabalha com omissão ou lembrança tanto dos fotógrafos quanto dos sujeitos fotografados, pois seus registros são feitos a partir de seleções e estas precisam ser marcadas, problematizadas e refletidas. Além disso, a disposição dos elementos no ângulo de registro e a escolha síntese do tema dos grupos analisados são outros fatores presentes na composição da imagem técnica. Estas não são ingênuas ou aleatórias,

¹ Graduando em História na Universidade Federal Fluminense e bolsista de Iniciação Científica.

² MONTEIRO, Charles. *A pesquisa em História e fotografia no Brasil: notas bibliográficas*. IN: **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, n. 28, 2008. p.169-185.

³ GURAN, Milton. *Fotografar para descobrir; fotografar para contar*. IN: **Cadernos de Antropologia e Imagem**, no.10, 1995.

mas são marcas de uma construção de veracidade que faz a máquina fotográfica ser vistas por alguns como o olho da história, semelhante ao fotógrafo Mathew Brady (chefe da equipe fotográfica que cobriu a Guerra Civil norte-americana)⁴.

A reflexão acerca da composição da imagem técnica não pode deixar de lado outro elemento fundamental para sua reflexão: o saber fazer fotográfico. Nela a trajetória do fotógrafo é pensada e mapeada, visto que esta é o fator condicionante na educação do seu olhar e na sua produção – uma vez que na sua compreensão tal acontecimento deva ser registrado. Como exposto por Mauad (2008), esta prática, geralmente, está correlacionada a um determinado projeto, o qual é conferido, além de uma intenção pessoal, um investimento autoral do fotógrafo⁵. Portanto, o ato de fotografar se apresenta como sua ação de inscrição no mundo social.

Nesse sentido, a fotografia é acompanhada por uma trajetória que marca seu arquivamento e conservação para as gerações futuras em instituições de preservação da história daquela sociedade. Desse modo, embora não se tenha um conceito fechado, Fotografia Pública não seriam apenas as fotografias publicadas, expostas ou consumidas, imagens que no primeiro momento ganham certa circularidade e um circuito social que colabora tanto para a formação da educação visual das pessoas, como para a formatação de memórias sociais e construção de representações sociais. Mas também são incluídas nesse fenômeno as fotografias depositadas em arquivos, algumas nunca vista por boa parte da população, mas que a partir de uma visita ao acervo pode ser disseminada a partir de problematizações e questões envolvidas nela⁶.

Por conseguinte, a fotografia pública não se pensa a partir da trajetória do artefato que seu fim seria o esquecimento em arquivos, mas sim a circularidade e as questões trazidas por eles ou a partir deles. Esta circularidade está relacionada a um determinado contexto histórico, no qual a imagem causa impacto; seja na construção de uma disputa de poder seja na problematização realizada em determinados veículos de divulgação. Nestes, mesmo que o impacto siga os perfis institucionais, seu

⁴ MAUAD, Ana Maria. **Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografia**. Niterói: EdUFF, 2008.

⁵ MAUAD, Ana. **Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica**. Disponível em: <http://www.unicentro.br/rbhm/ed04/dossie/01.pdf> (27/04/2014)

⁶ Comunicação apresentada no seminário *Fotografia Pública e a experiência histórica contemporânea*, do FotoRio 2014 realizada por Ana Maria Mauad sob o título *Imagens fotografadas: Fotografia Pública, possibilidades metodológicas*.

condicionamento com relação à construção de significado do grupo social relacionado embute práticas de preservação e políticas de acervo.

Assim, a partir de Fotografia Pública se propõe a pensar tanto as formas de construção e disseminação desse artefato, como também sua preservação e arquivamento. Nos últimos a problematização da construção do acervo é considerada, visto que nesse processo da seleção dos vestígios salvados em arquivos, alguns símbolos e signos de uma época são resguardados, em detrimentos de outros, colocando não só este como um fator hegemônico e necessário de ser lembrado, bem como o apagamento de outros elementos que contribuíram para aquela organização social. Logo, está por trás dessa discussão a construção do patrimônio público, no qual suas dinâmicas históricas de apropriação e significação são inseridas na biografia da imagem⁷, esta também pensada dentro do conceito.

Assim, o presente trabalho insere-se no projeto FOTOGRAFIA PÚBLICA: USOS, FUNÇÕES E CIRCUITO SOCIAL NO BRASIL (SEC. XIX/XX) e teve como foco uma das etapas do projeto que se debruçou no acervo do IBGE. Nessa etapa foi promovida a identificação, mapeamento e o processamento por meio de fichas de informações relevantes do acervo do IBGE. Além disso, colocou em questão como a Fotografia Pública do instituto foi feita, organizada e pensada. Por conseguinte, esta instituição é uma das quais o projeto se propõe a contribuir na divulgação e exposição do seu acervo para a sociedade e a comunidade acadêmica.

O IBGE e seu acervo fotográfico

O Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) surgiu a partir da união, em 1938, de dois Conselhos criados no período do Estado Novo (1937-1945): Conselho Nacional de Estatística (CNE) e Conselho Nacional de Geografia (CNG); incluindo ainda o Serviço Nacional de Recenseamento (SNR) dentro de suas atividades. Esta ação estava inserida em um projeto de centralização da produção de dados do país. Esta medida da política do estado novista possibilitou a inclusão do Brasil na Union

⁷ Para uma reflexão acerca da biografia da imagem ver MENEZES, Ulpiano. *A fotografia como documento - Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico*. IN: **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, nº14, pp. 131-151.

Géographique International⁸, na qual, como membro desta associação, o instituto começou a desenvolver pesquisas de campo almejando o mapeamento e reconhecimento do território nacional, semelhante às formas de pesquisas desenvolvidas pelos membros da organização internacional.

Com o objetivo inicial de mapear o território nacional, as expedições geográficas de campo desenvolvidas pelo IBGE aconteceram no período de 1939 a 1968, as quais foram coletadas e registradas informações das características naturais (fauna, flora, hidrografia, relevo, clima), urbano-rurais (acompanhamento urbano e rural, produção agrícola e industrial, diagnósticos ambientais) e as pessoas que habitavam esses espaços por onde a comitiva passava.

É importante ressaltar que as expedições de campo fazem parte de uma metodologia dentro da área de geografia usada pelos membros da União internacional. Desta forma, o IBGE se tornou um canal de divulgação e utilização no Brasil de formas de pesquisas realizadas em outras partes do mundo, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação da Geografia em plano nacional. Além disso, essas expedições não se tratam de uma forma homogênea de realização de pesquisas, visto a diferenciação tanto de origem e formação dos pesquisadores, quanto o contexto das suas realizações – estas tiveram impactos significativos quanto à realização e publicação das pesquisas realizadas pela instituição⁹.

Em 1949, as comitivas das expedições ganharam um novo membro: fotógrafos profissionais, contratados pela instituição. Os primeiros profissionais contratados foram três húngaros (Tibor Jablonsky, Stivan Faludi e Tomas Somlo), os quais auxiliaram na organização do Setor de Fotografia e Cinema do Instituto no primeiro momento, até o fim das expedições, o mesmo terá mais sete fotógrafos (Gilson Costa, Hernondino Chagas, Jaime Serra, José Joaquim de Souza, Nélon Sépula, Rubens Moreno Mazzola, Wilson Souza Aranha) que contribuíram para a documentação desenvolvida. No local, os fotógrafos tinham como atribuições a produção de fotografias, o acompanhamento das excursões, além da identificação e arquivamento da documentação fotográfica produzida. Essa atribuição chegou ao fim no ano de

⁸ABRANTES, Vera Lúcia Cortes. **Imagens do trabalho feminino no Brasil: um estudo sobre a produção fotográfica de Tibor Jablonszky (1952-1968)**. UNIRIO, Rio de Janeiro, 2010, p. 49-52, pass. (Tese de Doutorado em Memória Social).

⁹CAMARGO, Alexandre. *A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980)*. IN: **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2009. p. 23-39.

1968, no qual, segundo a instituição, ocorre uma mudança na metodologia de pesquisa e os trabalhos de campo não são mais necessários¹⁰.

O acervo fotográfico do IBGE é bastante extenso e está em processo de tratamento, fator de dificuldade no processo de dimensionamento dessa documentação. A única coleção catalogada e tratada totalmente, durante o processo de mapeamento do acervo, é a Coleção dos Trabalhos Geográficos de Campo. Esta possui um total de 17930 fotografias, produzidas por 10 fotógrafos durante o período das expedições de campo da instituição. As outras coleções se encontram, em sua maioria, arquivados em gavetas sem identificação e condicionamento adequado, esperando passar pelo processo de tratamento o qual é realizado na biblioteca da instituição. Após esse processo serão colocadas, em sua totalidade, à disposição na base online da biblioteca para os pesquisadores interessados, por enquanto estão sendo alimentado mediante o avanço do trabalho realizado no setor, já que o tratamento técnico é acompanhado pela digitalização do artefato.

Elas se caracterizam da seguinte forma: a) A coleção Municípios Brasileiros é composta por fotografias dos municípios de origem diversas. Por enquanto foram catalogadas 12 000 fotografias desse acervo; b) A coleção Eventos Institucionais é formada por fotografias dos eventos promovidos pelo IBGE, eventos que o IBGE participou e de servidores que colaboraram com a instituição ao longo dos anos. A última possui o maior número de fotografias e é o menos digitalizado. Este ocorre mediante a demanda da instituição, devido a grande quantidade de trabalho na biblioteca.

A situação das duas últimas coleções citadas refletem na pouca incorporação destas em pesquisas, o que dificulta um aprofundamento maior dos caminhos trilhados na sua composição pelo acervo. Entretanto, a partir da finalização do seu tratamento e sua disponibilização na base de dados, pesquisas futuras podem se debruçar sobre eles. Desenvolvendo eventuais questões e auxiliando na consolidação dos estudos que relacionam história e fotografia¹¹.

¹⁰ Idem, p. 69-82, pass.

¹¹ Nota-se, que no período que mapeamos o acervo, levantamos alguns fotógrafos participantes da coleção, podendo haver mais membros nesta listagem.

Dentre as expedições realizadas no período de atuação dos fotógrafos (1949-1968), foram selecionados dois exemplos. Uma realizada nas regiões Bragantina e Amazônica, em 1965, chefiada pelo geógrafo Orlando Valverde e a geógrafa Catarina Vergolino Dias, que tinha como objetivo a edição do livro *A Rodovia Belém-Brasília: um estudo de geografia regional*. Esta excursão tinha como fotógrafo Rubens Moreno Mazzola.¹² O outro exemplo são fotos da cidade do Rio de Janeiro tiradas por Tibor Jablonsky, um dos três fotógrafos húngaros que organizaram o Setor de Fotografia e Cinema da instituição.

O primeiro caso foi selecionado para mostrar como as expedições eram planejadas e tinham um objetivo inicial, o qual não limitava o registro de outros momentos, mas norteava a comitiva. Além disso, busca trazer uma proposta de informação para ser inserida nas imagens produzidas durante essa comitiva, como também levar dados ausentes no site da biblioteca. Estas ocorrem principalmente por problemas encontrados nos materiais, que outrora estavam arquivados as fotografias, os quais podem ser solucionados a partir de uma verificação na documentação produzida na expedição – elemento nem sempre presente no lugar onde está guardado o artefato.

A primeira informação necessária para ser colocada na base online seria a nota que estas fotografias fazem parte de uma série fotográfica realizada para uma edição de livro, objetivo norteador da produção visual. Outro elemento é a verificação do ano da expedição. No site elas são expostas como produzidas na década de 1960, entretanto com essa pesquisa verifica-se o ano da sua realização sendo o de 1965. Este contribui muito mais para pensar essa produção do que a década de 1960, visto que esta é marcada por grandes mudanças no cenário nacional. A Renúncia do presidente Jânio Quadros, o governo João Goulart, o golpe civil-militar, o AI-5, o início da guerrilha urbana e rural, são alguns dos momentos que marcam a década no Brasil.

Outra contribuição presente na exposição é a reflexão acerca dos olhos da comissão, o geógrafo e o fotógrafo da comissão. Orlando Valverde foi um dos mais importante e atuante geógrafo das expedições de campo. Ele se formou na primeira

¹² ABRANTES, V. Op. Cit.

turma de Geografia da Universidade do Brasil, em 1940, e se tornou o primeiro geógrafo formado no IBGE (salienta-se que durante os primeiros anos da instituição os profissionais não eram formados em Geografia, geralmente, eram engenheiros com alguma atuação na área, visto que não havia o curso em universidades brasileiras). O geógrafo também ganhou, em 1947, uma bolsa de pós-graduação na Universidade de Wisconsin, Estados Unidos, onde conheceu o geógrafo alemão Leo Waibel, contratado pelo CNG, anos depois a partir do contato do brasileiro, para orientar seus técnicos em planejamento regional¹³.

É a geração de Orlando Valverde, como expõe Camargo (2009), que realizou uma transformação estrutural no campo geográfico no IBGE. Essa geração (Jorge Zarur, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Orlando Valverde, José Veríssimo da Costa Pereira, Lúcio de Castro Soares e Lindalvo Bezerra) foi indicada para participar de programa de pós-graduação em Wisconsin, Northwestern e Chicago, universidades especializadas em estudos regionais voltados para o processo de ocupação do território. Essa aproximação dos centros de produção geográfica norte-americana fez parte da campanha do governo de Washington para afastar a influência nazifascista do governo Vargas¹⁴. Quando essa geração se torna a maioria dentro do IBGE é quando os fotógrafos são contratados (1949) e a ilustração nas publicações passa a ser feita por fotografias e, não mais, desenhos, como anteriormente. Portanto, não ocorre apenas uma mudança teórica, mas também da produção e divulgação dos resultados realizada pela instituição.

Como pontuado acima quem organiza o Setor responsável pela produção fotográfica são fotógrafos profissionais estrangeiros contratados, mas não foram apenas fotógrafos profissionais que participaram dele, é o caso de Rubens Moreno Mazzola. Ele entra no IBGE como estagiário do geógrafo Antônio Teixeira Guerra, que lhe deu a oportunidade como desenhista de mapas. Entretanto, ele não se adapta a função e começa a fazer um treinamento com fotografia. A partir da observação do trabalho dos outros fotógrafos, se tornou fotógrafo do setor e passou a fazer parte das comitivas, como a expedição de 1965¹⁵. Portanto, houve fotógrafos do setor que aprenderam o ofício na prática, semelhante a alguns fotojornalistas brasileiros dessa época.

¹³ ABRANTES, V. Op. Cit.

¹⁴ CAMARGO, A. Op. Cit.

¹⁵ ABRANTES, V. Op. Cit.

Assim, o primeiro caso exposto tem elementos interessantes para serem pensados juntos com a série separada como ilustrativa. O objetivo inicial norteador da expedição, a qual dá um molde, mas não limita a produção fotográfica; e os olhos dessa produção. Um geógrafo preocupado com esse desenvolvimento local e um fotógrafo, formado em geografia, o qual tem uma educação do olhar voltada para as questões enfrentada pela área no contexto.

Na produção fotográfica desta expedição são registradas a estrada e as questões sócio-ambientais que acompanham seu entorno. As fotos separadas são algumas das produzidas por esses olhos. Embora a construção da rodovia seja o objetivo principal, a forma como a população que está próxima a utiliza é retratada e nessa observamos um gado sendo transportado por suas vias. Não apenas isso, como também as ocupações das proximidades com um camponês arando a terra e os aspectos de um município. A denúncia do desmatamento e possíveis imprevistos na viagem também são captadas por essas lentes como uma forma de trazer as características dessas regiões.

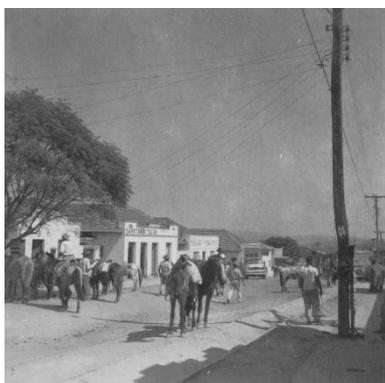


Figura 1: Aspecto do município de Itapuranga, Goiânia – GO (Fonte: IBGE)



Figura 3: Imprevisto na BR – 14. Goiânia – Goiás (Fonte: IBGE)



Figura 2: Antiga BR – 14 em Olho d'Água da Cunhãs – Maranhão (Fonte: IBGE)



Figura 4: Desmatamento na margem da antiga BR – 14 em Olho d'Água das Cunhãs – Maranhão (Fonte: IBGE)



Figura 5: Camponês arando terra em Ceres – Goiás
(Fonte: IBGE)



Figura 6: Gado sendo transportado na antiga BR -
14 em Bacabal – Maranhão (Fonte: IBGE)

É importante salientar que esses recortes produzidos pelas expedições conjugaram formas de ver e entender as diferentes regiões do Brasil, pois além do IBGE ser um polo irradiador de metodologia em Geografia no país, eles ofereciam cursos para os geógrafos em formação que tinham contato com essa produção. Como também propõe a metodologia do trabalho de campo como fundamental para o entendimento entre o ser humano e o espaço que este ocupa.

Este caso é bem diferente do segundo separado, marcado pela falta de informações e a dificuldade de preencher as lacunas, no primeiro momento. Há diversas fotos produzidas da cidade do Rio de Janeiro produzidas por Tibor Jablonsky, na qual não há o ano e nem o geógrafo que o acompanha. O que faz propor algumas questões a serem pensadas a partir delas, como o contexto de produção? Os interesses movidos para tal ação? Os olhos de quem selecionou determinado tema para ser retratado, visto que o geógrafo escolhia o tema para ser fotografado e o fotógrafo realizava as técnicas fotográficas necessárias.

Tibor Jablonsky nasceu em 7 de junho de 1924, na cidade de Sarospatak, Hungria. Era filho de Jozsef Jablonsky e Iren Polnik. No seu país era técnico de filmes e exercia a ocupação de diretor na Companhia de Cinema da Hungria. Fugiu da Hungria depois da Segunda Guerra Mundial, quando esta é ocupada pelos soviéticos. Antes passou por alguns países até chegar ao Brasil, em 1948, vindo de Copenhague na embarcação Carina. Esta fuga pode ter sido favorecida graças à posição de seu pai, o qual era funcionário da Real Polícia do Estado Húngaro. Jablonsky foi o fotógrafo de maior produção fotográfica do IBGE e o mais solicitado pelos geógrafos para acompanhar as expedições, além disso, foi chefe do Setor de Fotografia e Cinema.

Esse será o autor das fotos da cidade do Rio de Janeiro selecionadas no segundo caso. Um olhar estrangeiro, que viveu a Segunda Guerra Mundial e presenciou a

invasão soviética no seu país de origem. Um fotógrafo profissional com atuação na Europa, que irá organizar o Setor junto com os outros dois húngaros (Stivan Faludi e Tomas Somlo) e terá o reconhecimento de seu trabalho pelos membros responsáveis pela organização das expedições. Embora tenha todos essa trajetória dentro da instituição, as fotografias da cidade, tiradas por ele, não possuem nenhuma presença em trabalhos acadêmicos, e nem mesmo a data de sua produção é identificada.

Essa característica confere outra questão trazida pelo conceito de Fotografia Pública. A visitação e divulgação de fotografias arquivadas nas instituições causam um impacto que dá uma nova trajetória social à fotografia, a qual a partir de sua exposição, trabalhos pode ser realizados. É por essa ação que foram selecionadas as fotografias a seguir. As quais retratam cenas do Rio de Janeiro, mas não apenas do Centro da cidade ou da Zona Sul, que começava a ganhar notoriedade nesse período. São tiradas fotos também do chamado Sertão Carioca, Zona Oeste da cidade com seus conjuntos habitacionais (Vila Kennedy), estação de trem (Santa Cruz) e as Avenidas importante presente na região (Avenida Brasil e a Estrada dos Bandeirantes).

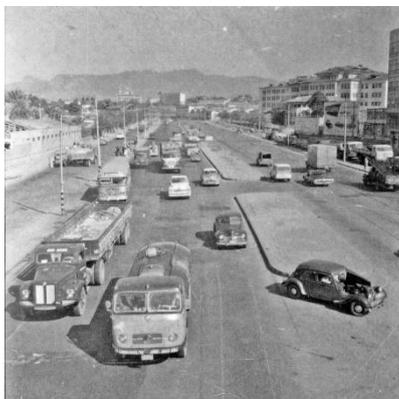


Figura 7: Aspecto da Avenida Brasil, Rio de Janeiro (Fonte: IBGE)



Figura 9: Avenida Perimetral: Praça XV de Novembro. Rio de Janeiro (Fonte: IBGE)



Figura 8: Avenida dos Bandeirantes, Rio de Janeiro. (Fonte: IBGE)

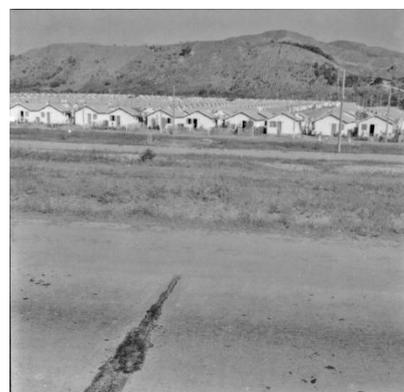


Figura 10: Vila Kennedy, Bangu. Rio de Janeiro (Fonte: IBGE)



Figura 11: Estação de Santa Cruz. Rio de Janeiro. (Fonte: IBGE)



Figura 12: Avenida Atlântica: Posto 6, Rio de Janeiro. (Fonte: IBGE)

Portanto, a partir dessa exposição, espera-se que o acervo fotográfico da instituição seja conhecido por mais pesquisadores e que as questões brevemente enumeradas aqui possam despertar o interesse de futuros profissionais na sua problematização e reflexão. O IBGE é a instituição que se coloca como produtora de informações sobre o Brasil, a sua visitação contribui muito para ver como o país se pensou em seus diferentes períodos de existência. Assim como, os dados documentais, as fotografias possibilitam mostrar como foi construída e reproduzida a cultura visual acerca do que seria o país e sua população, elemento significativo para pensar a sociedade brasileira, e nos casos aqui exposto durante as décadas de 1950 e 1960

Capítulo 43: ENTRE CARTAS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA REVOLUÇÃO DE 1924 EM SÃO PAULO E DE SUAS LIGAÇÕES COM A COLUNA MIGUEL COSTA PRESTES

Maria Clara Spada de Castro¹

Este artigo apresenta o projeto de mestrado de mesmo nome, que tem como tema, assim como o próprio título induz, as ligações entre a revolta tenentista de 1924 na cidade de São Paulo com a Coluna Miguel Costa Prestes. Tendo como objeto de estudo os participantes destes movimentos, sejam eles civis ou militares, seu recorte historiográfico se inicia com o preparo da rebelião em São Paulo ainda em 1923 e se encerra em 1927 quando os participantes da Coluna se exilaram na Bolívia.

Busca-se compreender por meio das cartas trocadas entre os rebeldes e de suas trajetórias como se deu a formação do movimento a partir da retirada das tropas revolucionárias da cidade de São Paulo em 27 de julho 1924, que marcharam em direção a Foz do Iguaçu, onde se juntaram às tropas do capitão Luís Carlos Prestes, optando pela tática de guerra de movimento. Com a intenção de ampliar e enriquecer os estudos acerca dos acontecimentos em questão busca-se também de que maneira, a partir desde encontro, elas se organizaram com base nos interesses e objetivos particulares dos grupos diversos que a constituíram.

TENENTISMO: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Pensar em movimentos tenentistas nos obriga a ler o clássico *O sentido do tenentismo* de Virgínio Santa Rosa² defende que os tenentes foram a expressão de uma classe média inconformada com a política oligárquica, desejosa de instaurar no país um regime liberal-democrático efetivo. Contudo, como defende Boris Fausto, isso seria o que se costuma chamar de reducionismo classista. Para este, os "tenentes", deixando claro que o autor utiliza o termo entre aspas para enfatizar que nem todos os integrantes do tenentismo possuíam essa patente³, quaisquer que fossem suas

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de São Paulo, bolsista Capes. E-mail: clara.spadacastro@gmail.com

² SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*. Rio de Janeiro: Civilização, 1932.

³ FAUSTO, Boris. *Paulo Duarte: convicção e polêmica* in Apresentação de DUARTE, Paulo. *Agora Nós!* Crônica da Revolução Paulista São Paulo, 1927, p. XIII, nota de rodapé.

vinculações com setores da sociedade civil, foram acima de tudo "tenentes", ou seja, membros de corporações militares, predominantemente o Exército, cuja visão de mundo e objetivos se relacionavam com sua socialização naquele âmbito. Valores como a unidade nacional, a crítica ao excessivo federalismo, as restrições ao liberalismo, associados por eles a práticas eleitorais fraudulentas, integram, em maior ou menor grau, o pensamento dos líderes do movimento.

Do ponto de vista social, os "tenentes" reuniam pessoas de origem social diversa que não pode ser reduzida a uma vaga classificação de "classe média"⁴, como propõe Virgínio Santa Rosa. Para Boris Fausto:

(...) as origens sociais são uma variável importante para se explicar o fenômeno tenentista. Não se pode ignorar, porém, tanto a posição intermediária dos "tenentes" na hierarquia das forças armadas, como o dado fundamental de que eles são ressocializados pelo exército, instituição que guarda certa autonomia com relação ao conjunto da sociedade.⁵

As dificuldades financeiras também se mostram para o autor "como traço relevante para a opção pela carreira militar e, quem sabe, também para o inconformismo"⁶. Segundo McCann, "a taxa de câmbio flutuante e a inflação de preços tornavam o salário dos oficiais insuficientes para manter a família. (...) os oficiais com patentes inferiores à de coronel viviam à margem da classe média"⁷.

Na organização hierárquica do Exército brasileiro no período os limites de idade para permanência nos postos eram bastante altos, comparado a Exércitos mais modernizados de outros países. Para José Murilo de Carvalho, adicionado este fator às frequentes revoltas dos alunos da Escola da Praia Vermelha no Rio de Janeiro, com a anistia de um ou dois anos depois, fazia com que as tropas revoltosas voltassem para as fileiras, o que contribuía para saturação dos primeiros degraus da hierarquia, primeiros e segundos tenentes. Estes fatores, que contribuía para a insatisfação profissional, atrelados às origens sociais e o treinamento desses oficiais, introduziram

⁴ FAUSTO, Boris. *Pequenos Ensaios de História da República*. São Paulo: Cadernos Cebrap, nº 10, 1972, p. 31.

⁵ *Ibidem*, p. 20.

⁶ FAUSTO, Boris. *Paulo Duarte: convicção e polêmica* in Apresentação de DUARTE, Paulo. *Agora Nós! Crônica da Revolução Paulista* São Paulo, 1927, p. XIV.

⁷ MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 312 e 313.

motivações externas para seu envolvimento em lutas políticas de caráter contestatário⁸.

Ao analisarmos as produções historiográficas sobre o tenentismo podemos identificar três correntes principais.⁹ A primeira delas é a iniciada justamente por Virgínio Santa Rosa, que segundo Vavy Pacheco Borges, coloca o conceito de tenentismo em uma "categoria sociológica" tendo em vista a presença militar cada vez maior na política brasileira do período¹⁰, e que aponta os "tenentes" como representantes da revolta da pequena burguesia urbana contra as oligarquias.

No final da década de 1960 e início de 1970 nota-se uma necessidade de pontuar os "tenentes" como expressão de uma instituição, bastante presente nos escritos de Boris Fausto, como já citado. Parece-nos que para o autor os soldados ao adentrarem no Exército incorporam o discurso imposto e passam a ter sua personalidade definida pelo militarismo, deixando de lado suas experiências anteriores, o que não nos parece real.

Segundo Carvalho as Forças Armadas não são simples representantes de determinados grupos sociais, pois "organizações possuem características e vida próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas". No caso, as organizações militares, para o autor, possuem certo grau de autonomia em relação ao mundo exterior. Todavia, isso também nos parece um reducionismo, pois não leva em consideração a complexidade humana e suas relações¹¹. Embora na página seguinte de seu texto o autor pondere: "O estudo dos aspectos organizacionais passo fundamental, embora inicial, para o correto entendimento do comportamento político das Forças Armadas".

Por último, temos uma terceira corrente, que se aproxima de uma análise mais global. Para Pinheiro, a análise do papel dos tenentes deve ser feita através das seguintes dimensões:

a) a situação atual ou recente, na época considerada, dos tenentes no aparelho militar do Estado; b) a relação entre os tenentes e as classes médias (...). Reduzi-lo a uma única das dimensões indicadas seria atribuir um peso exagerado as características que a análise concreta

⁸ CARVALHO, José Murilo de. "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador" in *O Brasil Republicano*, v. 9: sociedade e instituições (1889-1930) - 8ªEd. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 225 e 226.

⁹ PRESTES, Anita L. *A Coluna Prestes*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 29.

¹⁰ BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p.23.

¹¹ CARVALHO, José Murilo. *Op. cit.*, p. 197

das manifestações do tenentismo poderia tornar menos significativas do que parece ¹².

Maria Cecília Spina Forjaz, que possui até agora a obra mais extensa sobre o tema, afirma que "o comportamento político ideológico dos tenentes só pode ser explicado pela conjugação de duas dimensões: sua situação institucional como membros do aparelho militar do Estado e sua composição social como membros das camadas médias urbanas" ¹³.

Por outro lado, nos parece bastante complexo definir o que seriam essas "camadas médias urbanas" e, recorrendo aos estudos acerca do recrutamento no período em questão, havia grandes possibilidades de boa parte destes "tenentes" terem vindo das camadas mais baixas, algo que talvez possamos identificar ao fim da pesquisa com a análise das trajetórias.

Por sua vez, Vavy Pacheco Borges critica a historiografia existente por não refletir acerca do uso dos termos "tenentismo", muitas vezes homogeneizando diferentes agentes históricos:

(...) em geral, de 22 até 33, mas por vezes levando a continuidade de sua ação até 64 - como se existisse um mesmo e único tipo de intervenção política de militares, ou seja, um mesmo "tenentismo". (...) São-lhe atribuídas diferentes balizas e fases: alguns vêem o "tenentismo" começar com a proclamação da República, embora a maioria veja seu início em 22. O movimento não parece ter unidade, sendo apontadas duas fases distintas, uma "liberal-democrática" até 1930 e uma "autoritária", depois de 30. Contém também dentro de si "esquerda" e "direita" ¹⁴.

Segundo a autora, o termo "tenentes", que foi forjado diretamente na luta política¹⁵, surge no primeiro semestre de 1931, criado pelos jornais O Estado de S. Paulo e o Diário Carioca em um contexto de luta pelo poder, tendo o tenentismo sido encontrado pela primeira vez definido no artigo "O Caso de São Paulo" de Vivaldo Coaracy ¹⁶. De modo generalizante, refere-se a uma "corrente", a um "partido dos tenentes" ¹⁷, tendo em vista que a maior parte dos militares envolvidos nos movimentos possuía a patente de tenente. O termo criado tinha conotação depreciativa, tanto que os mais famosos envolvidos nunca se colocaram como

¹²PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 53.

¹³FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 28.

¹⁴BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 230.

¹⁵Ibidem, p. 132.

¹⁶Ibidem, p. 145-150.

¹⁷Ibidem, p. 20.

"tenentes" em falas ou memórias. Essa generalização perpassa todos os envolvidos inclusive civis, chamados de "tenentes-civis"¹⁸.

Vale destacar que o apontamento de "partido dos tenentes", posto no período, buscava definir uma unidade e homogeneidade do "tenentismo". Contudo, isso se mostra bastante difícil por conta da atuação contraditória e desarticulada daqueles que são apontados como seus membros.

A dificuldade encontrada pelos construtores do tenentismo em precisar o programa do "momento" parece estar ligada à diversidade de pessoas, grupos e ações que são apontados unificadamente como "tenentistas". O Diário Nacional (em 1931) constrói para o "movimento dos tenentes" uma imagem: o tenentismo é como a "hidra de Lerna". Essa imagem é muito significativa: um só animal assustador, difícil de ser morto porque tem muitas cabeças?!¹⁹

TENENTES (?), MAS NÃO SÓ

Os agentes nos quais nos preocupamos são aqueles que de alguma forma participaram e contribuíram para os movimentos que ficaram conhecidos como Revolução de 1924 em São Paulo e Coluna Prestes, não se limitando às lideranças, origem social, gênero ou profissão.

Os chamados "tenentes" eram em boa parte militares possuidores da patente média de tenente, mas também possuíam outras patentes, ou ainda, não as possuíam como no caso dos operários e profissionais liberais que se envolveram nos movimentos caracterizados frequentemente apenas como militares na década 1920.

Inicialmente, é válido lembrar que soldados eram trabalhadores, que praticavam um ofício.

Os estudiosos raramente examinam os soldados sob a rubrica de trabalhadores, e tampouco comparam o trabalho forçado realizado por muitos soldados a outras formas de trabalho compulsório como escravidão (...). Os soldados são tradicionalmente retratados pela história social como os partidários menores do Estado que oprimem vítimas mais corriqueiras da coerção estatal (...). No Brasil muitos soldados também foram "vítimas" diretas da coerção estatal. Antipatias políticas e teóricas levaram estudiosos a retratar os soldados como fantoches do Estado ou da classe capitalista. Embora "agentes" do Estado, os soldados mantiveram seu agency ou o seu

¹⁸ Ibidem, p. 146 a 148.

¹⁹ Ibidem, p. 153.

poder, dentro dos limites de sua condição, de escolher a cooperar com sua instituição ou não ²⁰.

Conforme o estudo de Marcelo Badaró Mattos acerca dos manuscritos de Karl Marx entende-se por proletariado "todos aqueles que nada possuem, ou melhor, não possuem outra forma de sobreviver, numa sociedade de mercadorias, do que vender, também como mercadoria, a sua força de trabalho" ²¹. Embora os trabalhos destes soldados não produzissem mais-valia diretamente, caracterizando-se como improdutivo, segundo Marx "não há porque restringir a definição de classe ao trabalho produtivo" ²².

As tarefas realizadas por estes indivíduos se relacionavam obviamente com a vida militar: rondas, trabalhos burocráticos, limpeza, manutenções de armas e instalações. Outros soldados ainda preparavam alimentos, cuidavam de doentes em enfermarias ou tratavam de cavalos em unidades de cavalaria. Soldados "artesãos" tinham funções de pedreiros, encanadores, carpinteiros, fabricantes de armas, ferreiros, curtidores e alfaiates. Em fins do século XIX, ainda realizavam funções de polícia ou trabalhavam junto com escravos públicos nos depósitos de pólvora e fundições, bem como em obras públicas de estrada de ferro e linhas telegráficas ²³.

Esses trabalhadores militares possuíam estreitas relações com o operariado, conforme pudemos verificar em trabalho anterior acerca da chamada Revolução de 1924²⁴. Populares que auxiliavam os soldados entrincheirados nas ruas, membros do Partido Comunista Brasileiro, organizações sindicais e anarquistas tiveram participação ativa no movimento de 1924, tendo em vista o inimigo em comum: o governo ditatorial de Arthur Bernardes.

Podemos notar no trecho a seguir, retirado do jornal anarquista *A Plebe* de 28 de julho de 1924, que circulava em São Paulo, a orientação dada aos trabalhadores de auxiliar e participar do movimento tenentista que havia tomado a cidade:

Não podemos, sem transigir com os nossos princípios, deixar de olhar o movimento revolucionario triumphante com devida sympathia porque, vigorando os fins que o determinaram, muito aproveitaremos na propaganda dos nossos ideas de emancipação

²⁰ BEATTIE, Peter M. *Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945*. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2009, p. 196.

²¹ MATTOS, Marcelo Badaró. "A classe trabalhadora através do materialismo histórico: passado e presente de um debate aberto" in *Outubro*. Nº 21, 2º semestre de 2013, p. 90.

²² *Ibidem*, p 93.

²³ BEATTIE, Peter M. *Op.cit.*, p. 246 e 247.

²⁴ CASTRO, Maria Clara Spada de. *Tenentismo em 1924: a participação civil na Revolução Esquecida*. Guarulhos: Monografia de conclusão de curso, 2013.

humana. [...] Já que não contamos com uma força consciente e moral no seio das classes trabalhadoras e populares para fazermos uma revolução genuinamente "nossa", entendemos que, como diz Malatesta, devemos contentar-nos com fazer uma revolução o mais "nossa" que seja possível, favorecendo e participando moral e materialmente, a todo movimento directo no sentido da justiça e da liberdade.²⁵

Intensificado, em reação ao bombardeamento dos bairros operários paulistanos em julho de 1924 esse envolvimento civil chegou a ser bastante sistematizado. Estrangeiros recém-chegados da Europa contribuíram com seus conhecimentos e habilidades adquiridos na Primeira Guerra Mundial organizando batalhões por nacionalidades (Alemão, Húngaro e Italiano) de maneira independente dos militares brasileiros. Estes, "além de combater, eram encarregados do conserto de canhões, metralhadoras, automóveis (...). Também foram incumbidos da fabricação de carros blindados, de granadas, etc., o que evidencia haver entre eles um alto grau de especialização"²⁶.

Com a retirada das tropas da cidade de São Paulo boa parte destes batalhões seguiram os revoltosos em direção a Coluna de Prestes, tendo, alguns de seus componentes, chegado ao fim da marcha, se exilando na Bolívia em 1927 como, por exemplo, Ítalo Landucci, uma das lideranças do Batalhão Italiano.

Este envolvimento civil nos estimula a pensar que as instituições militares não podem ser pensadas isoladamente da sociedade, "elas fazem parte dos movimentos ocorridos na nação como um todo". Essa relação entre exército e sociedade não estava presente somente quando alguma desavença política acontecia, de cima para baixo, provocando mudanças no cotidiano das pessoas: "ela era permanente, marcada por solidariedades e conflitos reveladores de valores e costumes, que tinham história"²⁷.

Por outro lado, ao refletirmos acerca das origens dos militares nestes movimentos, nos detendo de forma mais aprofundada nas políticas de recrutamento, que no momento em questão passavam por processo de transição, uma vez que o Exército deixava o recrutamento forçado de migrantes rurais, vadios e órfãos, após

²⁵ O caracter da Revolução. *A Plebe*, São Paulo, 28 de jul. 1924, p. 1.

²⁶ AQUINO, Laura Cristina M. *A participação de batalhões estrangeiros na rebelião de 1924 em São Paulo*. Dissertação. Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995, p. 83.

²⁷ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2002, p. 243.

1916, e implementava de forma bastante complicada o sorteio militar buscando uma "moralização" de suas fileiras, temos uma maioria de recrutados advindos dos trabalhos urbanos e públicos. Segundo Beattie:

(...) muitos conscritos empregados no comércio eram empregados "subalternos" provenientes das classes "humildes", e aqueles que se voluntariavam tendiam a ter origens ainda mais baixas. As reformas nos quartéis ofereciam a muitos recrutas luxos desconhecido. As memórias de um recruta de 1924 registram que muitos deles nunca tinham ganhado botas, dormido em colchões, ou usado algo como coberta que não fosse uma manta de juta.²⁸

Assim, nos parece bastante plausível o conceito de classe/grupo subalterna(o)s de Gramsci para tratar de boa parte da heterogeneidade das classes envolvidas em nossa pesquisa, que se distinguem por formas distintas de consciência social, cuja tendência à unificação pode manifestar-se em determinados momentos específicos das lutas sociais. "Este conceito ampliado de 'subalterno' incluiria as classes exploradas e em geral, o conjunto dos oprimidos e dos marginalizados, que, em grande medida, atuam como parte desses movimentos sociais e da sociedade civil"²⁹.

Todavia, nem todos os envolvidos nos movimentos compunham as classes subalternas, como por exemplo, os irmãos Juarez, Joaquim e Fernando Távora, ambos envolvidos nos movimentos tenentistas da década de 1920. Filhos de grande fazendeiro cearense, a descendência de sua família possuía vínculos com a nobreza portuguesa por meio do marquês Távora, que se refugiou no Ceará fugindo da perseguição do marquês de Pombal. Ali se fortificaram na política local como opositores dos Acíoli³⁰.

A partir das reflexões até aqui postas é inevitável não concordar com a necessidade de se repensar o conceito "tenentismo" que caracteriza essas agitações da década de 1920 de forma bastante deficiente, como outros tantos conceitos presentes nos estudos do período da chamada República Velha.

CARTAS, TRAJETÓRIAS E METODOLOGIAS

O conjunto principal de cartas trabalhadas está contido no Arquivo do Estado de São Paulo. As 432 correspondências são datadas desde um pouco antes da revolta

²⁸ BEATTIE, Peter M. *Op.cit.*, p.317.

²⁹ MONAL, Isabel, *apud* MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora através do materialismo histórico: passado e presente de um debate aberto. *Outubro*. Nº 21, 2º semestre de 2013, p.96.

³⁰ ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, s.p.

dos tenentes paulistas em 1924 e se estendem até o exílio da Coluna na Bolívia em 1927. Estas serão trabalhadas em diálogo com outras localizadas em alguns fundos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) e do Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL) da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp.

Para perseguirmos as trajetórias dos envolvidos utilizaremos livros de memórias. Com relação a estes é sempre necessário o cruzamento de suas informações com de outras origens, pois seus textos por si só podem "ser vistos como unilateral ou simplificado, como é próprio do feitio dos exercícios memorialísticos, orais ou escritos que, por sua força testemunhal ("meninos, eu vi") acabam condicionando a historiografia"³¹

Essa tentativa de compreender os rebeldes a partir de suas individualidades tem como intuito extrair das cartas e dos livros de memórias informações sociais dos envolvidos que outras fontes já estudadas e utilizadas pela historiografia acerca do tema não permitem vislumbrar. Preocupações como *de onde vieram estes sujeitos? Como se inseriram no meio militar? De que forma se relacionavam no dia-a-dia?* São questões que permeiam o trabalho para uma melhor compreensão dos nossos sujeitos, de suas relações, redes de sociabilidades. Como aponta Vavy Pacheco Borges "é preciso se reexaminar todas as manifestações que foram vistas como "tenentismo", para uma explicação mais satisfatória sobre esse momento"³².

Com a busca pela análise das trajetórias e experiências individuais, buscamos compreender melhor as várias correntes dentro desse(s) movimento(s) presentes, por exemplo, nas principais lideranças: em uma posição mais conservadora, com Juarez Távora, que inclusive chegou a ser Ministro dos Transportes nos primeiros governos da ditadura militar brasileira, e outras mais populares, nas figuras de Luiz Carlos Prestes (posteriormente filiado ao Partido Comunista do Brasil), Siqueira Campos e Miguel Costa. Estas constatações poderão contribuir para identificação (ou não) de uma continuidade de ideias e para a reflexão acerca do conceito "tenentismo" tido como fato histórico unificado, pelo menos neste período de 1924 a 1927.

³¹ REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 511.

³² BORGES, Vavy Pacheco. Tenentes, tenentismo, tenentismo versus oligarquia: reflexões para uma revisão historiográfica. In *Anaes do Museu Paulista*, tomo XXXIV. São Paulo: USP, 1985, p. 142.

Segundo Ângela de Castro Gomes ainda não são "muito numerosos os estudos que se dedicam a uma reflexão mais sistemática sobre esse tipo de escritos na área da história do Brasil. As iniciativas que constituem exceções provêm muito mais do campo da literatura e, recentemente, de estudos de história da educação ³³.

Conforme Vanessa Gandra Dutra Martins ³⁴, para Bahktin, a carta, com suas variadas formas, faz parte dos gêneros discursivos e é tão rica e diversa quanto as possibilidades da atividade humana. Todavia, a carta demanda um distanciamento entre os interlocutores, que é espacial e temporal, e demanda ao mesmo tempo um distanciamento entre o autor e os acontecimentos a que a carta remete. Contudo, é importante relativizar, pois "os fatos narrados não se apresentam como dados acontecidos, mas como possibilidades, como posturas de comportamento e sensibilidade, dotadas de credibilidade e significância" ³⁵.

A carta, incluída dentre os escritos autobiográficos por tratar de escrita de si, onde o indivíduo escreve em primeira pessoa em posição reflexiva em relação a si e a seu mundo, apresenta uma imagem controlada da espontaneidade e da revelação da intimidade. Segundo Michelle Perrot, essa forma de escrita segue regras, onde a apresentação do pessoal está codificada ³⁶.

Tendo em vista as orientações de Teresa Malatian em *Cartas: narrador, registro e arquivo* ³⁷, é importante mapear nas correspondências trocadas entre os revoltosos as redes de sociabilidade dos indivíduos em questão a fim de compreender a inserção social do remetente ³⁸ em diversos aspectos. Essas análises serão feitas com o auxílio do desenvolvimento de planilhas para que tenhamos a percepção da distribuição temporal, periodicidade e regularidade das trocas de correspondências.

Como afirma a autora, através das cartas trocadas poderemos perceber a organização e o papel dos indivíduos que se organizaram em torno de um objetivo comum. "O grupo comporta amizades e ódios, disputas e alianças a que está sujeito. Tais informações serão de grande utilidade também para a compreensão da

³³ GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 8.

³⁴ MARTINS, Vanessa Gandra Dutra. *Reflexão sobre a escrita epistolar como fontes históricas a partir da contribuição da teoria da literatura*. Revista Língua & Literatura. V. 13, n. 20, agosto de 2011, p. 61-72, p. 65.

³⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & literatura: uma velha-nova história*. Nuevos Mundos, Mundos Nuevos. *Debates*, 28/01/2006.

³⁶ PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 195-197.

³⁷ *Ibidem*, p. 195-221.

³⁸ *Ibidem*, p. 203.

personalidade de um determinado autor, da construção de sua obra, da percepção de suas ideias”³⁹.

Perante a dimensão dos escritos, ter-se-á em vista que as informações ali contidas são versões construídas de determinados acontecimentos vividos por seus narradores, por tanto utilizaremos outros tipos de fontes como os processos e os livros de memórias, para que essas se confrontem e se complementem.

Christophe Prochasson nos aponta alguns cuidados a serem tomados ao se trabalhar com esse tipo de fonte. Segundo o autor:

As armadilhas que as correspondências estendem aos historiadores são, no entanto numerosas. A impressão de pegar desprevenido o autor de uma carta que se destinava unicamente ao seu correspondente, o sentimento de violar uma intimidade, garantia de autenticidade, quando não de verdade, são às vezes bastante enganadores. Existem correspondências que traem uma autoconsciência que não engana ninguém. Existem cartas ou documentos privados cujo autor mal disfarça o desejo, talvez inconsciente, de torná-los, o quanto antes, documentos públicos. A conservação sistemática da correspondência recebida por um intelectual e às vezes mesmo as cópias de algumas de suas próprias cartas sempre me intrigaram. As razões que levam a um tal comportamento me parecem indicar uma consciência da história que vem por um limite inegável à autenticidade. Nada corre o risco de ser mais falso do que a "bela carta" ou o arquivo privado "que se basta a si mesmo", que é "tão revelador". Há aí algumas armadilhas preparadas.⁴⁰

A partir disso, é crucial, para uma melhor compreensão, identificar as origens dos documentos, de que forma foram mantidos e agrupados para chegar até nós do jeito em que se encontram.

³⁹ Ibidem, p. 209.

⁴⁰ PROCHASSON, Christophe. "Atenção: Verdade! Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas". *Estudos Históricas*, vol.21, 1998, p. 111-112.

Capítulo 44: A OBRA “MÁXIMA” DO BRASILEIRO – PEQUENA ANÁLISE SOBRE O PROJETO DA ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO ENTRE O MODERNISMO E NACIONALISMO (1937-1973)

Mariana Rodrigues Tavares*

Não tenho, como é moda, desdém pela cultura ou menosprezo pela ilustração (...). No período de evolução em que nos encontramos, **a cultura intelectual sem objetivo claro e definido deve ser considerada, entretanto, luxo acessível a poucos indivíduos e de escasso proveito para a coletividade.** (Getúlio Vargas, em discurso proferido em 5/1/1940, grifos meus¹)

Uma das grandes preocupações do governo de Getúlio Vargas foi, além da promoção dos direitos trabalhistas, desenvolver “uma cultura brasileira” com contornos claros e precisos. Se havia uma cultura intelectual “sem objetivos definidos” e privilégio de uns poucos, conforme alertou o presidente, o certo é que alguns nomes da intelectualidade foram mobilizados para conter esse “luxo acessível de uns” e o “escasso proveito para a coletividade”. Neste engajamento em prol do coletivo, e porque não do nacional, um capítulo importante da história brasileira foi, ou melhor, tentou ser escrito pelo Instituto Nacional do Livro e pelas muitas mãos e mentes que ali passaram.

O PRIMEIRO PASSO – TORNAR O BRASIL “BRASILEIRO”

Carlos Drummond de Andrade afirmava que ser mineiro “é ter marca registrada, é ter história” e Jaime Caetano Braun, poeta gaúcho, dizia que a “tradição do Rio Grande vibrava no presidente Getúlio Vargas”. Se os poetas estavam certos ou não, cabe a cada um opinar. Mas é possível afirmar que a atuação de Gustavo Capanema, o mineiro, e do gaúcho Getúlio Vargas, foram fundamentais para compreender o início do Instituto Nacional do Livro e a narrativa frustrada de seus principais planos de edição, a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*.

*Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da UFF. Bolsista CNPq com o projeto *Editar a Nação e escrever sua história: livros, projetos editoriais e disputas letradas no Instituto Nacional do Livro (1937-1991)* sob orientação da professora doutora Giselle Martins Venancio. Email: historia.mari@gmail.com.

¹CAPELATO, Maria Helena R. *Cultura Política no Varguismo e no Peronismo*. Op.Cit. *Multidões em cena. Propaganda política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998, pp.102-103.

Com o projeto de transformar o antigo *Instituto Cairú*, destinado a publicar uma Enciclopédia brasileira, e aumentar as suas atribuições, o Instituto Nacional do Livro nasceu em 1937 por autoria do mineiro e do gaúcho os quais me referi nas linhas anteriores. E o “jovem velho” instituto surgia com propósitos claros e precisos²: a) *organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições*; b) *editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional*; c) *promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros* e d) *incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional*. De todos os princípios, apenas dois deles foram, de certa forma, desenvolvidos: a manutenção das bibliotecas públicas e o barateamento da edição de livros no país. Com relação a este último ponto, os anos de 1970 viveram a efervescência desse projeto por meio das coedições de livros com as editoras privadas.

O leitor deve se perguntar quais os motivos motivaram um governante a criar um órgão federal dedicado à edição de uma enciclopédia e de um dicionário? Por certo que este questionamento intriga, não só, aos que leem, mas aqueles que também escrevem. Acredito que as razões foram muitas, mas o projeto de fundo um só: “tornar o Brasil brasileiro”. Soa um tanto quanto redundante, mas a assertiva é bem verdadeira para os anos do Estado Novo. Pela primeira vez na história, o governo federal adotava como política de Estado o incentivo a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Nesse programa, couberam aos monumentos de papel, os livros, um lugar cativo e transfigurado na pessoa jurídica do Instituto Nacional do Livro.

No Brasil a discussão em torno do patrimônio histórico e artístico nacional centrou-se fortemente naquilo que foi classificado como *arquitetura tradicional do período colonial*, ou seja, a representação essencial das origens da nação³. Desde os anos 1920, os debates em torno da proteção e da conservação de um “patrimônio nacional” norteavam os projetos legislativos⁴. Nos anos 1930, mais especificamente, em 1937 as

²Para maiores detalhes ver o Decreto-lei 93 de 21 de Dezembro de 1937.

³CHUVA, Márcia Regina Romero. Estratégias de construção da Nação: A materialização da História pelo SPHAN. In: *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural do Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, pp. 43-89.

⁴Vide CHUVA, 2009, p.54 e ORÍÁ, Ricardo. *Muito antes do SPHAN: a política do patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)*. Políticas Culturais: teoria e práxis.

discussões se cristalizaram na criação de alguns órgãos destinados a essa preservação: o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o Instituto Nacional do Livro. De modo semelhante o Instituto do Livro, o SPHAN responderia pelo “conjunto de bens móveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, bibliográfico ou artístico”⁵. Tal como o INL, o SPHAN tinha a incumbência de “cuidar” dos principais bens brasileiros, ou seja, do patrimônio de nossa história. Apenas uma diferença separava as duas instituições. O SPHAN precisava “selecionar” os bens nacionais a serem resguardados e ao INL cabia elaborar uma Enciclopédia nacional. O caminho para a resposta reside menos no caráter da obra e mais na maneira como uma publicação pode ser utilizada por um governo com aspirações formadoras de uma civilização escrita⁶.

O MODERNISMO NA ENCICLOPÉDIA OU A ENCICLOPÉDIA MODERNISTA?

O movimento modernista do período dos seus primórdios até o final da década de 1920 apresentou momentos distintos de discussão de suas ideias principais⁷. Adotando alguns marcos cronológicos definidos por estudiosos da temática⁸, a divisão costuma ser duas: uma primeira fase iniciada em 1917 e caracterizada como a polêmica modernismo versus passadismo e um segundo momento iniciado em 1924 com as atenções voltadas para a questão da elaboração da cultura nacional que prosseguiu até o ano de 1929. Nessa segunda fase a ligação com a *Enciclopédia Brasileira* é profunda e direta. No entanto como costumamos “começar do começo”, o ponto de partida será o ano de 1917.

Ao que parece, a polêmica deu tom no movimento modernista de 1917. Tudo isso graças à exposição de Anita Malfatti e a crítica incisiva repercutida sobre o evento. De um lado, o grupo dos defensores capitaneado por Oswald de Andrade e de outro, o ataque feroz de Monteiro Lobato publicado no jornal *O Estado de São Paulo* na seção *Artes e artistas*, no qual afirmava que Malfatti era mais uma das que viam

⁵Para maiores detalhes ver: Decreto-lei nº25 de 30 de novembro de 1937.

⁶Sobre o conceito de civilização escrita ver: DAHER, Andrea. Narrativas entre escrita e oralidade. In: *A oralidade perdida: ensaios de história das práticas letradas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, pp. 13-36.

⁷Ver: MORAES, Eduardo Jardim. *A Brasilidade Modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

⁸MORAES, 1978, p. 49

“anormalmente a natureza e a interpretam à luz das teorias efêmeras, sob a sugestão estrábica das escolas rebeldes, surgidas cá e lá como furúnculos da cultura excessiva.”⁹ Mas a questão era mais profunda do que a sugerida pelos mordazes comentários de Monteiro Lobato. De acordo com o que propõe Eduardo Jardim, “o modernismo deste primeiro momento se afirma sobretudo por seu caráter polêmico com relação ao que ficou sendo denominado o passadismo.”¹⁰ A problemática foi a defesa da modernização e do progresso material extensiva ao nosso ambiente cultural.

Os primeiros a se engajarem nessa empreitada, que ainda não se denominava Modernismo, iniciaram a jornada na cidade de São Paulo que a época era o polo mais industrializado do país. Em carta para Manuel Bandeira, Mário de Andrade afirmava que era acusado de imitar Cocteau e Papini e que movia junto deles as “*mesmas águas da modernidade. Isso não é imitar: é seguir o espírito duma época.*”¹¹ Parece que Mário tinha razão ao afirmar que seguia o espírito da época. Nas páginas do plano da *Enciclopédia Brasileira* isso ficou mais do que evidente. Mas antes continuemos em 1917.

A tônica das discussões de 1917-24 foi a querela travada pelos modernos com o passadismo. Além dessa forte oposição, havia a pretensão de absorção das vanguardas europeias através da literatura que surgia e uma constante aproximação entre essa mesma literatura e as artes plásticas. Ser moderno era opor-se aos cânones passadistas dominantes da cultura nacional. Essas foram as ideias que circulavam. Esse foi o debate, ou melhor, o embate. Para os mais aguerridos ao passado, a ideia de arte era algo imutável, regida por leis independentes do tempo e da latitude¹². Para os defensores do moderno e, principalmente, de Anita Malfatti, a arte era a negação da cópia, a ojeriza da oleografia e a fuga de uma realidade encontrada na ilusão¹³. Nesse espaço de sete anos, a expressão que se tornaria a mais emblemática de todo movimento de ideias debatidas nesse período foi a Semana de Arte Moderna de 1922. Assim como o postulado de 1917, a expressão de 1922 foi a condenação do passadismo e o reforço da ideia de que a renovação estética pretendida no Brasil não deveria ser feita de forma aguilhoada a uma escola moderna¹⁴. O texto de Menotti del Pichia que

⁹O Estado de São Paulo, dez.1917.

¹⁰ MORAES, 1978, p.53.

¹¹ Op.cit. MORAES, 1978, p.54.

¹²MORAES, 1978, p. 55.

¹³MORAES, 1978, p.56-57.

¹⁴MORAES, 1978, p. 65.

utilizamos em epígrafe ajuda-nos a ilustrar um exemplo dessas discussões. Foi o que eles pensaram e verbalizaram nesses primeiros anos de debates. Contudo o ano de 1924 marcou a mudança mais radical nos rumos do modernismo. Para muitos, a partir de então era preciso escolher um rumo nacionalista. Nas palavras de Mário de Andrade, nosso caro consultor,

“(...) o Brasil para ser civilizado artisticamente, entrou no concerto das nações que hoje em dia dirigem a civilização da terra, tem de concorrer para esse concerto com a sua parte pessoal, com o que o singulariza e individualiza, parte essa única que poderá enriquecer e alargar a civilização.”

Em 1924 a questão foi de outra ordem. Não se tratava mais de combater o passado em nome da atualização e modernização do presente. A orientação a partir desses anos foi a da introdução da ótica nacionalista no processo de renovação: ser moderno *era sinônimo de ser nacional*. E essas ponderações se mantiveram ainda por muito tempo depois de 1924. De uma maneira geral, as discussões modernistas pressupunham referências determinadas, ou seja, dependiam de uma ordem baseada na ideia de “centro” e de “periferia”. Essa noção se manteve durante muitos anos, inclusive, na década de 1930 e nos anos subsequentes sendo rompida paulatinamente nos anos 1980. A partir de 80, as concepções referenciais de centro e periferia se tornaram outras, mais esparsas e menos definidas como foram nesses anos. Em 1924 e em 1937 atingir o moderno implicava além de ser nacional, um referencial baseado no processo que havia ocorrido nas nações europeias. Daí toda a discussão dos modelos da *Enciclopédia Brasileira*, por exemplo, estarem calcados nas Enciclopédias italiana e britânica.

De acordo com Ricardo Oriá¹⁵, historiador dedicado aos estudos de história das políticas culturais, as discussões a respeito da preservação do patrimônio nacional tiveram suas origens no ano de 1917 a partir da proposta do sócio Wanderley Pinho, membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Aqui, o ano é coincidente com a primeira fase do modernismo brasileiro. No entanto as propostas são distintas. Enquanto os “IHGBs” procuravam resguardar o antigo/passado, os artistas modernos de 1917 tinham a intenção de romper com o passadismo. Um claro desajuste de ideias, não acha? Mas algo que não duraria por muito tempo, pois, em 1924 o tom “nacional”

¹⁵ORÍÁ, 2010.

se incorporou aos debates que se legitimaram na década de 1930. Retomemos o caso de Pinho. Ao que parece a proposta do baiano não previa a proteção legal do Estado, ficando restrita a uma comissão de membros do próprio Instituto responsável por elaborar um relatório anual de trabalho assim como confeccionar um catálogo de todo o material constituinte do patrimônio histórico-artístico da Bahia. De acordo com Oriá, essa proposta não rendeu frutos, mas nem por isso pararam de circular. Cerca de seis anos depois, em 1923, uma nova questão ligada ao patrimônio entrou em pauta. Dessa vez partiu de Pernambuco a iniciativa. Luís Cedro apresentou à Câmara de Deputados um projeto para a criação de uma "*Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil*". Junto de Cedro, outros dois projetos nessa linha foram também encaminhados nos anos de 1924-25, mas ambos não obtiveram sucesso. Uma das razões utilizadas por Ricardo Oriá para explicar o insucesso desses projetos reside no fato de que a Constituição de 1891 garantia ao cidadão o direito de propriedade não podendo haver interferência estatal neste domínio. Mesmo diante dessa impossibilidade, os estados como Bahia e Pernambuco por possuírem um expressivo acervo de bens culturais coloniais criaram entre os anos de 1927-28 a "*Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais*". No entanto devido às restrições impostas pela Carta de 1891, essas inspetorias limitaram-se à proteção de bens locais.

Como já defendemos aqui, a partir de 1930 o processo de centralização política iniciado atribuiu à construção da nacionalidade novos contornos. De acordo com Oriá, as iniciativas oficiais de Getúlio Vargas procuravam dar destaque a determinados "lugares de memória" e aos grandes feitos do passado. Nesse sentido, em 1933 foi assinado o Decreto nº 22.928 que elevou a cidade de Ouro Preto à categoria de Monumento Nacional. Um ano mais tarde, em 1934, um novo decreto governamental, o nº 24.375, iniciou a organização de um serviço de proteção aos monumentos históricos e as obras artísticas do País. Esse serviço foi transfigurado na *Inspetoria de Monumentos Nacionais* chefiada pelo diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, que realizou obras de conservação na cidade de Ouro Preto. Essa inspetoria teve curta duração uma vez que suas funções foram assumidas, mais tarde, pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o SPHAN. Ainda em 1934, Ricardo Oriá destaca que de forma pioneira a Constituição desse ano trouxe em sua gênese a discussão de preservação do Patrimônio histórico e artístico nacional por meio do art. 148, o qual, o autor reproduz:

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual¹⁶.

Os debates de 1920 que culminaram no que posteriormente ficou conhecido como vanguarda modernista somente se efetivaram quando das políticas públicas de incentivo a promoção e preservação de um patrimônio caracterizado como nacional durante o governo de Getúlio Vargas.

ENFIM A ENCICLOPÉDIA! – PLANOS DO CAIRÚ AO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

A babel donde saiu a confusão das línguas gerou a babel dos nacionalismos acanhados, ciumentos, irritadiços, antagônicos. Nada lucrou a humanidade em os homens de não entenderem nem compreenderem; da desinteligência dos pensamentos secretos nasceu o insulamento, a suspeição, a desconfiança, o ódio, a guerra – inventos diabólicos. (Augusto Magne, 26/02/1936)

E foi com esse texto profundamente religioso e engajado na promoção dos estudos linguísticos, que nos deparamos com as origens do *Dicionário de Língua Nacional* e da *Enciclopédia Brasileira* do Instituto Nacional do Livro. Um pouco depois, Mário de Brito, presidente da Associação Brasileira de Educação, dirigiu a seguinte carta ao então ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema:

Excelentíssimo Senhor Doutor Gustavo Capanema

Ministro da Educação e Saúde Pública

Entre as muitas iniciativas determinadas por Vossa Excelência, cujas realizações constituirão incontestáveis serviços prestados à cultura nacional, figura uma de especial interesse: a criação do Instituto Cairú, destinado a elaborar uma enciclopédia nacional e a constituir um centro permanente de estudo dos assuntos referentes às origens e desenvolvimento da civilização brasileira.

No intuito de concorrer de algum modo para realização desse objetivo, o Departamento do Rio de Janeiro da Associação Brasileira de Educação tem a honra de apresentar, em anexo, a Vossa Excelência as sugestões da comissão designada pelo Conselho Diretor para estudar o assunto.

Prevaleço-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os testemunhos de elevado apreço e distinta consideração.

Mário de Brito¹⁷.

¹⁶ORÍÁ, 2010.

¹⁷Arquivo GC – CPDOC/FGV.

Pelo menos em 1936 as aspirações de Gustavo Capanema e do Ministério da Educação e Saúde foram bem menores do que seriam no ano seguinte, em 1937. Até esta data, os dois grandes ensejos do ministro eram: compor uma enciclopédia nacional e criar um centro de estudos dedicado às questões da civilização brasileira. De certo que não foram poucos, mas em 1937 o Instituto Nacional do Livro ampliou ainda mais a pretensão do Ministro e do Ministério por meio das antigas e das novas atribuições da instituição. Além da *Enciclopédia Brasileira*, o INL deveria cuidar de um dicionário da língua nacional, de editar toda sorte de obras raras importantes para a cultura nacional e das bibliotecas públicas espalhadas pelo país. As atribuições não foram poucas, mas não percamos o foco de 1936 e deixemos 1937 para mais adiante.

Cabia ao Instituto Cairú a publicação sucessiva dos volumes da *Enciclopédia Brasileira*, além de centralizar os estudos e a documentação necessária para essas futuras edições. Curiosamente, o plano inicial desse Instituto era compor a enciclopédia no formato de um dicionário, podendo ser interpretado de duas maneiras: que os artigos fossem classificados por ordem alfabética ou que a enciclopédia pudesse ser um repositório de assuntos referentes à geografia, à história, às ciências e às artes, constituísse um dicionário da língua. De acordo com a documentação disponível no fundo Gustavo Capanema, a *Enciclopédia Brasileira* deveria ser uma obra feita “nos moldes da *Encyclopedia Britannica*, ou nos moldes do *Grand Dictionnaire Larousse*. Suponho que é a deste último a organização adotada, isto é, a de uma obra de valor histórico e científico, no mesmo tempo que lexicográfico.”

No entanto os planejamentos da *Enciclopédia Brasileira* além de grandiosos inspiravam cuidados. Inicialmente havia algumas preocupações quanto à publicação sucessiva de edições e certa desatualização que essas publicações sucessivas implicariam. Outra questão importante foi a que se referiu ao volume de verbas e a organização do empreendimento assumido pelo Instituto Cairú. Mesmo diante de aspectos de foro prático, houve uma questão que movimentou as discussões em torno da enciclopédia e que orientou a permanência da Enciclopédia do Instituto Cairú para o Nacional do Livro. Já dissemos aqui que o debate sobre a cultura nacional movimentou a primeira gestão do governo de Getúlio Vargas. E não foi só isso. Essa discussão foi cara ao Brasil desde o início do século XX se tornando política de Estado na década de 1930. Sendo assim, em 1936 a finalidade da *Enciclopédia Brasileira*,

(...) é a de suprir as deficiências apresentadas pelas enciclopédias e obras gerais estrangeiras em assuntos que interessem de perto ao homem culto e ao trabalhador intelectual brasileiro. Portanto, ei no momento o instituto concentrar seus esforços na organização de um léxico brasileiro (que poderá obedecer aos moldes do Webster's New International Dictionary) e de um dicionário de geografia, de história, de etnografia, de biografia, de bibliografia do Brasil, poder-se-á realizar, em tempo relativamente curto, uma obra que virá preencher a lacuna tão profundamente sentida por todos os intelectuais brasileiros.

Realmente “como” definir a cultura brasileira foi uma questão que perturbou os intelectuais desse momento. Ela existiu em 1936 e persistiu em 1937 quando da ampliação das atribuições que antes cabiam ao Cairú. No texto em que discutiam como proceder com a *Enciclopédia Brasileira*, as principais sugestões apresentadas propunham a execução do plano da seguinte maneira:

- (a) permitir, com o mesmo dispêndio e em tempo mais curto, a realização de uma obra de alto valor cultural;
- (b) fornecer, dentro do prazo relativamente breve, volumes de preço muito mais acessível, os quais, combinados com as grandes enciclopédias estrangeiras, formarão um conjunto onde o homem culto brasileiro encontrará uma resposta às indagações de seu espírito e um elemento de trabalho e de pesquisa;
- (c) fornecer uma base necessária à organização de uma enciclopédia brasileira, que, com esses elementos e quando se dispuser dos recursos necessários, poderá assumir um caráter realmente satisfatório e uma cultura superior;
- (d) fornecer uma fonte de documentação que seria consultada e aproveitada na elaboração de futuras edições das enciclopédias estrangeiras, e que viria concorrer para melhor divulgação mundial dos assuntos nacionais.

Entretanto ao que parece apesar dos objetivos bem definidos e claros como os apresentados para a consecução da enciclopédia do Instituto Cairú, ela não foi alcançada em 1936. No ano seguinte, em 1937, a *Enciclopédia brasileira* continuou sendo um plano a ser executado.

A REALIZAÇÃO DO PLANO? A ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO E OS PROJETOS DE EDIÇÃO A PARTIR DE 1937

É, portanto, dever do Estado proteger o livro, não só promovendo ou facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das nobres causas humanas.

Para tais objetivos, seria conveniente a criação do Instituto Nacional do Livro. Submeto à elevada consideração de V.Ex. um projeto de decreto-lei, dispondo sobre a matéria. (Gustavo Capanema)

Se a intenção de Gustavo Capanema foi assegurar que os livros não fossem utilizados para a “promoção do mal”, não temos como saber. Entretanto podemos afirmar que algumas medidas foram tomadas quando da criação do Instituto Nacional do Livro, dos seus objetivos e das suas funções. Para além da ampliação das atribuições que antes cabiam ao Instituto Cairú, o Instituto Nacional do Livro deveria publicar a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário de Língua Nacional*, nesta versão, em modelos separados. O funcionamento do referido Instituto também seria na Biblioteca Nacional e no artigo 180 da Constituição, o decreto que cria o Instituto assim o caracteriza:

Art 1º O Instituto Cairú fica transformado em Instituto Nacional do Livro.

Parágrafo Único. O Instituto Nacional do Livro terá a sede de seus trabalhos no edifício da Biblioteca Nacional;

Art.2º Competirá ao Instituto Nacional do Livro:

- a) **organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário de Língua Nacional, revelando-se as sucessivas edições;**
- b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c) promover medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros;
- d) incentivar a organização e auxiliar na manutenção de bibliotecas públicas em todo território nacional.

[...]

Art.6º **Ao Conselho de Orientação caberá elaborar o plano de organização da Enciclopédia Brasileira e do Dicionário de Língua Nacional**, bem como dar parecer sobre as medidas que devem ser tomadas para que os objetivos do instituto nacional do livro sejam alcançados.

Por meio desse decreto-lei, o que podemos perceber é que apesar das atribuições expandidas, a edição e publicação da *Enciclopédia Brasileira* e do *Dicionário de Língua Nacional* continuavam sendo os norteadores do Instituto Nacional do Livro. Junto dessa permanência de publicação, é válido recuperar as trajetórias de Mário de

Andrade, consultor técnico da Seção da Enciclopédia e do Dicionário e do diretor do órgão, Augusto Meyer.

Talvez a proximidade com o mundo livresco tenha sido a principal causa que justifique a escolha de Augusto Meyer para ocupar o cargo de diretor do Instituto Nacional do Livro em 1937. Entre os anos de 1930-1936, Meyer esteve à frente da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul e com a ascensão de Vargas ao poder, veio para a capital federal junto com o grupo dos intelectuais gaúchos¹⁸. Assim como Mário de Andrade e Capanema, Augusto Meyer também é considerado um expoente do modernismo gaúcho regional. Sua chegada ao Instituto Nacional do Livro foi em decorrência das discussões modernistas desse período.

Já afirmamos que o Instituto Nacional do Livro tinha como atribuições a edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural do país, além é claro, da publicação da *Enciclopédia* e do *Dicionário* nacionais. Essas propostas estiveram em sintonia com as demandas do Departamento de Cultural sob a direção de Mário de Andrade, revelando que maneira neste momento o ministério esteve atento aos padrões de políticas públicas voltadas para a produção de cultura nacional e difusão dessas para a população brasileira¹⁹. De acordo com estudiosos do período, o projeto de construção de uma identidade nacional brasileira implicava, para os formuladores da política cultural, oferecer os meios de conhecimento da própria cultura do país. A *Enciclopédia* e o *Dicionário da Língua* endossavam essas concepções.

Mesmo com o Anteprojeto assinado por Mário de Andrade a *Enciclopédia Brasileira* não foi publicada e até 1945 não havia saído do papel. Com a saúde cada vez mais fragilizada, em fevereiro desse ano, Mário não resistiu e faleceu. Nas palavras do crítico literário Antonio Candido, “*para encontrarmos na literatura brasileira um morto da importância de Mário de Andrade, é preciso remontar o ano de 1908, à morte de Machado de Assis.*” Depois dele, quem assumiu completamente o timão da *Enciclopédia* foi Américo Facó. No entanto apesar dos planos, chegava-se ao ano de 1945. O Instituto Nacional do Livro completava oito anos de existência sem que a *Enciclopédia Brasileira*, o *Dicionário de Língua Nacional* e a *Gramática* tivessem saído do papel. O

¹⁸Sobre a presença dos intelectuais gaúchos na cidade do Rio de Janeiro quando da ascensão de Vargas ao poder presidencial, ver: GERTZ, René E. *Intelectuais e o Estado Novo Brasileiro (1937-1945)*. História: Debates e Tendências – v.13, n.1, jan/jun. 2013, p. 19-32.

¹⁹BOMENY, 2012, p.108-109

projeto de Vargas, de construir uma Nação, chegava debilitado ao ano de 1945. Pelo menos é o que indicava um balanço da produção do Instituto do Livro publicada nas *Instituições Brasileiras de Cultura*²⁰ de 1945. Se estas obras seriam editadas nos anos vindouros, é mais um capítulo da História que pretendo contar. Por certo que essa assertiva não falhava ao INL: *Os verbos são sempre soltos no futuro. No presente não conseguem ser conjugados.* Para o INL o verbo “publicar” parece que nem no futuro seria conjugado.²¹

²⁰Fundo GC/CPDOC.

Capítulo 45: A CAIXA ESTADUAL DE CASAS PARA O POVO – CECAP – E O INTERIOR PAULISTA: A ATUAÇÃO DE UMA AUTARQUIA GOVERNAMENTAL NA CONSTRUÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS

Michele A. Siqueira Dias

A construção de uma política pública de habitação possui um pouco mais de cem anos. A investigação histórica sobre o tema, como pontuado por Nabil Bonduki¹ é um trabalho coletivo, não apenas por causa dos diferentes períodos em que a moradia foi discutida em esferas públicas e privadas, mas também pela multidisciplinariedade do objeto, que pode ser analisado tanto pela “lupa” da Arquitetura e Urbanismo, da Economia, mas também da História.

Este estudo² se propõe a contribuir com a escrita da História da Habitação Social no Brasil, analisando um órgão habitacional específico, a Caixa Estadual de Casas para o Povo, a CECAP. Pretendemos amarrar a produção deste órgão no Estado de São Paulo ao contexto em que se insere, desde a sua criação, momento o qual o debate sobre a quem pertence o papel de promover habitação social ao trabalhador, mas também até o momento de maior atividade da CECAP e consecutivamente seu desligamento, o período de 1964 até 1980, ou seja, em meio a Ditadura Civil Militar.

Começamos então destacando o início dos debates sobre Habitação Social e o momento em que se deu a criação da Caixa Estadual de Casas para o Povo, para então analisar a dimensão que a CECAP tomou com a instauração do período militar.

HABITAÇÃO SOCIAL EM SÃO PAULO: CRIAÇÃO DA CECAP

A produção rentista de habitação foi, entre o período de 1920 e 1940 no Brasil, mas principalmente em São Paulo, uma forma atraente de investimento do capital, dominada

¹ BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2014. Vol. 1, p. 63.

² Este artigo e apresentação feitos para a III Semana de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) são produtos da pesquisa de iniciação científica “A Caixa Estadual de Casas para o Povo – CECAP – e o interior Paulista: a atuação de uma autarquia governamental na construção de conjuntos habitacionais” fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e realizada no Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

pela iniciativa privada, já que correspondia em altas taxas de lucro para os proprietários de imóveis de aluguel³.

Com a ascensão de Getúlio Vargas em 1930, houve uma preocupação, por parte do governo federal, em discutir a habitação do trabalhador, já que o momento político estava ligado às questões nacional-desenvolvimentista. A habitação era compreendida, não apenas como condição básica para reprodução da força de trabalho, mas como elemento motriz na formação ideológica, política e moral do trabalhador.⁴ Partindo então, do formato das antigas Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAP), foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), no ano de 1933.

Os Institutos de Aposentadoria e Pensões tinham como objetivo estabelecer controle sobre os recursos arrecadados pelo sistema previdenciário, com contribuição do empregado, do empregador e do Estado. Entre os anos de 1933 a 1938 foram criadas seis categorias⁵ dos IAPs, que integraram algumas CAPs já existentes, sendo que em 1937 iniciaram a atuação dos IAPs no financiamento de moradias, com a criação das carteiras prediais, destinando pelo menos metade de suas reservas para financiamento de construções.⁶ A redução de taxas de juros, ampliação nos prazos de pagamentos e a elevação máxima de financiamento garantiram condições para trabalhadores com renda mais baixa, anteriormente excluídos do sistema. A destinação de recursos da Previdência Social para segmentos de renda elevados garantiu rentabilidade superior às obtidas com títulos de dívidas públicas. Estes fatores foram importantes para a atuação definitiva dos IAPs na política de habitação social no país, órgão que durante a década de 1940 promoveram um intenso processo de verticalização e especulação imobiliária⁷.

Apesar da atuação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, não foi possível sanar o déficit habitacional nas cidades. Em 1940 o país passou por uma das mais graves

³ SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (org). *Habitação e Cidade*. São Paulo: FAU-USP/FAPESP, 1998.

⁴ BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. p. 73.

⁵ As categorias criadas foram baseadas em categorias profissionais, como o IAPM (marítimos), IAPB (bancários), IAPC (comerciários), IAPI (industriários), IAPETEC (condutores de veículos e empregados de empresas de petróleo) e o IAPE (estivadores). In: BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. p. 102.

⁶ *Ibidem*, p. 104.

⁷ ARAVECCHIA - BOTAS, Nilce Cristina. *Entre o progresso técnico e a ordem política: arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011. p. 31.

crises de moradia⁸. A solução encontrada pelo governo, como apontado pelo arquiteto Nabil Bonduki⁹, foi a promulgação de uma série de Leis do Inquilinato, sendo a primeira de 1942, que repercutiu diretamente na transformação do quadro habitacional no Brasil, mas principalmente em São Paulo, aonde a moradia rentista foi desestimulada. Neste contexto, incidiu a produção em massa de conjuntos habitacionais pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), aceitação pelo Estado (que não conseguia atender a demanda) e pela população de alternativas habitacionais precárias, como auto empreendimento em favelas, loteamentos periféricos e assentamentos informais, mas também na primeira tentativa de fomento de habitação social estimulada pelo governo federal, com a criação da Fundação Casa Popular (FCP), em 1946.

A Fundação Casa Popular possuía um ideal exclusivo de solucionar o problema habitacional em um caráter nacional, porém sua atuação foi quase nula comparada a produção dos IAPs. Os motivos para o fracasso da iniciativa estão na desorganização dos grupos sociais beneficiados, em grupos que possuíam interesses corporativos, econômicos ou políticos em derrubar a ação da FCP, mas principalmente pela falta de capital. Os recursos do órgão estavam baseados na arrecadação por parte dos Estados da Federação de um imposto compulsório sobre transação imobiliária. Tal imposto nunca se efetivou, tanto por sonegação quanto pelo fato de que os Estados que não estavam dispostos a angariar com o ônus administrativo e o desgaste político da cobrança¹⁰.

A resistência ao projeto da Fundação Casa Popular resultou no fechamento de vários escritórios dos órgãos nos Estados, incluindo São Paulo, local em que o Governador Adhemar de Barros Pereira ao solicitar o fechamento do escritório decidiu criar um órgão específico do governo paulista para solucionar o problema habitacional, a Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP). Tal postura de encerrar as atividades regionais da FCP e criar órgãos destinados a solucionar o problema da habitação popular foi comum a partir dos anos 1950, fortalecendo a ideia de que a oferta de moradias deveria ser uma atribuição do Governo do Estado¹¹.

⁸ BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. p. 209.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2014. Vol. 1, p. 121.

¹¹ *Ibidem*, p. 282.

A CECAP tomou forma pela Lei Estadual nº 483 como uma autarquia¹² ligada à Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio. Apesar de fundada em meio a debates sobre ação do Estado na promoção de moradias e a uma forte crise habitacional, permaneceu inoperante até a década de 1960. Não há registros de criação de um escritório para as atividades da autarquia, nem de contratação de funcionários ou construção de moradias.

ATUAÇÃO DA CECAP NO ESTADO DE SÃO PAULO

A CECAP foi regulamentada no início do ano de 1964, antes do golpe militar, pelo mesmo governador que a havia criado, porém a autarquia permaneceu inoperante, novamente, no setor habitacional até 1967 – durante este período, suas atividades se resumiam em arrecadar fundos por meio de impostos de transação de imóveis, impostos de vendas e destinação orçamentária¹³. Após o período de 1967, a CECAP iniciou o processo de aplicar seus fundos em conjuntos habitacionais, com financiamento da Caixa Econômica do Estado de São Paulo (CEESP), órgão gestor do fundo habitacional, que possuía o objetivo financiar a produção habitacional, comercialização e aquisição de terrenos, dentro da faixa de aquisição dos recursos e normas impostas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH)¹⁴.

Com a instalação de um novo quadro político imposto pelos militares com apoio das elites conservadoras, foi formado um novo quadro habitacional no Brasil. A produção de moradia popular foi regida pelas normas impostas pelo BNH, órgão criado durante o período mencionado. Para além desta característica, o BNH havia refutado as propostas de reforma urbana para se voltar exclusivamente ao financiamento e difusão

¹² *Autarquia é um termo jurídico, definido pelo dicionário Aurélio como “Entidade autônoma, auxiliar e descentralizada da administração pública, sujeita à fiscalização e à tutela do Estado, com patrimônio constituído de recursos próprios, e cujo fim é executar serviços de caráter estatal ou interessantes à coletividade, como, entre outros, caixas econômicas e institutos de previdência”.*

¹³ Estas informações foram retiradas do debate realizado com o arquiteto Ruy Gama sobre a atuação da CECAP e construção do conjunto de Guarulhos, em 1968, e transcrito no volume n. 4 da Revista Desenho, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Gama era, na época, assistente do superintendente da CECAP, José Magalhães Prado, comissionado na CECAP pelo Departamento de Obras Públicas do Estado de São Paulo.

¹⁴ O BNH possuía a função de orientar, instruir e controlar o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o qual captava uma reserva por meio de correção monetária de contratos de financiamento, criação de Sociedade de Créditos Imobiliários e emissão de notas promissórias imobiliárias. In: ROYER, Luciana. *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

da casa própria. A política habitacional neste momento se voltou como um instrumento de combate as ideias comunistas e progressistas¹⁵.

A partir do período de 1966, a CECAP inicia a construção de conjuntos habitacionais no Estado de São Paulo. Segundo histórico analisado¹⁶, a autarquia promovia a construção de conjuntos nas principais cidades do interior paulista, porém tal documento, não exemplifica quais foram os critérios para seleção.

A partir de 1967 a CECAP aplicou seus fundos na construção de casas para trabalhadores. Estas casas seguiam um padrão determinado pelo Estado, com uma área de até 60m², formando um conjunto de até 120 casas em cidades do interior de São Paulo. Estes projetos foram marcados por serem de contratação barata e instalados em terrenos doados pelas prefeituras municipais ou de particulares, com uma intervenção das prefeituras, sendo assim, a doação não era computada no custo da casa, garantindo um preço acessível à população trabalhadora. Como contrapartida para a construção de casas, a CECAP esperava que as prefeituras intervissem com a instalação de recursos como rede elétrica, água, esgoto, além de também garantir uma boa localização para o empreendimento e instalação de equipamentos como escolas, abastecimento e serviços em geral¹⁷.

A partir desta experiência, a autarquia propôs uma reformulação de sua política habitacional, primeiramente porque apesar das prefeituras terem o compromisso de extensão da rede de serviços, nem sempre estes compromissos foram cumpridos. Por fim, o déficit habitacional era mais sentido em cidades industriais, com uma grande concentração de operários¹⁸. A reformulação da política habitacional da autarquia também ocorreu devido a nomeação de José Magalhães Prado como superintendente da CECAP. Prado, que possuía como seu assessor, o arquiteto Ruy Gama, promoveu a construção de um conjunto habitacional de grande porte, o Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado, em Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, cidade com uma grande quantidade de indústrias.

¹⁵ BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2014. Vol. 1, p. 63.

¹⁶ SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento. Política habitacional do Estado de São Paulo. Elab. Em conjunto com a Secretaria dos Negócios Metropolitanos, Secretaria dos Negócios do Interior e Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia. São Paulo, 1975.

¹⁷ REVISTA DESENHO. São Paulo: Laboratório de Artes Gráficas da FAU/USP, v. 4. Maio de 1972. s.p.

¹⁸ Visando atender a demanda de operários, um dos critérios para habilitação para aquisição de um imóvel era ser um operário sindicalizado.

No debate realizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, transcrito em uma edição da *Revista Desenho*, produzida pelos alunos do Grêmio da FAU/USP, os arquitetos Ruy Gama, Alfredo Paesani e Renato Nunes, funcionários do Departamento de Obras Públicas (DOP) e comissionados na CECAP, explicam que a autarquia, a partir de 1967 pretendia ser um órgão de produção de conjuntos habitacionais de qualidade, como o que estava sendo elaborado em Guarulhos, deixando de produzir conjuntos monótonos e simples, como os que foram construídos em pequenas cidades do interior do Estado. De fato, é possível observar que até o momento em que a autarquia é desativada, para os conjuntos com mais de 120 unidades habitacionais a CECAP delegava o projeto a escritórios de arquitetura, porém paralelamente, a autarquia continuou produzindo conjuntos de contratação barata.

O conjunto habitacional de Guarulhos, projetado por uma equipe técnica coordenada pelos arquitetos João Batista Vilanova Artigas, Fábio Penteadó e Paulo Mendes da Rocha, foi o primeiro conjunto pensado por uma equipe autônoma das decisões da Divisão de Engenharia da CECAP, devido a importância dos arquitetos coordenadores do projeto no cenário arquitetônico nacional.

O projeto elaborado pela equipe de Artigas possuía a característica de implementar um plano habitacional no qual a casa não seria apenas um local restrito, mas que se ligava aos espaços públicos e privados, com escolas, comércio, estádio, teatro e áreas verdes que criariam um amplo espaço de sociabilidade. Elaborado não somente por uma equipe de arquitetos, mas também por outras categorias profissionais, o projeto pretendia diminuir o déficit habitacional implementando uma obra inteiramente construída com elementos pré-fabricados, ou seja, industrializando a construção para diminuir o preço das unidades habitacionais e o tempo de construção. Porém, o plano foi interrompido pela liberação de construção do BNH de apenas 480 unidades habitacionais iniciais, que inviabilizaram a industrialização dos elementos pré-fabricados¹⁹. Quando as unidades habitacionais foram entregues, os moradores se depararam com moradias sem infraestrutura, longe de serviços públicos e privados, que exigiram dos próprios habitantes medidas autônomas para resolver problemas como creche, escola, transporte, etc.

Segundo análise das fontes levantadas para a pesquisa, a década de 1970 foi marcada pelo ápice de produção da CECAP, além do reconhecimento (ou delegação) da

¹⁹ SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil (1900-1990)*. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 181.

autarquia como principal agente do Estado de São Paulo para construção de moradias, verificado no levantamento de propagandas, editais de concorrência e notas em colunas do jornal *Folha de S. Paulo*. Com a inauguração das primeiras unidades habitacionais do conjunto de Guarulhos, a autarquia se promovia como órgão para construção de conjuntos de qualidade excepcional – tais propagandas sempre remetem que os conjuntos proporcionam qualidade de vida aos seus moradores²⁰.

Após a construção da primeira etapa do conjunto habitacional de Guarulhos e pela análise das propagandas da CECAP listadas, notou-se que a autarquia passou a atuar junto ao Plano de Interiorização do Desenvolvimento do Estado de São Paulo, para que, junto com a instalação de parques fabris no interior de São Paulo, fossem construídos conjuntos habitacionais para atender as demandas da população operária. Segundo reportagens, durante a ampliação do polo industrial do Vale do Paraíba, foram pedidos para a CECAP a construção de conjuntos de grande porte nas cidades de Taubaté e Caçapava.²¹

A partir de 1976 a autarquia mudou sua estrutura administrativa, se transformou em uma empresa de capital misto, mantendo a mesma sigla, mas com o nome *Companhia Estadual de Casas Para o Povo*. A partir deste momento, a empresa passa a atuar não apenas como promotora de moradias populares, mas também como agente financeiro para investimento em habitações, obtendo os recursos do BNH²². Após um período de investimento em moradias e construção de conjuntos habitacionais, a empresa foi desativada ao final dos anos 1980, pelo então governador Paulo Maluf e substituída pela Companhia de Desenvolvimento de São Paulo (CODESPAULO).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível notar que entre a criação e regulamentação da CECAP, houveram momentos em que habitação social foi colocada em debate e momentos em que foi esquecida em benefício do desenvolvimento de outras áreas. É interessante observar que, dentro do quadro de criação de políticas públicas para habitação social, a autarquia foi criada como medida do Estado de São Paulo em se afastar de uma política habitacional

²⁰ Por exemplo, a propaganda mais veiculada no jornal possuía como título a frase “A CECAP não constrói apenas casas. Constrói uma nova maneira de viver”.

²¹ Reportagem “Taubaté se prepara para a nova Volks”. *Folha de S. Paulo*. 06 de Abril de 1973.

²² DENIZO, Valentina. *Os produtos da política estadual de habitação na Região Metropolitana de São Paulo: elementos para análise de uma política metropolitana de habitação*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007. p. 100.

promovida pelo governo federal, mas que posteriormente, após seu momento de latência, a CECAP só avança seus projetos com a criação de outro órgão federal dirigido a questão habitacional, o Banco Nacional de Habitação (BNH). Evidentemente, o que deve se destacar entre duas medidas federais distintas, é que a ação habitacional do BNH marcou uma posição política no plano de produção de moradias, onde a quantidade deveria ser sempre maior que a qualidade.

Como apontado, o discurso da própria CECAP ao justificar seu período de latência envolvia apontar que o crescimento urbano, surto inflacionário e a Lei do Inquilinato desmotivavam as aplicações imobiliárias para construção de conjuntos habitacionais. É claro que tais motivos podem justificar de fato a ausência da atuação da CECAP até 1964. Além destes devemos adicionar a continua atuação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), porém não se pode deixar de lado que as posturas federais e governamentais se voltaram principalmente ao estímulo do desenvolvimento industrial, deixando a questão da moradia de lado.

Conhecidamente por priorizar a quantidade ao invés da qualidade, o BNH foi criado a partir dos debates feitos sobre reforma urbana e habitação, mas acabou se direcionando para o papel de criar políticas para difundir a propriedade privada, tornando-se um órgão voltado a combater ideias comunistas e progressistas ao oferecer moradia.

Apesar de estarem em esferas distintas, a política do BNH acabou influenciando não apenas no primeiro projeto habitacional de grande porte da CECAP, como também na sua estrutura e planos habitacionais desenvolvidos pela autarquia governamental. Dentro dessa conjuntura nacional podemos verificar que a autarquia foi criada quando o interesse foi, não de promover habitação social, mas de uma medida de afastar a atuação de um órgão federal no Estado. A autarquia ficou ausente do cenário político até ressurgirem debates sobre habitação e finalmente, começa sua atuação quando o governo militar precisa que ela atue. Portanto, é preciso, dentro do percurso da autarquia, observar como a política se beneficiava deste órgão. Dentro do período de sua atuação, a CECAP mantinha um “projeto-carimbo”²³ aplicável em pequenas cidades do interior, mas quando os conjuntos eram de grande porte, com uma grande quantidade de unidades habitacionais, o órgão contratava arquitetos importantes no cenário

²³ Ou seja, um projeto arquitetônico aplicável em qualquer espaço, sem nenhuma alteração, como eram feitos os conjuntos habitacionais promovidos pelo Banco Nacional de Habitação.

arquitetônico do país, visando garantir qualidade, não apenas ao projeto, mas principalmente ao morador, propendendo a manutenção do cenário político do Estado de São Paulo e do país.

Capítulo 46: CONFLITO POLÍTICO EM QUADRINHOS: O EMBATE ENTRE CATOLICISMO E COMUNISMO NA OBRA *TINTIM NO PAÍS DOS SOVIETES*.

Morgana Oliveira Rocha da Silva¹

Durante um longo período, Igreja e Poder Político caminharam juntos, mas essa relação sofre uma mudança brusca na era das Revoluções Burguesas, que colocaram em questão o papel político da Igreja Católica, com a reinvenção da concepção de poder, questionando a origem divina da base do poder dos reis. Assim, as repúblicas nascentes na Europa e na América construíram uma concepção de poder baseada nos princípios do Iluminismo, na qual o poder emana de uma vontade geral².

Se o século XIX estava recheado de revoluções que abalaram a Igreja Católica e seu papel na esfera política, outros desafios revolucionários a esperavam no século posterior. Independente da periodização em séculos, o que se nota é que o poder político da Igreja não era mais o mesmo e a instituição precisava rever seu papel político e social. O socialismo e o próprio liberalismo tornaram-se desafios para a Igreja, já que ambos colocam em evidência os limites políticos da instituição.

Na passagem para o século XX destaca-se, portanto, especialmente o temor ao forte progresso da referência socialista. É nesse momento que os liberais assumem uma atitude mais conciliadora em relação à ala moderada dos católicos, que, por sua vez, também se preocupa com a conservação das estruturas tradicionais da sociedade³.

Entre os desafios vividos pela Igreja Católica encontra-se o comunismo. Em meados do século XIX, Karl Marx e Friedrich Engels apontavam no *Manifesto do Partido Comunista* que o comunismo já era reconhecido como uma força poderosa por todas as potências europeias. Se era ou não, fato é que no século XX a teoria deu vida a revoluções que abalaram o mundo de diversas formas⁴. Em 1917 as revoluções russas transformaram o cenário mundial, servindo como ameaça para alguns e inspiração

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Endereço de e-mail: morganarochaa@hotmail.com

² Cf. MONTENEGRO, Antônio. Igreja e Política in TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. (org.). *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX*. Rio de Janeiro, 2004, p. 108.

³ Cf. MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: De Lutero a Nossos Dias - IV A Era Contemporânea*. São Paulo, 2004, p.12.

⁴ Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, 2008, p. 8.

para outros. Como uma inspiração efetiva, a ameaça tornou-se ainda mais assustadora, quando China e Cuba tornaram a possibilidade do comunismo ainda mais real. Diante disso, algumas esferas da Igreja buscaram construir e legitimar uma referência anticomunista.

Partindo da concepção de Luciano Bonet⁵, o anticomunismo em uma definição vocabular seria apenas uma oposição à ideologia e aos objetivos comunistas, mas diante da Revolução de Outubro, o comunismo entrou em cena mundial como uma alternativa política aos regimes tradicionais. Portanto, o anticomunismo assumiu uma profundidade maior do que uma simples oposição de princípios, contida tanto na política interna quanto na política internacional.

O autor exemplifica a descrição de Palmiro Togliatti⁶ na qual o anticomunismo se caracteriza por dividir categoricamente a humanidade em dois campos e considerar o campos dos comunistas como aquele em que já não há homens, porque renegaram e postergaram os valores fundamentais da civilização humana⁷. Para Bonet, a compreensão do anticomunismo deve ir além de definições genéricas e limitativas como esta, pois se trata de um fenômeno complexo, ideológico e político que deve ser explicado à luz do momento histórico.

O quadrinho *Tintim no País do Sovietes*, do autor belga Hergé⁸, está inserido no âmbito desse conflito ideológico mais amplo. O personagem principal da trama, *Tintim*, foi criado em 1929 para fazer parte do periódico em que o seu criador trabalhava como ilustrador, o *Le Vingtième Siècle*. Esse jornal tinha como público alvo a classe média belga e era utilizado como um espaço de enaltecimento da política de doutrina católica. Como diretor do periódico, encontrava-se o padre Norbert Wallez, que não se mantinha neutro diante de questões políticas. Inclusive o jornal era administrado por membros do Partido Católico, o que evidencia o caráter político do jornal⁹.

No caso belga, os reis ainda não haviam caído e o país só encontrou sua independência em 1830. Nesse cenário havia dois partidos, um católico e outro liberal,

⁵ Cf. BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de Política*. Brasília, 2004, págs. 34-35.

⁶ Palmiro Togliatti foi dirigente do Partido Comunista da Itália.

⁷ *Ibidem*, p. 34.

⁸ Hergé é o nome artístico de Georges Remi.

⁹ Cf. ASSOULINE, Pierre. *Hergé: The Man Who Createad Tintin*. Nova Iorque, 2009, p. 13

na prática havia pouca distinção entre os dois, pois ambos tinham suas origens na burguesia e ambições similares. A grande diferença estava no aspecto religioso do partido católico, que pregava a supremacia da Igreja sobre o Estado em certos aspectos, já os liberais consideravam a sociedade religiosa como sendo apenas uma comunidade religiosa dentro do Estado. No final do século XIX, o cenário político ampliou-se com o surgimento do Partido Socialista, formado por trabalhadores industriais e da Liga Camponesa Católica, formada por trabalhadores do campo¹⁰.

No momento de criação de Tintim, o cenário político belga estava marcado por três partidos, o liberal, o católico e o socialista. O personagem nasce através do pedido do dirigente do jornal, o padre Norbert Wallez, que tem como objetivo a criação de uma figura que represente um modelo para os jovens católicos. Declaradamente anticomunista, o padre oferece as diretrizes e valores para a criação do personagem, bem como o destino de sua primeira viagem. Não por coincidência, Tintim é enviado para a URSS, por indicação de um padre declaradamente anticomunista¹¹.

Como no caso das aventuras de Tintim, as histórias em quadrinhos constituem-se como um espaço propício para manifestação política. Alguns trabalhos apontam o potencial político que há nas HQs¹². Entre eles pode-se apontar o trabalho de Nildo Viana¹³, que compreende a manifestação política nos quadrinhos, basicamente, em três aspectos: "a política como esfera estatal e especializada das relações sociais; a política como manifestação das lutas de classes; a política como pensamento político"¹⁴

A manifestação política dos quadrinhos na esfera estatal apresenta a construção de uma imagem de determinado governo, que pode ser representado como totalitário, corrupto, indesejável, entre outros atributos. Viana apresenta *As Aventuras de Tintim* como um exemplo de HQ com esse teor político, já que, através de um discurso ficcional, a série apresenta concepções de diversos governos. É possível

¹⁰ Cf. EPSTEIN, John. *I Belgium*. Cambridge, 1944, p. 29.

¹¹ O quadrinho *Tintim no País dos Sovietes* é o marco inicial de uma série de aventuras do personagem, que inicialmente foi publicado em tiras semanais no suplemento juvenil do jornal *Le Vingtième Siècle*. As Aventuras de Tintim tomaram proporção mundial, e hoje a produção de Hergé circula em 12 livros que contêm os compilados de suas histórias em quadrinhos. Além disso, o personagem deu origem a filmes e desenhos animados.

¹² HQ é uma abreviação de História em Quadrinho.

¹³ Cf. VIANA, Nildo. *Quadrinhos e Política*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/viana-nildo-quadrinhos-e-politica.pdf>, p. 4. Data de acesso: 18/07/2015.

¹⁴ *Ibidem*, p. 4.

encontrar na série das aventuras de Tintim referências às "repúblicas das bananas" na América Latina, ao governo japonês na década de 1930 e ao governo soviético, que o presente trabalho busca compreender.

Portanto, as histórias em quadrinhos constituem-se como um espaço legítimo ao discurso político, estratégico em momentos de forte tensão e de grande importância histórica. Ao fazer um breve panorama, percebe-se que o uso dos quadrinhos de forma política varia, desde o apoio à candidatura de políticos até a construção e legitimação de imaginários políticos.

Como bem dito por Viana, a obra *Tintim no País dos Sovietes*, apresenta a manifestação de um pensamento político que tem como objetivo caracterizar, através de um discurso ficcional, um governo real, o que é perceptível através das referências utilizadas. O personagem *Tintim* viaja para fazer uma reportagem sobre o *País dos Sovietes*, que faz referência à URSS. Além disso, é recorrente na história em quadrinhos a referência a nomes marcantes da União Soviética como Lênin, Trotsky e Stálin.

Hergé, o autor da série *As Aventuras de Tintim*, cria o personagem a partir da recomendação do padre Norbert Wallez, que pretendia que o personagem espelhasse o modelo de jovem católico¹⁵. A própria formação de Hergé é fortemente marcada pela presença do catolicismo, na esfera pessoal, educacional e profissional. A influência do padre Wallez só se torna efetiva porque o próprio Hergé havia vivido em um universo de forte tradição católica. Dessa maneira, o próprio Hergé poderia ser uma inspiração para esse modelo de jovem católico que *Tintim* deveria representar.

O destino escolhido para a aventura de *Tintim* diz muito sobre o modelo católico que Norbert Wallez desejava construir. A escolha da URSS e a elaboração de um discurso de desqualificação evidenciam o caráter anticomunista e antissoviético da obra, o que é recorrente em outras histórias em quadrinhos, como por exemplo, o *Capitão América*. A desqualificação da experiência política soviética constitui-se a partir de determinadas referências, como, por exemplo, recorrência, na narrativa, à utilização de elementos como a violência física, a violência simbólica, o atraso tecnológico, a carestia e a mendicância.

¹⁵ ASSOULINE, 2009, p. 21.

Esses elementos são determinantes na construção da imagem negativa da URSS que o autor empenhou-se em constituir. Para melhor apreensão desse movimento de desqualificação do comunismo e da experiência soviética iremos recuperar enunciados presentes no quadrinho Tintim no país do soviéticos, que confirmam os aspectos acima destacados. O conjunto desses elementos contribui para forjar a imagem do regime como um regime fadado ao fracasso. É necessário mapear esses elementos para compreender como se constitui a imagem negativa do Estado socialista.

É muito marcante ao longo dos quadrinhos a referência à violência física. Em diversas cenas, Tintim é perseguido pelo governo soviético, que não economiza armamentos e bombas para deter o repórter e impedir que o mesmo conheça a "realidade" da URSS. Assim que o personagem inicia sua viagem, o trem em que está sofre um atentado com uma bomba por um homem que o chama de "pequeno burguês nojento" que não pode chegar à Rússia contar o que acontece lá. Em seguida Tintim sofre diversas perseguições ao tentar chegar ao seu destino.

Os elementos referentes à violência simbólica são, portanto, bem amplos dentro da narrativa. Entre eles há a manifestação da censura, por parte do regime soviético, que, na HQ, seria um elemento essencial para manter a credibilidade da propaganda soviética. Tintim como um repórter, tem como intuito divulgar a "realidade" soviética para o mundo, mas, como exemplificado anteriormente, na partida de sua viagem, membros do próprio governo socialista mobilizam-se para impedir que Tintim faça a reportagem. Nesse sentido, a violência simbólica instaura-se através da censura. No quadrinho abaixo nota-se essa referência.



Figura 1 - Trecho inicial de *As Aventuras de Tintim no País dos Soviéticos*.

Hergé. *As Aventuras de Tintim: Repórter do "Petit Vingtième" no País dos Soviéticos*. São Paulo, 2009, p. 5.

A censura é um elemento de grande importância dentro deste quadrinho porque ao desqualificar a experiência política soviética, o quadrinho apresenta a imagem de um governo que traz diversos transtornos à população, que é retratada como vítima de um regime autoritário e corrupto, sentindo na pele a fome e a miséria. Os únicos que não são retratados dessa maneira ao longo da narrativa, são os que perseguem Tintim, ou seja, os membros do Estado socialista. Portanto, o autoritarismo, a corrupção, a miséria e carestia, constituem-se como elementos primordiais no discurso de desqualificação construído por Hergé. Essa imagem não pode circular mundo afora para não negar a propaganda soviética.

A censura é então, no quadrinho, um elemento importante para manter a ambição internacionalizante da revolução comunista. No início do quadrinho, a justificativa para a perseguição de Tintim é o fato de ele ser um jornalista que pretende apresentar a “realidade” soviética para o mundo, portanto, o personagem sofre diversos atentados para que não publique informações que não são favoráveis à propaganda política soviética. As tentativas de eliminar a presença do jornalista se constituem como uma forma de implementar a censura, já que a partir disso, há a tentativa de controlar as informações relacionadas ao regime.



Figura 2 - Trecho de *As Aventuras de Tintim no País dos Sovietes* que remete à violência.

Hergé. *As Aventuras de Tintim: Repórter do "Petit Vingtième" no País dos Sovietes*. São Paulo, 2009, p.104.

No quadrinho acima, nota-se a referência à violência diretamente ligada ao governo russo. Além da menção à violência física, diante da ameaça de morte, nota-se também a presença da violência simbólica, quando o provável membro do governo revolucionário declara que Lênin, Trotsky e Stálin roubavam o povo, caracterizando o regime como corrupto. Pode-se apreender a violência simbólica nesse quadrinho, pois se percebe a constituição de um enunciado retórico contundente em relação à experiência política soviética. Esse discurso não só desqualifica, também cria uma imagem negativa que irá influenciar outros homens a perceberem na experiência socialista um regime fadado ao fracasso.

Além dessas referências, é presente no quadrinho o uso do atraso tecnológico como uma forma de desvalorizar a URSS. Existem duas menções marcantes a isto, a primeira é quando Tintim encontra as fábricas soviéticas sendo apresentadas para comunistas ingleses. Na cena o homem que apresenta a fábrica assevera que, ao contrário do que dizem no países burgueses, as suas fábricas funcionam com plena capacidade, logo em seguida, o jovem Tintim desmascara a propaganda soviética ao descobrir que a fábrica era, na verdade, apenas um cenário. Na segunda menção ao atraso tecnológico, Tintim se depara como um homem carregando petróleo em uma carroça.



Figura 3 - Referência ao atraso tecnológico.

Hergé. *As Aventuras de Tintim: Repórter do "Petit Vingtième" no País dos Sovietes*. São Paulo, 2009, p.59.

Ambos os aspectos citados anteriormente são elementares na construção de um discurso de desqualificação da experiência política da URSS, movido por um

vertente anticomunista presente em determinado discurso católico. No caso, o anticomunismo clerical que move o trabalho de Hergé, parte da influência direta do padre Norbert Wallez, que se manifestava anticomunista, atribuindo ao movimento comunista o atributo de anticristo¹⁶. A influência particular do padre em sua obra não é isolada, como um membro oficial da instituição, Norbert Wallez assume um discurso que era comum ao seu meio.

O conflito ideológico entre catolicismo e comunismo tem raízes profundas. No próprio Manifesto do Partido Comunista as referências à religião evidenciam a tensão entre ambos. A religião é compreendida como um mero preconceito burguês, que é responsável por ocultar outros interesses¹⁷. No plano ideológico existem diversas motivações para o conflito, que não se reduz à valores políticos, mas incluem também valores morais, como por exemplo, a questão da família, que na concepção de Engels¹⁸ deve ser uma relação privada, que não diz respeito à sociedade.

Em alguns países onde houve revoluções inspiradas no comunismo, uma série de medidas deu vida aos temores da Igreja em relação à existência de sua doutrina. Giacomo Martina apresenta o conflito no período após a Segunda Guerra Mundial, afirmando que a partir de 1945, a Igreja da Europa Oriental sofreu cerca de quarenta anos de perseguição. Em alguns países do Leste europeu as relações com a Santa Sé foram cortadas, os bens eclesiásticos foram confiscados, escolas católicas foram fechadas e a imprensa católica censurada¹⁹. Grande parte dessas ações foram implementadas como resposta à postura agressiva da hierarquia católica contra os movimentos socialistas e comunistas.

Essas medidas não estão diretamente relacionadas à produção do quadrinho, tanto que são posteriores à sua criação, mas são desdobramentos no plano real do conflito ideológico entre comunismo e catolicismo. E são interessantes para que se possa compreender a materialização dessa disputa, que evidencia seu teor político-ideológico. O quadrinho *Tintim no País dos Sovietes* mostra-se como um espaço que está claramente inserido nesta disputa, atuando no conflito a partir da negação da

¹⁶ ASSOULINE, 2009, p. 22.

¹⁷ MARX; ENGELS, 2008, p. 26.

¹⁸ Cf. ENGELS, Friedrich. *Princípios Básicos do Comunismo*. Lisboa, 1982, Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/11/principios.htm>

¹⁹ MARTINA, 2014, p. 246.

experiência política soviética, construiu-se um imaginário em que a imagem depreciativa da URSS é reforçada e legitimada.

A grande circulação da série *As Aventuras de Tintim*, após o quadrinho inicial, evidencia a ampla aceitação desse discurso não só na Bélgica, como também no mundo. A publicação das tirinhas do quadrinho *Tintim no País dos Sovietes* foi responsável por projetar a carreira de Hergé para outros países, alcançando no primeiro momento a França. Na Bélgica, a aceitação da obra materializou-se em uma encenação em Bruxelas, da chegada de Tintim da URSS, onde uma grande multidão foi recebê-lo na estação de trem²⁰.

No entanto, a obra analisada no presente trabalho foi cuidadosamente privada de circulação pelo autor em determinados momentos, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial em que as vendas dos livros da série *As Aventuras de Tintim* crescem consideravelmente. Durante a ocupação alemã na Bélgica, o autor recebeu uma oferta de uma empresa alemã para publicar o quadrinho, mas a recusa²¹. É nesse momento que Hergé opta por afastar sua obra de questões políticas, limitando a circulação de suas obras desse cunho e preservando os trabalhos futuros²².

²⁰ ASSOULINE, 2009, p. 25-26.

²¹ *Ibidem*, p. 96.

²² *Ibidem*, p. 122.

Capítulo 47: EXTENSÃO RURAL E O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (II PND) – 1974-1979

Pedro Cassiano Farias de Oliveira

INTRODUÇÃO

Algumas explicações iniciais devem ser realizadas para compreendermos melhor a temática extensão rural que enumeramos a seguir:

1 – O que é Extensão rural? De maneira geral extensão rural seria uma prática de difusão de técnicas e tecnologias através de ações ditas educativas complementares¹ no meio rural brasileiro. Essa política é oriunda do projeto *Farm and Home Administration* iniciada nos Estados Unidos, que foi trazido para o Brasil como um modelo de política de desenvolvimento rural ainda na década de 1950. Cabe ainda ressaltar que os pioneiros da implantação do extensionismo no Brasil contaram com o apoio financeiro e logístico do governo estadunidense através do Escritório Técnico e Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA) criado em 1953. É importante também recordar que o ETA² era fruto dos acordos de cooperação técnicas do programa *Ponto IV* do Presidente Truman (1945-1953). O Dessa forma, sabemos que a extensão rural foi importado como um projeto das frações da classe dominante agroindustriais que detinham uma proposta de desenvolvimento para o campo. Assim, podemos dizer que o extensionismo de certa forma foi uma política alternativa de segmentos dos grandes proprietários às propostas de reforma agrária que objetivavam uma solução para o problema da questão agrária no país e também do desenvolvimento rural. O argumento era que os problemas de atraso, miséria era em decorrência da improdutividade dos “produtores rurais” e não da estrutura fundiária desigual.

Em 1956, o extensionismo tornou-se política pública nacional com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Isso só foi possível pela articulação de representantes das frações da classe dominante agroindustrial que estavam dentro do Ministério da Agricultura da qual a recém criada associação ficou subordinada.

¹ Complementar, porque não se propõe está dentro da escola, ou do ambiente escolar.

² O ETA fez parte da implantação de escritórios de extensão rural no sul do país, Minas Gerais e também fez parte dos membros mantenedores da ABCAR.

2 – Para quem era a extensão rural? A teoria que baseia esse trabalho é a teoria do Estado integral, ou ampliado de Antonio Gramsci³. Resumidamente, o Estado não é um sujeito nem um objeto absoluto com vontades, ou instrumento nas mãos de alguém, ou de alguns. Logo, consideramos o Estado como uma relação social na qual as lutas intra e entre classes são travadas⁴. Essa relação é estabelecida entre dois âmbitos, ou espaços interpostos – divididos apenas para fins didáticos, pois são considerados organicamente a “duas faces da mesma moeda”. A sociedade política, ou Estado restrito e sociedade civil. O âmbito da sociedade política é o espaço dos aparelhos de Estado, isto é, das instituições públicas propriamente ditas que conhecemos como Ministérios, Institutos e outros organismos da esfera federal, estadual e/ou municipal. A ABCAR, portanto, é considerada como um aparelho de Estado, pois coordena e executa o extensionismo rural subordinada ao Ministério da Agricultura com os principais recursos oriundos da esfera desse ministério. O espaço da sociedade civil é o *locus* dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) que funcionam como representações organizadas das classes e frações de classe, seja ela dominante ou dominada. Sabemos que a ABCAR era um projeto, dirigido e apoiado pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e pelo seu braço sindical, a Confederação Brasileira Rural (CRB), que em 1964 se tornaria a Confederação Nacional de Agricultura (CNA). Esta última manteve porta-vozes em todo o quadro diretor da associação durante toda sua existência⁵. Essas entidades reuniam os grandes proprietários de terras e grandes produtores fluminenses, do Nordeste e de outras regiões do país, exceto São Paulo. Assim, como afirma Virgínia Fontes:

[...] no caso brasileiro a organização e difusão de aparelhos privados de hegemonia, ainda que respondendo a fortes lutas de classe, concentrara-se nos setores burgueses dominantes, em função da truculência social predominante no trato da questão social. Além disso, o enorme vulto assumido pelas campanhas de convencimento e persuasão a partir de 1964 não reduziu a violência de classe nem eliminou a coerção ditatorial⁶

³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

⁴ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

⁵ OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. *Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)*. Dissertação de mestrado, PPGH-UFF, 2013.

⁶ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro, EdUFRJ, 2010, p. 226-227.

Esse ponto é importante para não confundirmos, como alguns autores confundiram, o público-alvo da extensão (para quem) com a sua origem na classe dominante agrária e, portanto, eleger o extensionismo como uma bandeira, ou proposta positiva e benéfica para os pequenos produtores e trabalhadores rurais. Havia sim, uma dose de consenso, mas a dimensão da *violência simbólica*⁷ existente no projeto extensionista não deve ser ignorada, pelo contrário, deve ser ressaltada para não perdemos a dimensão do processo de dominação existente na política extensionista. Portando, a partir dos pressupostos teóricos gramscianos a pergunta “para quem?” vem associada a questão “para que serve a extensão rural”. Assim, deslocamos a discussão do eixo de propor juízos de valores para a extensão rural ao mesmo tempo em que também escapamos da armadilha de uma visão teleológica da trajetória dessa política. O posicionamento crítico direcionado pela teoria e metodologia permite identificar a origem da extensão rural no Brasil como um projeto oriundo das frações da classe dominantes que historicamente oprimem os segmentos subalternos no campo.

Voltando a questão dos assistidos pela extensão rural é possível constatar que, no período da ABCAR, eram atendidos pequenos produtores rurais, sobretudo pequenos proprietários. A lógica do extensionismo era do aumento da produção e produtividade sem aumentar a propriedade:

Extensão ajuda a quem trabalha

A granja leiteira mais moderna do município de Taquara, no Rio Grande do Sul, é o resultado do esforço e tenacidade do proprietário, Paulo Gonzaga, que durante anos perseguia a idéia [sic] de instalar um novo estábulo funcional, com ordenha mecânica e vacas de bom padrão zootécnico. [...] Um líder nato: foi há mais de quinze anos que Paulo Gonzaga teve o primeiro contato com o extensionista da ASCAR [Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural]. Desde então, passou a adotar as inovações técnicas preconizadas. Ainda mais: tornou-se um líder na sua comunidade, colaborando ativamente na difusão de novas práticas. E o seu exemplo animava seguidores.⁸

Ora, esse princípio é legítimo. O problema se encontra quando percebemos que o objetivo implícito na assistência rural promovida pela ABCAR implicava na desmobilização política das comunidades rurais substituindo a luta pela terra pela racionalização econômica capitalista, no que Maria Lousa da Fonseca chama de

⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil. 2007.

⁸ Revista *Extensão Rural*. Brasília, Embrater, set. 1969, p. 16.

“projeto educativo para o capital”⁹. Além disso, a historiadora Sonia Regina de Mendonça destaca o caráter desestabilizador da extensão rural ao promover a cisão entre uma “agricultura tradicional/rotineira” como “arcaica/atrasada” e uma agricultura esclarecida com os saberes agrônômicos” considerada como inovadora e, portanto, “moderna”¹⁰.

Nesse sentido, é latente a falta de preocupação da ABCAR com a produção de subsistência, por exemplo, relacionando apenas o aumento da produtividade com a produção maior de excedentes capazes de suprir o mercado interno.

Se nos detivermos na análise ABCAR veremos que ela possuía outra característica importante a ser entendida aqui: o crédito rural. Como seu próprio nome do órgão já explicitava, assistência rural e crédito andavam juntos, pois a noção era de que a implantação das técnicas e tecnologias agrícolas demandava recursos. Nesse sentido, o crédito rural era incluído como o financiador das tecnologias “ensinadas” pelo extensionismo rural. Nas décadas de 1950-60 o próprio extensionista era o agente de crédito dos bancos que ofereciam esse tipo de serviço. O Banco do Brasil foi durante toda a existência da extensão rural, o principal agente de crédito, através do Serviço Nacional de Crédito Agrícola (SNCR), criado em 1965, para regulamentar o crédito rural. A ABCAR trabalhava com duas principais modalidades de crédito rural: o Crédito Rural Supervisionado (CRS) e o Crédito Rural Orientado (CRO). O primeiro era voltado para o desenvolvimento assistencialista, privilegiando a questão da melhoria sanitária e social. O CRS foi introduzido logo no início das primeiras experiências extensionistas e era amplamente usado pelos escritórios estaduais do Nordeste. O CRO foi introduzido pelos escritórios do Sul do país e tinha o objetivo de ser direcionado diretamente para o produto e não para o produtor, ou seja, o CRO era concedido para todos os tipos de produtores que produzissem determinado produto direcionado pelo crédito; CRO para a produção de arroz sejam eles pequenos, médios, ou grandes, CRO para produção de mandioca sejam eles pequenos, médios, ou grandes, CRO para o feijão, CRO para a soja e assim sucessivamente.

⁹ FONSECA, Maria Lousa da. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo, Loyola, 1985, p. 183.

¹⁰ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói, EdUFF, 2010, p. 144.

A análise do crédito rural no extensionismo é importante por dois motivos: 1) para delimitar que o público-alvo preferencial não era todos os “agricultores” como veicula o discurso oficial, mas sim os pequenos proprietários, sobretudo no caso do CRS e 2) o CRO não fazia distinção de pequeno, médio, ou grande produtor, o que já indicava o processo da direção produtivista desenvolvida pela extensão rural em sua trajetória, ocasionando o que poderíamos elencar como um certo desvio dos objetivos humanistas do projeto original, sobretudo pelos escritórios do Sul do país.

No final dos anos 1960 a ABCAR dava sinais de crises tanto em relação a sua eficácia – o relatório de avaliação da ABCAR publicado em 1968 foi praticamente inconclusivo – quanto em relação as intrigas e disputas da “pequena política”¹¹ que prejudicaram sua vida útil. Para termos uma ideia, o último presidente da ABCAR foi o próprio Ministro da Agricultura, Cirne Lima (1969-1973), que abandonou o cargo em função de uma disputa com o, então Ministro da Fazenda Delfin Netto (1969-1974) em relação ao preço da carne. Seu sucessor, Moura Cavalcanti (1973-1974), era um desafeto pessoal do secretário-executivo da ABCAR, o pernambucano Aloísio Campelo. Assim, no breve período que Moura Cavalcanti esteve à frente da Pasta da Agricultura, uma série de medidas foram tomadas para controlar e reter o recurso da associação, além da forçosa renúncia do próprio Aloísio Campelo da secretaria-executiva¹². Aqui cabe a pergunta: mas, porque ela não foi extinta?

Dois hipóteses são possíveis diante da análise da documentação e da bibliografia existente: a primeira foi o II PND, que elegeu a extensão rural como um dos pilares da política agrícola nacional; a segunda hipótese recai sobre a figura do Ministro que assumiu à Pasta da Agricultura durante todo o governo Geisel que seria ligado à tradicional entidade do patronato rural – a SNA – e que provinha da própria Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-Minas), a primeira e principal associação estadual existente no país. Para este trabalho em especial não iremos nos deter no segundo aspecto, ficaremos no primeiro. Vejamos essa hipótese adiante.

¹¹ “A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresenta no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política”. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 21.

¹² OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. *Extensão Rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) – 1948-1974*. Niterói, dissertação de mestrado, UFF, 2013.

O “MILAGRE ECONÔMICO” E SUA CRISE

Vimos até aqui que a extensão rural iniciada na década de 1950 era um projeto das entidades patronais voltados para pequenos produtores com o objetivo de apresentar uma alternativa para o desenvolvimento rural que não incluísse a reforma agrária. Aumento da produtividade, sem aumento da propriedade foram objetivos explícitos dos escritórios de extensão rural espalhados pelo interior do país. Racionalização econômica em lugar de organização política era “o” objetivo da ABCAR, revestida de um espírito de *assistencialismo humanista*, como caracterizou Cyro Mascarenhas Rodrigues esse primeiro período¹³.

No suposto “milagre econômico” (1968-1973), o país viveu grandes saltos de crescimento através dos planos econômicos de Delfin Neto representado no I Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND). Sonia Mendonça e Virgínia Fontes alertam para o fato que a “fórmula do superministro” era, sobretudo em promover a desigualdade econômica e social das classes trabalhadoras através do arrocho salarial, privilegiando a concentração de capital e renda, favorecimento da entrada de capital externo e incentivos por meio de crédito subsidiado para setores da indústria nacional¹⁴. José Paulo Netto chama a atenção que a principal consequência do milagre econômico foi a *desnacionalização da economia*, aumentando drasticamente a dívida externa brasileira¹⁵.

No campo esse processo não foi diferente. José Graziano da Silva denominou esse período como a “modernização conservadora da agricultura”¹⁶. Essa modernização se efetivou sobre as bases da intensificação do capitalismo no campo através do investimento em industrialização do modo de produção agropecuário – maquinarias, insumos químicos e produtos modificados geneticamente – que culminou na criação de Complexos Agroindustriais (CAIs) e na reestruturação produtiva mais integrada¹⁷. Para tal mudança foi necessário uma soma de investimentos altíssimos subsidiados pelas linhas de crédito rural a juros negativos,

¹³ RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. *Estado e seletividade de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidência empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil* Tese de doutorado, UnB, 1994, p. 233.

¹⁴ FONTES, Virgínia e MENDONÇA, Sonia Regina de. *História do Brasil recente (1964-1992)*. São Paulo, Ática, 2004, p. 21-34).

¹⁵ PAULO NETTO, José. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo, Cortez, 2014, p. 148.

¹⁶ SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

¹⁷ SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

sobretudo para os grandes produtores, para promover a integração da agropecuária na economia não somente como fornecedora de matérias primas, mas, sobretudo, como consumidora de produtos industrializados e maquinaria, tornando-se verdadeiras “empresas rurais”. A contribuição significativa da agricultura no período do milagre se deu, principalmente, no aumento das exportações, diminuindo o desequilíbrio do balanço de pagamentos do país e, portanto, gerando divisas para o processo de industrialização. Por outro lado, os pequenos produtores – que ainda eram nesse período os principais produtores de alimentos – com o aumento da produtividade garantiam a manutenção dos baixos salários dos trabalhadores, pois as despesas com alimentação chegavam a quase metade da renda familiar.

A crise internacional do capitalismo que teve no choque do preço do petróleo, em outubro de 1973, e o fim – anunciado unilateralmente pelo presidente norte-americano Nixon (1969-1974) – do acordo de Breton Woods, seu mais conhecido episódio, levou ao esgotamento desse padrão de acumulação, prejudicando a escalada exponencial do crescimento brasileiro¹⁸. Todavia, o novo governo ditatorial do presidente general Ernesto Geisel (1974-1979) insistiu na estratégia econômica e política da manutenção do crescimento do país tal como nos anos anteriores, lançando o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) para o quinquênio 1974-1979. O Plano continha mais do que diretrizes econômicas: ali estavam registradas às principais estratégias de legitimação do Estado autoritário e a tentativa de manter sua base de apoio dos setores da sociedade civil ligadas à burguesia industrial nacional que, desde 1964, deram apoio irrestrito a ditadura em troca de beneficiamentos altamente lucrativos. A diferença do II PND para os demais planos já realizados no período autoritário – Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e I PND – era apostar na mudança do paradigma de industrialização, no lugar de privilegiar o setor de bem duráveis. Optou-se por estimular o desenvolvimento as empresas nacionais de bens de produção¹⁹. Assim, a empresa nacional seria a privilegiada em função das empresas estrangeiras largamente privilegiadas pelos planos ditos milagrosos anteriores.

Carlos Lessa aponta que o “sonho” do II PND era fortalecer progressivamente o capital privado nacional iniciando um novo padrão de industrialização. Para tal, o

¹⁸ LOURENÇO NETO, Sydenham. “Muito além do petróleo: o fim de Bretton Woods w a crise dos anos 70”. In: Revista *História & Luta de Classes*, nº 16, setembro de 2013, p. 19.

¹⁹ FONTES e MENDONÇA, *op. cit.*, p. 57.

governo deveria continuar investindo em infraestrutura, tais como transporte, energia e nas empresas estatais, cabendo a essas últimas o papel de serem as principais consumidoras da produção das empresas privadas nacionais, ao mesmo tempo em que mantinha o fornecimento de matérias primas e produtos da siderurgia e petroquímica.

Outro caráter a se destacar foi a desconcentração espacial dos investimentos propostos no II PND que traçou seus principais programas em regiões periféricas da economia brasileira, sobretudo no Norte e Nordeste do país causando um deslocamento da região Sudeste, sobretudo o Estado de São Paulo, que concentrava o parque industrial brasileiro nesse momento. A proposta do governo Geisel era deslocar as áreas industriais investido nas regiões de Minas Gerais, Norte e Nordeste, como, por exemplo, mineração de ferro em Carajás (Pará), siderurgia em Itaqui (Maranhão) e Tubarão (Espírito Santo), além de programas de industrialização próximos às hidrelétricas de Itaipu (Binacional – Brasil e Paraguai), Paulo Afonso IV (Bahia) e Xingó (Alagoas e Sergipe), para economizar em redes de transmissão de energia. Nesse mesmo diapasão, houve a proliferação de programas de desenvolvimento de regiões marginalizadas como o Programa do Vale do Jequitinhonha (PROVALE), Programa Especial de Desenvolvimento dos Cerrados na região Centro-Oeste (PRODOESTE), Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA)²⁰. Assim, uma diretriz importante do II PND era corrigir as distorções sociais promovidas pelo milagre econômico, pois o “bolo cresceu”, mas não fora repartido, isto é, o crescimento econômico ocorreu, mas não houve o aumento da distribuição de renda. É nesse aspecto que podemos entender a questão da desconcentração espacial da industrialização e dos investimentos.

O setor agropecuário teria uma dupla função: afirmar-se como “celeiro do mundo”, isto é, desenvolver a vocação agrícola do país diante da fome existente no mundo por produtos alimentícios, aumentando as exportações dos produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que deveria aumentar a produção de alimentos para

²⁰ LESSA, Carlos. *A estratégia do desenvolvimento 1974-1976 sonho e fracasso*. Campinas, SP, UNICAMP, IE, 1998, p. 24-25.

o mercado interno no intuito de baratear e cesta básica para não haver a necessidade de reajustar os salários dos trabalhadores.

Trata-se agora de exigir muito mais do setor agropecuário. Aquele novo papel na Estratégia significa, de um lado, contribuição mais significativa à expansão do PIB, como menos preço para o consumidor, maior renda para o agricultor e melhor padrão de vida para o trabalhador.²¹

Quadro I – Previsão de produção agropecuária no II PND

	1974	Previsto para 1979	Aumento no período (%)
Produção			
Cereais (milho, arroz, trigo, feijão em milhões de t)	30	45	50
Oleaginosas (algodão, soja, amendoim e mamona, em milhões de t)	10	16	60
Utilização de insumos modernos			
Fertilizantes (milhões de t de 40nutrientes)	1,6	3,1	94
Defensivos (mil t)	90	200	122
Sementes melhoradas (% sobre o total de sementes de algodão, amendoim, arroz, batata-inglesa, feijão, mandioca, milho, soja, trigo)	40	50	25
Tratores em operação (mil unidades)	254	510	101
Rações (milhões de t)	5,7	11,0	93
Eletrificação rural			
Linhas Construídas (mil Km)	11	114	936
Irrigação pública e privada (mil há)	737	1100	49
Abastecimento			
Armazenagem (capacidade estática, em milhões de t)	23	28	22
Centrais de abastecimento (nº de centrais)	12	22	83

Fonte: LESSA, Carlos A *estratégia de desenvolvimento 1974-1979: sonho e fracasso*. Campinas, UNICAMP. IE, 1998, p. 45.

Podemos notar que o quadro acima, apesar de demonstrar as previsões do II PND para o setor agropecuário, coloca metas muito mais ousadas no setor de tecnologia e maquinaria – defensivos, tratores, rações, linhas de eletricidade. Isso demonstra que a estratégia do plano para o setor agropecuário estava plenamente alinhada com o desenvolvimento industrial. Em outras palavras, o desenvolvimento da produtividade agrícola passava pela industrialização da agricultura.

Logo, a maioria dos setores da sociedade civil ligado à burguesia industrial – como a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e a Associação Comercial do Rio de Janeiro – estavam otimista com as propostas do II PND²², assim como entidades do patronato rural como a CNA, SNA e a recém-criada Organização das Cooperativas

²¹ Idem, p. 58.

²² BIANCHI, Álvaro. *Hegemonia em construção: a trajetória do PNBE*. São Paulo: Xamã, 2001.

Brasileiras (OCB)²³. Contudo, a execução do plano tornou-se inviável e o “sonho”, em três anos tornou-se, um pesadelo para a ditadura. Diversos autores, sobretudo os economistas, se debruçaram sobre essa questão do fracasso do referido plano.

EMBRATER: SONHO E PESADELO

Antes de falarmos porque deu errado é necessário vermos aonde a extensão rural se “encaixava” nesse momento. Ao lado da pesquisa agropecuária e do crédito rural, o extensionismo fora elencado como uma das principais estratégias de ação para o aumento da produtividade no campo. A criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) pela lei nº 6.126 de novembro de 1974 extinguiu a ABCAR sendo a empresa alardeada como uma “nova” estratégia para a modernização do campo, fruto das diretrizes do II PND: “a lista de produtos prioritários no II PND e novas orientações que eventualmente venham a ser dadas pelo Ministério da Agricultura constituem a base a partir da qual a EMBRATER estabelece suas prioridades”²⁴. O principal argumento era que o tripé *crédito-pesquisa-extensão* achava-se desequilibrado posto que a ação dos órgãos precedentes não teriam sido eficientes em seus objetivos: “Dos resultados que poderão ser obtidos por essas entidades [EMBRAPA²⁵ e EMBRATER] depende o aumento da produtividade, **única alternativa para o desenvolvimento da agropecuária nacional**”²⁶. Nesse sentido, a pesquisa produz, o crédito financia e a extensão difunde a tecnologia numa organização simbiótica equilibrada. Com efeito, a proposta inicial era que a extensão rural não atendesse somente pequenos produtores, mas todos os produtores que necessitam de difusão tecnológica, como o esquema abaixo pode ilustrar melhor:

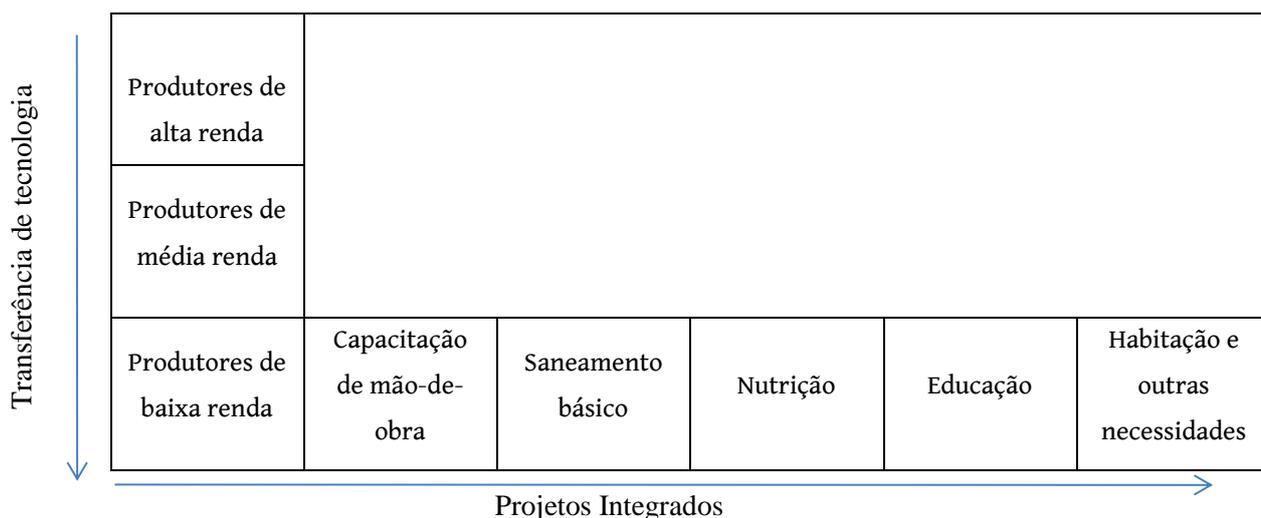
Quadro II: modelo de execução do extensionista

²³ MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Patronato rural no Brasil recente (1964-2003)*. Rio de Janeiro, Ed.UFRJ, 2010.

²⁴ Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). *Marco de Referência para o planejamento no SIBRATER*. Brasília: Embrater, 1976, p. 10.

²⁵ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) criada em 1973, cujo primeiro presidente foi o ex-diretor da ABCAR, José Irineu Cabral.

²⁶ *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1975, p. 161, grifos nossos.



Na documentação oficial, logo abaixo do “Quadro II” acima reproduzido, a explicação era clara: “Esse modelo reconhece que a função básica da EMBRATER é a transferência de tecnologia agropecuária e gerencial, numa linha vertical de ação, atendendo tanto a produtores de alta como de média e baixa rendas.”²⁷. Dessa forma, a criação da EMBRATER não significou uma ruptura com o processo de valorização do produtivismo, mas nota-se que essa era a tendência progressiva da extensão rural. Além disso, com a diminuição significativa dos extensionistas voltados aos programas sociais podemos inferir que a abrangência de tais programas também foi reduzida.

Nesse período, a extensão rural parece ter vivido a sua fase de orientação produtivista mais exacerbada contribuindo de forma decisiva para a modernização conservadora da agricultura, cujo traço mais característico foi a desigualdade, colocando à margem do processo quase a totalidade dos pequenos agricultores que constituía a sua clientela preferencial²⁸.

Quadro III - Projetos de Assistência técnica e extensão rural realizados pela EMBRATER em convênios - 1975-76

Nome do projeto	Atividade	Conveniados
POLOAMAZÔNIA	Promoção do Cooperativismo Assistência aos produtores	Superintendência da Borracha - SUDHEVEA
Incentivo à produção e Borracha Vegetal	Assistência técnica na formação de seringais e	SUDHEVEA

²⁷ EMBRATER. *Relatório de atividades 1975*, Brasília, Embrater, 1975.

²⁸ RODRIGUES, *op. cit.*, p. 176.

	recuperação de seringais nativos	
Projeto Nacional de Capacitação de mão-de-obra rural	Capacitação dos coordenadores e extensionistas Treinamento de trabalhadores rurais	Ministério do Trabalho
Projeto de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira	Treinamento de extensionistas para o atendimento aos pescadores Assistência técnica aos pescadores Promoção da pesca artesanal Formação de cooperativas Crédito Rural	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)/PESCART Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC)
Programa Nacional de Cooperativismo (PRONACOOP)	Treinamento de Coordenadores de cooperativismo	INCRA BNCC Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
Programa Nacional de Armazenamento (PRONAZEM)	Participação de extensionistas no Seminário da CIBRAZEM Treinamento de extensionistas pelo CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM)
Projeto de Produção de Alimentos e Nutrição em áreas rurais de baixa renda no Nordeste	Assistência social e técnica Treinamento de orientadores de saúde Formação de cooperativas Crédito Rural Pesquisa para estudo de referencial na área	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO)	Florestamento e reflorestamento Experimentação e promoção agropecuária arroz, soja, milho e pecuária Crédito Rural Orientado Apoio básico (estradas vicinais, eletrificação rural, armazenagem e comercialização)	EMBRAPA
Programa Nacional de Conservação de Solos (PNCS)	Assistência Técnica e extensão rural específica para conservação de solos em oito estados Aperfeiçoamento de técnicos Promoção do PNCS Implantar 290 Unidades demonstrativas de conservação de solos	Ministério da Agricultura

Fonte: EMBRATER. *Desempenho 1976-Perspectivas 1977*. Brasília, Embrater, 1976. EMBTATER. *Desempenho 1975*. Brasília, Embrater, 1975.

O quadro acima ilustra a relação orgânica estabelecida entre extensão rural e os principais projetos de desenvolvimento para as áreas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste criadas pelo II PND. As ações dos extensionistas concentrava-se em assistência técnica aos produtores, treinamento dos extensionistas para projetos específicos (pesca e armazenamento), crédito rural, sobretudo o orientado e organização e apoio ao cooperativismo. A única menção dos projetos que envolvia uma direta relação com a assistência social encontra-se no Programa de Alimentação e Nutrição patrocinado pelo UNICEF e pelo INAM. Nesse sentido, esse quadro confirma a hipótese do enraizamento dos projetos produtivistas em face aos projetos sociais, ou melhor, a consolidação do produtivismo como um projeto social além do total alinhamento do extensionismo com as propostas contidas no II PND.

Contudo, o otimismo gerado pelo governo Geisel através do II PND rapidamente seria minimizado ao longo dos primeiros anos de seu governo. Em 1976, apenas três anos após a divulgação do plano, os programas em desenvolvimento e a estratégia de industrialização descentralizada se tornaram inviáveis, tornando o “sonho” de crescimento econômico acelerado um “pesadelo” para o regime ditatorial. Diversos autores questionam-se do motivo do fracasso das diretrizes do II PND.

Para o economista Carlos Lessa, o II PND foi um sonho fracassado na medida em que o governo Geisel não conseguiu levar adiante seu novo plano de industrialização ao ser barrado politicamente pelos setores da burguesia industrial paulista insatisfeita com seu papel secundário no plano. Além disso, as empresas estatais não tiveram condições de absorver a produção das empresas de bens de capital nacionais quebrando a corrente do desenvolvimento econômico elaborado pelo II PND, uma vez que as essas empresas dependiam da demanda da indústria estatal. Assim Lessa afirma que: “a prática do autoritarismo, a carga ideológica do positivismo, a euforia e a sensação de onipotência oriundas do milagre levaram o Regime a supor a empresa estatal um instrumento de seu poder”²⁹.

Diferente de Lessa, Antonio Barros de Castro afirma que o II PND não “fracassou”, mas como visava objetivos de longo prazo não pode concretizar-se como planejado, pois perdeu continuidade diante de uma série de fatores políticos. Guido Mantega, concordando com Castro, enfatiza que o II PND não agravou a dívida

²⁹ LESSA, Carlos *A estratégia de desenvolvimento 1974-1979: sonho e fracasso*. Campinas, UNICAMP. IE, 1998, p. 154.

externa e, pelo contrário, ajudou o país a reduzir a vulnerabilidade da balança de pagamentos diminuindo a dependência de importação de matérias primas e alguns bens de capital.

Sonia Mendonça afirma que as principais entidades do patronato rural passaram a criticar o governo Geisel de ter privilegiado a industrialização ao invés da agricultura, sendo esse um dos fatores de seu insucesso³⁰. Não era somente o patronato rural que se encontrava insatisfeito com os rumos da política do regime militar. O *Manifesto dos Oito*³¹, como ficou conhecido, marcou uma importante insatisfação do empresariado brasileiro, sobretudo ligado ao setor de bens de produção, consternados com o rumo das ações tomadas no plano econômico e político. Álvaro Bianchi afirma que esse manifesto, não pode ser considerado como uma ruptura desse setor da burguesia brasileira com o regime ditatorial, pois “o ano de 1978 é todo ocupado pelas articulações para a sucessão do general Ernesto Geisel e as incertezas da política de ‘abertura’, por um lado, e por outro, pela súbita retomada do movimento grevista”³². Contudo, a relação estabelecida entre um regime democrático liberal era mais conveniente para absorver os conflitos de classe que nesse momento estavam “subindo pelas paredes”³³, segundo constava no manifesto.

Seja como for, o fato é que, em 1979, a mudança nos cálculos dos juros do crédito rural aumentou significativamente os custos dos empréstimos eliminando o subsídio repassado aos produtores rurais através de juros negativos. Assim, o crédito para investimentos que custeava a compra de insumos agrícolas e maquinaria, estava escasso inclusive para àqueles que detinham maior capital, os médios e grandes produtores, logo tornou-se inexistente para os pequenos. Isso atingiu diretamente a ação extensionista junto aos produtores, condenando ao escamoteamento do extensionismo no meio rural na década de 80. O então presidente da EMBRATER,

³⁰ MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro, Ed.UFRJ, 2010, p. 86 e 139.

³¹ O manifesto assinado pelos oito maiores empresários brasileiros – Cláudio Bardella, ex-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (Abdib), Severo Gomes, diretor-presidente do grupo Parayva e ex-ministro da Indústria e Comércio, José Midlin, diretor da Federação de Indústria de São Paulo (FIESP), Antônio Ermínio de Moraes, diretor-presidente do grupo Votorantim, Paulo Villares, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Paulo Velinho, vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Laerte Setúbal Filho, diretor-presidente do Grupo Duratex e Jorge Gerdau Johanpeter, diretor do Grupo Gerdau.

³² BIANCHI, *op. cit.*, p. 46.

³³ Vale lembrar ainda que esse grupo que assinou o *Manifesto dos oito* assumiram, em 1979, a direção da FIESP, que nesse momento era o principal aparelho privado de hegemonia da burguesia industrial brasileira/paulista. Idem, p. 47.

Renato Simplício Lopes (1973-1979), advertiu, ainda em 1978, que o crédito rural não chegava aos pequenos produtores que produziam alimentos:

Além disso, eles [pequenos produtores] se tornaram as principais vítimas da política anti-inflacionária de controle dos preços de gêneros alimentícios, apesar de serem responsáveis pela produção, no País, de 78,6% do total da mandioca, 73,4% do feijão e do arroz em casca, 64,4% do milho e 58,3% do algodão em caroço. As informações são do presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), Renato Simplício Lopes, em conferência para o plenário do XI Congresso Interamericano de Nutrição³⁴.

É nesse momento que vemos que a EMBRATER que detinha um papel principal dar sinais de estagnação de seu projeto produtivista que abrangia todos os tipos de produtores rurais, pois a ação da extensão rural estava intimamente ligada ao crédito rural, mais do que à pesquisa agropecuária, ou outro qualquer outro setor. Assim, o rompimento do tripé crédito rural contribuiu para o esmorecimento do extensionismo. Diferentemente de sua irmã, a EMBRAPA³⁵, a EMBRATER perdeu apoio político das entidades patronais, que abandonaram o projeto voltado para a difusão técnica tal como era propagado pela empresa. Assim, o extensionismo foi esvaziado de sua base da sociedade civil e seu público-alvo foi deliberadamente rechaçada do plano agrícola nacional. Na década de 80, a EMBRATER procuraria, através de seu corpo técnico – os extensionistas – se aproximar dos movimentos sociais rurais para legitimar sua ação junto aos pequenos produtores como uma estratégia fundamental para a implantação da reforma agrária proposta no primeiro governo civil através do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Mas, isso é outra história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não podemos ainda retirar nenhuma conclusão acabada do trabalho apresentado porque a pesquisa ainda encontram-se em andamento. As considerações aqui possíveis de serem elencadas são claramente redundantes, mas devem ser

³⁴ Jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 31 de agosto de 1978, p. 16.

³⁵ A pesquisa agropecuária, como afirma Sonia Mendonça, não foi radicalmente afetada porque devido a sua reestruturação na década de 1970, que culminou com a criação da EMBRAPA, passaria a empresa produzir, quase exclusivamente pesquisa agropecuária de alta tecnologia por demanda dos CAIs. MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (1944-2005)*. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq em 2010.

ênfatisadas: A primeira é de caráter historiográfico: não é possível perceber o regime ditatorial brasileiro de maneira homogênea, ou linear, assim, crescimento econômico desse período pode ser considerado com uma fórmula de legitimação do regime ditatorial que tentou ser prolongada ao máximo como demonstra a promulgação do II PND no governo Geisel. Essas considerações nos ajuda a repensar a maneira e o modo como fundamentamos nossas pesquisas e as teorias sobre Estado que nos baseamos. A desnaturalização do Estado como sujeito e como objeto é a contribuição valiosa da noção de Estado ampliado, ou integral de Antonio Gramsci. Estado é organicamente formado por relações sociais, portando, tanto na sociedade civil com seus aparelhos privados de hegemonia – SNA, CNA, FIESP e etc – quanto no domínio da sociedade política – *locus* da hegemonia – detêm a luta intra e entre classes.

Diante disso, vimos que a trajetória da extensão rural no Brasil está longe de ser livre e harmônica. Desde sua origem na década de 1950, o extensionismo rural não foi uma política emanada dos pequenos produtores e trabalhadores rurais, mas sim incorporada pelas frações da classe dominante como projeto de consenso – e também de violência simbólica – destinado a se colocar como uma alternativa à questão da reforma agrária em voga nos anos 1950-60. A criação da EMBRATER, nos anos 70 pode ser encarada como uma medida decorrente da política agrícola proposta no II PND que visava o aumento da produtividade para o mercado interno e, naquele momento os pequenos produtores detinham esse papel. Nesse sentido, a derrota do projeto extensionista foi uma das consequências do fracasso na execução do II PND que, conseqüentemente, excluiu os pequenos produtores da política agrícola nacional.

Capítulo 48: A PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL NOS TEMPOS DE DODSWORTH: ADMINISTRAÇÃO E INTERVENÇÃO URBANA (1937-1945). NOTAS DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO

Pedro Sousa da Silva¹

1-INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar as premissas iniciais de uma pesquisa sobre o mandato do interventor Henrique Dodsworth no Rio de Janeiro. Tal análise se foca sobre um período da História do Distrito federal onde centralização política e repressão às oposições se combinaram com um programa de reformas do espaço público da capital federal cujo maior símbolo foi a abertura da Avenida Presidente Vargas. Surgindo como uma solução conservadora para estabilizar as disputas políticas decorrentes do repentino fim da gestão Pedro Ernesto, a interventoria de Henrique Dodsworth se prolongaria por praticamente toda a duração da ditadura do Estado Novo.

O político carioca Henrique de Toledo Dodsworth, médico e advogado por formação, dirigiu a prefeitura do Distrito Federal de junho de 1937 até novembro de 1945. Sua nomeação, num primeiro olhar, poderia estranhar o observador mais desatento, pois ele se localizava na oposição aos mandatários da capital federal, e ao governo Vargas. Um olhar mais cuidadoso, porém, notaria uma hábil manobra do Executivo federal ao garantir um novo administrador alheio às disputas travadas após a deposição de Pedro Ernesto, em 1936. Além do mais, Dodsworth gozava de amplo respaldo com o empresariado do Rio de Janeiro sendo, por conta disto, capaz de rearticular o fragmentado campo político da cidade ao defender uma concepção *centralizadora e subordinada* da política da capital do Brasil ao governo federal.

Ao longo dos oito anos de Estado Novo, o Rio de Janeiro passaria por grandes transformações urbanistas, com a abertura de grandes avenidas, como a presidente Vargas e Brasil; reforma da esplanada do Castelo, abertura do corte do Cantagalo e da estrada entre Grajaú e Jacarepaguá; além de uma série de outras obras de grande

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH UFF) e bolsista do CNPQ

impacto na cidade. Tais mudanças não ocorreram somente na fisionomia da capital. Aos moldes do governo federal, a governança da municipalidade também sofreu uma série de mudanças nesse período, através de uma reforma administrativa. Entender tais transformações institucionais, assim como as relações que se estabelecem entre Estado e sociedade civil se constitui como um objetivo de grande importância.

1-O CAMINHO PARA A INTERVENÇÃO

Na década de trinta, o Rio de Janeiro viveu uma experiência inédita em sua administração. Pela primeira vez a capital federal pode eleger seu prefeito e ter uma vida política relativamente autônoma frente às estruturas do poder nacional. A empreitada autonomista teve como figura de maior destaque o interventor, e posteriormente prefeito constitucional, Pedro Ernesto. Em tal gestão a prefeitura se notabilizou por aliciar um círculo de grandes chefes políticos locais ao redor do prefeito e do Partido Autonomista².

Sobrinho do ex-prefeito Paulo de Frontin, Henrique de Toledo Dodsworth teria uma atuação política marcada pela oposição ao governo de Vargas e aos mandatários da municipalidade, e seu projeto autonomista, desde os tempos onde se converteu em um dos políticos mais votados para a Assembleia constituinte de 1933³. A chegada de tal figura ao cargo de interventor na prefeitura a mando do governo Vargas poderia causar surpresa, num primeiro olhar, da mesma forma em que causou na época⁴.

Esta escolha *sui generis* para a interventoria do Distrito federal só pode ser entendida se inserida no contexto de fragmentação política no qual se encontrava a da capital da nação. A interação com o poder central, e a luta por uma maior margem de manobra frente a ele, marcavam a dinâmica política do distrito federal desde os tempos da Primeira República. Conforme nos conta Sarmiento, a proximidade de determinados grupos frente ao Executivo nacional, estabelecia as benesses e as exclusões das elites políticas na cidade. Ao tentar deslocar o eixo do sistema político

² Uma análise desta rede se encontra em CARVALHO, Wesley. *Saúde e política no Rio de Janeiro de Pedro Ernesto (1931-1936)*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, ICHF/PPGH, Niterói, 2012.

³ PECHMAN, Robert. Henrique Dodsworth In: ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB)*. 2. Ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001 v. III, p. 1894

⁴ SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p.219.

das câmaras federais e da presidência da república, para a prefeitura e a câmara municipal, os políticos cariocas almejavam um cenário onde poderiam exercer seu domínio:

A autonomia significava, desta maneira não apenas a garantia da própria existência do campo político carioca, livre de ingerência federal, mas sua ampliação efetiva. Com a livre concorrência das forças políticas em atuação no sentido de um maior acesso a estas vias de negociação, à possibilidade de obter e manipular uma maior gama de bens e serviços públicos, que consolidavam as redes de patronagem e clientela sobre as quais embasavam sua liderança na vida política da cidade.⁵

Tal demanda obteve sua realização através do governo de Pedro Ernesto. Em sua curta estadia pela prefeitura se estabeleceu o primeiro governo da cidade que congregou uma série de políticos locais através do Partido Autonomista do Distrito Federal. Um fato que contribuiu para a montagem de tais estruturas era a própria maneira pela qual as eleições se deram naquele período, onde os partidos eram responsáveis pelo cadastramento de eleitores e outras peculiaridades, reforçavam uma prática clientelista.

Esse sistema guarda muitas semelhanças com o que se convencionou chamar de “coronelismo”. Com o auge no meio rural da Primeira república, ali também havia, como elemento básico para o funcionamento da representatividade, essa “preparação” e “custeio” do eleitor por grupos privados associados aos partidos.⁶

Negociando com os chefes políticos regionais e levando o seu partido como um aglutinador de apoiadores diversos, o governo de Pedro Ernesto definiu sua trajetória. Este caminho foi interrompido pelas diversas rugas pelas quais passou o Partido autonomista em 1935, e no ano seguinte que culminaram com a fragmentação dos políticos ligados a prefeitura, e a queda do prefeito acusado de ligação com setores da ALN. O fracassado levante proposto pela Aliança Nacional Libertadora, junto ao Partido Comunista, em novembro de 1935; teria como consequência um aumento da atividade policial do Estado em âmbito nacional. No Rio de Janeiro, o prefeito não passaria inune pelas acusações, sendo levado ao cárcere pelo tribunal especial montado para perseguir os rebeldes.

⁵ SARMENTO, Carlos Eduardo. Idem p. 99

⁶ CARVALHO, Wesley. Op. Cit. P. 80

Partindo de suas colocações baseadas em Pierre Bourdieu, Carlos Sarmiento enxerga um motivo estrutural para a queda de Pedro Ernesto no esgotamento do “capital político” do prefeito. Enquanto Ernesto era capaz de atender as diversas demandas clientelistas dos chefes políticos locais que formavam sua base aliada, o apoio e a estabilidade para o prosseguimento do mandato estavam garantidos.

Enquanto o Executivo municipal teve condições de alargar suas “maquinas políticas”, como definiu Pierre Bourdieu o sistema de acesso a bens e serviços públicos no interior do campo político em concordância com o nível de demanda de suas bases de sustentação política, a disputa clientelista permaneceu estabilizada. Com as limitações materiais da crescente ampliação destas estruturas, restringindo-se o quantum do capital político em circulação, inviabilizava-se esta forma de negociação e, por conseguinte, desarticulava-se o eixo agregador das forças políticas da cidade, tolhidas assim da possibilidade de acesso a estes elementos básicos para a sustentação de suas redes de patronagem e clientela.⁷

O esgotamento de tal possibilidade levou a fragmentação do campo político carioca. A fragilidade do ideal autonomista, junto do apego aos privilégios clientelistas proporcionados pela máquina pública, por parte da elite política carioca, é passível de observação no comportamento das lideranças políticas, ao longo da montagem da intervenção federal, que seguiu a prisão de Pedro Ernesto. Fechando as portas do poder ao prefeito encarcerado, a intervenção em novembro de 1936 levaria o vice de Pedro Ernesto, cônego Olímpio de Melo, ao cargo de prefeito do distrito federal.

Ao tentarmos compreender opção pelo apoio à intervenção por parte de alguns grupos observamos uma aposta em outra forma de organização destas forças no interior do campo político carioca. Para Sarmiento, naquela situação, pelo ponto de vista dos políticos da municipalidade, mesmo com as liberdades de funcionamento e atuação limitadas, existiria a possibilidade de sustentação política através do contato próximo com as forças interventivas⁸.

A estadia do interventor Olímpio de Melo na prefeitura durou menos de um ano. Frente à incapacidade do novo mandatário em conseguir articular o campo político local e cessar as possibilidades de agitação política, devido à aproximação da campanha para a presidência da república, Vargas forçaria a renúncia de Olímpio de

⁷ SARMENTO, Carlos Eduardo. *Idem* p. 212

⁸ SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Op. Cit, P. 213

Melo. Henrique Dodsworth, Deputado pelo Partido Economista Democrático e opositor tanto de Vargas quanto do partido autonomista, foi elevado ao cargo de prefeito em julho de 1937. Uma escolha *sui generis*, fruto da habilidade política do Executivo federal em tentar neutralizar o campo político carioca e agradar a burguesia da capital federal.

Dentro dos ciclos ligados ao Partido Autonomista, a escolha de um interventor alheio as disputas travadas nos dois anos anteriores parecia uma saída adequada para uma divisão dos benefícios vindos da máquina pública. Outra razão pela qual Vargas escolheu Dodsworth era a boa relação deste político, com os setores conservadores e o empresariado carioca. Este bom relacionamento, que não pode ser ignorado, nos é mostrado por Sarmento em sua obra. Como exemplo disto, o autor expõe a satisfação do presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro com a chegada ao poder de um político com amplo diálogo com esta instituição⁹.

2- ADMINISTRAÇÃO, INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS E INTERESSES PRIVADOS EM TEMPOS DE ESTADO NOVO

O mandato de Dodsworth foi marcado pela rearticulação dos setores políticos anteriormente fragmentados. Sua administração se notabilizou por governar através de decretos, com câmara municipal fechada e pela adoção de uma estrutura centralizadora. No que se refere à estrutura administrativa, a prefeitura teve uma forma política muito semelhante ao que se desenvolveria poucos meses depois em âmbito nacional com o golpe do Estado Novo.

De forma geral, as interpretações sobre as raízes do golpe de 1937 ressaltam a crise social e política que marcou a década de 1930, além da peculiaridade da imposição de um regime ditatorial, apoiado pela cúpula das Forças Armadas, mas com uma direção civil. Estudos solidários às elaborações realizadas pelo cientista social Francisco Weffort, ao longo das décadas de 1960 e 1970¹⁰, têm destacado o golpe como um desfecho da “crise de hegemonia” surgida com o enfraquecimento das oligarquias tradicionais desde a Revolução de 1930. Este regime, apesar de “não representar uma

⁹ SARMENTO, Carlos Eduardo. . *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Op. Cit. 219

¹⁰ WEFFFORT, Francisco Correia. *O populismo na política brasileira*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

saída necessária para tal conjuntura¹¹”, representa uma saída possível frente à grande instabilidade política e econômica destes anos. A “autonomia relativa do aparelho estatal” surgida nos anos trinta se acentuaria no início da segunda metade da década se impondo sobre a paralisia do parlamento em definir os investimentos econômicos e por as disputas políticas. Como nos conta Fausto, dentro deste cenário, as raízes do golpe se encontram no projeto dos ocupantes do aparelho estatal segundo o autor “Para estes grupos, somente um regime estável e autoritário poderia levar à prática um programa de racionalização das atividades estatais em geral e do serviço público, de incremento à industrialização em setores básicos”¹²:

Dentro de nosso estudo, assume primordial importância a análise sobre as transformações que a máquina administrativa passa ao longo do Estado Novo. Esse entendimento se faz necessário, pois sobre a proteção de Vargas ocorreu um importante capítulo do desenvolvimento capitalista brasileiro. Na segunda metade dos anos trinta, se desenvolveu um capítulo primordial da retardatária modernização capitalista brasileira, nesse sentido, a acumulação e reprodução do capital no país se remodelaram. Adotando uma solução de compromisso, o Estado ao mesmo tempo em que garantia a lucratividade do setor cafeeiro adotava medidas que aumentavam a lucratividade do setor industrial levando este a se tornar o setor mais dinâmico da economia¹³.

A emergência dessa forma do Estado, neste período, se caracteriza como uma necessidade das transformações da sociedade brasileira, conforme nos conta Eli Diniz. A diferenciação das demandas sociais, num cenário de crise de hegemonia, levou a situação de autonomia relativa do Estado. A crescente diferenciação entre interesses na sociedade levou o governo a adotar mecanismo de centralização política no qual o Estado Novo é o ápice¹⁴. Não se pode ver nisto, segundo a autora, um resquício de Estado neutro, mas sim um aumento na capacidade deste, em absorver demandas

¹¹FAUSTO, Boris Pequenos ensaios de história da república (1889/ 1945). São Paulo: CEBRAP, 1972, (cadernos CEBRAP, n. 10) P. 83

¹² FAUSTO, Boris Pequenos ensaios de história da república (1889/ 1945). São Paulo: CEBRAP, 1972, (cadernos CEBRAP, n. 10) P.85

¹³ MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. 3. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

¹⁴DINIZ, Eli. *Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe*. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, P. 130.

divergentes. O regime, dessa forma, se comprometeria com o processo de diversificação da economia¹⁵.

A modernização da máquina administrativa, sob o Estado Novo, era condição primordial para a execução das medidas que levaram o país a desenvolver modernas relações capitalistas de produção. Para a montagem de investimentos públicos na produção de bens de capital e na regulamentação do mercado de trabalho¹⁶.

Nesta relação entre Estado e sociedade, onde o primeiro polo se tornou preponderante, não se eliminaram os canais de diálogo nem que o aparelho de Estado tenha se convertido num ente alheio as disputas travadas na sociedade civil. Como nos mostra Eli Diniz existiram os novos canais que se abriam entre o Estado e sociedade ao longo do regime. Nestes meios as elites empresariais, principalmente, tiveram seus interesses emanados através de órgãos técnicos de consulta. O fechamento das instâncias superiores de comando do estado não significou o silêncio total das demandas empresariais dentro da esfera pública:

Em outros termos, a distinção entre instâncias decisórias centrais e secundárias é que nos permite detectar o *locus* de acesso dos grupos privados à burocracia estatal. O autoritarismo corporativista então implantado implicaria um elevado grau de centralização e fechamento em nível das instâncias decisórias superiores, assegurando, assim, a autonomia do Executivo nas decisões finais. Portanto, o controle do processo decisório pertenceria aos atores estrategicamente situados em posições de comando do aparelho estatal. A influência dos grupos privados se faria exercer pelos canais de acesso às instâncias decisórias inferiores, representadas por diferentes órgãos situados nos escalões intermediários da burocracia pública.¹⁷

A remodelagem administrativa não foi exclusividade do aparelho Estatal central. Ao longo da gestão Dodsworth a forma de conduzir a prefeitura sofreu uma grande reformulação para se encaixar nos pressupostos do regime. Conforme alardeado em suas publicações oficiais a prefeitura promoveu uma rearticulação de

¹⁵ DINIZ, Eli Idem, P. 132.

¹⁶ VIANNA, Luiz Werneck. *O Estado Novo e a "ampliação" autoritária da república*. In CARVALHO, Maria Alice de. *A república do Catete*. 3 ed. Rio de Janeiro: Museu da república. 2003, P.117

¹⁷ DINIZ, Eli. *Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe*. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007, P.145

seu corpo de funcionários e das finanças necessárias aos grandes empreendimentos urbanísticos pela qual a cidade passava¹⁸.

Dentre as discussões que ganham relevo ao longo da gestão de Dodsworth se destaca a questão do planejamento urbano. Esta demanda se junta ao gigantesco crescimento urbano outro grande fenômeno do período. Acompanhando a tendência demonstrada pelo país, ao longo da década de 1930, o Distrito federal também passaria por um processo de grande crescimento de sua população. Tal tendência nos é mostrada pela duplicação do número de habitantes do Rio de Janeiro ao fim da década de 1940¹⁹.

As intervenções urbanas se converteram no traço mais duradouro do governo Dodsworth. Seguindo a tradição de outros prefeitos/interventores que modificaram profundamente a paisagem carioca, a direção municipalidade promoveria uma série de obras, cuja mais notória seria a avenida que ligou o antigo canal do mangue com o arsenal da marinha. Esta via recebeu o nome presidente Vargas, demonstrando a profunda ligação do governo local e federal.

As reformas urbanas na capital federal não seriam novidades da administração estado-novista. Ao longo das primeiras décadas do século XX o espaço urbano carioca sofreria a intervenção de diversos prefeitos. Dentre as mais lembradas esta a realizada pelo interventor Pereira Passos (1902-1906). Ao analisar os feitos da reforma Passos Jaime Benchimol destaca que estas mudanças na estrutura da capital tinham o firme objetivo de atender os preceitos do poder público e o interesse das elites. A remodelagem e valorização do solo, em proveito da especulação e enriquecimento privado, davam a tônica da ação governamental nesse período. Destaca-se, com isto, a operação de expropriação de um conjunto de ocupantes de um espaço que é transformado pelo poder público e apropriado por novos grupos provenientes da elite²⁰.

Ao pensar a relação entre o governo de Getúlio Vargas e o Rio de Janeiro, Marly Motta conclui que a cidade foi a sede do projeto centralizador de onde emanou o

¹⁸ RIO DE JANEIRO (Distrito Federal). Prefeitura. Almanaque da Prefeitura do Distrito Federal. Rio de Janeiro, 1944.

¹⁹ ABREU, Mauricio. *Evolução urbana do rio de Janeiro*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 96

²⁰ BENCHIMOL, Jaime Larry. *O Haussmanismo na Cidade do Rio de Janeiro*. In AZEVEDO, André Nunes de. (org.) *Seminário Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Departamento Cultural NAPE/DEPEXT/SR-3/UERJ,2002., P. 138

poder pessoal do presidente.²¹ Segundo nos fala a autora, um aprova cabal de tal intenção é completa ausência de qualquer menção a transferência da capital federal para o centro do país como se propôs em constituições anteriores²².

O resgate do debate sobre as necessidades de reformas urbanas, cessados ao longo da gestão de Pedro Ernesto, levariam o governo municipal a reestabelecer a Comissão de Planos da Cidade e o Serviço Técnico do Plano, órgãos subordinados à secretaria de viação e obras que deveriam debater os projetos de intervenção urbana²³. Como nos conta Vera Resende os projetos aprovados por tais grupos teriam como justificção ideológica os preceitos do saber urbanístico que era formalizado ao longo dos anos 1920²⁴

As mudanças na fisionomia da cidade, se não eram algo inédito, também tinham suas peculiaridades na prefeitura de Henrique Dodsworth. Ao responder as críticas de que as reformas de sua gestão não seguiriam o plano agache, elaborado no início dos anos 1930 e engavetado por Pedro Ernesto, Dodsworth tratava de desqualificar as elaborações anteriores como meio de ressaltar as realizações de sua gestão:

Nunca houve plano agache. Houve esboço de planos de urbanização sistemática da cidade elaborados pelo ilustre arquiteto urbanista de 1928 a 1930. O esboço elaborado não foi convertido, por ato oficial, em plano, razão pela qual não foi obedecido e muito menos desobedecido como corrente invoca-se²⁵.

Ao buscarmos em nossa análise o sentido das reformulações urbanas de Dodsworth se faz necessária uma reflexão que leve em conta as demandas sociais que rodeavam estas ações. Os apontamentos do geógrafo David Harvey sobre o espaço e cidade nos ajudarão. Ao entender o meio urbano como local delimitado onde ocorre a circulação de capitais, Harvey nos mostra que as políticas interventivas, em tal área, tem a função de garantir a perpetuação das relações de classe e o controle da força de trabalho²⁶. Por isso, nossa pesquisa buscará analisar o discurso sustentado pelos

²¹ MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar editor, 2004, P. 37

²² Idem, Op. Cit. 37

²³ RESENDE, Vera F. *Urbanismo na era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. 1. ed. Niterói: Editora da UFF, 2012.

²⁴ RESENDE, Vera. Op. Cit. P. 75

²⁵ DODSWORTH, Henrique. Problemas da cidade. *Revista municipal de engenharia*. Rio de Janeiro, n. 1, p 3-5, 1943.

²⁶ HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 1. Ed. São Paulo: Annablume, 2005, P. 170

diversos aparelhos através dos quais a sociedade civil se organizou ao longo do Estado Novo, como forma de captar os interesses sociais que cercaram a política urbanística da gestão Dodsworth.

Dentro deste objetivo, a capital federal se constitui em um palco privilegiado para a pesquisa destes agentes, pois contava com a existência de agremiações como o Clube de engenharia. Esta instituição fundada ainda durante o império, no Rio de Janeiro, congregava o meio técnico nacional e sempre teve uma participação fundamental nos debates dos grandes projetos nacionais²⁷. Durante sua longa trajetória, muitas foram as questões debatidas pelo Clube de Engenharia que extrapolavam o caráter meramente "técnico". Na da gestão de Dodsworth, as ligações do clube com o poder público se manifestariam em ocasiões como a posse de Edison Passos, secretário de Viação e Obras públicas do Distrito Federal, como presidente do clube em 1943²⁸.

Outro agente social interessado nas políticas de intervenção urbana era a Associação da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro, associação que se transformou, devido a imposições legais, em sindicato em 1941 sob o nome de Sindicato da Indústria de Construção, Sinduscon-Rj, ao longo da década de 1930-40, a construção civil carioca sofreu um grande crescimento devido ao aquecimento mercado imobiliário na nova zona sul²⁹. Seu presidente, Eduardo Pederneiras, ressaltou a atuação da entidade frente ao governo federal e municipal para resolver as demandas e dificuldades do setor em adquirir equipamentos por conta da guerra.³⁰

Conforme aludido acima, o processo de alterações no espaço urbano é moldado pela lógica da circulação e acumulação de capital. Assim sendo, nosso interesse fundamental se dá sobre o caminho que levou a instalação deste específico tipo de governança na municipalidade. Nossa hipótese central é que no governo de Henrique Dodsworth se constituiu uma administração subordinada e profundamente atrelada ao Executivo federal. A imposição deste mandato, como forma de neutralizar as disputas políticas locais, e as volta do planejamento de grandes intervenções urbanas

²⁷ PAULA, Dilma Andrade de. Fim da linha: a extinção da estrada de ferro Leopoldina: 1955-1974.

²⁸ SARMENTO, Carlos. (Des) construindo Frontin: em busca de uma memória perdida. In FREIRE, Américo (Organizador). Paulo de Frontin: discursos parlamentares. Rio de Janeiro: ALERJ, 2003. P. 36

²⁹ ABREU, Maurício. Evolução urbana do rio de Janeiro. Op. Cit.. P. 114

³⁰ LEAL, Maria da Glória de Faria. *A construção do espaço urbano carioca no Estado Novo: a indústria da construção civil*. Dissertação (mestrado em História). Niterói: UFF, 1987 P. 86

demonstram isto. Alterações profundas na fisionomia da cidade demandam uma gigantesca disponibilidade de recursos financeiros e apoio político. Não acaso, tais debates foram secundarizados ao longo da experiência autonomista. A volta de um mandato interventor, fortemente entrelaçado com o Executivo Vargas proporcionou a elaboração e execução de grandes alterações urbanas as quais a reforma do centro e, principalmente, a abertura da avenida presidente Vargas foram o maior símbolo. Ao contrário do pregado pelo discurso tecnicista dos governos, tais obras não serviram aos interesses gerais da nação, nossa pesquisa busca entender como a execução de tais intervenções urbanas foi de encontro às necessidades da classe dominante e favoreceram a acumulação de capital.

Capítulo 49: A IDADE DA TERRA: A REVOLUÇÃO DO TERCEIRO MUNDO NA AMÉRICA LATINA DE GLAUBER ROCHA

Quezia da Silva Brandão*

(...)Via-se que as soluções dos problemas da América Latina não podiam permanecer só no terreno da crítica, necessitavam de uma transformação histórica”.

Glauber Rocha

Em fins da década de 1950, teve início um movimento de renovação cinematográfica¹ na América Latina, direcionado por grupos de cinema militante – ligados, quase sempre, a organizações políticas de esquerda –, que propunham a descolonização cultural dos países latino-americanos e acreditavam que o cinema, como meio de comunicação de massa e arte popular, poderia estar à frente desse processo, ao que se chamou, então, de *movimento do Nuevo Cine Latinoamericano*. Considerando a dimensão nacional dos problemas e questionamentos político-culturais, este projeto transbordou para o continente, realizando gestos no sentido da integração da América Latina² e de valorização de seus grupos históricos, trazendo para a cena uma abordagem do Terceiro Mundo no continente americano.

Essa nova cinematografia tinha como características e propósitos principais o estabelecimento de diálogos com processos e projetos revolucionários, tendo como foco não apenas os países latino-americanos, mas também seus congêneres do Terceiro Mundo (África e Ásia), produzindo assim um cinema e uma política

*Mestranda em História Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), sob orientação da Profa. Dra. Maria Helena R. Capelato. Membro do Conselho Editorial da Revista Poder & Cultura e pesquisadora na Cátedra José Bonfácio (CIBA-IRI-USP). E-mail: queziabrandao@usp.br. Este artigo é resultado da pesquisa de dissertação de mestrado realizada pela autora desde 2014.

¹ Esse processo de renovação cinematográfica foi corolário da eclosão dos Cinemas Novos no cenário do mundial, e seus realizadores operaram diversas apropriações estéticas de movimentos europeus, como o *Free Cinema* Inglês, a *Nouvelle Vague* Francesa e, para citar o mais significativo de todos, o *Neorrealismo* italiano. O *Neorrealismo* assume essa posição de “vanguarda estética” para esses novos cinemas tanto pela posição que assume dentro de seu contexto nacional de combate à estética e ao discurso fascista, quanto 1959, vai estabelecer o *neorrealismo* como modelo a ser seguido, o que impõe um padrão aos realizadores e grupos que vinham inspirando-se na fonte da experiência cubana. Ver: VILLAÇA, Mariana Martins. *Cinema Cubano. Revolução e Política Cultural*. São Paulo: Alameda, 2010.

² Ver: DÁVILA, Ignacio Del Valle. O conceito de “novidade” no projeto do Nuevo Cine Latinoamericano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 26, nº51, 2013, p. 173-192.

tricontinentais³. Sendo em essência um *cinema de causas, não de efeitos*⁴, os diversos textos manifestos que surgiram *a partir, através e pela* experiência desses novos cinemas, preconizaram um cinema didático, conscientizador, voltado para os dilemas enfrentados pelos povos latino-americanos que sofriam sob o subdesenvolvimento econômico e cultural. Fernando Solanas, Octavio Getino, Julio Garcia Espinosa, Fernando Birri, Glauber Rocha, Tomás Gutierrez Alea, entre outros cineastas do *Nuevo Cine Latinoamericano*, produziram intensas reflexões acerca do cinema que se almejava realizar, colocando-se na posição de intelectuais da cultura e da política e elaborando uma profunda reestruturação e ressignificação de nossos alicerces culturais, estabelecendo, assim, os postulados do projeto de descolonização cultural e liberação da América Latina e do Terceiro Mundo.

Glauber Rocha é o grande expoente do Cinema Novo Brasileiro em termos do diálogo com o projeto continental. Seu discurso fílmico, bem como seus textos e manifestos – a saber: *Eztétyka da Fome* (1965) e *Eztétyka do Sonho* (1971)⁵ – estiveram sempre inclinados no sentido de integrar o Brasil à América Latina –, seja em termos dos processos políticos comuns, como fica evidente em *Terra em Transe* (1967) – que apresenta o “Eldorado” de populistas, revolucionários, militares, movimentos conservadores, forte papel do setor privado, etc. – ou com uma teoria cinematográfica/histórico-cultural que unificava os países latino-americanos enquanto uma sociedade faminta e miserável, quando, em *Eztétyka da Fome*, faz a seguinte afirmação:

A fome latina (...) não é somente um sintoma alarmante: é o nervo de sua própria sociedade. Aí reside a trágica originalidade do Cinema Novo diante do cinema mundial: nossa originalidade é nossa fome e nossa maior miséria é que esta fome, sendo sentida, não é compreendida⁶.

³ Para um estudo do cinema tricontinental de Glauber Rocha, ver: CARDOSO, Maurício. *O cinema tricontinental de Glauber Rocha: política, estética e revolução (1969-1974)*. Tese de Doutorado. História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Departamento de História, USP, 2007.

⁴ Ver o manifesto cinematográfico do Grupo *Cine Liberación – Hacia un tercer cine. Apuntes y experiencias para el desarrollo de un cine de liberación en el Tercer Mundo* (1969) – escrito por Octavio Getino e Fernando Solanas. Os cineastas realizaram uma crítica ao cinema condicionado da grande indústria, denunciando-o como um cinema de *efeitos* e não de *causas*, não podendo assim ser uma arte descolonizadora, revolucionária, a serviço do povo.

⁵ A escolha de se grafar, aqui, os títulos dos manifestos do cineasta Glauber Rocha utilizando-se as letras “z”, “y” e “k”, no lugar de “s”, “i” e “c”, é pautada na grafia utilizada pelo cineasta em seus manuscritos originais, que tinha como objetivo “escrever as palavras como se fala”.

⁶ ROCHA, Glauber. *Estética da Fome* (1965). In: PIERRE, Sylvie. *Glauber Rocha: Textos e entrevistas com Glauber Rocha*. São Paulo: Papirus, 1996. P, 126.

Glauber Rocha, sobretudo a partir do filme *Terra em Transe* – realizado após a escrita de *Estética da fome* – vai produzir, constantemente, alegorias⁷ e discursos sobre a América Latina, refletindo aspectos da política, da cultura e da economia sob o ponto de vista do que hoje chamamos *história conectada*⁸. Seguindo a pauta das preocupações que demarcaram a atividade do *Nuevo Cine Latinoamericano*, Glauber irá construir essas “alegorias históricas conectadas” da América Latina perpassando o projeto de Revolução política e cultural, desencadeadora de um processo de descolonização cultural que não havia se concretizado com as separações jurídicas das metrópoles europeias no século XIX, mas que possuía novos protagonismos no cenário mundial. A respeito disso, Glauber já havia se colocado em *Estética da Fome*:

A América Latina permanece colônia e o que diferencia o colonialismo de ontem do atual é apenas a forma mais aprimorada do colonizador: e além dos colonizadores de fato, as formas sutis daqueles que também sobre nós armam futuros botes. O problema internacional da AL é ainda um caso de mudança de colonizadores, sendo que uma libertação possível estará ainda por muito tempo em função de uma nova dependência⁹.

Assim, Glauber Rocha seguiu fazendo um cinema que saiu do Brasil para a América Latina, para a Europa, para África e para o Brasil. Nesse périplo de aspirações antropológicas (e etnológicas, como ele viria a dizer em 1980¹⁰) um projeto ficou evidente nos seus filmes: a liberação latino-americana, afirmando:

A noção de América Latina supera a noção de nacionalismos. Existe um problema comum: a miséria. Existe um objetivo comum: a libertação econômica, política e cultural de fazer um cinema latino.

⁷ Aqui entendemos por alegoria as definições dadas por Ismail Xavier em suas obras sobre arte, modernidade e cinema (sobretudo o cinema de Brasileiro). Xavier comenta: “A noção de alegoria aparece muito no discurso sobre arte contemporânea e há toda uma discussão em torno de alguns momentos da produção cultural, no Brasil, onde se utiliza essa noção para caracterizar determinadas estratégias dos artistas – formas de construção e de montagem – e determinadas relações entre obra e contexto social.” XAVIER, Ismail. Alegoria, Modernidade, Nacionalismo. *Revista Novos Rumos*. Instituto Astrojildo Pereira. São Paulo: Ed. Novos Rumos. Ano 5 – nº16 – 1900. P.51; XAVIER, Ismail. *Alegorias do Subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

⁸ Trabalha-se aqui com as perspectivas das *Connected Histories* de Sanjay Subrahmanyam, entendendo, para além dos processos apontados pelo autor que, no caso do cinema, essas conexões operam dentro daquilo que Michel Espagne chamou de *Transfêrências Culturais*, sobre as quais entende: “*Toda passagem de um objeto cultural para outro, resulta em uma transformação de seu significado, uma resignificação dinâmica, que não podemos reconhecer plenamente sem ter em conta os vetores históricos dessa passagem*” (Traduzido pela autora). ESPAGNE, Michal. La notion de Transfert Culturel. *Revue Sciences/Lettres*. Nº1. 2013. P.2. Ver também: SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia*. *Modern Asian Studies*, Vol I, N 3, 1997.

⁹ROCHA, Glauber. *Estética da Fome* (1965). In: PIERRE, Sylvie. *Glauber Rocha: Textos e entrevistas com Glauber Rocha*. São Paulo: Papirus, 1996. P, 125.

¹⁰ Glauber menciona sua realização de estudos de etnologia para entender, por exemplo, a cultura folclorista do Brasil. Ver: ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. P. 299.

Um cinema empenhado, didático, épico, revolucionário. Um cinema sem fronteiras, de língua e problemas comuns¹¹.

Esse projeto chega ao ápice e síntese com a produção de *A Idade da Terra* (1980), último filme do cineasta que é – sobretudo – um discurso revolucionário, em tom épico escatológico – e, portanto, algo religioso – que compreendia a Revolução na América Latina a partir de uma totalidade da constituição histórica do continente, ou seja: América Latina como Terceiro Mundo; o Terceiro Mundo como síntese histórica do processo de junção de negros africanos, índios, *criollos* e europeus; um mundo subdesenvolvido que precisava desintegrar a sua totalidade para se reinventar na História.

Debruçar-se sobre esse filme, analisá-lo dentro das perspectivas do macro-projeto descolonizador e liberador do *Nuevo Cine Latinoamericano*, torna-se importante objeto para compreender que tipo de projeto estava sendo realizado por um cineasta brasileiro no sentido de pensar o Brasil como parte integrante dos povos da América Latina e contribuir para diminuir as resistências quanto a se reconhecer – ou construir –, aqui, uma identidade latino-americana.

Em *A Idade da Terra*, sobre a cena do Cristo negro de Antônio Pitanga, que grita a plenos pulmões em direção à Brasília – “*Está é a Terra do futuro!*” – ao lado de uma mulher negra que o ajuda a segurar um quadro do Cristo Nazareno¹² – detalhe emocional, desafiador, profético dentro do discurso engendrado pela cena –, Glauber, em *voz-over*, narra:

No dia em que Pasolini o grande poeta italiano, foi assassinado, eu pensei em filmar a Vida de Cristo no Terceiro Mundo. Pasolini filmou a Vida de Cristo na mesma época em que João XXIII quebrava o imobilismo ideológico da Igreja Católica em relação aos problemas dos povos subdesenvolvidos do Terceiro Mundo, e também em relação à classe operária europeia. Foi o renascimento, a ressurreição de um Cristo que não era adorado na cruz, mas um Cristo que era venerado, vivido, revolucionado no êxtase da ressurreição¹³.

¹¹ ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. P, 83.

¹² “Cristo Nazareno” é a designação dada por Glauber Rocha no Roteiro de *A Idade da Terra*. ROCHA, Glauber. *Roteiros do Terceiro Mundo*. Organizado por Orlando Senna. Rio de Janeiro: Alhambra/Embrafilme, 1985. P. 460.

¹³ ROCHA, Glauber. *Roteiros do Terceiro Mundo*. Organizado por Orlando Senna. Rio de Janeiro: Alhambra/Embrafilme, 1985. P, 461.

Glauber Rocha parte de Pasolini. *A Idade da Terra* é uma resposta – não direta – ao *Evangelho Segundo São Mateus* (1964)¹⁴. Não apenas interessado pela abordagem social e política que tem o Cristo do filme de Pasolini, mas instigado por usar a figura de Cristo como revolucionário, como alegoria escatológica da Guerra de Liberação latino-americana, desejando filmar sua trajetória no Terceiro Mundo. Segundo Alexandre A. Fernandez, doutor em Cinema pela Universidade de Paris III, Pasolini, marxista e profundamente incomodado com uma cultura de massa cada vez mais crescente entre os anos 1950 e 1960 na Itália, traz uma contraposição com os elementos “poéticos e míticos da cultura ancestral”¹⁵. Ainda para Fernandez, Pasolini recupera o mito, o irracional e instintivo para lançar como dado de uma experiência coletiva sob ameaça¹⁶. Toda a carga ideológica que pesa sobre a imagem crística do filme de Pasolini inspira Glauber Rocha a realizar um filme que recuperasse essa narrativa mítica, irracional e religiosa. A diferença de Glauber para Pasolini é que o Cristo de *O Evangelho Segundo São Mateus* veio para reafirmar e recuperar referências culturais, associando valores milenares com um humanismo revolucionário; em Glauber, Cristo (ou melhor, “os cristos”), é uma subversão da história. Os cristos de Glauber não reafirmam, desconstruem. Assim como Cristo é o “marco zero” do Mundo Ocidental, Glauber Rocha utiliza-se dessa narrativa/imagem como uma alegoria para dar aos povos do Terceiro Mundo, à América Latina, um marco zero, concretizando, assim, um discurso revolucionário e de descolonização cultural.

Em entrevista no Festival de Veneza de 1980, Glauber Rocha faz a seguinte afirmação sobre *A Idade da Terra*:

O filme mostra um Cristo-Pescador, interpretado pelo Jece Valadão; um Cristo-Negro, interpretado por Antônio Pitanga; mostra o Cristo que o Conquistador português, Dom Sebastião, interpretado por Tarcísio Meira e mostra o Cristo Guerreiro-Ogum de Lampião, interpretado pelo Geraldo Del Rey. Quer dizer, os quatro Cavaleiros do Apocalipse que ressuscitam o Cristo no Terceiro Mundo,

¹⁴ Original: *Il Vangelo secondo Sao Mateo*, 1964. Itália. Dir.: Pier Paolo Pasolini. Como o título sugere, todo o filme foi construído a partir dos relatos do Evangelho de Mateus (primeiro evangelho do Novo Testamento, de acordo com a ordem do Cânone bíblico). Como é possível constatar a partir da leitura, e como afirmam teólogos e historiadores da religião, o Evangelho de Mateus, dentro os quatro evangelhos (sendo os outros três: Marcos, Lucas e João) é o que apresenta o Cristo mais “humano”, diferente, por exemplo, do Cristo miraculoso de Marcos e Lucas, e do Cristo ressurreto – Deus – de João. Dadas essas características, o Evangelho de Mateus apresentava o conteúdo narrativo mais adequado à proposta do filme de Pasolini. Ver: CHEVITARESE, André Leonardo. *Cristianismos*. Questões e debates metodológicos. Rio de Janeiro: Kliné, 2011; CHEVITARESE, André Leonardo e FUNARI, Pedro Paulo A. *Jesus Histórico*. Uma brevíssima introdução. Rio de Janeiro: Kliné, 2012.

¹⁵ FERNANDEZ, Alexandre. O Cristo austero de Pasolini. *Revista História Viva*. Ano I, nº 2. São Paulo: dez/2003. P, 10.

¹⁶ Idem.

recontando o mito através dos quatro evangelistas: Mateus, Marcos, Lucas e João, cuja identidade é revelada no filme quase como se fosse um Terceiro Testamento. E o filme assume um tom profético, realmente bíblico e religioso¹⁷.

Quando Glauber fala que os quatro Cristos são os Quatro Cavaleiros do Apocalipse ele está evocando a terceira visão profética do livro de Apocalipse de João. Os quatro cavaleiros do Apocalipse são: Peste, Guerra, Fome e Morte. As referências para tal compreensão no livro Bíblico são Apocalipse 6:2; 4; 6; 8¹⁸. Os Quatro Cavaleiros do Apocalipse são os fenômenos dos quatro primeiros selos, que são abertos para dar sequência ao Armagedom, a Batalha Final. A referência de Glauber aos Quatro Cavaleiros é uma alegoria dos fenômenos da liberação do Terceiro Mundo na América Latina. Peste, Guerra, Fome e Morte são as catástrofes que vão acontecer antes do fim do mundo colonizado, antes que o Terceiro Mundo torne-se livre. Cada um dos Cristos carrega uma dupla alegoria: são agentes histórico-culturais inerentes ao processo revolucionário; são negros, índios, militares e revolucionários que se confrontam consigo mesmos, dando a impressão, no filme, de um colapso, uma crise destruidora de todos os modelos históricos¹⁹.

O Cristo-índio é o trabalhador que assim como Adão foi expulso da eternidade do paraíso (leia-se o paraíso como o Novo Mundo, o *Eldorado*). Não acredita mais em Deus e diz: “*O pássaro da eternidade me traiu. Só o real é eterno*”. Não acredita mais em seus colonizadores, dominadores e patrões. O Cristo-negro é a encarnação de todo o sofrimento de uma raça negra, explorada e escravizada. Em uma de suas falas no filme, parafraseia uma das bem-aventuranças de Jesus: “*Bem-aventurados os que têm*

¹⁷ Retirado do documentário sobre o filme. DVD. Extras. A Idade da Terra. Produção: Paloma Cinematográfica. Versátil Vídeo. 2005.

¹⁸ Apocalipse 6:2 – *E olhei, e eis um cavalo branco; e o que estava assentado sobre ele tinha um arco; e foi lhe dada uma coroa, e saiu vitorioso e para vencer.*/ Apocalipse 6:4 – *E saiu outro cavalo, vermelho; e ao que estava assentado sobre ele foi dado que retirasse a paz da terra e que se matasse uns aos outros; e foi lhe dada uma grande espada.*/ Apocalipse 6:6 – *E ouvi uma voz no meio de quatro animais, que dizia: uma medida de trigo por um dinheiro; e não danifiques o azeite e o vinho.* Pericopes retiradas de: *Bíblia de Estudo Matthew Henry*. Título original: *The Matthew Henry Bible*. Rio de Janeiro: Ed. Central Gospel, 2014. P. 2112-2113. (A escolha de uma versão protestante da tradução da Bíblia se deve ao fato de que a matriz religiosa cristã de Glauber Rocha é protestante, então preferiu-se buscar referências diretas de sua influência religiosa).

¹⁹ Ismail Xavier aponta que “(...) *A Idade da Terra deixa como testamento a exposição implacável de uma crise*”. XAVIER, Ismail. *A Idade da Terra e sua visão mítica da decadência*. In: *Cinemais: Revista de Cinema e outras questões audiovisuais*. N.13, Set/Out, 1998. P.183.

fome! Bem-aventurados os famintos!"²⁰, utilizando, assim, a miséria como um elemento liberador.

O Cristo-militar é a figura dos valores nacionais, de uma nação cristã-católica, da civilização pela força. Se parece contraditório apresentar um militar/conquistador como alegoria do processo revolucionário isso se desconstrói ao compreendermos que Glauber Rocha vivia em uma América Latina sitiada por ditaduras militares que se diziam revolucionárias, e ele as compreendia como fase importante e indispensável para a descolonização. É o militarismo que vai gerar a violência que vai desembocar em lutas revolucionárias. Por fim, o Cristo-Guerrilheiro é o próprio filho de Brahm, que se encontra indignado com seu pai que não lhe dá sua herança, seus espólios e sua parte no império comercial. Desse modo, ele representa a Revolução como sendo resultado de uma indignação do papel da América Latina, dos povos do Terceiro Mundo, enquanto subdesenvolvidos no plano econômico e cultural. Enquanto Cristos, cada um representa uma "missão revolucionária", e encarnam valores políticos, históricos e culturais importantes ao processo de descolonização cultural, política e econômica. Enquanto Cavaleiros do Apocalipse, cada um traz sua mensagem – Peste, Guerra, Fome e Morte – e a impregna de propósito e justificativa.

A figura do tirano Brahm também está em uma chave alegórica apocalíptica. De igual modo, a cena (entre as primeiras sequências do filme) de um diabo quase carnavalesco com um globo nas mãos no qual atea fogo e recita exaustivamente: "*Minha missão é destruir a terra! Esse planeta miserável!*". Ambas apresentam uma alegoria do anticristo, figura apocalíptica responsável por levar a cabo a Batalha Final; são alegorias do fim e da descolonização. Brahm personifica o norte-americano, o espanhol, o francês, o inglês. Brahm é, ao mesmo tempo, todos os colonizadores, é o imperialismo cultural e econômico dos EUA no século XX.

As mulheres em *A Idade da Terra* funcionam como – segundo analisa Ismail Xavier – alegorias da nação²¹. Mas diferente de um filme onde a narrativa é clássica – , o que não acontece em *A Idade da Terra* – a nação não está representada por uma única figura feminina, associada a uma figura masculina²². Há três mulheres em *A*

²⁰ No texto bíblico original a passagem diz exatamente: Mt 5:6 – "*Bem-aventurados os que tem fome e sede de justiça, porque eles serão fartos*". Ver: *Bíblia de Estudo Matthew Henry*. Título original: *The Matthew Henry Bible*. Rio de Janeiro: Ed. Central Gospel, 2014. P.1402.

²¹ XAVIER, Ismail. A personagem feminina como alegoria nacional no cinema latino-americano. *Balalaica*. Revista Brasileira de Cinema e Cultura. Nº1. São Paulo, 1997.

²² A análise dessa estrutura alegórica, onde a mulher é a nação e o homem o poder, está em discussão no livro da especialista em literatura e linguagens Doris Sommer. É a partir de seu trabalho – que

Idade da Terra. A Revolucionária interpretada por Norma Benghel, que também se transforma em nativa (índia) no início do filme; A prostituta e burguesa de Danusa Leão; e a Rainha Aurora Madalena, interpretada por Ana Maria Magalhães. Estas três mulheres em Glauber, constroem a alegoria de uma sociedade fragmentada, que se relaciona com cada um dos quatro cristos de maneira ambígua, sempre em um movimento de afastamento e aproximação. É uma sociedade faminta, miserável, por um lado; luxuosa, extravagante e imoral, por outro. É uma sociedade ora do lado da direita, ora do lado da esquerda, que pede por liberação e defende, ao mesmo tempo, o imperialismo.

O filme de Glauber Rocha é, por isso e muito mais, complexo e cheio de detalhes significativos. É um filme grande, não só por sua duração em minutos, mas pela pretensão totalizante de sua abordagem²³. Totalização que se fragmenta através da montagem e encarna um discurso: o da fragmentação da América Latina em sua totalidade, para que possa ser reconstruída, reorganizada e ressignificada²⁴. Com apropriações da montagem de Sergei Eisenstein, de Jean-Luc Godard²⁵, e de Pier Paolo Pasolini, Glauber desejou romper diálogos com o, então predominante no *Nuevo Cine Latinoamericano*, neorrealismo italiano. Seguindo os postulados de *Eztétyka do Sonho*, Glauber realiza um filme que dialoga com sentimentos, crenças e emoções, ou tenta

analisa os romances fundacionais latino-americanos – que Xavier retira suas reflexões para pensar essa estrutura no cinema. Ver: SOMMER, Doris. *Ficções de Fundação*. Os romances nacionais da América Latina. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Humanitas, 2004.

²³ Erik Rocha, assim como Ismail Xavier, comenta sobre o prisma totalizante que perpassa toda obra glauberiana. Ver: ROCHA, Erik. A Exaustão da normalidade. *Cinémas d'amérique latine*. Nº 11, Toulouse: 2003. P. 94; XAVIER, Ismail. Glauber Rocha: Il Desiderio dela storia. In: *Alle Radici del Cinema Brasileiro*. I.S.L.A., Veneza: 2003. Pp. 137-151.

²⁴ *A Idade da Terra* é um filme que não possui um enredo narrativo clássico, inclusive pelo fato de ter sido idealizado para ter os seus rolos exibidos sem uma sequência pré-ordenada. A propósito de sua montagem e estrutura fílmica, Sylvie Pierre faz a seguinte consideração: “Até que ponto se tem o direito de contar um filme que, como este, faz explodir toda forma de narração? Ou, mais exatamente – o que é muito mais perverso do ponto de vista narrativo –, em que cada sequência, a despeito de tudo o que ‘se passa no filme’, é construída ao redor de uma situação que não se desenrola na tela, mas aí se enrola, consiste e insiste até a alucinação, exercendo uma espécie de encanto mágico ou de terror arbitrário, como nos sonhos, numa total dilatação do tempo e sem que seja possível globalizar outra narrativa a não ser um fluxo inconsciente?”. PIERRE, Sylvie. *Glauber Rocha: Textos e Entrevistas com Glauber Rocha*. São Paulo: Papirus, 1996. P.265. Glauber não conta uma história em *A Idade da Terra*, nem constrói um discurso em forma de imagem sequenciada: o filme é, na realidade, uma constante desconstrução no plano estético, poético, linguístico e, sobretudo, histórico. O sentido da obra se dá a partir de associação das cores, dos sons e dos cenários arquetípicos.

²⁵ A principal referência de Glauber em Godard para *A Idade da Terra* é do filme *Acosado* (1959). Ver: DVD. *A montagem em Glauber Rocha por Eduardo Scorel*. Realização: Cinemamericanidad. Realiza Video, 1992.

ao menos²⁶, apresentá-lo como um poema cinematográfico. Glauber Rocha sintetiza o seu discurso ideológico, no filme, com a seguinte passagem em voz-over:

Os povos subdesenvolvidos estão na base da pirâmide. Não podem fazer nada. Todos buscam a paz. Todos devem buscar a paz. Existirá uma síntese dialética entre o capitalismo e o socialismo. [...] Estou certo disso. E no Terceiro Mundo seria o nascimento da nova, da verdadeira democracia. A democracia não é socialista, não é comunista nem capitalista. A democracia não tem adjetivos. A democracia é o reinado do povo. A de-mo-cra-cia é o desreinado do povo. Sabemos todos que morremos de fome nos terceiros mundos. Sabemos todas das crianças pobres, dos velhos abandonados, dos loucos famintos. Tanta miséria, tanta feiura, tanta desgraça. Sabemos todos disso. É necessária uma revolução econômica, social, tecnológica, cultural, espiritual, sexual a fim de que as pessoas possam realmente viver o prazer. O Brasil é um país grande. América Latina, África, não se pode pensar num só país. Temos que multinacionalizar e internacionalizar o mundo dentro de um regime interdemocrático²⁷.

Por fim, podemos concluir através do filme que a figura crística é a chave utilizada por Glauber Rocha para interpretarmos a história. O modelo da narrativa bíblica está disseminado nas narrativas fílmicas, fornecendo uma lógica para o desenvolvimento de histórias, de modo a torná-las intelectualmente e, sobretudo, emocionalmente compreensíveis. As alegorias de *A Idade da Terra* promovem uma “escatologia revolucionária”, chave pela qual Glauber anuncia suas perspectivas sobre a Guerra de Liberação e Descolonização do Terceiro Mundo na América Latina.

²⁶ Cabe lembrar que o filme obteve um grande fracasso de recepção pela crítica e pelo público em geral, sendo rechaçado no Festival de Veneza de 1980.

²⁷ Nesta passagem síntese da visão de Glauber Rocha sobre a Revolução do Terceiro Mundo na América Latina podemos perceber que o filme é o “sonho libertador” dos povos terceiro-mundistas, sem deixar de lado o compromisso de rerepresentar o seu passado através dos imaginários cristalizados. Foi a partir da noção de um “sonho libertador” que procuramos compreender os objetivos ou desejos que levaram Glauber a filmar *A Idade da Terra*. Seu segundo manifesto político-cinematográfico – *Eztétyka do Sonho* – encerra todos os elementos ideológicos que perpassam o filme ideologicamente. Glauber afirmou, neste manifesto, que: “O irracionalismo liberador é a mais forte arma do revolucionário. E a liberação, mesmo nos encontros da violência provocada pelo sistema, significa sempre negar a violência em nome de uma comunidade fundada pelo sentido do amor ilimitado entre os homens. [...] As raízes índias e negras do povo latino-americano devem ser compreendidas como única força desenvolvida deste continente. Nossas classes médias e burguesas são caricaturas decadentes das sociedades colonizadoras. [...] O sonho é o único direito que não se pode proibir. A “Estética da Fome” era a medida da minha compreensão racional da pobreza em 1965. Hoje recuso falar em qualquer estética. A plena vivência não pode se sujeitar a conceitos filosóficos”. ROCHA, Glauber. *Estética do Sonho* (1971). In: PIERRE, Sylvie. *Glauber Rocha: Textos e entrevistas com Glauber Rocha*. Campinas, SP: Papyrus, 1996. pp.136-137.

Capítulo 50: VOZES DO ATLÂNTICO NEGRO: AUTOBIOGRAFIAS E MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO NOS ESTADOS UNIDOS (1772-1897)

Rafael Domingos Oliveira*

No ano de 1789, foi publicada em Londres aquela que ficou conhecida como a mais importante descrição do tráfico negreiro a partir do olhar de um escravizado¹: *The interesting narrative of the life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa, the African*². A obra teve grande repercussão, principalmente entre aqueles que combatiam o tráfico transatlântico de africanos escravizados. O texto, que consiste em uma autobiografia com fatos ordenados cronologicamente, tornou-se um dos mais importantes libelos da luta abolicionista. A indagação inicial é: como um texto autobiográfico, de caráter memorialístico, contribuiu para a luta daqueles que se opunham à escravidão? A resposta pode ser obtida se considerarmos a condição do conteúdo e da forma do texto de Equiano: ele evidencia o terror sofrido nos navios negreiros e transforma sua experiência de vida numa trágica descrição dos males da escravidão. Não havia como escapar do espanto e terror, e aqueles que acessaram a experiência de Equiano por meio de seus escritos, poderiam se convencer, em maior ou menor grau, de que a escravidão constituía um problema moral e que, em função disso, o tráfico, que a alimentava com a mão de obra africana, deveria ser duramente combatido.

A despeito disso, o estadunidense estudioso da literatura Vincent Carretta questiona se o autor do texto teria mesmo nascido na terra dos ibos (na atual Nigéria), como afirmava. Segundo Carretta, Equiano poderia ter nascido na Carolina do Sul e criado uma história ficcional a respeito de si, auto atribuindo-se origens africanas como uma forma deliberada de trazer mais realismo à narrativa e, através disso, combater o tráfico³. A opinião de Carretta aponta para um problema recorrente nos estudos sobre as *slaves narratives*, como são conhecidas as autobiografias e memórias de escravizados: o que se pode considerar como “verdade” ou “ficção” nestes textos?

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo e bolsista FAPESP. Contato: rafael.historiasocial@gmail.com

¹ REDIKER, Marcus. *O navio negreiro: uma história humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 109.

² EQUIANO, Olaudah (Gustavus Vassa). *The Interesting Narrative and the life of "Olaudah Equiano" or Gustavus Vassa, the African*, London, 1789.

³ CARRETTA, Vincent. “Olaudah Equiano or Gustavus Vassa? New light on an Eighteenth-Century question of identity”, *Slavery and Abolition*, 20, 3, 1999, pp. 96-105.

Seus autores foram *sinceros* ou *mentiram* a respeito de suas próprias vidas? Às perguntas de Carretta acrescento outras: até que ponto essas indagações são imprescindíveis para a compreensão da importância histórica desses documentos? No que essa preocupação difere da que devemos ter com qualquer fonte do conhecimento histórico?

O historiador Jaime Rodrigues, ao tratar do tráfico negreiro em fins do século XVIII e início do XIX, apontou a potencialidade das *slaves narratives* para a compreensão da experiência dos sujeitos escravizados. Em *De costa a costa*, vislumbramos questões de caráter metodológico, como o fato de que foi muito comum a publicação de versões condensadas destes textos, ou mesmo de traduções já no século XVIII, como forma de divulgação; ou a presença de expressões típicas do abolicionismo inglês, como na escrita de Mahommad Baquaqua, escravizado em Pernambuco, no Brasil⁴. Neste último caso, destaca-se a circulação de ideias e experiências no continente americano por meio dos escritos autobiográficos. Como afirma o historiador Marcus Rediker, em *O navio negreiro*,

Se Equiano nasceu na África Ocidental, está dizendo a verdade sobre sua escravização [...] caso tenha nascido na Carolina do Sul, ele só podia saber o que sabia absorvendo o conhecimento e a experiência dos que nasceram na África e atravessaram a temível Passagem do Meio a bordo de um navio negreiro. Assim sendo, ele se teria tornado o historiador oral, o guardião da história comum, uma espécie de *griot* do navio negreiro, do que decorre que seu relato não é menos fiel à experiência original, diferindo apenas em suas fontes e em sua gênese.⁵

Destarte, encontramos para as *slaves narratives* perguntas comumente feitas a qualquer outro documento de caráter textual, como: qual o conteúdo das narrativas produzidas por escravizados e liberros? Como se estruturam seus textos? Que representações constituem, seja da África, da travessia do oceano ou do processo de escravização? Com que dinâmicas sócio-políticas dialogam, isto é, por que foram produzidas e como foram lidas? E, por fim, por que se adensam entre fins do século XVIII e início do XIX? São essas questões a que iremos nos cercar neste capítulo, criando um aproximação inicial a um tema pouco discutido pela historiografia brasileira.

⁴ RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005, pp. 78 e 316

⁵ REDIKER, Marcus. *O navio negreiro: uma história humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 109.

O CAMPO DE ESTUDO

Desde o final do século XIX, pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento têm se dedicado à compreensão da instituição escravista e do processo de emancipação da população escravizada, ora como uma forma de explicar o passado colonial, ora como um modo de atuação política. Assim, esse campo de estudos se constituiu não apenas como um objeto científico, mas, principalmente, como um campo de batalha ideológica. Exatamente por isso, alguns de seus principais nomes, como Eric Williams, W. E. B. Dubois e, no caso brasileiro, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes, estiveram ativamente ligados às lutas políticas e sociais que atravessaram o século XX⁶. Mesmo no século XIX, uma série de escritos dedicados à compreensão histórica da escravidão, também objetivavam a própria luta pelo fim desse sistema, como o caso de *O abolicionismo*, de Joaquim Nabuco (1883), que concebia um projeto de emancipação e produzia um discurso negativo em torno das consequências da escravidão para a sociedade brasileira. Da mesma forma, os textos políticos de Frederick Douglass (1845, 1852) e de outros escravizados e libertos, também podem ser lidos como os primeiros esboços de uma história da escravidão.

Em termos históricos e sociológicos, as seminais obras *Casa Grande & Senzala* de Freyre e *Slave and Citizen* de Tannenbaum⁷, esboçam as bases da ideia de brandura da escravidão brasileira em relação à estadunidense, esta última vista como muito mais violenta. Os termos da comparação manter-se-ão presentes nas críticas feitas posteriormente, sendo ratificados ou questionados, e demonstra que desde muito cedo a escravidão brasileira e a estadunidense constituem-se como temas inter-relacionados de pesquisa.

Posteriormente, suas teses polêmicas e que alimentaram a ideia, então em voga, de democracia racial, seriam questionadas com voracidade, sobretudo por cientistas sociais que, no Brasil, estavam ligados à assim chamada Escola Paulista de Sociologia, encabeçada, sobretudo, por Florestan Fernandes. Tanto no Brasil como nos Estados Unidos, os estudos dos anos 1950 e 1960 evidenciavam, entre outras coisas, o caráter violento do sistema escravista, relacionando-o com aspectos estruturais capitalistas,

⁶ Exemplos de obras que evidenciam este aspecto são: WILLIAMS, Eric. *Capitalism and slavery*. Virginia: University of North Carolina Press, 1944; DUBOIS, W. E. B. *The Souls of Black Folk*. Chicago: A. C. McClurg, 1903; FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 1933; FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

⁷ TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen: the negro in the americas*. New York: Columbia University Press, 1947.

e se concentravam principalmente no processo de coisificação do escravizado. De modo geral, alegaram existir duas formas de experiências possíveis aos escravizados: ou questionaram a escravidão através do embate direto, como nas revoltas, e por isso reivindicaram sua própria humanidade, ou aceitaram passivamente sua condição como mercadoria, confirmando-se como *coisa*.

Tanto o mito da democracia racial, reiterado por Freyre na década de 1930, quanto as reflexões feitas anteriormente, foram criticados pela historiografia das décadas de 1970 e, principalmente no Brasil, de 1980. Influenciados pelas obras de E. P. Thompson⁸ e Eugene Genovese⁹, pesquisadores voltaram-se para a complexa relação entre senhores e escravizados, percebendo que entre a passividade e a revolta, os escravizados haviam protagonizado um cotidiano de negociações e conflitos, articulando dinâmicas sociais que lhes possibilitaram criar formas de melhor sobrevivência na dura experiência escravista, sem abrir mão da luta pela liberdade, que continuava no horizonte de suas expectativas.

No Brasil, esses estudos se consolidaram a partir da década de 1980, em torno do ano do centenário da Abolição. Além da influência já citada de Genovese e da noção de *experiência*, cunhada por Thompson, as obras de John Blassingame¹⁰, Herbert Gutman¹¹, Harry P. Owens¹², George P. Rawick¹³, Charles W. Joyner¹⁴ e Paul D. Escott¹⁵ constituem um corpo teórico, como interlocutores, de grande influência nesse período.

No caso de Escott, as *slaves narratives* aparecem como fonte de destaque no seu estudo sobre a memória da escravidão, o que lhe possibilitou compreender o surgimento e desenvolvimento das comunidades escravas e as dinâmicas de organização familiar durante a escravidão estadunidense. As narrativas de escravizados, assim, não são uma completa novidade no estudo sobre a escravidão,

⁸ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. V. 1, “A árvore da liberdade”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (1ª ed.: 1963).

⁹ GENOVESE, Eugene. *Roll, Jordan, Roll: the world the slaves made*. New York: Vintage, 1974.

¹⁰ BLASSINGAME, John W. *The slave community*. Plantation life in the Antebellum South. New York: Oxford University Press, 1972.

¹¹ GUTMAN, Herbert. *The black family in slavery and freedmon, 1750-1925*. New York, 1976.

¹² OWENS, Harry P. *Perspectives and irony in American Slavery*. Jackson: University Of Mississippi Press, 1975.

¹³ RAWICK, George P. *From sundown to sunup: the making of the black community*. Westport: Greenwood Press, 1972.

¹⁴ JOYNER, Charles W. *Down by the riverside*. A south Carolina slave community. Chicago: University of Illinois Press, 1985.

¹⁵ ESCOTT, Paul D. *Slavery remembered: a record of twentieth-century slave narratives*. North Carolina: University of North Carolina Press, 1979.

embora tenham sido muito desconsideradas em comparação a outras fontes. Francis Smith Foster, por exemplo, organiza as possíveis matrizes culturais das narrativas de escravizados em um artigo já clássico a respeito do assunto¹⁶. Laura Browder¹⁷, Charles J. Heglar¹⁸, Valerie Smith¹⁹ e Kari J. Winter²⁰ são nomes que se tornaram referências nos estudos das *slaves narratives*, ainda que situadas no âmbito da Crítica Literária.

As obras *Impossible Witnesses: truth, abolitionism and slave testimony*, de Dwight A. McBride²¹, e *Soul by Soul: life inside the antebellum slave market*, de Walter Johnson²² dedicam-se às narrativas de escravizados para compreender a dinâmica social da escravidão, por uma perspectiva histórica. McBride insere as narrativas de escravizados numa ampla produção de discursos antiescravistas, discursos estes que não se restringiam às *slaves narratives*, mas que também estiveram nelas presentes. Segundo ele,

Uma compreensão preliminar das questões envolvidas nos debates sobre a escravidão fornece um ponto de partida, por meio do qual se explicam os discursos que animam, bem como o contexto que tanto permite quanto limita o testemunho de narradores escravos. Tal entendimento revela ainda mais a complexa relação entre as narrativas de escravos e aqueles que acessam o seu testemunho. O "leitor" não só é construído pela testemunha. O leitor representa a batalha de discursos, por assim dizer, na qual a testemunha deve entrar para ser totalmente ouvida. Isso, como veremos, tem implicações de longo alcance para o testemunho de escravos.²³

¹⁶ Ver o capítulo "Slaves narratives and their cultural matrix" In FOSTER, Frances Smith. *Witnessing slavery: the development of ante-bellum slave narratives*. Westport: Greenwood Press, 1979, pp. 3-23.

¹⁷ BROWDER, Laura. *Slippery characters: ethnic impersonators and American identities*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2000.

¹⁸ HEGLAR, Charles J. *Rethinking the slave narrative: slave marriage and the narratives of Henry Bibb and William and Ellen Craft*. Westport: Greenwood Press, 2001.

¹⁹ SMITH, Valerie. *Self-discovery and authority in afro-american narrative*. Massachusetts: Harvard University Press, 1991.

²⁰ WINTER, Kari J. *Subjects of Slavery, agents of change: women and power in Gothic novels and slaves narratives, 1790-1865*. Georgia: University of Georgia Press, 1992.

²¹ MCBRIDE, Dwight A. *Impossible witnesses: truth, abolitionism and slave testimony*. New York: New York University Press, 2001.

²² JOHNSON, Walter. *Soul by soul: life inside the antebellum slave market*. Massachusetts: Harvard University Press, 1999.

²³ "A preliminary understanding of the issues involved in the debates over slavery provides a point of departure from which to explain the discourses that animate, as well as the context that both enables and limits, the testimony of slave narrators. Such an understanding further uncovers the complex relationship between the slave witness and those who would receive his or her testimony. The "reader" is not only constructed by the witness. The reader represents the fray of discourses, so to speak, into which the witness must enter to be heard at all. This, as we shall see, has far-reaching implications for slave testimony." Tradução minha.

MCBRIDE, Dwight A. *Impossible witnesses: truth, abolitionism and slave testimony*. New York: New York University Press, 2001, p. 02.

A preocupação do autor da narrativa com o possível leitor resulta numa tensão inserida num contexto histórico específico, numa disputa de discursos que ora criticam, ora legitimam a escravidão. A produção do texto, portanto, está intimamente ligada ao seu contexto, sendo ineficaz compreender um sem compreender o outro.

Nos casos de Jennifer Fleischner²⁴, DoVeanna S. Fulton Minor e Reginald H. Pitts²⁵, o gênero das autoras negras se torna o principal filtro de análise, na medida em que as condições sociais de gênero, de caráter binário e normativo, acabavam por moldar a forma como os próprios textos foram estruturados e/ou lidos. Não é incomum, como demonstra Kari J. Winter²⁶, que essas autoras contestassem a opressão de forte viés sexista a que estavam sujeitas, invertendo, inclusive, a moral cristã que lhe oferecia justificativa. Moral cristã que é analisada de forma mais detida na obra coletiva *Cut loose your stammering tongue: black theology in the slave narrative*, organizada por Dwight N. Hopkins e George Cummings²⁷. Aqui os autores realizam o esforço de compreender as dinâmicas e tensões religiosas possíveis de serem acessadas por meio das *slaves narratives*²⁸.

Os estudos sobre as narrativas de escravizados invariavelmente esbarram na discussão acerca do abolicionismo. Este tema, por sua vez, constituiu-se com relativa autonomia no interior dos estudos históricos. E não é com surpresa que se constata a enorme e variada produção sobre o tema em todas as Américas²⁹. Como demonstra Seymour Drescher, “os historiadores da abolição normalmente abordam discussões causais ao longo de uma série de categorias analíticas: demográfica, econômica,

²⁴ FLEISCHNER, Jennifer. *Mastering slavery: memory family and identity in women's slave narratives*. New York: New York University Press, 1996.

²⁵ MINOR, DoVeanna S. Fulton; PITTS, Reginald H. (eds.) *Speaking lives, authoring texts: three african american women's oral slave narratives*. New York: State University of New York Press, 2010.

²⁶ WINTER, Kari J. *Subjects of Slavery, agents of change: women and power in Gothic novels and slaves narratives, 1790-1865*. Georgia: University of Georgia Press, 1992, p. 30.

²⁷ CUMMINGS, George C. L.; HOPKINS, N (ed.). *Cut loose your stammering tongue: black theology in the slave narratives*. Kentuck: Westminster John Knox Press, 2003.

²⁸ Sobre este assunto, ver também SANTOS, José de Paiva dos. “Autobiografia, apropriações e subversões: a literatura negra abolicionista nos Estados Unidos Oitocentistas”. *Revista de História da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2011.

²⁹ Mais uma vez fica evidente a importância dos estudos que se referem ao Brasil e Estados Unidos, neste caso no âmbito da História Comparada. Ver AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003, principalmente as páginas 15-35.

social, ideológica e política”³⁰. Os tópicos sobre os quais esses estudos se sustentam variam da dependência demográfica à viabilidade econômica, da abolição política à ideologia racial, com destaque para as discussões em torno do tráfico atlântico e do abolicionismo popular. Fica evidente no texto de Drescher que o estudo comparado da abolição nas Américas concentrou-se, sobretudo, nos aspectos econômicos e demográficos, e quando tratou da dimensão política, tomava como *política* somente as instituições formais, como o Estado, com pouca atenção nas relações de poder dissolvidas na sociedade. Resta, portanto, compreender a ação dos próprios negros escravizados no que tange à luta pela Liberdade.

AUTOBIOGRAFIAS E AUTOBIOGRAFADOS

Embora seja possível encontrar autobiografias e auto narrativas desde os tempos mais remotos, os historiadores ainda resistem em se debruçar sobre essa fonte para compreender processos históricos mais complexos³¹. Para Ângela de Castro Gomes, a importância das auto narrativas está justamente no fato de que por meio delas “os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas”³².

Um âmbito de discussão das Ciências Sociais que pode elucidar a compreensão sobre as autobiografias é a própria escrita biográfica como prática historiográfica³³. Até que ponto pode-se considerar a vida de um indivíduo como representativa de todo um período histórico? Para responder a essa pergunta de forma a aprofundar o debate sobre a fonte, há de se compreender o papel do *indivíduo* nas sociedades modernas. O indivíduo, nessa acepção, se torna “moderno” quando “postula uma identidade singular para si no interior do todo social, afirmando-se como valor distinto e constitutivo desse mesmo todo”³⁴. Não se trata, portanto, de um simples exercício de tomar o micro pelo macro, nem de criar modelos explicativos por meio de

³⁰ DRESCHER, Seymour. “A abolição brasileira em perspectiva comparativa” In *História Social*, n. 2, Campinas, São Paulo, 1995, p. 118.

³¹ GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 8.

³² Idem, p. 11.

³³ Um debate sobre o uso de biografias na pesquisa histórica pode ser encontrado em BORGES, Vavy Pacheco. “Grandezas e misérias da biografia” In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 203-234.

³⁴ GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 12.

experiências individuais. Antes disso, o que a análise das biografias e autobiografias nos coloca enquanto historiadores é a necessidade de compreender as dinâmicas sociais nas quais esses indivíduos estão inseridos, e com as quais dialogam. A “ilusão biográfica”³⁵, que cria o mito da realidade e da linearidade do passado – forjada no próprio texto –, cai por terra quando se lê estes textos com um olhar mais detido, realizando o esforço de evidenciar as tensões dos discursos construídos por esses sujeitos.

Em relação a isso, as narrativas de escravizados e libertos formam um *corpus* documental bastante diverso. A maior parte destes textos foi escrita por pessoas que sobreviveram à captura em suas terras de origem, à travessia nos navios negreiros através do Atlântico e a uma parte considerável de suas vidas como escravizados na América Inglesa. Há algumas exceções para a América do Sul, como o caso de Baquaqua, escravizado no Brasil e que publicou em 1854, no Canadá, *An interesting narrative, biography of Mahommah G. Baquaqua, a native of Zoogoo, in interior of Africa (a convert to christianity), with a description of that part of the World, including the manners and customs of the inhabitants*; e para Cuba, com *Autobiografía del esclavo poeta y otros escritos*, de Juan Francisco Manzano, concebido em 1835.

Em relação aos milhões de africanos sequestrados em seu continente entre os séculos XIV e XIX, o número de narrativas de pessoas que viveram a experiência da escravidão é pequeno: não chegam a trezentas. Ainda assim, em termos qualitativos, trazem informações importantíssimas a respeito da experiência da escravidão, na ótica do escravizado.

Para o historiador Jerome S. Handler, “as descrições foram narradas/registradas por uma variedade de razões, e algumas, aparentemente, não tinham a intenção de serem lidas ou vistas pelo grande público”³⁶. Por tratar-se de relatos de experiência, essas narrativas assumiam muitas vezes um tom de informalidade, mas ainda assim trazem à tona aspectos interessantes do processo de escrita memorial, como as tensões linguísticas, as intenções da escrita, as conexões familiares possíveis de serem traçadas, a dimensão religiosa – principalmente quando trata do processo de conversão –, as formas de captura e escravização e a experiência

³⁵ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica” In: FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

³⁶ HANDLER, Jerome S. “Survivors of the Middle Passage: life histories of enslaved Africans in British America”. *Slavery and Abolition*, 23, 2002, pp. 28.

do tráfico - com descrições da Passagem do Meio. Por tudo isso, ao longo do tempo, passaram a circular nas mãos de importantes abolicionistas do período.

A primeira narrativa de que se tem notícia foi publicada na década de 1770, na Inglaterra, por Ukawsaw Gronniosaw, conhecido como James Albert. A partir de então se estende, até o fim do século XIX, uma quantidade expressiva de publicações. Estas, por sua vez, podiam ser publicadas nos Estados Unidos, como é o caso de *Life of William Grimes, the Runaway Slave*, de William Grimes (New York, 1825) e *A Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave*, de Frederick Douglas (Boston, 1845); ou então na Inglaterra, para onde muitos libertos da América iam para tentar reconstruir suas vidas, ou procurar asilo, como *The History of Mary Prince, a West Indian Slave*, de Mary Prince (London, 1831) e *The Experience of a Slave in South Carolina*, de John Andrew Jackson (London, 1862). Essa circulação de pessoas, saberes e práticas de escrita, para além do tráfico, nos incitam a imaginar que as *slaves narratives* poderiam estar estreitamente relacionadas aos discursos antiescravistas e abolicionistas, que ganham força nesse período³⁷.

Essas autobiografias estão disponíveis na base de dados *Documenting the American South*³⁸ (DocSouth), iniciativa da biblioteca da University of North Carolina, em Chapel Hill. No sítio desse projeto é possível acessar fontes primárias transcritas, concernentes às perspectivas dos estados sulistas a respeito da história e cultura estadunidenses. Os originais podem ser encontrados em diversas bibliotecas do sul dos Estados Unidos, permanecendo as versões digitais disponíveis para consulta de forma centralizada na base de dados *online*. Compõem os arquivos, além das autobiografias, coleções importantes como *Southern Historical Collection*, *North Carolina Collection*, *Rare Book Collection* e *Davis Library*, largamente utilizadas pelos historiadores estadunidenses.

ESCRITA DE SI, MEMÓRIA E O ATLÂNTICO NEGRO

A utilização de textos autobiográficos como documentos históricos ocorreu, quase sempre, por meio da mobilização da categoria foucaultiana *escrita de si*. Para o filósofo francês Michel Foucault, a auto narrativa é um exercício do pensamento, que

³⁷ Algumas *slaves narratives* eram editadas em dois ou mais volumes, e posteriormente condensadas em volumes pequenos, de fácil distribuição e leitura. Cf. HANDLER, 2002.

³⁸ Disponível em <http://docsouth.unc.edu/index.html>, acesso em 03.07.2015.

torna o seu autor um sujeito exterior, capaz de ser visto por ele mesmo. É não menos que uma *subjetivação do discurso*, isto é, “trata-se de constituir para si próprio [...] um equipamento de discursos a que se pode recorrer, suscetíveis de erguerem eles próprios a voz [...]”³⁹. Neste exercício o sujeito funda a si mesmo, essencialmente ao “fixar os elementos adquiridos e ao constituir, de certo modo, um ‘passado’ ao qual podemos sempre regressar e recolher-nos”⁴⁰. Esse passado, pela sua natureza memorialística, não é constituído em sua totalidade, senão em escolhas, a exemplo do trabalho próprio do historiador. Trata-se assim, de articular a “verdade local da máxima” com “o seu valor circunstancial de uso”, ou seja,

A escrita como exercício pessoal praticado por si e para si é uma arte da verdade contrastiva; ou, mais precisamente, uma maneira refletida de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam seu uso”.⁴¹

Foucault afirma que “o escritor constitui a sua própria identidade mediante [a] recolção das coisas ditas”⁴², de forma que pelas dinâmicas de rememoração dos fatos narrados, ocorre uma “filiação dos pensamentos que ficaram gravados na sua alma”⁴³, ou em outros termos, na sua memória. A auto narrativa, assim, torna-se um texto polifônico, uma espécie de porta-voz, e produz uma “identidade através da qual se lê uma genealogia espiritual inteira”⁴⁴, ideia que se aproxima do *griot* citado por Rediker anteriormente.

Tendo em mente essas considerações, acredito que, ao produzirem as autobiografias, os escravizados e libertos criaram meios de se inscreverem na história “oficial”, fixando suas versões dos fatos ocorridos em meio à experiência escravista. Pelo teor dessas fontes, a *escrita de si* tornou-se uma *escrita de liberdade*, isto é, os conteúdos dos textos teriam contribuído para a própria luta pela liberdade, ao serem utilizados, como no caso de Equiano, como panfletos da luta abolicionista. Dessa forma, temos que toda experiência leva à reelaboração da memória, e a própria memória é um instrumento maleável e em eterna construção por parte de quem a detém.

³⁹ FOUCAULT, Michel. “A escrita de si”, In *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992, p. 137.

⁴⁰ Idem, p. 141.

⁴¹ Idem, p.142.

⁴² Idem, p. 145.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Ibidem.

Trata-se, portanto, de compreender as visões do passado escravista construídas pela prática de rememoração, isto é, a “escravidão” que estes sujeitos conceberam, não com inteira autonomia, mas de forma relacional, envolvendo outros sujeitos históricos (antigos senhores, religiosos, editores, leitores). As respostas possíveis a esse exercício devem nos levar a outro questionamento, que diz às dinâmicas de produção identitária por meio das narrativas, ou seja: que saberes constituem essa memória? É possível inseri-las num contexto de produção cultural da diáspora atlântica?

A partir do diálogo com a bibliografia da abolição da escravidão nas Américas ou, como alguns autores se referem, a “queda do escravismo colonial”⁴⁵, evidenciam-se as contribuições dessas narrativas para o abolicionismo de fins do século XVIII e início do XIX. As narrativas de escravizados, entretanto, ampliam estas questões, exigindo que se considerem as tensões promovidas pela experiência da diáspora, que criou um contexto de produção de si ainda mais complexo. Nas palavras do historiador da arte Kobena Mercer, essa experiência produz uma espécie de “estética diaspórica”, que pode ser resumida numa variedade de formas culturais onde

[...] há uma poderosa dinâmica sincrética que se apropria criticamente de elementos dos códigos mestres das culturas dominantes e os “criouliza”, desarticulando certos signos e rearticulando de outra forma seu significado simbólico.⁴⁶

Nessa perspectiva, a cultura não é vista como uma experiência estanque, fechada e imutável. A diáspora enquanto fato social, cultural e histórico, conduz à hibridização de matrizes culturais diversas, a partir do seu contexto social específico, de onde não estão ausentes as relações de poder. As narrativas de negras e negros escravizados tornam-se, assim, uma subversão dos valores ocidentais e europeus, intimamente ligados à experiência colonial, e não somente uma escrita de si despreziosa ou objetiva. Ainda segundo Mercer,

A força subversiva dessa tendência hibridizante fica mais aparente no nível da própria linguagem onde o crioulo, o *patois* e o inglês negro desestabilizam [...] o domínio linguístico do “inglês” – a língua-nação do metadiscorso – através de inflexões performativas nos códigos semânticos, sintático e léxico.⁴⁷

⁴⁵ BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial. 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

⁴⁶ MERCER, Kobena. “Diaspora Culture and the Dialogic Imagination” In: *Welcome to the Jungle: New Positions in Black Cultural Studies*. London: Routledge, 1994, pp. 63-4.

⁴⁷ Idem.

É oportuno lembrar, nesse momento, da possibilidade de que essas narrativas estivessem inseridas em dinâmicas outras de produção de um discurso a respeito de si. Isto é, torna-se imprescindível que ao ler e analisar estes textos, estejamos em diálogo constante com as próprias concepções de tempo, história, linhagem, ancestralidade, bem como das cosmovisões e mitos fundadores oriundos das diversas regiões africanas⁴⁸. Com isso, evita-se ler essas narrativas como instituidoras de uma experiência descolada de um passado que lhe atribui significantes ou, noutro extremo, como produções *puras* e objetivas, sem nenhum tipo de interferência cultural. Daí advém a importância das formas africanas de auto inscrição, para além das categorias de origem europeia⁴⁹.

A categoria de diáspora, portanto, é instrumento metodológico de análise indispensável e, também, muito complexa uma vez que “na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas”⁵⁰. As identidades são elaboradas e reelaboradas de forma múltipla, seja num contexto diaspórico ou não, e é isso que apontam os estudos sobre essa temática. Entretanto, a multiplicidade específica a que se refere o teórico jamaicano Stuart Hall, pode ser compreendida nas respostas das seguintes perguntas:

O que a experiência da diáspora causa a nossos modelos de identidade cultural? Como podemos conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento, após a diáspora? Já que a “identidade cultural” carrega consigo tantos traços de unidade essencial, unicidade primordial, indivisibilidade e mesmice, como devemos “pensar” as identidades inscritas nas relações de poder, construídas pela diferença e disjuntura?⁵¹

Por meio dessas indagações é possível, ainda, vislumbrar certos aspectos da escrita, leitura e circulação de saberes por meio das narrativas, que revelam variados processos de produção social de discursos, sejam orais ou escritos, e evidenciam os sentidos sócio históricos e as clivagens sociais que marcam a alfabetização e o letramento como fatores de exclusão social⁵². No caso de negros escravizados, essa

⁴⁸ HAMA, Boubou; KI-ZERBO, J. “Lugar da história na sociedade africana” In KI-ZERBO, Joseph (org.). *História Geral da África, I. Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 23-36.

⁴⁹ MBEMBE, Achille. “As formas africanas de auto-inscrição” In *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n. 1, 2001, pp. 171-209.

⁵⁰ HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 27.

⁵¹ Idem, p. 28.

⁵² ROMERO, Helena Castello. “O arquivo da escravidão em narrativas orais de uma mulher não-alfabetizada: práticas letrada e ideologia” In: *Linguagens e diálogos*, vol. 1, n. 2, 2010, p. 65.

dimensão assume destaque na medida em que o acesso às práticas de escrita e leitura poderiam significar graus diversos de ingresso à luta abolicionista formalizada.

Como se vê, as autobiografias devem ainda ser colocadas no centro do debate atual sobre o papel de mulheres e homens negros escravizados ou libertos. Se esses documentos já foram, e ainda são, utilizados pela historiografia em língua inglesa, a historiografia brasileira precisa ainda se debruçar sobre eles para compreender nossa própria experiência histórica e o papel dos diversos agentes na luta pela Liberdade. Além disso, numa época em que o protagonismo negro na luta contra o racismo, a emancipação de mulheres negras e o empoderamento das classes subalternizadas estão na ordem do dia, e orientam a reelaboração da memória coletiva sobre o passado escravista, as autobiografias representam não só as vozes daquilo que Paul Gilroy chama de Atântico Negro, como também as vozes que hoje continuam alterando o curso da História.

Capítulo 51: O JORNAL DO COMMERCIO, O ABOLICIONISMO E O JOGO POLÍTICO IMPERIAL: NOTAS DE PESQUISA

Roger Anibal Lambert da Silva*

O *Jornal do Commercio*, fundado em 1827 – apenas cinco anos após a Independência do Brasil – e em circulação até os dias atuais, constitui um caso raro da história da imprensa mundial, devido ao fato de ter percorrido, sem interrupção, os séculos XIX, XX e XXI.

Como seu próprio nome sugere, o *Jornal do Commercio* se apresentava como um órgão dedicado especialmente ao comércio, tendo características eminentemente econômicas, o que fez dele “o principal veículo de consulta das elites econômicas, vinculadas ao comércio e a lavoura cafeeira, e dos membros da administração pública”. Desse modo, o periódico “notabilizou-se pela linguagem moderada e conservadora que lhe granjeou grande prestígio entre as elites do Império”,¹ distinguindo-se, ao longo do segundo reinado, como o mais importante jornal brasileiro.

De acordo com Alcindo Guanabara, o “alheamento das paixões em convulsão” e a “inalterável tranquilidade” em um “meio tão agitado” foram os fatores que “valeram ao *Jornal do Commercio* a força e o prestígio com que, no princípio do segundo reinado, ele agia e reagia sobre a sociedade, prestígio que cresceu e acentuou-se de tal arte que a expressão quarto poder lhe era aplicável com absoluta justiça”.²

Nelson Werneck Sodré considerou o *Jornal do Commercio* como uma “expressão singular” do “jornalismo conservador” que teria triunfado no início da segunda metade do século XIX, destacando que “os órgãos de vida longa, no Brasil, foram sempre conservadores, [...] apesar de seus intervalos liberais, mas sem extremos”.³

Conforme afirmou Cláudia Santos, “o posicionamento político direto oferece menos possibilidades de atingir um grande público do que o periódico

* Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), desenvolvendo uma pesquisa acerca do processo político da abolição na imprensa do Rio de Janeiro, durante a década de 1880, com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: aniballambert@yahoo.com.br

¹ MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e Brados*: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. Niterói: Editora da UFF, 2014. p.129.

² Alcindo Guanabara *apud* SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p.189.

³ *Ibidem*. p.190.

declaradamente imparcial e voltado para a informação”, ou seja, “o jornal que vende notícias, informações e divertimento tem mais chances de se transformar numa mercadoria rentável do que o jornal partidário”.⁴ Nesse sentido, um dos fatores para o *Jornal do Commercio* conquistar prestígio perante o público e garantir a sua perenidade, a nosso ver, foi justamente o sucesso em divulgar sua suposta imparcialidade política.

Entretanto, consideramos que é preciso ter em vista que o *Jornal do Commercio* era “monarquista, com tendências conservadoras e abertamente pago pelo governo para a publicação dos debates na Câmara dos Deputados e depois também no Senado”, o que implicava que “a linha editorial do *Jornal do Commercio* raramente destoava da política imperial”.⁵ Os atos do governo passaram a ser publicados pelo *Jornal do Commercio* a partir de 1841, quando cessou a publicação do órgão do governo, o *Correio Oficial*. Entretanto, o periódico divulgou o seguinte aviso na seção intitulada “Parte Oficial”: “O *Jornal do Commercio* publica todos os atos do Governo, mas não é folha oficial”.⁶

A nosso ver, é preciso levar em consideração que – além de ser um jornal monarquista, moderado e conservador, e por mais que alegasse que “nossa posição no jornalismo é de perfeita independência”⁷ – tratava-se de “uma publicação oficiosa do governo”.⁸ Marialva Barbosa também se referiu à sua “feição conservadora e de claro apoio a quem está no poder”,⁹ um periódico que “orgulha-se de ser ‘o jornal das classes conservadoras, lido pelos políticos, pelos homens de negócios, pelos funcionários graduados’”.¹⁰

O *Jornal do Commercio*, portanto, era uma publicação oficiosa do governo, tendo participado ativamente do *jogo político imperial*, embora procurasse se definir pelo caráter informativo e noticioso, ou seja, se distanciar de uma conotação política.

⁴ SANTOS, Cláudia Andrade. Imprensa. In: MOTTA, Márcia & GUIMARÃES, Elione. *Propriedades e Disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava/Niterói: Unicentro/EDUFF, 2011. p.187.

⁵ ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. *Pasquins: submundo da imprensa na Corte Imperial (1880-1883)*. Dissertação de mestrado em História, Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, 2009. p.42.

⁶ SANDRONI, Cícero. *180 anos do Jornal do Commercio - 1827-2007: de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Quorum Editora, 2007. p.117.

⁷ *Ibidem*. p.118.

⁸ ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. *Op. Cit.*. p.42.

⁹ BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio*. Imprensa, Poder e Público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000. p.38.

¹⁰ *Ibidem*. p.41.

Ana Luiza Martins também chamou a atenção para o fato de que “talvez o *Jornal do Commercio* seja, por sua antiguidade e linha conservadora, a melhor representação do jornalismo oficial do Império”,¹¹ advertindo que o periódico “eximia-se, porém, de assuntos polêmicos, isentando-se de partidarismos, figurando como jornal apartidário, de perfil conservador”.¹² Angela Alongo, por sua vez, considerou que o *Jornal do Commercio* “era antes informativo que de opinião, mas tendia ao compromisso com as instituições, adotando um tom editorial moderadamente conservador, em sintonia com o espírito do Império”.¹³

Sendo assim, não obstante se reconheça que “é difícil traçar-lhe uma linha editorial única”, sendo que o *Jornal do Commercio* seria “alheio às paixões e disputas partidárias”, destaca-se, de um modo geral, o seu “estilo político moderado e conservador”, tendo, no tema da abolição da escravidão, adotado a “defesa dos interesses senhoriais”.¹⁴

Embora geralmente reivindicassem ser órgãos neutros, os jornais funcionavam como uma verdadeira tribuna política, sendo um espaço privilegiado de intervenção, pela via discursiva, no jogo político imperial, de modo que é fundamental estarmos atentos com o sentido político dos artigos veiculados na imprensa.

A nosso ver, a fim de participar do debate de assuntos polêmicos, mesmo que de certo modo indiretamente, uma das estratégias adotadas pelo *Jornal do Commercio* era se utilizar, para tanto, da seção “Publicações a pedido”. A respeito desta seção, Humberto Machado considerou que “além da questão financeira” a mesma “atendia, no fundo, às conveniências do jornal, pois não seria de bom alvitre disseminar, nas suas próprias páginas, opiniões contrárias à linha editorial e aos interesses dos seus proprietários”.¹⁵

¹¹ MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos do Império. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.52.

¹² *Ibidem*. p.54.

¹³ ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.277.

¹⁴ ABREU, Martha e CARVALHO, Maria Lígia Rosa. *Jornal do Commercio*. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.419-421.

¹⁵ A seção “Publicação a Pedido” dos jornais, geralmente localizada na segunda página, era o espaço para a participação dos leitores, bem como de outros jornais, que podiam fazer publicar artigos ou comunicados de seu interesse. Humberto Machado, além do que já foi supracitado, afirmou que “os interessados podiam escrever, mediante pagamento efetuado, sobre diversos assuntos”, sendo que “era comum o aproveitamento desses espaços para ataques pessoais aos desafetos, inclusive de caráter calunioso”. MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados*. Op. Cit. p.143.

Em meados de 1884, o emancipacionista Manuel de Souza Dantas¹⁶ foi indicado pelo imperador para assumir a chefia do gabinete, em resposta à crescente radicalização do movimento abolicionista, que se seguira à abolição da escravidão no Ceará, no mesmo ano. Neste momento de “aliança entre movimento e governo”, segundo Angela Alonso, “um terceiro elemento ganhou força no espaço público: o contramovimento escravista”.¹⁷

A “plataforma abolicionista” do gabinete “abrangia vários projetos, dos quais o mais importante e de maior repercussão era o da libertação dos sexagenários”.¹⁸ O projeto Dantas – apresentado à Câmara dos Deputados em 15 de julho de 1884 – almejava a libertação dos sexagenários sem indenização aos senhores, obrigando-os a continuar a cuidar dos inválidos ou dos que quisessem continuar sob tutela senhorial mediante prestação de serviços, de acordo com suas possibilidades. Além disso, estabelecia a realização de uma nova matrícula dos escravos do Brasil e implementava um novo fundo de emancipação, financiado basicamente por taxas e impostos cobrados aos senhores de escravos. Proibia também a transferência interprovincial de escravos; determinava uma tabela de preços máximos por idade para a libertação dos escravos e tentava regular o trabalho dos libertos, obrigando-os a fazer contrato de trabalho e a morar nos municípios onde tivessem sido libertados pelo prazo de cinco anos.

¹⁶ Baiano, nascido em 1831, Souza Dantas formou-se pela Faculdade de Direito de Olinda, no ano de 1851. Dantas exerceu a magistratura e, ao mesmo tempo, participou de atividades políticas. Ele foi deputado na Assembléia Geral nos períodos de 1857 a 1870 e de 1878 a 1881, articulando essa função com cargos no Poder Executivo, como os ministérios. A partir de 1866, foi também conselheiro de Estado e chefe de gabinete entre os anos 1884 e 1885. Como líder do Partido Liberal, Dantas foi chamado pelo Imperador para assumir o gabinete, no intuito de arquitetar uma solução para a emancipação dos escravos. O liberal tinha como lema “nem retroceder, nem parar, nem precipitar”. Naquele ano de 1884, o baiano enviou várias propostas ao governo, as quais ficaram conhecidas como projeto Dantas, cuja meta era intervir de maneira progressiva na abolição. O chefe de gabinete propunha a ampliação do fundo de emancipação e a libertação imediata dos escravos com mais de 60 anos, sem indenização aos senhores. Essas defesas tiveram repercussão significativa, entretanto, esbarraram na resistência da maioria dos deputados, até mesmo entre os liberais, que tinham receio da identificação do partido com a questão abolicionista. Somado a isso, afirmavam que a liberdade culminaria em desproteção aos sexagenários, em seus últimos anos de vida. Devido a esse projeto, o líder do Partido Liberal foi considerado como um “fervoroso abolicionista numa época em que o problema da escravidão exacerbava as paixões políticas”. Essa caracterização soa um tanto exagerada. Todavia, foi a própria polêmica gerada por seu projeto que causou a queda de seu gabinete. Foi apenas com o conservador barão do Cotegipe, em 1885, que a Lei dos Sexagenários foi promulgada, após as alterações introduzidas no período do gabinete Saraiva. Souza Dantas faleceu em 1894, no Rio de Janeiro. Ver: GRINBERG, Keila. Manuel Pinto de Souza Dantas. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.517-518.

¹⁷ ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas: o movimento pela abolição da escravidão no Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP, 2012. (Tese de Livre-docência). p.25.

¹⁸ BETHELL, Leslie e CARVALHO, José Murilo de. *Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos. Correspondência 1880-1905*. Rio de Janeiro: Topbooks/Academia Brasileira de Letras, 2008. p.31-32.

O projeto Dantas foi enfaticamente rejeitado pela maioria da Câmara dos Deputados, fortemente atrelada aos interesses da escravidão. Andrade Figueira, do Rio de Janeiro, por exemplo, defendia que a última palavra sobre o processo abolicionista havia sido dada com a Lei do Ventre Livre, de 1871. De acordo com Joseli Mendonça, “desde 1871, talvez, a ‘questão servil’ não provocava tal acirramento de ânimos no Parlamento brasileiro”, sendo que “Dantas enfrentou uma obstinada oposição que incluía membros de seu próprio partido”.¹⁹

Os principais argumentos lançados contra o projeto se referiam à falta de indenização e à estipulação de uma taxa adicional que recaía apenas sobre a propriedade escrava. Somado a isso, como denunciavam os abolicionistas, a maior parte dos africanos entrados ilegalmente no Brasil, entre os anos de 1831 e 1850, estava registrada na matrícula de escravos com suas idades modificadas, o que aumentava o alcance efetivo da libertação dos idosos.²⁰ Segundo Robert Conrad, a oposição ao projeto Dantas se devia, principalmente, ao fato de que implicaria na libertação de “muitos jovens e robustos africanos que haviam sido registrados com idades falsas para evitar as consequências da lei 7 de novembro de 1831”, ou seja, “a ameaça de perder muitos escravos mais jovens era, na realidade, uma razão para a oposição à libertação dos sexagenários, razão essa que, aliás, não poderia ser facilmente usada como um argumento contra o projeto de lei”.²¹

Entre junho de 1884 e abril de 1885, abolicionistas da Sociedade Brasileira contra a Escravidão (SBCE) conseguiram espaço na seção “Publicação a Pedidos” do *Jornal do Commercio*, graças a Gusmão Lobo – que era um dos redatores desse periódico – e sob a condição do anonimato. Segundo qualificação dos adversários, eram “os ingleses do Sr. Dantas”, devido aos pseudônimos invocando abolicionistas da Inglaterra, que os mesmos adotaram ao assinar seus artigos em apoio ao gabinete

¹⁹ MENDONÇA, Joseli M. N. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. p.29-31.

²⁰ O projeto Dantas foi significativamente alterado durante o gabinete Saraiva, que o substituiu, e tornou-se lei apenas com a formação de novo gabinete, sob comando do conservador barão de Cotegipe. A *Lei Saraiva-Cotegipe* (nº 3270, de 28 de setembro de 1885), tornou-se conhecida na história como *Lei dos Sexagenários*, e determinava a indenização dos senhores para a libertação dos sexagenários, prevendo a prestação de três anos de serviço. Ver: MATTOS, Hebe. *Lei dos Sexagenários*. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.471-473.

²¹ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Trad. de Fernando de Castro Ferro. 2.ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.261-262.

Dantas: Gusmão Lobo²² era Thomas Clarkson e Joaquim Nabuco era William Lloyd Garrison, ou seja, o seu inglês era um americano. Sendo assim, no âmbito dessa aliança entre movimento abolicionista e governo, o *Jornal do Commercio* se constituiu em um espaço de defesa do gabinete emancipacionista de Dantas.

Joaquim Nabuco ressaltou em seus artigos que apoiava o ministério Dantas pelo fato do mesmo representar a “força do direito” contra o “direito da força”, a “civilização” contra a “pirataria”, a proteção de “imigrantes Africanos importados à força”, a defesa da libertação de africanos “criminosamente importados, *legalmente livres*”, ou seja, a luta contra a violação do “direito, lei e propriedade”, pois através do projeto apresentado a “fraude fica fraudada”.²³ Gusmão Lobo, de modo semelhante a Joaquim Nabuco, chamou a atenção para os “inconfessáveis crimes cometidos em favor da continuidade da escravidão”, pelo fato de que o “contrabando acabou no

²² Francisco Leopoldino de Gusmão Lobo nasceu em Pernambuco, em 7 de junho de 1838, e formou-se bacharel em ciências sociais e jurídicas pela faculdade do Recife. Foi deputado por sua província natal. Na imprensa, redigiu *O Progresso: folha catholica, litteraria e noticiosa*, de Pernambuco, entre 1857 e 1859, e *A Nação: jornal político, commercial e litterario*, do Rio de Janeiro, entre 1872 e 1876. Além disso, fez parte da redação dos periódicos *Jornal do Commercio* e *Jornal do Brazil*. BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. 3º Volume. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. p.26-27. Joaquim Nabuco fez a seguinte consideração a seu respeito: “Gusmão Lobo... É outro nome do nosso círculo interior... Alguns dos que combateram juntos sem descanso, durante os primeiros cinco anos da propaganda, os quais foram os anos do ostracismo político e social da idéia, acreditaram sua tarefa, senão acabada, pelo menos grandemente aliviada no dia em que um grande partido no governo, com os seus quadros, sua influência, seu eleitorado, sua imprensa, adotou a causa de que eles eram até então os únicos arrimos... Entre esses está Gusmão Lobo, que não teria deixado a pena de combate, se não tivesse visto a bandeira que ela protegia, passar triunfantemente das mãos dos agitadores para as mãos de presidentes do Conselho. Na época decisiva do movimento, aquela em que se teve que criar o impulso e torná-lo mais forte do que a resistência, isto é, em que se venceu virtualmente a campanha, os seus serviços foram inapreciáveis... Ele sozinho enchia com a emancipação o *Jornal do Comércio*, desde a coluna editorial, onde por toda a espécie de habilidades, artifícios e sutilezas, graças à boa vontade do dr. Luís de Castro, conseguia ter a questão sempre em evidência... Seu talento, seu estilo de escritor, airoso, perfeito, prismático, um dos mais belos e mais espontâneos do nosso tempo, era verdadeiramente inexaurível... Ele achava solução para tudo, tinha os expedientes e as finuras, como tinha a plástica da expressão... Todo o seu trabalho foi anônimo e poderia assim passar despercebido de outra geração, se não restasse o testemunho unânime dos que trabalharam com ele... Era um assombro a variedade dos papéis que ele desempenhava na imprensa, incalculável o valor da sua presença e conselho em nossas reuniões, e depois no íntimo do Gabinete Dantas. Seu nome está escrito, por toda a parte, nas paredes das catacumbas em que o abolicionismo nascente viveu os primeiros cinco anos, como uma pequena igreja perseguida, mas aparece cada vez mais raro à medida que a nova fé se vai tornando religião oficial. É um dos enigmas do nosso tempo – enigma nacional, porque se prende à questão do emurchecimento rápido de toda flor do país – como semelhante talento renunciou mais tarde de repente a toda a ambição...”. NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. 2.ª ed. São Paulo, 1934. p.207-209.

²³ Ver os seguintes artigos: GARRISON. O movimento abolicionista II – O PROGRAMA DO GABINETE. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 13/06/1884, p.2; GARRISON. O movimento abolicionista VII – A RESSURREIÇÃO DO PARTIDO LIBERAL. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16/07/1884, p.3; GARRISON. O movimento abolicionista. A PARALISIA DA OPOSIÇÃO. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 22/07/1884, p.4; GARRISON. Como votam alguns deputados?. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 24/07/1884, p.3; GARRISON. A batalha em torno dos túmulos. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 27/07/1884, p.3.

mar, mas contínua em terra”. Devido a isso, considerou que os escravistas defendem uma “suposta propriedade a que faltam todos os caracteres da propriedade”, tendo em vista que “a escravatura do Brasil representa a mais atroz violência contra o direito escrito”.²⁴

Além desta referência à lei de 1831,²⁵ através da qual constituíram a *retórica do direito*, os “ingleses do Sr. Dantas” também fizeram referência à Lei do Ventre Livre, de 1871.²⁶ Gusmão Lobo, por exemplo, chamou a atenção para a experiência pós-1871 como forma de argumentar que, do mesmo modo que não se realizaram os “tristes vaticínios com que se tentou perturbar a razão pública”, não se justifica as “tímidas apreensões” diante de um novo “passo além da lei de 28 de Setembro”, isto porque a experiência demonstrava que eram injustas suas prevenções e eram vãos os “imaginários terrores” que procuravam incutir em seus concidadãos. A seu ver, a “resistência escravocrata” usaria de diversos artifícios para “encarecer perigos imaginários” e justificar a necessidade de manutenção do *status quo*, de modo a não precipitar transformações que poderiam comprometer a ordem social. Em sua perspectiva, desse modo, a experiência pós-1871 demonstraria que o receio de que tal lei provocaria, dentre outras coisas, “insurreições da escravaria” não teria passado de uma artimanha dos “intransigentes” defensores da escravidão, que profetizariam

²⁴ Ver os seguintes artigos: CLARKSON. Os Pavilhões Negros. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25/07/1884, p.4; CLARKSON. Quais são os anarquistas? *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 26/07/1884, p.4; CLARKSON. Integremos a Pátria! *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 07/09/1884, p.2; CLARKSON. A lei de 7 de novembro de 1831. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 17/04/1885, p.2.

²⁵ Advogados abolicionistas – como Luiz Gama, por exemplo – utilizaram-se da lei de 1831 para pleitear a liberdade de escravos importados ilegalmente. A este respeito, ver: AZEVEDO, Elciene. *O Direito dos Escravos. Lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

²⁶ A Lei do Ventre Livre foi o nome que recebeu a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, a qual foi um marco no processo abolicionista em nosso país. Essa lei tratou de elementos que ultrapassaram a questão do Ventre, regulamentando matérias que aprofundaram a intervenção do Estado nas relações entre senhores e escravos. Em linhas gerais, a lei estabelecia a condição livre (de “ingênuo”) aos filhos da escrava que nascessem a partir de 1871. Nos artigos 1º e 2º foram estabelecidas medidas sobre a criação e o tratamento das crianças. Até os oito anos de idade, os senhores teriam a obrigação de criá-los e tratá-los; depois dessa faixa etária tinham a opção de entregá-los ao Estado, que os colocariam em instituições próprias – desde que pagassem indenização pelos cuidados prestados. Caso os senhores escolhessem ficar com as crianças, poderiam desfrutar de seus serviços até os 21 anos. Também foi criado o Fundo de Emancipação nas províncias para a compra da liberdade de escravos, conforme registrado no artigo 3º. Reconheceu-se ao escravo o direito à formação de um pecúlio, o que estabeleceu o artigo 4º. A Lei do Ventre Livre garantia ainda o direito do escravo à alforria, independentemente da vontade senhorial, desde que tivesse meios para a indenização; proibiu-se definitivamente a separação dos cônjuges e de seus filhos menores de 12 anos; libertou os escravos que pertenciam ao Estado; estabeleceu que o governo deveria organizar uma matrícula geral de todos os escravos do Império. Portanto, as principais bases da lei eram o ventre livre, o pecúlio e a alforria forçada. Ver: ABREU, Martha. Lei do Ventre Livre. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p.468-471.

desgraças no sentido de convencer “os prudentes” acerca da necessidade de se adotar uma postura preventiva.

Desse modo, Gusmão Lobo acionava uma *retórica da experiência* em defesa do abolicionismo e do gabinete Dantas, e contra os “vãos terrores” que estariam sendo difundidos pela “resistência escravista” naquele momento, assim como teria ocorrido em 1871.²⁷ O abolicionista se referia ao periódico *Brazil* – cujo subtítulo era “Órgão do Partido Conservador”, ou seja, um periódico de oposição, naquele momento –, o qual foi um espaço de publicação de discursos em oposição ao governo Dantas. Os artigos veiculados neste jornal defendiam o “direito” a uma “reação salutar” por parte dos “elementos conservadores da sociedade”, diante das “ideias anárquicas” e dos “atos ilegais” dos “abolicionistas imprudentes” e das “sublevações de escravos”, tendo em vista que o governo Dantas, que deveria manter a ordem pública, teria dado a “mão à propaganda”, conservando a agitação e considerando-a legal. Além do direito à reação diante da “ameaça de insurreição e rebelião” e da ameaça de uma “revolução”, também defendiam a necessidade de “devolver o poder” a quem fosse capaz de “restabelecer a legalidade”, considerando “ameaçador o gabinete atual” aos “interesses do Império”, devido ao fato de seu “monstruoso projeto” ser “nocivo aos interesses nacionais”, um verdadeiro “atentado ao direito de propriedade”. Dantas é apontado como o chefe de uma “propaganda revolucionária”, sendo assim, as circunstâncias justificariam a necessidade de que se devolvesse o poder a quem fosse capaz de restabelecer a ordem social supostamente alterada.²⁸ Nesse sentido,

²⁷ Ver os seguintes artigos: CLARKSON. Abolicionistas e escravocratas. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 21/07/1884, p.1; CLARKSON. Não deve parar!... *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 03/08/1884, p.2; CLARKSON. Como a lavoura é aconselhada! *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15/08/1884, p.3; CLARKSON. Como querem que sejamos julgados. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 04/09/1884, p.3; CLARKSON. O mundo à espera do Brasil. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 18/09/1884, p.3; CLARKSON. O nosso único inimigo. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 21/09/1884, p.3; CLARKSON. Vinte e oito de Setembro. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 28/09/1884, p.2; CLARKSON. A abolição e a fortuna pública. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16/02/1885, p.1-2. Além desses artigos de Gusmão Lobo, o *Jornal do Commercio* publicou também artigos de outros periódicos. Ver, por exemplo: GAZETA da Tarde. Os refratários. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 29/07/1884, p.3; O PAIZ. O Bezerra de palha. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 03/10/1884, p.2.

²⁸ Ver os seguintes artigos: [SEM TÍTULO]. *Brazil*, Rio de Janeiro, 07/06/1884, p. 2; A NOVA fase da questão servil. *Brazil*, Rio de Janeiro, 12/06/1884, p.1; O PRODUTO da quermesse. *Brazil*, Rio de Janeiro, 14/06/1884, p.1; CLUB da Lavoura dos municípios de Itaboraí e Maricá. *Brazil*, Rio de Janeiro, 28/06/1884, p. 2; CARTAS de um lavrador à Sua Majestade o Imperador. *Brazil*, Rio de Janeiro, 29/06/1884, p. 2; O CONGRESSO da Lavoura e do Comércio. *Brazil*, Rio de Janeiro, 08/07/1884, p.1; O PROJETO do Sr. Dantas. *Brazil*, Rio de Janeiro, 22/07/1884, p.1; [Sem título]. *Brazil*, Rio de Janeiro, 27/07/1884, p.1; ABOLICIONISMO em Pernambuco. *Brazil*, Rio de Janeiro, 12/08/1884, p. 1; ABOLICIONISMO no Recife. *Brazil*, Rio de Janeiro, 11/09/1884, p. 3; ANGELO do Amaral. Clarkson e o presidente do clube da lavoura de Itaboraí e Maricá. *Brazil*, Rio de Janeiro, 11/09/1884, p.1-2; [Sem título]. *Brazil*, Rio de Janeiro, 28/09/1884, p.1.

observamos que uma *retórica da ameaça* era acionada contra o abolicionismo e o gabinete Dantas, e em defesa da manutenção do *status quo*.

Sendo assim, durante o ministério Dantas, no âmbito do processo de discussão da libertação dos sexagenários, o *Jornal do Commercio* se constituiu como um espaço de combate a uma *retórica da ameaça*, mobilizada no periódico *Brazil*. Esta *retórica da ameaça* funcionava como uma arma política contra o ministério, sugerindo que era indispensável uma inversão partidária, haja vista que a permanência do gabinete seria perigosa para a manutenção da ordem pública. No *Jornal do Commercio*, por sua vez, os “ingleses do Sr. Dantas” mobilizaram uma *retórica da experiência* em defesa do ministério.

Nos meses finais de 1887, durante o ministério Cotegipe,²⁹ os jornais conferiam grande atenção às fugas em massa de escravos de algumas fazendas de São Paulo. O *Jornal do Commercio* publicou, na seção “Publicações a pedido”, uma série de artigos tratando do tema, nos quais se sublinhava insistentemente que o que estava ocorrendo na província de São Paulo era uma “insurreição de escravos”, uma “sublevação de escravos, a qual contaria com o incentivo dos “abolicionistas *enragés*” – “anarquistas” que teriam se colocado fora da lei e queriam “ensanguentar o país”³⁰. Os articulistas sugeriam, de um modo geral, que os propagandistas da abolição,

²⁹ João Maurício Wanderley nasceu no ano de 1815, em terras pernambucanas, filho de grande proprietário de terras. Ele estudou na Faculdade de Direito de Olinda e se tornou presidente do conselho de ministros, permanecendo no cargo entre 1885 e 1888. Esse pernambucano, mais conhecido como Barão de Cotegipe, foi um dos principais políticos conservadores da geração da Maioridade, o qual se manteve atrelado ao poder durante todo o período em que vigorou o Segundo Reinado. Foram nos eventos relativos ao fim do regime escravista que o barão de Cotegipe ganhou destaque: como primeiro-ministro, juntamente com o imperador, promoveu a aprovação do projeto Saraiva, em 1885, posteriormente conhecido como Lei Saraiva-Cotegipe, que libertava os escravos sexagenários. Em março de 1888, Cotegipe abandonou o gabinete, devido ao seu posicionamento contrário a abolição irrestrita dos escravos, sem que seus proprietários fossem indenizados. Um ano depois, o pernambucano veio a falecer. A respeito do barão de Cotegipe, ver: NASCIMENTO, Carla Silva do. “O barão de Cotegipe e a crise do Império”. Dissertação de Mestrado em História, Rio de Janeiro, CCHS-UNIRIO, 2012.

³⁰ Ver, por exemplo, os seguintes artigos: NOVIDADES. “Notas Políticas”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 20/10/1887, “Publicações a pedido”, p.2; NOVIDADES. “Notas Políticas”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 22/10/1887, “Publicações a pedido”, p.3; NOVIDADES. “Notas Políticas”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 23/10/1887, “Publicações a pedido”, p.4; NOVIDADES. “Sublevação de escravos”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15/12/1887, seção Publicações a Pedido, p. 4; “FUGA de escravos e conflitos em S. Paulo”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19/10/1887, “Publicações a Pedido”, p. 2; X. “A insurreição em S. Paulo”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 20/10/1887, “Publicações a Pedido”, p. 2; “A INSURREIÇÃO de escravos e o ‘Paiz’”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 21/10/1887, “Publicações a Pedido”, p. 2; “A INSURREIÇÃO de escravos e o ‘Paiz’”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 22/10/1887, “Publicações a Pedido”, p. 3; HORACIO. “A imprensa e a insurreição de escravos”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 23/10/1887, “Publicações a Pedido”, p. 4; “A IMPRENSA e a insurreição de S. Paulo”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 26/10/1887, “Publicações a Pedido”, p. 2.

como Joaquim Nabuco,³¹ colocavam-se fora da lei sendo simpáticos à suposta insurreição, sendo a missão do governo utilizar todos os meios para restabelecer a ordem pública. Nesse sentido, mais que simplesmente informar os leitores a respeito dos acontecimentos, os articulistas atacavam os abolicionistas e aplaudiam as medidas tomadas pelo governo.

Sendo assim, neste momento, o *Jornal do Commercio* se constituiu como um espaço de veiculação da *retórica da ameaça*, mobilizada contra o abolicionismo e em defesa do ministério Cotegipe. Desse modo, diferentemente do ocorrido durante o ministério Dantas, a *retórica da ameaça* passou a ser utilizada pelos defensores do gabinete Cotegipe, argumentando-se que a permanência do mesmo seria imprescindível para o restabelecimento da ordem pública, supostamente ameaçada pelas ações dos escravos e dos abolicionistas.

Portanto, a atuação do *Jornal do Commercio*, nestas duas conjunturas, passou por uma grande transformação: de espaço de combate a uma *retórica da ameaça* e de defesa do gabinete Dantas e seu projeto emancipacionista passou a ser um espaço privilegiado de veiculação de uma *retórica de ameaça* e de defesa do gabinete Cotegipe e dos interesses escravistas. Entretanto, se o jornal deixava de ser um espaço de defesa do emancipacionismo para se tornar um espaço de defesa dos interesses escravistas, é importante observar que a sua posição em relação ao governo continuava sendo exatamente a mesma: a defesa do gabinete. Sendo assim, nossa análise apresenta indícios que permitem sustentar a hipótese de ser o *Jornal do Commercio* uma publicação oficiosa do governo, cuja posição nos assuntos importantes do momento, tais como a abolição da escravidão, variava conforme as trocas ministeriais, raramente destoando da política do gabinete.

³¹ No periódico *O Paiz*, Joaquim Nabuco se defendeu dos ataques veiculados no *Jornal do Commercio*. A respeito da posição assumida por Joaquim Nabuco diante da mobilização dos escravos, ver os seguintes artigos: JOAQUIM Nabuco. “O governo e os escravos”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 20/10/1887, p. 1; JOAQUIM Nabuco. “O exército e os escravos”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 21/10/1887, p. 1; JOAQUIM Nabuco. “Em virtude de que lei?”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 22/10/1887, “Editorial”, p. 1; JOAQUIM Nabuco. “Salvos?”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 23/10/1887, p.1; JOAQUIM Nabuco. “Cubatão e Ipiranga”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 24/10/1887, p.1; Em relação à posição assumida por Joaquim Nabuco diante da atuação de abolicionistas como Carlos de Lacerda e Antônio Bento, ver os seguintes artigos: JOAQUIM Nabuco. “O dever dos abolicionistas”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18/10/1887, p.1; JOAQUIM Nabuco. “Aos abolicionistas”. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 25/10/1887, p.1.